

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Movimento Operário na Monarquia Constitucional: do debate público à mobilização política (1865-1877)

João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho

Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de Política, Cultura e Cidadania

Orientadores:

Doutora Fátima Sá e Melo Ferreira, Professora Associada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Dezembro, 2020.

Departamento de História

O Movimento Operário na Monarquia Constitucional: do debate público à mobilização política (1865-1877)

João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho

Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, na especialidade de Política, Cultura e Cidadania

Júri:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático, ISCTE-IUL (Presidente)
Doutor Diego Palacios Cerezales, Investigador, Universidade Complutense de Madrid
Doutor José Manuel Viegas Neves, Professor Auxiliar, FCSH-Nova
Doutora Maria Alice Samara, Investigadora, Instituto de História Contemporânea, FCSH-Nova
Doutora Miriam Halpern Pereira, Professora Catedrática Emérita, ISCTE-IUL
Doutora Luísa Tiago de Oliveira, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL
Doutora Fátima Sá e Melo Ferreira, Professora Associada, ISCTE-IUL

Dezembro, 2020.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento com a referência: SFRH/BD/110857/2015. Financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.

Agradecimentos

O trabalho que se encerra nestas páginas corresponde a um longo e árduo caminho de investigação que em muito ficou a dever a terceiros e, por isso, é impreterível fazer uma referência. Começo por agradecer à Professora Doutora Fátima Sá pelo rigor científico, sinceridade, aprendizagem e amizade fraternal. Sem a sua orientação, apoio e persistência dificilmente este trabalho teria sido concretizado, todos os eventuais méritos são frutos das suas sugestões, quaisquer erros ou defeitos são da minha inteira responsabilidade.

Um agradecimento muito especial aos meus pais e a toda a minha família pelo imprescindível apoio e conforto. À Anabela Oliveira, pelo amor, a resiliência e a coragem em galgar os trilhos escarpados para atingir os cumes luminosos.

Um eterno agradecimento a Marina Oliveira que, mais uma vez, realizou a revisão do texto e apresentou pertinentes recomendações. Agradeço aos amigos que o mundo académico me apresentou, João Marques, Pedro Silva, Marco Póvoa, Gonçalo Mineiro, Nuno Ivo Gonçalves, Gabriel de Oliveira Feitor, Andreia Santos Silva, Diana Dias de Carvalho e a Rita Oliveira pelo interessante diálogo, o convívio e as memórias criadas.

Pelo apoio e solidariedade, um agradecimento para a Cristina, Gustavo e Alexandra.

Não posso deixar de referir as críticas e sugestões apresentadas pelos historiadores Carlos Maurício, João Arsénio Nunes, Virgínia Baptista, Ana Catarina Pinto e Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira. Um agradecimento a todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas que foram consultados, da FCT, do CIES-IUL e do ISCTE-IUL.

Um reconhecimento especial aos gigantes dos meus amigos que são a minha constante: Carla Pires, David Santos, Pedro Aguiar, Rafael Fernandes, Inês Barrau, Sara Paiva, Pedro Pedrosa e Marco Gonçalves. À Maria Inês Lopes um destaque pela paciência nas traduções e sugestões. Ao doutorando João Rijo e à doutoranda Inês Leitão, amigos que são irmãos que a vida permitiu escolher, uma enorme gratidão e felicidade por partilhar com vocês a experiência em realizar um doutoramento. Se me foi permitido ver mais longe, foi porque estive aos vossos ombros.

Por fim, um obrigado a todos e a todas que estão ausentes. Se o derradeiro final for perfeito, todos somos um pouco mais que matéria e átomos.

Resumo

Esta dissertação analisa o movimento operário português entre o 1º Congresso Social (1865) e o 1º Congresso dos Operários Socialistas de Portugal (1877). Para o período coberto é possível constatar a importância do movimento operário na sociedade e as ruturas e continuidades entre congressos pioneiros da responsabilidade do movimento operário, mas, totalmente distintos na sua génese e objetivos.

A expansão e transformação do movimento operário, com a implosão do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, o aparecimento de um novo modelo de associativismo, da *Associação Internacional dos Trabalhadores* e, mais tarde, o *Partido Socialista*, resulta num processo histórico que é constantemente acompanhado por um crescente debate público. Não é menosprezada a dinâmica entre o socialismo e um outro movimento político ascendente que se pretende fora do sistema, o *Partido Republicano*.

Pretendemos integrar o movimento operário português num horizonte mais amplo da vida política e social do país, expor um quadro de relações entre o universo político do liberalismo, o das práticas operárias e o das elites culturais despertas para a *questão social*. Assim, a investigação coloca o pressuposto de que o movimento operário existe numa constante, heterógena e multifacetada dinâmica na esfera pública que com ele se articula e o alimenta, estabelecendo sempre entre esses dois polos poderosas ligações.

Palavras-chaves: Movimento Operário; Classe Operária; debate público; Esfera Pública; Socialismo; liberalismo.

Abstract

This thesis studies the Portuguese labor movement between the 1st Social Congress (1865) and the 1st Congress of the Socialist Workers of Portugal (1877).

Within the period covered, it is possible to affirm the importance of the workers' movement in the society and the ruptures and continuities between pioneering congresses under the responsibility of the workers' movement, but totally different in their genesis and objectives.

The expansion and transformation of the labor movement, with the implosion of the *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, the emergence of a new model of associativism, the *International Workingmen's Association*, and later the Socialist Party, results in a historical process that is constantly accompanied by a growing public debate.

Meanwhile the first major strike movement in the country occurs, as well as the divergence between the socialism and another rising political movement which intended to be outside the system: The Republican Party.

We aim to integrate the Portuguese worker's movement into a broader horizon of the country's political and social life, to expose a framework of relations between the worker's practices, cultural elites awakened to the social questions and the political liberalism universes.

Therefore, this investigation places the assumption that the workers' movement exists within a constant, heterogeneous and multifaceted dynamic in the public sphere which feeds it and articulates itself with it, always keeping powerful links between the two poles.

Key words: Labor movement; working class; public debate; Public Sphere; Socialism; liberalism.

1. Introdução.....	1
1.1 Ambições do projeto.....	5
1.2 Metodologia.....	7
1.3 Estado da arte.....	13
1.4 Arquivos e fontes.....	20
2. 1º Congresso Social de 1865-1866.....	29
3. A implosão do <i>Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas</i>	41
3.1 Os debates radicais e a esfera pública.....	46
3.2 Da parede para o armário. A retirada do quadro de Rodrigues Sampaio	52
3.3 Uma nova e efémera roupagem	64
3.4 A greve de Oeiras	73
3.5 O resgate da essência do Centro Promotor	77
4. Associações de transição no movimento operário.....	81
4.1 Associação Protectora do Trabalho Nacional.....	82
4.2 Associação Fraternidade Operária	87
5. Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal.....	95
5.1 A Internacional chega a Portugal.....	96
5.2 Aliança da Democracia Socialista em Portugal.....	105
5.3 A secção federal portuguesa da Internacional	122
5.4 O Congresso de Haia 1872	138
5.5 A questão dos <i>petroleiros</i> . O impacto da revolta de Alcoy em Portugal.....	146
5.6 Conflitos e consensos entre os internacionalistas ibéricos depois de Haia.....	156
5.7 Karl Marx e marxismo na esfera pública portuguesa	167
5.8 José Fontana e Giuseppe Fontana, um debate historiográfico.....	177
5.9 A missão <i>Latour</i> em Portugal	202
6. O movimento grevista de 1872-73	213
6.1 Greve dos fundidores de metais de Lisboa	215
6.2 Greve no sector dos tabacos.....	227
6.3 Greve nos caminhos de ferro	234
6.4 A greve nas margens do Tejo.....	238
6.5 A Indústria Social	241
6.6 Rescaldo do movimento grevista.....	246
7. A formação do Partido Socialista Português 1875	255
7.1 Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa.....	261
7.2 A dinâmica socialista	269
7.3 I congresso dos operários socialistas de Portugal (1877)	280
7.4 Os socialistas perante a República.....	292
8. Ideias e Conceitos dos jornais operários.....	301
8.1 A classe operária.....	301
8.2 Socialismo.....	310
8.3 A questão da mulher	318
8.4 A repressão e o policiamento no discurso socialista.....	324

9. Conclusões.....	331
Fontes	345
Bibliografia.....	353
Anexos.....	365
Anexo A – Correspondência de Portugal para a Internacional no Instituto de História Social (Holanda)	365
Anexo B – Associações e delegados que participaram no Congresso Social.....	366
Anexo C – Inquérito apresentado aos delegados do Congresso Social	367
Anexo D – Retrato de Karl Marx na capa do Diário Ilustrado	368
Anexo E – Retrato de José Fontana na revista O António Maria	369
Anexo F – Cartas de José Fontana.....	370
Anexo G – Retrato de Alfred Fillon na capa do <i>Diário Ilustrado</i>	371
Anexo H – Retrato de Alfred Fillon na capa do <i>O António Maria</i>	372
Anexo I – Associações e delegados que participaram no Congresso de 1877	373

Lista de abreviaturas

ADS - Aliança da Democracia Socialista

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

APTN – Associação Protectora do Trabalho Nacional

ATRP – Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa

CPMCL – Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas

FA – Fraternidade Operária

IISG – Instituto Internacional de História Social (Amsterdão)

PCP – Partido Comunista Português

PRP – Partido Republicano Português

1. Introdução

O movimento operário é um objeto histórico social de grande dinamismo, integrando as sociedades ocidentais contemporâneas europeias e não europeias. Em sentido lato, o movimento é caracterizado como uma força que tenta organizar a vida política e social dos trabalhadores em torno de uma estrutura que, por seu turno, está revestida com um ideário social. É um movimento que agrupa o conceito de proletariado, de *classe operária* e de uma ideia social que, por norma, está identificada com o socialismo. Em certa medida, existe algo de isotrópico nos movimentos operários nacionais, isto é, todos acabam por possuir as mesmas propriedades independentemente da direção considerada. É no quadro das relações transnacionais que os movimentos operários nacionais se influenciam de uma forma diversa, heterógena, mas sempre numa configuração mútua. Por exemplo, uma ideia de socialismo e de internacionalismo são transversais nas diversas organizações operárias nacionais.

O movimento operário foi um interveniente determinante ao longo do século XIX e XX, um espaço preenchido por sectores antagónicos e até rivais que, deste modo, espelham também heterogeneidade social. Importa frisar que os movimentos operários não interessaram só os campos subversivos ou revolucionários, no caso português, encontramos liberais, socialistas e republicanos a edificar e a dirigir em conjunto o movimento operário logo em 1850. Posteriormente, o movimento vai evoluir para um campo político mais ideológico de acordo com o contexto da época, não deixa de realizar importantes ruturas e assumir continuidades que não impossibilitam expressões públicas contra as desigualdades sociais determinadas por relações de poder assimétricas. Neste aspeto, convém não esquecer que o próprio pensamento marxista foi «edificado a partir de, e mesmo determinado»¹ pelos movimentos operários, despontando numa determinada altura no seu interior, e não propriamente o inverso. Segundo Eric Hobsbawm, a tarefa primordial de Marx e de Engels «consistia em generalizar o movimento operário, até transformá-lo em movimento de classe»². Os movimentos operários podem influenciar outros movimentos e vão ser uma peça basilar nas novas teorias sobre o socialismo e o papel da *classe operária* na eventual

¹ YEO, Stephen. "Movimentos operários". Em: Tom Boottomore (editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 271.

² HOBSBWAM, Eric. "Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo". Em: Eric Hobsbawm, *História do Marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Vol. 1 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 315.

transformação do mundo. Convém referir que ambas categorias estão relacionadas, mas identificam-se por características e dimensões distintas, ou seja, classe operária e movimento operário não são propriamente a mesma coisa.

Na descrição de Gian Mario Bravo, o movimento operário é uma expressão que representa um «momento dinâmico da classe operária»³, para Wolfgang Abendroth foi um movimento social iniciado na Europa fruto do processo histórico das revoluções liberais, nomeadamente, da Revolução Francesa que foi determinante para o desenvolvimento de uma consciência sobre a necessidade de democracia política e a solidariedade internacional na luta pelos direitos humanos⁴.

O caso português, embora com uma linguagem menos enfática, não é exceção e, embora sofra de algum atraso histórico, sempre foi sentida uma forte necessidade de concretizar algo em Portugal que tinha como modelo os movimentos operários internacionais, nomeadamente, o inglês e o francês. O jornal republicano *O Rebate* escrevia, em 1873, que o movimento operário era um dos factos mais importante do século XIX, um movimento «iniciado pelas *Trad's Unions* da Inglaterra»⁵ que rapidamente foi estendido para França, boa parte da Europa e algumas zonas da Ásia e América. Em 1842, explicava o alemão Lorenz Stein, os movimentos radicais da época inevitavelmente acabariam por se expandir para outros⁶.

O histórico republicano Afonso Costa escreve, em 1891, que em Portugal pouco se tinha «progredido no socialismo»⁷, no entanto, nessa altura havia todo um caminho feito no campo do socialismo. É possível identificar um traço comum em toda a história do movimento operário português do século XIX que é a associação. Desde 1850 que o socialismo, independentemente da diversidade ideológica, defendia a necessidade de unir o mundo operário com o associativismo. A ideia de agrupar as camadas operárias e trabalhadoras foi sempre dominante ao longo da sua história. O *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, fundado em 1852, é a mais notável expressão do associativismo operário até à década de 70. É inegável a extrema importância dada ao associativismo operário na década de 50, 60 e 70 de oitocentos.

³ BRAVO, Gian Mario. “Movimento Operário”. Em: Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO (Orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 781.

⁴ ABENDROTH, Wolfgang. *Historia social del movimiento obrero europeo*. Barcelona: Editorial Estela, 1970, p. 17.

⁵ *O Rebate*. Órgão do Centro Republicano Federal de Lisboa, 1873, 1º Ano, N.º 1, p. 4.

⁶ Citado em, LINDEN, Marcel van der (2013), *Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho*, Editora da Unicamp, p. 12.

⁷ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895, p. 87.

Em termos políticos, a segunda metade do século XIX em Portugal é de uma enorme transformação, com o triunfo da Regeneração (1851) e com o regime liberal a encetar esforços para implementar, à imagem do que sucedia na Europa, uma vaga de modernização num país predominantemente agrícola. Foi iniciada uma ampla política de obras públicas, na qual a construção dos caminhos de ferro é uma das facetas mais visíveis. A acompanhá-la, ocorreu a expansão das estruturas financeiras. Na verdade, se em 1863 existiam 4 bancos, em 1875 eram já 51.

A implementação do sector industrial foi lenta e demorada, em Portugal está inserida num panorama marcado pela preponderância da pequena e artesanal oficina. O crescimento e a competitividade da indústria portuguesa vão enfrentar dificuldades, ambas estão condicionadas com as vicissitudes do mercado interno, mas, também altamente dependentes do nível de integração na economia mundial. Como salienta a historiadora Miriam Halpern Pereira, em Portugal a «paisagem industrial apresentava grande variedade de formas de organização»⁸. É somente depois de 1850 que é difundido o uso do vapor na produção e se o inquérito industrial de 1852 apontava para a existência de 362 fábricas, em 1881 o inquérito industrial assinala a existência de uma produção industrial realizada em fábrica, mas que coabitava ainda com a pequena manufatura. O *Inquérito Industrial de 1881* é encarado como o primeiro trabalho sério que pretendia aprofundar e analisar o tecido industrial português. O documento corresponde a um esforço de recolher informação para elaborar uma estatística sobre os estabelecimentos industriais, no entanto, como foi salientado por alguns historiadores e economistas, é uma fonte histórica incompleta e contraditória nos números e conceitos apresentados⁹. Diversos estabelecimentos industriais acabaram marginalizados no inquérito, ao passo que outros simplesmente recusaram a fornecer a devida informação. No entanto, o trabalho de 1881 não deixa de revelar uma presença industrial no território, nomeadamente, concentrada em alguns distritos. Os responsáveis pelo inquérito não deixam de concluir a necessidade de estimular, na opinião pública, uma ideia de um patriotismo industrial e a necessidade de formar mais associações¹⁰. O economista Armando Castro revela que no *Inquérito* foi levantado mais de 1300

⁸ PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Viséu: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, p. 23.

⁹ É o caso do economista Armando Castro e da historiadora Miriam Halpern Pereira.

¹⁰ *Inquérito Industrial de 1881, Visitas às fábricas, Distrito administrativo do Porto*, Livro segundo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 293.

unidades fabris e perto de 85 mil trabalhadores¹¹, no entanto, o número terá de ser superior, pois só no distrito do Porto o inquérito descreve a existência de 80 mil pessoas a trabalhar na indústria¹².

Segundo o estudo de Pedro Lains, o sector industrial representava 17,1% do produto interno bruto do país em 1870¹³ e tal como foi referenciado por diversos autores, a implementação do capitalismo em Portugal foi mais visível na agricultura do que propriamente na indústria. Na segunda metade do século XIX Portugal é ainda um país dominado pelo sector agrícola e os socialistas tinham plena noção do atraso português. Em 1877 o *Protesto*, jornal ligado ao *Partido Socialista*, lamentava o atraso português, afirmando que não existiam na sociedade portuguesa características «de uma sociedade dos meados do século XIX», acrescentando-se: «Neste país não há indústria, nem comércio, nem agricultura»¹⁴.

O período entre 1865 e 1877 é marcado por várias alterações na realidade portuguesa relativamente às formas de mobilização política. O *meeting* aparece como a nova grande ação de protesto político, nomeadamente, entre 1867 e 1868 e é dinamizado por políticos liberais ligados aos clubes políticos que «importaram da admirada Inglaterra uma nova e espetacular forma de participação política: o *meeting*»¹⁵.

É no Porto e em Lisboa que estes protestos, a que também se associam nas províncias manifestações mais antigas de ação popular, acabam por derrubar o denominado *Governo da Fusão* motivado pelo aumento de impostos, uma onda de protestos iniciada em janeiro de 1868, ficando então conhecida como a *Janeirinha*. No interior do liberalismo a situação está longe dos consensos da década de 50, uma situação agravada pela crise financeira e a guerra do Paraguai (1868-1870)¹⁶, que acabará por ser um entrave ao envio das remessas dos emigrantes no Brasil. A agitação política provocada pelo *Governo da Fusão* só vai terminar em 1871 com Fontes Pereira de Melo «a assumir a presidência do que viria a ser o mais longo governo da Monarquia

¹¹ CASTRO, Armando. *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971, p. 35.

¹² *Inquérito Industrial de 1881, Visitas às fábricas...*, p. 281.

¹³ LAINS, Pedro. “A indústria”. Em: Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA, (Org). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, Vol II, p. 273.

¹⁴ *O Protesto. Periódico socialista*, maio de 1877, III Ano, N.º 90, p. 1.

¹⁵ CERZALES, Diego. *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2001, p. 57.

¹⁶ Considerada um dos maiores conflitos militares ocorrida na América do Sul que opôs o Paraguai e a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai).

Constitucional»¹⁷. No ano seguinte ocorre uma alteração no aparelho de Estado através dos Código Penal e Civil e a reforma administrativa de 1872. Este quadro legal não regularizava as condições do mundo do trabalho, mas autorizava o associativismo e declarava a proibição da greve.

Entretanto, a imprensa solidificava a sua presença numa sociedade com altos índices de analfabetismo. O número das tiragens é significativo no início da década de 70, os números de José Tengarrinha revelam existir em Lisboa 50 mil exemplares de jornais diários¹⁸, um sinal indicativo da evolução na produção dos jornais. A imprensa portuguesa acaba transformada num sector profissionalizado, um espaço privilegiado para o debate que é transversal a várias sensibilidades e, desse modo, acaba por ser essencial no incremento de uma opinião pública, particularmente, masculina e urbana. Esta realidade é garantida pela existência de uma elevada liberdade de imprensa, devido à lei de 1866 que permitia aos jornais e ao jornalismo que se consolidassem na sociedade portuguesa. Por outro lado, o melhoramento das vias de comunicação, com a rede ferroviária e o telégrafo, foi essencial para a expansão da imprensa, aproximando Portugal da Europa e vice-versa. É neste universo marcado pelo liberalismo, o desenvolvimento e o debate público que vamos analisar o nosso objeto de estudo.

1.1 Ambições do projeto

O período balizado entre 1865 a 1877 estabelece limites precisos na história do movimento operário português, que corresponde à realização do primeiro congresso, organizado pelo *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, e termina no primeiro congresso socialista organizado pelos socialistas portugueses. Um movimento que se verifica num país marcado, à imagem da Europa, pela tentativa de modernizar a sua estrutura produtiva. No campo político está consolidado um Estado liberal moderno com um forte espírito desenvolvimentista (*Regeneração*) recetivo ao diálogo, garantia de algumas liberdades individuais e coletivas e até uma certa abertura ao alargamento da participação eleitoral masculina.

A escolha deste período torna possível compreender o processo histórico de transformação política e social do movimento operário e socialista, que é o protagonista

¹⁷ LUCAS, Patrício Isabel Gomes. *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Dissertação de Doutoramento, FCSH, 2018, p. 42.

¹⁸ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 227.

principal deste trabalho, caracterizado por profundas ruturas e algumas continuidades. Nesta fase o quadro interpretativo corresponde ao nascimento de uma nova geração de socialistas que assume a liderança do movimento operário, acompanhados por históricos dirigentes da década de 50, caso de um Sousa Brandão ou de Vieira da Silva.

O movimento operário foi parte integrante do debate público a partir da segunda metade do século XIX, que intensifica e mobiliza um debate sobre si mesmo, nomeadamente através da imprensa operária e a constituição de estruturas organizativas e representativas do mundo operário que acabam por se tornar núcleos fundamentais de direção das suas lutas, mesmo não estando legalizadas como é caso do *associativismo de resistência*. É um período marcado pela decadência do chamado *socialismo utópico* (totalmente dominante entre 1850-60) e ordeiro face à ascensão do denominado *socialismo científico* e reivindicativo. Um reflexo do que sucedia no plano internacional, nomeadamente com a edificação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), fundada em 1864 e a Comuna de Paris de 1871.

A grande ambição deste projeto é integrar o movimento operário português num horizonte mais amplo da vida política e social do país, retirando-o da antiga e frequente análise enclausurada através do enfoque na esfera pública, no debate público e numa perspetiva multilateral que até agora ainda não foi aplicada a este objeto na historiografia portuguesa e servir para acrescentar novidade ao que já foi produzido. Assim, a pergunta que nos colocamos emerge do pressuposto que o movimento operário existe numa constante, heterógena e multifacetada dinâmica na esfera pública que com ele se articula e o alimenta, estabelecendo sempre entre esses dois polos poderosas ligações. O mundo operário, como elemento fundamental do modo de produção capitalista, não está isolado nem é incomunicável com a sociedade liberal do século XIX, antes pelo contrário. Este objetivo é auxiliado por algumas questões mais concretas que vamos tentar dar resposta ao longo da dissertação: abordar as várias ruturas e continuidades do movimento operário, com destaque para a implosão do *Centro Promotor*, um espaço que virá a ser preenchido pela *Fraternidade Operária* que, por seu turno, dará origem a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* e, em grande medida, ao *Partido Socialista*; aprofundar o desenvolvimento e a influência da *Associação Internacional dos Trabalhadores* em Portugal e as reações no espaço público; estabelecer uma relação entre os agentes políticos do constitucionalismo monárquico e o movimento operário; a dinâmica entre socialistas com um outro

movimento político ascendente que se pretende fora do sistema, o *Partido Republicano*; e, por fim, a ligação e dinâmica entre as organizações dos trabalhadores com os trabalhadores e o movimento operário de uma perspectiva multilateral e a sua expressão na esfera pública. A resposta a estas questões justifica de *per si* a investigação do movimento operário com base num modelo problemático que incide num horizonte mais amplo da vida política e social do país, do que tem sido utilizado até agora.

1.2 Metodologia

Tendo noção da complexa realidade e, também, das interrogações colocadas na dissertação é pertinente construir um quadro metodológico e interpretativo com o recurso à vários tipos de conceitos. A historiografia internacional com a inauguração de uma *nova história social* contribuiu, de uma forma fundamental, para novas perspectivas sobre o movimento operário e a classe operária. O historiador britânico E.P. Thompson é, sem dúvida, um dos rostos mais conhecidos desta nova vaga com o seu intemporal trabalho sobre o *autofazer* da classe operária britânica, uma obra meritória e pioneira por não se restringir ao olhar sobre as organizações socialistas e operárias, mas aprofundar outros campos da vivência popular, ou seja, a *classe operária* não é formada apenas pela situação dos seus agentes face à produção, mas também pela vivência e partilha comunitárias¹⁹. Ainda em Inglaterra, Eric Hobsbawm²⁰ revelou em 1952 a complexidade do *ludismo* inglês, demonstrando que a história dos trabalhadores está longe de explicações simples que remetem para a espontaneidade ou comportamentos de pura selvageria. Existe, de facto, uma considerável pertinência em estudar o quotidiano das comunidades operárias e as alterações no espaço resultantes do processo de industrialização, com a necessidade de estudar a prática grevista na sua vertente mais diária e o seu quotidiano, propostas teóricas-metodológicas desenvolvidas pelos historiadores Raphael Samuel²¹, Herbert Gutman²² e Michelle Perrot²³. É possível identificar novos contributos para o estudo do movimento operário nas últimas décadas. É o caso do historiador norte-americano, David Roediger, que coloca em confronto categorias como *raça, classe e marxismo*²⁴. Este historiador em 1991 publicou o livro

¹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class*. Penguin books, 1991.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. "The machine breakers". *Past & Present*. Oxford University Press, N.º 1, 1952.

²¹ SAMUEL, Raphael. *Village Life and Labour*: Routledge & Kegan Paul, 1975.

²² GUTMAN, Herbert G. *Work, Culture and Society in Industrializing America*. Edition Unstated edition, 1977.

²³ PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève: France 1871-1880*. Paris - La Haye: Mouton, 1974.

²⁴ ROEDIGER, David. *Class, race and Marxism*. New York: Verso, 2017.

*The Wages of Whiteness*²⁵ onde coloca a ênfase da investigação na categoria de *raça* e a importância da *branquitude* e da identidade do trabalhador branco na construção da classe operária dos Estados Unidos da América. Uma perspectiva que em 1987 tinha sido explorada por Ron Ramdin e o seu estudo sobre a classe operária negra no Reino Unido²⁶. Existe algum trabalho historiográfico que apresenta uma metodologia pioneira sobre as ligações entre liberalismo e movimento operário. É o caso do historiador Ralf Roth que ao abordar as categorias utópicas usadas no discurso liberal sobre a ideia de igualdade no campo da cidadania na Alemanha afirma que, «com este programa, o movimento liberal influenciou fortemente o desenvolvimento do movimento operário alemão»²⁷.

Mais recentemente, o trabalho do historiador espanhol Jesús de Filipe Redondo²⁸ procurou tornar central uma manifesta relação entre o discurso liberal e o movimento operário. Para este historiador o aparecimento do movimento operário não é um exclusivo da transformação do processo produtivo, mas da maneira como essas mudanças adquiriram um novo significado quando são concebidas através de categorias modernas²⁹. Estes são alguns exemplos de conceitos críticos e criativos que incidem no estudo do movimento operário e da classe operária que acabam por influenciar o quadro interpretativo da historiografia de hoje. Nestas metodologias compreende-se que os estudos sobre o movimento operário são dinâmicos e podemos concluir que o estudo operário está longe de estar esgotado.

Pretendemos associar ao estudo do movimento operário o conceito habermasiano de *esfera pública burguesa*³⁰ que identifica nas sociedades liberais, nomeadamente entre o século XVIII e o XIX em países como Alemanha, França e Inglaterra. Ou seja, a ideia de esfera pública é em geral uma categoria histórica, que deslinda uma complexa estrutura integradora das estruturas políticas, dos espaços de socialização e dos meios de

²⁵ ROEDIGER, David. *The wages of whiteness. Race and the making of the American working class*. USA: Verso, 2007.

²⁶ RAMDIN, Ron. *The making of the black working class in Britain*. Verso, 2017.

²⁷ ROTH, Ralf. “Labor movement in Germany, 1848 to 1914”. Em: David E. BARCLAY e Eric D. WEITZ (eds). *Between Reform and Revolution. German socialism and Communism from 1840 to 1990*. New York-Oxford: Berghahn Books, 1998, p. 119.

²⁸ REDONDO, Jesús de Felipe. *Trabajadores. Lenguaje y experiencia en la formación del movimiento obrero español*. Genuève Ediciones, 2012.

²⁹ REDONDO, Jesús de Filipe. “El concepto moderno de trabajador y los orígenes del movimiento obrero español (1830-70)”. Em: Maria MARÍN e Carmen MARTINEZ (eds). *Ayeres en discusión: temas clave de Historia Contemporánea hoy*. Murcia: Universidade de Murcia, 2008, pp.19-20.

³⁰ HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge-Massachusetts: The MIT Press, 1991.

comunicação e de produção onde ocorre um *debate público*, provocando, desse modo, a *publicidade*³¹ e uma *opinião pública*. Uma das ideias mais interessantes da noção *habermasiana* é a esfera pública ser nada mais do que uma dialética entre privado e público, com premência do privado, pois é aqui que reside a «autêntica esfera pública, dado que era uma esfera pública constituída por pessoas privadas»³². Em Portugal não existem muitos estudos sobre o conceito de *esfera pública burguesa*, nomeadamente, análises que apliquem o conceito ao caso português. Porém, existem alguns investigadores que abordam o conceito formulado por Habermas, é o caso do historiador Diogo Ramada Curto³³ e, mais recentemente, o investigador Pedro Silva³⁴. O sociólogo Filipe Carreira da Silva³⁵ realizou um vasto trabalho teórico sobre a obra de Jürgen Habermas.

É certo que a *mudança estrutural da esfera pública* de Jürgen Habermas nunca foi unânime e motivou vários debates académicos³⁶, inclusive o próprio Habermas ao longo dos anos foi recondicionando o seu trabalho. Uma das críticas que é feita à *esfera pública* é a ausência de referências a uma *esfera pública operária*. O próprio Habermas reconhece a existência de uma esfera pública plebeia, que é evidente no movimento cartista e nas tradições anarquistas, mas que não deixa de estar orientada nas intenções da *esfera pública burguesa*³⁷. Seja como for, julgo que o conceito de Jürgen Habermas é pertinente enquanto auxiliar teórico para o estudo do movimento operário, nomeadamente os movimentos operários que emergem nas sociedades liberais ocidentais.

Por outro lado, temos que destacar o trabalho teórico de dois críticos da *esfera pública burguesa* de Habermas. Falamos do filósofo e sociólogo Oskar Negt³⁸ e do

³¹ Convém referir esta ideia de Jürgen Habermas não é referente à ideia de marketing publicitário ou propaganda, mas sim num sentido de tornar algo público.

³² HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere...* p. 30.

³³ *O discurso político em Portugal (1600-1650); Cultura Política no tempo dos Filipes (1680-1640); Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*.

³⁴ SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. *A praça e o reino: cotidiano e espaço público em Portugal entre Filipes e Braganças (ca. 1580 – ca. 1668)*. Dissertação de Doutoramento, ISCTE-IUL, 2020.

³⁵ Destacamos o artigo de 2001 o “Espaço público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas” na *Análise Social* e o livro de 2003, *Espaço Público em Habermas*.

³⁶ A exemplo disto temos os historiadores David Zaret e Keith Michael Baker que acusam a ausência de uma abordagem mais profunda aos aspetos sociais e culturais. A filósofa Nancy Fraser é uma das vozes crítica ao conceito de Habermas devido à exclusão do papel das mulheres. Confrontar, CALHON, Craig (Editor). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Massachussets MIT Press, 1992

³⁷ HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere ...* p. xviii.

³⁸ Oskar Negt foi orientado no doutoramento pelo conhecido filósofo Theodor Adorno e trabalho durante anos enquanto assistente do próprio Jürgen Habermas na Universidade. Esteve fortemente envolvido com o mundo sindical.

filósofo e realizador Alexander Kluge³⁹, dois importantes intelectuais alemães que vão abordar de forma crítica o trabalho de Habermas pela ausência de uma *esfera pública proletária*⁴⁰. Ao contrário da esfera pública burguesa, onde está localizada uma multifacetada instituição pública, a *esfera pública proletária* é distinta pelas «suas formas externas – a associação de trabalhadores, bairros operários e o sindicato»⁴¹. A sua expressão política acaba por nascer das contradições do próprio sistema capitalista formando, desse modo, um novo sujeito histórico e, nestes moldes, a «esfera pública proletária é, portanto, um índice do grau de emancipação da classe operária»⁴². Oskar Negt e Alexander Kluge não recusam Habermas na sua totalidade, mas elaboram a ideia de uma outra esfera com suporte no *materialismo dialético*.

Temos, porém, trabalhos que focam o espaço público como terreno essencial para as práticas e formas de sociabilidade, é o caso do trabalho inovador de Maria Alexandre Lousada que remete a ideia de rua como «espaço público por excelência [...] como palco de sociabilidades populares»⁴³. A imprensa acaba por ser um outro local privilegiado para o debate público, surgindo uma opinião pública em torno do mundo operário e neste prisma, devem ser levadas em conta as palavras de Maria Manuela Tavares Ribeiro quando afirma que a «imprensa dá-nos em sentido amplo a “informação”, o “reflexo” da opinião pública letrada e mais ainda das próprias mentalidades»⁴⁴. De acordo com José Tengarrinha, foi neste período que «o jornalismo exerceu [a] mais vincada influência na opinião pública»⁴⁵. O próprio movimento operário frisa a sua existência, denotando a existência de forças que tentavam «desacreditar na opinião pública os [...] operários»⁴⁶.

Vamos também aprofundar e destacar a temática da *questão social* que continua dominante no pensamento do movimento operário ao longo de todo o período e, por seu turno, não é exclusiva ao campo socialista não esquecendo que tal como referiu Marilda

³⁹ Um dos mais importantes realizadores e críticos da Alemanha. Conviveu com o filósofo Theodor Adorno e o histórico realizador Fritz Lang, sendo um dos impulsionadores do denominado *Novo Cinema Alemão*.

⁴⁰ NEG, Oskar e KLUGE, Alexander. *The Public Sphere and Experience. Toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. London: University of Minnesota Press, 1993

⁴¹ NEG, Oskar e KLUGE, Alexander. *The Public Sphere and Experience...* p. 59.

⁴² NEG, Oskar e KLUGE, Alexander. *The Public Sphere and Experience...* p. 33.

⁴³ LOUSADA, Maria Alexandra. “A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do antigo regime”. Em: Maria da Graça A. Mateus VENTURA, (org). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. p. 99.

⁴⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “Subsídios para a história da liberdade de imprensa. Meados do século XIX”. *Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, N. °6, 1984, p. 461.

⁴⁵ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa...*, p. 205.

⁴⁶ *O Pensamento Social*, 20 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 27, p. 2.

Iamamoto e Raul de Carvalho, a «*questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade»⁴⁷.

Paralelamente à análise destes importantes conceitos na investigação, pretende-se adotar algumas propostas metodológicas da chamada *histoire croisée* da autoria do historiador Michael Wermer e da socióloga Bénédicte Zimmermann. Partindo da suposição que o estudo do movimento operário é indissociável do estudo do poder e sistema político vigente, do debate na esfera pública e do próprio espaço público, a dissertação pretende «rompe[r] com uma perspetiva unidimensional, simplificadora e homogénea, em benefício de uma abordagem multidimensional que reconheça a pluralidade e as configurações complexas que daí resultam»⁴⁸.

O estudo do movimento operário português necessita de uma abordagem que promova um cruzamento do próprio com os restantes movimentos e as entidades políticas assimétricas. Simultaneamente, a história do movimento operário deve abranger duas singularidades, uma centrada na necessidade de contrariar a ideia de unidimensionalidade, a outra, reside na vertente transnacional. No sentido de evitar a primeira, vamos realizar uma constante construção de diálogo entre o movimento operário e a esfera pública, nomeadamente, a imprensa não operária. Sempre que possível, são edificadas pontes entre fontes para observar o movimento operário de uma forma mais tridimensional. Enquanto categorias histórias os movimentos operários acabam por resultar em estruturas nacionais organicamente complexas, politizadas e ideologicamente próximas do internacionalismo. Embora não seja objetivo realizar uma história comparada com outros países, a verdade é que não seria viável concretizar uma investigação sobre o movimento operário português da segunda metade do século XIX com base no isolamento. É imprescindível e urgente estabelecer uma relação, de uma forma empírica, entre o movimento operário nacional com o internacionalismo. No caso português esta ligação passa, naturalmente, pelos altos quadros da *Internacional* e o movimento operário espanhol. O socialismo português esteve em constante comunicação com o homólogo espanhol.

⁴⁷ IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006, pp. 77.

⁴⁸ WERNER, Michael e BÉNÉDICTE, Zimmermann. "Pensar a história cruzada: entre empírica e reflexividade". *Textos de História*, Vol.º 11, nº 1/2, 2003, p. 96.

O nosso pressuposto de análise tenta incidir num jogo de escalas de diferentes dimensões, mas que precisam de ser abordadas, cruzadas e relacionadas. Um fenómeno histórico caracterizado por um entrelaçamento entre a escala nacional, internacional, pública e privada. São estas parcelas que se cruzam e interagem entre si, por vezes de uma forma complexa, dissimétrica, contraditória e até camuflada, outras vezes de uma forma evidente, descomplexada e simétrica produzindo sempre algum eco no espaço público. É neste complexo quadro que o movimento operário integra o debate público e provoca uma mobilização. Portanto, assumimos o movimento operário como um espaço coletivo interclassista e, por conseguinte, a sua história é mais do que a tradicional perspectiva de luta entre o *trabalho* e o *capital*, embora não deixe de ser um importante lugar de debate e de disputa pela influência nos trabalhadores e suas organizações.

A centralidade da questão no debate público poderá ser encarada, à primeira vista, como uma subtilidade, no entanto, é um caminho metodológico que permite observar a multiplicidade de cruzamentos no movimento operário e, em certa medida, enriquecer a história dos movimentos sociais em Portugal. Uma visão teórica e cronológica que nos parece perfeitamente adequada e exequível no caso português e que tenta problematizar o movimento operário através de um novo ângulo de investigação que coloca o objeto de estudo num abrangente e multifacetado quadro de relações entre a experiência, a linguagem, o debate, a mobilização, as estruturas políticas, a imprensa e o espaço público.

A estrutura da dissertação está dividida em onze capítulos. O primeiro dedicado à introdução onde expomos as ambições do projeto, a sua metodologia, o estado da arte e os arquivos e fontes que sustentam esta investigação. O segundo é referente ao 1º Congresso Social de 1865-1866. O terceiro é sobre o *Centro Promotor*, onde é notória a ascensão de uma nova geração de socialistas que acabam por ser fundamentais na implosão desta histórica organização representante do mundo do trabalho. De seguida, encontramos o quarto capítulo que é dedicado a duas importantes e pioneiras associações operárias fundadas pela nova geração de socialistas. O quinto capítulo pretende abordar a penetração e a consolidação da *Internacional* em Portugal, e consta um subcapítulo sobre o debate em torno da identidade de José Fontana, onde vamos visitar uma polémica antiga e um outro sobre a presença de um agente de segurança pública francês em Portugal para investigar os internacionalistas. O sexto capítulo é dedicado ao movimento grevista de 1872-73. O sétimo capítulo aborda o *Partido*

Socialista onde podemos encontrar um subcapítulo sobre a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* e o primeiro congresso dos socialistas em Portugal. O oitavo capítulo está estruturado em torno de algumas ideias e conceitos à luz dos jornais operários, nomeadamente, o *Pensamento Social* e o *Protesto*. O nono é dedicado às devidas conclusões. No final temos a bibliografia, fontes e alguns anexos respetivamente.

1.3 Estado da arte

A história do movimento operário consagra uma curiosidade perene enquanto objeto histórico, pois desde a sua formação que existe uma vontade de registar e conservar essa história, uma vontade assumida pelos próprios militantes. Em Portugal na segunda metade do século XIX é frequente ver os dirigentes socialistas a escreverem na imprensa artigos referentes à historicidade do movimento operário, usando outras palavras, acabam por realizar um olhar sobre si mesmo. A montante deste exercício, as próprias associações operárias asseguram nos estatutos a necessidade de preservar e arquivar a sua documentação interna. Há uma sensibilidade para o legado em construção, o movimento operário iniciado na década de 50 de oitocentos tinha uma especial atenção com a sua história, pois entendia que esta prática «serve não menos ao historiador, que ao operário»⁴⁹. Existem sinais que demonstram a compreensão da história também como um campo de batalha política. De facto, a literatura sobre o movimento operário português é inaugurada nas suas próprias fileiras. A exemplo disto temos a obra *os socialistas de Portugal*⁵⁰, de João Crisóstomo Mackonelt. Em 1894 o anarquista Gonçalves Viana publica um livro sobre o movimento anarquista⁵¹ e, mais tarde, é a vez de Felizardo Lima, que faz uma retrospectiva sobre o movimento operário português⁵². Dentro destes trabalhos é necessário destacar Costa Goodolphim⁵³, este militante do associativismo operário chegou a desempenhar tarefas enquanto arquivista em algumas associações, e em 1876 apresenta ao público um trabalho com uma recolha metódica de informações sobre o associativismo em Portugal. Nos primeiros anos do

⁴⁹ *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 09 de abril de 1853, N.º 9, p. 71.

⁵⁰ Uma obra sem data, mas a avaliar pela informação contida é certo que foi elaborada entre os 1871 e 1873.

⁵¹ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal (primeira parte)*. Porto: Typ. Rua Chã, 1894.

⁵² LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (de 1833 a 1897)*. Porto: Tipografia Gutenberg, 1897.

⁵³ GOODOLPHIM, Costa. *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Tipografia Universal, 1876.

século XX é publicado o livro de um outro militante operário, Luís Gonçalves é o responsável pelo livro *a evolução do movimento operário em Portugal*⁵⁴. Durante a Primeira República o anarquista Manuel Joaquim de Sousa publica o livro *Sindicalismo e Acção Directa*⁵⁵ (1911) e, mais tarde, *O Sindicalismo em Portugal: Esboço Histórico*⁵⁶, (1931).

É durante o século XX, nomeadamente na segunda metade, que é encetado o grande interesse historiográfico pelo mundo operário. Sendo verdade que a ditadura salazarista limitou o estudo dos movimentos sociais, não é possível, ainda assim, negar a total ausência desses trabalhos. Durante o *Estado Novo* são publicados livros e alguns artigos sobre o movimento operário, o socialismo e anarquismo. É possível destacar os livros de César Nogueira⁵⁷, do Carlos da Fonseca⁵⁸, do César Oliveira⁵⁹ e do José Pacheco Pereira⁶⁰, enquanto que outros investigadores, forçados ao exílio político, acabam por desenvolver os seus trabalhos no estrangeiro, nomeadamente, em França. É o caso de um dos historiadores que mais escreveu sobre o movimento operário português, Victor de Sá.

É somente com o 25 de Abril de 1974 que o estudo do movimento operário alcança consideráveis proporções, ocorrendo a consolidação da curiosidade sobre esse movimento e as ideais socialistas em Portugal e, tal como afirmou Victor de Sá, a *Revolução dos Cravos* é a responsável pelo «grande despertar [...] de curiosidade pela história do movimento operário português»⁶¹. Um vasto leque de investigadores é responsável pela produção de diversos estudos sobre o mundo operário, onde é possível destacar os nomes de Victor de Sá, César Oliveira, Ana Maria Alves, Carlos da Fonseca, Ramiro da Costa, José Pacheco Pereira, José Tengarrinha, Joel Serrão, Fernando Piteira Santos, João Freire, Fátima Patriarca, João Medina, Maria Filomena

⁵⁴ GONÇALVES, Luís. *A Evolução do Movimento Operário em Portugal*. Lisboa: Adolfo de Mendonça Editores, 1905, p. 57

⁵⁵ SOUSA, Manuel Joaquim. *Sindicalismo e acção directa*. Porto: Typ. Peninsular, 1911.

⁵⁶ SOUSA, Manuel Joaquim. *O sindicalismo em Portugal: Esboço histórico*. Lisboa: Comissão Escolar e Propaganda do Sindicato do Pessoal de Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.

⁵⁷ NOGUEIRA, César. *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Lisboa: Edição do autor, 1950, e NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

⁵⁸ FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa. O centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

⁵⁹ OLIVEIRA, César. *O socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.

⁶⁰ PEREIRA, José Pacheco. *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

⁶¹ SÁ, Victor de. "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa". *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981, p. 1.

Mónica e Manuel Villaverde Cabral. Estes investigadores acabam por consagrar o mundo operário como uma das grandes questões da historiografia nacional da década de 70 e 80 do século XX. De forma geral, quase todos os trabalhos incidiam sobre o período entre 1870 e 1974, havendo uma maior densidade de trabalhos sobre o operariado na I República e no Estado Novo. Não será possível destacar toda a bibliografia produzida, mas vamos destacar algumas obras que são incontornáveis na história do movimento operário em Portugal, nomeadamente, aquelas que abordam a baliza cronológica deste trabalho.

Existe um consenso que o período balizado entre 1865 (Congresso Social) e 1877 (I Congresso dos Socialistas) está integrado numa ampla e também consensual 2ª fase do movimento operário português. Nesta nova fase o movimento aparece com práticas e discurso mais aguerridos, reivindicativos e radicais, ou seja, está coeso em torno de novas formas de protesto e mobilização, como é o caso da prática grevista, e, desse modo, tende a afrontar o poder vigente. É ainda uma fase que corresponde à penetração das ideias marxistas e anarquistas, a ascensão da *Internacional* em detrimento do *socialismo utópico* que tinha sido dominante na fase anterior (1850-1860).

Segundo a historiadora Ana Maria Alves, o Congresso de Haia da *Internacional* vai ter fortes ecos, fazendo emergir os «esforços em Portugal para o levantamento do partido operário»⁶² e socialista. Ramiro da Costa acredita que a fundação de um partido socialista em Portugal está fortemente marcada pelas consequências «das lutas e em particular do movimento grevista de 1871, 72 e 73»⁶³, nomeadamente no Porto e em Lisboa. Joel Serrão aponta as limitações do movimento operário português deste período, frisando que «de 1850 a 1870 não houve, entre nós, nem republicanismo nem socialismo como movimentos políticos»⁶⁴, ao passo que Carlos da Fonseca afirma que até à emergência de um partido socialista em Portugal «os conflitos do trabalho são ainda raros e geralmente liquidados através das vias legais»⁶⁵. José Tengarrinha defendia, num artigo, que até 1870 o movimento operário português era caracterizado por alguma ordem, havendo alguns surtos grevistas espontâneos e defensivos com

⁶² ALVES, Ana Maria. *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 161.

⁶³ COSTA, Ramiro da. *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal, 1º volume 1820-1929*. Assírio e Alvim, 1979, p. 57.

⁶⁴ SERRÃO, Joel. *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, p. 25.

⁶⁵ FONSECA, Carlos da. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal I Cronologia*. Viseu: Publicações Europa-América, (s.d.), p. 22.

grande proeminência para o sector agrícola e uma «dispersão geográfica [...] que, ao contrário do que acontecerá mais tarde, não se encontram esmagadoramente concentrados em Lisboa e no Porto»⁶⁶. Vários autores consideram o ano de 1871 como simbólico para a história operária em Portugal. Victor de Sá chegou mesmo a declarar que «o movimento operário português se formou desde 1871, e que a Associação Internacional dos Trabalhadores ocupou um grande papel nessa formação»⁶⁷. Segundo José Tengarrinha é nesta fase que «os jornais operários tomaram nova feição»⁶⁸ concentrada na libertação e luta operária. O eixo gravitacional estava n' *O Pensamento Social* (Lisboa 1872) e *O Protesto* (Lisboa 1875). Por outro lado, é dado grande ênfase ao desenvolvimento industrial como um fator explicativo para o aparecimento do operário e das suas associações, no entanto, alguns autores não menosprezam o papel da pequena e tradicional oficina. A historiadora Maria Filomena Mónica realça que a existência do mundo artesanal era a grande realidade no tecido produtivo do país⁶⁹, ao passo que Pacheco Pereira sublinha que o movimento operário dominado pelo *socialismo utópico* acaba por ficar reservado a pequenos núcleos urbanos num país predominantemente rural⁷⁰. Para Fernando Medeiros o período de 1850 até 1870 é «a primeira fase do associativismo operário»⁷¹ em Portugal, sendo caracterizado pelo nascimento de associações de classe e as primeiras escolas técnicas.

O historiador Carlos da Fonseca é, porventura, o investigador que mais estratifica a história do movimento operário português nos últimos cinquenta anos do século XIX. Segundo este autor, o período de 1850 até 1870 corresponde a uma segunda época marcada pela expressão «mutualidade nos seus múltiplos aspetos»⁷², uma ausência de conflitos e a existência de profundas e íntimas ligações do movimento operário com o poder político. Numa terceira época temos os anos de 1871 até 1876, que correspondem ao nascimento do associativismo de resistência, com uma veia reivindicativa pujante e

⁶⁶ TENGARRINHA, José. "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920". *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981, p. 584.

⁶⁷ SÁ, Victor. *Formação do Movimento Operário Português*. Coimbra: Centelha, 1978, p. 31.

⁶⁸ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa...*, p. 241.

⁶⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal*. Lisboa: ICS, 1986, p. 13.

⁷⁰ PEREIRA, José Pacheco. *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1971, p. 18.

⁷¹ MEDEIROS, Fernando. "Esquisse d'analyse des tentatives de réalisation d'une culture ouvrière". Em: J. C. Seabra PEREIRA (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982, p. 427.

⁷² Fonseca, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I Cronologia...*, p.22.

consolidação de uma estrutura partidária sob a bandeira do socialismo. Esta nova postura é decisiva para cortar de vez com a antiga ideologia integradora e reformismo legal das épocas anteriores. No mesmo sentido avança César de Oliveira, descrevendo a existência de uma terceira fase depois de 1871, com o «esgotamento a que certamente chegaram as associações mutualistas»⁷³ perante a *questão social* e ocorrência da radicalização do movimento com a transformação da colaboração interclassista em *luta de classes*.

O estudo do movimento operário foi, em grande medida, central na historiografia portuguesa durante a década de 70 e 80 do século XX. Estes estudos são meritórios no campo historiográfico, pois inauguram as primeiras tentativas sérias de problematizar e de questionar o movimento operário, como realizam um extenso trabalho de recolha e transcrição de diversa e importante documentação a ele referentes. São notórias em alguns destes trabalhos a presença e influência das novas perspetivas historiográficas, nomeadamente, a britânica. Outra tendência desta geração de historiadores é a recolha e a compilação de uma vasta documentação histórica produzida pelo movimento operário, com a finalidade de publicação nos seus trabalhos. Por norma, no final dos livros existia uma parte dedicada à reprodução dos documentos recolhidos durante a investigação⁷⁴. O trabalho organizado por José Carlos Seabra Pereira merece destaque. Este trabalho junta em livro as distintas comunicações de diversos autores realizadas num congresso sobre a utopia e o socialismo em Portugal no século XIX⁷⁵. Neste trabalho, encontramos contributos de autores como Carlos da Fonseca, Fernando Medeiros, Sérgio Lopes, Eduardo Lourenço, Joel Serrão, José Pacheco Pereira, Albert Silbert, Bernhard Bayerlein, entre outros.

O estudo sobre o mundo operário nunca deixou de ser feito, mas, tal como sucedia internacionalmente, acabou por perder charme e a influência que detinha na agenda historiográfica. É uma nova etapa para o estudo operário, mais descontraída e menos politizada, o que terá, porventura, permitido explorar o movimento operário através de novos ângulos de investigação. Em grande medida, o caso português acaba por refletir as novidades internacionais e a ser feito na ideia da multidisciplinaridade. Logo em

⁷³ OLIVEIRA, César. *O socialismo em Portugal 1850-1900...*, p. 138.

⁷⁴ A exemplo disto temos os livros de Carlos da Fonseca, César Oliveira, Maria Filomena Mónica, Jacinto Rodrigues, João Medina entre outros.

⁷⁵ PEREIRA, José Carlos Seabra (Org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982.

1993 Fernando António Almeida publica o livro *Operários de Lisboa*⁷⁶ onde estuda o mundo operário lisboeta entre 1845 a 1870 através das práticas de socialização e do teatro. No Porto, Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro, aprofundou o movimento socialista naquela cidade através do jornal *O Operário* (1879-82). Uma dissertação de mestrado, defendida em 1999, que pretendia fazer um contraponto àquela historiografia que colocou o socialismo lisboeta como o modelo nacional⁷⁷. A investigadora Maria Alice Samara apresenta alguns trabalhos sobre o movimento operário durante a primeira República, como foi a sua tese de mestrado intitulada *sob o signo da guerra: "Verdes" e "Vermelhos" no conturbado ano de 1918*⁷⁸, defendida em 2001 e em 2007 publica o livro *Operárias e Burguesas*⁷⁹. Por essa altura, aparecem as investigações de Joana Dias Pereira, com uma dissertação de mestrado sobre o sindicalismo revolucionário⁸⁰ durante o ano de 2008 e, posteriormente, a concretização de um doutoramento sobre a produção social da solidariedade operária na Península de Setúbal⁸¹. Em 2005 o conhecido intelectual Alberto Vilaça publicou a *Comuna de Paris e a 1.ª Internacional*⁸², uma obra que pretende revisitar problemáticas antigas, como é o caso do debate em torno da identidade do socialista José Fontana. Convém frisar que no ano anterior, 2004, José Alberto Baptista publicou um livro em torno da figura de João Bonança⁸³ que merece um destaque, pois, não sendo propriamente um livro sobre o movimento operário, é um dos poucos livros que aprofunda a figura de João Bonança e o seu percurso no movimento. Em 2010 Sílvio Castro publica um trabalho onde estabelece uma relação entre a poesia e o movimento socialista entre 1850 a 1974⁸⁴. No ano de 2012 a questão da mulher trabalhadora é aprofundada na investigação de Virgínia Baptista. Esta investigadora defende a sua dissertação de doutoramento sobre a

⁷⁶ ALMEIDA, Fernando António. *Operários de Lisboa. Na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Caminho, 1993.

⁷⁷ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães. *O operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

⁷⁸ A dissertação está editada em livro, SAMARA, Maria Alice. *Verdes e vermelhos. Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

⁷⁹ SAMARA, Maria Alice. *Operárias e Burguesas. As mulheres no tempo da república*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

⁸⁰ PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário – A história de uma ideia*. Tese de Mestrado, FCSH, 2008

⁸¹ PEREIRA, Joana Dias. *A produção social da solidariedade operária. O caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1910)*. Tese de Doutoramento, FCSH, 2013.

⁸² VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional revisitadas em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2005.

⁸³ BAPTISTA, José Alberto. *João Bonança na cultura do seu tempo*. Lisboa, Edições Colibri, 2004.

⁸⁴ CASTRO, Sílvio. *Poesia do socialismo português. No percurso de 1850 a 1874*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal entre 1880-1943, que acabará por ser publicada em livro no ano de 2016⁸⁵. Em 2018 João Daniel Dias Rodrigues realiza o seu mestrado em torno do jornal o *Protesto Operário* e o socialismo em Portugal entre 1882 e 1894⁸⁶. E no ano seguinte a investigadora Ana Ramos Alcântara apresenta a dissertação de doutoramento sobre a cidade de Lisboa e os espaços operários na última década do século XIX⁸⁷. Mais recente, temos a dissertação de doutoramento de João Carlos Marques sobre Pinto Quartim e o movimento libertário em Portugal e no Brasil⁸⁸. Além deste conjunto de publicações é de destacar que recentemente o rejuvenescimento do estudo operário foi auxiliado pelo interesse da história operária local⁸⁹. Por fim, a consolidação de espaços de debate em torno do movimento operário, como é o caso do congresso sobre a história do movimento operário e dos movimentos sociais em Portugal⁹⁰, que em 2019 realizou a sua IV edição, contribuem para reafirmar a pertinência do estudo operário e contactar com novas linhas de investigação em torno da temática.

Perante este panorama bibliográfico podemos confirmar que o estudo operário não é uma temática circunscrita, mas um terreno histórico fértil para uma multiplicidade de problemáticas e distintas perspetivas. Julgamos que um estudo que relacione o movimento operário com o debate público é pertinente, uma abordagem analítica sobre o impacto no espaço público que está por aprofundar, mas cuja dimensão pudemos já avaliar na nossa dissertação de mestrado: *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública*⁹¹.

⁸⁵ BAPTISTA, Virgínia do Rosário. *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: as origens do estado-providência*. Tese Doutoramento, ISCTE, 2012. E BAPTISTA, Virgínia. *Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Lisboa: ICS, 2016.

⁸⁶ RODRIGUES, João Daniel Dias. *O Protesto Operário e o socialismo em Portugal, 1882-1894*. Tese de Mestrado, FLUP, 2018.

⁸⁷ ALCÂNTARA, Ana Ramos. *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Tese de Doutoramento, FCSH, 2019.

⁸⁸ MARQUES, João Carlos. *Um indesejável além-mar: Pinto Quartim e o movimento libertário nos dois lados do Atlântico (1887-1930)*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, 2020.

⁸⁹ FLORES, Alexandre (). *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da regeneração ao Estado Novo 1860-1930*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003. ROCHA, Francisco Canais. *Para a história do movimento operário em Torres Novas: durante a Monarquia e I República 1862-1926*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2009. RANITA, Vítor. *Movimento operário português. Nascimento e evolução (1850-1914)*. Porto: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 2015.

⁹⁰ Organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humana.

⁹¹ Foi ampliada e publicada em livro, LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa, Chiado Editora, 2014.

1.4 Arquivos e fontes

No sentido de concretizar os objetivos delineados foi preciso recorrer a uma pesquisa em vários núcleos documentais onde foi efetuado um trabalho analítico sobre as denominadas fontes primárias. Temos que destacar o *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, o *Arquivo de História Social* (antes denominado *Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras*), o *Centro de Estudos Libertários – Lisboa (CEL)*, a *Fundação Mário Soares*, a *Biblioteca Nacional* e o *Arquivo Diplomático*. Foi fundamental deslocar a pesquisa para arquivos estrangeiros, como foi o caso do *Instituto Internacional de História Social de Amesterdão* (Holanda) e da biblioteca pública Arús de Barcelona (Espanha). Foi nestes espaços que a maior parte da pesquisa foi realizada.

Precisamos de salientar algumas fontes que são as âncoras ao longo da composição da dissertação. Temos em primeiro lugar uma intensiva pesquisa sobre assuntos relacionados com o movimento operário na imprensa da época. Neste aspeto, os jornais operários são fundamentais, nomeadamente, *O Pensamento Social* (que será o órgão oficial da *Fraternidade Operária*), o *Protesto periódico socialista* que é a voz do socialismo no espaço público e o *Trabalho (Associação Protetora do Trabalho Nacional)*, um jornal que se caracterizava como republicano e democrático ligado a João Bonança e ao sector bakuninista. Importa lembrar que o periódico *O Pensamento Social* é retratado por um dos historiadores que mais estudou o movimento operário português, Victor de Sá, como um jornal «muito referenciado, mas pouco conhecido»⁹² e o *Trabalho* é um jornal muito estudado. Além destes, ainda vão ser consultados outros jornais de cariz operário, como *A Federação Folha Industrial*, que tinha boas relações com os elementos do *Centro Promotor* e vai ser um dos jornais que mais acompanha e descreve o *Congresso Social*. Houve a consulta de jornais operários publicados depois da baliza cronológica pelo motivo de ocuparem nas suas páginas artigos com informação sobre a época estudada, inclusive, alguns desses artigos são assinados pelos próprios intervenientes históricos. É o caso do jornal *O Protesto Operário* (ligado ao *Partido Socialista*) e o *Revolucionário* (ligado a grupos anarquistas de Lisboa e Porto). Devemos frisar certas dificuldades na consulta de algumas destas obras. Por exemplo, não foi possível consultar os primeiros números do *Protesto*, pois os números disponíveis para a consulta começam logo no ano II do jornal com o número 52. A

⁹² SÁ, Victor. "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa". *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981, p. 1.

consulta ao jornal o *Trabalho* também merece um esclarecimento, embora seja uma fonte disponível na *Biblioteca Nacional* o pedido para a consulta está sujeito a autorização e acabou por ser sempre negado pelos serviços devido ao mau estado em que se encontra. Perante este obstáculo na pesquisa houve uma curiosa alternativa, boa parte dos números deste importante jornal estão depositados e disponíveis, inclusive para fotocopiar, no *Instituto Internacional de História Social de Amesterdão* (Holanda). Neste arquivo existe um vasto e interessante fundo documental referente a Portugal, boa parte adquirido de uma forma mais sistemática depois de 1970 e segundo Thea Duijker esta aquisição contou com a «ajuda inestimável de Carlos da Fonseca»⁹³ que terá colaborado com o arquivo na aquisição de documentação de diversos movimentos políticos que estavam exilados e na clandestinidade antes da Revolução dos Cravos (1974).

Ainda foi realizada uma pesquisa em alguma imprensa operária internacional, nomeadamente, de Espanha. Aqui recorreremos ao jornal *La Emancipacion* e o *La Federacion* devido à sua importância no movimento operário espanhol e a existência de uma afinidade com Portugal. Além destes foram consultados alguns outros disponíveis na Hemeroteca Digital espanhola e na Arca (portal de publicação periódicas da cultura catalã). Foram ainda consultados alguns números do importante jornal socialista alemão, *Der Volksstaat*⁹⁴, entraram também na pesquisa devido a informação relativa a Portugal. É pertinente consultar a imprensa operária estrangeira, pois nesta altura os socialistas portugueses enviam para esses jornais informação privilegiada que nunca chega a ser publicada nos jornais operários portugueses. As fontes foram traduzidas, no entanto, convém referir que em alguma documentação (cartas e jornais) não foi possível aproveitar toda a informação, pois o documento continha partes ilegíveis ou em mau estado de conservação.

No sentido de dar um novo enfoque ao movimento operário, vamos confrontar a ação e notícias divulgadas na imprensa operária na imprensa não operária, e vice-versa. Pretendemos colocar em evidência o diálogo entre fontes diferentes, neste caso os

⁹³ DUIJKER, Thea. “A propos de l'Institut International d'Histoire Sociale (I.I.S.G.) et de ses collections portugaise et brésilienne”. Em: J. C. Seabra PEREIRA, (org.). *Utopie et Socialisme...*, p. 587.

⁹⁴ Em relação a pesquisa deste jornal, a pesquisa foi feita nos domínios online da Universidade de Columbia e da Biblioteca Estadual da Baviera. O serviço ao permitir a pesquisa por palavra permitiu reunir alguns artigos sobre movimento operário português em alemão que foram entregues a um tradutor. Alemanha - <https://digipress.digitale-sammlungen.de/calendar/newspaper/bsbmult00000222>
EUA - <https://clio.columbia.edu/catalog/3378949>

jornais operários com outros tipos de jornais como é o caso de *A Nação*, a *Revolução de Setembro*, o *Diário Popular*, o *Diário de Notícias*, o *Diário Ilustrado*, o *Jornal de Lisboa*, o *Jornal do Porto*, o *Jornal do Comércio* e o *O Paiz*. Ou seja, um leque de jornais multifacetados que consagram na sua orientação jornalística distintas sensibilidades políticas. A amplitude sobre o debate em torno do universo operário e socialista é de uma grandeza que, inclusive, permite verificar a expansão do debate para o Brasil. Por norma, os correspondentes dos jornais brasileiros em Portugal acabam por transcrever e escrever notícias em torno das polémicas sobre o movimento operário português. Neste sentido, foram consultados vários jornais brasileiros através do domínio da *Biblioteca Nacional Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil*. Outro acervo documental importante, no sentido de realizar um cruzamento de informação entre o movimento operário e o debate público, são os debates parlamentares, designadamente, aqueles realizados na *Câmara de Deputados* e na *Câmara dos Pares do Reino*. Este arquivo está digitalizado, sendo possível a sua consulta através do site oficial do Parlamento português⁹⁵.

Foi consultado um vasto conjunto de informação produzida internamente pelo movimento operário e socialista. É o caso de livros e alguns folhetins e protestos que são divulgados publicamente pelos socialistas. Além disto, a questão dos estatutos e regulamentos internos das associações operárias não foi esquecida. No entanto, continua por descobrir a documentação interna das associações operárias. Em 1949 César Nogueira, antigo secretário para os assuntos internacionais do *Partido Socialista*, lamentava o paradeiro desconhecido desta documentação, afirmando que sobre os arquivos das antigas associações «nada, ou quase nada existe»⁹⁶. Em 1964 o mesmo autor frisava que a documentação produzida sobre a Internacional devia estar no arquivo da antiga *Associação Internacional dos Trabalhadores*, «pois em Portugal [...] nada existe a este respeito. Tudo perdido!»⁹⁷. Uma situação semelhante para a produção e documentação produzida no 1º Congresso Social que, muito provavelmente terá sido arquivada pelo próprio *Centro Promotor*. Sobre isto, Costa Goodolphim relata a existência de discursos notáveis realizados no congresso, mas «por infelicidade estes

⁹⁵ Monarquia Constitucional — <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>

⁹⁶ NOGUEIRA, César. *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Lisboa: Edição do autor, 1950, p. 6.

⁹⁷ NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 33.

documentos perderam-se»⁹⁸. Em 1889 escrevia que tinha em sua posse «alguns livros e papéis [...] do extinto Centro Promotor»⁹⁹ o que lhe permitia escrever sobre o movimento social. Toda a informação conhecida referente aos trabalhos deste congresso consta, sobretudo, em vários jornais e nos trabalhos de Goodolphim. Ainda sobre a documentação do *Centro Promotor*, convém referir que nos estatutos da organização tinha ficado estabelecido que, em caso de dissolução da associação ocorria a venda em hasta pública da sua propriedade e, depois de liquidar todas as dívidas, era entregue o «remanescente ao Albergue dos Inválidos do Trabalho, confiando-se à direção do mesmo albergue a guarda dos arquivos da mesa e comissões»¹⁰⁰. O fundo do *Albergue dos Inválidos do Trabalho* está depositado no *Arquivo Histórico da Economia* do Ministério da Economia. Não foi possível encontrar nenhuma documentação sobre a associação no fundo do *Albergue*, no entanto, existe um fundo denominado de *Centro Promotor* no mesmo arquivo com alguma informação, nomeadamente, a tentativa de reformular os estatutos da associação em 1872 e a deliberação do governo.

Importa destacar a documentação referente à *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Em Portugal toda a documentação produzida ou recebida do âmbito da Internacional está desaparecida, muito provavelmente Piteira Santos deve estar certo quando afirmou que «Nobre França terá destruído a correspondência com o Conselho Geral da AIT e outra documentação dos primórdios do movimento socialista português»¹⁰¹. No entanto, sabemos pelo anarquista Gonçalves Viana que em 1894 ainda existia alguma documentação produzida pelos internacionalistas portugueses: «ainda conservo alguns exemplares de estatutos da Internacional portuguesa com os nomes de alguns membros do grupo da Internacional, organizado em 1874»¹⁰². Felizardo Lima afirma que as primeiras reuniões do internacionalismo ocorreram na «rua dos Lagares, em Lisboa, cujas atas arquivou João Bonança»¹⁰³. Seja como for, o mais certo é que a documentação, tal como a correspondência e as atas das reuniões,

⁹⁸ GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência. Associações de socorro mútuos, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 116.

⁹⁹ GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência...*, p. 117.

¹⁰⁰ CPMCL. *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classe Laboriosas*. Lisboa: Tipografia Livre, 1870, p. 11.

¹⁰¹ SANTOS, Fernando Piteira. «Marx e o movimento operário português (algumas notas)». *Vértice*, Vol. XLIII, N.º 453, 1983, p. 37.

¹⁰² VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 12.

¹⁰³ LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (de 1833 a 1897)*. Porto: Tipografia Gutenberg, 1897, p. 56.

acabaram esquecidas algures ou até mesmo destruídas propositadamente pelos próprios dirigentes.

Infelizmente, não foi possível consultar documentação que permitisse elaborar, com mais elegância, a história da organização internacional fundada por Mikhail Bakunin apelidada de *Aliança da Democracia Socialista (ADS)* em Portugal. Sendo verdade que a ADS foi importante para o desenvolvimento do universo operário, a sua natureza secreta e, sobretudo, a sua derrota no interior do movimento operário resultou na ausência de documentos produzidos pela organização. Ao contrário de outros países, em Portugal não existe um fundo documental referente ao internacionalismo. Existe, no entanto, um trabalho bastante meritório e pioneiro realizado por César Oliveira que consistiu na recolha e transcrição de cartas enviadas de Portugal para os dirigentes da *Internacional*, nomeadamente, para Marx e Engels. Este trabalho está na origem da publicação do livro *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*¹⁰⁴. Portanto, é uma obra incontornável para estudar o movimento operário deste período, no entanto, em 1985 a historiadora Maria Filomena Mónica escrevia que a publicação do livro originou um conflito entre o historiador e o *Instituto Internacional de História Social* de Amsterdão, pois a publicação das cartas foi realizada sem a autorização do arquivo. Por outro lado, é dito que a antologia tinha sido feita «sem critério nem rigor. Não se indicam sequer as fontes»¹⁰⁵, embora César Oliveira refira que os «manuscritos originais se encontram em Amsterdão no IISG»¹⁰⁶, nunca descreve os fundos. De facto, o livro de César Oliveira é uma ferramenta de trabalho para o estudo do operariado, no entanto, deve ser consultado com algumas reservas. Em primeiro lugar, está longe de corresponder à totalidade das cartas enviadas pelos internacionalistas portugueses para o estrangeiro. Na verdade, dificilmente vamos descobrir algum dia o número certo de cartas produzidas pelos internacionalistas portugueses, no entanto, a pesquisa feita no *Instituto Internacional de História Social* encontrou dez cartas – produzidas entre 1872 a 1880 por Nobre França, José Maria Tedeshci, José Fontana, Azedo Gneco, João Ricardo e Alfredo César da Silva – que não constam no trabalho de César Oliveira. Hoje sabemos que existem pelo menos 21 cartas oriundas de Portugal para o estrangeiro¹⁰⁷. Em

¹⁰⁴ OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

¹⁰⁵ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 27.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 9.

¹⁰⁷ **Anexo A** – Levantamento da correspondência de Portugal para a *Internacional* no *Instituto de História Social* (Holanda).

segundo lugar, não pretendemos retirar qualquer mérito ao trabalho de César Oliveira, mas não podemos deixar de notar algumas discrepâncias na transcrição das cartas no livro do historiador. A consulta da correspondência original permitiu entender que César Oliveira comete erros de transcrição, atribuiu algumas datas erradas às cartas, omite informação e, por vezes, comete o erro do anacronismo. É o caso da transcrição da carta de Francisco Mora enviada de Lisboa a 12 de agosto de 1871. Na transcrição da carta é afirmado: «Os elementos que compõem este núcleo pois têm uma inteligência no nascente PRP»¹⁰⁸, com uma nota de rodapé a explicar que PRP era sigla para *Partido Republicano Português*. Em Espanha a mesma carta é transcrita em vários trabalhos, onde podemos verificar que Mora afirma que os elementos que compõem o núcleo tinha uma inteligência fora do comum, «uma vasta instrução e influência no recente [naciente] partido republicano português»¹⁰⁹. Em síntese, Francisco Mora refere a influência nos grupos e partidários do republicanismo e não numa estrutura propriamente partidária, ao passo que o *Partido Republicano Português* (PRP) é só fundado em 1876.

Portanto, o *Instituto Internacional de História Social* demonstrou ser um arquivo muito proveitoso no que toca a documentação sobre Portugal. Este arquivo é incontornável para fazer a história da internacional e dos movimentos nacionais que integram a mesma. É um arquivo que ainda oferece ao leitor um leque considerável de fontes primárias no formato de microfilme, como é o caso do fundo *Paul Lafargue Papers*¹¹⁰ e o fundo *International Working Men's Association (North American Federation Archives)*¹¹¹. No primeiro fundo existe correspondência de Portugal e no segundo relatório dos internacionalistas portugueses enviado ao congresso de Haia.

Além destes fundos, ainda foram consultados os fundos *Karl Marx/Friedrich Engels papers*, *Jules Guesde Papers*, *Max Nettlau papers*, *Hermann Jung Papers* e *Michail Aleksandrovič Bakunin Papers*. A história do arquivo pessoal de Karl Marx, Friedrich Engels e de Hermann Jung é interessante, pois era uma parte importante do arquivo que estava na posse do *Partido Social-Democrata Alemão*, que em 1938 decide

¹⁰⁸ OLIVEIRA, César de. *13 Cartas de Portugal...*, p. 79.

¹⁰⁹ Carta de Francisco Mora ao Conselho Geral da AIT, 12 de agosto de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue y outros. Construendo el futuro. Correspondencia política (1870-1895)*. Valladolid: Editorial Trotta-Fundación de Investigaciones Marxistas, 1998, p. 51.

¹¹⁰ A documentação original está no *Arquivo do Estado Russo de História Social e Política*, em Moscovo.

¹¹¹ A documentação original está na *Sociedade Histórica do Estado de Wisconsin*, Estados Unidos da América.

depositar o arquivo no *Instituto Internacional de História Social*. A documentação foi retirada da Alemanha para a República Checa (Praga) com a subida ao poder de Hitler¹¹².

No arquivo holandês devemos destacar o microfilme *Mission Latour Archives*¹¹³ onde está um vasto leque de cartas de um polícia da República francesa que esteve em 1873 em Portugal a investigar a influência da *Internacional* e eventuais refugiados da Comuna de Paris de 1871. É este agente o responsável pela elaboração do documento sobre a *Internacional* em Portugal que está depositado no *Arquivo Andrade Corvo* na *Biblioteca Nacional* em Lisboa. Devemos frisar que não foi possível consultar duas cartas de Nobre França (uma para Paul Lafargue de 16 de agosto de 1872 e a outra para Engels a 28 de agosto de 1872) que constam no catálogo do fundo International Working Men's Association (Anarchosyndicalist Federation Archives), o motivo foi a má qualidade do microfilme. Perante isto, o *Arquivo do Estado Russo de História Social e Política*¹¹⁴ foi contactado no sentido de obter uma cópia das cartas, mas sem sucesso.

Vamos também destacar a *Biblioteca Pública Arús* em Barcelona. Neste espaço, foi possível consultar vários livros antigos sobre o movimento operário, o trabalho dos historiadores Carlos Seco Serrano e María Teresa Martínez de Sas, nomeadamente, os sete volumes que juntam as cartas, as comunicações e as circulares do *Conselho Federal da Região Espanhola da Internacional* e a obra de Santiago Castillo que recolhe a correspondência política (1870-1895) de Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias e Paul Lafargue. Estes trabalhos resultaram na compilação de uma importante documentação e, desse modo, acabou por ser um caminho de investigação proveitoso, que resultou na recolha de informação sobre os internacionalistas portugueses e aprofundar as divergências e consonâncias no internacionalismo ibérico.

Por fim, a honestidade intelectual obriga a destacar o fundo Alberto Pedroso¹¹⁵, que está depositado na *Fundação Mário Soares* e disponível online na *Casa Comum*¹¹⁶.

¹¹² Sobre a história do arquivo confrontar, JONG, Rudolf de. "Arquivos e história social". *Cadernos AEL*, N.º 5/6, 1996/1997, pp. 9-36.

¹¹³ A documentação original está nos *Arquivos da Prefeitura da Polícia* em Paris, França.

¹¹⁴ Os originais estão no RCChIDNI, fundo 21 em Moscovo.

¹¹⁵ Nasceu em Lisboa a 7 de abril de 1930 e foi um conhecido resistente antifascista, integrante do MUD Juvenil e militante do PCP. Profissionalmente abraçou a carreira de jornalista, colaborou na *Seara Nova*, *Vértice*, *História*, *República*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias da Amadora*. Publicou vários livros sobre o sindicalismo em Portugal (*Emílio Costa e o sindicalismo: da formação libertária à Casa Sindical* de 1977 e *Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo em Portugal* de 1985). Além disto escreveu o livro *Raul Proença: panfletário e jornalista de folhas clandestinas* (1984), *Jaime Cortesão. 13 cartas*

O trabalho do jornalista Alberto Pedrosa demonstra um enorme interesse na história do movimento sindical e operário em Portugal durante os séculos XIX e XX. No espólio de Alberto Pedrosa é possível consultar um leque muito interessante de documentos que o jornalista colecionava. Foi neste espólio que encontramos fotocopiado o importante documento sobre o primeiro congresso socialista em Portugal: *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal*. É possível verificar que Alberto Pedrosa, num determinado momento da sua vida, fez uma pesquisa sobre este acontecimento histórico com o objetivo de ter «material para um (eventual) trabalho sobre o livro ignorado “Resumo oficial das actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal»¹¹⁷ e também reuniu alguma informação sobre a *Internacional* e o Congresso de Haia. Alberto Pedrosa acaba por não concretizar o seu desejo de publicar algo sobre estes temas e atualmente os seus rascunhos e a distinta e numerosa documentação que recolheu ao longo da sua vida estão em depósito na fundação Mário Soares e disponíveis ao público, um exemplo da importância de preservar e salvaguardar os arquivos pessoais.

Naturalmente, o processo de investigação é construído numa base empírica, metódica e científica, não ambiciona lances do mero acaso. No entanto, por vezes a serendipidade integra o processo e, quem sabe, se algum dia apareça um arquivo privado a um qualquer investigador com a correspondência enviada para Portugal de Karl Marx, Friedrich Engels, Paul Lafargue, dos internacionalistas espanhóis ou até a famigerada carta de Mikhail Bakunin.

do cativo e do exílio (1987) e *Bento de Jesus Caraça - sementeiro de cultura e cidadania: inéditos e dispersos* (2007). Faleceu a 1 de janeiro de 2011.

¹¹⁶ http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9688/n_10#!e_7505

¹¹⁷ Fundo Alberto Pedrosa, Pasta 09763.001. Fundação Mário Soares

2. 1º CONGRESSO SOCIAL DE 1865-1866

Desde a sua formação, em finais de 1852, que o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* funcionava como um pilar nuclear e essencial no desenvolvimento do associativismo operário. A associação foi peça fundamental e decisiva do movimento operário português nascente e, de facto, durante a década de 50 e 60, o *Centro Promotor* é «um produto da íntima atividade e convivência dos dirigentes operários com os vários poderes políticos»¹¹⁸. Assim, não é de admirar que seja o *Centro Promotor* o principal responsável pela dinamização de um pioneiro congresso interclassista sobre o associativismo em Portugal, procurando associar duas forças sociais e económicas contrárias. O *Centro* tinha a força necessária para concretizar uma coexistência entre trabalhadores e patrões e, ao ser encabeçado por uma elite de pensadores¹¹⁹ que detinha uma vasta e íntima ligação ao poder político, uma larga experiência e um historial de participações em várias plataformas¹²⁰, tinha a força e o reconhecimento público necessário para concretizar um congresso dessa amplitude. O congresso realizado entre outubro de 1865 até fevereiro de 1866 na cidade de Lisboa, mais propriamente na sede do *Centro Promotor*, pretendia integrar diversos sectores sociais e económicos que estavam estruturados na forma associativa.

Os jornais afirmam que a ideia do congresso partiu de Manuel Coelho Torresão, sócio e delegado do *Centro Promotor*, que apresentou em assembleia a ideia de reunir alguns delegados das associações com o fim de conhecer as dificuldades no desenvolvimento do associativismo no país¹²¹. Os dirigentes do *Centro Promotor* lamentavam que «o espírito da associação não se tem desenvolvido tanto quanto era de esperar»¹²². Desse modo foi solicitada a presença de dois delegados de cada associação do reino e das ilhas com o objetivo de dar início aos trabalhos. Durante todo o congresso é inegável a linha ordeira e conciliadora, ideias que estavam consagradas no ADN do *Centro Promotor*. Ao todo vão ser realizadas dezanoves reuniões, nas quais é possível verificar a linhagem ordeira e conciliadora com o poder político, procurando

¹¹⁸ LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa: Chiado Editora, 2014, p. 188.

¹¹⁹ Sousa Brandão, José Maria do Casal Ribeiro, António Rodrigues Sampaio, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel entre outros.

¹²⁰ O *Centro Promotor* foi responsável pela eleição de um grupo de trabalhadores que foi visitar a exposição de Paris de 1855 financiada pelo governo. Ainda integrou uma comissão estatal que tinha como objetivo auxiliar os efeitos da epidemia de febre-amarela que atingiu Lisboa em 1857.

¹²¹ *Diário de Lisboa. Folha oficial do governo português*, 12 de maio de 1865, N.º 107, p. 1236.

¹²² *Jornal de Lisboa*, 11 de outubro de 1865, 2º Ano, N.º 384, p. 3.

não acentuar a conflitualidade no mundo do trabalho contra os respetivos patrões, afastando os trabalhadores de um discurso reivindicativo e de uma agenda política de tendências mais revolucionárias. Não é de estranhar que o congresso optasse por dedicar parte do seu tempo a realizar votos de sentimentos pelo falecimento de ilustres figuras internacionais que nada tinham a ver com o socialismo, como foi o caso da morte do Rei Leopoldo da Bélgica¹²³, ou do Visconde Palmerston chefe de governo britânico. Um dos seus principais protagonistas, Vieira da Silva, defendia a associação como um «elemento de ordem, de moralidade, de instrução e mesmo auxiliar da governação pública»¹²⁴.

A estrutura do congresso tinha traços peculiares e únicos na história do movimento operário português. E não é ocasional que assim seja, por um lado, estamos perante a primeira grande reunião operária que pretendia ser um espaço dos trabalhadores, dar voz a diversas associações de todo o país, obter reconhecimento e importância no espaço público e que era autorizada pelo governo. Por outro lado, porém, não pretendia ser um espaço exclusivamente operário ou meramente representativo do mundo do trabalho, mas sim promover um sentimento aglutinador no associativismo, estruturado no diálogo entre estratégias sociais antagónicas, como era o caso das associações do mundo do trabalho e as associações patronais. Os organizadores afirmavam que o encontro era um reflexo do que ocorria noutros países, por exemplo Vieira da Silva congratulava-se com a concretização do congresso em Portugal que «coincidia com a reunião em Francoforte¹²⁵»¹²⁶ na Alemanha. Ao contrário do que escreveu Luís Doria, o Congresso Social não foi «inspirado na criação em Londres, em janeiro de 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores, vulgo a Internacional»¹²⁷. Toda a dinâmica e estrutura do congresso estavam longe de corresponder as ideias da *Internacional*, e esta última ainda não tinha influenciado o movimento operário português a partir de dentro do sector socialista.

Em Portugal, as condições históricas permitiam alavancar um debate em torno do associativismo sob a direção e a gestão do *Centro Promotor*. No entanto, embora o

¹²³ *Jornal de Lisboa*, 20 de dezembro de 1865, 2º Ano, N.º 444, p.3.

¹²⁴ Citado em, FONSECA, Carlos (s.a.), *História do Movimento operário e das ideias socialistas, II Os primeiros congressos operários 1865-1894*, Viseu, Publicações Europa-América, p. 55.

¹²⁵ Importante cidade alemã de Frankfurt.

¹²⁶ *A Federação: folha industrial* dedicada às classes operárias, 21 de outubro de 1865, Vol. X, N.º 37, p. 146.

¹²⁷ DORIA, Luís. *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros (1867-1872)*. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 35

Centro Promotor tenha realizado os esforços de abrir e expandir esta iniciativa a todo o associativismo nacional, muitos dos grandes empresários e capitalistas portugueses optaram por não marcar presença no congresso. Por exemplo, as «associações industriais do Porto [...] resolveram não mandar delegados à capital e [optaram por] tratar a mesma questão entre si»¹²⁸, contudo, ficava estabelecido o envio do relatório. No entanto, o congresso não deixou de contar com a participação de várias individualidades da alta sociedade portuguesa com fortes ligações ao mundo patronal e político. É o caso de Alfredo Dias¹²⁹, António Joaquim Pereira Serzedelo Júnior¹³⁰, Daniel Cordeiro Feio¹³¹, Carlos Zeferino Pinto Coelho¹³², Francisco Rodrigues Colares¹³³, Francisco Mara da Cunha¹³⁴, José de Sande Magalhães Mexia Salema¹³⁵, João Manuel Gonçalves¹³⁶, entre outros. Não deixa de ser interessante verificar que muitas das associações do mundo do trabalho tiveram como delegados não trabalhadores, mas sim ilustres figuras públicas. Em parte, a situação é explicada por diversas associações do exterior da região de Lisboa não possuírem condições para enviar durante várias semanas à capital o seu delegado e, portanto, optaram por nomear em seu nome um delegado da cidade de Lisboa. No entanto, os escolhidos podiam ser, por exemplo, outros trabalhadores de Lisboa, mas a escolha recaiu sobre ilustres liberais, uma estratégia que permite observar a continuidade da forte influência da sociedade liberal no associativismo operário. Compreende-se, assim, que o próprio António Rodrigues Sampaio aparece como delegado da *Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses*. Inclusive, há delegados oriundos da hierarquia da Igreja Católica, como era Joaquim Vital da Cunha Sargedas, «sócio da filantrópica associação Centro

¹²⁸ *A Federação: folha industrial...*, 14 de outubro de 1865, Vol. X, N.º 36, p. 141.

¹²⁹ João Alfredo Dias pertenceu a direção da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses, ao conselho administrativo do Banco Ultramarino, nos seguros Bonança, na Caixa de Crédito Industrial e companhia de Lanifícios de Arrentela.

¹³⁰ Ligações ao comércio, indústria e diretor da Companhia de Fiação e Tecidos de Lisboa. Trabalhou no Banco de Portugal. Delegado ao congresso pela Associação Comercial de Lisboa.

¹³¹ Diretor da fábrica de lanifícios de Arroios e funcionário da Alfândega de Lisboa. Delegado ao congresso pela Associação Comercial de Lisboa.

¹³² Licenciado em direito, deputado em 1857 foi fundador da companhia das águas de Lisboa e presidente da assembleia do Banco de Portugal. Delegado ao congresso pelo Montepio de São José da cidade de Braga.

¹³³ Ligado a metalurgia Colares. Delegado ao congresso pela Sociedade dos Artistas Lisbonenses.

¹³⁴ Oficial do exército, deputado por Elvas em 1863. Delegado pelo Montepio Artístico Elvense.

¹³⁵ Magistrado que em 1877 será ministro da Justiça. Delegado pelo Montepio Povoense.

¹³⁶ Um conhecido industrial que produzia luvas em Lisboa e associado do *Centro Promotor*.

Promotor [e] do Montepio Filarmónico»¹³⁷ por onde foi eleito delegado para o congresso e ocupou diversos cargos.

Do levantamento realizado é possível dizer que o congresso contou com um número significativo de associações, setenta e uma. Destas é possível verificar que são maioritariamente oriundas do mundo do trabalho onde o predomínio da região de Lisboa é notório com 53 associações, as restantes 18 vinham das províncias. É ainda possível verificar um domínio das associações representativas da pequena e média oficina que estavam enquadradas na lógica da tradição do trabalho artesanal. Além das associações representativas do mundo do trabalho e do patronato, temos a presença de algumas associações das chamadas *camadas intermédias* (professores, funcionários públicos e arquitetos) e de associações do mundo do espetáculo (teatro). A presença de sete dezenas de associações, representadas por mais de cento e trinta delegados, é reveladora da adesão do associativismo nacional ao apelo do *Centro Promotor*¹³⁸. Recorrendo ao relatório apresentado ao governo a 15 de outubro de 1868 sobre as associações de socorro mútuos é possível verificar o levantamento de 135 associações no continente ligadas ao mundo do trabalho, a maioria no distrito de Lisboa (87 na capital e 13 nos arredores)¹³⁹.

Deve ser frisado que o congresso é inaugurado no início do governo liberal de Joaquim António de Aguiar, um importante político liberal que estava à frente de uma aliança entre regeneradores e históricos. Este executivo é conhecido como *Fusão*, e esteve no poder durante o aparecimento de uma crise económica e social que está na origem de um amplo descontentamento popular no país, nomeadamente, em Lisboa e no Porto.

Logo na primeira sessão, a 9 de outubro, um importante industrial, Alfredo Dias, propunha ao congresso que os delegados representassem mais de uma associação e, desse modo, alguns delegados tinham direito a mais do que um voto. Proposta prontamente negada pelo congresso, que defendeu a não atribuição aos membros da assembleia dupla ou tripla representação, pois tal ideia era inteiramente inadmissível nas *reuniões populares*, ficando em acordo que «o voto de todos deve ter o mesmo

¹³⁷ CALDAS, Eduardo. *Esboço biográfico oferecido à saudosa memória do presbítero Joaquim Vital da Cunha Sargedas*. Lisboa: Imprensa Rua da Rosa, 1878, p. 16.

¹³⁸ Consultar **Anexo B** – Lista das associações e delegados que participaram no Congresso Social.

¹³⁹ *Diário do Governo*, 31 de março de 1869, N.º 70, p. 394.

valor»¹⁴⁰. Um efeito da crescente consolidação dos valores democráticos no interior do movimento. Esta sessão foi presidida por Vieira da Silva e contou quase com cinquenta delegações de várias associações do país, e ao longo do congresso esse número é engrossado, chegando a contar com mais de uma centena de delegados. É tentado por parte de alguns delegados que fosse fixado no congresso o número de delegados mínimos para que o congresso fosse iniciado, mas a proposta acaba rejeitada.

As várias sessões do congresso são marcadas por uma troca de experiência entre os vários delegados e o anúncio das dificuldades presentes no quotidiano das várias associações e dos trabalhadores, tentando desse modo dar resposta à *questão social* — expressão usada na Europa durante o século XIX época para retratar os problemas referente às classes populares e trabalhadoras, que o congresso não esquecia. É possível observar inquietações sociais em várias intervenções que, por seu turno, estavam elaboradas sob o ponto de vista da *questão social*. As mais interessantes, porventura, são pronunciadas pelo delegado de Faro, João dos Reis Lopes Stromp¹⁴¹, que aproveitou o congresso para denunciar a realidade dos operários da sua região, particularmente, durante o Inverno que sujeitava os trabalhadores a severas crises, argumentando que os patrões não garantiam o devido acesso ao trabalho necessário à sua subsistência. Na segunda sessão do congresso, o mesmo delegado voltava a levantar assuntos relacionados com a *questão social* e apelou à necessidade de estudar e analisar o tempo de trabalho, colocando em perspectiva o «estabelecimento do trabalho às horas, sobre o sistema do trabalho aos dias»¹⁴². Portanto, o delegado de Faro, foi bastante interventivo no congresso e uma voz que defendia a regularização do horário de trabalho, no entanto, é uma ideia condenada ao fracasso, com o delegado Cândido Dias, eleito pela associação dos canteiros, a «combate[r] a ideia do trabalho por horas»¹⁴³ e a proposta em torno da necessidade de estabelecer um horário de trabalho acaba por não ser concretizada no congresso devido à falta de consenso. Nesta sessão Vieira da Silva fez uma história em torno do associativismo em Lisboa e alertou o congresso para a necessidade de debater a conveniência em fundar «associações de trabalhos de previdência e de crédito»¹⁴⁴.

¹⁴⁰ *A Federação: folha industrial...*, 14 de outubro de 1865, N.º 36, Vol. X, p. 141.

¹⁴¹ Avô paterno de Francisco Stromp, fundador, sócio número três e jogador do Sporting Club de Portugal.

¹⁴² *A Revolução de Setembro*, 18 de outubro de 1865, N.º 7020, XXVI ano, p. 1.

¹⁴³ *A Revolução de Setembro*, 18 de outubro de 1865, N.º 7020, XXVI ano, p. 2.

¹⁴⁴ *A Revolução de Setembro*, 18 de outubro de 1865, N.º 7020, XXVI ano, p. 2.

A falta de instrução e o elevado preço dos géneros alimentícios nas camadas trabalhadoras foram também alvo de denúncia. Entre os vários delegados existe um alargado consenso sobre a ausência de instrução no mundo operário que é apresentado como razão explicativa para a fraca expansão do associativismo em Portugal. Os representantes da *Associação Artística Vianense* reivindicavam a necessidade de implantar em Viana do Castelo aulas noturnas de ensino primário e princípios elementares de desenho. No entanto, outros delegados juntavam a essa explicação outros argumentos, como a falta de capitais e a má gestão das próprias associações. Perante isto, vários delegados alertavam para a necessidade de existir um controlo mais apertado do Estado sobre o associativismo. O delegado da *Associação Tipográfica Lisbonense* defendia a vigilância da autoridade, pois era fundamental «sindicar se tinham os estatutos aprovados pelo governo, se os cumpriam e davam contas regularmente aos associados»¹⁴⁵. A necessidade de uma interferência direta das autoridades no associativismo foi frequentemente falada no congresso. Este debate demonstra as reservas ali sentidas perante a vida interna de algumas associações, entre as quais sobressaíam as preocupações nas fraudes internas e a ausência de esclarecimento por parte de algumas associações aos seus sócios e ao governo. A intervenção governativa entroncava numa das principais razões da organização do congresso. O *Centro Promotor*, na voz do seu delegado, era da opinião que os poderes públicos tinham a responsabilidade de estabelecer as bases da «organização do socorro mútuo»¹⁴⁶. Aliás, é esclarecedor que o movimento defendesse a implementação desta prática no associativismo, porém, tinha a noção que o governo devia fiscalizar e impulsionar a ideia que não seria propriamente obra dos trabalhadores ou sequer do movimento operário. De facto, era uma das prioridades do congresso sensibilizar o poder político para a ideia do socorro mútuo em Portugal, um conceito que à luz do movimento operário era nuclear na resolução da *questão social*, isto é, poderia dar resposta ao desemprego, à assistência na doença e invalidez e ao alto analfabetismo.

Neste sentido, houve delegados a solicitar perante o congresso um requerimento ao governo onde fosse publicada «uma lei indicando as condições em que a associação de socorro mútuo deva ser fundada, e que nomeie uma comissão de vigilância e

¹⁴⁵ *A Federação: folha industrial...*, 11 de novembro de 1865, Vol. X, N.º 40, p. 158.

¹⁴⁶ *A Federação: folha industrial...*, 25 de novembro de 1865, Vol. X, N.º 42, p. 165.

proteção»¹⁴⁷. A grande concretização deste congresso foi a aprovação de uma sugestão que propunha ao governo uma lei sobre a fundação das associações de socorros mútuos, que só será decretada em lei a 9 de maio de 1891. Não menos importante seria a outra componente da proposta, a criação de uma comissão que devia ter como missão o estudo e fornecimento de propostas no sentido de melhorar a vida social. Este conjunto de ideias conduziu ao debate em torno da federação. Para muitos era imperativo a criação de um mecanismo centralizador que pudesse gerir e dinamizar profundas melhorias no associativismo e, por isso, era necessária a edificação de uma federação. Esta ideia não é consensual no congresso, com certos delegados a demonstrarem desconfiança e uma postura contrária à ideia de federação, nomeadamente ao seu carácter centralizador. Alfredo Dias, uma voz bastante ativa durante o congresso, «pronunciou-se contra a federação e indicou ser conveniente estudar o estado das associações, a fim de se reformar a sua organização»¹⁴⁸, outros delegados apoiavam esta ideia e não observavam na federação o salvatério social, como foi o caso do delegado de um Montepio de Braga (Costa Pereira). O sector contrário à federação afirmava que só pretendia uma federação moral de que o congresso já era sintoma, e recusava uma federação económica visto que os interesses das diversas classes eram inteiramente contrários. Por outro lado, frisava a necessidade de realizar um estudo sobre o associativismo e que o governo «regulasse a fundação das associações»¹⁴⁹. Perante estas posições, Vieira da Silva é uma das vozes mais ativas na defesa da federação. Este ilustre do movimento operário usa da sua influência para demover os opositores desta ideia. Numa altura em que tinha renunciado ao cargo de delegado pelo *Centro Promotor* para ser nomeado pelo *Montepio da Universidade de Coimbra*, afirmava perante o congresso que a federação tinha já muitos defensores e o «maior obstáculo que tem encontrado [...] é o não ter sido bem compreendida»¹⁵⁰, sendo necessário explicar os seus princípios e as suas mais-valias para o mundo associativo, defendendo que a federação não ia enfraquecer as associações e classes.

Na última sessão do congresso foi debatida a criação de um órgão de comunicação que representasse de novo o movimento operário, que desde o desaparecimento do jornal do *Centro Promotor* não tinha um órgão oficial e de grande tiragem. Para vários

¹⁴⁷ *A Revolução de Setembro*, 18 de outubro de 1865, XXVI ano, N.º 7020, p. 2.

¹⁴⁸ *A Revolução de Setembro*, 26 de janeiro de 1866, XXVII ano, N.º 7100, p. 2.

¹⁴⁹ *A Revolução de Setembro*, 26 de janeiro de 1865, XXVI ano, N.º 7020, p. 2.

¹⁵⁰ *A Federação: folha industrial...*, 9 de dezembro de 1865, Vol. X, N.º 44, p. 173.

dirigentes das associações operárias era de extrema importância para o movimento operário edificar um jornal à imagem do que tinha decorrido na década de 50, onde fosse possível divulgar a sua informação e o seu pensamento. Nesse sentido Vieira da Silva não deixou de notar «os esforços feitos pelo falecido Lopes de Mendonça, Sousa Brandão e [o próprio] para a publicação do *Eco dos Operários* e [do] *Tribuna Operária*»¹⁵¹, para de seguida lamentar a inexistência de um jornal sustentado pela própria *classe operária*. A ausência de um jornal sempre foi uma questão mal resolvida no movimento operário português durante este período, havendo alguns jornais que se afirmavam representantes do mundo do trabalho, mas não conseguiam o devido consenso. Era o caso do jornal *A Federação*, que foi alvo de debate no congresso devido às dificuldades sentidas na sua publicação. De certa maneira, este jornal sempre procurou ocupar o lugar deixado vago pelo desaparecimento da imprensa operária da década de 50, embora nunca tenha adquirido o prestígio de um *Eco dos Operários*, da *Tribuna Operária* ou do *jornal do Centro Promotor*. Seja como for, *A Federação* foi um jornal que garantiu um enorme espaço mediático ao *Congresso Social*. No entanto, devido a ser uma das vozes públicas que defendia a ideia de federação, acabou por ter uma postura militante perante o congresso, nomeadamente porque atacava a posição de alguns delegados, concretamente aqueles que demonstravam ser contrários a essa ideia. E, portanto, parte do movimento operário não se reconhecia no jornal. O congresso, ao não anunciar o seu apoio à ideia de federação no associativismo português, faz com que o jornal *A Federação* caracterizasse certos discursos como retrógradas e acusasse alguns delegados de servirem inconvenientemente a causa da associação¹⁵².

O conflito em torno da ideia de federação explica o comportamento distinto de vários delegados em relação ao jornal: muitos solicitavam para ele a ajuda do congresso, enquanto outros demonstravam uma postura cética. Neste debate houve a proposta de nomear um tesoureiro que ficasse responsável por receber doações dos delegados para serem entregues à redação da *Federação*. Perante isto, havia vozes contra tal medida, defendendo que essa postura não ia salvar o periódico, havendo delegados a afirmar categoricamente que a «Federação não podia ser periódico das associações»¹⁵³. Os delegados não chegaram a um consenso e o debate em torno da imprensa operária acabou adiado até «que no Centro Promotor se resolvesse sobre a criação de um

¹⁵¹ *A Revolução de Setembro*, 21 de fevereiro de 1866, XXVII Ano, N.º 7120, p. 2.

¹⁵² *A Federação...*, 30 de dezembro de 1865, N.º 47.

¹⁵³ *Jornal de Lisboa*, 22 de fevereiro de 1866, 3º Ano, N.º 493, p. 2.

periódico social»¹⁵⁴. Mais uma vez era dado ao *Centro Promotor* um papel preponderante na resolução de assuntos de relevo do movimento operário, embora o *Centro* nunca mais voltasse a dinamizar um periódico.

Uma das ausências mais notada no congresso é a de Sousa Brandão, um dos históricos do movimento operário e do *Centro Promotor*. O socialista Sousa Brandão vinha desde a década de 50 a influenciar o campo socialista português, inclusive, com obra feita sobre o pensamento socialista¹⁵⁵. A sua ausência do congresso poderá estar ligada ao facto de ter sido eleito deputado no parlamento. A 28 de agosto de 1865 são publicadas na imprensa as felicitações pela eleição de Sousa Brandão para o parlamento pelo círculo eleitoral da sua terra natal, Santa Maria da Feira: «Uma voz [...] que será sempre erguida em favor da santa causa dos oprimidos, tanto na tribuna parlamentar como na social, voz autorizada que será sempre escutada com todo o respeito»¹⁵⁶. Perante estes elogios Sousa Brandão decide escrever uma carta para *A Federação* a agradecer as congratulações dos operários de Lisboa. No entanto, afirmava as limitações no poder da atividade parlamentar referente ao mundo do trabalho: «na minha nova situação [...] variando segundo as peripécias da política, e acaso passageira, não poderei ajudar-vos com grandes forças; entretanto podeis estar certos que no Parlamento até onde valer o meu voto e poderem ser acreditadas as minhas palavras, as empregarei em advogar os vossos legítimos interesses»¹⁵⁷.

O congresso é responsável por apresentar um questionário¹⁵⁸ aos delegados sobre o estado do associativismo em Portugal. Os delegados deviam responder a quatro perguntas sobre o associativismo, sendo uma delas relacionada com a postura que o congresso devia assumir perante o governo. Um esforço sincero que procurava integrar o mundo associativo na procura de soluções para o mundo do trabalho. Na opinião de Victor de Sá existe um evidente aumento do associativismo em Portugal. «Entre 1852 e 1866», escreve o historiador, «tinham-se criado 113 [...] associações mutualistas [...] autorizadas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria»¹⁵⁹. Este crescente associativismo operário foi crucial para o gradual desenvolvimento de um

¹⁵⁴ *Jornal de Lisboa*, 22 de fevereiro de 1866, 3º Ano, N.º 493, p. 2.

¹⁵⁵ Em 1857 publica o livro *Economia Social (primeira parte). O trabalho*. Neste livro Sousa Brandão apresenta a sua noção sobre a economia, a vertente social e o socialismo.

¹⁵⁶ *A Federação...*, 9 de setembro de 1865, Vol. X, N.º 31, p. 121.

¹⁵⁷ *A Federação...*, 9 de setembro de 1865, Vol. X, N.º 31, p. 122.

¹⁵⁸ Consultar **Anexo C** - Inquérito apresentado aos delegados do Congresso Social.

¹⁵⁹ SÁ, Victor de. *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, 1981, p. 41.

movimento operário no constitucionalismo monárquico. O *Centro Promotor* foi grande dinamizador e divulgador do associativismo operário na sociedade portuguesa. A sua influência é notória na esfera pública, sendo um espaço com uma assídua presença na imprensa nacional, mas também noutras partes do mundo, como é o caso do jornalismo brasileiro que acaba por demonstrar um forte interesse na realidade do *Centro Promotor*, escrevendo sobre o assunto através dos respetivos correspondentes em Lisboa. Com efeito, o Congresso Social é um reflexo de toda a natureza do *Centro Promotor*, um espaço de debate que pretendia estar integrado e harmonizado com o regime liberal. Desse modo não é de estranhar que ocorra uma forte homogeneidade, com os delegados não operários a representar um número significativo de delegados. Todavia, é um importante acontecimento na história do movimento operário português fruto do seu tempo que será recordado de maneiras distintas no futuro e na própria memória operária. Por exemplo, em julho de 1890, numa altura em que o liberalismo político debatia seriamente a legalização das associações de classe e de socorros mútuos, o Par do Reino Jerónimo Pimentel defendia no parlamento o desenvolvimento dessas associações, lembrando aos seus homólogos: «o congresso realizado aqui em 1865, no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, em que toma[r]am parte 71 associações, já reconheceu essa necessidade numa das suas conclusões»¹⁶⁰. Por outro lado, em janeiro de 1877 a nova reconfiguração do movimento operário convocava as associações socialistas para marcarem presença no primeiro congresso socialista, afirmando que seria o primeiro congresso deste tipo em Portugal, marginalizando desse modo o Congresso Social que à luz do recém-fundado *Partido Socialista* teria sido somente «uma ostentação, um capricho; e tanto, que nunca mais aquelas associações acharam necessária a celebração de uma conferência, e o *Centro Promotor* morreu vítima de lutas intestinais tão disparatadas quanto ridículas»¹⁶¹. A história do movimento operário da década de 50 e 60 é vista como um lugar de confronto e de disputa na década de 70 pelo próprio.

Carlos da Fonseca é da opinião que uma das limitações do congresso era já visível num artigo de João Maurício Veloso¹⁶² publicado no *Jornal do Centro Promotor* em 1853. Neste artigo o dirigente do *Centro* acusava a atitude dos membros da *Associação*

¹⁶⁰ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, 8 de julho de 1890, N.º 37, p. 498.

¹⁶¹ *O Protesto...*, janeiro de 1877, III Ano, N.º 73, p. 1.

¹⁶² *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 2 de abril de 1853, N.º 8, pp. 57-59.

Tipográfica que recusavam receber outros trabalhadores, como os fundadores, os gravadores, os litógrafos ou os encadernadores. O historiador encontrou neste texto o «sentimento de castra que sabotou o trabalho do primeiro congresso de trabalhadores realizado em Portugal»¹⁶³. Curiosamente, João Maurício Veloso vai participar no congresso eleito delegado pela *Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses*. Costa Goodolphim parece indicar que a longevidade e o nível de debate presente no congresso acabaram por contribuir para o seu fim, realça que muitas vezes não existiam conclusões, inclusive, os oradores não concluíam os seus discursos e, desta forma, ocorreu uma ausência de delegados, que estavam cansados «daquelas discussões intermináveis»¹⁶⁴.

É possível verificar que as preocupações deste congresso acabam espelhadas pelo ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. No rescaldo do Congresso Social é criada, por iniciativa governamental, uma comissão que tinha como fim realizar um levantamento da situação das sociedades de socorro mútuos no país onde a influência do *Centro Promotor* é, mais uma vez, evidente com a presença dos dirigentes Francisco Vieira da Silva e João Manuel Gonçalves. Em novembro de 1866, é constituída em Lisboa a comissão e de imediato é solicitado aos governadores civis de Lisboa, Leiria, Santarém, Portalegre Évora, Beja e Faro as informações sobre todas as associações de socorro mútuo «que existissem, ou já tivessem deixado de existir naqueles distritos»¹⁶⁵. Tal como tinha acontecido no Congresso Social, a comissão apresenta um questionário sobre a situação do associativismo. O trabalho da comissão é apresentado em relatório dois anos depois do congresso e com a referência à morte de Vieira da Silva Júnior que ocupava o lugar de vogal na comissão, um indivíduo lembrado no documento como «um dos maiores propagadores do princípio da associação em Portugal»¹⁶⁶.

Nas conclusões da comissão são frisados vários fatores favoráveis ao desenvolvimento do associativismo em Portugal, como a existência de liberdade de discussão e de associação, a liberdade de imprensa, a independência das associações, a existência de uma tradição e disponibilidade das populações em se associar e a «missão de propagada que exerceu o Centro Promotor [...] na qual tomaram parte muitos

¹⁶³ FONSECA, Carlos da. “La classe ouvriere portugaise”. Em: J. C. Seabra PEREIRA (org.). *Utopie et Socialisme...*, p. 390.

¹⁶⁴ GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência...*, p. 116.

¹⁶⁵ *Diário do Governo*, 31 de março de 1869, N.º 70, p. 393.

¹⁶⁶ *Diário do Governo*, 31 de março de 1869, N.º 70, p. 396.

homens respeitáveis»¹⁶⁷. No entanto, a análise da comissão alertava para a existência de vários elementos que dificultavam o desenvolvimento do associativismo. Em primeiro lugar, é frisado que o país era essencialmente agrícola e era nos «grandes centros fabris que se encontravam os exemplos de extraordinário desenvolvimento da mutualidade»¹⁶⁸, elencando de seguida outros fatores, como a baixa instrução, a carestia das subsistências, o preço elevado das habitações, a tendência das populações para os jogos de fortuna e azar, a ausência de caixas económicas e a impossibilidade de usufruir de crédito e a decadência de algumas associações que criavam apreensão aos trabalhadores. Os responsáveis do inquérito relatam que o associativismo mutualista não era próspero e muitas associações lutavam «com graves dificuldades»¹⁶⁹. Perante os entraves ao desenvolvimento da associação a comissão propunha ao governo um conjunto de recomendações que passavam pela formação de associações sem a necessidade de submeter os estatutos à aprovação, a isenção de impostos, a possibilidade de aceitar donativos e garantir uma entidade jurídica à associação. Para Costa Goodolphim, este trabalho acabou por não ser útil para o associativismo, pois tinha uma grande ausência de informação¹⁷⁰.

Em novembro de 1870 a assembleia geral do *Centro Promotor* propunha a discussão de um novo congresso social¹⁷¹, no entanto, e como veremos de seguida, as transformações políticas sentidas na associação não vão permitir a realização de um segundo congresso social.

¹⁶⁷ *Diário do Governo*, 31 de março de 1869, N.º 70, p. 394.

¹⁶⁸ *Diário do Governo*, 31 de março de 1869, N.º 70, p. 394.

¹⁶⁹ Citado em, GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência...*, p. 118.

¹⁷⁰ GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência...*, p. 119.

¹⁷¹ *Diário do Governo*, 8 de novembro de 1870, N.º 252, p. 1492.

3. A IMPLOÇÃO DO CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

Na segunda metade do século XIX o regime liberal, embora consolidado, não deixava de ter períodos conturbados, particularmente, no final da década de 60. Em 1867, o «Estado achava-se próximo dum ponto de rutura»¹⁷², era urgente recolher alguma receita e, por isso, foi anunciado um novo imposto de consumo que vai estar na origem de uma onda de tumultos um pouco por todo o país. Em Lisboa os sectores mais radicais conspiravam contra o governo, particularmente, a figura do Conde de Peniche¹⁷³ e o *Centro do Pátio do Salema* (conhecido na imprensa como *Clube dos Lunáticos*). A documentação disponível não permite aprofundar o papel do *Centro Promotor* na agenda política dos diversos grupos liberais. É certo que existia uma tentativa de influência do *Centro Promotor*, por exemplo, o deputado liberal Saraiva de Carvalho, um dos dinamizadores do Clube dos Lunáticos e intervenientes da *Janeirinha*, estabelece contactos com o *Centro*. É este deputado que apresenta no parlamento o «requerimento do *Centro Promotor* a solicitar que seja excluído o «imposto do selo às obras literárias»¹⁷⁴. Por outro lado, a influência do *Partido Regenerador* no interior do *Centro Promotor* terá sido o suficiente por si só para neutralizar a associação durante os tumultos da *Janeirinha*, no entanto, esta posição acabou por deixar o mundo do trabalho sobre a influência do Conde de Peniche e do *Centro do Pátio do Salema*. Inicialmente o descontentamento popular resulta na revolta popular e da pequena burguesia no Porto em janeiro de 1868 e acaba por se transformar num movimento um pouco por todo o país conhecido como *Janeirinha*, ocorrendo uma fratura no sistema político português. Neste acontecimento, ocorreu uma drástica alteração na correlação de forças, com o nascimento de uma nova força política (*Partido Reformista*) que marca o fim da rotação entre o *Partido Regenerador* e o *Partido Histórico* nos executivos.

O liberalismo português permitiu a ascensão de um movimento operário organizado em Portugal, iniciado por uma geração de jovens socialistas embebidos nas

¹⁷² CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 21.

¹⁷³ Caetano de Almeida e Noronha Camões Albuquerque Moniz e Sousa (1820-1881), 3º Conde de Peniche e 8º Marquês de Angeja foi um conhecido liberal que esteve intimamente envolvido com os movimentos contestatários que pretendiam sublevar a população e militares para derrubar o governo, caso da *Janeirinha* (1868), a *Saldanhada* (1870) e a *Pavorosa* (1872). Foi forçado a abandonar Portugal a 1872 com o fracasso da *Pavorosa* e condenado à prisão. Regressar em 1877 com a amnistia do governo de António José de Ávila.

¹⁷⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 25 de junho de 1869, N.º 41, p. 503.

ideias sociais e revolucionárias que despontavam na Europa, nomeadamente a *Primavera dos Povos* (1848). Tal como afirmou Victor de Sá, em Portugal «é a geração de 1852 enriquecida com a experiência da Revolução de Paris de 1848 que cumpre a missão histórica de estruturar [as] aspirações populares já claramente afirmadas»¹⁷⁵.

O *Centro Promotor* desde a sua origem conservou uma composição multifacetada e homogénea. Na sua organização é evidente uma clara aliança entre sectores intelectuais socialistas, republicanos e ilustres políticos oriundos de sectores mais progressistas do liberalismo. É esta aliança entre sectores antagónicos do sistema político português, que vai perdurar até à década de 70 que representa o mundo operário, portanto não é de «surpreender que a história do *Centro Promotor* tenha sido a história daquilo a que vulgarmente se chama a «colaboração de classes»¹⁷⁶. Quando o *Centro Promotor* realiza o seu 10º aniversário era anunciada a inauguração nas salas da associação de retratos de individualidades liberais ligadas ao regime, caso de José Estevão Coelho de Magalhães, Manuel da Silva Passos e de Joaquim Lopes. Esta atitude fazia suscitar rasgados elogios na esfera pública por ser uma entidade que prestava homenagem a figuras ilustres da história do país. A sessão solene que marcava uma década de existência era realizada num espaço aburguesado, o salão do teatro D. Maria II. Este exemplo é emblemático da presença do movimento operário na sociedade liberal. Neste evento importantes dirigentes políticos e individualidades do regime marcaram presença ao lado dos associados e dirigentes do *Centro Promotor*, é o caso de «Fontes de Melo, Martens Ferrão, Rodrigues Sampaio, Tomas Ribeiro [...] os ministros do Reino e Marinha, presidente da Câmara Municipal, diretor da escola normal [e] redatores de diversos jornais»¹⁷⁷. Esta linha ordeira e conciliadora é também evidente com o patronato e os industriais. Quando a 18 de março de 1866 é inaugurado pela Companhia de ferro na Marinha Grande um alto-forno, formado por tijolos e cercado com barras de ferro, alimentado por duas máquinas a vapor com uma força combinada de 60 cavalos são endereçados vários convites por parte dos donos da fábrica. Para a época era um evento que merecia a atenção pública devido ao avanço tecnológico que representava. Uma comitiva de peso saiu de Lisboa rumo à fábrica na Marinha Grande onde estava presente o histórico marechal Saldanha, representantes do Ministério das

¹⁷⁵ SÁ, Victor de. *Perspectivas do Século XIX*. Lisboa: Porto, Limiar, 1976, p. 209.

¹⁷⁶ CABRAL, Manuel Villaverde. *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, p.169.

¹⁷⁷ *Correio Paulistano*, 12 de junho de 1863, Ano X, N.º 2124, p. 3.

Obras Públicas o governador civil do distrito e vários industriais. Juntamente a estas individualidades estava também Vieira da Silva «como membro da imprensa periódica e presidente do Centro Promotor»¹⁷⁸, que também participou nos momentos de convívio e nos brindes realizados na inauguração, recebendo um unânime aplauso da ilustre plateia. No ano anterior, e tal como tinha sucedido em 1855, o governo tinha financiado uma comissão industrial composta por 20 indivíduos das diferentes artes no sentido de estudarem e observarem a exposição internacional portuguesa realizada no Porto, uma comissão «presidida pelo Sr. Francisco Vieira da Silva, presidente da associação lisbonense denominada Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas»¹⁷⁹. Ainda em setembro de 1865 o *Centro Promotor* anunciava a necessidade de ajudar as associações de educação popular em dificuldades e, deste modo, realizava «um serviço ao princípio liberal da associação»¹⁸⁰. A ideia era realizar a 3 de setembro um concerto da banda do corpo dos marinheiros da Armada Real para beneficiar a escola noturna para adultos existente na freguesia de São José. É sem dúvida instrutivo e ilustrativo colecionar estes exemplos de reconhecimento público ao movimento operário por parte de importantes atores da esfera pública portuguesa.

O *Centro Promotor*, de facto, mantinha fortes ligações com o poder político e muitos políticos continuavam associados ao mesmo. Por vezes fica-se com a impressão que o *Centro* funcionava como uma extensão do governo liberal. Quando da morte do Conde de Ferreira, o *Centro* ordenou mesmo a celebração de uma missa elogiando o legado do falecido em trabalhos de instrução popular e «dirigiu convites a diversos corpos coletivos de Lisboa, estabelecimentos de caridade, escolas, associações de artistas etc»¹⁸¹. Não é de estranhar que mais tarde, em 1901, o *Centro Promotor* fosse recordado por um deputado como o «grande núcleo associativo que então existia em Lisboa»¹⁸². O *Centro Promotor* mantinha boas relações com o governo e o parlamento de tal modo que, em 1862 a *Associação Comercial de Lisboa* apresenta um protesto à Câmara Municipal de Lisboa devido aos convites para o casamento do Rei terem sido entregues por intermédio do *Centro Promotor*¹⁸³.

¹⁷⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de abril de 1866, Ano XLVI, N.º 80, p. 1.

¹⁷⁹ *Diário de Pernambuco*, 29 de novembro de 1865, Ano XLI, N.º 274, p. 1.

¹⁸⁰ *Diário de Lisboa...*, 2 de setembro de 1865, N.º 197, p. 2020.

¹⁸¹ *Diário de Pernambuco*, 4 de agosto de 1866, Ano XLII, N.º 179, p. 1.

¹⁸² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 16 de abril de 1901, N.º 55, p. 4.

¹⁸³ Citado em, CABRAL, Manuel Villaverde. *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal...*, p. 170.

Quando em 1868 morre o antigo presidente Francisco Vieira da Silva, este é recordado no espaço público como um operário letrado oriundo do sector tipográfico que tinha desempenhado um marcante papel na direção do *Centro Promotor* desde a sua fundação. Esta morte provoca um luto no mundo operário, mas também ecos um pouco por todo o movimento associativista. Entretanto, em março desse ano tinha ocorrido eleições no *Centro Promotor* que colocam Sousa Brandão na presidência e é já nesse papel que convoca publicamente «todas as associações da capital a assistirem»¹⁸⁴ ao funeral do antigo presidente. A *Associação Tipográfica Lisbonense* faz um voto de pesar a morte e inaugurou um retrato do dirigente operário na sua associação. A 11 de março de 1870 o *Centro Promotor* inaugura um retrato de Vieira da Silva, um «dos iniciadores do princípio da associação»¹⁸⁵. Por seu lado, os associados do *Centro Promotor* promovem um debate para realizar uma homenagem justa ao seu presidente. Ficou estabelecido um voto de pesar, a inscrição do seu nome na matrícula do *Centro* com o título de benemérito, a realização de uma missa e, por proposta de Felizardo Lima, ficava estabelecida a «criação de uma escola para 43 alunos»¹⁸⁶, que devia ser denominada pelo nome do histórico dirigente.

Em jeito de curiosidade, é por esta altura e através do *Centro Promotor* que é iniciado no movimento operário o debate em torno das touradas. Em novembro de 1869, a assembleia geral da associação elabora um «parecer sobre uma proposta para se representar contra as touradas»¹⁸⁷. A tradição contrária à prática tauromaquia avivada no movimento operário surge neste período e a sua importância vai aumentando, inclusive, o *Partido Socialista* vai assumir uma voz pública e crítica perante a construção da praça de touros no Campo Pequeno, declarando a prática da tourada como um espetáculo bárbaro e selvagem¹⁸⁸.

A 19 de outubro de 1870 ocorre uma reformulação estatutária ficando previsto que um dos fins do *Centro Promotor* era sustentar a escola denominada Vieira da Silva. Ainda ficou adiada a proposta de um monumento no cemitério para não «prejudicar a subscrição para a família»¹⁸⁹. A morte deste dirigente é deveras interessante e digna de

¹⁸⁴ *Diário de Lisboa...*, 9 de julho de 1868, N.º 151, p. 1608.

¹⁸⁵ *Diário de Pernambuco*, 28 de março de 1870, Ano XLVI, N.º 69, p. 2.

¹⁸⁶ *Correio Mercantil*, 20 de julho de 1868, Ano XXV, N.º 199, p. 2.

¹⁸⁷ *Diário do Governo*, 9 de novembro de 1869, N.º 255, p. 1378.

¹⁸⁸ *O Protesto Operário, órgão do Partido Operário Socialista*, 24 de fevereiro de 1889, VI Ano, N.º 356, p. 2.

¹⁸⁹ *Correio Mercantil*, 20 de julho de 1868, Ano XXV, N.º 199, p. 2.

uma análise. Sendo verdade que a sua morte é notória nos jornais, provocando a elaboração de diversos textos que anunciam uma profunda tristeza nacional e enaltecem o papel do dirigente, a sua morte acaba por provocar ruturas e conflitos no interior do movimento operário. A 20 de outubro de 1871 a Comissão Central de Socorros para a família de Francisco Vieira da Silva anunciava que somente 14 associações operárias, num universo de 200, é que tinham auxiliado financeiramente e, perante isto, lamentava a postura, e acrescentou que, na sua opinião, era uma «triste prova de reconhecimento pelos serviços prestados»¹⁹⁰. Ao contrário do que sucedia no associativismo operário, o relatório dava conta que diversas individualidades da alta sociedade portuguesa tinham contribuído para esta causa.

Em junho desse ano o *Diário de Notícias* destaca a chegada a Lisboa do diretor geral da instrução pública em Espanha. Perante a chegada do diplomata espanhol, o jornal lembrava que esta individualidade tinha realizado amizades com vários industriais portugueses, com o *jornal* a relatar que o espanhol tinha discursado algumas vezes na sede do *Centro Promotor* e, inclusive, transcreve parte do discurso do enterro de Vieira da Silva: «caíste, obreiro da associação, mas não morreu contigo a ideia de que foste tão eloquente apóstolo. A democracia levanta-se a conquistar os seus direitos, e a homenagem que aqui se te rende neste momento solene, a ti que simbolizas uma vitória dela, tem visos de adoração»¹⁹¹. É somente em outubro de 1881 que é realizada a transladação dos restos mortais de Vieira da Silva para o seu mausoléu, uma cerimónia onde é reconhecido como uma figura que defendia a liberdade, «um modelo de amor ao trabalho, de dedicação pelos interesses populares»¹⁹².

A baliza cronológica de 1870 a 1873 será marcada por uma escalada de violência verbal entre as várias sensibilidades no interior do *Centro Promotor*, com a veia apaziguadora, ordeira e reformista a deixar aos poucos de ser consensual e dominante. Este facto está, irremediavelmente, ligado a uma implosão do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, um espaço que virá a ser preenchido pela *Fraternidade Operária* que, por seu turno, dará origem ao *Partido Socialista*. Ou seja, estamos perante um período onde o socialismo português é encabeçado por um leque novo de dirigentes (José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Oliveira Martins, Nobre França, José Tedeschi, João Bonança, Felizardo Lima etc.), acompanhados por

¹⁹⁰ *A Revolução de Setembro*, 20 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8805, p. 2.

¹⁹¹ *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1871, Ano 7, N.º 1952 p. 1.

¹⁹² *O Paiz. Órgão Especial do Comércio*, 5 de outubro de 1881, Ano XIX, N.º 224, p. 2.

históricos dirigentes da década de 50, caso de um Sousa Brandão. Um reflexo do que sucedia no plano internacional, nomeadamente com a edificação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) fundada em 1864, a Comuna de Paris de 1871 e a decadência do chamado *socialismo utópico* (totalmente dominante entre 1850-60) face à ascensão do denominado *socialismo científico* e do pensamento de Mikhail Bakunin. Neste prisma, Portugal estava prestes a ingressar na *Primeira Internacional* e, embora não exista uma escola socialista totalmente dominante, o movimento socialista será forçado a entrar na batalha entre o denominado *socialismo científico* e o pensamento de Bakunin.

3.1 Os debates radicais e a esfera pública

Na década de 70 o *Centro Promotor* continuava a ter como grande objetivo «advogar, perante os poderes públicos, os assuntos de interesse para as classes laboriosas, quando eles não envolvam questão política ou religiosa»¹⁹³. Pretendia promover a fundação de associações cooperativas, de socorros mútuos e de organizar uma biblioteca e gabinete de leituras. Efetivamente, a biblioteca popular do *Centro Promotor* é uma realidade, com a aprovação do regulamento, na sessão de 21 de dezembro de 1870, ficava previsto a sua abertura aos sócios e ao público em geral. Os livros pertenciam todos à Biblioteca Popular, embora alguns fosse, na verdade, propriedade do Estado, mais um dado que remete para a íntima ligação da associação ao constitucionalismo liberal.

Embora o artigo 37º dos estatutos do *Centro Promotor* afirme ser «expressamente proibido ao Centro ocupar-se de assuntos políticos e religiosos»¹⁹⁴, logo em março de 1871 é apresentado ao parlamento uma representação por parte do *Centro*, a protestar «contra as medidas tributárias apresentadas pelo governo»¹⁹⁵. A associação acusava o governo de agravar a vida das classes menos favorecidas com o novo projeto contributivo. O *Centro Promotor* defendia um imposto proporcional e progressivo, e reivindicava alterações ao projeto de contribuição industrial, pessoal e predial no sentido de remover as desigualdades e a extrema elevação de tributos¹⁹⁶.

¹⁹³ CPMCL. *Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classe Laboriosas*. Lisboa: Tipografia Livre, 1870, p. 3.

¹⁹⁴ CPMCL. *Estatutos do Centro Promotor...*, p. 10.

¹⁹⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 28 de março de abril de 1871, N.º 16, p. 182.

¹⁹⁶ *Diário do Governo*, 5 de abril de 1871, N.º 77, p. 434.

Nesse mesmo ano, em julho, o *Diário Popular* anunciava que o *Centro Promotor* tinha realizado debates em torno da política, nomeadamente, questões sobre o socialismo. O jornal afirmava que «um sócio apresentou imprudentemente uma proposta à assembleia geral para louvar a Internacional»¹⁹⁷. Dias mais tarde, o *Jornal da Noite*, citando a *Gazeta do Povo*, afirma que sócio Felizardo Lima apresentou à discussão o «sistema comunal, do socialismo e do comunismo»¹⁹⁸. Estas propostas acabaram por provocar a indignação de alguns associados, nomeadamente, de João de Sousa Amado, que solicitou aos corpos gerentes da associação a elaboração de um manifesto que fosse indicativo para os operários uma resposta em torno de questões políticas, sociais e económicas que tinham despontado pela Europa e ganhavam terreno no mundo do trabalho¹⁹⁹. Este sócio defendia que sem liberdades políticas a missão do *Centro* não era eficaz, no entanto, era contrário às «audaciosas doutrinas do republicanismo vermelho»²⁰⁰, considerando ser então necessário e importante debater as doutrinas radicais que procuravam cimentar a sua posição no interior do *Centro Promotor* e no mundo operário. No fundo o sócio pretendia que a associação indicasse ao mundo operário português a sua visão sobre as novas ideias radicais, perguntando se estas eram «uma aspiração racional ou uma utopia absurda»²⁰¹, e a diferença deste regime com o regime «comunal»²⁰², que na sua opinião era somente uma descentralização exagerada que não devia ser realizada no território português. Por outro lado, acusa a *Internacional* de pretender acabar com as fronteiras e as nações, inculcando no mundo operário um sentimento de predomínio de classe e a extinção do patriotismo. Por fim, propunha a necessidade de fornecer uma explicação para as distintas vertentes sociais e económicas na escola do socialismo e a relação destas novas doutrinas com o princípio da liberdade e as eventuais melhorias das condições dos trabalhadores. O sócio destacava estes pontos, pois em várias assembleias do *Centro* tinham sido debatidos assuntos ideológicos ligados à *Internacional*, como era o caso da proclamação da propriedade coletiva do solo, o fim do direito de herança e a espoliação

¹⁹⁷ *O Diário Popular*, 14 de julho de 1871, 6º Ano, N.º 1699, p. 1.

¹⁹⁸ *Jornal da Noite*, 25 e 26 de julho de 1871, 1º Ano, N.º 175, p. 3.

¹⁹⁹ Como é possível verificar em anúncios do *Centro Promotor* para futuras sessões, o debate em torno desta ideia é patente na ordem de trabalhos de várias sessões.

²⁰⁰ *Jornal do Comércio*, 1 de setembro de 1871, 18º Ano, N.º 5355, p. 3.

²⁰¹ *O Diário Popular*, 14 de julho de 1871, 6º Ano, N.º 1699, p. 1.

²⁰² Referência a Comuna de Paris. *O Diário Popular*, 14 de julho de 1871, 6º Ano, N.º 1699, p. 1.

ao capitalista e, na sua opinião, «não poderiam ser mais subversivos os princípios que se proclamavam»²⁰³ no *Centro Promotor*.

O debate em torno das temáticas socialistas em várias assembleias do *Centro* faz de imediato desencadear o interesse da esfera pública. Pedro José Conceição, empregado da imprensa Nacional, é responsável por um texto que é publicado n' *A Revolução de Setembro*, onde demonstra ser contrário às ideias da *Internacional*, mas confessa que o debate sobre as doutrinas socialistas devia ser realizado no sentido de iluminar o operário, no entanto alertava: «se o *Centro* lançasse no livro das atas das suas sessões um voto de louvor à *Internacional*, o *Centro* deveria ser dissolvido como uma associação perigosa, desordeira, anarquista, inqualificável, indigna de existir»²⁰⁴. Seja como for, o autor da carta não deixava de afirmar a sua crença no *Centro Promotor*, julgando que o mesmo não aprovaria semelhante proposta, pois era composto por cavalheiros reconhecidos de bom senso e ideias corretas. O autor desta carta tinha já sido responsável por uma outra, publicada a 8 de julho, onde é patente o ataque às ideias da *Internacional* e à Comuna de Paris. Por esse meio, advertia sobre o carácter operacional da *Internacional* que enviava emissários um pouco por toda a parte, com o objetivo de recrutar trabalhadores. Perante isto, era necessário que o associativismo e o governo contactassem com o mundo operário, o primeiro deveria dar a formação, enquadrar, esclarecer e prestar ajuda ao operário. Ao governo competia proteger e melhorar as condições de vida do trabalhador e incrementar as obras públicas proporcionando desse modo o acesso ao trabalho. No fundo o autor atesta que estes dois pilares eram essenciais para combater o ócio, a miséria sentida no trabalhador que, na sua opinião, conduzia «ao desespero, daqui à *Internacional*, e da *Internacional* à Comuna»²⁰⁵. Esta dinâmica deveria ser auxiliada pela criação de um jornal de operários que devia estar ao serviço dos trabalhadores e dinamizado pelo *Centro Promotor* que não tinha um jornal próprio desde 1854, ano em que ocorre a suspensão da publicação do *jornal do Centro Promotor*. Desde desse momento que era comum surgir nas assembleias do *Centro* a proposta de criar «um jornal que advogue os interesse da classe operária»²⁰⁶, mas que nunca será concretizada. O autor pretendia apresentar ao público uma lógica que se podia adequar à realidade e determinar o desenvolvimento de uma

²⁰³ *Jornal do Comércio*, 1 de setembro de 1871, 18º Ano, N.º 5355, p. 3.

²⁰⁴ *A Revolução de Setembro*, 19 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8726, p. 3.

²⁰⁵ *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8717, p. 2.

²⁰⁶ *Diário de Lisboa...*, 20 de outubro de 1868, N.º 238, p. 2528.

postura contra o desenvolvimento do radicalismo e, deste modo, afirmava que poderia estar a ser criada «uma espécie de contra-Internacional contra a Internacional»²⁰⁷. No fundo, Pedro José Conceição notava já as fortes clivagens políticas no interior do *Centro*, defendendo a antiga ideia matriz na qual a associação tinha sido formada e que parecia estar a ser colocada em questão. E de facto estava. Perante esta realidade, Pedro José Conceição observava o *Centro Promotor* como uma ferramenta essencial na agenda contra o radicalismo, especificamente, o internacionalismo.

Suspeitamos que os protestos públicos de Pedro José Conceição divulgados na imprensa são o motivo para a publicação do folhetim denominado *Os Socialistas de Portugal* da autoria de João Crisóstomo Mackonelt, um texto sem data. Neste documento o autor fala de dois operários (Conceição e Silva Albuquerque) que recorreram à imprensa com o propósito de mostrar aos trabalhadores «o quanto são prejudiciais os princípios proclamados pela *Internacional* e, em parte, postos em ação pela Comuna de Paris»²⁰⁸. O autor do texto, que afirma ser amigo de Antero de Quental e Batalha Reis, referia que não pertencia à *Internacional*, mas acusava os operários de desconhecerem a história da Comuna de Paris e a finalidade da *Internacional*, solicitando mais cautela «na sua febre monárquica, na sua ira contra os princípios liberais»²⁰⁹, lembrando aos citados que ambos pertenciam «à classe trabalhadora»²¹⁰.

O Jornal anti-liberal *A Nação* no início de agosto citava o *Diário de Notícias* sobre uma sessão no *Centro Promotor* onde terão sido debatidas ideias socialistas e a Comuna de Paris e, no sentido de sossegar os leitores mais assustados, anunciava que à imagem do que era prática em França, «a esta sessão assistiu um comissário de polícia»²¹¹. De facto, era do conhecimento público «que se tem no *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* discutido a Comuna de Paris»²¹². O *Correio do Sul* ao escrever sobre a *Internacional* e a Comuna de Paris afirmava ao leitor que o «Centro Promotor, adulterando o fim útil e louvável da sua instituição oferece-se aos ódios e aos reproches da opinião»²¹³. No mesmo sentido avançava o *Diário da Tarde* que, no entanto, ia mais longe solicitando a intervenção das forças da autoridade no

²⁰⁷ *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8717, p. 2.

²⁰⁸ MACKONELT, João Crisóstomo. *Os socialistas de Portugal*, s.d., p. 1.

²⁰⁹ MACKONELT, João Crisóstomo. *Os socialistas de Portugal...*, p. 6.

²¹⁰ MACKONELT, João Crisóstomo. *Os socialistas de Portugal...*, p. 6.

²¹¹ *A Nação...*, 1 de agosto de 1871, Ano XXIII, N.º 7044, p. 2.

²¹² *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

²¹³ Citando em, ALVES, Ana Maria. *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 119.

sentido de «conter os irrisórios Dantons do Centro Promotor [...] dos [...] pseudo sans culottes»²¹⁴. O debate ideológico sobre movimentos e as ideias radicais no interior do *Centro Promotor* fazia com que vários jornais portugueses acusassem o governo de inércia, sobretudo, na pessoa do Marquês de Ávila. À luz deste pensamento o ministro do Reino optava por não advertir o *Centro Promotor* do facto de ter decidido «mandado fechar pela polícia as portas do Casino Lisbonense»²¹⁵ e, desse modo, ter proibido as famigeradas conferências do Casino. Na explicação apresentada, o ministro pretendia controlar a situação não reprimindo os sectores mais radicais que continuavam a apresentar os seus protestos e descontentamento perante a proibição das conferências. Esta lógica estava subjacente no facto de boa parte dos oradores previstos no Casino Lisbonense terem ligações privilegiadas ao mundo operário e no interior do *Centro Promotor*. A proibição das Conferências de Casino acaba por se incrustar no imaginário da geração de 1870 e possibilitou, desse modo, a consolidada de uma certa contestação ao constitucionalismo liberal. Jaime Batalha Reis lembra que foi numa casa na rua dos Prazeres que se «planearam as Conferências Democráticas do Casino»²¹⁶ com o objetivo de debater diversas questões que acabaram por acontecer, como o «Concílio de Trento, nem os Historiadores Críticos de Jesus, nem o Socialismo»²¹⁷. Os jornais do movimento operário não esquecem o acontecimento, acusando o político Martens Ferrão de «promove[r] o encerramento das conferências democráticas»²¹⁸.

Em maio de 1871, Eça escrevia nas *Farpas* que era devido às Conferências do Casino que pela «primeira vez a revolução sob forma científica tem em Portugal a palavra»²¹⁹. As conferências vão ser amplamente abordadas no parlamento, com o deputado Pinheiro Chagas a ser um dos deputados mais interventivos e como notou João Medina, «não era o republicanismo que o deputado regenerador combatia, mas o socialismo»²²⁰. Como é já consabido, a 26 de junho de 1871 surge na imprensa um protesto de Adolfo Coelho, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Salomão Saraga e Eça de Queiroz contra a proibição das conferências. Este protesto é subscrito por vários

²¹⁴ Citando em, ALVES, Ana Maria. *Portugal e a Comuna de Paris...*, p. 120.

²¹⁵ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

²¹⁶ MINÉ, Elza. *Alguns homens de meu tempo e outras memórias de Jaime Batalha Reis*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 117.

²¹⁷ MINÉ, Elza. *Alguns homens de meu tempo...*, p. 117.

²¹⁸ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 53, p. 2.

²¹⁹ QUEIROZ, Eça de. *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa. Uma Campanha Alegre*. Volume I. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890, p. 51.

²²⁰ MEDINA, João. *As conferências do Casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 32.

nomes, onde estão Costa Goodolphin, Nobre França, José Carrilho Videira, Joaquim de Oliveira, Rafael Bordalo Pinheiro, João Crisóstomo Mackonelt e José Fontana.

A 13 de setembro de 1871 toma posse o governo que acabará por ficar em funções mais tempo na história da Monarquia Constitucional. É um governo encabeçado, pela primeira vez, por Fontes Pereira de Melo e para a pasta do Reino é escolhido o antigo presidente do *Centro Promotor*, Rodrigues Sampaio. Este último, enquanto ministro, vai acompanhar a escalada do radicalismo no interior da associação e é obrigado a abordar o vice-presidente do *Centro*, Manuel Gomes da Silva – um conhecido industrial e proprietário de oficinas de calçado em Lisboa que chegou a integrar o *Clube do Pátio da Salema (Clube dos Lunáticos)* onde acabou mesmo por integrar uma lista às eleições municipais em 1867²²¹. O ministro frisa ao vice-presidente a necessidade de se controlar os debates no *Centro*, pois esses não deviam gravitar em torno dos acontecimentos políticos e ideológicos, nomeadamente da Comuna de Paris e na *Internacional*. Por outras palavras, o *Centro Promotor* devia abster-se de debater assuntos da esfera política. O ministro teve conhecimento da sessão de 15 de setembro onde foram debatidos assuntos domésticos, havendo «um voto de censura à Câmara eletiva, por não haver reforma a Carta Constitucional»²²², com um associado a questionar o artigo 6º da Carta que confirmava a religião católica como religião do reino, ao passo que outros associados demonstravam apoios à União Ibérica sob forma de república. O debate em torno da reforma da Carta vai ser desenvolvido até finais de outubro, onde numa assembleia é «retirado da discussão uma moção do Sr. Pedro Rosa acerca da reforma da carta»²²³. Ainda em 1871 o *Centro Promotor* debatia um projeto sobre as sociedades cooperativas de consumo e perante este debate era eleita uma comissão constituída por «José Mesquita da Rosa, José Guilherme dos Santos Lima, António Soares Monteiro, José Fontana e Manuel Gomes da Silva»²²⁴.

Nesta temática a postura de Rodrigues Sampaio, talvez por estar legitimado pela sua ligação à associação, foi mais frontal que a do seu antecessor, como veremos de seguida.

²²¹ CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 77.

²²² *A Nação*..., 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

²²³ *Jornal do Comércio*, 22 de outubro de 1871, 18º Ano, N.º 5397, p. 1.

²²⁴ *Jornal da Noite*, 18 e 19 de outubro de 1871, 1º Ano, N.º 248, p. 3.

3.2 Da parede para o armário. A retirada do quadro de Rodrigues Sampaio

Os calorosos debates no interior do *Centro* vão originar a chamada do seu vice-presidente, Manuel Gomes da Silva, ao gabinete do ministro. Neste encontro o ministro apresentou um pedido explícito à direção do *Centro* para não o colocar «nas tristes circunstâncias de se esquecer que era sócio e velho amigo do Centro Promotor»²²⁵. O liberal Rodrigues Sampaio apresenta o argumento estatutário do próprio *Centro Promotor*, que não estava autorizado a debater assuntos políticos, deixando o aviso que «não toleraria reuniões com aquela índole, nem o governo estava resolvido a consentilas»²²⁶. Esta postura do governo, ainda por cima de um ministro do Reino que tinha sido outrora uma figura de destaque na história do *Centro*, não agradou à direção do mesmo. E, deste modo, o sentimento e o debate foram canalizados para o antigo presidente do *Centro Promotor*. O histórico liberal Rodrigues Sampaio ao decidir intervir diretamente nos assuntos internos da associação, acabou por ser declarado como *persona non grata* no *Centro Promotor*. Perante a postura do dirigente e do governo, e em forma de protesto, os associados entenderam numa assembleia geral a retirada do retrato de Rodrigues Sampaio, presidente honorário. Segundo o *Diário de Notícias* a assembleia tinha sido composta por apenas 36 associados, numa associação que rondava os 500 sócios, tendo a proposta recebido 23 votos favoráveis e 13 contra²²⁷.

O jornal legitimista *A Nação* descreve esta sessão, que terá sido realizada no dia 22 de setembro, com o vice-presidente do *Centro* a relatar aos associados presentes a conversa com o ministro. Perante isto, o sócio Joaquim Felizardo de Lima Pereira Castelo Branco apresentou «uma proposta, para que fosse apeado o retrato do ministro»²²⁸. Neste jornal são noticiadas outras propostas que acabaram por não se concretizar, entre elas a retirada imediata do retrato, o envio do mesmo ao ministro ou até a sua destruição. Além disto, foi proposta a ideia de que o *Centro* devia encerrar «todos os seus trabalhos, e se ocupasse em guerrear o governo, por todos os modos»²²⁹. Ainda teria sido debatida a destituição de Rodrigues Sampaio de presidente honorário.

Perante esta notícia Felizardo Lima escreve uma carta para o jornal refutando as acusações. Afirma que desde que tinha abraçado a religião de Jesus Cristo nunca mais

²²⁵ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

²²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1871, Ano 54, N.º 287, p. 2.

²²⁷ *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2052, p. 1.

²²⁸ *A Nação*..., 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

²²⁹ *A Nação*..., 26 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7091, p. 3.

tinha falado em assuntos religiosos, e nessa sessão até tinha combatido que se tratasse o assunto da reforma da Carta, tendo proposto para a ata a ideia de que «a associação não acreditava nos homens políticos nem nas suas medidas»²³⁰. Todavia, reconhece que a fonte do jornal não estava «tão mal-informada se não fosse minha a proposta para ser retirado do *Centro* o retrato»²³¹. Décadas mais tarde Felizardo Lima é responsável por um livro sobre o movimento operário em Portugal no qual descreve o crescente descontentamento em alguns sectores com a direção de Rodrigues Sampaio e outros históricos dirigentes já em 1868. Este autor afirma que o tratado de comércio com a França, assinado no final da década de 60 do século XIX, foi tóxico para a indústria nacional e o trabalhador português. Este tratado é negociado por um sócio e antigo dirigente do *Centro Promotor*, o liberal Casal Ribeiro. Perante isto, Felizardo Lima acusava a direção do *Centro Promotor* de não «chamar os interessados para opor barreira ao ato de ignorância do governo que assim mutilava a indústria»²³², mas de ter fechado as portas do *Centro* e o seu presidente acabou por ir «para Coimbra recitar poesias aos operários»²³³. Esta é uma rara explicação para a passividade do *Centro Promotor* perante os acontecimentos políticos durante a denominada *Janeirinha*. Aliás, para Felizardo Lima o comportamento da direção do *Centro Promotor* é explicado pelo próprio ter sido uma criação do *Partido Regenerador* e, assim, estava limitado, não podia sobrepor os interesses dos trabalhadores aos interesses de um executivo *Regenerador*²³⁴. Na verdade, houve uma polémica na esfera pública sobre este tratado de comércio com a França a envolver associados do *Centro*. No início de maio de 1867 a *Revolução de Setembro* atribuía a autoria de um folheto crítico ao tratado com França a Manuel Gomes da Silva, sócio do *Centro Promotor* e dono de estabelecimento de calçado em Lisboa. E, entretanto, é sentido um desconforto de outros associados, como, Sousa Brandão, Jerónimo Ferreira da Silva, Felizardo Lima e Fradesso da Silveira, que tentaram organizar reuniões com as camadas operárias para combater a falta de trabalho e alertar para o tratado. De facto, em Lisboa os sectores mais radicais conspiravam contra o governo, o *Centro do Pátio do Salema* (conhecido na imprensa como *Clube*

²³⁰ *A Nação...*, 30 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7093, p. 2.

²³¹ *A Nação...*, 30 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7093, p. 2.

²³² LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (de 1833 a 1897)*. Porto: Tipografia Gutenberg, 1897p. 50.

²³³ LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea...*, p. 50.

²³⁴ LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea...*, p. 50.

dos Lunáticos) que «desde 1864 integrava os socialistas da «geração de 1852» e os «republicanos» de 1848»²³⁵.

Em abril de 1868 a imprensa destaca que uma multidão de trabalhadores deambulava pela «Baixa lisboeta pedindo esmola a pretexto da falta de trabalho»²³⁶. Segundo a imprensa da época, esta turba teria sido dinamizada pelo Conde de Peniche e ainda era acusado o deputado Fradesso da Silveira por defender o «direito ao trabalho, ideia que para o jornal seria profundamente errónea e socialista»²³⁷. Nomes como Sousa Brandão, José Elias, António de Oliveira Marreca e Manuel Gomes da Silva acabam por constar na lista da *Junta Eleitoral do Pátio do Salema*. No início de maio de 1870 volta a polémica às reuniões do *Centro Promotor*, desta vez sobre um eventual tratado comercial com a Áustria. Perante a divulgação de rumores em vários jornais de que o tratado tinha sido concluído, foi apresentada no *Centro Promotor* uma proposta que visava o convite a vários industriais para uma reunião no sentido de evitar a assinatura do tratado comercial antes da conclusão do inquérito industrial. Esta proposta foi aceite na assembleia e o *Centro* contactou com o ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a veracidade do acordo. O presidente da assembleia afirma aos associados que o ministro perante a questão tinha sido evasivo, no entanto, a *República Federal* escreve a presença de dois sócios que estavam «autorizados pelo ministro dos [Negócios] Estrangeiros»²³⁸ que provocam uma polémica na reunião. Um dos associados negava a existência de um qualquer contrato, ao passo que o outro frisava que para um eventual acordo «seriam consultadas as associações»²³⁹.

Na sessão seguinte, havia associados a defenderem que o *Centro* devia pressionar o governo sobre esta matéria, com outros a acusar que a questão servia somente para enfraquecer o ministério e que era uma questão política e, portanto, lembravam que o *Centro Promotor* estava estatutariamente proibido de abordar assuntos políticos. A proposta acaba chumbada, segundo a *República Federal* tudo tinha sido promovido pelos sócios afetos ao governo. A imprensa relata uma sessão muito inflamada, inclusive, Lima Trindade é acusado de estar acompanhado na sessão com um amigo que não era sócio do *Centro*, provocando uma desordem na reunião ao ponto de terminar a sessão. Perante isto, um operário e sócio do *Centro Promotor* acaba por escrever uma

²³⁵ CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, p. 41.

²³⁶ CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, p. 90.

²³⁷ Citado em, CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista...*, p. 90.

²³⁸ *República Federal*, 1 de maio de 1870, 1º Ano, N.º 9, p. 4.

²³⁹ *República Federal*, 1 de maio de 1870, 1º Ano, N.º 9, p. 4.

carta para a imprensa onde pretendia defender a honra do *Centro* e da *classe operária*. O trabalhador Eduardo António da Rosa conta na sua carta que não esteve presente na assembleia, no entanto, tinha conhecimento da situação e por isso não podia deixar de estar indignado. Acusa um sócio que tinha no passado integrado a direção de dirigir calúnias aos trabalhadores com afirmações que a «classe operária não tem civilização alguma [...] até a chamar-lhe tapada como uma parede»²⁴⁰. Perante estes acontecimentos, solicitava que fosse votado nas próximas assembleias um voto de censura.

Seja como for, é evidente que o *Centro Promotor* não se inibia de debater e discutir assuntos políticos e as decisões do governo. Felizardo Lima afirma que o descontentamento crescente tinha feito com que Vieira da Silva se demitisse da presidência do *Centro*, ocupando o cargo de presidente, por algum tempo, Elias Garcia e depois Sousa Brandão, ambos «levados por uma maioria republicana e já francamente socialista»²⁴¹. De facto, em outubro de 1871 Sousa Brandão surge numa lista para a Câmara Municipal de Lisboa ao lado de figuras republicanas, como por exemplo José Elias Garcia e António de Oliveira Marreca, sendo debatido na esfera pública o facto de Sousa Brandão ser oficial do exército «em situação ativa e por isso não pod[ia] estar recenseado para cargos municipais»²⁴².

Este período é acompanhado pelo estabelecimento das primeiras estruturas da *Associação Internacional dos Trabalhadores* em Portugal, «inaugurando-se a primeira na rua dos Lagares, em Lisboa, cujas actas arquivou João Bonança»²⁴³. Segundo este autor, é por esta altura que novos elementos socialistas entram no *Centro Promotor*, nomeadamente Azedo Gneco, José Fontana, Nobre França e Eduardo Maia, dando força necessária à contestação mais radical e estimulou, por seu turno, a derrota do associativismo ordeiro.

É deveras interessante verificar que esta decisão de retirar o quadro de Rodrigues Sampaio faz desencadear uma onda de protestos na esfera pública. Enquanto se acumulam as nuvens que anunciavam uma tempestade inédita no *Centro Promotor*, vários associados optam por tornar público os protestos que apresentaram à direção da associação face a situação do quadro. A 28 de setembro *A Revolução de Setembro*

²⁴⁰ *República Federal*, 1 de maio de 1870, 1º Ano, N.º 9, p. 4.

²⁴¹ LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea...*, p. 56.

²⁴² *Jornal do Comércio*, 12 de outubro de 1871, 18º Ano, N.º. 5388, p. 1.

²⁴³ LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea...*, p. 56.

transcrevia uma carta publicada no *Diário Popular* da autoria de João Manuel Gonçalves, um industrial com um estabelecimento de luvas em Lisboa, que tinha ocupado a vice-presidência do *Centro Promotor* em 1865 e é reeleito em 1867, tinha sido fiador da casa onde estava a sua sede e presidido algumas sessões do Congresso Social.

Nesta carta é defendido que Rodrigues Sampaio era uma figura destacada e que tinha sido durante a sua presidência que fora edificada grande parte das associações de socorro mútuos, da educação popular e do debate sobre questões económicas e industriais para as classes operárias. Também foi lembrado que foi por intermédio dessa individualidade que o *Centro Promotor* «recebeu mais de cinco contos de réis para distribuir pelas associações que mais sofreram da terrível epidemia²⁴⁴ da febre amarela»²⁴⁵. Depois dos elogios ao liberal, é apresentada a demissão enquanto associado, defendendo na esfera pública a posição do ministro, inclusive, afirmando que se Rodrigues «Sampaio mandar fechar o Centro por não cumprir a sua lei, não faz mais do que tem feito já muito respeitáveis Estadistas»²⁴⁶. No mesmo sentido avançava Manuel José Mendes, que apresentava a sua demissão dos órgãos sociais do *Centro Promotor* e defendia António Rodrigues Sampaio na imprensa. No mesmo sentido, a carta elogiava a figura do ministro, lembrando que quando o *Centro Promotor* estava em dificuldade para pagar a renda, era «Sampaio [que] obtinha dos seus amigos a importância precisa para o pagamento da mesma»²⁴⁷, lembrando o seu papel durante a epidemia da febre amarela em Lisboa. No Porto a situação também é evidenciada, com a imprensa regional a destacar os conflitos no *Centro Promotor*, escrevendo que «em vez de se curar do que poderia ser útil à classe industrial, apreciaram-se as doutrinas do socialismo»²⁴⁸.

Na edição de 1 de outubro de 1871 *A Revolução de Setembro* afirmava estar na posse de várias cartas de associados do *Centro Promotor* que pretendiam justificar a sua saída do mesmo. A primeira é da autoria de Paulino Themudo, um antigo sócio e

²⁴⁴ Em 1857 Lisboa é abalada por uma epidemia de febre-amarela. Perante isto diversas associações entregaram doações ao *Centro Promotor* que tinha como objetivo auxiliar os necessitados. O próprio governo do Duque de Loulé nomeou uma comissão que devia estabelecer uma sopa económica para as camadas populares onde o *Centro Promotor* esteve representado na figura de António Rodrigues Sampaio. Confrontar, LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa: Chiado Editora, 2014, pp. 112-115.

²⁴⁵ *A Revolução de Setembro*, 28 de setembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8786, p. 2.

²⁴⁶ *O Diário Popular*, 26 de setembro de 1871, 6º Ano, N.º 1772, p. 3.

²⁴⁷ *A Revolução de Setembro*, 29 de setembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8787, p. 3.

²⁴⁸ *Jornal do Porto*, 28 de setembro de 1871, XIII Ano, N.º 220, p. 1.

fundador do *Centro*. Este associado relembra que entrou para o *Centro* ainda na sua primeira, e curta, sede no palácio do Sarmento e pretendia demonstrar publicamente o seu apoio a Rodrigues Sampaio. Escreveu sobre o imprescindível e importante serviço na edificação do *Centro*, e que mesmo que o governante tivesse cometido um acto de censura, isso não podia ser motivo para esquecer todos os serviços que o mesmo prestou enquanto sócio e dirigente. Por conseguinte, atacou a atitude dos «23 sócios do Centro, constituídos em assembleia geral»²⁴⁹ que aprovaram uma proposta para retirar o retrato de Rodrigues Sampaio, que ali tinha sido colocado anos antes numa assembleia numerosa e aprovada por unanimidade. Portanto, colocava em causa a legitimidade da reunião que é alvo de duras críticas e reservas, pois a assembleia tinha sido realizada de forma pouca clara, questionando o papel da direção, nomeadamente, como era possível haver um «presidente que pusesse à discussão e à votação proposta de tanta gravidade, sem ter previamente marcado dia para sua discussão, e sem os indispensáveis e costumados avisos pelos jornais»²⁵⁰.

Um outro sócio que revela publicamente o seu descontentamento perante toda a polémica em torno do caso António Rodrigues Sampaio é Manuel Coelho Torresão, um importante associado do *Centro Promotor* que é referenciado como o mentor da ideia do Congresso Social de 1865-66. No entanto, o associado opta por não se demitir da associação e, deste modo, continuava a protestar e a combater a medida da assembleia²⁵¹.

Dias mais tarde era a vez de Carlos Mateus Gonçalves dos Santos remeter para o jornal *A Revolução de Setembro* um ofício que enviou para o vice-presidente do *Centro*. Este sócio de longa data afirma que na sua militância assistiu a várias reuniões onde a mesa aceitou, irrefletidamente, debater certas propostas que provocaram a divergência entre os associados, no entanto, alertava o vice-presidente que a associação tinha os estatutos aprovados superiormente e «fugir dessa verdade é rasgar ousadamente um pacto estabelecido entre o governo e a maioria dessa associação»²⁵². Este associado acusava estar em marcha um plano que colocava em causa o pendor ordeiro da associação, atacava uma minoria de sócios pela retirada do quadro, acusando o vice-presidente de ter aceitado debater uma questão que não devia ser permitida nem

²⁴⁹ *A Revolução de Setembro*, 1 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8789, p. 2.

²⁵⁰ *A Revolução de Setembro*, 1 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8789, p. 2.

²⁵¹ *Jornal da Noite*, 27 e 28 de setembro de 1871, 1º Ano, N.º 230, p. 2.

²⁵² *A Revolução de Setembro*, 4 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8791, p. 1.

tolerada, tendo inclusive merecido o seu voto. Perante esta realidade e o facto de ter ouvido um outro associado na mesma assembleia a afirmar que «o *Centro* trabalha em política presentemente por detrás da cortina»²⁵³, apresentava a sua demissão enquanto associado.

No dia seguinte o mesmo jornal apresenta outro pedido de demissão de um indivíduo de nome Manuel Ascensão de Carvalho. Nesta carta é afirmado que o motivo da demissão é devido ao facto de o *Centro* meramente servir para injuriar pessoas nobres e para «exercitar as classes operárias em doutrinas subversivas da ordem social»²⁵⁴. O autor acusa Felizardo Lima, Gomes da Silva Pereira e João Bonança como responsáveis por desvirtuar o *Centro Promotor*, à sua luz a associação tinha abandonado a sua essência. Não sustentava a sua escola, não promovia a instrução das classes operárias e apenas exercitava as mesmas ao insulto. O autor chega a apontar o dedo a Gomes da Silva como principal responsável pela retirada do quadro, dizendo que o dirigente do *Centro* tinha sido movido pela vingança política, havendo cartas que acusavam Gomes da Silva de movimentar e influenciar os trabalhadores que estava sob a sua alçada laboral. Em outubro os jornais continuavam a publicar sobre a situação do *Centro Promotor*, e escreviam editoriais sobre o assunto. Para *A Revolução de Setembro* era uma tarefa «pouco agradável [...] dizer mal do que já foi bom e muito bom»²⁵⁵, no entanto, anunciava alguma satisfação pela «parte sã do *Centro Promotor* se [ter] apartado da outra parte já corrupta do mesmo»²⁵⁶. Neste número é publicado o ofício entregue à mesa do *Centro* de um dos fundadores, António Joaquim de Oliveira, onde este solicitava que o seu nome «seja eliminado do número dos sócios do *Centro Promotor*, enquanto não for rasgada tão iniqua resolução»²⁵⁷.

Perante a polémica da saída de vários associados é aprovada no *Centro* uma moção onde é afirmado que essa associação é alheia às lutas partidárias e depois do vice-presidente ter sido ouvido a assembleia «afirma o direito de discutir e aconselhar os princípios económicos e sociais que influem no bem-estar das classes laboriosas»²⁵⁸. Sobre a totalidade dos associados, é calculado o saldo entre os novos membros e as saídas, havendo 34 saídas e 77 novas entradas, portanto, um saldo de 43 novos sócios

²⁵³ *A Revolução de Setembro*, 4 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8791, p. 1.

²⁵⁴ *A Revolução de Setembro*, 5 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8792, p. 2.

²⁵⁵ *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

²⁵⁶ *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

²⁵⁷ *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

²⁵⁸ *O Diário Popular*, 30 de setembro de 1871, 6º Ano, N.º 1776, p. 2.

no *Centro Promotor*. Dos novos associados admitidos é de destacar o surgimento dos nomes de Antero de Quental e Azedo Gneco. Por outro lado, causa alguma estranheza nessa lista o nome do Visconde de Ouguela, pois antes de assumir o título da nobreza, Carlos Ramiro Coutinho²⁵⁹ era já conhecido no movimento operário, tendo participado no *Eco dos Operários* e no *Centro Promotor* durante a década de 50.

Durante o mês de outubro certa comunicação social fazia questão de frisar que alguns ilustres liberais eram sócios do *Centro Promotor*, caso de Casal Ribeiro, Andrade Corvo e Fontes Pereira de Melo²⁶⁰. No mês anterior o *Jornal do Comércio* e o *Jornal da Noite* anunciavam que o Marquês de Valada tinha ingressado no *Centro*. Curiosamente, se em setembro os jornais anunciam a entrada do Marquês de Valada, em dezembro anunciam a sua saída²⁶¹. Durante o mês de novembro era publicada uma carta de António Manuel dos Santos Júnior, onde este demonstrava o seu descontentamento face a algumas afirmações feitas no jornal *A Revolução de Setembro*. Este autor não podia deixar de não concordar com a ideia de que tinham saído da associação os associados respeitáveis, ao passo que os que continuavam por lá a militar eram encarados como corruptos. Para o autor desta carta o *Centro* continuava a ser constituído por individualidades que mereciam o respeito de todos. Sobre a famigerada sessão, começa por dizer que não esteve presente nela, mas que a resolução tomada «estava revestida de todas as ilegalidades para ser considerada nula»²⁶². Nas sessões seguintes Santos Júnior levantou a questão e solicitou «com urgência a cópia da acta da sessão em que foi apeado o retrato»²⁶³. O sócio era da opinião que a proposta foi apresentada devido à fraca audiência e assim foi fácil arranjar a maioria para a sua aprovação. Por outro lado, diz que a assembleia interpretou mal as palavras do vice-presidente sobre o seu encontro com Rodrigues Sampaio, no entanto, acusa Manuel Gomes da Silva de não tentar esclarecer a assembleia. O autor ainda escreve que o vice-presidente do *Centro* tinha informado um considerável número de pessoas, inclusive o próprio autor da carta, que o ministro «Sampaio não fizera a mínima ameaça ao *Centro* e só aconselhara nos termos mais benévolos e amigáveis que era conveniente que o *Centro* se abstinisse de questões políticas»²⁶⁴. Pedro Rosa, que tinha sido um dos

²⁵⁹ Em 1893 vai escrever o livro *A luta social*.

²⁶⁰ *O Diário Popular*, 19 de outubro de 1871, 6º Ano, N.º 1795, p. 2.

²⁶¹ *Jornal da Noite*, 19 e 20 de dezembro de 1871, 1º Ano, N.º 301, p. 1.

²⁶² *A Revolução de Setembro*, 5 de novembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8816, p. 3.

²⁶³ *Jornal da Noite*, 30 de setembro e 1 de outubro, 1º Ano, N.º 233, P. 2.

²⁶⁴ *A Revolução de Setembro*, 5 de novembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8816, p. 3.

intervenientes no polémico debate sobre a Carta Constitucional, escreve um texto a 22 de novembro para os jornais a informar que tinha deixado de ser sócio do *Centro Promotor*. Sobre esta situação João Bonança escrevia que o *Centro Promotor* ganhava uma faceta «socialista na aceção científica da palavra»²⁶⁵ e que tal postura não tinha agradado ao governo de Rodrigues Sampaio que ameaçou fechar a associação. Perante isto, o retrato do estadista foi retirado e, desse modo, «saíram alguns burgueses, amigos do Sr. Sampaio: entraram cerca de duzentos sócios novos [...] dedicados à causa operária»²⁶⁶.

O próprio vice-presidente, que presidiu a famigerada sessão, Manuel Gomes da Silva, escreve para o *Jornal do Comércio* uma carta onde é defendida a postura da direção do *Centro Promotor*. Nesta carta, que acaba por ser republicada noutros jornais, é afirmada a longevidade enquanto sócio de Manuel Gomes da Silva, que estava há 18 anos a militar na associação. Lembra que quando entrou no *Centro* este estava sob a direção de Rodrigues Sampaio e Casal Ribeiro, mas estes liberais acabaram por se afastar da mesma «por terem sido elevados a altos cargos»²⁶⁷, abandonando Vieira da Silva na associação. Em sua defesa são traçados alguns conflitos internos; Manuel Gomes da Silva descreve mesmo a existência de um «grupo [que] tinha determinado a destruição do Centro Promotor para depois nas suas ruínas organizar um outro»²⁶⁸. O pretexto usado para desconceituar e prejudicar o *Centro* seria a acusação de ser um espaço de radicais e um fórum para discutir política. Neste aspeto, o autor da carta é da opinião que o Ministro do Reino não integrava parte deste grupo nem pretendia ajudar à destruição. Sob a acusação da existência de debates políticos no *Centro*, o Vice-presidente apresenta na sua carta uma justificação airosa. Divide a política em dois elementos vitais, a «política sã» e a «política faciosa», sendo a primeira praticada pelos homens honrados, bons cidadãos e que aspira ao bem comum, ao passo que a segunda é encarada como o universo dos especuladores, da intriga, da maldade e dos interesses individuais. Reconhece que os estatutos não proíbem os assuntos políticos e como promovem o melhoramento das classes trabalhadoras é necessário muitas vezes focar a

²⁶⁵ Citado em, NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”. *Seara Nova*, Ano XXX, N.º 1254-55, 1952, p. 82

²⁶⁶ Citado em, NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”..., p. 82

²⁶⁷ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

²⁶⁸ *Jornal do Comércio*, 26 de setembro de 1871, 18º Ano, N.º 5374, p. 3.

legislação vigente e a governação e, desse modo, «o Centro pode tratar política sã, mas nunca política faciosa»²⁶⁹.

Para atestar esta lógica, o Vice-presidente afirma que há sempre o cuidado de nomear uma diversidade de sócios nas diversas comissões do *Centro*. É confirmado que nas suas sessões se tem realizado um debate entre os inconvenientes e as vantagens do comunismo e socialismo, no entanto, alerta que os debates em torno de assuntos delicados são nivelados por um esforço da mesa para que a discussão não abandone terreno legal. Por fim, e muito significativo, sobre a polémica da retirada do retrato de António Rodrigues Sampaio nem uma única linha.

Nas fileiras do *Centro* a situação é caótica, com a ocorrência de uma debandada pública e ruidosa, com os jornais a afirmarem que «muitos sócios têm pedido a sua saída, naturalmente, por deferência para com o ministro de quem são amigos»²⁷⁰, para o jornal brasileiro, *Diário do Rio de Janeiro* não havia dúvida, a «dissidência é manifesta»²⁷¹. O *Diário de Notícias* e *A Revolução de Setembro* são dois jornais que vão publicando os nomes de vários associados que apresentaram a sua desfiliação, chegando no último a anunciar «a morte dessa outrora respeitável e respeitada instituição»²⁷².

Por outro lado, o *Jornal do Comércio* é menos agressivo para o *Centro Promotor*, noticiando que a organização estava concentrada em debater importantes assuntos e, desse modo, «inutilizará os esforços daqueles que pensam em destruir esta útil instituição»²⁷³. Em nossa opinião, quando é inscrito no manifesto do *Centro Promotor* ao mundo operário a referência a longas discussões e vigorosos debates salientando que «os vencidos fogem; os vencedores ficam e o seu número cresce prodigiosamente»²⁷⁴ é, em grande medida, uma tomada de posição perante a debandada e o debate público realizado nos meses anteriores referente à situação do *Centro Promotor*.

Pela primeira e única vez o *Centro* vai enfrentar uma crise institucional que acabou por adquirir dimensões consideráveis no espaço público, sendo retratada em finais de setembro pelo *Diário de Notícias* como uma temática de que «toda a imprensa se ocupa»²⁷⁵. Perante a polémica o jornal sentiu necessidade de fornecer ao leitor o

²⁶⁹ *Jornal do Comércio*, 26 de setembro de 1871, 18º Ano, N.º 5374, p. 3.

²⁷⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1871, Ano 54, N.º 287, p. 2.

²⁷¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de novembro de 1871, Ano 54, N.º 303, p. 2.

²⁷² *A Revolução de Setembro*, 15 de outubro de 1871, XXXII Ano, N.º 8801, p. 2.

²⁷³ *Jornal do Comércio*, 15 de outubro de 1871, 18º Ano, N.º 5391, p. 1.

²⁷⁴ *O Trabalho. Jornal Republicano Democrático*, janeiro de 1872, 1º. Ano, N.º 1, p. 2.

²⁷⁵ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

olhar de outros jornais sobre a temática. O jornal *Comércio do Porto* observava toda a situação como perigosa, declarando que face aos debates e assuntos tratados no *Centro* o governo deveria ter uma intervenção mais profunda. *O Jornal da Noite* frisava que os ataques feitos no *Centro* ao governante feriam o próprio país. *A Nação* afirmava que o governo tinha de intervir na associação devido aos ataques à Carta Constitucional, à religião católica e a defesa da União Ibérica.

Por outro lado, o *Jornal do Comércio* publicava correspondência do vice-presidente do *Centro*, onde era realizada a sua defesa. Noutros jornais, como o *Diário Popular* e *A Revolução de Setembro*, saíam cartas de associados a explicar os motivos de abandonarem o *Centro*. Os correspondentes do *Diário Mercantil* e do *Jornal do Porto* também criticavam a resolução apresentada pela direção da associação, inclusive, este último afirmava que o *Centro Promotor* em vez de auxiliar a classe industrial apreciava doutrinas do socialismo declarando que nunca tinha realizado algum benefício no mundo industrial, «fazendo concorrência ao parlamento, à imprensa política, aos homens da ciência»²⁷⁶. O próprio *Partido Constituinte* é citado na imprensa, declarando que «censura[va] o facto, e acha impróprias do Centro as discussões que tem havido»²⁷⁷. Do outro lado do Atlântico, era publicada a notícia que, perante a situação, os sócios do *Centro* tinham decidido «não colocar nunca mais nas suas salas nenhum retrato de qualquer sócio ou pessoa notável que ainda esteja vivo»²⁷⁸.

Este acontecimento não podia deixar de desencadear uma caricatura por parte de Eça de Queiroz na satírica revista *Farpas*:

O Centro julgou-se tiranizado, e protestou. Como? Fazendo um arranjo na sua sala. O retrato do Sr. A. R. Sampaio estava na parede: agora o retrato do Sr. A. R. Sampaio está no armário. Oh grandes homens do Centro! Vós quisestes ter uma fina intenção moral; mas o que fizestes foi uma alteração na mobília! [...] Ah! A vossa maneira de protestar é cómoda para os homens, mas terrível para a mobília!²⁷⁹.

²⁷⁶ *Jornal do Porto*, 28 de setembro de 1871, XIII Ano, N.º 220, p. 1.

²⁷⁷ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1871, 7.º Ano, N.º 2055, p. 1.

²⁷⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de novembro de 1871, Ano 54, N.º 303, p. 2.

²⁷⁹ ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça de. *As Farpas. Cronica Mensal da Política das Letras e dos Costumes*. Lisboa: Tipografia Universal, 1871, pp. 36-37.

Este caricato acontecimento é mencionado por Costa Goodolphim como a principal causa para o desaparecimento do *Centro Promotor*. No seu livro sobre a associação em Portugal, Goodolphim levanta a questão: «Quem o matou foi a política, foram as questões da Comuna, da Internacional? Talvez não»²⁸⁰. Para de seguida apresentar o acontecimento do quadro como um ato indigno e leviano que produz a debandada de vários e importantes sócios.

A transformação das assembleias do *Centro* num espaço de circulação de ideias mais radicais com a presença nele de conhecidos socialistas e republicanos acaba por provocar um debate público e um frenesim na esfera pública, forçando, em grande medida, à atuação do governo. Efetivamente, a retirada do quadro é o culminar de uma nova realidade social e política sentida internamente no *Centro Promotor*. A crise em torno do quadro vai principiar o ponto de rutura.

Há de facto um enorme simbolismo da retirada do quadro de Rodrigues Sampaio de uma parede, não sendo somente uma mera alteração numa sala, mas sim o início de uma grande transformação no movimento operário. De certa forma, o associativismo operário ao retirar aquele quadro estava a quebrar de vez a sua antiga e histórica ligação com o poder político português. É o início do fim do sentimento ordeiro e conciliatório com o constitucionalismo. Por outras palavras, estamos perante um acontecimento que vai provocar a rutura entre dois sectores antagónicos de uma forma mútua. É evidente que toda a situação também faz desencadear um afastamento dos associados oriundos ao sector liberal e burguês. Na vida política e no debate público é possível verificar que o *Centro Promotor* estava cada vez mais a ser encarado e associado a um espaço de debate e de defesa do ideário da *Internacional* e da Comuna. Em jornais contrários ao radicalismo social eram destacados alguns conflitos e confrontos nas assembleias do *Centro Promotor* que cada vez mais era visto como uma organização sequestrada por socialistas radicais que mostravam a «imaginação da classe operária uma terra de promessa só digna de um conto das Mil e uma Noites»²⁸¹.

É o início do fim para o *Centro Promotor*, com novos sectores a tentarem dar uma nova direção, sem grande sucesso, e, por outro lado, os sectores ordeiros e aburguesados a desistirem sem grande luta de uma estrutura que tinha funcionado no enquadramento das camadas operárias no regime liberal durante duas décadas. Uma situação que ocupa

²⁸⁰ GOODOLPHIM, Costa. *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Prefácio e notas de César Oliveira. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 151.

²⁸¹ *Diário de Pernambuco*, 12 de outubro de 1871, Ano XLVII, N.º 233, p. 2.

uma destacada presença na sociedade portuguesa desse período, sendo motivo de um mediático e extenso debate.

Segundo Jürgen Habermas a imprensa é um pilar fundamental na existência de uma *esfera pública burguesa*, salientado que «os artigos dos periódicos não foram feitos apenas como objetos de discussão pelo público dos cafés, mas como parte integrante da discussão»²⁸². Ou seja, a imprensa como espaço de discussão e de debate, através dos artigos e das diversas cartas de leitores, acaba por dinamizar no público uma leitura que ultrapassa o trabalho jornalístico, e a sociedade acaba a comunicar e a debater consigo mesma nestes espaços. Toda a polémica na imprensa em torno do *Centro Promotor* é parte importante da *esfera pública* que vai debater e realizar uma conversa por uma significativa parte da sociedade sobre si mesmo.

3.3 Uma nova e efémera roupagem

Em finais de 1871 o *Centro Promotor* continuava aberto e a impulsionar o debate em torno da *Internacional* e da Comuna de Paris, de facto, a partir deste acontecimento «dissemina-se em todo o Ocidente liberal a tendência a recolocar em discussão não apenas as concessões democráticas arrancadas pelas massas populares, mas o próprio governo da lei»²⁸³.

Numa sessão, presidida por Sousa Brandão, e onde são apresentadas duas demissões da comissão administrativa, o sócio João Luís da Silva Viana apresentou a proposta de um voto de sentimento pela execução de Louis Rossel, um antigo oficial do exército francês que tinha aderido ao governo revolucionário da Comuna de Paris. Perante esta proposta outro sócio, Máximo Pereira, solicitava «que o *Centro Promotor* escrevesse à família de Rossel participando-lhe a deliberação»²⁸⁴. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. O *Jornal do Comércio* retrata que a assembleia do *Centro* tinha mostrado uma certa incerteza na temática com receio «que pudesse ser considerada como demonstração política»²⁸⁵, no entanto, acabou por avançar para o debate e votação. Curiosamente, um certo jornal escreve que nesta assembleia João Bonança apresentou uma votação pelas mortes do Arcebispo de Paris e «outros reféns à ordem da comuna»²⁸⁶ que acaba por ser chumbada.

²⁸² HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere...*, p. 42.

²⁸³ LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Idéias & Letras, 2006, pp. 342-343.

²⁸⁴ *O Diário Popular*, 6 de dezembro de 1871, 6º Ano, N.º 1842, p. 1.

²⁸⁵ *Jornal do Comércio*, 7 de dezembro de 1871, 18º Ano, N.º 5435, p. 2.

²⁸⁶ *Jornal do Comércio*, 7 de dezembro de 1871, 18º Ano, N.º 5435, p. 2.

A simpatia pelos ideais republicanos estava presente nos órgãos diretivos da associação. A 4 de novembro de 1871, o *Centro Promotor* endereçou uma carta a Emilio Castelar, um conhecido republicano espanhol que, entre 1873 e 1874, será o penúltimo presidente da Primeira República espanhola. A carta é assinada pelo presidente do *Centro Promotor*, Sousa Brandão, publicada na imprensa espanhola e pretendia agradecer ao político o discurso feito no parlamento espanhol a «favor da liberdade e garantias para a Associação Internacional e para todas as associações operárias»²⁸⁷. Um claro sinal de que Sousa Brandão se tinha aproximado da nova geração de socialista e que, no mínimo, convergia com o radicalismo emergente.

No início de setembro de 1871 é anunciado que tinha sido eleita uma comissão de nove membros no *Centro* para elaborar um manifesto destinado às classes trabalhadoras que devia abordar o «sufrágio universal, liberdade de consciência e de cultos, organização do trabalho, instrução primária obrigatória, serviço militar geral e obrigatório, descentralização sendo os municípios obrigados a cultivar baldios e a empregar os lucros na instrução do povo»²⁸⁸. A escalada ideológica na associação é notória, com a convocatória para a reunião a surgir em vários jornais com a informação que o secretário da sessão era o socialista e internacionalista Nobre França.

A comissão que tinha a função de elaborar o manifesto tinha como relator João Bonança, que em novembro acaba por apresentar a demissão deste papel, mas que não deixou de apresentar à assembleia um projeto do manifesto que recebeu a adesão de outros membros da comissão. Este manifesto pretendia posicionar o *Centro Promotor* perante a *questão social* no mundo operário, mas, também de responder a outros problemas relacionados com o país. Abordou diversos assuntos, como o serviço militar geral de cariz obrigatório, um alerta para a necessidade de «fazer derivar a escolha das autoridades administrativas do sufrágio universal»²⁸⁹ e «promover a redução das horas de trabalho entre todas as classes operárias»²⁹⁰. Em Portugal, é visível a exploração política da *questão social* por parte do radicalismo socialista que emergia no *Centro Promotor*, uma problemática social que não foi abandonada, mas sim aprofundada e concretizada através de respostas concretas.

²⁸⁷ *La Discusion, diário democrático*, 12 de novembro de 1871, Ano XVI, N.º 945, p. 2.

²⁸⁸ *Jornal da Noite*, 31 de agosto de 1 de setembro de 1871, 1º Ano, N.º 207, p. 1.

²⁸⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1871, Ano 54, N.º 331, p. 2.

²⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1871, Ano 54, N.º 331, p. 2.

Gradualmente aparece no espaço público um novo leque de protagonistas que apresentava uma resposta com contornos democráticos e sociais para resolver o pauperismo presente na camada popular. O manifesto ainda expressava a necessidade de olhar para a questão da terra não cultivada e, em certa medida, defendia uma reforma agrária em Portugal. Esta proposta visava, de forma particular, os privados que tinham terrenos incultos, que deviam acabar na propriedade dos municípios²⁹¹, sob a condição de serem usados para a prática agrícola. Por fim, era objetivo do *Centro* promover a «associação de todas as classes trabalhadoras»²⁹² e, desta forma, era possibilitado ao mundo operário ganhar mais força e preponderância na sociedade. O manifesto ainda ambicionava o estabelecimento de sociedades cooperativas, que deviam ser responsáveis pela produção e o consumo. O projeto das sociedades cooperativas de consumo foi uma outra temática onde foi possível verificar as divergências no *Centro Promotor*. Na comissão que devia apresentar os estatutos de sociedades cooperativas havia a divisão entre um grupo maioritário, composto por Mesquita da Rosa, Santos Lima e Gomes da Silva, que defendiam que os sócios deviam dar uma pequena jóia e uma quota semanal, recebendo como consumidores uma parte dos lucros e, por outro lado, a minoria composta por José Fontana e Soares Monteiro que defendia que «os sócios não precisam [de] contribuir, e só recebe[riam]»²⁹³, estes repeliam os juros do capital e os empréstimos. As referências a este manifesto são semelhantes ao manifesto do dirigido aos operários de Portugal que é divulgado em janeiro de 1872 no jornal *O Trabalho*.

A leitura deste manifesto é fortemente representativa da concretização de uma rutura na agenda do *Centro Promotor* perante as contradições existentes no mundo operário. O manifesto começava por criticar a inércia do *Centro*, que «descansava e dormia um sono, que diziam ser o da morte, quando aos seus ouvidos chegou o alarido das greves»²⁹⁴. O manifesto pretendia exaltar no imaginário do operário os acontecimentos revolucionários que tinham ocorrido na Europa, para mais à frente defender a libertação do operário enquanto indivíduo na sociedade. O operário não devia estar sujeito a uma vida rotineira que somente passava pelo trabalho, à saída do qual só tinha tempo necessário para recuperar as forças para voltar ao trabalho e, algures

²⁹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1871, Ano 54, N.º 331, p. 2.

²⁹² *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1871, Ano 54, N.º 331, p. 2.

²⁹³ *Jornal do Comércio*, 7 de novembro de 1871, 18º Ano, N.º 5409, p. 1.

²⁹⁴ *O Trabalho...*, janeiro de 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 2.

no meio, acesso a uma alimentação básica constituída pelo indispensável para garantir a sobrevivência. Ao contrário desta realidade, o operário devia ter acesso a outro nível de vida, devia ter acesso a instrução, ao descanso, usar as suas faculdades e direitos. Esta alteração fazia todo o sentido e era tentado revestir o discurso com uma legitimidade histórica e económica, pois era o operário o responsável pela construção do barco a vapor, dos caminhos de ferro, do telégrafo, das máquinas, da construção das grandes cidades, dos palácios e da agricultura. Por outras palavras, o manifesto defendia o operário como o principal responsável pela concretização de várias estruturas e objetos que existiam nas sociedades, inclusive, a comida «com que se alimentam os parasitas ociosos que se recostam nos leitos de seda»²⁹⁵. O manifesto não deixa elencar algumas causas para a decadência social e económica do operário. Ao todo são apresentados seis motivos que passavam pela falta de mobilidade social no mundo operário forçando o filho do operário a servir como soldado no exército, a interdição da administração pública ao mesmo operário, a falta de instrução, má distribuição da terra, o predomínio exagerado do dinheiro nas trocas comerciais e a fraqueza individual. Para estas problemáticas o *Centro* apresentava as devidas soluções. Defendia o fim do exército permanente e a introdução do serviço militar geral, a nomeação da administração pública por sufrágio universal, a expansão e a liberdade do ensino inscrevendo na lei a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, a concretização de uma reforma agrária que permitisse a entrega aos municípios dos terrenos incultos, a troca de serviços e produtos evitando o recurso ao dinheiro e, por fim, desenvolver o indivíduo através da associação. No final, o manifesto aconselhava uma curiosa e interessante união entre os trabalhadores do campo e da cidade, no sentido de edificar e reforçar laços de fraternidade, «e que se constituam numa sociedade nacional com a solidariedade das classes»²⁹⁶. O manifesto está em linha com o documento editado por João Bonança, em 1868, onde é defendido as ideias federalistas e comunitárias²⁹⁷. A lógica presente no manifesto reflete a atmosfera revolucionária desse período, com algumas referências à Comuna de Paris de 1871, no entanto, é bastante curioso que boa parte do discurso e da linguagem usada no texto façam recordar o discurso mais aguerrido e argumentativo que tinha sido elaborado pelo movimento socialista de 1850 e impreso no *Eco dos Operários*. Nobre França vai confirmar a Engels que o «padre Bonança é o autor

²⁹⁵ *O Trabalho...*, janeiro de 1872, 1º. Ano, N.º 1, p. 2.

²⁹⁶ *O Trabalho...*, janeiro de 1872, 1º. Ano, N.º 1, p. 2.

²⁹⁷ BONANÇA, João. *Questões da Actualidade*. Lisboa: Tipografia Comercial, 1868.

daquela representação que a Liberté n.º 18 publicou [...] apresentada ao Centro [...] dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e assinada por penicheiros e republicanos»²⁹⁸. Verdadeiramente, João Bonança foi um dos intervenientes ativos no *Centro Promotor*, por exemplo, a início de maio a imprensa destacava que Bonança, um antigo padre, tinha realizado uma sessão pública sobre a liberdade e associação. Os jornais destacam que na sua comunicação é frisado o aspeto primitivo do homem e as *raças modernas*, uma ideia que João Bonança vai aprofundar e publicar em livro em 1887²⁹⁹. Segundo o *Bem Público* «a palavra deste padre excitou murmúrios»³⁰⁰.

Após a publicação do manifesto político o projeto de revestir o *Centro Promotor* com uma nova roupagem continuava a ganhar forma e, por isso, era fundamental espelhar nos estatutos da associação as novas ideias. O radicalismo era fundamentalmente endógeno, tinha surgido no interior do *Centro Promotor* e, mais importante, é nesse espaço que germina. A 8 de março de 1872 ocorre uma reformulação dos estatutos, sendo enviado um requerimento de aprovação ao governo a 28 de maio. Os corpos sociais da associação estavam confiantes na aprovação dos novos estatutos devido ao «trabalho amadurecido na longa experiência de vinte anos»³⁰¹ da associação. Os estatutos continuavam a estabelecer como fim principal a promoção do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, no entanto, é introduzido um novo vocabulário que frisava a necessidade de «emancipação económica [e] social»³⁰² [artigo 2º]. Nos novos estatutos é ainda inserido a ideia de solidariedade «entre a coletividade operária e todas as condições do trabalho nos diferentes officios»³⁰³. Estes novos elementos vão constatar nos futuros estatutos da *Associação Internacional dos Trabalhadores e das Secções da Região Portuguesa* (1872) e da *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (1873).

²⁹⁸ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 6.

²⁹⁹ BONANÇA, João. *História da Lusitânia e da Ibéria. Desde os tempos primitivos ao estabelecimento definitivo do domínio romano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

³⁰⁰ *Bem Público*. *Revista eclesiástica e literária*, 11 de maio de 1870, 13ª Série, N.º 45, p. 358.

³⁰¹ *Carta do Centro Promotor para a Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda*, 28 de maio 1872, Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S, Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas de Lisboa. Lisboa, 1852-1872.

³⁰² *Projeto de Estatuto do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, março de 1872, Arquivo Finanças. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S....

³⁰³ *Projeto de Estatuto do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, março de 1872, Arquivo Finanças. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S...

A resposta aos novos estatutos é enviada pelo governo a 14 de agosto de 1872 e, pela primeira vez na história do *Centro Promotor*, o governo opta por chumbar as normas estatutárias. Antes de tudo, é frisado a ausência da acta da reunião que aprovou os novos estatutos e, portanto, é posta em causa a legalidade e legitimação da reforma estatutária. Porém, e mais simbólico, surgem dúvidas nas alterações do artigo 2º, a ideia presente no artigo tornava «impossível a aprovação pelo governo»³⁰⁴. A argumentação é implacável para com a associação. Ao implementar nos estatutos o propósito de emancipação económica e social a máquina estatal entendida que ficava estabelecido uma normativa que nada mais era de um «ataque direto ao direito de propriedade garantido na lei fundamental do Estado»³⁰⁵ e à lei das sociedades. É frisado que no país a liberdade do preço e do trabalho estava garantida e era uma lei igual para todos.

Se isto não fosse o suficiente para a reprovação, ainda surgem dúvidas sobre o princípio da solidariedade expresso nos estatutos. Perante tudo isto o fiscal da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda informa o governo que é da opinião que os «estatutos [...] não podem ser aprovados»³⁰⁶.

A não aprovação dos novos estatutos é determinante para o radicalismo perceber as limitações que a associação tinha no constitucionalismo e, deste modo, percebeu as dificuldades em enquadrar o novo projeto político e socializante nesse tipo de associativismo. A nova roupagem, por muito tímida que o fosse, não seria facilmente aceite pelo regime liberal. Para Victor de Sá, o divórcio entre mundo do trabalho e o *Centro Promotor* terá começado com a publicação em Portugal do programa da *Primeira Internacional*, em finais de 1869. O surgimento da *Associação Internacional dos Trabalhadores* e a sua base programática leva a uma tentativa falhada de alterar os estatutos do *Centro Promotor* em 1870, criando um mal-estar entre o sector operário e o sector burguês. Não foi possível encontrarmos documentação sobre a publicação do programa da AIT logo em 1869, mas, e como referimos, a tentativa de alterar os

³⁰⁴ *Carta da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, 14 de agosto de 1872*, Arquivo Finanças. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S...

³⁰⁵ *Carta da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, 14 de agosto de 1872*, Arquivo Finanças. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S...

³⁰⁶ *Carta da Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, 14 de agosto de 1872*, Arquivo Finanças. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações (Arquivo Histórico), Direção Geral do Comércio e Indústria, 1º Secção, DGCI -RCI, 1-S...

estatutos do *Centro* vai provocar divergências e conflitos com o governo e o sector liberal.

Ao consultar algumas memórias e a imprensa operária do século XX confirma-se a ideia de que a rutura ocorrida no *Centro Promotor* terá partido do sector ligado aos jovens socialistas que emergiam neste período embebidos por um novo tipo de associativismo operário, de socialismo e influências dos acontecimentos da Comuna de Paris e da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Por exemplo, alguns relatos traçam José Fontana e seus aliados como responsáveis pela rutura no interior do *Centro*. Em 1905 o jornal *Primeiro de Maio* descreve nas suas páginas uma breve história do nascimento da associação *Fraternidade Operária*, um texto onde é possível verificar as lutas intestinas que se viviam na reta final do *centro Promotor*.

A sua implosão fica visível quando várias figuras de renome do movimento operário decidiram fundar grupos, mais ou menos secretos, em nome da *Internacional*. Este processo ocorre com a eleição da nova direção do *Centro*, no final de 1871. Nesse ano o sector internacionalista, encabeçado por José Fontana, revelava um forte descontentamento com a ação política do *Centro*. Este grupo ficou conhecido pela denominação de «secção do Monte Olivete»³⁰⁷, uma referência à rua onde ficava situada a casa de José Fontana onde se realizavam os encontros. O republicano Carrilho Videira afirma que o núcleo socialista «em casa de José Fontana, deliberou uma noite conquistar o *Centro Promotor*»³⁰⁸. A presidência do *Centro* foi entregue a Sousa Brandão, «representante das doutrinas socialistas de 1848»³⁰⁹ e os cargos de secretário foram para Eduardo Maia e Carrilho Videira, duas figuras com ligações ao internacionalismo português. Portanto, as duas correntes socialistas acabaram por encontrar um terreno de entendimento no *Centro Promotor*. De facto, no final de novembro de 1871 circula a notícia que todos os membros da mesa do *Centro* tinham apresentado a demissão, exceto Sousa Brandão, e tinham sido nomeados para comissão administrativa José «Fontana, A. Mello, M. Rosa, Rivas, M. Pereira, C. Goodolphim e A. M. da Silva»³¹⁰. No início de 1872 surge na imprensa a informação que Sousa Brandão tinha resignado

³⁰⁷ *O Primeiro de Maio*. Folha Socialista, 9 de julho de 1905, N.º 115, p. 2.

³⁰⁸ VIDEIRA, Carrilho. “José Elias Garcia”. *Almanaque Republicano para 1887*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1886, p. 9.

³⁰⁹ VIDEIRA, Carrilho. “José Elias Garcia”..., p. 9.

³¹⁰ *Jornal da Noite*, 22 e 23 de novembro de 1871, 1.º Ano, N.º 278, p. 3.

ao «lugar de presidente do Centro Promotor»³¹¹, tendo sido eleito para o seu lugar Miguel José Andrade e para a vice-presidência João Luís da Silva Viana.

Em fevereiro de 1872 o jornal de João Bonança, *o Trabalho*, relatava um certo mal-estar e uma certa conflitualidade nas fileiras do *Centro Promotor*, alertando que o *Centro* estava a ser alvo de uma política de bastidores que em nada servia os interesses dos trabalhadores. Em questão estava uma suposta movimentação política que pretendia que os trabalhadores fizessem pressão junto à Câmara Municipal de Lisboa no sentido de esta reclamar os direitos de consumo ao governo. Segundo o jornal, «reclamar direitos para o município, colocando este em oposição ao ministério»³¹² era, nada mais, do que uma tentativa para derrubar o *Centro Promotor*, alertando o público que estava em preparação uma nova *Janeirinha*. No início de março o *Jornal da Noite* noticiava que o recém-eleito, Manuel José de Andrade, apresentava a sua demissão da presidência do *Centro*. Toda esta instabilidade é um nítido reflexo da dimensão das guerrilhas internas.

Em finais de agosto de 1872 *A Nação* noticia boatos divulgados na imprensa que afirmavam que «o governo tencionava prender alguns ou todos os indivíduos»³¹³ na reunião do *Centro Promotor*. Este é o motivo apresentado para a fraca adesão à reunião do *Centro* no dia 31 de agosto que teve falta de quórum. Não deve ser esquecido que nesse mesmo mês tinha sido reprovado o novo projeto estatutário do *Centro Promotor*.

Ainda em agosto eclode a polémica nos jornais entre António Manuel dos Santos Júnior, que tinha sido um dos críticos da famigerada reunião que resultou na retirada do quadro António Rodrigues Sampaio e José Fontana. Manuel dos Santos Júnior tinha escrito pessoalmente a José Fontana para clarificar de forma «clara, categórica e explicitamente quais os factos a que se referiu»³¹⁴ na última sessão do *Centro Promotor*. Perante a carta de Manuel dos Santos Júnior, José Fontana respondeu indignado pela conduta do sócio, recusando responder por carta, pois pretendia responder perante «um tribunal de honra composto de sócios do Centro»³¹⁵ e, deste modo, deixava o convite: «eu é que julgarei a sua conduta infame se não convidar os seus amigos do Centro Promotor e eu os meus para então diante deles eu fazer declarações a seu respeito»³¹⁶.

³¹¹ *Jornal da Noite*, 10 e 11 de janeiro de 1872, 2º Ano, N.º 320, p. 2.

³¹² *O Trabalho...*, fevereiro de 1872, 1º Ano, N.º 8, p. 2.

³¹³ *A Nação...*, 1 de setembro de 1872, Ano XXV, N.º 8267, p. 3.

³¹⁴ *A Nação...*, 7 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8246, p. 2.

³¹⁵ *A Nação...*, 7 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8246, p. 2.

³¹⁶ *A Nação...*, 7 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8246, p. 2.

Perante esta resposta, Manuel dos Santos Júnior escreveu de novo para José Fontana para o atacar com um vocabulário pouco simpático, dizendo que estava pronto para aceitar o desafio mas para isso era necessário saber «os factos a que se referi[u] nas suas insinuações»³¹⁷, deixando a ameaça de avançar para o tribunal criminal, terminado com o aviso: «se no prazo de três dias não declarar quais os factos a que se referia nas suas insinuações, declaração que eu já exigi em data de 22 do corrente, e a que as leis da honra o obrigam a responder, eu procederei como melhor entender»³¹⁸. A solução passou pelo envio das cartas para os jornais e acabam publicadas no *A Nação* e no *Correio da Tarde*. Perante isto, José Fontana acaba por escrever para a imprensa a dar conta que estava pronto a declarar no local conveniente as atitudes que desonram António Manuel dos Santos Júnior, afirmando que aceitava «as consequências que marcam os códigos do país»³¹⁹.

A razão por que se considerou este exemplo não é vã, pois ele é sintomático de um ponto de não retorno das divergências no interior do *Centro Promotor*, com a clara distinção da existência de vários grupos no seu interior. A contraditoriedade das opiniões é evidente na imprensa, que continua a ser um espaço privilegiado para o debate político. Toda a agitação é sentida na esfera pública, que continuava a divulgar e destacar a vida interna do *Centro*, num período marcado pelas notícias internacionais sobre a realização do Congresso de Haia da *Internacional* e a prisão do Visconde de Ouguela por uma eventual tentativa de golpe. Curiosamente, o Visconde de Ouguela tinha sido um importante membro do *Centro Promotor* e redator do jornal *Eco dos Operários* na década de 50 de oitocentos, nunca se aproximou publicamente da nova geração de socialistas. Mesmo no plano privado é de crer que tenha ocorrido a mesma postura, pois não há evidências de algum diálogo, ao contrário, por exemplo, de Sousa Brandão.

Ao longo de duas décadas o *Centro Promotor* funcionou como ponto central e organizador do movimento operário português. A sua estrutura aglutinava várias sensibilidades do socialismo e republicanismo, isto é, tratava-se de um espaço bastante heterogéneo no plano ideológico e político. No *Centro Promotor* a questão é prática e não propriamente ideológica e é aqui, mesmo existindo diversidade, que residia a robustez da associação. Porém, os acontecimentos internacionais faziam aparecer um

³¹⁷ *A Nação*..., 7 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8246, p. 2.

³¹⁸ *A Nação*..., 7 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8246, p. 2.

³¹⁹ *A Nação*..., 15 de agosto de 1872, Ano XXV, N.º 8251, p. 2.

movimento subterrâneo com paixões distintas irreconciliáveis, marcando, desse modo, o início do fim do *Centro Promotor*. As divisões e, sobretudo, a fuga de importantes figuras vão contribuir para a decadência do *Centro Promotor* e é esta novidade histórica que possibilita o aparecimento de um novo tipo de associativismo operário que rivaliza com o *Centro*. O próprio José Fontana afirmará que a *Fraternidade Operária* talvez «devesse a sua origem ao *Centro Promotor*»³²⁰.

3.4 A greve de Oeiras

O *Centro Promotor* chega inclusive a estabelecer ligações com alguns movimentos grevistas. A história é relatada por Azedo Gneco em 1884 num folheto do jornal do *Partido Socialista* denominado «Apontamentos para a história do socialismo em Portugal»³²¹. Em março de 1872, é apresentado um relatório de uma comissão nomeada no *Centro Promotor* onde são relatados os trabalhos referentes à greve dos operários da fábrica de lanifícios do proprietário José Diogo da Silva, em Oeiras e de alguns trabalhadores dos cigarros de diversos estabelecimentos. A necessidade de intervir neste assunto foi proporcionada pelo facto de os operários da fábrica de Oeiras terem declarado greve de uma forma espontânea. A 13 de novembro de 1871, 52 operários da fábrica de lanifícios, em Oeiras, declaravam greve devido à redução de 30% nos salários. Os operários em reunião nomearam uma comissão para «representar ao dono da fábrica que não podiam trabalhar com tal diminuição, pela carestia da vida naquele sítio»³²², pedido que não foi atendido pela entidade patronal dando assim lugar a greve. Segundo o relatório esta postura dos trabalhadores é realizada sem existirem condições básicas para a prática grevista. Perante isto, os trabalhadores acabaram por encontrar enormes dificuldades na sua subsistência, sendo esse o grande motivo que fez o *Centro Promotor* mobilizar-se e agir, nomeando «uma comissão para tratar dos meios a fim de auxiliar quanto possível aqueles operários»³²³ que dialogou com o dono do estabelecimento. E de facto, a imprensa reconhece o papel do *Centro* nesta greve, escrevendo que o «Centro Promotor [...] nomeou uma comissão para recolher esmolas, a fim de serem socorridos os operários»³²⁴. Perante o mediatismo da greve na esfera pública, surgem as publicações de cartas no *Jornal do Comércio* entre os grevistas e do

³²⁰ Citado em, NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 17.

³²¹ *O Protesto Operário...*, 4 de janeiro de 1884, III Ano, N.º 44, p. 2.

³²² *O Diário Popular*, 18 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1824, p. 1.

³²³ *O Protesto Operário...*, 4 de janeiro de 1884, III Ano, N.º 44, p. 2.

³²⁴ *Jornal do Comércio*, 23 de novembro de 1871, 18º Ano, N.º 5423, p. 1.

dono da fábrica. José Diogo da Silva escreve uma carta para os jornais onde confirma a greve e as negociações, embora diga ser falso a redução de 30% nos salários, afirmando que ocorreu uma redução de 10% nos custos do salário em três artigos da produção devido à concorrência. Esta postura é refutada pelos grevistas que reforçam a legitimidade da greve o que leva o dono da fábrica a aconselhá-los a procurarem trabalho noutros estabelecimentos e não a estorvar a entrada na fábrica dos trabalhadores, acusando-os de estarem apoiados «em algum poder oculto»³²⁵. Num outro jornal, Pinheiro Chagas «sugere a ligação do movimento grevista português à Internacional, com propósitos iberistas»³²⁶.

Logo no início da greve era noticiado que operários de outras fábricas «promoveram uma subscrição para acudir»³²⁷ os grevistas de Oeiras. Azedo Gneco, mais tarde, conta a história desta rede de solidariedade com os trabalhadores de Oeiras. Confirma a existência de várias subscrições, sendo a primeira assinada pelos operários de Oeiras a 3 de dezembro de 1871 e a última a 15 de janeiro de 1872. A comissão nomeada no *Centro* era composta por vários associados: «Miguel de Carvalho, Máximo Pereira, Soares Monteiro, Taboada, [Nobre] França, Viana e [José] Fontana [...] [João Augusto] Torres, [Luiz] Eça, Lisboa e Brito Monteiro»³²⁸. Desta comissão foi eleito presidente Miguel de Carvalho, o cargo de tesoureiro ficou entregue a Soares Monteiro e Nobre França ocupou a cadeira de secretário.

A presença das ideias da *Internacional* e do socialismo mais aguerrido é latente nesta comissão e mostra que o *Centro Promotor* em 1871 tinha deixando a sua neutralidade e inaugurava uma nova faceta perante os conflitos no mundo do trabalho. Os trabalhos da comissão passaram pela elaboração e concretização de listas de subscrição para ajudar os respetivos operários. O *Jornal do Comércio* confirmava que a comissão do *Centro* continuava a garantir donativos para os grevistas de Oeiras e que numa sessão pública com sócios e não sócios ficou estabelecido «continuar o peditório»³²⁹.

³²⁵ *Jornal do Comércio*, 23 de novembro de 1871, 18º Ano, N.º 5423, p. 3.

³²⁶ Citado em, GASPAR, Ana Teixeira. “A greve dos tecelões da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areiro”. Em: Cátia Teixeira (Org). *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: IHC, 2018, p. 8.

³²⁷ *O Diário Popular*, 18 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1824, p. 1.

³²⁸ *O Protesto Operário...*, 4 de janeiro de 1884, III Ano, N.º 44, p. 2.

³²⁹ *Jornal do Comércio*, 7 de dezembro de 1871, 18º Ano, N.º 5435, p. 2.

Este conflito é abordado por alguma imprensa e também referido a presença de um estrangeiro nas negociações que não estava de acordo com o sistema político português, um elemento que fazia parte de «clubs que trabalh[aram] para mudar a forma dos governos estabelecidos nos países onde são hóspedes»³³⁰. Uma óbvia referência, ao suíço José Fontana. O *Jornal do Comércio* relata que muitos dos grevistas acabaram reintegrados na fábrica, no entanto, alguns operários não foram readmitidos «por serem cabeças de motim»³³¹. Eça de Queiroz vai elaborar um texto satírico nas *Farpas* sobre a greve em Oeiras, descrevendo em tons irónicos a originalidade da greve, pois o patrão queria pagar um valor superior ao reivindicado pelos grevistas, no entanto, era um valor pago exclusivo às semanas de tecer e os trabalhadores queriam ser pagos pela semana de todo o trabalho, «porque preparar a teia é tanto trabalho como tecê-la»³³². Entretanto, surgia outra greve no sector dos tabacos em Lisboa, nomeadamente nas fábricas de Xabregas, Santa Apolónia, Santa Justa e Regalia, com rumores na imprensa que a 15 de dezembro se iam reunir «no Terreiro do Paço cerca de três mil charuteiros e cigarreiros»³³³. No entanto, nos dias seguintes a informação que é veiculada na imprensa apenas foca 300 operários em greve com o propósito de aumentar os salários. A greve nos tabacos vai ser de curta duração, ficando balizada somente a dezembro de 1871.

A comissão nomeada para gerir a greve de Oeiras acabou por abraçar o conflito nos tabacos. Com a situação mais pacificada naquela localidade, a comissão optou por direccionar o dinheiro amealhado aos cigarreiros e encetar também os devidos trabalhos com grevistas e patronato. O *Diário Popular* relata a greve dos tabacos, escrevendo que os operários em greve, nomeadamente da fábrica Santa Justa, combinaram endereçar as suas propostas através de comissões aos donos das fábricas, uma movimentação seguida de perto pelo governador civil e o comandante da polícia municipal, que acabaram por reconhecer «que não havia no procedimento deles nenhum motivo para se reear desordem»³³⁴. Este jornal ainda atacava os fabricantes de tabaco que recorriam à coligação para vender mais caro o seu produto no mercado o que na ótica do jornal somente dava argumentos à propaganda da *Internacional* que crescia em Portugal. A 18

³³⁰ *Jornal do Comércio*, 19 de dezembro de 1871, 19º Ano, N.º 5444, p. 1.

³³¹ *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1871, 18º Ano, N.º 5420, p. 1.

³³² QUEIROZ, Eça de. *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa. Uma Campanha Alegre*, Volume I. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890, p. 336.

³³³ *Jornal do Comércio*, 14 de dezembro de 1871, 19º Ano, N.º 5440, p. 1.

³³⁴ *O Diário Popular*, 15 de dezembro de 1871, 6º Ano, N.º 1850, p. 1.

de dezembro ocorre uma reunião dos grevistas onde é reafirmada a posição de não voltar ao trabalho, lamentando o facto de não haver solidariedade dos trabalhadores do tabaco no Porto. É afirmado que no *Centro Promotor* tinha sido promovida uma subscrição nos jornais e em diversas fábricas e, desse modo, os grevistas dos tabacos nomearam 11 operários para trabalhar em conjunto com o *Centro Promotor* «a fim de promoverem subscrições a favor dos grevistas mais necessitados»³³⁵. A 21 de dezembro a imprensa noticia o fim da greve dos operários cigarreiros devido à ameaça dos donos da fábrica de despedimento caso os operários não voltassem ao trabalho. Perante isto, um elevado número de operários foi forçado a desistir da greve pois estavam numa situação crítica e tinham falta de recursos para a sua sobrevivência. Ou seja, quando a comissão do *Centro* pretendia aprofundar os trabalhos na greve dos tabacos, esta acabou por terminar. Nas duas greves a comissão do *Centro Promotor* contou com o contributo do impressor Francisco Gonçalves Lopes que de uma forma gratuita imprimiu as listas de subscrição. Azedo Gneco afirma que este documento tinha sido escrito numa folha «pelo punho de José Fontana»³³⁶.

Perante esta informação somos obrigados a reconhecer certas incongruências na tese que o *Centro Promotor* ficou alheado da greve de Oeiras, e, por isso, não concordamos com a ideia de Francisco Canais Rocha quando afirma que «a indiferença do CPMCL pelos grevistas têxteis de Oeiras, em 1871, apressou a sua morte e o fim da conciliação de classes»³³⁷. O antigo dirigente sindical é da opinião que a ação grevista realizada em Oeiras e a falta de apoio e solidariedade do *Centro Promotor* resulta no fim dessa associação e origina o seu divórcio com o mundo operário, entrando em cena uma aproximação ao movimento operário internacional e a constituição de um novo associativismo com formas e ideologias mais reivindicativas, caso da *Fraternidade Operária*.

No entanto, o *Centro Promotor* esteve fortemente envolvido na greve e na sua resolução. Não foi a indiferença do mesmo perante a greve que apressou o seu fim, antes pelo contrário, foi o envolvimento na mesma que fez extremar as diferentes sensibilidades no seu interior e, por conseguinte, contribuiu para o fim da conciliação de classes. As palavras de José Fontana, citadas no livro de César Nogueira, são

³³⁵ *O Diário Popular*, 19 de dezembro de 1871, 6º Ano, N.º 1854, p. 1.

³³⁶ *O Protesto Operário...*, 4 de janeiro de 1884, III Ano, N.º 44, p. 3.

³³⁷ ROCHA, Francisco Canais. “Resenha histórica do movimento operário e do movimento sindical português (1838-1970)”. Em: *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das Raízes até 1977*. CGTP-IN, 2011, p. 33.

fundamentais para sustentar a tese que o *Centro Promotor* esteve alheado de participar na greve de Oeiras, no entanto, embora seja verdade que José Fontana tenha dito que a greve de Oeiras veio «confirmar aos operários de que o Centro Promotor lhes era inútil»³³⁸, não deixa de confirmar que uma parte do *Centro* mostrou empenho na greve, nomeadamente «a parte operária que o compunha e um ou outro indivíduo já inspirado nas ideias sociais»³³⁹. Terão sido estes associados que forçaram o *Centro Promotor* a intervir na greve criando uma comissão que tinha como fim auxiliar os grevistas. Em grande medida, a ação do *Centro Promotor* nestas greves vai ser feita já em moldes semelhantes às que ocorrerão no movimento grevista de 1872 e 1873, com o associativismo operário a exprimir novas maneiras de pensar sobre as dificuldades dos trabalhadores e a elaborar comissões que pretendiam ajudar os grevistas, concretizar as suas reivindicações e cimentar uma onda de solidariedade no mundo do trabalho.

3.5 O resgate da essência do Centro Promotor

No rescaldo do forte e mediático movimento grevista dinamizado entre 1872-73, como se analisará mais à frente, é possível verificar que o seu suporte, a *Fraternidade Operária*, acaba por perder a sua pujança, com diminuição dos seus associados e quedas significativas nos seus cofres. Perante isto, é interessante verificar que a decadência da *Fraternidade Operária* é acompanhada pelo anúncio do recomeço das sessões e dos trabalhos no *Centro Promotor*, ficando decidido que esta associação voltava aos trabalhos «logo que se inaugurar o retrato do Sr. António Rodrigues Sampaio»³⁴⁰. A questão do quadro ainda continuava presente no debate público. São realizados rasgados elogios ao *Centro Promotor* como o ponto nuclear do associativismo operário e de onde têm saído várias associações de socorro mútuos e deixando o aviso público que o regresso do *Centro*, «florescendo hoje, vai tentar uma verdadeira campanha contra a tal *Fraternidade Operária*, filha bastarda [...] da célebre Internacional de Karlellav»³⁴¹.

Quando em 1873 é instaurada a República em Espanha, provocando ecos na esfera pública portuguesa, tenta-se no *Centro Promotor* debater e analisar tais acontecimentos no país vizinho, chegando um associado a apresentar a ideia de que «em

³³⁸ José Fontana, citado em NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 17.

³³⁹ José Fontana, citado em NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 17.

³⁴⁰ *Diário de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1872, Ano XLVIII, N.º 298, p. 2.

³⁴¹ *Diário de Pernambuco*, 27 de dezembro de 1872, Ano XLVIII, N.º 298, p. 2.

sessão, que se felicitasse a república espanhola»³⁴², provocando um debate interno com a assembleia a declarar importuno aceitar tal proposta. Com a fuga de vários associados para um novo tipo de associativismo, o discurso radical perdia força, todavia, o *Centro Promotor* acaba por não ser recuperável pelo sector ordeiro e a opção é fundar uma nova associação que tinha a essência de 1852.

No início de 1873 João Manuel Gonçalves, antigo sócio e vice-presidente do *Centro Promotor* que tinha sido uma das vozes mais ativas contra a ascensão do radicalismo, anuncia planos para fundar uma nova associação operária. A mudança foi importante, mas mais significativa foram os anúncios na imprensa que estava em vias de ser edificada uma nova e «grande associação» que devia conceder aos operários o «pão do corpo quando lhes falte por escassez de trabalho, mas também o pão do espírito que os torne dignos cidadãos»³⁴³. A nova associação denominada de *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* tinha sido pensada por João Manuel Gonçalves como uma resposta ao radicalismo, à resistência do novo movimento operário e, a montante, à decadência do *Centro Promotor*. Diversas personalidades ilustres da sociedade contribuíram para a edificação da nova associação operária, inclusive, a presidência estava entregue ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Francisco Manuel de Mendonça. Por outro lado, vários redatores de importantes jornais, como o *País*, o *Jornal da Noite* e o *Diário de Notícias*, alguns deputados, como era o caso de António Augusto Pereira de Miranda³⁴⁴, marcaram presença na dinamização da associação. *A Revolução de Setembro*, outrora aliada na esfera pública do *Centro Promotor*, defendia a iniciativa de João Manuel Gonçalves alertando para que tal iniciativa devia contar com a ajuda de todas as classes e de todas as pessoas, fazendo um ataque claro à deriva radical sentida no *Centro Promotor* e às novas associações operárias: «enquanto uns incitam os operários a resistências que os prejudicam, perturbam as indústrias e agitam a sociedade, é justo que outros procurem organizar o que possa melhor[ar] a sorte dos homens laboriosos [...] fortalecer assim a classe industrial, e dar a sociedade a paz que resulta do bem-estar do maior número»³⁴⁵. Em 7 de maio de 1873, os estatutos desta nova associação eram aprovados³⁴⁶ e em outubro surgia na imprensa que uma resposta do radicalismo, com o «centro dos aliancistas da

³⁴² *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de março de 1873, Rio de Janeiro, Ano 86, N.º 70, p. 2

³⁴³ *A Revolução de Setembro*, 4 de fevereiro de 1873, XXXIV Ano, N.º 9187, p. 1.

³⁴⁴ Em 1876 ocupa o cargo de vice-presidente da associação.

³⁴⁵ *A Revolução de Setembro*, 4 de fevereiro de 1873, XXXIV Ano, N.º 9187, p. 2.

³⁴⁶ *O Paiz. Jornal do Partido Progressista*, 22 de julho de 1873, N.º 162, p. 2.

Internacional»³⁴⁷ a optar por não filiar nenhum trabalhador na nova associação, com a justificação de ser uma mera imitação do *Centro Promotor* e não resolver em nada a *questão social*.

Mais tarde, no início de setembro de 1877 surgia na sede da *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* uma subscrição entre os associados para recolher fundos que seriam distribuídos pelos trabalhadores afetados pelo severo inverno, portanto, é uma associação que continuava na linha do trabalho desenvolvido pelo *Centro Promotor*. Os corpos gerentes da associação contavam com a participação de nomes ilustres da sociedade e do movimento operário, como foi o caso de Joaquim de Oliveira e dos delegados ao Congresso Social, Joaquim Pereira Serzedelo Júnior e Daniel Cordeiro Feio. Estes indivíduos optaram por continuar a militar na essência e nas ideias promovidas pelo *Centro Promotor*, neste caso sob a nova associação.

No final de 1876 a *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* sofre uma alteração nos estatutos. O fim da associação continuava o socorro dos operários de ambos os sexos que temporariamente não tinham possibilidade de ter acesso aos meios de subsistência, mas para isso precisavam de ser «sóbrios, honrados e diligentes»³⁴⁸. Os estatutos mostravam a resistência da associação às novas práticas políticas que estavam em franca expansão no mundo operário, por exemplo, era frisado que o direito ao subsídio estava interdito no caso de doença e por motivos de greve, ou «outra qualquer circunstância imprevista em que estejam implicados ou a que deem causa»³⁴⁹.

A polémica entre o novo movimento socialista e João Manuel Gonçalves continua a agitar as páginas d' *O Pensamento Social*, onde este é retratado como o «Sr. Gonçalves das luvas»³⁵⁰ e é acusado de tentar enganar a classe trabalhadora com «o elixir da associação burguesa»³⁵¹ numa altura em que vários sectores levantavam suspeitas sobre a onda incendiária em Lisboa e o movimento socialista. O jornal afirma que João Manuel Gonçalves e a sua nova associação não pretendiam um único melhoramento para a classe operária. O movimento operário reinventado em novas práticas e novos discursos acentuava o divórcio com os antigos aliados, demonstrando publicamente não estar disponível para dividir o mundo operário com outros campos sociais.

³⁴⁷ *Jornal da Noite*, 4 e 5 de outubro de 1873, 3º Ano, N.º 852, p. 2.

³⁴⁸ *Diário do Governo*, 20 de dezembro de 1876, N.º 287, p. 2424.

³⁴⁹ *Diário do Governo*, 20 de dezembro de 1876, N.º 287, p. 2424.

³⁵⁰ *O Pensamento Social*, 20 de setembro de 1873, N.º 54, p. 4.

³⁵¹ *O Pensamento Social*, 20 de setembro de 1873, N.º 54, p. 3.

A entrada para o *Centro Promotor* de novos socialistas que estavam embebidos no socialismo mais radical é a escolha óbvia, pois era a única associação de renome na história do mundo do trabalho. A tradição socialista em Portugal passava, irremediavelmente, pela militância nesta associação. A própria natureza aglutinadora do *Centro Promotor* permitiu a presença nele de uma nova geração socialista que acabou por tentar alavancar o socialismo português para um novo patamar, envergando uma faceta mais aguerrida perante a *questão social*. Todavia, essa mesma geração não deixou de verificar as limitações e as ambiguidades do *Centro Promotor*. As divergências e ruturas no movimento operário acabaram por trucidar o *Centro Promotor*. Por um lado, a nova geração de socialistas, embora tenha conseguido revestir o *Centro* de uma postura mais radical, acaba por o abandonar devido às suas limitações. Por outro, a burguesia descontente com o rumo do *Centro* opta por desistir dele. A morte do *Centro Promotor* é explicada pelo abandono quase em simultâneo dos seus dois progenitores: o movimento socialista e o movimento liberal.

O fim do *Centro Promotor* marca também o fim da unidade existente no movimento operário português, com os distintos socialismos a optar por aprofundar outros tipos de associativismo que vão tentar [re]ocupar o espaço deixado vago pelo *Centro Promotor* no mundo operário, criando profundas ruturas e recusando desse modo a integração no sistema. O debate promovido no *Centro Promotor* originou uma dialética e intrincadas contradições que impuseram ao socialismo a necessidade de mobilizar forças noutras novas associações.

O sector ordeiro e ligado ao constitucionalismo edifica uma nova associação com velhas ideias, e, em 1873 tenta um regresso a 1852, com o propósito de resgatar a essência do *Centro Promotor*. A *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* até no nome está em sintomia com o passado e história do associativismo operário ordeiro, tenta convocar nomes ilustres da sociedade para colaborar com os trabalhadores. Porém, o sucesso é muito limitado e a associação vai estar longe de dominar o mundo do trabalho e nem sequer consegue competir de uma forma séria com o novo tipo de associativismo.

4. ASSOCIAÇÕES DE TRANSIÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO

A implosão do *Centro Promotor* é reveladora de um latente conflito entre o velho e o novo no interior do movimento socialista português. A crise no *Centro Promotor* consistiu nesta correlação de forças, com o velho e ordeiro movimento socialista a perder influência e protagonismo perante a ascensão do novo tipo de socialismo que acaba por falhar na tentativa de reconfigurar o *Centro Promotor*. A nova geração de socialistas, como José Fontana, Nobre França, Azedo Gneco, João Bonança, Antero de Quental e outros, acabam por decidir abandonar o *Centro* para fundar um novo tipo de associativismo, a *Associação Protetora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária*. Ambas as associações são inspiradas no modelo inglês, pretendiam instituir a ideia de resistência no mundo operário, como modo de concretizar avanços na *questão social* e a sua criação estava prevista no artigo 55º dos estatutos da *Internacional*. As associações de resistência são encaradas como fundamentais para a libertação da exploração e um meio eficaz para a educação e solidariedade e, por isso, «nestas associações os membros desta secção subordinarão todos os seus actos aos princípios da Internacional»³⁵². De facto, Nobre França reconhece, em carta a Engels, que os trabalhos de resistência estavam sobre a direção dos internacionalistas³⁵³.

Para o historiador Carlos da Fonseca, neste período existem associações com algum avanço na aprendizagem da autonomia, «mas cuja estrutura organizativa se esgotará após realizada esta experiência»³⁵⁴, sendo denominadas como *associações de transição*. Devemos frisar que não concordamos com a integração do *Centro Promotor* neste conceito, pois além de ser uma associação com mais de duas décadas de existência, nas quais foi preponderante e dominante no universo operário português, não se esgotou na transição para outra forma organizativa. Ao contrário, é bastante pertinente colocar a *Associação Protetora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária* como *associações de transição*. Ambas as estruturas surgem numa fase de rutura, com grande autonomia, são muito idênticas na forma e objetivo e, curiosamente, inicialmente rivais no mundo operário, acabam por se fundir e, desse modo, ocorre uma

³⁵² Sem autor. *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores e das secções da região portuguesa*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1872, p. 39.

³⁵³ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 27 de julho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 21.

³⁵⁴ FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa...*, pp. 26-27.

transição para uma nova fase organizativa do movimento operário português que estará na génese do *Partido Socialista*.

4.1 Associação Protectora do Trabalho Nacional

Em 1883 surge uma polémica nos jornais em torno de um eventual papel de Fontes Pereira e Melo na edificação das associações de resistência em Portugal. Neste debate os socialistas do *Protesto* realçavam que o histórico liberal em nada contribuiu para o aparecimento ou desenvolvimento das associações de resistências, destacando o papel dos internacionalistas espanhóis³⁵⁵ e descrevendo a história do associativismo de resistência em Portugal. Segundo o texto do jornal, a *Associação Protectora do Trabalho Nacional* foi edificada na zona de Alcântara, mais concretamente no palácio do Fiúza, através da dinâmica de Antero de Quental, José Fontana, Soares Monteiro, Ferreira Nunes e João Bonança. No artigo, se os dois primeiros são caracterizados como socialistas, os últimos são encarados como republicanos, sendo frisada a postura ambígua de Soares Monteiro que oscilava entre ambos. Segundo a narrativa de um documento, publicado em 1911, oriundo de um grupo de republicanos radicais que tinha como propósito apoiar a candidatura de João Bonança à presidência da República, a APTN foi criada como trabalho político de Antero de Quental, José Fontana e João Bonança. Estes socialistas tinham contactado «em sessões secretas e perante grupos de sessenta a oitenta operários reunidos num subterrâneo da rua Velha de Alcântara»³⁵⁶. Nas memórias de Magalhães Lima é frisado que o palácio do Fiúza era um espaço de convivência entre republicanos e socialistas, onde conheceu ilustres figuras, como foi o caso de João Bonança que «lembrava um pouco os republicanos de [18]48»³⁵⁷ frisando a postura política de Bonança, um antigo padre que acabou apóstolo do republicanismo. Além de João Bonança, Magalhães Lima reconhece que conheceu naquele espaço o «honrado Sousa Brandão, fundador da cooperativa Indústria Social [e] Conceição Fernandes»³⁵⁸. Estas memórias de Magalhães Lima demonstram a importância do palácio do Fiúza, um espaço localizado num bairro popular onde chegaram a conviver uma figura proeminente da primeira geração socialista em Portugal (Sousa Brandão) e a

³⁵⁵ *O Protesto Operário...*, 16 de setembro de 1883, II Ano, N.º 28, p. 3.

³⁵⁶ Sem autor. *Representação feita por um grupo de delegados da Agremiação Política Integridade Republicana aos cidadãos Presidente e senhores deputados da Assembleia Constituinte da República Portuguesa*. Lisboa:1911, p. 2.

³⁵⁷ LIMA, Magalhães. *Episódios da minha vida*, 1º volume. Lisboa: Perspetivas e Realidade, 1985, p. 49.

³⁵⁸ LIMA, Magalhães. *Episódios da minha vida...*, p. 48.

nova geração de socialistas que acabam por divergir e seguir caminhos díspares, como foi o caso de João Bonança e Conceição Fernandes.

Existe um amplo consenso sobre a APTN ter sido a primeira associação de resistência em Portugal, inclusive para Luís Gonçalves a «primeira associação que se organizou com francos intuitos de luta foi a Associação Protectora do Trabalho Nacional»³⁵⁹, e tinha como porta voz o jornal *O Trabalho*. Magalhães Lima escreve, nas memórias, que no palácio do Fiúza era redigido e impresso o *Trabalho*, um jornal com uma «feição republicana e socialista»³⁶⁰ onde chegou a colaborar juntamente com «Silva Pinto e Eduardo Maia»³⁶¹. Alguma imprensa informa o aparecimento deste novo jornal, considerando que *O Trabalho* era encarado como o «órgão da sociedade dos internacionalistas portugueses»³⁶². Nobre França relata o aparecimento do jornal a Engels, escrevendo que o mesmo tinha sido fundado por João Bonança e tinha uma importância junto aos operários³⁶³.

Em relação aos estatutos da APTN, estavam divididos em cinco capítulos centrados nos objetivos e estrutura da associação. Era reconhecido que todos os trabalhadores portugueses podiam ser aceites na associação e o seu fim era pôr «em prática medidas que favoreçam o progresso da classe operária»³⁶⁴ de um modo geral, e em particular os direitos dos trabalhadores associados. A associação pretendia uma decomposição em várias classes nas diversas localidades com autonomia própria, garantido estatutariamente a união e a solidariedade entre as diversas classes com a formação de um organismo denominado de *Aliança*. Estava previsto que cada classe nomeasse três delegados para a *Aliança local* e daqui era encontrado o «Conselho Central da Aliança»³⁶⁵ que elegia o tesoureiro, escriturário e o secretário e tinha como função inaugural a organização de uma biblioteca para os sócios e era responsável pelo cumprimento dos estatutos. No último capítulo era frisado que a associação tinha como

³⁵⁹ GONÇALVES, Luís. *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolfo de Mendonça Editores, 1905, p. 89.

³⁶⁰ LIMA, Magalhães. *Episódios da minha vida...*, p. 49.

³⁶¹ LIMA, Magalhães. *Episódios da minha vida...*, p. 49.

³⁶² *Correio do Sul*, 31 de outubro de 1871, p. 3.

³⁶³ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 5.

³⁶⁴ FONSECA, Carlos da. *Integração e ruptura operária*. Lisboa: Editoria Estampa, 1975p. 107.

³⁶⁵ FONSECA, Carlos da. *Integração e ruptura operária...*, p. 108.

«fim exclusivo o melhoramento das classes trabalhadoras [e] estabelece como princípio não participar em lutas políticas»³⁶⁶.

Em abril de 1872, o *Trabalho* escrevia que a «ideia de uma associação nacional do trabalho desenvolve-se e de dia para dia»³⁶⁷, neste artigo é elogiado o desenvolvimento das associações de operários e os seus benefícios para os trabalhadores portugueses. No entanto, o confronto entre associações operárias acabou por ser inevitável, nomeadamente, com a *Fraternidade Operária*. O *Trabalho* acusava José Fontana de inicialmente ter tirado proveito da influência e experiência da APTN para fundar a *Fraternidade Operária* e, mais tarde, juntamente com os companheiros da *Fraternidade* fez uma luta pública contra os redatores do jornal *O Trabalho*, com a acusação de serem «homens políticos e republicanos, inimigos do socialismo»³⁶⁸. A atitude de José Fontana era explicada pelo jornal de João Bonança com a ligação ao «poder centralizador e absoluto [do] Conselho Geral de Londres»³⁶⁹. Este debate acaba por ser replicado na imprensa estrangeira, com um jornal brasileiro a transcrever o texto da APTN, onde é frisado que tinha sido a primeira associação constituída em Portugal «sob as bases do moderno socialismo e da fraternidade universal»³⁷⁰, reivindicando 800 associados e um jornal com cariz republicano, democrata e socialista.

A ausência de documentação credível não permite fazer um levantamento dos números de associados, apenas apontar um número redondo, algo que deve ser recusado. Porém, estamos longe do número avançado por Fernando Piteira Santos, quando este afirma que a associação em 1872 «tinha dez mil sócios»³⁷¹. No mesmo ano, um dirigente internacionalista, José Tedeschi, escreve a Paul Lafargue a informar existência de «mais de 15 mil operários nas associações de resistência»³⁷², ou seja, na zona de Lisboa e em torno da APTN e a FA.

O relatório da autoria de José Fontana enviado ao congresso de Haia, conhecido como *Memória*, será alvo de debate. Para começar, o jornal de João Bonança frisa ser totalmente desconhecido que a APTN «tenha dado ao Paul Lafargue [...] o mandato

³⁶⁶ FONSECA, Carlos da. *Integração e ruptura operária...*, p. 110.

³⁶⁷ *O Trabalho...*, abril de 1872, 1º Ano, N.º 14, p. 2.

³⁶⁸ *O Trabalho...*, outubro de 1872, 1º Ano, N.º 40, p. 2.

³⁶⁹ *O Trabalho...*, outubro de 1872, 1º Ano, N.º 40, p. 2.

³⁷⁰ *O Vinte Dous de Maio. Jornal político, noticioso e dedicado aos melhoramentos da provincia*, 10 de novembro de 1872, Ano I, N.º 31, p. 3.

³⁷¹ SANTOS, Fernando Piteira. “Para a história do movimento operário em Portugal”. *Seara Nova*, Ano XXVI, N.º 1044, 1947, p. 209.

³⁷² Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, Instituto de História Social (Holanda).

imperativo de representar no Congresso de Haia contra as federações autónomas»³⁷³. A APTN, nas páginas do seu jornal, acusava o Congresso de Haia de ser um mero instrumento contra os direitos e liberdades dos trabalhadores e de instituir um poder autoritário ao Conselho Geral. Ainda acusava de ser mentira que a APTN estivesse integrada na *Fraternidade Operária*, como surgia no documento de José Fontana. Importa frisar que o número 9 do *Trabalho* tinha elogiado o aparecimento d' *O Pensamento Social* que, por seu turno, anunciava nas suas páginas as sessões da APTN, no entanto, a «harmonia [...] muito em breve se esfumaria»³⁷⁴.

Em junho de 1872, o *Trabalho* publicava em primeira página um artigo destinado a atacar a criação da *Fraternidade Operária*. Apelida a nova associação, de forma pejorativa, como uma *igreja* que tinha a «ideia nefasta de absorver e destruir o movimento obreiro, iniciado neste país com tantas vigílias, tanto trabalho e tantos sacrifícios»³⁷⁵. O jornal de Alcântara não tinha dúvida que os dirigentes da nova associação pretendiam a extinção da lei, a destruição da família alertando que não era «possível [uma] sociedade sem direitos e sem deveres»³⁷⁶, uma clara referência ao lema do jornal *O Pensamento Social*.

Perante a edificação de uma nova associação de resistência *O Trabalho* anunciava os seus valores e ideias. Defendia uma sociedade nacional onde tinham lugar todas as classes produtoras no sentido de criar riqueza no país. Pretendiam a emancipação económica do proletariado através das sociedades de consumo, com o cuidado de frisar, que estas deviam estar organizadas de modo a que permitisse o fim da «exploração do homem pelo homem»³⁷⁷. Defende a necessidade de colocar a terra como propriedade social, reforçar o poder dos municípios feita através da «república democrática social [...] onde se há de desenvolver a nova sociedade»³⁷⁸. Perante isto, *O Pensamento Social* publica um artigo a responder. Realça que ambas as associações tinham os mesmos fins e, portanto, havia a necessidade de as juntar. No entanto, este jornal acusava os proprietários d' *O Trabalho* de solicitarem a saída dos cargos na associação de Alcântara, alertando os trabalhadores que nenhuma associação de trabalhadores devia ter contacto com as ideias propostas divulgadas pelo *Trabalho*, pois eram «coisas de

³⁷³ *O Trabalho...*, outubro de 1872, 1º Ano, N.º 40, p. 2.

³⁷⁴ BAPTISTA, José Alberto. *João Bonança na cultura do seu tempo...*, p. 104.

³⁷⁵ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 1.

³⁷⁶ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 1.

³⁷⁷ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 1.

³⁷⁸ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

partidos, e de partidos políticos, embora republicanos»³⁷⁹. Segundo José Alberto Baptista, é a opção pela corrente contrária ao marxismo e, sobretudo, a sua ideia republicana que explica a saída de João Bonança da APTN e, conseqüentemente, do próprio movimento operário³⁸⁰. Perante a saída de João Bonança e dos seus aliados, os socialistas da *Fraternidade Operária* voltam a referir a APTN nas páginas do seu jornal, frisando que estava a crescer o número de sócios e que os estatutos da associação eram interessantes, no entanto, tinha uma falha que permitia a existência de uma comissão de iniciativa de cinco membros, e terá sido esta comissão, ocupada por «arlequins políticos [que] pervete[ram] o espírito da Protectora»³⁸¹, contudo, os sujeitos acabaram por ser expulsos da associação. Para Luís Doria, o Conde de Peniche «utilizou [o] ex-padre e [a] gente que este controlava para engrossar os seus próprios contingentes»³⁸². Quando o governo colocou no terreno os planos para evitar a suposta revolta da *Pavorosa* e o Conde de Peniche, que supostamente ambicionava chegar ao poder, é forçado a abandonar o país. Perante a situação, João Bonança nega no seu jornal, *O Trabalho*, qualquer participação na eventual revolta.

Em 1876, a morte de Ladislau Ferreira faz com que seja escrita uma breve biografia sobre este socialista nas páginas do *Protesto*. Este é socialista é dado como um dos fundadores da *Associação Protectora do Trabalho Nacional*, que é descrita como «a primeira associação socialista fundada»³⁸³ em Portugal. Segundo o jornal, Ladislau Ferreira tinha ocupado o cargo de tesoureiro na organização e tinha sido um dos elementos mais combativos ao sector de João Bonança, o que originou o seu ingresso na *Fraternidade Operária* e, posteriormente, na *Internacional*.

O autor José Alberto Baptista argumenta que a proliferação da palavra *Aliança* nos estatutos da APTN de, *per si*, o suficiente para confirmar a influência de Bakunin na associação. Não é uma observação descabida, no entanto, mais significativo é o debate ideológico inserido no jornal o *Trabalho* contra a *Fraternidade Operária* é o Conselho Geral da *Internacional*. Este confronto na esfera pública será o único acontecimento de relevo que é sintomático da cisão do movimento operário internacional em Portugal. É através do trabalho de João Bonança que é feito um ataque político e público ao sector aliado do Conselho Geral em Portugal e, nesse momento, é espelhado o que acontecia lá

³⁷⁹ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 17, p. 3

³⁸⁰ BAPTISTA, José Alberto. *João Bonança na cultura do seu tempo...*, p. 105.

³⁸¹ *O Pensamento Social*, 20 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 27, p. 3.

³⁸² DORIA, Luís. *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros...*, p. 235.

³⁸³ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 60, p. 2.

fora, uma clara divisão no campo socialista nacional perante o confronto sentido no campo internacional. Todavia, deve ser resguardada a efemeridade da polémica, pois com a saída de João Bonança e dos seus aliados da APTN o sector da *Fraternidade Operária* acaba por [re]normalizar as relações. Ou seja, a APTN não é organicamente *aliancista*, sendo uma faceta imposta pelo campo de João Bonança. Temos a informação que na associação havia a suspeita de existirem espiões nas assembleias da APTN, no entanto, *O Pensamento Social* diz que os espiões não estavam ao serviço do Estado, mas do patronato, afirmando que eram «negros, pobres explorados [...] que não [tinham] utilidade senão para exercer tão vil mester, o mais abjeto que a classe dominante inventou para assegurar a posse do povo miserável»³⁸⁴. Durante o ano de 1873, as associações que outrora tinham sido rivais no campo trabalhista acabam por se fundir na *Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa*.

Mais tarde o sector republicano ligado a João Bonança acaba por reinventar a história da associação, afirmando que a mesma tinha sido, em grande medida, a percussora do partido republicano democrático e como observou José Alberto Baptista, a associação «nascia não tanto como instrumento sindical para a melhoria das classes trabalhadoras, mas como embrião político do futuro Partido republicano democrático»³⁸⁵. Além disto, é possível acrescentar que a nova leitura pretendia apagar a veia socialista e internacionalista do passado de João Bonança e da *Associação Protectora do Trabalho Nacional*. Mais uma vez é aceitável frisar que a memória e a história do movimento operário são disputados.

4.2 Associação Fraternidade Operária

Para o anarquista Gonçalves Viana a *Fraternidade Operária* tinha a sua organização inspirada nos estatutos da *Internacional*, com a ideia de organizar «os trabalhadores em secções de ofícios»³⁸⁶. A *Fraternidade Operária* terá uma curta duração, no entanto, deve ser encarada com um marco na história do movimento operário português. A 16 de agosto de 1872 o próprio José Fontana elabora um relatório sobre a vida da associação que devia ser apresentado no congresso da *Internacional* em Haia. Curiosamente, este documento acaba por ser citado num jornal brasileiro³⁸⁷ e é totalmente transcrito em Espanha. O documento de José Fontana visava a história da

³⁸⁴ *O Pensamento Social*, 9 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 43, p. 2.

³⁸⁵ BAPTISTA, José Alberto. *João Bonança na cultura do seu tempo...*, p. 97.

³⁸⁶ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 11.

³⁸⁷ *O Vinte Dous de Maio...*, 10 de novembro de 1872, São Paulo, Ano I, N.º 3, p. 3.

Fraternidade Operária, uma associação de resistência formada em novembro de 1871 com 37 sócios, crescendo para 327 em janeiro de 1872. Na altura em que o documento foi escrito existiam 2 750 (2 350 homens e 400 mulheres³⁸⁸) divididos por 28 classes. José Fontana afirmava ao congresso internacionalista que todas as semanas «havia 40 a 50 novas afiliações»³⁸⁹, prevendo que no final de 1872 a associação possuiria «mais de 6 000 indivíduos»³⁹⁰. O conteúdo do relatório faz com que o correspondente do *Diário de Pernambuco* redija para o Brasil a informação que em finais de 1872 esta associação ia ter na sua estrutura 50 mil filiados³⁹¹, um número claramente exagerado. No futuro, o movimento operário português vai continuar a apresentar a história da associação. Logo em 1876 temos o *Protesto* a escrever que a «20 de janeiro de 1872 se celebrava a primeira assembleia da Associação Fraternalidade Operária, que se destinava a secundar o movimento começado pela Associação Protetora do Trabalho Nacional»³⁹².

Mais tarde, em 1904, um jornal operário elaborava a história da *Fraternalidade*, afirmando que tinha sido fruto do imprescindível trabalho de José Fontana, que pretendia fundar uma estrutura moldada nas *trade-unions* inglesas. É escrito que esta associação de resistência contava, não com 37, mas com 31 sócios na sua fundação, que representavam treze classes do mundo do trabalho: «caldeiros de ferro 1; carpinteiros de moldes 1; encadernadores 1; ferreiros 3; fogueiros 1; latoeiros 2; litográficos 1; manipuladores de tabaco 6; sapateiros 1; serralheiros 9; torneiros 3; trabalhadores 1; tipógrafos 1»³⁹³. Nobre França, enquanto dirigente da secção portuguesa da *Internacional*, narra a Engels que a *Fraternalidade Operária* tinha sido fundada com os contributos de José Fontana e Antero de Quental. A sua sede estava estabelecida no centro de Lisboa, mas tinha vários pontos de encontro espalhados pela cidade (Alcântara, Alfama e Chelas). Nesta carta, Nobre França relata a presença de 3 500 associados divididos e representados nas seguintes classes:

manipuladores de tabaco 1 100; calafates (150) e carpinteiros de construção navais (150); serralheiros 200; tecelões de seda 100 (incluído 60 mulheres); as outras classes ainda agregadas, 350; soma 2050. A associação de

³⁸⁸ *La Emancipacion. Periodico Socialista*, 14 de setembro de 1872, N.º 65, p. 4.

³⁸⁹ *La Emancipacion...*, 14 de setembro de 1872, N.º 65, p. 4.

³⁹⁰ *La Emancipacion...*, 14 de setembro de 1872, N.º 65, p. 4.

³⁹¹ *Diário de Pernambuco*, 10 de dezembro de 1872, Ano XLVIII, N.º 284, p. 1.

³⁹² *O Protesto...*, agosto de 1876, N.º 52, II. ano, p. 1.

³⁹³ *O Primeiro de Maio. Folha Socialista*, 3 de julho de 1904, N.º 62, p. 4.

Alcântara, 800; de Alfama 300; associação dos proletários, 100; a de Almada (além do Tejo) 100; a do Poço do Bispo, Marvila e Chelas 300³⁹⁴.

César Nogueira revela que em Lisboa a associação é fundada a 19 de janeiro de 1872 na sede do «Grémio Popular, instalado nas ruas das Gaivotas»³⁹⁵, com os estatutos elaborados por José Fontana embebidos no espírito da *Internacional*, ao passo que no Porto a *Fraternidade Operária* é fundada a 30 de setembro de 1872, com sede na rua Gonçalo Cristóvão³⁹⁶ e, citando Luís de Figueiredo, a associação vai ter «10 000 filiados nas secções da resistência do ofício só em Lisboa, uns 8000 no Porto e alguns milhares ainda noutras localidades»³⁹⁷. O primeiro aniversário da associação merece destaque n’*O Pensamento Social*, afirmando que tinha feito no dia 20 de janeiro «um ano que alguns trabalhadores, poucos, pagaram as suas primeiras quotas para as despesas de instalação»³⁹⁸. Nesse número existe a publicação de um poema dedicado à *Fraternidade Operária*.

O relatório de José Fontana destaca a atividade da associação, nomeadamente, a realização da prática grevista e o objetivo de socorro em «caso de greve»³⁹⁹. Neste campo é divulgada a greve dos calafates que tinham realizado três greves com a aprovação da associação e «as três tinham obtido um triunfo completo»⁴⁰⁰. Destas greves, duas tinham sido efetuadas contra a entidade patronal por motivos salariais e de horário de trabalho, e a outra contra o governo com o objetivo de abolir as multas. Segundo o jornal ligado à associação, a sua origem estava nas notícias internacionais que chegavam a Portugal, de «toda a parte soava a palavra greve [...]. Sentia-se que a classe operária portuguesa estava próxima a precipitar-se desordenadamente no período das reclamações»⁴⁰¹.

No final do relatório José Fontana realça a propaganda feita sobre o movimento associativo, existindo outras estruturas sob a égide dos estatutos da *Fraternidade: Fraternidade de todos os trabalhadores* 520; agrícola 150; de trabalhadores 100; de almadenses 150; de seixalenses 100; de trabalhadores da marina 50 e protetora do

³⁹⁴ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 8.

³⁹⁵ Citado em, NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”..., p. 83.

³⁹⁶ NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal*..., p. 34.

³⁹⁷ Citado em, NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal*...p. 35.

³⁹⁸ *O Pensamento Social*, 26 de janeiro de 1873, 2º Ano, N.º 41, p. 2.

³⁹⁹ Citado em *O Vinte Dous de Maio*..., 10 de novembro de 1872, Ano I, N.º 3, p. 3.

⁴⁰⁰ *La Emancipacion*..., 14 de setembro de 1872, N.º 65, p. 4.

⁴⁰¹ *O Pensamento Social*, 20 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 27, p. 3.

trabalho 800⁴⁰². Por fim, é realçada a presença da *Fraternidade Operária* no congresso representada pelo delegado Paul Lafargue. De facto, é muito razoável observar a *Fraternidade Operária* como um centro federativo que representava várias classes. A direção da associação era uma comissão «composta de um indivíduo eleito em cada classe»⁴⁰³, existindo ainda a confederação que devia ter três delegados por classe que eram eleitos nas respetivas assembleias. No que diz respeito à questão financeira e das quotas, cada associado devia pagar um valor diferente, que eram canalizadas nas respetivas classes e a nível central. As quotas deviam servir para cobrir e auxiliar em caso de despedimento, motivo de doença ou ausência de meios de subsistência dos associados. Os elementos com idade inferior a 14 anos deviam ter o consentimento dos seus pais ou tutores. Por fim, era definido nos estatutos que «nesta associação é completamente proibida a discussão política e religiosa»⁴⁰⁴, no entanto, a prática demonstrava que era meramente uma formalidade perante a lei. Os estatutos proibiam a discussão política, mas é necessário observar que a associação fazia política através da greve, dos artigos publicados na imprensa e dos contactos com a *Internacional*. Esta realidade não escapava à análise na esfera pública, vários sectores olhavam para a *Fraternidade Operária* com desconfiança, salientado que a associação tinha um único objetivo: «a guerra contra o capital»⁴⁰⁵. Outros lançavam suspeitas públicas sobre a associação, escrevendo que a mesma era um «projecto [em que] anda[va] a influência da Internacional»⁴⁰⁶ e, por isso, o governo retardava a aprovação dos seus estatutos, pois reconhecer os mesmos era reconhecer a legalidade da associação e, em grande medida, a *Internacional*.

O próprio parlamento vai debater a questão estatutária da associação, um debate germinado pelo movimento grevista da década de 70 dinamizado pela *Fraternidade* em Lisboa e Porto. Perante os surtos grevistas alguns deputados levantam dúvidas sobre a legalidade e é debatida a eventual proibição das reuniões da associação. Por exemplo, o deputado Rodrigues de Freitas afirma ao parlamento que colocava a questão da eventual proibição das reuniões da *Fraternidade* na cidade do Porto devido a um telegrama privado que tinha sido recebido por «dois membros da associação fraternidade operária

⁴⁰² *La Emancipacion...*, 14 de setembro de 1872, N.º 65, p. 4.

⁴⁰³ *O Pensamento Social*, 27 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 28, p. 4.

⁴⁰⁴ *O Pensamento Social*, 27 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 28, p. 4.

⁴⁰⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de dezembro de 1873, Ano 56, N.º 359, p. 1.

⁴⁰⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de dezembro de 1873, Ano 56, N.º 359, p. 1.

de Lisboa [que] tinham mostrado ao sr. Deputado Pinto Bessa»⁴⁰⁷ e ao próprio. Este deputado lembrava aos seus colegas que esta associação tinha já submetido os seus estatutos para aprovação; «a *fraternidade operária* de Lisboa remeteu-lhos há cerca de um ano; e a do Porto enviou-os há três ou quatro meses; tanto uns como outros não foram ainda aprovados, nem rejeitados»⁴⁰⁸. Anteriormente, o Par Conde de Rio Maior perguntava ao executivo a veracidade das notícias que davam conta de reuniões da *Fraternidade Operária* «sem que tenha os seus estatutos aprovados pelo governo, como exige a lei»⁴⁰⁹. Este parlamentar é uma das vozes mais críticas da *Fraternidade Operária*, inclusive, apresentava-se como um orgulhoso combatente contra a associação e a *Internacional*. Em 1874 relembrava aos deputados: «A primeira vez que tive a honra de levantar a minha voz nesta casa, foi para combater a *Fraternidade Operária*»⁴¹⁰. No seu olhar, era uma associação demagoga, perigosa que pretendia prejudicar a sociedade e, por isso, tinha sido necessário usar «todos os meios seguros para evitar as suas horríveis consequências»⁴¹¹. O Par Conde de Rio Maior é um dos deputados mais desconfiados das intenções e do comportamento da *Fraternidade Operária*. Este parlamentar apresentou uma proposta ao ponto 7º no projeto do discurso do Rei, em 1873, onde era evidente e significativa, nas entrelinhas, a referência à associação. A sua proposta pretendia atacar o movimento grevista e a associação: «As coligações operárias, tendo por fim a suspensão do trabalho, tiranizam a liberdade e atacam violentamente o direito individual; por isso a Câmara confia que o governo de Vossa Majestade continuará a impedir com prudência a formação destas associações contrárias principalmente ao bem-estar dos operários»⁴¹². Este debate parlamentar vai ser reproduzido na imprensa nacional, com as preocupações do Conde de Rio Maior e a resposta do ministro dos Negócios Estrangeiros. Este último sossegava os deputados com a garantia que o governo estava atento ao associativismo operário, nomeadamente, às reuniões da *Fraternidade Operária*, afirmando que nas circunstâncias da situação nacional não era sentida a «luta entre o capital e o trabalho»⁴¹³. Um discurso realizado no rescaldo de um forte movimento grevista, como veremos mais à frente.

⁴⁰⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873, N.º 32, p. 441.

⁴⁰⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873, N.º 31, p. 432.

⁴⁰⁹ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, N.º 10, p. 53.

⁴¹⁰ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, 30 de março de 1874, N.º 28, p. 180.

⁴¹¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 30 de março de 1874, N.º 28, p. 180.

⁴¹² *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, N.º 10, p. 54.

⁴¹³ *Diário Ilustrado*, 12 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 220, p. 2.

Perante a dúvida suscitada em torno da aprovação dos estatutos da associação, o ministro do Reino respondia aos deputados que «os estatutos ainda não est[avam] aprovados»⁴¹⁴, pois não estavam regulares, as suas disposições eram confusas e existia uma promiscuidade no objetivo da associação. Ou seja, no olhar do ministro os estatutos deviam ser alterados para que fosse dada a devida aprovação. No entanto, Rodrigues Sampaio afirmava aos deputados que a associação em questão não tinha «merecido nenhuma reprovação severa do governo»⁴¹⁵, deixando a informação que, não obstante isso, os associados continuavam a realizar de forma tranquila as suas reuniões, pois «estamos no reinado de uma perfeita liberdade. A falta de aprovação dos estatutos não impede os operários de fazerem as suas reuniões»⁴¹⁶.

Em outubro de 1872 o *Diário Popular* noticiava que a *Fraternidade Operária* no Porto tinha visto aprovado os seus estatutos «e que são os mesmos da Fraternidade Operária de Lisboa»⁴¹⁷. A associação escreveu o seu lado da história, revelando que as reuniões no Porto tinham sido proibidas, faltava, no entanto, saber qual a entidade responsável pela ordem, se tinha sido dada pelo governo ou o governador civil do Porto. Perante esta situação, a *Fraternidade* acusa o governo de inércia na tomada de decisão sobre os estatutos. Lembra aos leitores que o governo tinha na sua posse há muito tempo «os estatutos das associações, sem os aprovar nem reprovar»⁴¹⁸, acusando o governo de deixar a associação a funcionar numa tolerância nunca solicitada pela mesma. Perante isto, reivindica a aprovação dos estatutos e sublinha a garantia de ser uma estrutura comprometida com a ordem pública. Este debate em torno dos estatutos da *Fraternidade* não deixou de ecoar em vários jornais. O jornal do partido Progressista escrevia que uma comissão da associação tinha ido ao encontro do administrador para recolher informações sobre a proibição das reuniões. Neste encontro os dirigentes da associação foram informados de que deviam comunicar as autoridades com uma antecipação de 24 horas sobre eventuais reuniões, pois não tinham «os estatutos aprovados»⁴¹⁹. Mais tarde, o mesmo jornal incitava os sócios da *Fraternidade* a «reformular os seus estatutos»⁴²⁰. O *Jornal do Comércio* anunciava que a *Fraternidade*

⁴¹⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873, N.º 32, p. 441.

⁴¹⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873, N.º 31, p. 433.

⁴¹⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873, N.º 32, p. 441.

⁴¹⁷ *O Diário Popular*, 10 de outubro de 1872, 7º Ano, N.º 2134, p. 1.

⁴¹⁸ *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro de 1873, 1º Ano, N.º 45, p. 2.

⁴¹⁹ *O Paiz. Jornal do Partido Progressista*, 22 de fevereiro de 1873, N.º 43, p. 2.

⁴²⁰ *O Paiz...*, 10 de abril de 1873, N.º 81, p. 2.

funcionava em total liberdade e tolerância elogiando o papel do governo que procedia perante a situação «com toda a moderação, deixando a classe operária o campo livre para obter por meios pacíficos a justa satisfação da sua pretensão»⁴²¹. O *Diário Popular*, em setembro de 1872, anunciava ao público, erradamente, que a *Fraternidade Operária* não estava envolvida com «a Internacional, conquanto ha[via] o perigo de ser por ela aproveitada em ocasiões críticas para a classe operária»⁴²².

A associação não deixava de ser noticiada na imprensa, os jornais retratavam a atividade da *Fraternidade Operária*, inclusive o *Diário Ilustrado* anunciava que a associação tinha alugado uma nova sede, na travessa do Cabral, por ter abandonado a sede na calçada da Estrela⁴²³. No final de 1872 *O Pensamento Social* escrevia que uma associação de resistência de Hamburgo tinha oferecido à *Fraternidade Operária* uma fotografia de um grupo de operários com a seguinte inscrição: «Saúde e emancipação [...] A união dos operários de Hambourg sur Danube, Autriche»⁴²⁴.

Em finais de maio de 1873 é narrado um confronto interno na *Fraternidade Operária* do Porto, mais especificamente, na classe associada dos sapateiros. A imprensa assegurava a existência de um denominado “quadro negro” que funcionava como uma lista de nomes dos sócios que renegavam as ideias da associação. Perante esta exposição, uma mulher, porventura associada, deitou o quadro para a rua, sendo esse acontecimento a faísca para um «motim entre os associados, sendo necessária a intervenção de uma patrulha de cavalaria municipal»⁴²⁵.

A *Fraternidade Operária* amplifica a sua voz na esfera pública através d’*O Pensamento Social*. Este periódico pretendia veicular as ideias socialistas, instruir o trabalhador e combater o isolamento da classe trabalhadora. É uma ferramenta essencial para a luta dos socialistas e o seu aparecimento não passa despercebido na imprensa operária espanhola, onde é anunciado que a imprensa portuguesa tinha «um novo campeão do socialismo coletivo, o jornal *O Pensamento Social* de Lisboa»⁴²⁶.

O mundo em que a associação desenvolvia a sua atividade, o mundo dos trabalhadores, é alvo de um balanço muito negativo por parte do dirigente socialista

⁴²¹ *Jornal do Comércio*, 1 de março de 1873, 20º Ano, N.º 5800, p. 1.

⁴²² *O Diário Popular*, 22 de setembro de 1872, 7º Ano, N.º 2116, p. 1.

⁴²³ *Diário Ilustrado*, 27 de dezembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 179, p. 3.

⁴²⁴ *O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 35, p. 2.

⁴²⁵ *Diário Ilustrado*, 31 de maio de 1873, Segundo Ano, N.º 312, p. 2.

⁴²⁶ *La Federacion. Organo de la federacion Barcelonesa de la Asociacion Internacional de los Trabajadores*, 2 de março de 1872, Ano IV, N.º 133, p. 1.

Nobre França. Em junho de 1872, o socialista escrevia a Engels frisando que os trabalhadores portugueses eram desconfiados, isolados, com fraca instrução, ausência de visão política e tinham «os instintos de sociabilidade quase apagados»⁴²⁷. Nobre França não tinha dúvidas, a classe trabalhadora em Portugal «não está apta para compreender a ideia de emancipação»⁴²⁸. Em janeiro de 1873 Engels relata que recebeu uma carta de Portugal que continha informação sobre a expansão das ideias internacionalistas, em «Lisboa e arredores havia quinze mil homens organizados em associações de classe»⁴²⁹ e no Porto a influência da *Internacional* estava a crescer. O dirigente anunciava nos canais da *Internacional* que em Portugal o movimento associativo operário estava «sob a influência direta da Internacional, no entanto, é impedido pelas leis do país de uma organização em total liberdade»⁴³⁰. O pensador socialista frisa que *O Pensamento Social* estava de novo sustentado pelos militantes, no entanto, tinha plena noção que o movimento operário português estava com sérias dificuldades e limitações. Na verdade, o movimento grevista de 1872-73 foi essencial para a decadência da *Fraternidade Operária* e um ano depois da associação ter «filiado quase 3 000 membros, já só tinha 300»⁴³¹. No final de agosto de 1873, os associados da *Fraternidade Operária* realizavam uma discussão para alterar os estatutos no sentido de permitir um rejuvenescimento da organização, no entanto, o declínio da associação era irreversível e estava a ter fortes repercussões nas secções da *Internacional* e a «meio de 1873 eles estavam moribundos como a Internacional em geral»⁴³².

⁴²⁷ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 9.

⁴²⁸ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 9.

⁴²⁹ AAVV. “Frederick Engels. News on the activities of the International on the Continent”. Em: *Marx & Engels Collected Works. Volume 23 Marx and Engels 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 410.

⁴³⁰ AAVV. “Frederick Engels. News on the activities of the International on the Continent”. Em: *Marx & Engels Collected Works. Volume 23 Marx and Engels 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 410.

⁴³¹ SANTOS, Maciel Morais. “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Vol. XI, 1994, p. 296.

⁴³² BERNSTEIN, Samuel. “The First International and the Great Powers”. *Science & Society*, Vol. 16, N.º 3, 1952, p. 263.

5. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES EM PORTUGAL

A *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT) poderá ser simbolicamente encarada como a *fénix* do movimento operário ocidental. A história da sua formação resulta, em grande medida, na necessidade de organizar o movimento trabalhador internacional oriundo de vários e importantes países ocidentais, sobretudo da França e da Alemanha, renascendo deste modo o movimento que tinha sido derrotado em 1848-1849. A associação foi fundada em 1864 em Londres e, curiosamente, inicialmente era designada em inglês por *International Working Men's Association*. A associação pretendia funcionar numa fórmula federativa na qual as várias federações e secções nacionais eram dirigidas por um Conselho Geral internacional, mas conservando alguma autonomia. Politicamente a associação era caracterizada por distintas correntes que tinham em comum algum tipo de socialismo e um pensador dominante. Daí ser possível verificar, por um lado uma associação homogénea com diversos grupos ancorados a uma definição ambígua de socialismo, mas por outro lado, heterógena e tendencialmente discordante, pois os vários pensadores socialistas que integravam o projeto eram, na prática, ideólogos rivais e concorrentes. Nomes como Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Aleksandrovitch Bakunin, Ferdinand Lassalle, Giuseppe Mazzini e, inicialmente, o pouco representativo Karl Marx estavam todos cronicamente representados na *Internacional* e cada um ocupava um importante espaço no próprio Conselho Geral.

De uma certa forma, é possível verificar um sentido ecuménico na *Primeira Internacional*, no significado dado pelo historiador Eric Hobsbawm⁴³³ às revoluções contemporâneas. A *Internacional* pretendia ser um movimento transnacional dinâmico responsável pela circulação de pessoas, ideias e experiências na Europa e com vista para as outras regiões do globo. De facto, ocorre em vários países um «maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866»⁴³⁴. No entanto, não deixou de ser um espaço de ambiguidade onde é possível observar o pulsar das rivalidades nacionais. A questão da Polónia é, porventura, a mais emblemática. É necessário ter em conta que o movimento internacionalista olha para certas zonas da Europa com um preconceito ideológico

⁴³³ Confrontar, HOBSBWAM, Eric. *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

⁴³⁴ HOBSBWAM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 126.

produzido pelo próprio materialismo histórico, ou seja, é realizada uma análise que afirma a existência de determinadas zonas pouco, ou nada, desenvolvidas, enquanto que outras estavam sob o domínio de forças seculares que vinham do *Antigo Regime*. Estas regiões não mereciam o otimismo do progresso, da revolução social e operária, sendo necessário, e fundamental, apoiar as camadas da burguesia mais progressista e não propriamente a classe trabalhadora. A historiadora Annie Kriegel relembra que na génese organizativa da *Internacional* está a questão da revolta polaca contra o Império Russo, frisando que nos encontros em Londres (Saint James's Hall) o movimento operário francês é convidado pelo movimento operário inglês para debater a questão polaca⁴³⁵. O próprio texto inaugural da AIT não esquece a questão nacional e os perigos do Império Russo, criticando o comportamento das potências europeias perante a forma como a «Rússia apoderar-se, como se fosse uma presa, das montanhas baluartes do Cáucaso e assassinar a heroica Polónia»⁴³⁶.

5.1 A Internacional chega a Portugal

A *Internacional* simbolizava para o movimento socialista português de 70 o que a Revolução Francesa e a *Primavera dos Povos* tinha simbolizado para a geração de socialistas de 50. É nesta lógica que percebemos os elogios do *Pensamento Social* ao internacionalismo: «um dos fenómenos mais singulares do presente século, e talvez de toda a história humana, é indubitavelmente a Associação Internacional dos Trabalhadores»⁴³⁷.

No artigo *la Premiere Internationale au Portugal. Vue a travers la correspondance internationale, particulierement celle avec le Conseil General*, o historiador alemão Bernhard Bayerlein demonstra não ser possível falar da fundação da *Internacional* em Portugal no sentido estrito da palavra, mas sim num longo processo histórico dividido em três fases condicionado à realidade nacional e internacional. A primeira fase decorre de 1871 a 1872 com um pequeno grupo de simpatizantes da *Internacional* a tentarem organizar a *Internacional* em Portugal através dos internacionalistas espanhóis. A segunda fase é demarcada a março de 1872 com a constituição oficial de uma secção da *Internacional* em Portugal até 1873. Daqui para a

⁴³⁵ KRIEGEL, Annie. “L’Association Internationale des Travailleurs (1864-1876)”. Em: Jacques DROZ (org.) *Histoire Générale du Socialisme*, vol. I. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

⁴³⁶ *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, transcrita em, *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 4.

⁴³⁷ *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, N.º 1, p. 2.

frente estamos perante uma terceira fase com a edificação da Federação Regional Portuguesa⁴³⁸.

Ao que parece, e segundo a documentação produzida pelo Conselho Geral da *Primeira Internacional*, o primeiro contacto com Portugal terá sido tentado logo em 1866. Na reunião de 20 de março de 1866 do Conselho Geral o internacionalista Hermann Jung declarava que «Orsini deixaria cartas de apresentação aos líderes socialistas da Espanha, Portugal e Itália»⁴³⁹. Todavia, não existe nenhuma documentação a confirmar a concretização deste contacto, nem os socialistas portugueses deixaram relatos sobre este eventual contacto em 1866, portanto, é de acreditar que o contacto entre o Conselho Geral e Portugal nunca tenha acontecido nesse ano. A história da introdução da *Internacional* em Portugal está estreitamente relacionada com Espanha. Anselmo Lorenzo, uma figura histórica do movimento operário espanhol e um dos três espanhóis responsáveis pelo contacto e desenvolvimento da AIT em Portugal. Um facto confirmado pelo próprio num livro da sua autoria, em que escreve que em dezembro de 1870 é debatida a ideia de estabelecer contactos com o movimento operário português. É durante o congresso operário de Barcelona, no qual é fundada a secção dessa cidade, que é elaborado pela comissão um apelo público que tinha como destinatário Portugal:

Irmãos portugueses, permitamos que todos se associem e apertem a mão.
Operários portugueses, irmãos, companheiros de trabalho que nos encontramos no mesmo lugar e tempo, as nossas aspirações devem ser essencialmente fraternais, porque estando ligados os nossos interesses, solidários devem estar os nossos esforços tanto quanto os perigos em comum que nos ameaçam [...] federai-vos e federemo-nos a todos.
Construamos a Internacional e a nossa emancipação chegará.
Operários portugueses,
Saudações e Revolução social
Barcelona, dezembro 1870. A comissão eleita pelo congresso de Barcelona.

⁴³⁸ Confrontar, BAYERLEIN, Bernhard. “La Première Internationale au Portugal. Vue à travers la correspondance internationale, particulièrement celle avec le Conseil Général”. Em: J. C. Seabra PEREIRA (org). *Utopie et Socialisme au Portugal...*, pp. 479-480.

⁴³⁹ AAVV. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1864-1866. The London Conference 1865. Minutes*. Moscovo: Foreign Languages Publishing House, 1964, p. 173.

Marsal, maquinista. Juan Nuet, serralheiro. A. Carda Meneses, Tintureiro.
R. Farga Pellicer, tipógrafo⁴⁴⁰.

Em 1973 Carlos da Fonseca ao escrever sobre este apelo citado no livro de Anselmo Lorenzo, refere não existir «uma simples referência nos jornais da época que indicasse a [...] existência»⁴⁴¹ do documento. Na verdade, o apelo aos trabalhadores portugueses, que tinha como objetivo elevar as paixões em regenerar o mundo através da organização do mundo do trabalho e da *Internacional* na Península Ibérica, é publicado na imprensa operária espanhola, nomeadamente, na primeira página do *La Federacion* a 8 de janeiro de 1871⁴⁴². Existe uma forte probabilidade deste jornal, com o apelo dos internacionalistas espanhóis, ter circulado entre o sector socialista português, pois nos preços da subscrição do jornal existe a referência à sua venda em Portugal.

Decorrido algum tempo desta comunicação, a 13 de fevereiro de 1871, o Conselho Geral, através de Engels, escrevia uma carta ao Conselho Federal de Espanha alertando para a necessidade de formar uma secção em Portugal, deixando o seguinte apelo: «não temos ainda secção em Portugal, porventura é mais fácil para vocês do que para nós encetar relações com os trabalhadores desse país»⁴⁴³. A vontade expressa dos socialistas espanhóis associada à solicitação de Engels podia explicar a missão internacionalista em Lisboa, no entanto, existe outro motivo para a excursão espanhola. Anselmo Lorenzo, Tomás Morago e Francisco Mora saíram de Toledo em 1871 rumo ao deserto da Mancha para, através da Extremadura, entrarem em Portugal. O principal motivo da visita dos espanhóis é fornecido por James Guillaume, pois este autor afirma que a ida do Conselho Espanhol se deveu às perseguições políticas em Madrid: «em 1871, quando as perseguições forçaram três membros do Conselho Federal, Morago, F. Mora e Lorenzo, a refugiar-se em Lisboa»⁴⁴⁴, para de seguida contar que na capital portuguesa «constituíram um núcleo do grupo de Madrid da Aliança»⁴⁴⁵. O próprio Engels, numa carta a Carmelo Palladino afirma que em 1871 o «conselho federal de

⁴⁴⁰ Citado em, ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante. Memorias de un Internacionalista*. 2008, p. 140 Online, consultado a 20-08-2017. Disponível em:

http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/proletariado/indice.html

⁴⁴¹ FONSECA, Carlos da. *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa...*, p. 43.

⁴⁴² *La Federacion...*, 8 de janeiro de 1871, Ano III, N.º 73, p. 1.

⁴⁴³ AAVV. “Friedrich Engels to the Spanish Federal Council of the International Working Men’s Association”. Em: *Marx & Engels Collected Works*, Volume 22 Letters 1870-71. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 279.

⁴⁴⁴ GUILLAUME, James. *L’Internationale. Documents et Souvenirs (1864-1878)*. Paris: Société Nouvelle de Libraire Et D’Édition, 1905, p. 271.

⁴⁴⁵ GUILLAUME, James. *L’Internationale. Documents et Souvenirs...*, p. 271.

Espanha foi forçado a obter refúgio em Portugal»⁴⁴⁶. De facto, Francisco Mora escreve a partir de Lisboa ao Conselho Geral da *Internacional* a informar que estavam ausentes de Espanha e, desse modo, livre do perigo das perseguições do governo espanhol e em Portugal «podiam trabalhar na atividade e com entusiasmo pela santa causa da emancipação do proletariado»⁴⁴⁷.

Em novembro de 1871 o *Diário Popular* anunciava o fim dos debates sobre a *Internacional* no parlamento espanhol, como aprovação de uma proposta que retirava legalidade à *Internacional* em Espanha que ficava «privada do direito de emitir o seu pensamento e de propagar as suas doutrinas»⁴⁴⁸. De facto, a perseguição à *Internacional* foi mais severa em Espanha do que em Portugal. Os internacionalistas espanhóis chegam a Lisboa em junho de 1871 e na cidade portuguesa começam a desenvolver os contactos com o movimento operário português, tentando dar continuidade ao trabalho político do internacionalismo espanhol. Em Lisboa os internacionalistas afirmam que na rua da Prata estabeleceram ligações com um antigo companheiro de Madrid que os recebeu e proporcionou alojamento. O contacto com a elite socialista portuguesa foi rápido. Em 5 de julho de 1871 Francisco Mora escrevia de Lisboa para o Conselho Geral da *Internacional* a dar conta de um povo tranquilo, e a informar que tinham sido dados os «primeiros passos para a constituição de um núcleo [...] para a implantação da Internacional em Portugal»⁴⁴⁹. Anselmo Lorenzo afirma não se «lembra[r] como foi estabelecido o contacto com [José] Fontana e Antero de Quental, mas as primeiras reuniões foram realizadas na casa do segundo»⁴⁵⁰. Ao contrário, Francisco Mora descreve no seu livro, *Historia del socialismo obrero español*, a existência de prudentes investigações por parte dos internacionalistas espanhóis que resultaram no conhecimento do *Centro Promotor*, uma associação «muito semelhante ao Fomento de las Artes de Madrid, [onde] na qual conquistamos a amizade de José Fontana, operário nascido na Suíça»⁴⁵¹. Portanto, temos a informação de que, embora o exílio político do internacionalismo tenha sido uma realidade, o internacionalismo espanhol já dispunha

⁴⁴⁶ AAVV. “Engels to Carmelo Palladino in Naples, 23 November 1871”. Em: *Marx & Engels Collected Works*, Volume 44 Letters 1870-73. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 260.

⁴⁴⁷ Carta de Francisco Mora ao Conselho Geral da AIT, 5 de julho de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 45.

⁴⁴⁸ *O Diário Popular*, 14 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1820, p. 2.

⁴⁴⁹ Carta de Francisco Mora ao Conselho Geral da AIT, 12 de agosto de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 45.

⁴⁵⁰ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante...*, p. 183.

⁴⁵¹ MORA, Francisco. *Historia del socialismo obrero español. Desde sus primeras manifestaciones hasta nuestros días*. Madrid: Imp. de I. Calleja, 1902, p. 89.

de informação sobre a dinâmica do movimento operário português. O *Centro Promotor*, mesmo envolto em lutas internas e divergências, continuava a ser o aglutinador das várias sensibilidades do socialismo português, tal como afirmou Fernando Catroga, era um espaço preenchido por várias individualidades «a navegarem nas águas de um ideal socialista misturado com expectativas republicanas»⁴⁵².

Aos olhos de Anselmo, José Fontana é um jovem oriundo da Suíça nos trinta anos, um sujeito alto de aspeto simpático que trabalhava numa livraria. Mostrando-se pouco falador, mas muito assertivo nos seus comentários ganhando assim o respeito e a consideração dos espanhóis. Antero tinha residido muitos anos em Paris e era um dedicado estudioso das ciências e, ao contrário de Fontana, tinha uma idade mais avançada e um aspeto menos simpático e atrativo.

Um dos portugueses que contactou diretamente com os três internacionalistas espanhóis e relatou o encontro para a posterioridade foi Jaime Batalha Reis. Esta importante figura escreve nas suas memórias que numa certa noite José Fontana apareceu junto dele e de Antero Quental com os três emissários da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Estes três estrangeiros esboçaram «um plano de vasta organização, expuseram as doutrinas de Karl Marx, e as teorias [...] que dividiam o socialismo nascente»⁴⁵³. No dia seguinte José Fontana voltou a aparecer, mas desconfiado que estava a ser perseguido pela polícia sugeriu um futuro encontro num barco no Tejo. Jaime Batalha Reis e Antero de Quental alugaram um barco e combinaram um encontro num outro cais com José Fontana e os internacionalistas e, «durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto [Jaime Batalha Reis] remava, o Antero discutia, com os emissários socialistas, a revolução operária que já lavrava na Europa»⁴⁵⁴. Tanto Anselmo Lorenzo como Francisco Mora relatam nos seus livros os primeiros debates realizados com Fontana e Quental, concretizados na privacidade da noite numa embarcação a navegar no rio Tejo. O relato destes encontros na primeira pessoa eternizou, de uma forma quase poética, os encontros com os internacionalistas. Anselmo Lorenzo conta que os espanhóis expuseram os valores e objetivo da *Internacional*, afirmando a «necessidade de agrupar a ela os trabalhadores

⁴⁵² CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 202.

⁴⁵³ REIS, Jaime Batalha. “Anos de Lisboa. Algumas lembranças”. Em: em *Antero de Quental in memoriam*, Porto, Mathieu Lugan editor, 1896, p. 465.

⁴⁵⁴ REIS, Jaime Batalha. “Anos de Lisboa. Algumas lembranças”..., p. 466.

portugueses para constituir a grande falange do proletariado universal»⁴⁵⁵. Perante esta chamada política os socialistas portugueses não demonstram qualquer objeção, referindo um «igual radicalismo de aspirações trabalh[ando] no seio do partido republicano»⁴⁵⁶. Nas primeiras reuniões entre estes socialistas portugueses e os três espanhóis ficou decidido envolver outros socialistas portugueses no debate com o fim de formar um núcleo organizador da *Internacional* em Portugal. A estadia dos internacionalistas espanhóis em Lisboa é realizada com um certo secretismo, no entanto, Anselmo Lorenzo escreve que uma certa noite Morago participou numa discussão política num espaço público e isto terá alertado os jornais. Perante isto, José Fontana avisou os espanhóis para a «conveniência de mudar de domicílio e de proteger a sua documentação [havendo] o iminente risco de serem deportados para a ilha da Madeira ou Algarve por serem agitadores da ordem social»⁴⁵⁷. De facto, os jornais dão notícias sobre a presença dos espanhóis em Lisboa, mas curiosamente é um jornal da província a alertar para os internacionalistas. O *Diário Popular* de 4 de julho de 1871, sem nunca referir o nome do jornal, transcreve nas suas páginas uma notícia de uma folha da província, que escrevia sobre o aumento da influência da *Internacional* na classe operária e que noticiava estarem «em Lisboa três espanhóis, delegados da Internacional que trabalham ativamente na organização da associação»⁴⁵⁸. Ainda era comunicado que a organização passava pela escolha de dez indivíduos para delegados que deviam formar cada um centro diretor e responsáveis pela formação de novos grupos de dez elementos. Tal como frisa José Tengarrinha, *O Diário Popular* é «um dos mais influentes jornais lisboetas entre 1866 e 1896»⁴⁵⁹ e, portanto, no dia seguinte a notícia sobre a presença dos internacionalistas espanhóis é replicada no *Diário de Notícias*. *A Nação* também não deixou de tocar no assunto, elaborando um texto em primeira página com o sugestivo nome «movimento da Internacional em Portugal»⁴⁶⁰, onde afirma que as conferências do Casino pretendiam seguir o caminho revolucionário de Paris que originou a Comuna, alertando para promessa de Antero de Quental de «ir pregar aos novos crentes no populoso bairro industrial de Alcântara»⁴⁶¹. Perante a acusação de que

⁴⁵⁵ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante. Memorias...*, p. 184.

⁴⁵⁶ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante, Memorias...*, p. 184.

⁴⁵⁷ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante, Memorias...*, p. 189.

⁴⁵⁸ *O Diário Popular*, 4 de julho de 1871, 6º Ano, N.º 1 689, p. 2.

⁴⁵⁹ Tengarrinha, José (1989), *História da imprensa periódica portuguesa...*, p. 244.

⁴⁶⁰ *A Nação...*, 4 de julho de 1871, Ano XXIII, N.º 7020, p. 1.

⁴⁶¹ *A Nação...*, 4 de julho de 1871, Ano XXIII, N.º 7020, p. 1.

as conferências estavam programadas por ordem da *Internacional*, Eça de Queiroz não deixou de ironizar e, em julho de 1871, escrevia que um dos conferencistas tomava um sorvete à noite porque tinha recebido o seguinte telegrama: «Comité Central: 7 da manhã. Esta noite tomai sorvete botequim. Conveniente levantamento classes operárias! Em sorvete intransigente. Viva a Comuna! De morango!»⁴⁶²

Nos dias seguintes, um dos sócios do *Centro Promotor* mais ativo contra o internacionalismo, Pedro José Conceição, escrevia uma carta para o jornal *A Revolução de Setembro* a afirmar que a *Internacional* era uma realidade, havendo agentes disseminados pelo país, «principalmente em Lisboa»⁴⁶³. No final de julho, *A Nação* expunha preocupações por existirem agentes da *Internacional* no território, uma presença sintomática numa associação do mundo dos trabalhadores, «talvez na mais principal, o Centro Promotor, [onde] se levantou uma proposta elogiando a *Internacional!*»⁴⁶⁴.

A organização da *Internacional* em Portugal resulta na vinda destes três internacionalistas espanhóis. É com a chegada deles a Lisboa que é desencadeado a entrada do movimento socialista português no movimento operário internacional. O próprio Paul Lafargue descreve esta realidade a Engels numa carta a 7 de janeiro de 1872, onde fala da passagem de Francisco Mora, Anselmo Lorenzo e Tomás Morago por Portugal afirmando que «foram eles que fundaram ali a Internacional»⁴⁶⁵. A 12 de agosto de 1871, Francisco Mora escreve de Lisboa ao Conselho Geral da AIT dando notícias da constituição de um «núcleo iniciador que prepara tudo o que é necessário para a constituição definitiva, que será em curto prazo, a Federação Local de Lisboa da Associação Internacional dos Trabalhadores»⁴⁶⁶. Esta carta poderá ser a documentação produzida pelos internacionalistas espanhóis enviada para Londres com informações sobre a criação da secção em Lisboa que César Nogueira e Alberto Machado da Rosa procuraram sem um resultado positivo⁴⁶⁷.

⁴⁶² QUEIROZ, Eça de. *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa. Uma Campanha Alegre*, Volume I. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890, p. 124.

⁴⁶³ *A Revolução de Setembro*, 8 de julho de 1871, XXXII Ano, N.º 8717, p. 2.

⁴⁶⁴ *A Nação*..., 25 de julho de 1871, Ano XXIII, N.º 7038, p. 1.

⁴⁶⁵ Carta de Paul Lafargue a Friedrich Engels, 7 de janeiro de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue*..., p. 85.

⁴⁶⁶ Carta de Francisco Mora ao Conselho Geral da AIT, 12 de agosto de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue*..., p. 50.

⁴⁶⁷ ROSA, Alberto Machado da. “Um episódio romântico: a fundação da Internacional em Lisboa”. Em: *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, 1974, p. 56.

O deputado Martens Ferrão na sessão parlamentar a 5 de setembro de 1871 realiza um longo discurso onde por várias vezes refere a questão da *Internacional*, uma associação que, segundo o próprio, expunha «princípios fundamentais [...] que não diferem dos que eram professados no Casino»⁴⁶⁸. No discurso não esquecia de frisar a gravidade existente na *questão social*, no entanto, era da opinião que a mesma estava «acobertada com o nome de conferências do Casino Lisbonense»⁴⁶⁹. Neste debate o deputado faz questão de ler algumas notícias internacionais sobre a *Internacional*, nomeadamente um documento publicado na imprensa espanhola do secretário do Conselho Federal da região espanhola da *Internacional*⁴⁷⁰. O internacionalista Francisco Mora apresentava o descontentamento ao novo ministro da decisão do seu predecessor de patrocinar calúnias e perseguições, um pouco por toda a Espanha, aos membros da *Internacional*. A data da carta, 6 de agosto de 1871, torna claro que a mesma é escrita em Lisboa. Portanto, em setembro Martens Ferrão recorre a uma carta publicada em Espanha para sublinhar no seu discurso os perigos da *Internacional*, um texto que, curiosamente, tinha sido elaborado e enviado de Lisboa por um internacionalista espanhol que fugido em Portugal difundia o ideário da *Internacional*.

Em Lisboa Francisco Mora anunciava nos canais privados da *Internacional* os desenvolvimentos em Portugal, descreve os progressos no Porto, Coimbra e Évora, embora na carta não concretize detalhes. Ainda salienta que os elementos do núcleo são excelentes militantes salientando a sua influência na esfera republicana portuguesa. Francisco Mora, que é dos três o que transparece mais otimismo pela missão em Portugal, confirma logo em julho de 1871 que estavam a dar os primeiros passos em Lisboa para a constituição de um núcleo que tinha a responsabilidade de implantar a AIT em Portugal. E respondia ao apelo de Engels confiante no futuro: «uma vez estabelecida aqui [Portugal] a associação, será possível implantá-la da mesma maneira no Brasil, pelas íntimas relações que ligam estas duas nações»⁴⁷¹. Uma carta na qual profetiza a expansão da *Internacional* para a América Latina, pois encaravam Portugal como um ponto-chave nas relações com o Brasil devido às especificidades culturais e linguísticas. Decidido a agrupar outras figuras do movimento operário, as reuniões com os internacionalistas espanhóis foram alargadas a outras individualidades para

⁴⁶⁸ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 5 de setembro de 1871, N.º 091S2, p. 742.

⁴⁶⁹ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 5 de setembro de 1871, N.º 091S2, p. 735.

⁴⁷⁰ *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 5 de setembro de 1871, N.º 091S2, p. 743.

⁴⁷¹ Carta de Francisco Mora ao Conselho Geral da AIT, 5 de julho de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 45.

participarem na fundação do núcleo da *Internacional* em Lisboa, entre eles «Eduardo Maia, Nobre França, Tedeschi, Tito, Soares Monteiro, Gonçalves Lopes, Azedo Gneco»⁴⁷². Devemos frisar que nem Nobre França ou Jaime Batalha destacam a presença de Azedo Gneco nos primeiros encontros, no entanto, o próprio Azedo Gneco corrobora a informação de Mora, escrevendo uma carta a 4 de março de 1884 onde diz que se tinha filiado «na Associação Internacional dos Trabalhadores em 1871»⁴⁷³. Nesse mesmo ano o nome de Azedo Gneco surge na lista dos proclamados recrutas efetivos para o preenchimento do contingente de 1871⁴⁷⁴.

Anselmo Lorenzo descreve que destas reuniões surgiram duas organizações, o núcleo organizador da *Internacional* e o grupo da *Aliança da Democracia Socialista*. A primeira teria a responsabilidade de fazer ligação mais prática aos trabalhadores, ao passo que a segunda funcionava com um núcleo mais ideológico e centro de estudo, «o que na federação regional espanhola representou as varias secções»⁴⁷⁵. Ambas deviam funcionar em sintonia e num direto e constante contacto.

A imprensa portuguesa não era indiferente à *Internacional* e garantia que essa pretendia obrigar os operários de todas as nações a entrarem na organização e a tomarem «parte na guerra social contra a propriedade»⁴⁷⁶. No entanto, nem todos os jornalistas acreditavam na presença da associação em Portugal. Em 1878 no Brasil surge a transcrição de uma notícia publicada em Madrid, no *El Siglo Futuro*, onde é destacada a história do socialismo em Portugal e a fundação da *Internacional*. A notícia dava conta que a *Internacional* tinha sido concretizada na cidade de Lisboa em 1871 «com 32 filiados; em agosto do ano seguinte havia aumentado o número a 2 750, e seis meses depois ascendia a 15 000, sem contar os emigrados espanhóis que por aquele tempo foram robustecer as fileiras da Internacional portuguesa»⁴⁷⁷. Perante esta notícia, um correspondente em Lisboa escrevia para o Brasil a desmentir o artigo, pois na sua opinião «Portugal [estava] livre do internacionalismo, devido às suas instituições liberais e a boa índole do seu povo»⁴⁷⁸. De facto, em 1 de fevereiro de 1873 eram publicadas em Espanha notícias sobre movimento grevista e a *Internacional* em

⁴⁷² MORA, Francisco. *Historia del socialismo obrero español...*, p. 89.

⁴⁷³ Citado em, NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 28.

⁴⁷⁴ *Diário do Governo*, 31 de agosto de 1872, N.º 195, p. 1292.

⁴⁷⁵ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante...*, p. 187.

⁴⁷⁶ *O Diário Popular*, 14 de agosto de 1871, 6º Ano, N.º 1730, p. 1.

⁴⁷⁷ Citado em *Jornal do Recife*, 31 de dezembro de 1878, Ano XXI, N.º 301, p. 2.

⁴⁷⁸ *Jornal do Recife*, 31 de dezembro de 1878, Ano XXI, N.º 301, p. 2.

Portugal, havendo a informação que o número de internacionalistas portugueses ascendia os 15 000⁴⁷⁹. Este número poderá ter com base a carta de José Tedeschi que escreveu a Lafargue, no final de 1872, a dar conta que existência em Portugal «mais de 15 mil operários nas associações de resistência»⁴⁸⁰.

Em 18 de janeiro de 1876, Azedo Gneco a revisitar a história da *Internacional* em Portugal, afirmava que a mesma constituída em 1871 era «uma coisa que chamavam Associação Internacional dos Trabalhadores, mas que realmente não era coisa nenhuma»⁴⁸¹.

5.2 Aliança da Democracia Socialista em Portugal

A conferência de Londres realizada entre 17 e 23 de setembro de 1871 da *Primeira Internacional*, que devia contar com representantes de vários países vai acabar por funcionar como uma reunião ampliada do Conselho Geral. É nesta conferência que a *Internacional* veicula oficialmente a necessidade de criar um partido político para a classe operária, que será aprovada no congresso de Haia em 1872. Além disto, é um acontecimento onde já são mais que visíveis as divergências internas. É promovida uma dura crítica à existência das sociedades secretas no interior da AIT e, por sua vez, o órgão máximo da *Internacional* é encarado como uma entidade autoritária que pretendia centralizar toda a atividade. A *Aliança Internacional para a Democracia Socialista*, dirigida por Mikhail Bakunin, tinha tentando entrar na AIT em 1868, mas só no ano seguinte é que as suas secções integram a *Internacional* com a desconfiança do Conselho Geral, mas no propósito de «deixar cada secção estruturar livremente [o] seu próprio programa teórico»⁴⁸². Sintomas de uma relação difícil e conflituosa entre as posições de Bakunin e o Conselho Geral,

A *Aliança da Democracia Socialista* existiu em Portugal e, mais ainda significativo, foi fundamental na implantação do próprio internacionalismo no país. No entanto, a sua história poderá nunca vir a ser feita em toda a sua amplitude. Em 1985 Maria Filomena Mónica alertava para que «sendo os núcleos aliancistas secretos, não é

⁴⁷⁹ *La Emancipacion...*, 1 de fevereiro de 1873, Ano III, N.º 84, p. 4.

⁴⁸⁰ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, Instituto de História Social (Holanda).

⁴⁸¹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, Instituto de História Social, p. 5.

⁴⁸² MONTY, Johnstone. “Internacionais”. Em: Tom Boottomore (editor). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 196.

fácil perceber-se hoje quem era quem»⁴⁸³ e de facto continuam a existir vários detratores o que resulta numa enorme dificuldade em concretizar a história da *Aliança* em Portugal. Em primeiro lugar, a grande dificuldade está relacionada com a própria natureza organizativa, pois era uma associação moldada por um enorme secretismo. E, embora ao contrário da classificação dada pelo Conselho Geral da AIT, a *Aliança* estava longe de ser rigorosamente uma associação secreta, pois a sua existência era conhecida e os seus líderes mais ou menos detetáveis. No entanto, a sua atividade não tinha uma forma prática no debate público. Em segundo lugar a *Aliança* é a grande derrotada no interior do movimento operário e socialista, e ao contrário do campo *marxista*, a documentação produzida é escassa. Ou seja, o investigador não tem acesso à documentação por ela produzida e, por outro lado, boa parte da informação que sobreviveu sobre a *Aliança* é fabricada pelos seus adversários. Isto resulta numa reconstrução histórica da memória feita à luz de uma batalha política e facciosa, complicando desse modo o trabalho de investigação e impossibilitando aprofundar os discursos e as ideias desse sujeito histórico. Dos intervenientes da época temos relatos sobre a *Aliança* de alguns nomes de socialistas portugueses que intercederam junto aos internacionalistas espanhóis: Nobre França, José Maria Tedeschi, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, José Fontana, Eduardo Maia e João Bonança.

Antero de Quental é, porventura, o primeiro socialista português a reconhecer a existência da *Aliança* numa carta privada em novembro de 1871 para Jaime Batalha Reis. Relata ao amigo o seu entusiasmo sobre a evolução do campo socialista, reconhecendo: «Da Aliança tenho a dar-lhe as melhores notícias. Está já está definitivamente constituída, e com bons elementos. Vai publicar-se um jornal, que seja o órgão do programa da mesma, lá para janeiro»⁴⁸⁴. O jornal citado por Antero de Quental é certamente *O Trabalho*, um jornal denominado de republicano e socialista dinamizado por João Bonança que é publicado em janeiro de 1872. Curiosamente, em dezembro de 1871 é possível verificar em Espanha a circulação de notícias a informar a publicação «de novos periódicos, republicanos e internacionalistas [...] o Jornal do Trabalho e a Tribuna»⁴⁸⁵. Visto que o jornal só é publicado em janeiro de 1872 é

⁴⁸³ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 38.

⁴⁸⁴ Carta de Antero de Quental para Jaime Batalha Reis, Lisboa, novembro de 1871. Transcrita em STAACK, Maria (Org). *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 62.

⁴⁸⁵ *La Federacion...*, 3 de dezembro de 1871, Ano III, N.º 120, p. 2.

possível concluir a existência de uma troca de correspondência entre Lisboa e Espanha, nomeadamente, entre o sector ligado a João Bonança e a *Aliança*.

João Bonança era um antigo padre que acabou por aderir ao republicanismo e militou na *questão social*, com privilegiadas ligações ao Conde de Peniche e ao internacionalista Morago. Durante algum tempo consolida a sua posição no mundo operário, sobretudo num bairro operário (Alcântara). É às portas de Lisboa, pois a freguesia de Alcântara nesse período estava administrativamente enquadrada no extinto concelho de Belém, que é fundada a primeira associação de resistência em Portugal. Denominada como *Associação Protectora do Trabalho Nacional* (APTN), tinha o jornal *O Trabalho* como seu órgão. É nesta associação que, segundo César Nogueira, vai estar o primeiro núcleo da *Internacional* em Portugal orientado «pelo programa da Aliança Internacional da Democracia Socialista»⁴⁸⁶ e não pelos estatutos da própria AIT. Para Ramiro da Costa é o segundo núcleo, pois o espanhol Morago que fica em Lisboa «não tendo provavelmente confiança no primeiro grupo de internacionalista formado, vai formar um outro grupo, aliancista, em torno de João Bonança»⁴⁸⁷. Não existe consenso na historiografia sobre o diagrama da *Aliança* em Portugal, o historiador Carlos da Fonseca afirma que João «Bonança é o animador da segunda secção da Aliança de Democracia Socialista, que ele criou em colaboração com Morago»⁴⁸⁸. Em outubro de 1883, o *Protesto Operário* publica um artigo sobre as origens da *Internacional* em Portugal, onde é frisado que no país «dois propagandistas espanhóis organizaram em Lisboa uma secção da Aliança, mais tarde conhecida pelo nome popular de secção do Monte Olivete [...] crescendo em número de adeptos, constituiu a Federação Local de Lisboa da Associação Internacional dos Trabalhadores»⁴⁸⁹. Havendo dúvidas sobre o primeiro núcleo da *Aliança* constituído é certo que a zona parece ter sido Alcântara. Em junho de 1871, já havia suspeitas na esfera pública de atividade subversiva em Alcântara, uma zona referida pelo *Diário de Notícias* que aglomerava «agências da Internacional [e] clubs republicanos»⁴⁹⁰. A data desta notícia coincide com a chegada dos internacionalistas espanhóis à capital portuguesa. Em agosto do mesmo ano o regedor de Alcântara garantia ao *Jornal da*

⁴⁸⁶ NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 33.

⁴⁸⁷ COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1º Volume 1820-1929*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1978, p. 62.

⁴⁸⁸ FONSECA, Carlos da. *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa...*, p. 180.

⁴⁸⁹ *O Protesto Operário...*, 21 de outubro de 1883, II Ano, N.º 33, p. 3.

⁴⁹⁰ *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1871, 7º Ano, N.º 1 962, p. 1.

Noite que não existia nenhuma casa na zona ocupada por «agentes da Internacional»⁴⁹¹, apenas confirmava a existência de uma habitação onde decorriam sessões republicanas.

Nobre França salienta a Engels que João Bonança tentava impor a sua influência aos trabalhadores através da mentira, afirmando categoricamente perante as assembleias operárias que «estava em relações com Londres [...] e que eles operários eram internacionais»⁴⁹². Para Afonso Costa, foi José Fontana, influenciado pelas teorias de Antero de Quental, quem «fundou uma secção da Aliança»⁴⁹³, frisando o forte compromisso de Fontana com o internacionalismo, pois se uma sociedade era dissolvida, «logo ele organizava outra»⁴⁹⁴. Já no século XX um documento da autoria do sector republicano de apoio a João Bonança, nega qualquer ligação ao internacionalismo: «A Internacional, surgida da revolução da Comuna, à qual jamais pertenceu Bonança»⁴⁹⁵.

Se em novembro de 1871 Antero de Quental confirmava a constituição definitiva da *Aliança* em Portugal, podemos supor com alguma segurança que a mesma terá sido iniciada em agosto de 1871. Nessa altura Francisco Mora escreve a elementos da *Aliança* em Espanha sobre os progressos em Portugal, uma carta enviada dois dias antes de uma outra carta para o Conselho Geral da AIT em Londres a relatar os progressos em Portugal. Ambas as cartas são bastante semelhantes, mas a diferença significativa é a informação que segue para Espanha sobre a *Aliança* que, por seu turno, é ocultada na carta dirigida a Londres. Portanto, o internacionalista Francisco Mora realizava um trabalho duplo, apresentado justificações e relatórios políticos para ambos os sectores. Um dos mais importantes historiadores e, sobretudo, arquivista do anarquismo, Max Nettlau, afirma que este documento é «um dos raros documentos da vida interna da Aliança que conhecemos»⁴⁹⁶.

A carta para Espanha é destinada a Peregrín Montoro, Vicente Rosell⁴⁹⁷ e outros membros da *Aliança* e, tal como a carta que será enviada para Londres, são feitos rasgados elogios aos socialistas portugueses e à sua influência. No entanto, na versão

⁴⁹¹ *Jornal da Noite*, 12 e 13 de agosto de 1871, 1º Ano, N.º 191, p. 3.

⁴⁹² Carta Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 6.

⁴⁹³ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social...*, p. 89.

⁴⁹⁴ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social...*, p. 89.

⁴⁹⁵ Sem autor. *Representação feita por um grupo de delegados da Agremiação Política Integridade Republicana...*, p. 2.

⁴⁹⁶ NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin. La Internacional y la Alianza en España (1868-1873)*. Iberama Publishing, 1871, p. 114

⁴⁹⁷ Dois elementos ligados à *Aliança* em Espanha.

espanhola é referido que ultrapassadas algumas dificuldades foi constituída na capital portuguesa «uma secção da A.[liança], que em breve será seguida pela constituição da federação local de Lisboa da Associação Internacional dos Trabalhadores»⁴⁹⁸. Nesta carta, Mora traçava a necessidade de reforçar as ligações entre as secções da *Aliança* e desenvolver questões pendentes para fundar novas secções nas federações locais existentes. Esta rara carta permite vislumbrar um pouco do secretismo quotidiano da *Aliança* no interior da *Internacional*, como por exemplo o papel duplo dos dirigentes internacionalistas que estavam em contacto com o Conselho Geral e a *Aliança*.

A presença dos espanhóis faz germinar vários grupos, mais ou menos secretos, que se apresentam como legítimos representantes da *Internacional* em Portugal. No final de 1872 José Tedeschi escreve para Lafargue a dar conta que, ao contrário do associativismo de resistência, as «secções da internacional esta[vam] escondidas e recruta[vam] individualmente»⁴⁹⁹. Para Max Nettlau as «origens do movimento português se relacionam com a iniciativa e o impulso de Bakunin-Fanelli»⁵⁰⁰. Francisco Mora é tido como tendo uma postura intermédia no conselho espanhol, pois tinha ligações ao sector de Bakunin, mas preserva um regular contacto com o Conselho de Londres da AIT, nomeadamente com Engels. É de crer que será através deste espanhol que são divulgados os contactos entre os socialistas portugueses e Engels e, desse modo, com o próprio Conselho Geral da AIT. Anselmo Lorenzo durante a sua estadia em Lisboa conserva também uma posição intermédia e mostra ser um aliado de Mora. Mais tarde, e ao contrário de Mora que vai ser acusado de ajudar os *autoritários*, chegando a revelar cartas de Bakunin a Engels, todavia acaba por evoluir para uma postura política dedicada ao anarquismo. Em 1903 é publicada uma parte de um texto de Anselmo Lorenzo no jornal *o Revolucionário* onde o espanhol saúda fraternalmente os companheiros portugueses e lembrou de uma forma «emocionad[a] [de] ter contribuído para implantar a ideia anarquista em Portugal, num [barco] no Tejo, lá por 1871, em companhia de Antero de Quental e de Fontana»⁵⁰¹.

⁴⁹⁸ *Copie dactylographiée d'un manuscrit (de Bakunin), intitulé Question de l'Alliance traduction de l'Espanhol 1871, Michail Aleksandrovic Bakunin Papers*, 186, Instituto de História Social (Holanda), p. 68. A carta de Francisco Mora está transcrita em, “Cuestion de la Alianza” em, *La Federacion...*, 3 de janeiro de 1874, Ano VI, N.º 229, p. 4.

⁴⁹⁹ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, Instituto de História Social (Holanda).

⁵⁰⁰ NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin. La Internacional y la Alianza...*, p. 118.

⁵⁰¹ *O Revolucionário. Folha Socialista*, 15 de março de 1903, N.º 27, p. 2

O jornal não nega a presença de Anselmo em Portugal e a sua ligação à escola de Bakunin, mas o seu trabalho político é fortemente criticado sendo lembrado como o principal dinamizador da secção da *Aliança* em Portugal, que acabou por funcionar pouco tempo «porque todos os seus membros se convenceram da deslealdade da Aliança e da inferioridade do seu programa»⁵⁰². Citando Nobre França, o jornal afirma que a secção da *Aliança* em Lisboa tinha sido dissolvida e parte dos seus membros tinham entrado na militância do *Partido Socialista*, no movimento mutualista, ou ingressado em sectores conservadores e uma parte terá «funda[do] o partido republicano federal»⁵⁰³. O artigo fazia questão de afirmar que não havia descendentes políticos oriundos da presença de Anselmo e que «os anarquistas portugueses não nasceram da propaganda de Lorenzo»⁵⁰⁴.

Por fim, Morago é o internacionalista espanhol que é alvo de maior discórdia e, infelizmente, é o único que não deixou nada publicado sobre a experiência em Portugal. A presença do Conselho Espanhol da AIT em Portugal é balizada por volta de três meses, de junho a agosto. Em Lisboa os três companheiros espanhóis vão alargando os contactos com os portugueses, no entanto a relação entre si começa a degradar-se. Morago entra em divergências com outros dois espanhóis e em agosto apresenta a demissão do conselho espanhol e opta por alargar a sua estadia em Portugal, enquanto Francisco Mora e Anselmo Lorenzo acabam por regressar a Espanha para participar na conferência de Valência⁵⁰⁵. Mora escreve a Engels, a 17 de agosto de 1871, a dar conta que vão partir de Lisboa dentro de três dias rumo a Madrid, para depois seguirem para Valência. Em 24 de agosto informa Engels que ele e Lorenzo estão já em Madrid a preparar a conferência, e nesse momento dão a informação que «Morago permaneceu em Lisboa por ter renunciado ao cargo de membro do conselho federal»⁵⁰⁶. Segundo Francisco Mora, a *Aliança* foi constituída por duas vezes, com Morago a «criar um grupo aliancista composto de burgueses e dos piores elementos do mundo operário»⁵⁰⁷, que foi responsável por iniciar uma guerra contra a *Internacional*. Morago é na altura

⁵⁰² *O Revolucionário...*, 15 de março de 1903, N.º 27, p. 2

⁵⁰³ *O Revolucionário...*, 15 de março de 1903, N.º 27, p. 2

⁵⁰⁴ *O Revolucionário...*, 15 de março de 1903, N.º 27, p. 2

⁵⁰⁵ GUILLAUME, James. *L'Internationale. Documents et Souvenirs...*, p. 199.

⁵⁰⁶ Carta de Francisco Mora para Friedrich Engels, Madrid 24 de agosto de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 55.

⁵⁰⁷ “Cuestion de la Alianza” em, *La Federacion...*, 3 de janeiro de 1874, Ano VI, N.º 229, p. 4.

acusado de ser o elemento da *Aliança* responsável pelas divergências no internacionalismo ibérico.

No longo relatório de Marx e Engels sobre a *Aliança da Democracia Socialista* de Mikhail Bakunin aprovado no congresso de Haia é exposta a situação da *Aliança* em Portugal. Paul Lafargue foi decisivo para a construção deste relatório. A 29 de maio de 1872 Lafargue escrevia a Engels para o informar que «antes de abandonar o continente, vai passar por Lisboa»⁵⁰⁸ para realizar contactos diretos com os internacionalistas portugueses e, nomeadamente, recolher informações sobre Morago, Bakunin e a *Aliança*. No mês anterior Lafargue tinha relatado a Engels que «Aliança se formou em Portugal»⁵⁰⁹ e que estavam em contacto com os homens do *Pensamento Social* que demonstravam ter dificuldades em lutar contra ela. Estes dados são salientados no relatório de Haia, onde é afirmado que em Lisboa os poucos portugueses que eram membros da *Internacional* tinham estado filiados, por Morago, na *Aliança*. No entanto, Morago optou por constituir uma nova secção da *Aliança* sem o consentimento dos internacionalistas portugueses, um novo grupo «constituído pelos piores elementos da burguesia e dos trabalhadores recrutados da maçonaria»⁵¹⁰. Ao que parece neste grupo é João Bonança o principal dinamizador, orquestrando uma estrutura da *Internacional* com várias secções constituídas por dez membros, que aos olhos dos adversários apenas pretendia desenvolver os jogos da intriga política para conduzir o Conde de Peniche ao poder. Mais tarde são dois internacionalistas que tinham sido membros da *Aliança* que acabam por confrontar publicamente João Bonança. Na carta de José Maria Tedeschi para Lafargue é descrito a intenção da burguesia em «introduzir nas secções indivíduos [...] para lançar intrigas e problemas»⁵¹¹, o dirigente socialista descreve que entre os trabalhadores existiam elementos perturbadores.

É Antero de Quental e Jaime Batalha Reis que colocam um fim na influência de João Bonança no mundo operário, pois segundo o relato de Nobre França estes dois internacionalistas numa conferência forçaram o Conde de Peniche, uma figura liberal

⁵⁰⁸ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 29 de maio de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, pp. 136-137.

⁵⁰⁹ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, Madrid, 27 de abril de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 127.

⁵¹⁰ AAVV. “The Alliance of Socialist Democracy and The International Working Men’s Association”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23 Marx and Engels 1871-74*, Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 487.

⁵¹¹ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, Instituto de História Social (Holanda).

emblemática dos movimentos de contestação na política portuguesa, a «declarar categoricamente as suas intenções políticas [...] declarando simplesmente que não era republicano»⁵¹². De facto, em junho de 1872 a rivalidade entre as diferentes escolas socialistas era evidente no espaço público. Nesse mês o jornal o *Trabalho* acaba por alertar o público que certos sujeitos andavam a lançar a balbúrdia no mundo operário, denominando-se como legítimos «delegados da *Internacional*, como agentes da Comuna»⁵¹³ e, desse modo, aconselhavam o trabalhador a não ler o *Trabalho*, pois era um jornal republicano escrito por homens com interesses políticos. Perante o ataque, o jornal ligado à *Aliança* relembra que o aumento do salário e a diminuição das horas de trabalho significava uma melhoria transitória ao trabalhador e o que eles pretendiam era a «transformação da ordem social»⁵¹⁴. Defendiam a forma de república democrática e social enquanto meio estrutural para melhorar a vida dos trabalhadores, tal como tinha sido feito na Comuna de Paris, relembrando que tinha sido a fórmula «defendida pelo Conselho Geral da Internacional no seu manifesto de 30 de maio de 1871»⁵¹⁵. Mais tarde, em agosto, Paul Lafargue dá conta do descontentamento dos internacionalistas portugueses perante a ação e atividade de Morago e ao terem conhecimento da «intriga do Jura recusaram-se a publicar o que quer que fosse contra o Conselho Geral»⁵¹⁶.

Embora o ónus da influência da *Aliança* em Portugal tenha caído sobretudo em Morago, o certo é que nenhum dos três internacionalistas contribuiu para a não edificação da *Aliança* em Portugal. Os próprios socialistas portugueses, que acabam por apoiar Marx e Engels, são perentórios ao destacar a importância da *Aliança* em Portugal. José Maria Tedeschi confirma a Lafargue que a entrada da *Aliança* foi usada «como uma ponte para chegar à Int[ernacional]»⁵¹⁷, Nobre França destaca a limitação do seu grupo e, por isso, tentou uma unificação com secção da internacional fundada por vários indivíduos, inclusive uma que tinha contactado com Morago⁵¹⁸, no entanto, essa proposta foi chumbada com o argumento da necessidade de conservar a

⁵¹² Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 10.

⁵¹³ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 24, p. 1.

⁵¹⁴ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 24, p. 1.

⁵¹⁵ *O Trabalho...*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 24, p. 1.

⁵¹⁶ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 171.

⁵¹⁷ Carta de Paul Lafargue a Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 171.

⁵¹⁸ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 6

independência da secção. Perante este fracasso, Nobre França relata que foi criada uma secção nas portas da cidade de Lisboa, porventura, uma referência à zona de Alcântara que nesse período não estava enquadrada territorialmente em Lisboa, afirmando que a sua secção «desenvolvia-se muito lentamente»⁵¹⁹. Nesta carta, Nobre França não escreve os nomes dos indivíduos que fundaram essas secções da *Internacional*, mas fica evidente a existência de vários grupos internacionalistas e, não menos importante, a ausência de unidade no internacionalismo português. O grupo de Nobre França era composto por José Maria Tedeschi (professor de instrução primária), Oratti (empregado no observatório meteorológico e antigo marceneiro), Tito e Nobre França (tipógrafos da imprensa nacional). Portanto, deste grupo somente Tedeschi é que comunicou com os três internacionalistas espanhóis. As cartas de Nobre França para o Conselho Geral revelam que José Fontana e Antero de Quental não faziam parte do seu grupo. No entanto, numa carta para Magalhães Lima de 1892 a narrar este período, diz que José Fontana e Antero de Quental constituíram um grupo iniciador da *Internacional* e acabaram por atrair vários elementos, entre eles o próprio Nobre França, Eduardo Maia, José Maria Tedeschi, Tito Soares Monteiro e Gonçalves Lopes. Na carta é salientado que a «organização deste grupo era secreta e moldada pelo estatuto da Aliança da Democracia Socialista»⁵²⁰. Mais tarde, Azedo Gneco numa carta enviada a Engels afirmava que Nobre «França ainda se ressentia das teorias da Aliança»⁵²¹.

É Nobre França que informa o Conselho Geral de que tinha sido ideia de José Fontana e Antero de Quental erguer um grupo de propaganda que acabou por fundar um jornal socialista (*O Pensamento Social*) e publicar um folheto para ajudar nas despesas da autoria de Antero denominado *O que é a Internacional?* O próprio Antero de Quental reconhece a Oliveira Martins que o texto é da sua autoria e é o «primeiro folheto de propaganda»⁵²². Nesta carta revela ao amigo alguns elementos do seu pensamento político, delineando a «distinção de propriedade propriamente dita

⁵¹⁹ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 6.

⁵²⁰ Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a part of a letter published in Lima's Socialismo na Europa, Nettlau Papers*, 2867, Instituto de História Social (Holanda), p. 3.

⁵²¹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels (sem data), *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, Instituto de História Social (Holanda), pp. 2-3.

⁵²² Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins (s.d.). Transcrita em, MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 2.

(individual) e [a] propriedade coletiva (capital ativo)»⁵²³. Um exemplar da obra de Antero chegou a ser enviado para Engels por Nobre França juntamente com a carta de 24 de junho de 1872 e, segundo Jacques Freymund, em 1971 a obra constava no inventário da biblioteca do *Partido Social-Democrata Alemão*⁵²⁴. No entanto, só conhecemos ecos públicos da obra em Espanha, onde é alvo de uma tradução para o castelhano pela *Comissão de Propaganda do Conselho Local da Federação Madrilená*⁵²⁵ e publicada em 1872. O nome de Antero de Quental não aparece no livro, no seu lugar surge o da Comissão de Propaganda do Núcleo Organizador da Internacional em Lisboa⁵²⁶, que, segundo os espanhóis, merecia «por este trabalho o bem do proletariado»⁵²⁷. Em dezembro de 1871 a imprensa internacionalista em Barcelona felicitava publicamente os internacionalistas portugueses pela publicação «*O que é a Internacional* [...] em Lisboa»⁵²⁸. No ano seguinte, algures em agosto, o livro de Antero de Quental está em circulação pelos meios internacionalistas espanhóis, com o Conselho Local de Madrid a enviar para as organizações internacionalistas espanholas quatro exemplares do «importantíssimo folheto titulado “O que é a Internacional”»⁵²⁹. O ingresso tardio dos portugueses no movimento não inibia a sua participação e a exportação de obras da sua autoria sobre a *Internacional*, um trabalho que terá contado com o importante contributo do espanhol Francisco Mora que, em 1871, solicitou o envio para Portugal de periódicos sobre a *Internacional*, nomeadamente, para a seguinte morada: «Antero de Quental, rua dos prazeres, nº63, 1º, Lisboa»⁵³⁰. Podemos então supor que o socialista português tenha recebido alguma documentação produzida pela esfera da *Internacional* para elaborar o seu texto. No próprio livro está a informação que alguns capítulos foram elaborados através das resoluções dos congressos da *Internacional* de Genebra (1866), Lausanne (1867), Bruxelas (1868), Basileia (1869), o trabalho de G. Molin sobre o IV congresso da *Internacional*, os regulamentos aprovados

⁵²³ Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins (sem data). Transcrita em, MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Cartas inéditas de Antero de Quental...*, p. 2.

⁵²⁴ FREYMUND, Jacques. *La Première Internationale. Les conflits au sein de L'Internationale 1872-1873*, Tome III. Genève: Publications de L'Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1971, p. 663.

⁵²⁵ *La Federacion...*, 18 de agosto de 1872, Ano IV, N.º 157, p. 4.

⁵²⁶ Comision de propaganda del núcleo organizador de la Internacional en Lisboa, (Antero de Quental). *Lo que es la Internacional*. Madrid: Imprenta de J. Antonio Garcia, 1872.

⁵²⁷ *Lo que es la Internacional...*, p. 4.

⁵²⁸ *La Federacion...*, 10 de dezembro de 1871, Ano III, N.º 121, p. 2.

⁵²⁹ SERRANO, Carlos Seco. *Actas de los consejos y comisión federal de la región española (1870-1874)*, Vol. I. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1969, p. 207.

⁵³⁰ Carta de Francisco Mora para o Conselho Geral da AIT, 12 de agosto de 1871. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 51.

no primeiro congresso operário da região espanhola, os regulamentos da *Internacional* em italiano e o jornal *La Solidariedad* (1870-1871), órgão da *Internacional* em Madrid. A consulta do texto de Antero permite reparar que estava longe de ser um texto do agrado do Conselho Geral e, embora seja um texto onde é recusada a autoridade e os chefes ocultos, é evidente a influência das ideias de Bakunin. No pensamento de Antero o socialismo não era possível de realizar «revolucionariamente, de um dia para o outro»⁵³¹ mas sim na forma de transição. «Segundo o socialismo», concluía Antero de Quental, «o programa político das classes trabalhadoras é encerrado em uma única palavra: abstenção»⁵³². Portanto, uma ideia em sintonia com a ação política desenvolvida por Bakunin, o teórico anarquista defendia que o movimento operário devia estar localizado na abstenção da política. Por outro lado, não são conhecidas as reflexões de Engels sobre a obra, mas temos a informação, através de Nobre França, que terá escrito uma carta para Antero de Quental sem nunca ter obtido uma resposta. A ausência de resposta é indicada por Nobre França, demonstrando as suas reservas a Engels em relação a esse grupo: «nem ele [Antero], nem os socialistas, são internaciona[listas]»⁵³³. Na opinião de Nobre França, Antero de Quental era uma figura conhecida no sector intelectual, mas também entre os trabalhadores, no entanto, a sua postura vacilava entre a solução política «(pela revolução legal), e a económica»⁵³⁴. Para Nobre França, Augusto Fuschini e Oliveira Martins defendiam uma transformação política que «proporcionasse ao povo [...] liberdades e instrução»⁵³⁵ para realizar uma revolução. Segundo o dirigente socialista, Antero de Quental, Oliveira Martins, Augusto Fuschini e Jaime Batalha Reis defendiam e integravam o campo socialista, porém, «nenhum dele julga[va] necessário a Internacional»⁵³⁶. Embora Nobre França faça em privado críticas, em 1891, afirma elogios num artigo que Antero de Quental era «um dos poucos contemporâneos que souberam honrar a humanidade»⁵³⁷.

⁵³¹ QUENTAL, Antero de. “O que é a Internacional”. Em: *Prosas*, Volume II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 187.

⁵³² *Lo que es la Internacional...*, pp. 31-32.

⁵³³ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 11.

⁵³⁴ Carta Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 8.

⁵³⁵ Carta Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 8.

⁵³⁶ Carta Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 8.

⁵³⁷ Confrontar, *Voz do Operário*, 4 de outubro de 1891, N.º 623.

Em 1875 Antero continuava a apregoar a ideia da democracia e das federações, pois na sua opinião a «democracia é a queda do reino burguês e a Federação, o renascimento da vida local e a ruína da unidade centralizadora»⁵³⁸. De facto, Antero de Quental não absorvia a ideia da revolução violenta enquanto meio transformador no plano social, político, económico e cultural que estratificavam a sociedade. Em vez disto, observa a revolução a longo prazo, olha para a mesma como um «meio de sucessivas transformações, por uma lenta preparação, que eduque os homens para uma nova ordem de coisas, e torne possível, sem se passar pelo caos, o novo génesis social»⁵³⁹. Como salienta Fernando Catroga, nos primeiros anos da *Internacional* em Portugal o pensamento de Antero de Quental estava «em sintonia com a orientação dominante na primeira fase da Internacional – de forte influência proudhoniana»⁵⁴⁰. Antero de Quental foi essencial para impulsionar a obra de Proudhon em Portugal, um dos seus fêis companheiro, Jaime Batalha Reis, escreve que Hegel e Proudhon «foram os dois pensadores que mais fascinavam Quental durante a primeira mocidade»⁵⁴¹. Reconhece no artigo que foi Antero de Quental o responsável pela introdução do pensamento de Proudhon na sua vida, tinha então Jaime Batalha Reis 19 anos. Numa carta do próprio Antero de Quental para Magalhães Lima é admitido o estudo e a admiração por Proudhon⁵⁴². Numa das cartas enviadas para Teófilo Braga, Antero demonstrava incorporar o socialismo não como uma simples forma de protesto, mas «uma natural evolução histórica, fatal e justa»⁵⁴³. De facto, Antero de Quental era uma das figuras do movimento mais politizada e mediática e, embora os seus textos fossem fortemente influenciados por Proudhon e algumas referências a Bakunin, segundo Eça de Queiroz, era habitual o seu amigo autodenominar-se como «um pequeno Lassalle»⁵⁴⁴. De facto, o próprio Antero de Quental, numa carta a Wilhelm Storck,

⁵³⁸ QUENTAL, Antero. “Portugal e a Revolução”. Em: *Almanaque Republicano para 1876* (2º Ano). Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1875, p. 60.

⁵³⁹ QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*, Joel Serrão (apresentação). Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1982, p. 343.

⁵⁴⁰ CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo...*, p. 175.

⁵⁴¹ *O Diário de Notícias*, 6 de junho de 1921. Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 91.

⁵⁴² Carta de Antero de Quental para Magalhães Lima de 1878, citada em NOGUEIRA, César. *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Lisboa: Edição do autor, 1950, pp. 11-12.

⁵⁴³ BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de via literária (1860-1900). Cartas*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Artur Brandão, 1903, p. 72.

⁵⁴⁴ QUEIROZ, Eça de. “Um génio que era um santo”..., p. 501.

afirmava que tinha sido «durante 7 ou 8 anos uma espécie de pequeno Lassalle»⁵⁴⁵. Para Eça de Queiroz o trabalho político de Antero de Quental passava pela propaganda da União Ibérica, a construção das associações operárias, lançava panfletos políticos, conspirava e «instalava a Associação Internacional»⁵⁴⁶. Segundo o autor dos *Os Maias*, Antero de Quental iniciou o seu trabalho no movimento socialista de forma ardente, com «os fervores e os segredos poéticos duma religião»⁵⁴⁷. Jaime Batalha Reis também reconhecia esta faceta “religiosa” perante a ideia de socialismo, numa carta de 1871 ao Marquês de Ávila e Bolama. Nesta carta admitia, pela primeira vez, e publicamente, ser socialista, algo que «contava fazê-lo na sala do Casino»⁵⁴⁸, onde ia apresentar a sua comunicação sobre o socialismo que era olhado como algo superior a «uma convicção, mais que um sistema porque [era] uma Religião e uma Moral»⁵⁴⁹.

José Fontana também vai ter um comportamento ambíguo, pois durante algum tempo vai circulando entre os apoios à *Aliança* para acabar por deslocar-se para o lado do Conselho-geral da *Internacional*. Se por um lado, é verdade que nos primórdios da história da *Internacional* em Portugal José Fontana é dado com ligações e afinidade aos bakuninistas. Por outro, em junho de 1873, a secção regional da *Internacional* de Espanha, que continuava a demonstrar um forte apoio às ideias de Mikhail Bakunin, apresentava numa carta interna uma grande desconfiança na representação do internacionalismo português. Os espanhóis afirmavam, erradamente, que em Portugal a *Internacional* era dirigida por José Fontana, fazendo a «advertência que eram companheiros, infelizmente, autoritários e segue[iam] as pegadas do Conselho Geral»⁵⁵⁰. Mais tarde, o periódico *O Protesto*, ao escrever sobre o suicídio de José Fontana, traça um percurso trepidante, lembrando que foi filiado «na escola do célebre socialista russo Miguel Bakunin, fazendo parte da secção de Lisboa da Aliança da

⁵⁴⁵ QUENTAL, Antero de, Carta para Wilhelm Storck, 14 de maio de 1887, Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 420.

⁵⁴⁶ QUEIROZ, Eça de. “Um génio que era um santo”. Em: *Antero de Quental in memoriam*. Porto: Mathieu Lugan editor, 1896, p. 501.

⁵⁴⁷ QUEIROZ, Eça de. “Um génio que era um santo”..., p. 501.

⁵⁴⁸ REIS, Jaime Batalha (1871), Carta ao Ex. Sr. Marquês de Ávila e Bolama. Porto: Tipografia Comercial, transcrita em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 88.

⁵⁴⁹ REIS, Jaime Batalha (1871), Carta ao Ex. Sr. Marquês de Ávila e Bolama. Porto: Tipografia Comercial, transcrita em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 88.

⁵⁵⁰ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, Volume V. Edicions Universitat de Barcelona, 1979, p. 77.

Democracia Socialista»⁵⁵¹ dissolvida mais tarde, «quando melhor se compreendeu o movimento revolucionário dos operários socialistas»⁵⁵².

Nas cartas de Nobre França para o Conselho Geral é perceptível a existência de distintas secções da *Internacional* em Portugal, uma dessas é designada por secção *varia*. Pensamos que estamos perante um importante pormenor da história da *Internacional* que acabou por escapar ao interesse da historiografia. Na nossa opinião a secção *varia* é uma estrutura da *Internacional* da responsabilidade da *Aliança*. Temos alguma informação que permite concluir que em Portugal os internacionalistas espanhóis tentaram implantar a associação um pouco à imagem da sua experiência. É o próprio Anselmo Lorenzo que o afirma, escrevendo no seu livro de memórias que em Lisboa foi decidido criar dois grupos. Um núcleo organizador da *Internacional* e um núcleo da *Aliança*. Este último pretendia ser o que na «Federação Regional espanhola representava as secções variadas»⁵⁵³, que era um grupo de intelectuais dedicados aos estudos sociais para promover a ciência e, sobretudo, o trabalho teórico junto dos trabalhadores. De facto, a secção de profissões *varias* estava prevista nos estatutos da *Internacional* que seria composta por «indivíduos que exerçam qualquer profissão, mas que não vençam salários, tais como empregadas de qualquer natureza, chefes de oficinas, industriais ou proprietários»⁵⁵⁴. Sabemos que alguma historiografia escreveu sobre a expulsão de José Fontana. Ramiro da Costa, por exemplo, observa as expulsões de José Fontana, de Carrilho Videira e a repreensão a Antero de Quental e a Eduardo Maia como uma «luta entre operários e intelectuais pequeno-burgueses»⁵⁵⁵. No mesmo sentido avança Carlos da Fonseca, que fala de uma forma de «neutralizar as tendências desagregadoras dos elementos pequeno-burgueses»⁵⁵⁶ da *Federação Portuguesa*. As fontes que permitem estes investigadores apoiar as suas ideias não estão esclarecidas, sendo muito provável que a origem da expulsão tenha origem no relatório do polícia francês que em 1873 espiou e relatou a atividade da *Internacional* em Portugal. No entanto, devemos ter atenção, pois como veremos mais à frente, o relatório do agente francês é contraditório, visto que num momento fala da expulsão de Fontana da

⁵⁵¹ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 56, p. 1.

⁵⁵² *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 56, p. 1.

⁵⁵³ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante...*, p. 187.

⁵⁵⁴ Sem autor. *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores e das secções da região portuguesa*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1872, p. 42.

⁵⁵⁵ COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal. 1.º Volume – 1820-1929*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1978, p. 49.

⁵⁵⁶ FONSECA, Carlos da. *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa...*, p. 65.

Internacional, mas noutro momento refere que José Fontana era o homem forte da mesma em Portugal.

Neste debate importa destacar a carta de Nobre França para Engels a dar conta que «a secção varia expulsou dois dos iniciadores⁵⁵⁷ da Internacional, um dos quais creio [?] que está ou esteve em relações com Morago»⁵⁵⁸. A palavra «iniciadores» é de grande importância, pois remete para dois indivíduos que tiveram um importante papel no início da *Internacional* em Portugal. É bastante possível que um destes dois indivíduos seja José Fontana, visto que é um dos iniciadores da AIT e não pertencia ao grupo de Nobre França. Aliás este último na mesma carta chega a dizer que a informação colocada por Morago em alguns jornais espanhóis era fornecida por José Fontana, ou seja, está enquadrado por aquele indivíduo que «está ou esteve em relações com Morago». Tal como em Espanha, onde Pablo Iglesias e os irmãos Mora fundam a Nova Federação Madrilenha, depois da sua expulsão da secção Varia da *Internacional*⁵⁵⁹, José Fontana terá feito a aproximação ao sector de Nobre França depois da sua expulsão da secção *Varia* ligada à *Aliança* e, portanto, nunca foi expulso da própria *Internacional*. De facto, José Fontana continua a ser reconhecido em Madrid como membro, e até dirigente, da *Internacional* em Portugal e contacta com o Conselho Geral. Talvez mais significativo é o facto de José Fontana ocupar a liderança da *Fraternidade Operária*, organização com uma certa mentalidade sindical, com centenas de trabalhadores filiados e um dos tentáculos do internacionalismo no mundo operário. A participação de José Fontana neste enredo, que estabelece um contacto íntimo e pressupõe uma harmonia entre o internacionalismo e o associativismo, levanta sérias dúvidas da sua expulsão que, no final de contas, podia comprometer a coesão e a frágil unidade do movimento operário português.

Entre junho e julho de 1872 encontramos sinais da diminuição da atividade da *Aliança* em Portugal. A 2 de junho de 1872, Lafargue comunica a Engels que os membros espanhóis da *Aliança* tinham redigido uma «circular» que punha termo à atividade da secção em Madrid. Perante isto, a *Aliança* de Madrid escreve à secção da *Aliança* de Lisboa: «"Secção da A[liança] de Lisboa". A secção da A[liança] de Madrid

⁵⁵⁷ César Oliveira transcreveu erradamente parte desta carta da seguinte maneira: «[...] A secção vária expulsou dois dos indivíduos da Internacional [...]». OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 36.

⁵⁵⁸ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 27 de julho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), pp. 21-22.

⁵⁵⁹ AAVV. Anthropos. Boletín de información y documentación. *Pablo Iglesias. El socialismo en España*, 45-46-47 (Extraordinario-6), 1985, p. 96.

resolveu dissolver se e ao mesmo tempo, aconselha-vos que façam o mesmo, porque em nosso conceito assim é conveniente para a causa do proletariado»⁵⁶⁰. Por tudo isto, é um facto a existência de correspondência da *Aliança* entre Espanha e Portugal, pelo menos até 1872.

Paul Lafargue, durante a sua estadia em Lisboa, escreve a Engels que teve conhecimento da circulação em Portugal de uma carta do *Papa Bakunin*⁵⁶¹ onde ataca o Conselho Geral. A carta até à data nunca foi encontrada e, infelizmente, o seu conteúdo continua desconhecido. De acordo com o diário de Bakunin a carta para Portugal foi elaborada a 7 de junho de 1872 e teve como destinatário Fontana⁵⁶². Max Nettlau aborda a circulação desta carta em Portugal, chegando a considerar a mesma como «o único esforço de Bakunin em Portugal»⁵⁶³ e que terá sido através de Alerini que Bakunin verificou a utilidade de escrever para Portugal e que muito provavelmente o seu conteúdo seria sobre a luta contra o autoritarismo do Conselho Geral, no entanto, os portugueses «influenciados pela campanha do La Emancipación [...] não responderam e disseram a Lafargue horrores daquela carta»⁵⁶⁴. E, de facto, Nobre França corrobora esta atitude, numa carta endereçada à *Nova Federação Madrilena* a 13 de janeiro de 1873. É confirmada a chegada de «uma carta de Bakunin que [...] chegou através de companheiros espanhóis»⁵⁶⁵. Os internacionalistas portugueses, perante a cartada política de Bakunin, decidiram que o destinatário da carta, o que pelos dados que temos seria mesmo José Fontana, devia condenar formalmente a atitude perigosa da *Aliança* e ficou estabelecido dissolver a secção aliancista. O socialista Nobre França confirma que pertencia a um pequeno grupo que pretendia aniquilar a influência da *Aliança* em Portugal, mas continuaram «a fazer parte da Aliança, apesar da repugnância que manifest[avam] nas suas próprias secções»⁵⁶⁶.

É muito provável que a morada de José Fontana tenha chegado a Bakunin através de Espanha, nomeadamente de Tomás Morago ou Anselmo Lorenzo que em 1872

⁵⁶⁰ Sem autor. *Correspondance Friedrich Engels, Paul et Laura Lafargue*, Volume 3. Sociales, 1959, pp. 473-474.

⁵⁶¹ Sem autor. *Correspondance Friedrich Engels, Paul Lafargue, and Laura Marx*. Moscovo: Foreign Languages Pub, 1959, p. 423.

⁵⁶² *Copies des "Carnets", écrits en 1871-1872 et 1874. S.d. 1 chemise, Michail Aleksandrovic Bakunin Papers*, 181, Instituto de História Social (Holanda), p. 55.

⁵⁶³ NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin. La Internacional y la Alianza...*, p. 116

⁵⁶⁴ NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin. La Internacional y la Alianza...*, p. 116

⁵⁶⁵ *La Emancipacion...*, 1 de fevereiro de 1873, Ano III, N.º 84, p. 3. É a carta que Carlos da Fonseca transcreve no seu livro de 1975, *Integração e ruptura operária*, Lisboa, Editoria Estampa, pp. 234-236.

⁵⁶⁶ *La Emancipacion...*, 1 de fevereiro de 1873, Ano III, N.º 84, p. 3.

comunicavam diretamente com Bakunin, ou até através de Francisco Tomás. Os internacionalistas espanhóis ligados à *Aliança* realizavam contactos com o exterior regularmente e por vezes forneciam informações de contactos, como foi o caso da carta de Francisco Tomás para o Conselho Federal Italiano de 26 junho de 1873 que continha diversas moradas, inclusive a morada de José Fontana com a referência de integrar o Conselho Federal de Portugal⁵⁶⁷. É interessante verificar, de facto, que o acesso às moradas é uma das características fundamentais na luta política interna da *Internacional*.

A junho de 1872 a imprensa socialista anunciava que estava à venda na tipografia do *O Pensamento Social* o livro intitulado *O Evangelho do Operário* do internacionalista, e membro da *Aliança*, espanhol Nicolau Alonso Marselau. Este último é retratado como um autor dedicado à «revolução que atenta os internacionais»⁵⁶⁸ e é recomendado ao leitor a sua leitura. O socialismo português derruba a presença da *Aliança* no movimento operário, no entanto, não se inibe de destacar figuras desse sector.

Durante 1876 Azedo Gneco escreve a Engels como sendo ele o responsável pela derrota da *Aliança* em Portugal. Relata que tinha sido por iniciativa do seu grupo que foi realizado um debate em torno do programa da *Aliança* e como eram os «mais eloquentes e estimados tive[ram] o prazer de ver rejeitar uma por uma todas as proposições estapafúrdias do papa Bakunin»⁵⁶⁹. Em 1884, o jornal do *Partido Socialista* frisava que depois da dissolução do «grupo aliancista, ninguém mais pensou em Bakunin, nem em Marx»⁵⁷⁰, os socialistas portugueses simplesmente passaram a aceitar a *positividade* oriunda da classe trabalhadora. No entanto, em 1879 o *Almanaque Republicano*, onde participavam figuras que tinham tido ligação ao movimento internacionalista como era o caso de Carrilho Videira e Antero de Quental, publicava um texto com as ideias de Bakunin e são expostas algumas ideias da *Aliança*⁵⁷¹. Décadas mais tarde, o *Revolucionário* afirmava que os «alianistas de 1871 não deixaram

⁵⁶⁷ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 98.

⁵⁶⁸ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1º ano, N.º 16, p. 4.

⁵⁶⁹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, Instituto de História Social (Holanda), pp. 6-7.

⁵⁷⁰ *O Protesto Operário...*, 20 de janeiro de 1884, II Ano, N.º 46, p. 1.

⁵⁷¹ Confrontar, Sem autor. “O socialismo de Bokaunine”. Em: *Almanaque Republicano para 1880*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1879, p. 97.

descendentes»⁵⁷², pois parte dos seus membros acabaram por se filiar no *Partido Socialista* e a outra tinha ingressado no mutualista, fundaram o partido republicano federal ou simplesmente afastaram-se do movimento.

5.3 A secção federal portuguesa da Internacional

A expansão da *Internacional* ocorre de uma forma acelerada, com as franjas socialistas a ensaiarem no terreno a sua implantação. Decorridos poucos meses da entrada dos internacionalistas espanhóis em Lisboa é notório uma crescente preocupação na esfera pública com a ação da *Internacional*. São recorrentes na imprensa da época publicações de notícias e artigos referentes ao internacionalismo. O jornal legitimista e católico *A Nação* acusava o liberalismo de ser o precursor da *Internacional*, alertando o leitor para que após o liberalismo vinha o socialismo que seria sucedido pelo comunismo⁵⁷³. Nesta linha, era publicado no mesmo jornal um artigo, assinado por José Augusto Cesar de Vasconcelos, denominado: «Prova de que o comunismo é criação do liberalismo»⁵⁷⁴. Em suma, o artigo publicado atacava o liberalismo, sendo encarado como um produto da maçonaria e uma forma de regime desrespeitosa com o sentimento religioso e a tradição do povo português. O artigo frisava que o comunismo derivava do liberalismo e tinha como objetivo converter o trabalhador em ladrão, assassínio e incendiário. Para o autor deste artigo a *Internacional* estava em funcionamento, com vários militantes em Lisboa e em algumas províncias. O jornal *Bem Público* também partilhava desta ideia, escrevendo que os «liberais e os internacionalistas são irmãos que desavieram por causa da repartição da presa»⁵⁷⁵.

O *Diário de Notícias* ao avançar com a existência de 100 decúrias da *Internacional* em Portugal, um número claramente sobrevalorizado, faz soar os alarmes no *A Nação*. Este jornal retrata a notícia com enorme gravidade, levantando questões sobre a atuação do governo perante a implantação da *Internacional* em Portugal. Em primeiro lugar, escrevia que as forças policiais custavam elevadas quantias aos cofres do Estado e, por isso, deviam averiguar a existência desse número. Em segundo lugar, assumindo a veracidade da notícia, o jornal questionava as medidas preventivas e a monitorização que o governo e as forças da autoridade tinham realizado, alertando o

⁵⁷² *O Revolucionário. Folha socialista*, 15 de março de 1903, I Ano, N.º 27, p. 2.

⁵⁷³ *A Nação...*, 21 de maio de 1871, Ano XXIII, N.º 6988, p. 1.

⁵⁷⁴ *A Nação...*, 1 de agosto de 1871, Ano XXIII, N.º 7044, p. 3.

⁵⁷⁵ *Bem Público*, 17 de agosto de 1872, 16ª Série, N.º 6, p. 1.

público para os perigos da atividade do internacionalismo, sendo encarado pelo jornal como o grande responsável pelas greves e as desordens ocorridas frequentemente na Europa, lembrando ao leitor que «a associação manda, e o operário associado obedece»⁵⁷⁶.

Uns dias antes o mesmo periódico noticiava a realização de uma eventual reunião do Conselho Federal da *Internacional* em Londres, onde tinha ficado decidido eliminar todos os obstáculos que se opunham aos seus planos, «considerando-se como principais o Sr. Thiers, e os [...] reis da Bélgica, Itália, Espanha e Portugal, cujo assassinio ficou Ipso facto de decidido»⁵⁷⁷. Para o jornal católico, Antero de Quental «consciente ou inconscientemente [era] um agente da Internacional e da Comuna»⁵⁷⁸, uma acusação baseada nos textos e nas conferências públicas proferidas por Antero.

Em julho de 1871, Pinheiro Chagas escrevia um texto no *Diário de Notícias* sobre a revolução da burguesia e dos proletários, que tinha como objetivo a desconstrução das ideias de um «dos homens mais eminentes, [...] mais brilhantes estilistas da nossa terra»⁵⁷⁹. Pinheiro Chagas não refere nomes, apenas aborda as ideias defendidas por um ilustre intelectual que era favorável à preparação de uma revolução dos proletários. Na sequência deste artigo, e através do protesto público de Eça de Queiroz e Salomão Saraga, é publicada uma outra carta de Pinheiro Chagas, no *Diário Popular*, a 6 de julho de 1871, onde refere que o seu artigo do *Diário de Notícias* não tinha a «intenção de ofender, nem sequer de aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quental e Jaime Batalha Reis»⁵⁸⁰ e que não lhes podiam aplicar as frases usadas por ele no artigo. Em finais de setembro o *Diário Popular* anunciava a publicação de um livro de Pinheiro Chagas sobre a *História da Comuna de Paris* onde havia destaque para o papel da *Internacional*. O jornal reconhecia ser um livro importantíssimo e recomendava a sua leitura, afirmando categoricamente que o livro abordava «uma das maiores catástrofes deste século»⁵⁸¹. No início de setembro de 1871, o deputado Pinheiro Chagas realizava um discurso que abordava o exemplo inglês, para falar das *trade's unions*, que «serviram de modelo à Internacional»⁵⁸². O debate em torno da *Internacional*, do

⁵⁷⁶ *A Nação...*, 8 de agosto de 1871, Ano XXIII, N.º 7050, p. 1.

⁵⁷⁷ *A Nação...*, 17 de agosto de 1871, Ano XXIII, N.º 7057, p. 2.

⁵⁷⁸ *A Nação...*, 4 de junho de 1871, Ano XXIII, N.º 7000, p. 2

⁵⁷⁹ *Diário de Notícias*, 3 de julho de 1871, 7º Ano, N.º 1 970, p. 1.

⁵⁸⁰ *O Diário Popular*, 6 de julho de 1871, 6º Ano, N.º 1 691, p. 1.

⁵⁸¹ *O Diário Popular*, 27 de setembro de 1871, 6º Ano, N.º 1773, p. 1.

⁵⁸² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 de setembro de 1871, N.º 092S1, p. 650.

socialismo e das Conferências do Casino foi recorrente no parlamento. O deputado Rodrigues de Freitas chegou a ler alguns documentos do Congresso da *Internacional*, realizado a 3 de setembro de 1868 em Genebra, frisando que «advogar a república federal não [era] falar em nome da Internacional»⁵⁸³, dando o exemplo do deputado Casal Ribeiro que, outrora, tinha sido um dos defensores da ideia do federalismo peninsular sem nunca ter pertencido a alguma associação precursora do internacionalismo.

Todo o mês de setembro é preenchido pelo debate público em torno da *Internacional* e da sua ligação ao movimento operário. O jornal *Diário de Notícias* relata que tinha conhecimento que uma sociedade «composta de homens poderosos, fundou [...] uma sucursal em Lisboa, aonde, como é notório a Internacional [tinha] já um certo número de filiados»⁵⁸⁴. No final de 1871, o *Jornal do Comércio* anunciava que os estatutos da *Internacional* estavam na posse do administrador do concelho, alertando o público que tinha a informação que os estatutos estavam redigidos com a habilidade, clareza e simplicidade de «forma a seduzir e arrastar as classes operárias»⁵⁸⁵. É cada vez mais evidente que em Portugal a *Internacional* não escapava ao escrutínio da imprensa e do debate público.

A 10 de março de 1872 a secção portuguesa da *Internacional* escreve ao Conselho Geral, dando conta que planeava há vários meses concretizar a adesão ao Conselho Geral, estando em concordância com os estatutos e os regulamentos gerais da associação. No entanto, o trabalho de organização e a propaganda tinham dificultado essa tarefa. Informava sobre a publicação de um jornal operário e da necessidade de estabelecer sem mais demora as relações com o Conselho Geral e, portanto, começava assim a «adesão da região portuguesa, infelizmente a última da Europa a entrar no grande movimento de emancipação»⁵⁸⁶. A carta, escrita em francês, é assinada pelo secretário da secção, Nobre França, e pelo secretário para o exterior, José Maria Tedeschi, e contém a informação que havia mais de 400 membros e contacto com as associações de resistências. Na carta, Portugal é retratado como um país atrasado, com pouca indústria e a existência de uma inércia pública. Por fim, é perguntado se a

⁵⁸³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 de setembro de 1871, N.º 093S2, pp. 691-692.

⁵⁸⁴ *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1871, 7º Ano, N.º 2045, p. 1.

⁵⁸⁵ *Jornal do Comércio*, 10 de dezembro de 1871, 18º Ano, N.º 5437, p. 1.

⁵⁸⁶ Carta de José Maria Tedeschi e Nobre França ao Conselho Geral, 10 de março de 1872, *Hermann Jung Papers*, 506, Instituto de História Social (Holanda), p. 3.

correspondência podia ser feita em português e é garantido, no futuro, o envio de um relatório mais detalhado com dados estatísticos sobre o país para o Conselho Geral.

Esta informação explica os dados estatísticos apresentados por Nobre França a Engels na carta de 24 de junho de 1872, e embora Fernando Piteira dos Santos tenha afirmado que a carta de Nobre França não parece tratar-se de uma resposta espontânea, «mas de uma resposta a um pedido de informações ou de informações complementares, solicitadas»⁵⁸⁷ é provável que os portugueses estivessem a responder a Engels, pois na altura o campo marxista olhava quase de uma forma dogmática para o campo das transformações política e o desenvolvimentos do sector produtivo. A tese para alcançar o socialismo implicava forçosamente um desenvolvimento das forças produtivas e no plano estatal. Não é de estranhar um pedido do Conselho Geral sobre as condições materiais e políticas do Reino de Portugal. Por fim, a carta salientava que «alguma ajuda enviada [...] seria não apenas útil, mas necessária»⁵⁸⁸ e solicitava ao Conselho Geral que entrasse em contacto com o Conselho Federal de Espanha para autenticar o pedido de adesão, pois o contacto do Conselho Geral tinha sido cedido via Espanha.

Março de 1872 é, de facto, um mês de grande agitação no trabalho dos internacionalistas portugueses. No plano nacional contribuíram de forma decisiva para a tentativa de reformular os estatutos da associação mais importante do movimento operário (*Centro Promotor*), tentando impor na agenda do seu quotidiano um vocabulário e práticas oriundos da esfera do internacionalismo e do radicalismo. Em privado, e no plano internacional, conseguem com sucesso colocar Portugal na órbita da *Internacional*. O trabalho político do novo campo socialista é estabelecido em várias frentes.

Na reunião de 19 de março de 1872 ficava registada na ata do Conselho Geral da Internacional que Engels tinha recebido uma carta de Lisboa, escrita pelo secretário da secção portuguesa (Nobre França) que anunciava o nascimento da *Internacional* em Lisboa, com «400 membros e três associações afiliadas cujos membros estavam próximos de 1 000»⁵⁸⁹. Além disto, era afirmado ao Conselho Geral da AIT que em Portugal a adesão estava em sintonia com os seus princípios e havia a determinação em lançar a sua divulgação. Neste sentido tinha sido publicado «um jornal que representava

⁵⁸⁷ SANTOS, Fernando Piteira. “Marx e o movimento operário português (algumas notas)...”, p. 38.

⁵⁸⁸ Carta de José Maria Tedeschi e Nobre França ao Conselho Geral, 10 de março de 1872, *Hermann Jung Papers*, 506, Instituto de História Social (Holanda), p. 4.

⁵⁸⁹ AAVV. *The General Council of the First International 1871-1872 Minutes*. Moscovo: Progress Publishers, 1964, p. 129.

os objetivos e princípios [da Internacional] e pretendia ser um órgão da secção. *O Pensamento Social* era o título»⁵⁹⁰, um jornal encarado como um veículo essencial «para propagar doutrinas socialistas»⁵⁹¹, embora Nobre França afirme que ele, Eduardo Maia e Tedeschi pretendessem fornecer ao periódico um outro carácter. Perante esta publicação, foi solicitada junto ao Conselho Geral «uma ajuda monetária para o jornal»⁵⁹², devido as dificuldades financeiras que o movimento enfrentava. A resposta de Engels ao pedido dos portugueses foi negativa, com a justificação que «o Conselho não estava em condições para solicitar o pedido [...] mas não havia nenhuma secção que ajudaria mais alegremente do que a de Lisboa»⁵⁹³ e era enviado aos internacionalistas portugueses cerca de 500 selos. Numa carta de Nobre França para Engels é declarado que tinham recebido os selos, no entanto, ocorreu uma hesitação em distribuí-los⁵⁹⁴ de imediato, uma medida de segurança relacionada com a existência de elementos perigosos nas secções e para evitar que fossem parar às mãos das autoridades.

O jornal sofre uma suspensão temporária, pois em setembro de 1872 não é publicado. Uma contrariedade que é relatada por José Maria Tedeschi a Paul Lafargue: «após um mês de suspensão em setembro, [o jornal] voltou a aparecer todas as semanas»⁵⁹⁵ e voltou a ser enviado de novo para Londres. O marxismo internacional, nomeadamente na pessoa de Engels, é responsável por rasgados elogios aos socialistas portugueses, inclusive ao seu jornal. *O Pensamento Social* deixou Engels surpreendido pela qualidade dos textos, nomeadamente de «dois excelentes artigos publicados»⁵⁹⁶. Embora desconheça os autores, elogia a visão dos artigos «sobre as condições económicas e históricas do desenvolvimento da sociedade moderna»⁵⁹⁷ ficando surpreendido por encontrar um artigo de excelência oriundo «de um canto tão remoto do mundo»⁵⁹⁸. Em abril de 1873, temos a informação que Engels escrevia ao Conselho

⁵⁹⁰ AAVV. *The General Council of the First International* ... p. 129.

⁵⁹¹ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 5.

⁵⁹² AAVV. *The General Council of the First International*..., pp. 129-130.

⁵⁹³ AAVV. *The General Council of the First International*..., p. 130.

⁵⁹⁴ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, in *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 11.

⁵⁹⁵ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, Instituto de História Social (Holanda).

⁵⁹⁶ AAVV. "Engels to Louis Pio in Copenhagen, London, mid-March 1872". Em *Marx & Engels Collected Works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 340.

⁵⁹⁷ AAVV. "Engels to Louis Pio in Copenhagen, London, mid-March 1872". Em *Marx & Engels Collected Works*..., p. 340.

⁵⁹⁸ AAVV. "Engels to Louis Pio in Copenhagen, London, mid-March 1872". Em *Marx & Engels Collected Works*..., p. 340.

Geral da *Internacional* para sublinhar a ideia de que «o Pensamento Social de Lisboa [era] um excelente jornal»⁵⁹⁹. Portanto, é possível afirmar que os marxistas internacionais, embora reconhecessem a presença e a influência do *socialismo utópico* em Portugal, não deixavam de reconhecer e aprovar os textos teóricos e a qualidade do seu jornal e, por conseguinte, tinham altas expectativas para com o movimento operário português. Por outro lado, deve ser destacado que o jornal *O Pensamento Social* é claramente inspirado num outro jornal publicado em Espanha, o *La Emancipacion*. Este importante jornal socialista espanhol detinha uma elevada afinidade com a *Internacional*, sendo descrito por Engels como, «porventura, o melhor jornal que a Internacional possuía»⁶⁰⁰. Os socialistas portugueses chegam a estampar o mesmo lema do *La Emancipacion*: «No mas derechos sin deberes. No mas deberos sin derechos», no *O Pensamento Social*: «Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres». Ou seja, e mais uma vez, a influência exercida pelo socialismo espanhol é uma evidência e constitui um fenómeno contagiante em Portugal. Deve ser referido que a afinidade do movimento operário português com os jornais progressistas e socialistas espanhóis é encetada logo em 1850, nomeadamente, no *Eco dos Operários*⁶⁰¹. A novidade reside no facto de que, pela primeira vez, são estabelecidas influências diretas com o setor marxista e o Conselho Geral.

Em março de 1872, Karl Marx escrevia a Paul Lafargue no sentido de relatar os maravilhosos progressos realizados pela *Internacional* desde a conferência de Londres, com «a criação de novas federações na Dinamarca, Nova Zelândia e Portugal»⁶⁰². Na reunião do subcomité da AIT, a 5 de julho de 1872, temos a informação que Engels tinha recebido a carta de Nobre França de 24 de junho de 1872, que continha alguma estatística detalhada sobre a classe operária portuguesa e a informação que «os

⁵⁹⁹ AAVV. “Frederick Engels to the General Council of the International Working Men’s Association. London 15-th April 1873”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23, Marx and Engels 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 438.

⁶⁰⁰ AAVV. “Frederick Engels. Report to the General Council of the IWMA upon the situation in Spain, Portugal and Italy”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23, Marx and Engels 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 292.

⁶⁰¹ Confrontar, LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública...*, p. 60.

⁶⁰² AAVV. “Marx to Paul Lafargue in Madrid, London, 21 March 1872”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 346.

dirigentes portugueses da AIT afirmaram que estavam totalmente de acordo com as ideias do Conselho Geral»⁶⁰³.

Os estatutos da *Internacional* e das secções da região portuguesa⁶⁰⁴ são impressos em 1872 pela tipografia Futuro, que pertencia ao tipógrafo Francisco Gonçalves Lopes⁶⁰⁵, que tinha ligações ao internacionalismo e militante da *Fraternidade Operária*. Este documento foi elaborado pelo grupo do *O Pensamento Social*, pois a sua máxima estava estampada no documento: «Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres»⁶⁰⁶. Como introdução aos estatutos e regulamentos administrativos era afirmado que a emancipação da classe trabalhadora devia ser obra dos próprios trabalhadores e é salientado o objetivo de abolir todo o regime de classe. Os regulamentos estavam em conformidade com as resoluções dos congressos da *Internacional* de 1866 a 1869 e a conferência de Londres em 1871. Este documento, além de transcrever os estatutos e a dinâmica de funcionamento interno, também anunciava a lógica de funcionamento em termos nacionais, os estatutos da secção do ofício de organização, a secção de profissões *varias* e as adesões individuais.

Em Espanha, através do jornal *La Emancipacion*, era anunciado a 20 de novembro de 1871 a entrada de Portugal, «por fim, no movimento operário internacional»⁶⁰⁷. O jornal espanhol reconhecia a forte atividade desenvolvida em proveito da associação, e o papel do *Centro Promotor* no sentido de solicitar junto das cortes liberais uma lei mais ampla sobre o direito de associação, no entanto, «o grande evento [para o jornal] era o aparecimento oficial na região vizinha da grande Associação Internacional dos Trabalhadores»⁶⁰⁸.

Neste número foi transcrito e publicado, porventura, o primeiro artigo em jornais estrangeiros dos membros da *Internacional* de Lisboa, datado de 23 de outubro de 1871. Era um texto que tinha como destinatários os operários serralheiros e caldeireiros de Lisboa e do Porto em nome da emancipação social da classe operária e dos

⁶⁰³ AAVV. *The General Council of the First International 1871-1872 Minutes*. Moscow: Progress Publishers, p. 481.

⁶⁰⁴ Um exemplar destes estatutos está conservado no *Instituto de História Social em Amesterdão*. É possível encontrar uma transcrição do documento no livro de Carlos da Fonseca (1975), *Integração e ruptura operária*, Lisboa, Editoria Estampa, pp. 133-156.

⁶⁰⁵ Carlos da Fonseca é da opinião que é Francisco Gonçalves Lopes o operário que Anselmo Lorenzo refere nas suas memórias sobre os encontros com os portugueses. FONSECA, Carlos da (1973), *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa...*, p. 45.

⁶⁰⁶ Sem autor. *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores e das secções da região portuguesa*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1872, p. 1.

⁶⁰⁷ *La Emancipacion...*, 20 de novembro de 1871, N.º 23, p. 4.

⁶⁰⁸ *La Emancipacion...*, 20 de novembro de 1871, N.º 23, p. 4.

trabalhadores de Sevilha. Nesta cidade espanhola os serralheiros e caldeireiros da fábrica de Santo António tinham entrado em greve exigindo melhores condições de trabalho, melhores salários e dignidade. Perante o levantamento grevista o patronato procurava «fora de Sevilha, e até fora de Espanha, operários»⁶⁰⁹ para substituir os trabalhadores em greve. Perante esta postura dos patrões, os internacionalistas lisboetas apelavam aos trabalhadores portugueses para a solidariedade contra os donos da fábrica e alertavam sobre os perigos e as falsas promessas. Antero de Quental é um dos autores deste texto, é o próprio que reconhece numa carta que tinha como destinatário Teófilo Braga. Escreve ao seu amigo, anexando várias dúzias de cópias do documento da autoria «dos membros da Internacional em Lisboa (entre os quais estou eu) [...] a respeito da greve de Santo António, em Sevilha»⁶¹⁰. Na carta apresenta a ideia dos internacionalistas de criar uma onda de fraternidade entre os serralheiros e caldeireiros de Lisboa e do Porto para com os colegas de Sevilha através da propaganda, pois segundo Antero de Quental «a solidariedade operária impõe como dever a não darem os trabalhadores de uma nação armas aos capitalistas contra os trabalhadores de outra nação»⁶¹¹. Esta informação permite perceber um pouco melhor o funcionamento da dinâmica operacional do internacionalismo português. Neste período a intelectualidade socialista tinha a plena noção do impacto, da tensão e do mediatismo permanentes a que estava sujeita, especialmente, no debate público. Por esse motivo, optava por se proteger e, por vezes, a mobilização é realizada em práticas discretas e até com um certo secretismo. O modelo encontrado é o recurso às amizades e simpatias políticas para concretizar algumas ações de propaganda, como foi este caso. Antero de Quental solicitou a ajuda e a intervenção de Anselmo de Moraes que, por sua parte, ficou de distribuir pelas oficinas e fábricas do Porto os exemplares de apoio aos trabalhadores de Sevilha, porém, com o cuidado para não se ver de que mão tinha partido os documentos⁶¹².

Numa das primeiras cartas de Nobre França para Engels é afirmado que foi durante os acontecimentos da Comuna de Paris que ocorreu a mobilização do seu grupo para «discutir as questões sociais»⁶¹³. Mas revela que não conheciam a *Internacional*, e

⁶⁰⁹ *La Emancipacion...*, 20 de novembro de 1871, Nº 23, p. 4.

⁶¹⁰ BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de via literária...*, p. 73.

⁶¹¹ BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de via literária...*, p. 73.

⁶¹² BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de via literária...*, p. 73.

⁶¹³ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 4.

que a sua existência foi transmitida pelos jornais, despontando uma curiosidade política sobre a temática. É através de José Maria Tedeschi que Antero de Quental é apresentado a Nobre França com a ideia de ser constituído «um pequeno grupo de propaganda»⁶¹⁴, uma ligação que acaba por juntar José Fontana e Eduardo Maia. Este último já era conhecido nas hostes radicais pela publicação de um folheto sobre a Comuna de Paris. Nobre França relata que o início da organização da *Internacional* foi um processo complicado, envolvendo várias polémicas internas. Relata a Engels que a «minoría, incluído Antero, parecia contrária ao trabalho da organização»⁶¹⁵ com o pretexto dos perigos inerentes à atividade da *Internacional*, a ausência de liberdade de associação e a eventual perseguição política do governo. Esta informação fornecida por Nobre França poderá explicar uma carta elaborada por Engels, a 4 de janeiro de 1873, ao socialista Friedrich Sorge onde afirmava erradamente que em «Portugal o direito de associação não existe; logo a Internacional não está lá oficialmente constituída»⁶¹⁶. Nobre França afirma que é durante a estadia de Antero de Quental na província, onde se tinha refugiado para elaborar um livro de teor socialista, que é fundada a secção portuguesa da *Internacional*. É uma reunião presenciada por «alguns operários, especialmente serralheiros»⁶¹⁷, destacando que entre o grupo fundador apenas o próprio e o José Maria Tedeschi é que estavam mais esclarecidos perante as aspirações da *Internacional*, embora, caracterize Tedeschi na carta como um «um revolucionário inofensivo, não tendo ainda concebido uma solução, e apreciando a doutrina pelo lado literário dá preferência aos escritos dos socialistas»⁶¹⁸.

Como escreveu Rui Ramos, «o meio literário era uma das estradas reais da Internacional»⁶¹⁹ e, de facto, é notória a existência de uma afinidade muito grande com vários intelectuais, como foi o caso de Teófilo de Braga e do editor Anselmo de Moraes. O próprio Eça de Queiroz, que tinha um íntimo relacionamento com os internacionalistas, embora não fosse uma voz pública e ativa na sua defesa, anunciava numa carta de 1871 a Manuel Emídio Garcia o clima revolucionário em Lisboa,

⁶¹⁴ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 5.

⁶¹⁵ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872..., p. 5.

⁶¹⁶ AAVV. “Engels to Friedrich Adolph Sorge in Hoboken, London, 4 January 1873”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 467.

⁶¹⁷ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872..., p. 5.

⁶¹⁸ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872..., p. 11.

⁶¹⁹ RAMOS, Rui. “A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)”. *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 1992, p. 507.

afirmando: «eu mesmo [...] sou membro da Internacional, mas compreendes que não fui filiado por esses supostos agentes que os jornais falaram, que são alguns especuladores de Madrid que se harmonizaram com os Penicheiros»⁶²⁰. Nas entrelinhas Eça de Queiroz fazia uma ligação entre os elementos da *Aliança* e o sector com afinidades política ao Conde de Peniche. Igualmente esclarecedor é a referência ao debate público sobre a eventual atividade dos internacionalistas na imprensa. Segundo Nobre França o próprio Teófilo de Braga, além de escrever no *O Pensamento Social*, vai contribuir para o trabalho da *Internacional* que, juntamente com o seu amigo Anselmo de Moraes, prometeu «fundar associações de resistência, e secções da Internacional»⁶²¹. Mais tarde, na carta de 27 de julho, informa Engels que no Porto Anselmo de Moraes estava a edificar uma cooperativa de consumo. De facto, Anselmo de Moraes foi um importante aliado dos internacionalistas na região do Porto. Nesta carta, volta a criticar os republicanos e os socialistas que funcionavam numa lógica meramente política e contrariavam a «organização da classe trabalhadora»⁶²². A 24 de junho de 1872 Nobre França informava Friedrich Engels dos progressos da *Internacional*, destacando que o número de militantes internacionalistas de confiança está longe dos 200. Estruturalmente o internacionalismo português estava repartido por três secções e uma secção Varia: «a dos serralheiros (serruriers) 31 membros; a dos trabalhadores (serventes de serrurerie) 13; ferreiros 15, secção Varia 87»⁶²³.

As eleições internas do conselho local iam decorrer no dia 26 de junho. Nobre França acaba por ser escolhido para o cargo de secretário da secção *Federal Portuguesa da Internacional* e, por isso, a sua morada surge em várias correspondências de Engels: Travessa do Abarracamento de Peniche, nº 4, 2º andar em Lisboa⁶²⁴, ou seja, na zona de Alcântara onde existia uma forte implantação das ideias internacionalistas. Anteriormente, em abril de 1872, o deputado Anselmo José Braamcamp ao debater em torno do imposto de consumo afirmava que a *Internacional*, tinha «poucos adeptos [...]

⁶²⁰ Citado em, MÓNICA, Filomena Maria. “O senhor Ávila e os conferencistas do Casino”. *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 2001, p. 1028.

⁶²¹ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 17.

⁶²² Carta Nobre França para Friedrich Engels, 27 de julho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 22.

⁶²³ Nobre França, Carta de 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 11.

⁶²⁴ AAVV. “Engels to Friedrich Adolph Sorge in Hoboken, London, 2 november 1872”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 445.

devid[o] à [...] moderação da nossa ação fiscal sobre as classes operárias»⁶²⁵, mas era preciso garantir que esse sector social não ficasse «à mercê das doutrinas e da ação destruidora de alguns loucos revolucionários»⁶²⁶. Este discurso acabou por ser transcrito no *O Pensamento Social*, com os socialistas acusaram o deputado de argumentar com o recurso ao «fantasma da Internacional»⁶²⁷. No final de abril o Par Visconde de Fonte Arcada afirmava a existência de um perigo para o sistema constitucional, declarando existir, «por um lado quem queira estabelecer o sistema absoluto, e por outro lado a Internacional»⁶²⁸.

A eleição de Nobre França para a direção da *Internacional* carrega um simbolismo, pois é escolhido um trabalhador para a direção do internacionalismo português. A escolha acaba por não ser surpreendente, pois parece estar ligada ao facto de ser um quadro político que vinha a acumular experiência no associativismo operário, pelo menos desde 1867, data que o seu nome já aparece ligado à comissão administrativa da *Associação Tipográfica de Lisboa*⁶²⁹. Portanto, é um trabalhador que vinha de uma certa elite do mundo do trabalho, um operário letrado e politizado que oferecia as garantias necessárias para o cargo. De facto, inicialmente é Nobre França o contacto português de Friedrich Engels, que desde 1870 «estava encarregado da correspondência com Espanha, Portugal e Itália»⁶³⁰ nos trabalhos da *Internacional*. A 30 de julho de 1872, o *Diário Popular* transcrevia correspondência de Lisboa para um jornal de Coimbra que afirmava que a «Internacional [tinha] em Lisboa 12 000 filiados, dos quais 1 000 e tantas mulheres, contribuindo cada um para o cofre da sociedade com 20 réis por semana»⁶³¹. No entanto, o jornal demonstrava ter dúvidas na veracidade da notícia e de facto estes números estão bastante longe dos dados transmitidos por Nobre França a Engels no mês anterior.

A 27 de julho de 1872, Nobre França escrevia a Engels a confirmar que no dia 04 de julho tinha sido constituído o *Conselho da Federação Local de Lisboa*. Cada secção elegeu um delegado por dezena até ao máximo de três e por conseguinte, a secção Varia elegeu três, os serralheiros três, a dos trabalhadores e ferreiros um cada. Portanto, oito

⁶²⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 de abril de 1872, N.º 61, p. 993.

⁶²⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 de abril de 1872, N.º 61, p. 993.

⁶²⁷ *O Pensamento Social*, maio de 1872, 1º Ano, N.º 11, p. 2.

⁶²⁸ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 30 de abril de 1872, N.º 34, p. 142.

⁶²⁹ *A Revolução de Setembro*, 8 de fevereiro de 1867, XXVIII Ano, N.º 7408, p. 2.

⁶³⁰ ENGELS, Friedrich. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Tradução Paul Lafargue. Paris: Derveaux Libraire-Éditeur, 1880, p. 7.

⁶³¹ *O Diário Popular*, 30 julho de 1872, 7º Ano, N.º 2063, p. 1.

delegados elegeram o *Conselho da Federação Local de Lisboa* e com esta eleição, Nobre França solicitava a Engels que fosse comunicado às restantes federações regionais a constituição da portuguesa, e solicitavam os contactos das federações estrangeiras e exemplares dos estatutos, nomeadamente das secções das mulheres, pois os internacionalistas portugueses queriam «fundar também uma secção de costureiras brevemente»⁶³². Aos poucos a fileira do internacionalismo português vai engrossando, e durante o movimento grevista de 1872-73, os carpinteiros navais e os fundidores acabam por aderir à *Internacional*.

Uma ideia a reter da história da formação da *Internacional* em Portugal é a sedução que essa organização exercia entre os socialistas e republicanos portugueses. Esta amálgama radical demonstrava uma enorme vontade política de colocar Portugal na *Internacional* e, por seu turno, a *Internacional* em Portugal. Embora em agosto de 1872 *O Pensamento Social* escrevesse um desabafo nas suas páginas – «oh, Associação Internacional! Porque não estendeis os teus braços a Portugal!»⁶³³ – na verdade a *Internacional* tinha aceitado nas suas fileiras o movimento operário e socialista português.

Apesar de a *Associação Internacional dos Trabalhadores* seja formada em Portugal com a valiosa ajuda do sector espanhol aliado a Bakunin, rapidamente a tendência *marxista* consegue adquirir robustez e preponderância. Este trabalho será realizado e dinamizado pelo grupo de Nobre França e vai ter o contributo essencial do genro de Karl Marx, um importante dirigente socialista chamado Paul Lafargue. Este socialista franco-cubano, juntamente com sua mulher Laura Marx (filha de Karl Marx), vai realizar trabalho político na Península Ibérica no sentido de consolidar a *marxista*. O trabalho político de Paul Lafargue faz com que Engels designe elogiosamente como o «nosso melhor homem em Madrid»⁶³⁴. Paul Lafargue e Laura Marx chegam a Portugal a 8 de agosto de 1872 e descrevem a sua viagem a Engels num molde quase turístico. São surpreendidos pelo clima agradável de uma cidade pitoresca, e elogiam a boa receção por parte dos internacionalistas portugueses. São salientadas as semelhanças do castelhano e do Português, o que permitia estabelecer as bases para a comunicação e os socialistas portugueses são descritos como «inteligentes[,] apesar do seu

⁶³² Nobre França, Carta de 27 de julho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 22.

⁶³³ *O Pensamento Social*, 4 de agosto de 1872, N.º 22, p. 1.

⁶³⁴ Citado em, DERFLER, Leslie. *Paul Lafargue and the founding of french marxismo 1842-1882*. London: Harvard University Press, 1991, p. 131.

prudonismo»⁶³⁵. No entanto, refere a Engels os conflitos internos no internacionalismo português, destaca a aspiração de alguns internacionalistas ao lugar de deputados e com o objetivo político de «formar um partido socialista»⁶³⁶. Sem nunca mencionar nomes, retrata a intriga, falando que alguns internacionalistas eram acusados de pretenderem «apenas usar a Internacional para os seus fins pessoais»⁶³⁷. Ao contrário destes indivíduos, para Lafargue, «os melhores elementos»⁶³⁸ do campo socialista português eram contra «qualquer ação política antes da organização da classe operária»⁶³⁹. Lafargue dá conta de que a *Internacional* não intervinha publicamente e os seus membros decidiram organizar associações de resistência, «o que em muito aborreceu os políticos»⁶⁴⁰. Confirma que tinha sido da sua autoria o artigo “*A solidariedade operária*”⁶⁴¹ no número 23 do *O Pensamento Social* e que o mesmo texto tinha agradado aos socialistas portugueses. Para Paul Lafargue «um dos melhores»⁶⁴² elementos da *Internacional* em Portugal é Nobre França e alerta Engels que o português tinha escrito por duas vezes e ainda não tinha recebido qualquer resposta. Ainda sobre *O Pensamento Social* diz a Engels que «o primeiro artigo do primeiro número não é [dele], mas de um chamado Tedeschi, ou Quintal [Quental], um rapaz muito inteligente e muito dedicado»⁶⁴³, e recomenda a leitura de artigos do jornal socialista salientado que existia «um grande fanatismo de classe»⁶⁴⁴.

A presença de Lafargue em Portugal faz desencadear um canal privilegiado entre os portugueses e o Conselho Geral. Por outro lado, Lafargue não deixou de ouvir e anotar alguns comentários deixados pelos dirigentes portugueses, nomeadamente, a necessidade de enviar informação teórica para Portugal sobre a história da organização e

⁶³⁵ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 29 de maio de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 137.

⁶³⁶ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶³⁷ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶³⁸ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶³⁹ AAVV. *Correspondence Frederick Engels, Paul Lafargue, and Laura Marx...*, p. 424.

⁶⁴⁰ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶⁴¹ *O Pensamento Social*, 10 de agosto de 1872, N.º 23, p. 1.

⁶⁴² Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶⁴³ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 29 de maio de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 137.

⁶⁴⁴ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 29 de maio de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 137.

do trabalho do socialismo na Alemanha, pois segundo os dirigentes socialistas era uma temática muito debatida e discutida nas fileiras socialistas. O dirigente marxista não era desconhecido da imprensa portuguesa, *A Nação* já tinha escrito sobre ele, afirmando que «Lafargue é genro do sr. Karl Marx, membro da assembleia da Internacional e um dos fundadores da sociedade»⁶⁴⁵, no entanto, a sua passagem por Portugal terá passado despercebida na imprensa.

O período grevista de 1872-73 vai abalar a organização da *Internacional* e é o próprio Nobre França a confirmar esta realidade a Engels. Na correspondência de 17 de agosto de 1873 anunciava que «as pequenas secções internacionais sofreram o mesmo mal das associações; quase todas se dispersaram»⁶⁴⁶ e demonstrava que a coesão ideológica do internacionalismo português continuava frágil, afirmando que José Fontana «absorve o proudhonismo de Oliveira Martins e de Antero, e para quem de resto a liquidação social é uma injustiça»⁶⁴⁷. Quando Oliveira Martins publica a *Teoria do Socialismo*, Antero de Quental escreve uma carta a felicitar o amigo e recomenda que se «ofereça um exemplar [...] a cada um dos nossos aliados, França, Tedeschi e Fontana, que são da redação do Pensamento [Social]»⁶⁴⁸. No Porto a situação causava apreensão a Nobre França, «sobretudo por dominar nela o seu secretário, Felizardo Lima»⁶⁴⁹. Felizardo Lima é encarado politicamente como um adepto do socialismo de Louis Auguste Blanqui, uma figura que estava interdito às associações de resistência em Lisboa e que tinha ido para o Porto depois de ter sido despedido do serviço telegráfico em Lisboa. No Porto estabeleceu contactos e atividades com o mundo operário, criando uma organização local denominada *Associação de Todos os Trabalhadores*. Nobre França ainda informa Engels que no Porto existiam cerca de 50 internacionalistas, mas, ao seguirem os passos dos de Lisboa, nomeadamente com a greve dos manipuladores de tabaco, o movimento no Porto acabou por se extinguir⁶⁵⁰.

⁶⁴⁵ *A Nação...*, 20 de agosto de 1871, Ano XXIII, N.º 7060, p. 2.

⁶⁴⁶ Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 40.

⁶⁴⁷ Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 41.

⁶⁴⁸ Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins (VI), (s.a.). Transcrita em, MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Cartas inéditas de Antero de Quental...*, p. 8.

⁶⁴⁹ Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 41.

⁶⁵⁰ Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 41.

No norte do país a expansão do internacionalismo foi mais complicada do que em Lisboa, *O Pensamento Social* escreve que os internacionalistas do Porto em agosto de 1873 tinham visitado Guimarães para fundar uma associação, no entanto, tinham sido forçados a fugir da cidade devido a uma «manifestação hostil da população»⁶⁵¹. Perante a situação, os socialistas acusaram a pequena burguesia capitalista e clerical pela violência gerada em Guimarães, que dinamizou um grupo para protestar contra a realização da sessão pública para os operários na cidade. A situação não escalou para uma maior violência devido à ação do governador civil, do administrador do concelho e do presidente da Câmara Municipal que ajudaram a retirar os dirigentes socialistas perante uma multidão enraivecida que gritava: «Mata! Mata, que são os ladrões da comuna»⁶⁵². Em Espanha este acontecimento é divulgado na imprensa operária, sendo noticiado que uma comissão de propaganda oriunda do Porto tentou estabelecer assembleias de operários na região norte de Portugal, no entanto, em Guimarães não foi possível realizar a sessão devido à atmosfera hostil, os espanhóis escrevem que os companheiros portugueses «estiveram em perigo de perder as suas vidas e de ver incendiada a casa onde se hospedaram»⁶⁵³. A imprensa nacional divulga estes acontecimentos, como por exemplo *A Nação*, o *Diário Popular* e o *jornal do Porto*, este último dá um maior destaque ao acontecimento. Neste jornal o correspondente de Braga elogiava o comportamento do povo vimaranense, que sendo liberal e monárquico recusavam «em Portugal a bandeira socialista»⁶⁵⁴. Retrata que a comissão internacionalista era composta por Felizardo Lima, Júlio Máximo Pereira e os trabalhadores Eugénio de Lerne (afinador de pianos), Francisco Gonçalves (fiteiro) e um tecelão parente deste último. Segundo o jornal, esta comissão andava em trabalho de propaganda política pela região do Minho e depois das reuniões em Guimarães iam para Braga e Viana do Castelo. Segundo *A Nação* os internacionalistas tinham enfrentado um ambiente hostil, escrevendo também elogios à população de Guimarães. O jornal ainda afirma que Felizardo Lima tinha sido «um dos oradores do meeting do Porto, e o secretário da Internacional mascarada com outro nome»⁶⁵⁵. A excursão dos socialistas a Guimarães ocorre num período de grande agitação em Lisboa, com os reflexos dos acontecimentos de Alcoy (Comunidade Valenciana), que abordaremos mais à frente, a

⁶⁵¹ *O Pensamento Social*, 23 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 2.

⁶⁵² *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 53, p. 2.

⁶⁵³ *La Federacion...*, 27 de setembro de 1873, Ano V, N.º 215, p. 3.

⁶⁵⁴ *Jornal do Porto*, 22 de agosto de 1873, Ano XV, N.º 190, p. 1.

⁶⁵⁵ *A Nação...*, 20 de agosto de 1873, Ano XXVI, N.º 8541, p. 3.

surgir no imaginário da opinião pública e a ligação com os eventos revolucionários da Comuna de Paris e o papel da *Internacional*.

Portanto, em 1873 a organização da *Internacional* em Portugal está numa situação precária, com várias secções extintas e desse modo o que sobrou teve que ser agrupado na secção Varia, como foi o caso da própria secção de Nobre França, os tipógrafos⁶⁵⁶. Neste momento Nobre França informa Engels que tinha sido substituído por Azedo Gneco (gravador da casa da moeda) no cargo de secretário do Conselho, afirmando que era um «moço dedicado e trabalhador, mas carecendo ainda de faculdades»⁶⁵⁷. A troca da direção resulta na continuidade, pois Nobre França é substituído por um outro trabalhador que detinha características semelhantes. Além destas alterações de lideranças, Nobre França anunciava uma refundação na estrutura da *Internacional* em Portugal. O primeiro passo era «tornar pública a Internacional, com o nome de Associação de 18 de Março»⁶⁵⁸, a questão, todavia, era substituir as secções por grupos locais como forma de empolgar os trabalhadores.

Em outubro de 1873 é enviada uma circular à *Comissão Federal Espanhola da Internacional* onde é anunciado que «a Federação portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores acabava de se constituir definitivamente»⁶⁵⁹. A federação tinha sido possível com a organização de um conselho regional das três federações locais ligadas à *Internacional*. Pela primeira vez os internacionalistas portugueses com sensibilidades diferentes assumem estruturalmente a unidade em nome da *Internacional*, numa circular assinada a 17 de setembro de 1873 pelo secretário-geral, Azedo Gneco. A 23 de setembro de 1873, os espanhóis desejavam as felicidades aos companheiros portugueses pela constituição da Federação⁶⁶⁰. Meses antes, em abril, *O Paiz* noticiava que dois jornais de Lisboa garantiam a vinda de Espanha para Portugal de alguns indivíduos agitadores. Perante isto, o ministro Andrade Corvo foi confrontado no parlamento com a informação, respondendo não saber de nada e que tinha tomado conhecimento da notícia pela imprensa. Esta resposta faz sossegar o jornal liberal, pois

⁶⁵⁶Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 42.

⁶⁵⁷Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 42.

⁶⁵⁸Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 44.

⁶⁵⁹*La Federacion...*, 4 de outubro de 1873, Ano V, N.º 216, p. 3.

⁶⁶⁰MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 301.

nenhum jornalista estava «melhor informado do que a polícia e os ministros, a cerca das coisas que interessam a ordem pública»⁶⁶¹. Um tempo depois é citado no mesmo jornal uma notícia de França que dava conta de um suposto envio de emissários internacionalistas para Espanha e Portugal, oriundos de Genebra, Londres e Bélgica, que esperavam grandes resultados. A notícia transcrevia que o «governo desta república (França) não ignora os manejos socialistas e os seus fins»⁶⁶². De facto, os rumores sobre a entrada de agentes da internacional é uma constante na imprensa. Em 1872 é posto a circular nos jornais a informação de que o governo estava na posse de informações sobre a presença no país de «três agentes da Internacional vindos da Suíça»⁶⁶³. Perante isto, foi recomendado aos governadores civis e aos administradores dos bairros de Lisboa uma especial atenção e que deviam procurar investigar a presença de um espanhol, um francês e um austríaco com ligações à *Internacional*.

No ano de 1873 é manifestamente visível um clima de ansiedade e de preocupação na esfera pública que é estimulada pela imprensa, uma reação aos eventuais agravamentos revolucionários, às suspeitas de penetração de dirigentes da *Internacional* no país e, particularmente, aos acontecimentos revolucionários de Alcoy. Não é conhecida nesse ano qualquer entrada em Portugal de emissários internacionalistas, mas sim de um agente dos serviços de segurança francês que chega a Portugal em março com a missão de espiar e realizar relatórios sobre a *Internacional*, os internacionalistas e eventuais refugiados da Comuna em Portugal.

5.4 O Congresso de Haia 1872

O congresso realizado em setembro de 1872 na cidade de Haia (Países Baixos) promovido pela *Associação Internacional dos Trabalhadores* contou com 65 delegações que representavam cerca de 13 países da Europa, Austrália, e dos Estados Unidos da América. Em comparação com os congressos e encontros anteriores da AIT o congresso de Haia revela um significativo aumento na participação. A elevada participação também demonstra os conflitos internos, pois acabou por ser um congresso movido pelo combate político em torno da conquista ou manutenção do Conselho Geral por parte de duas sensibilidades socialistas.

⁶⁶¹ *O Paiz...*, 9 de abril de 1873, N.º 80, p. 2.

⁶⁶² *O Paiz...*, 4 de maio de 1873, N.º 100, p. 2.

⁶⁶³ *Jornal da Noite*, 28 e 29 de fevereiro de 1872, 2º Ano, N.º 361, p. 2.

É um congresso que marca, de forma definitiva, a rutura total entre os marxistas, que conseguem o apoio do sector blanquista, e os bakuninistas. Estes últimos são acusados de montarem uma sociedade secreta nas fileiras da *Internacional* e, por isso, o congresso optou pela expulsão do movimento operário internacional. No entanto, continuaram a interagir e a integrar o mesmo. Por outro lado, ficou definida a alteração da sede do Conselho Geral de Londres para Nova Iorque, uma postura relacionada com o medo que o Conselho em Londres pudesse tombar nas mãos de apoiantes de Louis Blanc. Muitos historiadores apontam esta estratégia como uma das principais causas para a decadência e o fim da Primeira Internacional em 1876.

Os trabalhos neste congresso vão causar profundos ecos e alterações nos movimentos operários nacionais e no socialismo internacional. É no congresso de Haia que são lançadas as bases definitivas para formar partidos políticos de âmbito social-democrata. Uma das importantes resoluções do congresso apontava para a necessidade de «constituição da classe operária num partido político, indispensável na ordem de assegurar o triunfo da revolução social [...] e na abolição das classes»⁶⁶⁴. Embora seja verdade que tanto Marx como Engels não tenham finalizado em definitivo uma teoria sobre as estruturas partidárias operárias, sempre assumiram uma postura favorável à criação de plataformas partidárias que deviam conquistar posições políticas para os trabalhadores, mesmo sabendo dos riscos, pois a «organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é, a todo o momento, perturbada pela concorrência dos operários entre si»⁶⁶⁵. Na década de 70 o movimento operário internacional tinha no horizonte a conquista do poder político por parte da classe trabalhadora.

O governo português é informado pela sua legação na Bélgica (secção Holanda) sobre o futuro congresso internacionalista. O diplomata Miguel Martins de Antes escreve para Andrade Corvo a informar que o congresso ia ser realizado nos Países Baixos «porque a associação não era tolerada em França nem em Alemanha»⁶⁶⁶. O seu ofício ainda diz que seria possível ao governo neerlandês proibir legalmente o congresso, no entanto, não acreditava que o governo tomasse qualquer medida nesse sentido, ou seja, dava como certa a realização do congresso em Haia. Em junho de

⁶⁶⁴ GERTH, Hans (Editor e tradução). *First International, Minutes of the Hague Congress of 1872 with related documents*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1958, pp. 285-286.

⁶⁶⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Coimbra: Centelha, 1974, p. 36.

⁶⁶⁶ Delegação de Portugal na Bélgica. Secção da Holanda, 30 de julho de 1872, N.º 7, *Arquivo Andrade Corvo*, A.C. 1-A.C. 2090, 1396. Biblioteca Nacional.

1872, o *Pensamento Social* anunciava que o Conselho Geral da *Internacional* tinha resolvido concretizar o seu congresso nos Países Baixos, «começando as sessões na primeira segunda-feira de setembro»⁶⁶⁷.

A secção portuguesa da *Associação Internacional dos Trabalhadores* esteve representada neste congresso através do delegado Paul Lafargue, inaugurando assim a presença do movimento operário e socialista português em palcos internacionais. A presença da delegação portuguesa, pela voz de Lafargue, estava alinhada com o Conselho Geral nas críticas ao sector de Bakunin. O delegado Lafargue fez questão de abordar e lembrar ao congresso a incursão dos internacionalistas espanhóis em Portugal, no entanto, o seu discurso pretendia criticar fortemente o desempenho e o papel de um deles. O alvo era o anarquista Tomás Morago, que também estava presente no congresso enquanto delegado. À luz de Lafargue, Morago ao apresentar a sua demissão do conselho federal espanhol durante o exílio em Lisboa demonstrou a sua traição⁶⁶⁸.

Paul Lafargue enquanto delegado estava a representar a delegação «portuguesa e a nova federação de Madrid»⁶⁶⁹ e foi nessa qualidade que apresentou ao congresso o relatório do Conselho Federal Português. É um documento denominado *dos trabalhadores portugueses aos delegados do Congresso Internacional de Haia* da autoria dos socialistas portugueses com várias páginas. Este texto é publicado na íntegra em Espanha, nas páginas do periódico internacionalista *La Emancipacion* a 28 de setembro de 1872 e pode ser encontrado numa compilação de documento sobre o Congresso de Haia em 1976⁶⁷⁰. O relatório é assinado por Nobre França e contém a data de 15 de agosto de 1872. Em Portugal o documento foi transcrito como documento inédito no livro de Alberto Vilaça⁶⁷¹, o original está na Rússia⁶⁷², mas existe uma cópia em microfilme no *Instituto de História Social de Amesterdão* (Holanda)⁶⁷³.

Em jeito genérico, o relatório abordava o território continental, a sua população e a geografia, apresentado vários dados e elementos sobre a vida social, económica da

⁶⁶⁷ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1.º Ano, N.º 17, p. 3

⁶⁶⁸ GERTH, Hans (Editor e tradução). *First International, Minutes of the Hague Congress...*, p. 184.

⁶⁶⁹ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 26, p. 2.

⁶⁷⁰ DIXON, Richard e MILLER, Alex Miller (tradução). *The Hague Congress of the First International. Minutes and documents*. Moscow: Progress Publishers, 1976, pp. 259-264.

⁶⁷¹ VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, 2005, p. 148-155.

⁶⁷² No arquivo de História Social e Política em Moscovo (RCChIDNI, fundo 21).

⁶⁷³ “Report of the Portuguese Federal Council The Portuguese Workers to the Delegates of the World Congress at The Hague”, em *International Working Men's Association. Anarchosyndicalist Federation Archives* (microfilmes), *Instituto de História Social* (Holanda).

população portuguesa. Descrevia uma população rural sujeita a condições de vida miseráveis, com uma alimentação exclusivamente de pão de milho, vegetais, bacalhau e sardinha. Afirmava ainda que em Portugal se calculava existirem à volta de 40 000 mendigos, milhares de crianças abandonadas, um número de prostitutas alto e a existências de diversas instituições religiosas⁶⁷⁴. Acusa o industrial português de ter ainda ligações económicas ao tráfico de escravos, ao *cultivo do negro*, pois muitos portugueses ainda detinham propriedades de escravos no Brasil. Curiosamente o documento afirma que «a capital de Portugal não tinha nenhuma atividade industrial e agrícola»⁶⁷⁵, embora mais à frente diga que Lisboa e Porto são os grandes centros fabris, com as atividades industriais da alimentação, construção civil e metalurgia a merecerem destaque. No plano laboral o documento afirma que a «duração do trabalho varia entre as 12 e 16 horas»⁶⁷⁶, com salários miseráveis em todas as indústrias, com a exceção da siderurgia onde os salários eram mais elevados.

Politicamente a classe trabalhadora é retratada como um *rebanho* desligado da política, salientando que a primeira tarefa a fazer em Portugal era «separar a classe trabalhadora dos partidos políticos»⁶⁷⁷ e das ligações aos políticos burgueses e do constitucionalismo. Nobre França divulga no relatório a existência de duas escolas socialistas em Portugal, uma denominada *popular* que defendia o socialismo dos economistas burgueses e as instituições filantrópicas. A outra citada como dos *socialistas políticos* que pretendiam alcançar uma revolução económica através do parlamento. Para Nobre França ambas as correntes não tinham força no mundo do trabalho, no entanto, nada diz sobre a escola socialista que a secção portuguesa seguia oficialmente. O documento afirmava ao congresso que em outubro de 1871, em Lisboa, «constituiu-se um pequeno grupo de *internacionalistas*»⁶⁷⁸ que tinha fundado uma associação de resistência que contava com 4 000 militantes e um jornal (*O Pensamento Social*) que divulgava as ideias internacionalistas.

Os portugueses não participaram presencialmente no congresso, mas são bastante intervenientes. São apresentados três documentos no congresso da autoria dos internacionalistas portugueses. Além, do relatório apresentado aos delegados do congresso, temos um documento da autoria de José Fontana (*Memória enviada ao*

⁶⁷⁴ *La Emancipacion...*, 28 de setembro de 1872, Ano II, N.º 67, p. 4.

⁶⁷⁵ *La Emancipacion...*, 28 de setembro de 1872, Ano II, N.º 67, p. 4.

⁶⁷⁶ *La Emancipacion...*, 28 de setembro de 1872, Ano II, N.º 67, p. 4.

⁶⁷⁷ *La Emancipacion...*, 28 de setembro de 1872, Ano II, N.º 67, p. 4.

⁶⁷⁸ *La Emancipacion...*, 28 de setembro de 1872, Ano II, N.º 67, p. 4.

*Congresso de Haia*⁶⁷⁹) sobre a *Fraternidade Operária* e o *Mandato imperativo da Federação Portuguesa para o seu delegado ao Congresso de Haia*⁶⁸⁰. Este documento é elaborado numa reunião a 23 de agosto de 1872 na presença de vários internacionalistas. O documento é transcrito pela primeira vez em Portugal na *Seara Nova* num artigo de Alberto Pedroso. Nesta discussão os internacionalistas portugueses reiteravam que a «conduta da Aliança [tinha] originado lamentáveis consequências para o prestígio da Associação Internacional dos Trabalhadores»⁶⁸¹, sendo o seu «objetivo dominar e desorganizar a nossa Associação»⁶⁸². Outro alvo de críticas dos socialistas portugueses era a secção italiana que tinha um comportamento contra o regulamento geral da *Internacional*. Nesta lógica os internacionalistas portugueses assumiram uma posição ideológica na batalha política avivada em Haia, apresentando ao congresso as seguintes medidas: relativamente à *Aliança*, esta devia ser «declarada uma sociedade perigosa altamente prejudicial para a emancipação económica da classe trabalhadora»⁶⁸³. Perante isto, a proposta dos portugueses defendia que o congresso atuasse contra ela. Por outro lado, os portugueses consideravam ilegal a convocação de um congresso geral pela secção italiana. De facto, esta postura dos socialistas portugueses e a sua entrada para o lado do marxismo foi orquestrada previamente entre Lafargue, Engels e Marx. Este documento é assinado por Daniel Alves (que presidiu à sessão), José Almeida e Santos, José da Silva, José Pereira, Raimundo Luba, Santos Leite, Celestino Aspra e Nobre França, ambos secretários. A ausência de nomes como Eduardo Maia, José Fontana, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, José Tedeschi ou Azedo Gneco não é sinal que esses socialistas não tenham participado no debate em torno do congresso.

Esta interpretação dos acontecimentos foi usada pelo quadrante marxista e pretendia corresponder a vários factos políticos ocorridos em diversos movimentos operários. Segundo Nobre França, Antero de Quental terá colocado a hipótese de ir ao congresso da *Internacional* em Haia, no entanto, Paul Lafargue é informado que a

⁶⁷⁹ *La Emancipacion...*, 14 de setembro de 1872, Ano II, N.º 65, p. 4.

⁶⁸⁰ DIXON, Richard e MILLER, Alex Miller (tradução). *The Hague Congress of the First International...*, pp. 323-324.

⁶⁸¹ *Mandato imperativo da Federação Portuguesa para o seu delegado ao Congresso de Haia*, 23 de agosto de 1872, Transcrito em, PEDROSO, Alberto. “O mandato da Federação Portuguesa da AIT a Paul Lafargue”. *Seara Nova*, N.º 1591, p. 27. Publicado no jornal, *La Emancipacion...*, 14 de setembro de 1872, 1978N.º 65.

⁶⁸² *Mandato imperativo da Federação Portuguesa para o seu delegado ao Congresso de Haia*, 23 de agosto de 1872, Transcrito em, PEDROSO, Alberto (1978), “O mandato da Federação...”, p. 27.

⁶⁸³ *Mandato imperativo da Federação Portuguesa para o seu delegado ao Congresso de Haia*, 23 de agosto de 1872, Transcrito em, PEDROSO, Alberto (1978), “O mandato da Federação...”, p. 27

secção portuguesa não conseguia enviar nenhum delegado e, perante esta ausência, o socialista ia sugerir aos portugueses «o envio duma aprovação do plano de organização, publicada por *La Emancipacion*, e ao mesmo tempo o envio duma proposta de dissolução da *Aliança* e a expulsão de todos os seus membros»⁶⁸⁴. A proposta ainda previa a reintegração destes membros, na condição de realizarem uma espécie de autocrítica que devia passar pelo protesto público contra a *Aliança* e um juramento de não voltarem a integrar uma sociedade secreta. Segundo o próprio Lafargue era a «mesma proposta que *La Emancipacion* vai apresentar»⁶⁸⁵. Ou seja, há uma nítida jogada política no sentido de tentar estabelecer a coesão na Península Ibérica contra a *Aliança* através dos internacionalistas portugueses e da nova federação de Madrid. De facto, o trabalho político de Paul Lafargue foi nuclear em Portugal, provocando um direto e acesso ataque dos portugueses à *Aliança*, contudo, o mesmo não aconteceu em Espanha. Lafargue escreve a Engels que pensava apresentar aos portugueses a ideia de o empossar como seu delegado ao congresso⁶⁸⁶. Ideia que não será materializada, pois ainda durante o mesmo mês Engels anuncia a um companheiro que «Lafargue está vindo com o mandato dos portugueses»⁶⁸⁷.

Em Portugal a luta política contra os membros da *Aliança* é mantida no rescaldo do congresso de Haia. Através de artigos fornecidos pel' *O Pensamento Social* é criticada a sua ação no interior da *Internacional*, demonstrando uma postura contrária ao «espírito da emancipação dos trabalhadores»⁶⁸⁸. Para os portugueses a falha da *Aliança* não era necessariamente a sua existência, mas sim a coexistência na *Internacional*. Era reafirmado o discurso oficial de Haia, com a acusação que a *Aliança* pretendia nada mais do que «rasgar os estatutos da Internacional, cujo preambulo só contém todo o espírito revolucionário desta geração de trabalhadores»⁶⁸⁹. Os sectores ainda ligados à *Aliança* vão responder e criticar a postura portuguesa no congresso de Haia, nomeadamente, o jornal *O Trabalho*. Como vimos anteriormente, o jornal ligado à *Associação Protectora do Trabalho Nacional* não reconhece Paul Lafargue como

⁶⁸⁴ AAVV. *Correspondence Frederick Engels, Paul Lafargue, and Laura Marx*. Moscovo: Foreign Languages Pub, 1959, p. 424.

⁶⁸⁵ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶⁸⁶ Carta de Paul Lafargue para Friedrich Engels, 8 de agosto de 1872. Transcrita em, Castillo, Santiago (1998), *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 172.

⁶⁸⁷ AAVV. “Engels to E. Glaser de Willebrord in Brussels”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44, Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 425.

⁶⁸⁸ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro 1872, N.º 36, p. 4.

⁶⁸⁹ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro 1872, N.º 36, p. 4.

delegado, nem reconhecia legitimidade ao documento *Mandato Imperativo* que apenas pretendia «dar ao Conselho Geral os poderes autoritários e absolutos de que se revestiu»⁶⁹⁰. Ainda é realizado pelo jornal um ataque público a José Fontana devido ao seu texto que, enquanto secretário-geral da *Fraternidade Operária*, é apresentado no congresso de Haia por Lafargue. Neste documento José Fontana coloca a *Associação Protectora do Trabalho Nacional* como parte integrante da *Fraternidade Operária*, o que desencadeia duras críticas no *O Trabalho*. Para o jornal de Alcântara, José Fontana não passava de um comissário ao serviço do Conselho Geral da *Internacional* e secretário de uma secção internacionalista em Lisboa que tinha como objetivo derrotar a política da federação e da autonomia das sociedades do mundo do trabalho com o fim de «as entregar ao poder centralizador e absoluto [do] Conselho Geral de Londres»⁶⁹¹. Relembrando ao público que a *Associação Protectora do Trabalho Nacional* tinha sido a primeira associação de resistência em Portugal. Esta polémica em torno dos documentos e participação portuguesa no congresso de Haia, faz com que tenha ecos na esfera pública, com a transcrição da notícia do *O Trabalho* em vários jornais portugueses e até no Brasil, ou seja, o relatório da autoria de José Fontana acaba por ser largamente divulgado no espaço público.

A carta de Nobre França, enviada a Engels a 23 de agosto de 1872, merece destaque pelo facto de o dirigente português abordar algumas questões tratadas no congresso. Defende que a questão da *autonomia* era «uma condição jurídica»⁶⁹², e a existência de uma dependência natural entre os homens, a sociedade e a própria natureza. No pensamento de Nobre França a liberdade não podia, de modo algum, consistir num isolamento e a anarquia não era a desorganização, mas a liberdade absoluta e, portanto, reivindicava a necessidade de organizar a anarquia⁶⁹³. É interessante verificar que os apoiantes do Conselho Geral não deixaram de usar vocabulário conectado com o sector da *Aliança*.

O congresso de Haia representa uma vitória por parte do sector marxista no movimento operário internacional. Segundo o socialista Nobre França, as lutas avivadas

⁶⁹⁰ *O Trabalho...*, outubro de 1872, N.º 40, p. 2. Notícia transcrita em *O Vinte Dous de Maio...*, 10 de novembro de 1872, Ano I, N.º 31, p. 3 (Brasil).

⁶⁹¹ *O Trabalho...*, outubro de 1872, N.º 40, p. 2.

⁶⁹² Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 23 de agosto de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 28.

⁶⁹³ Carta de Nobre França para Friedrich Engels, 23 de agosto de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 28.

pelo congresso provocam uma reação um pouco por toda a parte e, dentre de todos, «distingue-se Portugal. [Onde] Antero ergue[u] a sua voz no *Pensamento Social* e o seu belo artigo de crítica do congresso é celebrado como um dos mais notáveis»⁶⁹⁴. Uma referência ao artigo *O Congresso da Internacional na Haia* publicado no número 25 do *O Pensamento Social* que ocupa toda a primeira página. Ao longo do texto são defendidas as medidas tomadas no congresso de Haia, nomeadamente, «a constituição política do proletariado»⁶⁹⁵ que é encarado por Antero de Quental como uma necessidade histórica para consumir a *revolução social*. É curioso que neste artigo Antero Quental concretize críticas a organizações secretas e ligadas à burguesia, caso da *Aliança*, das ligas revolucionárias da burguesia, os jacobinos e mazzinistas devido ao seu funcionamento secreto e da lógica de seita. Ou seja, reprova estruturas semelhantes àquela que tinha auxiliado a edificar no ano anterior. Perante esta alteração de posição Fernando Catroga levanta uma questão pertinente: terá Antero de Quental rompido com o abstencionismo e feito uma «aproximação à via defendida pelos marxistas?»⁶⁹⁶ Segundo este historiador, a resposta é negativa, pois o modelo partidário defendido no artigo está em sintonia com a ideia de partidarismo de Antero de Quental, ou seja, no pensamento *anteriano* a organização partidária representava para os trabalhadores, não o instrumento para tomar o poder, mas sim, a existência de um outro instrumento de combate. Não obstante, a publicação de um texto com aquele teor, por um lado crítico da *Aliança*, e, por outro, apologético para com o congresso e o Conselho Geral, resulta no reforço da legitimação do sector *marxista* em Portugal. O aparecimento de um artigo daquele conteúdo num panorama altamente extremado com duas trincheiras ideológicas em batalha no congresso faz com que o artigo, de uma forma consciente ou não, fique posicionado do lado do sector marxista.

O *Jornal da Noite* transcreve uma notícia da imprensa francesa sobre o acontecimento, inclusive é reproduzido a ideia que o grupo ligado a Karl Marx no final das sessões do congresso ia para «casa meditar tranquilamente nos modos de perturbar a ordem [pelo] mundo»⁶⁹⁷, todavia, um outro grupo de delegados ficava embriagado pelos bairros de Haia e acabavam detidos pela polícia. Perante isto, a notícia pronunciava a existência de um desconforto na população de Haia e que não percebia as quantias

⁶⁹⁴ *O Protesto Operário...*, 27 de setembro de 1891, VIII Ano, N.º 485, p. 2.

⁶⁹⁵ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 1.

⁶⁹⁶ CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo...*, p. 208.

⁶⁹⁷ *Jornal da Noite*, 12 e 13 de agosto de 1872, 2º Ano, N.º 529, p. 2.

diárias gastas por alguns delegados que eram acusados de meramente «difamar os governos, perturbar a ordem e organizar meios de tirar aos ricos o que adquiriram com o seu trabalho»⁶⁹⁸. Os canais diplomáticos portugueses vão remeter ao governo português informação semelhante, nomeadamente, a legação na Bélgica. O responsável é o embaixador Miguel Martins de Antas, que informa Andrade Corvo sobre a situação. Escreve que a população de Haia foi manifestamente hostil à presença do congresso, inclusive, a polícia local terá informado os promotores do evento de que não tinha à sua disposição a força suficiente para assegurar a ordem e a segurança durante o congresso. Na opinião do embaixador português, o congresso acabou por não ter a força e projeção que objetivava sendo saliente no encontro um «profundo desacordo que existe no seio da associação»⁶⁹⁹. Em relação aos internacionalistas portugueses, o governo é informado que não tinha sido enviado nenhum delegado a Haia, mas tinham sido «representados pelo cidadão Lafargue, um dos delegados espanhóis, genro de Karl Marx»⁷⁰⁰. Por fim, Andrade Corvo recebeu recortes do jornal belga *l'Indépendance belge* com longas notícias sobre o congresso.

5.5 A questão dos *petroleiros*. O impacto da revolta de Alcoy em Portugal

As correlações de forças no interior do movimento operário internacional ocorrem num período histórico conturbado em Espanha. Em fevereiro de 1873 é implantada em Espanha a primeira República, o que faz emergir um pujante e reivindicativo movimento operário dinamizado pelo sector ligado à *Internacional autonomista*, que demonstrava o seu apoio ao novo regime, não deixando de «reivindica[r] com mais força as suas pretensões laborais»⁷⁰¹. É nesta lógica que surge a revolta de Alcoy na Comunidade Valenciana, uma pequena cidade fortemente industrializada situada nas montanhas interiores de Alicante.

Segundo o historiador Josep Termes a proclamação da República Federal fez com que os internacionalistas espanhóis, nomeadamente os anarquistas, concluíssem a existência de condições históricas e sociais para iniciar uma revolução social. Tomás González Morago é um dos mais otimistas sobre os acontecimentos, escrevendo cartas

⁶⁹⁸ *Jornal da Noite*, 12 e 13 de agosto de 1872, 2º Ano, N.º 529, p. 2.

⁶⁹⁹ Delegação de Portugal na Bélgica. Secção da Holanda, ofício de 13 de setembro 1872, N.º 9, *Arquivo Andrade Corvo*, A.C. 1-A.C. 2090, 1398, p. 1. Biblioteca Nacional.

⁷⁰⁰ Delegação de Portugal na Bélgica. Secção da Holanda, ofício de 13 de setembro 1872, N.º 9, *Arquivo Andrade Corvo*, A.C. 1-A.C. 2090, 1398, p. 3. Biblioteca Nacional.

⁷⁰¹ REDONDO, Jesús de Felipe. *Orígenes y formación del movimiento obrero en España. Una revisión histórica e historiográfica*. Tese de doutoramento, Universidade La Laguna (Tenerife), 2009, p. 288.

para outros países onde tentava demonstrar estar em marcha uma revolução social no território espanhol. A 7 de julho de 1873 uma comissão de trabalhadores, integrada na *Internacional*, declara uma greve geral reivindicando um aumento salarial e a redução na jornada de trabalho. Perante isto, os patrões não cediam, pois consideravam as exigências totalmente exageradas. Neste conflito o alcaide de Alcoy acabou por apoiar os patrões o que de imediato origina um protesto por parte dos trabalhadores que, desse modo, colocam nas suas reivindicações a demissão do alcaide e a imposição de uma Junta Revolucionária. A situação em Alcoy está socialmente em combustão e, perante um ajuntamento operário, a guarda municipal faz uns disparos para dispersar a multidão. O comportamento da guarda resulta, pelo menos, numa morte e vários feridos e não consegue dissipar a multidão. A resposta dos trabalhadores é rápida e violenta, conseguem tomar algumas armas e subitamente passam para uma ofensiva. Por toda a cidade existem relatos de vários incêndios e o alcaide é forçado a fugir para dentro da Câmara com um grupo de guardas e a esperar por reforços, porém, «os operários em número de 5000 acabam donos e senhores da situação»⁷⁰². A turba operária acaba mesmo por assassinar Augustí Albors, o alcaide republicano de Alcoy.

Perante o vazio no poder, é constituído um *Comité de Saúde Pública* encabeçado pelo internacionalista Severino Albarracín que vai durar três dias. O general Velarde vindo de Alicante acaba por entrar na cidade e as tropas rapidamente a controlam, sem grandes dificuldades. Entretanto, em Cartagena é despontada a *revolta cantonal* que pretendia elevar a República Espanhola a República federal. Sobre estas revoltas, que ocorrem na mesma região e em simultâneo, os internacionalistas espanhóis vão fazer uma análise distinta. Sobre a revolta de Alcoy não há dúvida do seu carácter operário, socialista e revolucionário, ao passo que a revolta Cantonal é encarada estritamente como política e burguesa, por outras palavras, um conflito entre o republicanismo espanhol.

O evento histórico de Alcoy ficou conhecido como a *revolução do petróleo*, devido aos incêndios provocados no edifício da Câmara e noutros edifícios. A revolução de Alcoy de 1873 é umas das principais revoltas operárias do século XIX, porém, a sua dimensão histórica acaba desconsiderada ao longo do século XX, por vários motivos. Por um lado, é um acontecimento que integra a denominada *história dos derrotados*, o

⁷⁰² TUÑÓN, de Lara, Manuel. *El movimiento obrero en la historia de España. I.1832-1899*. Barcelona: Laia 1977, p. 55

suficiente, *per si*, para diminuir a sua importância ou simbolismo histórico. No entanto, a Comuna de Paris também faz parte dos derrotados do século XIX, mas neste caso, esse facto não foi o suficiente para impedir o prolongamento do seu impacto ao longo do tempo. Por exemplo, em Portugal ao contrário da Comuna de Paris, a problemática de Alcoy está, praticamente, ausente da historiografia. Pensamos que o facto de Alcoy ser um produto direto e quase exclusivo da responsabilidade do sector anarquista é explicativo para o seu desaparecimento na análise da história dos movimentos operários e sociais ao longo do tempo. Perante isto, o denominado *socialismo científico*, que acaba por ser dominante no movimento operário internacional, vai menosprezar a importância de Alcoy. No rescaldo da revolta, Friedrich Engels publica uma longa análise sobre a temática, entre 31 de outubro a 5 de novembro de 1873, no jornal *Der Volksstaat*. O ilustre marxista aborda a revolta e o papel dos bakunistas para concluir que o acontecimento histórico demonstrava «um exemplo insuperável de como não deve ser feita uma revolução»⁷⁰³. Os acontecimentos de Alcoy, como o seu impacto na Europa, são mais um exemplo do papel de resgate que o historiador deve consagrar na sua investigação.

No Verão de 1873 toda a Europa olhava com especial atenção para a localidade espanhola de Alcoy, os acontecimentos políticos faziam eco um pouco por toda a imprensa, inclusive no Brasil. O contexto era totalmente propício para despontar uma onda de preocupação na sociedade, pois ainda estava muito presente a revolta da Comuna de Paris de 1871 e, como salientou o historiador George Esenwein, «nos dois casos, a imprensa gerou um clima de histeria sobre a Internacional, exagerando nos relatos dos eventos»⁷⁰⁴.

Embora a revolta operária em Alcoy seja efémera, acaba por ter um forte impacto na esfera pública portuguesa que merece um especial destaque. Um pouco por toda a imprensa existem perplexidades e inquietações sobre os acontecimentos na localidade valenciana, notícias que apresentavam uma situação caótica com níveis de violência altíssimos. O *Diário Ilustrado* anuncia a existência de três mil operários em greve na cidade Alcoy⁷⁰⁵. Um outro jornal, *A Nação*, descreve a presença de um autêntico exército de internacionalistas na localidade, muitos vindos do estrangeiro. Nas páginas

⁷⁰³ KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. *La revolución en España. Artículos*. Moscovo: Editorial Progreso, 1979, p. 253.

⁷⁰⁴ ESENWEIN, George. *Anarchist ideology and the working-class movement in Spain, 1868-1898*. USA: University of California Press, 1989, p. 47.

⁷⁰⁵ *Diário Ilustrado*, 10 de julho de 1873, Segundo Ano, N.º 347, p. 2.

do jornal há a informação sobre oito mil internacionalistas que tinham ocupado a localidade com a ajuda de alguns republicanos e muitos trabalhadores. Esta ofensiva tinha sido responsável por um rasto de destruição e, sobretudo, vários incêndios nas «melhores fábricas, nos edifícios mais vastos, e nas casas que melhor aparência tinham»⁷⁰⁶. Os jornais transcrevem as notícias dos jornais espanhóis que noticiavam a proclamação da Comuna em Alcoy, da existência de fuzilamentos e uma violenta perseguição aos patrões e republicanos, inclusive, citam a história de um republicano que «foi metido num banho de petróleo a que depois deitaram fogo»⁷⁰⁷. Em toda a narrativa sobre os acontecimentos está subjacente uma adjectivação do terror, do medo e o constante recurso as palavras “petróleo” e “fogos”. A notícia da morte do alcaide de Alcoy é destacada na imprensa portuguesa em moldes que pretendia chocar a opinião pública, o *Diário Ilustrado* noticia que o alcaide tinha sido «assassinado pelos internacionalistas e arrastado pelas ruas»⁷⁰⁸. Se toda a situação era caótica, a acreditar na imprensa portuguesa, mais ficou com a aproximação do exército espanhol. Perante as notícias da chegada do exército os rebeldes optam por fazer reféns alguns dos notáveis da localidade e algumas mulheres, bem como edificar barricada. Um conhecido jornal português chega mesmo a responder a um artigo publicado num jornal espanhol ligado à *Internacional*. O *Diário Ilustrado* acusa o jornal *A Solidariedade Revolucionária* de aspirar apenas à desordem na sociedade e de organizar a «revolução dos selvagens»⁷⁰⁹ através de três conceitos: *Anarquia*, *Coletivismo* e *Materialismo*. No final de novembro o *Jornal da Noite* escrevia que havia mais de 100 internacionalistas presos por participação nos acontecimentos revolucionários. No entanto, o jornal lembrava que ainda estavam em liberdade «impunemente muito dos que tomaram parte ativa»⁷¹⁰ na revolta.

O Pensamento Social acusa boa parte da imprensa portuguesa de mentir sobre os acontecimentos ocorridos em Alcoy, afirmando que ia publicar um protesto contra as mentiras da imprensa sobre os internacionalistas espanhóis. O protesto é publicado a 27 de julho de 1873 pela tipografia do Futuro e divulgado em Lisboa. Um exemplar do longo documento está conservado no *Instituto de História Social* em Amesterdão e é assinado em nome da Federação Local de Lisboa da *Internacional* pelo secretário de

⁷⁰⁶ *A Nação...*, 16 de julho de 1873, XXVI Ano, N.º 8512, p. 2.

⁷⁰⁷ *Diário Ilustrado*, 15 de julho de 1873, Segundo Ano, N.º 351, p. 2.

⁷⁰⁸ *Diário Ilustrado*, 13 de julho de 1873, Segundo Ano, N.º 350, p. 2.

⁷⁰⁹ *Diário Ilustrado*, 15 de julho de 1873, Segundo Ano, N.º 351, p. 2.

⁷¹⁰ *Jornal da Noite*, 20 e 21 de novembro de 1873, 3º Ano, N.º 891, p. 1.

Lisboa (Conceição Fernandes) e o secretário-geral (Azedo Gneco). No documento é assinalado que os internacionalistas portugueses encaravam com assombro e mágoa «as notícias relatando os crimes horrorosos imputados aos internacionalistas de Alcoy»⁷¹¹, recusando qualquer responsabilidade por parte da *Internacional* na violência. Ainda era acusada a imprensa nacional de pretender enganar os leitores e desvirtuar a história da Comuna de Paris. Segundo a leitura dos socialistas portugueses, o resultado em Alcoy era «uma consequência da pressão das autoridades locais»⁷¹² que tinham forçado o povo a fazer uma revolução para assim concretizar os seus anseios políticos. Os internacionalistas portugueses vão enviar o documento para Espanha onde, inclusive, é publicado na imprensa operária. No jornal *La Federacion* surge a transcrição do documento, com a notícia que os «internacionalistas portugueses estavam solidários com [...] Alcoy, publicando um protesto contra as calúnias da burguesia»⁷¹³.

Este documento é referenciado na imprensa nacional, que relata que tinha sido distribuída «uma meia folha impressa intitulada Associação Internacional dos Trabalhadores»⁷¹⁴, o correspondente em Lisboa do período *Jornal do Porto* escreve para o norte a relatar que recebeu «um impresso com o título de Protesto da Associação Internacional dos Trabalhadores»⁷¹⁵ que pretendia defender os internacionalistas de Alcoy. No mesmo sentido avança o *Bem Público* que cita o documento. No jornal do 2º Marquês da Valada (José Maria de Sousa Monteiro) é frisado que Fernandes Conceição, S. Lisboa e Azedo Gneco são os responsáveis pelo protesto dos internacionalistas portugueses que apenas pretendia passar a ideia de que a «Internacional é inocente dos crimes em Espanha»⁷¹⁶. Perante isto, o jornal não reconhece sinceridade no documento dos portugueses. Nesta altura, os republicanos do *Centro Republicano Federal de Lisboa* tinham uma relação cordial com o campo socialista e faziam questão de divulgar para o espaço público várias iniciativas do socialismo. Perante o debate em torno dos acontecimentos em Alcoy e o aparecimento do protesto, o jornal *O Rebate* afirmava que

⁷¹¹ CONCEIÇÃO, Fernandes, e GNECO, Azedo Gneco (27 de julho de 1873), *Associação Internacional dos Trabalhadores. Protesto*. Lisboa: Tipografia do Futuro, BRO 771/20 fol, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 1. O folheto está transcrito em, FONSECA, Carlos da. *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa...*, pp. 157-164 e é um documento citado em vários jornais da época.

⁷¹² CONCEIÇÃO, Fernandes, e GNECO, Azedo Gneco, (27 de julho de 1873), *Associação Internacional dos Trabalhadores. Protesto...*, p. 1.

⁷¹³ *La Federacion...*, 9 de agosto de 1873, Ano V, N.º 208, p. 3.

⁷¹⁴ *A Nação...*, 29 de julho de 1873, Ano XXVI, N.º 8523, p. 1.

⁷¹⁵ *Jornal do Porto*, 27 de julho de 1873, Ano XV, N.º 169, p. 3.

⁷¹⁶ *Bem Público*, 2 de agosto de 1873, 17ª Série, N.º 4, p. 30.

os internacionalistas tinham divulgado um «enérgico protesto contra a imprensa»⁷¹⁷ e todas as calúnias e notícias falsas.

Por outro lado, *O Pensamento Social* não deixava de reparar que nos mesmos jornais era feito um ataque direto à *Internacional* e à *Fraternidade Operária*. O jornal socialista não deixa de notar reparar que na imprensa nacional surgem notícias de que os «últimos fogos de Lisboa [tinham] sido postos por gente influída da Internacional e pela Comuna»⁷¹⁸. É durante todo o mês de agosto de 1873 que é possível verificar na esfera pública um forte receio de ver Lisboa a ser transformada numa nova Alcoy. Toda a imprensa destaca uma onda de incêndios na capital portuguesa, provocando de imediato um nexo de causalidade com os eventos em Alcoy. A polémica é estimulada com as notícias que relatam o uso do petróleo para atear os fogos o que, no imaginário da imprensa portuguesa, era uma técnica associada aos internacionalistas de Alcoy e, portanto, não é de admirar que os internacionalistas sejam apelidados de petroleiros devido ao recurso ao petróleo e à revolta de Alcoy.

O *Diário de Notícias*, a 5 de agosto, noticia um fogo na rua de São Lázaro em três prédios que chegou a colocar em risco cerca de 20 pessoas e destruiu alguma mobília e um dos prédios acabou bastante afetado. As notícias relatam que a intensidade do fogo chegou a colocar em risco o hospital São José, mas o fogo acabou por ser controlado. No dia seguinte, o mesmo jornal registava incêndios no número 33 da rua Nova da Palma, o número 69 da rua dos Douradores, perante isto questionava se estes fogos não seriam um reflexo do que se passava em algumas localidades espanholas. Dias depois, a *A Nação* escrevia que em Lisboa havia a suspeita que o incêndio na rua de São Lázaro tinha sido «obra dos internacionalistas»⁷¹⁹. O *Bem Público* não deixava de comentar os acontecimentos, estabelecendo uma relação entre o incêndio da rua de São Lázaro e as outras tentativas com os rumores que tinham «chegado a Lisboa [...] alguns agentes internacionalistas»⁷²⁰ que pretendiam realizar a *liquidação social*. A 12 de agosto o *Diário Ilustrado* anunciava que em Lisboa existia uma «associação de malvados destinada a incendiar diversas casas»⁷²¹ pelo meio do petróleo. O jornal relata que na rua dos Fanqueiros fora provocado um fogo nas escadas de um prédio através dessa substância altamente inflamável.

⁷¹⁷ *O Rebate...*, publicação semanal, 1º Ano, N.º 7, p. 4.

⁷¹⁸ *O Pensamento Social*, 23 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 3.

⁷¹⁹ *A Nação...*, 9 de agosto de 1873, Ano XXVI, N.º 8533, p. 1.

⁷²⁰ *Bem Público*, 9 de agosto de 1873, 17º Série, N.º 5, p. 39.

⁷²¹ *Diário Ilustrado*, 12 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 374, p. 1.

Neste número existe um artigo denominado “Utopistas e conspiradores” que alertava o leitor para um novo sentimento que faz guerra ao capital e à propriedade, que estava relacionado com a *Internacional* e o comunismo. No mesmo dia, o *Diário de Notícias* noticiava que tinha sido celebrada uma missa e uma subscrição pública para auxiliar as pessoas que tinham sido afetadas pelo fogo na rua de São Lázaro. No dia seguinte, 13 de agosto, o jornal anunciava que a «classe operária não foi surda [às] vítimas do incêndio da rua de São Lázaro»⁷²². O jornal destacava a classe dos carpinteiros navais do arsenal da marinha, estes trabalhadores tinham realizado uma subscrição para as vítimas do incêndio.

A 13 de agosto a imprensa anunciava o incêndio na rua dos Fanqueiros, com vários jornais a afirmarem que tinha sido fogo posto, pois existia «petróleo derramado [...] onde o fogo começou»⁷²³. O *Diário Ilustrado* destaca que tudo parecia indicar um ensaio pirotécnico à espanhola, uma referência aos incêndios de Paris e, sobretudo, de Alcoy. No dia 15 surgem vários incêndios ao longo do dia em Lisboa, havendo a informação que o primeiro surgiu numa barca em Alcântara, o segundo num prédio em Xabregas, um terceiro no prédio da Viscondessa de Seabra na praça da Alegria e, por fim, à noite num talho na rua de Santa Marta⁷²⁴. De facto, ao longo do mês são noticiados vários focos de incêndios e em vários sítios de Lisboa. O *Diário Ilustrado* afirmava ao leitor que tinha como propósito «combater as doutrinas perniciosas do socialismo moderno»⁷²⁵, frisando que em Portugal existia uma tentativa de imitar aquelas associações que «incendiaram Paris, Alcoy, Sevilha e outras povoações dominadas pelas terríveis falanges da Internacional»⁷²⁶. Este jornal acaba por retratar o assunto como a «epidemia dos incêndios em Lisboa»⁷²⁷, frisando desconhecer a origem dos incêndios, embora não deixe de levantar suspeitas sobre a *Internacional*.

Perante isto, vários jornais reivindicavam uma atuação mais musculada por parte do Governador Civil, do Presidente da Câmara e das forças policiais. O *Diário Ilustrado* chegou a noticiar que o Governo Civil de Lisboa oferecia um prémio de 100 libras «à pessoa que provasse quem era o autor ou autores dos incêndios que [...] afligi[am] a

⁷²² *Diário de Notícias*, 13 de agosto de 1873, 9.º Ano, N.º 2707, p. 1.

⁷²³ *Diário Ilustrado*, 13 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 375, p. 1.

⁷²⁴ *Diário Ilustrado*, 17 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 379, p. 3.

⁷²⁵ *Diário Ilustrado*, 23 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 384, p. 2.

⁷²⁶ *Diário Ilustrado*, 23 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 384, p. 2.

⁷²⁷ *Diário Ilustrado*, 23 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 384, p. 2.

capital»⁷²⁸. No Brasil esta notícia é replicada, com a informação que as companhias de seguro ofereciam «outro de 800\$00 réis a quem indicar os criminosos»⁷²⁹.

As notícias sobre os incêndios em Lisboa acabam por ter algum destaque na imprensa do Brasil, com os correspondentes em Lisboa a escreverem relatos preocupantes sobre a situação. O correspondente do jornal *A Regeneração* noticiava fogos em Lisboa, mas também no Porto e Alentejo, afirmando que havia a suspeita sobre «alguns agentes da Internacional»⁷³⁰, bem como a existência de uma «sociedade de petroleiros e incendiários, que tem em mira o roubo e a destruição»⁷³¹. No início de setembro na imprensa surge o número de quarenta e três incêndios em Lisboa durante o mês de agosto. Em Espanha, como seria de esperar, aparecem também notícias sobre a situação em Lisboa, com alguma imprensa a noticiar a ocorrência de 43 incêndios na capital portuguesa e a circulação de rumores que garantiam «a existência de uma sociedade de petroleiros»⁷³². O jornal espanhol, *La Discusion*, avança com a notícia que o incêndio na rua de São Lázaro tinha «colocado em risco de vida 20 pessoas»⁷³³,

O *Diário de Notícias* ao noticiar os fogos na praça da Alegria, em Xabregas e na travessa da Palha, relata que alguns proprietários tinham dado falta de diversos objetos e, por consequência, noticia que os incêndios tinham sido também assaltos. No entanto, alerta o leitor para que a polícia tinha apreendido «em casa de um indivíduo [...] alguns dos objetos»⁷³⁴. No mesmo dia, o *Diário Popular* relatava que o proprietário da casa tinha avisado as autoridades que um carpinteiro de nome Romão Rodrigues tinha as chaves das gavetas e portas e, deste modo, as autoridades acabaram por ir ao encontro de Romão Rodrigues e na sua habitação encontraram alguns objetos supostamente roubados. Na edição do dia seguinte, 18 de agosto, o *Diário de Notícias* publica uma carta do próprio Romão Rodrigues que declara remorsos pelo incêndio que tinha provocado na travessa da Palha e admite, publicamente, ser o autor desse fogo. Rapidamente, começa a circular a informação que o incendiário tinha sido «o primeiro

⁷²⁸ *Diário Ilustrado*, 22 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 383, p. 2.

⁷²⁹ *Jornal do Comércio. Boletim de Notícias da Europa*, 10 de setembro de 1873, Suplemento ao N.º 250, p. 2.

⁷³⁰ *A Regeneração. Periódico, político, comercial, noticioso e Literário*, 21 de setembro de 1873, Ano 1º, N.º 42, p. 1.

⁷³¹ *Jornal do Comércio, Boletim de Notícias da Europa*, 10 de setembro de 1873, Suplemento ao N.º 250, p. 2.

⁷³² *La Epoca, periódico político diário*, 27 de agosto de 1873, Ano XXV, N.º 7631, p. 3.

⁷³³ *La Discusion, diário democrático*, 9 de agosto de 1873, Ano XVIII, N.º 1512, p. 3.

⁷³⁴ *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1873, 9 Ano, N.º 2710, p. 1.

presidente da associação *Fraternidade Operária*»⁷³⁵. A polémica estava mais adensada. Alertado por estas notícias, o *Bem Público* continuava apreensivo com a situação, avisando que nos dois primeiros dias de uma semana tinham ocorrido oito incêndios, que rapidamente se elevaram para quarenta. No Brasil, o *Diário de Pernambuco* informava o leitor que tinha sido preso «em Lisboa, um tal Romão Rodrigues, incendiário convicto»⁷³⁶. A 18 de agosto o *Diário de Notícias* publica uma notícia sobre a tentativa colocar a arder o tribunal no Cadaval. Os fantasmas de uma revolução violenta, idêntica à Comuna de Paris, assombravam a imprensa portuguesa e, em agosto de 1871, o *Diário Ilustrado* publicava uma conversa de um suposto comunista que ameaçava «arder tudo quanto existe»⁷³⁷ um sentimento, segundo o jornal, sintomático e «saudosos dos incêndios de Paris»⁷³⁸.

Perante toda as notícias sobre os incêndios em Lisboa *O Rebate* criticava a postura da imprensa por ter mediatizado o assunto no sentido de «fazer opinião [...] para entreter o público [com] narrativas pavorosas e incendiárias»⁷³⁹. O jornal republicano acusava a imprensa de mentir e ter um comportamento deplorável, com a insinuação que o autor dos incêndios foi em tempo o dirigente máximo da *Fraternidade Operária* e desmentia que alguma vez Romão tivesse sido presidente da associação. Chega inclusive a escrever que o *Diário de Notícias* observava «naqueles incêndios o dedo sinistro da Internacional»⁷⁴⁰. E, perante estas acusações, o jornal republicano desafiava a imprensa a concretizar as acusações e as suspeitas que vinha a lançar sobre o papel da *Fraternidade Operária* nos vários incêndios em Lisboa.

Não é de admirar que alguma imprensa denomine os apoiantes da *Internacional* como «internacionalistas petroleiros»⁷⁴¹. Perante estas notícias, é desencadeada uma resposta no *O Pensamento Social*: «Romão Rodrigues nunca foi presidente da *Fraternidade Operária*, nem pertenceu à classe de pedreiros, ou à de carpinteiros»⁷⁴². Perante as notícias veiculadas no *Diário de Notícias* um associado chegou a propor, numa sessão da *Fraternidade Operária*, que fosse feita uma queixa ao redator desse jornal por difamação e desconceituar a associação, no entanto, «a assembleia resolveu

⁷³⁵ Citado em, *A Nação*..., 24 de agosto de 1873, Ano XXVI, N.º 8545, p. 3.

⁷³⁶ *Diário de Pernambuco*, 25 de agosto de 1873, Ano XLIX, N.º 246, p. 2.

⁷³⁷ *Diário Ilustrado*, 17 de agosto de 1872, Primeiro Ano, N.º 48, p. 190.

⁷³⁸ *Diário Ilustrado*, 17 de agosto de 1872, Primeiro Ano, N.º 48, p. 190.

⁷³⁹ *O Rebate*..., publicação semanal, 1º Ano, N.º 8, p. 2.

⁷⁴⁰ *O Rebate*..., publicação semanal, 1º Ano, N.º 9, p. 4.

⁷⁴¹ *Bem Público*, 16 de agosto de 1873, 17ª Série, N.º 6, p. 48.

⁷⁴² *O Pensamento Social*, 23 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 3.

que se desprezassem aquelas artimanhas do jornalismo da classe burguesa»⁷⁴³. A 22 de agosto, o *Diário de Notícias* escrevia que o público andava assustado com a questão dos incêndios relatando a ocorrência de «37 fogos»⁷⁴⁴. no mês de agosto, frisando que a polícia devia investigar a origem dos incêndios. A 26 de agosto de 1873, o *Diário Ilustrado* acaba por acalmar a situação, anunciando que em Portugal os trabalhadores revelavam sensatez perante os «agentes da propaganda internacionalista»⁷⁴⁵.

Neste mês ocorre uma visita política a Guimarães de vários socialistas que encabeçados por Felizardo Lima, quase acaba em violência física. A imprensa não deixa de focar este acontecimento, com o jornal *A Nação* a escrever um artigo sobre o tema com o título: “cadeia com eles se são petroleiros”⁷⁴⁶. O *Diário de Notícias* cita *A Revolução de Setembro* para anunciar que «Felizardo Lima e alguns indivíduos propagandistas da Internacional [...] foram apupados em uma praça»⁷⁴⁷. *A Nação* enaltece a população de Guimarães, que é dada como exemplar para o resto do Reino, nomeadamente, de Lisboa. Boa parte da imprensa nacional está em polvorosa com a situação dos fogos em Lisboa, direcionando as culpas para a atividade dos internacionalistas que seguiam o exemplo de Alcoy e eram financiados pela *Internacional*. Vários jornais solicitavam a atenção especial do poder político e das autoridades, alguns chegavam mesmo a ameaçar e a defender a prisão de internacionalistas conhecidos, como foi o caso de *A Nação* que defendia que Felizardo Lima devia ser «posto à sombra»⁷⁴⁸, este dirigente político era intitulado nas páginas do *Bem Público* como um «agente da petrolosa associação»⁷⁴⁹. O socialista que tinha ocupado as páginas da imprensa com a polémica do quadro de António Rodrigues Sampaio, regressava à ribalta e a ser alvo de censura e crítica por parte de alguns jornais.

Ao contrário desta imprensa, *O Rebate* vai lamentar «profundamente a atitude do povo de Guimarães»⁷⁵⁰. Este acontecimento é noticiado em Espanha, com a imprensa operária a veicular a informar do conflito em Guimarães, alertando que os três

⁷⁴³ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 53, p. 4.

⁷⁴⁴ *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1873, 9 Ano, N.º 2715, p. 1.

⁷⁴⁵ *Diário Ilustrado*, 26 de agosto de 1873, Segundo Ano, N.º 386, p. 2.

⁷⁴⁶ *A Nação...*, 20 d agosto de 1873, Ano XXVI, N.º 8541, p. 3.

⁷⁴⁷ *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1873, 9 Ano, N.º 2711, p. 1.

⁷⁴⁸ *A Nação...*, 24 de agosto de 1873, Ano XXVI, N.º 8545, p. 3.

⁷⁴⁹ *Bem Público*, 23 de agosto de 1873, 17º Série, N.º 7, p. 55.

⁷⁵⁰ *O Rebate...*, publicação semanal, 1º Ano, N.º 9, p. 4.

companheiros da comissão de propaganda do Porto chegaram a estar em «perigo de vida»⁷⁵¹.

Através da análise da imprensa da época é possível verificar que a situação está extremada com um intenso debate na esfera pública sobre o assunto e, por isso, não é de admirar que apareça na comunicação social a notícia que a polícia tinha ordem para deter todo aquele estrangeiro que não tivesse consigo o bilhete de residência legal. Anteriormente, na carta do agente francês de segurança de 12 de maio de 1873, havia a informação que o governo português estava disponível para «empregar medidas radicais»⁷⁵² contra qualquer estrangeiro que optasse pela agitação política no território português.

5.6 Conflitos e consensos entre os internacionalistas ibéricos depois de Haia

O congresso de Haia permitiu uma breve vitória do sector de Karl Marx contra Bakunin, no entanto, foi uma vitória que originou um desfecho fatal para a própria *Internacional*. O Conselho Geral acabou por ser mudado para os Estados Unidos da América no sentido de ficar blindado dos avanços dos anarquistas, mas no final de contas provocou a inércia da *Internacional*, com o Conselho Geral separado pelo oceano atlântico dos importantes movimentos operários europeus que lhe davam a força e o dinamismo. Em 1876 ocorria a conferência de Filadélfia com o fim de aprovar a dissolução do Conselho Geral da AIT. O politólogo Octavio Rodríguez Araujo é da opinião que a tentativa de unificar a *Internacional* levou irremediavelmente ao fracasso, «quando na AIT se quis construir um programa teórico para todos, a ideia fracassou, precisamente devido à sua heterogeneidade constituída [...] por marxista e anarquista, além dos trabalhistas que nunca se integraram de todo»⁷⁵³. A *Internacional* de Karl Marx recuava na Europa, abrindo uma janela de oportunidades para os opositores derrotados em Haia. Entra em cena na Europa a *Internacional* denominada de *autonomista*⁷⁵⁴ chefiada por James Guillaume⁷⁵⁵ e Mikhail Bakunin⁷⁵⁶. Os autonomistas

⁷⁵¹ *La Federacion...*, 27 de setembro de 1873, Ano V, N.º 215, p. 4.

⁷⁵² *Mission Latour Archives*, 12 de maio de 1873, 3407. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no Instituto de História Social (Holanda), ARCHO01746.

⁷⁵³ ARAUJO, Octavio Rodríguez. *Esquerdas e esquerdismo. Da primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 68.

⁷⁵⁴ Também conhecida por *Internacional de Saint-Imier*, *Internacional Federalista* ou *Internacional Antiautoritária*.

⁷⁵⁵ Nascido a 16 de fevereiro de 1844 foi um importante membro da *Federação do Jura* e uma das principais vozes contra o Conselho Geral. Faleceu a 20 de novembro de 1916 em Paris.

⁷⁵⁶ Decide abandonar a vida política pública em 1873.

pretendiam continuar o trabalho internacionalista na Europa aglutinando um confuso e diverso campo de doutrinas socialistas. Estiveram presentes os anarquistas do Jura da Suíça, os belgas que defendiam um socialismo de Estado, os italianos que cada vez mais radicais chegavam a defender teses insurrecionais, os sectores ingleses que defendiam a participação nas eleições e até alianças com forças da burguesia mais progressista e chegou a ser realizado o contacto com a *Associação Geral dos Trabalhadores Alemães* de Lassalle que nunca tinha integrado a *Internacional*.

Os «autonomistas realizaram o seu “primeiro” congresso – por eles definidos como o sexto, pois se consideravam os legítimos continuadores da organização – em Genebra»⁷⁵⁷ em setembro de 1873. Embora a corrente autonomista e antiautoritária fosse crescendo em diversos países, com algumas federações a anunciarem a nulidade das resoluções do congresso de Haia e do Conselho Geral, era em Espanha que o sector detinha a maior força. Para Juan Avilés e Angel Herrerín «em nenhum lugar do mundo o anarquismo teve um enraizamento tão profundo e prolongado como em Espanha»⁷⁵⁸. O congresso de Córdoba, realizado entre finais de 1872 e janeiro de 1873, dava conta de uma organização em franca expansão.

José Mesa, um dos principais líderes da *Nova Federação de Madrid*, conectada ao Conselho Geral, escreve a Engels em 18 janeiro de 1873 a dar conta que tinham recebido uma carta⁷⁵⁹ de Nobre França que «continha um protesto contra a Aliança e uma adesão calorosa à Nova Federação»⁷⁶⁰ de Madrid, afirmando que esperava uma comunicação pública de apoio dos portugueses. A 6 de fevereiro Engels escrevia para o Conselho Geral em Nova Iorque a dar conta que em «Portugal tudo corre bem, como indica a Emancipação enviado hoje»⁷⁶¹. No mês seguinte era a vez de Francisco Tomás, dirigente da Comissão Federal Espanhola e uma das vozes críticas do Conselho Geral e contrário ao denominado *autoritarismo*, escrever ao Conselho Local de Lisboa para questionar a veracidade das notícias que davam conta que as «secções portuguesas

⁷⁵⁷MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, uni-vos!*. Antologia Política da Primeira Internacional. Ebook Kindle, Boitempo, 2014, p. 81.

⁷⁵⁸ AVILÉS, Juan e HERRERÍN, Ángel. “Propaganda por el hecho y propaganda por la represión: anarquismo y violencia en España a fines del siglo XIX”. *Ayer*, 80, 2010, p. 166.

⁷⁵⁹ É a carta de 13 de janeiro de 1873, publicada no *La Emancipacion*, 1 de fevereiro de 1873, Ano III, N.º 84, p. 3.

⁷⁶⁰ Carta de José Mesa para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1873. Transcrita em, CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue...*, p. 200.

⁷⁶¹ Carta de Engels para o Conselho Geral da Internacional em Nova Iorque, Londres, 6 de fevereiro de 1873. Transcrito em, KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. *Correspondance*, Tomo XII. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1989, p. 251.

tinham aderido [...] às resoluções autoritárias da maioria fictícia do malogrado congresso de Haia»⁷⁶².

Convém referir que os contactos entre Portugal e Francisco Tomás remontam a 5 de outubro de 1872. Nesta data, o dirigente internacionalista espanhol respondia a uma carta de José Fontana, onde mostrava satisfação pelo facto de que a «maioria dos internacionalistas portugueses quisesse que o Conselho Geral fosse apenas um centro de correspondência»⁷⁶³, o que na sua lógica demonstrava sintonia com o pensamento do internacionalismo espanhol, belga, holandês, do Jura e italiano. Uns dias mais tarde, certa imprensa espanhola noticiava que a maioria dos internacionalistas portugueses pretendia conservar o Conselho Geral, no entanto, «como um centro de correspondência»⁷⁶⁴.

Embora não seja conhecido o conteúdo da carta de José Fontana, através da carta de Francisco Tomás é possível verificar que Fontana terá solicitado ajuda para o movimento grevista. Perante este pedido, o espanhol lamenta não conseguir ajudar, pois as suas organizações estavam a sustentar várias greves em Espanha. No entanto, afirma todo o apoio moral, uma carta para os grevistas portugueses e solicita o envio de um pequeno manifesto de Portugal que será traduzido e «enviado a todas as seções da federação regional, para que eles vot[assem] os montantes possíveis para apoiar os grevistas»⁷⁶⁵. Portanto, Portugal nunca deixou de ser alvo de incursões políticas e ideológicas dos internacionalistas espanhóis na luta pela influência política na *Primeira Internacional*. No entanto, no início de 1873 o internacionalismo português estava a sofrer pressões dos dois grupos rivais internacionalistas que existiam em Espanha. Em março de 1873, os portugueses entravam numa polémica pública com os internacionalistas espanhóis contrários ao Conselho Geral e a *Nova Federação de Madrid*. A 16 de março *O Pensamento Social* publicava um ofício de Francisco Tomás, secretário para o exterior da *Federação Regional Espanhola da Internacional*, que dava conta das resoluções do congresso operário de Córdova que contrariavam as resoluções do congresso de Haia. O objetivo era sondar a disponibilidade dos portugueses em «ir

⁷⁶² SERRANO, Carlos Seco e MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares del III Consejo Federal de la Región Española (marzo-mayo 1873)*. Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1972, p. 232.

⁷⁶³ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 155.

⁷⁶⁴ *La Federacion...*, 12 de outubro de 1872, Ano IV, N.º 165, p. 4.

⁷⁶⁵ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)...*, p. 156.

ao congresso universal sustentar a integridade dos princípios de liberdade e federação, ou celebrar em continuação o segundo congresso antiautoritário da Internacional»⁷⁶⁶. No mesmo número há um artigo onde a linha de pensamento é severa para o desenvolvimento da *Internacional* em Espanha e demonstra que os portugueses continuavam a apoiar as resoluções do congresso de Haia. Afirma-se que o congresso de Córdova tinha sido extraordinário, e as seções internacionais espanholas não tinham aprovado a convocação do congresso nem a eleição do *Conselho Federal Espanhol*. Toda essa ação tinha sido desenvolvida pela *Aliança da Democracia Socialista*, numa base de secretismo e anarquia, que pretendia retirar ao Conselho Geral os poderes que este detinha outorgados pelos estatutos da *Internacional*, criticando o comportamento dos internacionalistas espanhóis e o primeiro congresso autonomista, em Saint-Imier. Perante esta postura os espanhóis contra-atacam, e Francisco Tomás voltava de novo a escrever ao jornal *O Pensamento Social*⁷⁶⁷. Pretendia retificar a informação dada pelos portugueses, chegando a lançar num certo tom ameaçador a necessidade de publicar a carta para demonstrar que o fim da boa-fé no internacionalismo ibérico não estava em risco.

De facto, as relações entre os internacionalistas ibéricos estavam extremadas. Os socialistas portugueses reconheciam e apoiavam a nova *Federação Madrilená*, controlada pelos marxistas, no entanto em Espanha «o grupo marxista, sem seguidores e um porta-voz para difundir as suas doutrinas, se viu condenado a um forçado silêncio»⁷⁶⁸. A resposta de Espanha reafirmava a legitimidade do congresso de Córdova afirmando a ilegalidade da nova *Federação Madrilená*, encarada como dissidente e só reconhecida pela AIT em Nova Iorque, que era «compost[a] de nove acólitos dos agentes de Mr. Marx»⁷⁶⁹. O historiador Luis Gomez Llorente escreve que a *Nova Federação Madrilená* era «apelidada ironicamente nos periódicos aliancistas “como a Federação dos nove”»⁷⁷⁰.

⁷⁶⁶ *O Pensamento Social*, 16 de março de 1873, 2º Ano, N.º 48, p. 1.

⁷⁶⁷ A carta de Francisco Tomás além de ter sido publicada nas páginas do *Pensamento Social*, está transcrita em, MARTÍNEZ de SAS María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la Comisión Federal de la Región Española (marzo-abril-mayo de 1873)*, (IV). Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1979, pp. 81-83.

⁷⁶⁸ TERMES, Josep. *Anarquismo y sindicalismo en España. La Primera Internacional (1864-1881)*. Barcelona: Crítica, 1977, p. 174.

⁷⁶⁹ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º. 51, p. 2.

⁷⁷⁰ LLORENT, Luis Gomez. *Aproximacion a la historia del socialismo español (hasta 1921)*. Madrid: Editorial Cuadernos para el Dialogo, 1972, p. 78.

O sector anarquista espanhol afirmava que no território havia apenas 200 membros controlados pelo sector marxista e serviam somente para perturbar a associação e lutar contra os 30 mil internacionalistas espanhóis. Portanto, os internacionalistas espanhóis queriam fazer ver aos seus companheiros portugueses que em Espanha a *Aliança* era muito mais poderosa, organizada e, por seu turno, o apoio ao Conselho Geral era residual. Francisco Tomás lamentava «que talvez os mesmos que formaram parte da Aliança em Lisboa se ocupem em desacreditar uma associação à qual devem o serem internacionais, [lembrando] que os primeiros internacionais em Lisboa eram *aliancistas*»⁷⁷¹. Este documento é de novo publicado junto a uma resposta dos internacionalistas portugueses onde são reafirmados e expandidos os mesmos argumentos. O congresso de Córdova continua a ser visto como extraordinário e servindo apenas para aprovar o sector anarquista do congresso de Saint-Imier e rejeitar as resoluções do congresso de Haia.

Os portugueses publicamente frisavam que não devem pronunciar-se sobre a existência de grupos anónimos ou dissidentes ao serviço de Karl Marx por serem assuntos internos e que só devem ser apreciados pelos próprios, embora seja habitual abordarem a existência de grupos ligados à *Aliança*. Voltavam a frisar que a *Aliança*, com os seus pequenos grupos, não constituía a classe trabalhadora e que enquanto sociedade secreta pretendia meramente desvirtuar a *Internacional*.

Não deixa de ser interessante, e não é inocente, que neste número do *O Pensamento Social* apareçam, e logo na primeira página, os estatutos da *Associação da Internacional dos Trabalhadores*. A *Aliança* ainda é acusada de introduzir elementos da burguesia na classe trabalhadora que compreendem «tudo menos que a emancipação da classe trabalhadora há de ser obra dos próprios trabalhadores»⁷⁷². O artigo ainda traça um cenário negro das secções da *Aliança* na Europa. No entanto, ao contrário do que é afirmado no texto, a *Aliança* estava em força na Suíça (federação do Jura), na Itália e na Alemanha estava a desenvolver um trabalho já considerável. Por fim, o jornal escrevia um ataque feroz à lembrança de que tinha sido a *Aliança* a fundar a *Internacional* em Lisboa:

sensibilizam-se os nossos companheiros que alguém que pertenceu à Aliança, a desacredite. Não há razões para a desacreditar; o que há são

⁷⁷¹ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º 51, p. 3.

⁷⁷² *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º 51, p. 2.

razões para a vilipendiar, como merecem as suas indignidades, o seu carácter jesuítico, as questões mesquinhas que levantou, as dissidências que promoveu, o desacordo, as divisões, as desconfianças de uns dos outros⁷⁷³.

O agente de segurança pública francês, Latour, escrevia num relatório a 31 de março de 1873 que diversa correspondência oriunda da Suíça tinha sido lida nas «últimas reuniões do conselho federal de Lisboa»⁷⁷⁴. Portanto, é de crer que a federação do Jura contactava os socialistas portugueses, ajudando deste modo a pressão dos internacionalistas espanhóis no sentido de seduzir os portugueses para a batalha contra o Conselho Geral. O socialismo português não deixava de ser uma periferia altamente cobiçada pelo movimento operário internacional. O conflito entre os internacionalistas portugueses com os espanhóis era do conhecimento de Engels que a 15 de abril escrevia ao Conselho Geral fazendo rasgados elogios ao jornal *Pensamento Social*. Nas palavras de Engels os socialistas portugueses tinham dado «uma muito boa resposta»⁷⁷⁵ aos espanhóis sobre a polémica em torno das questões da *Aliança* na Espanha.

A equação de duas variáveis ligadas à realidade nacional e internacional origina uma reaproximação dos internacionalistas ibéricos. Por um lado, a inércia do Conselho Geral da *Internacional* que tinha estabelecido a sua sede em Nova Iorque, um facto reconhecido pelo próprio Engels numa carta em finais de 1873 a Friedrich Adolph Sorge onde afirmava que, embora a pseudo Internacional (referência à *Internacional Autónoma*) estivesse «quieta como um rato»⁷⁷⁶, «a verdadeira Internacional estava igualmente em silêncio»⁷⁷⁷ e os acontecimentos políticos em Espanha com a implantação de uma república. Por outro, os ataques internos direcionados aos internacionalistas portugueses que vão ser importantes no apaziguar das relações ibéricas, principalmente devido à revolta de Alcoy.

Perante esta situação em Lisboa é remetido para o jornal *La Federacion*, órgão da *Internacional* em Barcelona, um protesto contra as notícias que imputavam à

⁷⁷³ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º 51, p. 2.

⁷⁷⁴ *Mission Latour Archives*, carta N.º 8, 31 de março de 1873, 3389, Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no Instituto de História Social (Holanda), ARCHO01746.

⁷⁷⁵ AAVV. “Frederick Engels to the General Council of the International Working Men’s Association”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23*, Marx and Engels 1871-74. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 438.

⁷⁷⁶ AAVV. “Engels to Friedrich Adolph Sorge, in Hoboken, London, 25 November 1873”. Em: *Marx & Engels Letters 1870-73, Volume 44*, Marx and Engels 1871-74. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 538.

⁷⁷⁷ AAVV. “Engels to Friedrich Adolph Sorge, in Hoboken, London, 25 November 1873”..., p. 538.

Internacional a responsabilidade dos vários crimes e caracterizava a associação como violenta e composta por assassinos. O comunicado refutava as acusações dos incêndios nas fábricas, defendendo que a «revolta de Alcoy foi uma consequência da pressão das autoridades locais, para que o povo revolucionário pudesse ajudar nas suas manobras políticas»⁷⁷⁸. Um documento onde surgem as iniciais A. G. rubricadas como secretário da federação local de Lisboa, iniciais que serão, com grande certeza, do socialista Azedo Gneco. O socialista James Guillaume reforça esta ideia, dizendo que os acontecimentos em Espanha provocaram em Portugal uma manifestação de simpatia, citando no seu livro um comunicado da secção da *Internacional* de Lisboa de 17 de agosto de 1873 onde era exposta a solidariedade com «os internacionais espanhóis e, em particular, com os atos da Internacional em Alcoy»⁷⁷⁹. Neste livro existe a transcrição de uma notícia veiculada em Espanha, em finais de agosto, que dava conta das intermitências dos socialistas portugueses no conflito existente no seio da *Internacional*. É relatado que a «Federação Portuguesa, que até agora mantinha uma atitude neutra [...] parecia disposta a reunir os princípios da autonomia»⁷⁸⁰, sendo esperado que os internacionalistas portugueses resolvessem uma crise interna e, desse modo, que a organização ficasse livre de certos indivíduos que vinham ocupando cargos de relevo e eram acusados de terem aprendido na «escola de Engels a esconder dos federados importantes comunicações e correspondências»⁷⁸¹.

O próprio Nobre França reconhece a Engels que, depois dos desenvolvimentos em Alcoy, o internacionalismo português julgou que «por um momento [os espanhóis] tinham refletido e conhecido a necessidade da coesão da classe trabalhadora»⁷⁸², mas que no final de contas tinha sido um erro dos portugueses, salientando a Engels que tinham recusado a proposta de enviar delegados ao congresso *autónomo*. No entanto, reconhece que em nome da solidariedade os portugueses não deixaram de publicar um protesto contra as calúnias da imprensa sobre os acontecimentos de Alcoy.

Em agosto de 1873, em Espanha é solicitado o envio de alguns periódicos para Portugal, como é o caso da *La Federación* e *El Condenado*, perante esta atitude os espanhóis anunciaram que o «Conselho Local de Lisboa estava animado com ideias

⁷⁷⁸ *La Federación...*, 9 de agosto de 1873, Ano V, N.º 208, p. 3.

⁷⁷⁹ GUILLAUME, James. *L'Internationale. Documents et Souvenirs...*, p. 88.

⁷⁸⁰ GUILLAUME, James. *L'Internationale. Documents et Souvenirs...*, p. 89.

⁷⁸¹ GUILLAUME, James. *L'Internationale. Documents et Souvenirs...*, p. 89.

⁷⁸² Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 42.

radicais»⁷⁸³. A morada para qual devia ser enviada os jornais era a do socialista Azedo Gneco: Calçada de Santa Ana, 147 2º, Lisboa. Além dos periódicos, por esta altura são também solicitadas outras informações e diversos documentos para Lisboa. É o caso dos documentos relacionados com os congressos da *Internacional*, nomeadamente o de Haia e de Saint-Imier e de «todos aqueles documentos que podem ilustrar o debate entre autoritários e os anarquistas»⁷⁸⁴, visto que o envio para Portugal de diversa correspondência e documentação tinha sido interrompido. Esta falha de comunicação entre Portugal e a *Internacional*, com sede nos EUA, é confirmada pelo próprio Engels numa carta endereçada a Friedrich Adolph Sorge a 14 de junho de 1873. Engels alertava o secretário-geral do Conselho Geral da AIT que os portugueses estavam a reclamar pelo facto de não receberem nenhuma informação, frisando a sua importância: «ainda assim eles são muito, muito importantes para nós!»⁷⁸⁵. De facto, a 29 de maio de 1873 José Maria Tedeschi escreve uma carta⁷⁸⁶ a Engels a informar que continuava sem qualquer resposta às cartas que tinha enviado a Paul Lafargue, demonstrando o descontentamento dos portugueses que esperavam «uma palavra, um conselho, um encorajamento, um aviso. Nada chegou [...] E continuámos bem isolados! Sequestrados numa corrente europeia, como se estivéssemos nas ilhas Sandwich»⁷⁸⁷.

Mais tarde, a 20 novembro de 1876, Engels escrevia uma carta para o alemão Johann Philipp Becker⁷⁸⁸ para reforçar a necessidade de comunicar com os portugueses, pois continuava a existir reclamações dos socialistas portugueses face ao silêncio que existia nas organizações internacionalistas ligadas ao Conselho Geral. Ao passo que, escrevia ter conhecimento que os portugueses continuavam *inundados* de cartas e informação das organizações anarquistas e, portanto, havia a possibilidade de existir em Portugal o sentimento que as «únicas pessoas que mantinham interesse na Internacional e no movimento português»⁷⁸⁹ integravam o sector contrário ao Conselho Geral. Nesta carta o dirigente da *Internacional* frisa que os portugueses estavam muito bem

⁷⁸³ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 161 e p. 164.

⁷⁸⁴ *La Federacion...*, 23 de agosto de 1873, Ano V, N.º 210, p. 4.

⁷⁸⁵ AAVV. “Engels to Friedrich Adolph Sorge in Hoboken, London, 14 June 1873”. Em: *Marx & Engels collected works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 507.

⁷⁸⁶ Maria Filomena Mónica comete um lapso a escrever que esta carta é de abril de 1873, MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 41.

⁷⁸⁷ Carta de José Maria Tedeschi para Engels, 29 de maio de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2222, Instituto de História Social (Holanda), p. 5.

⁷⁸⁸ Dirigente socialista alemão que participou politicamente no internacionalismo.

⁷⁸⁹ AAVV. “Engels to Johann Philipp Becker In Geneva, 20 november 1876”. Em: *Marx & Engels Collected Works Volume 45 Letters 1874-79*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 173.

organizados e anuncia o congresso socialista em Lisboa e a discussão de um novo programa para o partido. Engels ainda transcreve uma parte de uma carta que os internacionalistas portugueses tinham enviado ao Congresso de Berna, onde consta a informação que perante o convite para participar no congresso, através da organização de Cádiz (anarquista). Os portugueses não tinham conseguido enviar nenhum delegado, mostravam solidariedade com todo o trabalhador socialista em todo o mundo e, em vista disso, dispensavam a proposta dos anarquistas espanhóis. Na carta segue a morada de Azedo Gneco para que Philipp Becker escrevesse para Portugal. O esforço de Engels acaba por surtir efeito, a 21 de janeiro de 1877 Azedo Gneco escrevia uma carta para Engels a informar que tinha escrito para a redação [Der Volksstaat]⁷⁹⁰ e para o Becker»⁷⁹¹ para anunciar o primeiro congresso socialista em Portugal.

No início de 1873 um relatório do Conselho Geral que é publicado na primeira página do *O Pensamento Social* demonstrava a confiança existente nos desenvolvimentos políticos da *Internacional* em Portugal, ficando escrito que o «céu dos nossos amigos de Portugal é digno de emulação, e promete-nos bons resultados»⁷⁹². Era importante que garantir o apoio e a continuidade no lado do Conselho Geral e impedir que os portugueses entrassem na órbita da *Aliança* que dominava totalmente em Espanha. Existiu um receio de que a Península Ibérica ficasse nas mãos dos anarquistas. A *Internacional* estava fraturada, e em Espanha surge a notícia de que em Portugal um conflito tinha sido danoso para a organização, mas que já estava reorganizada e «animada com ideias mais revolucionárias como demonstrava a pronta reparação do *O Pensamento Social*»⁷⁹³ para depois destacar o período grevista e de resistência que era avivado no país.

Em agosto de 1873, os internacionalistas espanhóis chegam a escrever para o Conselho Local de Lisboa a informar que alguns companheiros iam emigrar para Lisboa e por isso perguntavam se «poderiam encontrar trabalho e tolerância por parte do governo português»⁷⁹⁴. Desde 1872 que os internacionalistas espanhóis faziam questão

⁷⁹⁰ César Oliveira transcreve esta parte da carta como «WoWart», OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 69. A palavra está ilegível, mas pelo sentido da frase parece ser o jornal alemão *Der Volksstaat* e poderá ser um erro de escrita do próprio Azedo Gneco.

⁷⁹¹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 21 de janeiro de 1877, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, Instituto de História Social (Holanda), p. 16.

⁷⁹² *O Pensamento Social*, 30 de março de 1873, 2º Ano, N.º 50, p. 1.

⁷⁹³ *La Federacion...*, 23 de agosto de 1873, Ano V, N.º 210, p. 4.

⁷⁹⁴ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comisión federal de la región española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 153.

de avisar os portugueses sobre os emigrantes espanhóis ligados à *Internacional*. É o caso de um emigrante, Federico Díaz Palafox da localidade de Ferrol, que estava no Porto e perguntava onde «se reuniam os internacionalistas nessa cidade»⁷⁹⁵. O espanhol acaba por receber a informação de Espanha que no Porto havia uma secção da *Internacional* com o nome «Associação Fraternidade Operária»⁷⁹⁶, mas ainda era não possível apresentar morada pois aguardavam a resposta do conselho local de Lisboa, contacto através de José Fontana.

Em setembro de 1873, *O Pensamento Social* veicula alguma informação sobre o 6º congresso da *Associação Internacional dos Trabalhadores* que se ia realizar na primeira quinzena desse mês em Genebra. Este congresso será denominado na Europa como a corrente *centralista* da *Internacional* e pretendia fazer o contraponto aos congressos autonomistas dos apoiantes de Bakunin. Os socialistas portugueses veiculam para o espaço público que «a região portuguesa é representada neste congresso dos proletários por A. [Auguste] Serrailier, ex-membro da comuna de Paris e do penúltimo Conselho Geral, a quem se passou mandato imperativo, para resolver sobre certas questões»⁷⁹⁷. Um mês antes desta decisão, Nobre França informava Engels que embora a situação fosse precária, ainda assim tinham sido feitos os «esforços para enviar um delegado»⁷⁹⁸, no entanto, no final da carta diz que, «talvez, seja melhor que a região portuguesa seja representada por alguém da Nova Federação Madrilena»⁷⁹⁹. Mais uma vez os portugueses optavam por delegar a sua representação, no entanto, nenhuma das ideias dos portugueses é concretizada e o próprio congresso acaba por ser um fracasso, marcado por uma larga ausência de delegados representantes de vários movimentos operários europeus.

O próprio Conselho Geral acabou por decidir não enviar nenhum representante de Nova Iorque, mas nomear um representante na Europa e instruí-lo a apresentar no Congresso os relatórios oficiais e a agenda do Conselho Geral. Auguste Serrailier era o escolhido para esta missão, no entanto, numa carta a 3 de setembro de 1873, informava

⁷⁹⁵ SERRANO, Carlos Seco e MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares del III Consejo Federal de la Región Española (noviembre-diciembre 1872)*, (II). Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1972, p. 282.

⁷⁹⁶ SERRANO, Carlos Seco e MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares del III Consejo Federal de la Región Española (noviembre-diciembre 1872)*..., p. 260.

⁷⁹⁷ *O Pensamento Social*, 20 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 54, p. 3.

⁷⁹⁸ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 43.

⁷⁹⁹ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873..., p. 42.

que vários países não tinham condições para enviar delegados, inclusive os «amigos portugueses, [que não tinham] outra escolha senão uma delegação indireta»⁸⁰⁰ e devido às dificuldades optava por não comparecer no congresso, «apesar dos mandatos [...] da França, América, Portugal, etc»⁸⁰¹.

A 27 de setembro de 1873, Karl Marx escrevia a Adolph Sorge a dizer que o fiasco do Congresso de Genebra era inevitável e que a *Federação Inglesa* não tinha fornecido dinheiro para enviar um único delegado e os «portugueses, espanhóis e italianos nos informaram que não poderiam, sob essas condições, enviar delegados diretos»⁸⁰². O fracasso político do congresso é salientado numa carta dos internacionalistas espanhóis para Portugal, onde afirmam o carácter local ou nacional do congresso dos *centralistas*, informando que dias antes tinha realizado na mesma cidade o legítimo congresso da *Internacional* onde estiveram representados delegados de Inglaterra, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Suíça e adesão «moral e material da Federação Americana de Spring Street; e as felicitações e simpatia de seis mil trabalhadores da Alemanha»⁸⁰³. Na verdade, os espanhóis já tinham abordado o congresso autonomista junto aos portugueses, frisando que havia esforços para levar o maior número possível de delegados espanhóis ao congresso de 1 de setembro em Genebra. Os internacionalistas escreviam para Portugal para tentar aliciar a sua participação no congresso e, em «caso não ser possível enviar uma representação [de Portugal], podiam contar com os delegados espanhóis»⁸⁰⁴.

Perante a realização dos dois congressos, o *centralista* e o *autonomista*, os espanhóis voltavam a insistir com os companheiros portugueses sobre a guerra interna na *Internacional*. Pretendiam forçar uma tomada de decisão e, por isso, perguntavam aos portugueses qual dos congressos representava o proletariado e qual era o legítimo congresso da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Esta pressão política sobre os congressos tinha um objetivo, pretendia a adesão dos portugueses aos resultados

⁸⁰⁰ Carta de Auguste Serrailier para os delegados do 6º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, 3 de setembro de 1873, transcrita em, BADIA, Gilbert e MORTIER, Jean. *Correspondance Karl Marx & Friedrich Engels*, Tomo XII (janeiro 1872-outubro 1874). Paris: Messidor/Éditions Soiales, 1989, p. 318.

⁸⁰¹ Carta de Auguste Serrailier para os delegados do 6º Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, 3 de setembro de 1873, transcrita em, BADIA, Gilbert e MORTIER, Jean. *Correspondance ...*, p. 318.

⁸⁰² Carta de Engels para o Conselho Geral da Internacional em Nova York, Londres, 6 de fevereiro de 1873. Transcrita em, BADIA, Gilbert e MORTIER, Jean. *Correspondance ...*, p. 323.

⁸⁰³ *La Federacion...*, 4 de outubro de 1873, Ano V, N.º 216, p. 2.

⁸⁰⁴ MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Junio-Septiembre 1873)*, (V). Edições Universidade de Barcelona, 1979, p. 167.

políticos anunciados no congresso *Autónomo*, nomeadamente, no apoio à destituição do Conselho Geral e a destruição completa de todos os poderes autoritários. No entanto, no último número do *O Pensamento Social* havia um alerta aos leitores que o jornal inadvertidamente tinha fornecido informações erradas. O texto afirma que as secções que estiveram num congresso na Suíça não pertenciam à *Internacional*, pois o Conselho Geral em virtude dos estatutos tinha-as excluído. Os próprios jornais não operários destacam a realização dos dois congressos e a desorganização interna na *Internacional*. Citando um periódico espanhol o *Diário Popular* veicula a realização de dois congressos internacionais em Genebra, um que estava ao serviço do Conselho Geral de Nova Iorque e outro que pretendia «a dissolução desse Conselho Geral»⁸⁰⁵ e negava reconhecer a autoridade de Karl Marx. Um longo texto publicado na primeira página onde é destacada a força da *Internacional* em Espanha e é traçado um quadro do movimento operário internacional. É redigido que em França, Espanha, Itália, Bélgica e Suíça estavam com o congresso *antiautoritário*, ao passo que Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, os EUA e Portugal apoiavam Karl Marx, concluído o texto com uma referência irónica retirada da Bíblia: «A Internacional que ia estabelecer a verdadeira fraternidade no mundo, começou quase como Abel e Caim»⁸⁰⁶.

A divisão interna na *Internacional* é também referenciada pela imprensa, nomeadamente, a realização dos dois congressos da *Internacional* realizados em 1873 em Genebra. Um é retratado como apoiante do Conselho geral de Nova Iorque e que tinha o apoio de Portugal, face ao outro que objetivava «a dissolução desse Conselho Geral»⁸⁰⁷ e negava reconhecer a autoridade de Karl Marx.

5.7 Karl Marx e marxismo na esfera pública portuguesa

Diversos historiadores colocam algumas reservas na receção do marxismo e de Karl Marx na sociedade portuguesa, inclusive, no campo socialista. Segundo António Pedro Pita a primeira referência escrita sobre Karl Marx surge na revista *O Instituto* em 1852, num artigo sobre Proudhon escrito por José Júlio de Oliveira⁸⁰⁸. A historiadora Maria Filomena Mónica é da opinião que «a existência de marxistas em Portugal não

⁸⁰⁵ *O Diário Popular*, 17 de setembro de 1873, 8º Ano, N.º 2460, p. 1.

⁸⁰⁶ *O Diário Popular*, 17 de setembro de 1873, 8º Ano, N.º 2460, p. 1.

⁸⁰⁷ *O Diário Popular*, 17 de setembro de 1873, 8º Ano, N.º 2460, p. 1.

⁸⁰⁸ PITA, António Pedro. “O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 40, 1994, p. 90.

significa que Marx fosse conhecido, muito menos lido ou compreendido»⁸⁰⁹. A questão, todavia, é complexa e a presença de Marx e do marxismo na sociedade portuguesa é um dilema, pois é uma modalidade ideológica que deixou algumas ideias no campo socialista, no entanto, não empolgou os trabalhadores nem é possível sustentar que obra teórica tenha sido aprofundada e amplamente divulgada. O historiador Carlos da Fonseca é da opinião que o *marxismo* só seria popularizado entre os nossos intelectuais depois da Comuna de Paris»⁸¹⁰. De facto, figuras como Jaime Batalha Reis, Nobre França e Azedo Gneco possuíam já uma certa bagagem sobre as ideias de Karl Marx e dos seus correligionários.

Observe-se que a fama de Karl Marx atravessa o campo socialista e penetra na esfera pública portuguesa entrelaçada em diversos jornais. O *Diário Popular* é um dos que mais escreve sobre a vida e obra do principal fundador da corrente ideológica que seria cunhada de *marxismo*. Em finais de novembro de 1872 o periódico publicava um vasto texto biográfico relacionado com Karl Marx, descrevendo um homem sempre vestido de preto que representava um perigo para a ordem e a sociedade pelas suas qualidades humanas e intelectuais. Realça a sua postura filosófica perante o mundo, uma considerável bagagem científica, política e o facto de ser um poliglota. A vida académica de Marx estava já bem documentada, sendo anunciado que tinha iniciado o seu percurso em direito, na Universidade de Bona e Berlim, mas optou por desistir de direito e ingressou no curso de filosofia. Depois da conclusão do curso e uma breve passagem pela carreira académica, Marx acabou por abraçar definitivamente a vida política e jornalística. Em 1842 ocupava o lugar de redator principal no jornal *Gazeta Renana* e no ano seguinte o jornal seria proibido e, perante isto, Marx foi forçado ao seu primeiro exílio em Paris. Na capital francesa dedicaria tempo ao estudo da economia e da Revolução Francesa, participando na elaboração dos *Anais franco-alemães*. Devido às pressões políticas das autoridades germânicas o governo francês acabou por expulsar Marx que voltou a exilar-se, desta vez em Bruxelas.

O *Diário Popular* afirma que neste país elaborou o livro a *Miséria da Filosofia*⁸¹¹, que é retratado pelo jornal como uma resposta ao livro *Filosofia da Miséria* de Proudhon. Com a revolução de 1848 regressa à Alemanha e participa no movimento

⁸⁰⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 40.

⁸¹⁰ FONSECA, Carlos. *A Origem da 1ª Internacional em Lisboa...*, p. 79.

⁸¹¹ O capítulo “Teoria da luta de classes” do livro de Marx é traduzido e publicado no *O Proletário. Bissemanario defensor do operariado em geral* a 29 de maio de 1898, N.º 8, p. 2.

social e político defendendo o mesmo nos jornais que ajuda a publicar. No entanto, quando a *Primavera dos Povos* é esmagada pelo governo prussiano Karl Marx é de novo expulso por ter apelado à resistência. Regressou de novo ao exílio em França, contudo, o jornal português destaca que nesse país, o governo informou Marx que tinha duas hipóteses, ou era «internado em Morbihan ou abandona[va] a França»⁸¹². Perante a ameaça decidiu rumar a Londres. Em Inglaterra escolheu uma habitação em Camden Town, onde continuou a aprofundar o seu trabalho político. O jornal dá destaque à publicação do *Manifesto do Partido Comunista* «que fora aprovado por um congresso de operários de diversas nações celebrado em Londres em 1847»⁸¹³ e escrito em parceria com Engels. O *Diário Popular* afirma que a sua casa em Londres era «o centro da teia de aranha, todos os fios da revolução social no antigo e novo mundo»⁸¹⁴, elaborando um discurso em torno de Marx como alguém que fazia a apologia revolucionária ansiosa por subsistir as velhas elites.

Curiosamente, a própria habitação de Marx é alvo de uma descrição detalhada pelo jornal. É escrito que era uma residência modesta, com uma mobília simples e apenas com o conforto necessário, sendo afirmado que os rendimentos de Marx, «que passa por muito rico, não são despendidos unicamente em satisfazer a sua felicidade individual»⁸¹⁵.

Em Inglaterra publicou *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e realizou um intenso trabalho de pesquisa nos museus britânicos no sentido de aprofundar o seu pensamento, sendo também correspondente no jornal *New York Tribune* até ao início da guerra civil nos Estados Unidos da América. Em termos políticos, o *Diário Popular* encara Karl Marx como o chefe e fundador da *Internacional* que pertencia a uma das duas mais importantes escolas revolucionárias: «a escola científica»⁸¹⁶. O jornal lembra que a 28 de setembro de 1864, num encontro no Saint James Hall, Karl Marx terá fundado a *Associação Internacional dos Trabalhadores*. O jornal lembra que Marx já por duas vezes tinha tentado «fundar uma associação deste género, secretamente na liga comunista dos operários e abertamente na sociedade internacional da democracia»⁸¹⁷. O jornal informava o leitor que os estatutos da *Internacional*, aprovados no Congresso de

⁸¹² *O Diário Popular*, 29 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1835, p. 2

⁸¹³ *O Diário Popular*, 29 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1835, p. 2

⁸¹⁴ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1833, p. 2.

⁸¹⁵ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1833, p. 2.

⁸¹⁶ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸¹⁷ *O Diário Popular*, 29 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1835, p. 2

1866, eram da autoria de Marx. No mesmo sentido avança o *Jornal da Noite*, que retrata Karl Marx como o «verdadeiro diretor da Internacional»⁸¹⁸ e que estava em correspondência com os principais dirigentes da associação.

O jornal *Diário Popular* ao expor a cientificidade das teses, elabora uma narrativa próxima do denominado *darwinismo social*, pois assumia que a ideia de Marx era baseada «cientificamente no estudo da constituição do ser humano, na anatomia, na sociologia, na antropologia»⁸¹⁹ e as leis científicas tinham como base os «exame de seus órgãos, [d]o direito público e internacional pelos caracteres das raças humanas»⁸²⁰. O mesmo jornal abordou as peculiaridades do marxismo, citando a *luta de classes* formulada por Marx como uma fatalidade histórica e a garantia de uma nova sociedade preservada pela «ditadura transitória da classe operária»⁸²¹. Era este o meio encontrado para estabelecer a concretização da propriedade coletiva do solo e dos instrumentos de trabalho. Por outro lado, esta lógica é fortemente vincada pelo «carácter internacional [da] luta das classes e da transformação social»⁸²². O jornal afirma que em 1867 Karl Marx «publicou a sua obra mais notável, *O Capital*»⁸²³, onde é feita uma crítica da economia política, mas estava apenas impresso o primeiro volume. Por fim, dizia que a última obra de Karl Marx tinha sido um manifesto sobre *A Guerra Civil em França* que «levantou grande celeuma na democracia»⁸²⁴.

Karl Marx é retratado pelo jornal como muito afável, uma grande doçura e muito atraente, um homem de 53 anos de estrutura média, mas vigoroso que é retratado como «destinado talvez a viver cem anos»⁸²⁵ se não fosse atormentado pela asma e o seu enfisema pulmonar. O jornal chega a descrever as feições de Marx, inclusive o seu largo nariz, beiços grossos com um bigode farto que se liga com a barba russa, espessa e comprida. O *Diário Ilustrado*, a 15 de novembro de 1872, colocava em primeira página um retrato de Marx⁸²⁶ e um breve texto sobre este pensador. Era afirmado o talento incontestável de Marx que vivia em Inglaterra onde estudava assuntos relacionados com

⁸¹⁸ *Jornal da Noite*, 29 e 30 de setembro de 1871, 1º Ano, N.º 232, p. 2.

⁸¹⁹ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸²⁰ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸²¹ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸²² *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸²³ *O Diário Popular*, 29 de novembro de 1871..., p. 2.

⁸²⁴ *O Diário Popular*, 29 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1835, p. 2.

⁸²⁵ *O Diário Popular*, 27 de novembro de 1871, 6º Ano, N.º 1833, p. 2.

⁸²⁶ Consultar **Anexo D** – Retrato de Karl Marx na capa do *Diário Ilustrado*.

a economia e a política, «pendendo sempre para as teorias mais abstrusas»⁸²⁷. Erradamente, nesta notícia é focada a morte política de Marx na *Internacional*, nomeadamente no congresso de Haia onde, dizia-se, «Karl Marx perdeu a sua autoridade quase absoluta. A Internacional anulou assim o seu mais talentoso agente»⁸²⁸. Anteriormente, em novembro, o jornal *Bem Público* escrevia que no congresso de Haia tinha sido visível a «grande oposição a Karl-Marx [...] e foi forçado a demitir-se»⁸²⁹. O jornal republicano, *O Rebate*, assumia uma postura semelhante, frisando que Karl Marx tinha fundado em «1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores»⁸³⁰.

A 25 de setembro de 1872, o *Diário Popular* transcrevia uma carta de Marx, publicada na imprensa estrangeira, onde o marxista respondia aos rumores que circulavam no espaço público sobre a transferência do Conselho-geral da *Internacional* para os Estados Unidos da América. Perante esta notícia, Karl Marx frisava as intenções de continuar em Inglaterra, dizendo que tinha já comunicado a sua intenção de «não continuar a fazer parte do Conselho Geral, assim como de nenhum outro corpo administrativo»⁸³¹ para continuar com os seus trabalhos científicos. No ano anterior circulavam rumores da morte de Karl Marx em Paris pela imprensa internacional que acabam republicados em Portugal, caso de *A Nação*⁸³² e, mais tarde, a *Revolução de Setembro* que noticiaram a morte de Karl Marx, o «fundador da sociedade Internacional»⁸³³. Os socialistas portugueses não ficavam indiferentes às notícias da saúde de Karl Marx, e Nobre França escreve ao próprio sobre a reprodução de notícias em Portugal referente a sua saúde e revela estar tranquilizado pela sua resposta⁸³⁴.

Ao contrário da imprensa nacional, a imprensa dos socialistas portugueses não acompanha o interesse público na vida pessoal e biográfica de Karl Marx. No *Pensamento Social* as poucas referências a Karl Marx são sobre a sua obra política e económica, logo no primeiro número é frisado que os estatutos gerais da Internacional

⁸²⁷ *Diário Ilustrado*, 15 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 138, p. 1.

⁸²⁸ *Diário Ilustrado*, 15 de novembro de 1872..., p. 1.

⁸²⁹ *Bem Público*, 14 de setembro de 1872, 16ª Série, N.º 10, p. 80.

⁸³⁰ *O Rebate...*, 17 a 22 de dezembro de 1873, 1º Ano, N.º 23, p. 2.

⁸³¹ *O Diário Popular*, 25 de setembro de 1872, 7º Ano, N.º 2119, p. 2.

⁸³² *A Nação...*, 10 de setembro de 1871, Ano XXIII, N.º 7078, p. 2.

⁸³³ *A Revolução de Setembro*, 28 de dezembro de 1871, XXXII Ano, N.º 8861, p. 1.

⁸³⁴ Carta de Nobre França para Karl Marx, 17 de agosto de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 642, Instituto de História Social (Holanda), p. 3.

tinham sido «formulados por Karl Marx»⁸³⁵. O pensamento marxista é abordado pelos socialistas deste período e, no mínimo, há uma crescente curiosidade sobre a sua obra. Tal como afirma Alfredo Margarido «a leitura de Marx não é uma tarefa fácil e exige um trabalho profundo»⁸³⁶ e em Portugal era sentida essa dificuldade. O *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 é somente publicado em março de 1873 nas páginas do *Pensamento Social*. Embora seja dito que circulava uma «edição inglesa do manifesto»⁸³⁷, a versão publicada em Portugal foi feita pela primeira vez através da versão espanhola publicada no *La Emancipacion* a 2 de novembro de 1872. O jornal socialista tentava não assustar o leitor, frisando que «não concebe[ia] a necessidade de uma ditadura proletária para operar uma transformação»⁸³⁸, no entanto, frisava a importância de não perder de vista o poder e a essência dessa ideia que defendia a união entre trabalhadores e a sua organização em classe o que resultava na edificação de um poder do proletariado, sendo fatalmente imperativo e necessário para derrubar o poder da burguesia. No artigo sobre a publicação do *Manifesto* são feitas críticas à *Aliança*, pois «os aliancistas, [...] são os maiores inimigos das doutrinas *comunistas* e *autoritárias*»⁸³⁹ sendo acusados de apenas pretenderem alterar os nomes das organizações e não as suas funções.

Os socialistas portugueses podiam não conhecer em rigor a obra de Marx e Engels, mas ao escolherem atacar a *Aliança* estavam, no mínimo, a colocar uma roupagem marxista. As ideias elaboradas para combater o sector anarquista não são frutos da obra teórica dos marxistas? Pensámos que sim. Um dos internacionalistas que contactou com os internacionalistas espanhóis, Jaime Batalha Reis, demonstra que já tinham alguma informação sobre o pensamento marxista, pois afirma que pretendia apresentar nas famigeradas conferências do Casino uma comunicação sobre o socialismo onde ia abordar Engels e Marx:

A minha conferência do Casino teria sido assim apenas a exposição crítica dos diferentes sistemas socialistas — principalmente dos de Proudhon, Karl Marx e Engels. Fui nomeado, no ano seguinte ao das Conferências, professor do Instituto de Agronomia, substituindo na cadeira de Economia

⁸³⁵ *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 2.

⁸³⁶ MARGARIDO, Alfredo. *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1975, p. 30.

⁸³⁷ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 2.

⁸³⁸ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873..., p. 2.

⁸³⁹ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873..., p. 2.

Política o professor João de Andrade Corvo — a esse tempo ministro de Portugal em Madrid — e pude fazer, numa das minhas primeiras lições, exatamente a mesma conferência que o Marquês de Ávila me proibira no Casino.⁸⁴⁰

Sobre esta comunicação, o *Trabalho* lembrava ao público que Jaime Batalha Reis na redação do *Jornal do Comércio*, a 26 de junho de 1871, tinha convidado os presentes «a ouvirem no Tribunal da Boa Hora a [...] preleção sobre o *Comunismo*»⁸⁴¹, devido a portaria que tinha proibido as conferências democratas do Casino. Perante isto, o jornal ligado a João Bonança provocava publicamente Jaime Batalha Reis, lançando a pergunta: «quando tenciona o digno chefe do serviço do Instituto Agrícola realizar a sua preleção?»⁸⁴².

O Pensamento Social deslinda superficialmente o primeiro volume da obra mais importante de Karl Marx: *O Capital*. Este livro é tratado como um importante estudo sobre a *medida do valor* e, embora ainda não tivesse sido lido pelos socialistas portugueses, estes tinham conhecimento através da imprensa estrangeira que os editores Maurice Lachatre et C^o Paris boulevard Sebastopol estavam num processo de tradução do alemão para o francês da obra de Marx. O jornal descreve que o *Capital* estava dividido em vários capítulos, onde Karl Marx abordava temáticas económicas como a questão da mercadoria e sua circulação, as trocas comerciais, a moeda, a transformação do dinheiro em capital, as contradições da fórmula geral do capital, a compra e venda da força de trabalho, a produção do valor maior absoluto e a produção de valores de uso e a produção de valor maior. É afirmado que «Marx chega pela apreciação filosófica da “hora de trabalho” [e desse modo] lança uma grande luz sobre essa questão difícilíssima da constituição do valor»⁸⁴³, uma teoria «que Proudhon não chegou a resolver»⁸⁴⁴. No mesmo sentido ia um artigo no número 19 do *O Pensamento Social* que aborda um capítulo do livro *Miséria da Filosofia* de Karl Marx, sendo descrito ao leitor como uma leitura das falhas do pensamento de Proudhon. Embora não seja um marxista, no sentido restrito do conceito, Nobre França não deixava de encarar a obra de Karl Marx como necessária para contrabalançar a influência de Proudhon em Portugal. Portanto, neste

⁸⁴⁰ STAACK, Maria (Org). *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis...*, p. 140.

⁸⁴¹ *O Trabalho...*, abril de 1872, 1^o Ano, N.º 14, p. 3.

⁸⁴² *O Trabalho...*, abril de 1872, 1^o Ano, N.º 14, p. 3.

⁸⁴³ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2^o Ano, N.º 46, p. 3.

⁸⁴⁴ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2^o Ano, N.º 46, p. 4.

período a análise de Marx é anunciada como superior as outras que tinham prevalecido no momento anterior. Quando José Maria Tedeschi decidiu escrever a Engels, a 29 de maio de 1873, pretendia alertar a ausência de resposta de Paris e, em razão disso, foi tomada a decisão de falar com um «livreiro [...] conhecido [que] mandou vir o Capital de Marx»⁸⁴⁵ para Portugal. Na mesma carta Tedeschi confessa não ter ainda nenhum exemplar da obra, no entanto confessa que estava a ler o exemplar de Nobre França. De facto, existe uma carta, de 17 de agosto de 1872, da autoria de Nobre França para o próprio Karl Marx a «agradecer os dois exemplares do Capital»⁸⁴⁶ e a demonstrar a sua admiração pelo trabalho político que permitia introduzir uma fórmula única nas aspirações dos operários. No discurso do dirigente português, era urgente que todos aprendessem a economia política exposta no livro *O Capital*, uma necessidade para a *propaganda anticapitalista* e, por conseguinte, aproveitava o momento para solicitar a autorização a Marx para uma versão portuguesa da obra⁸⁴⁷. O paradeiro dos dois exemplares oferecidos a Nobre França é desconhecido, mas sabemos que na biblioteca da *Sociedade A Voz do Operário* está um exemplar da primeira edição francesa do *O Capital*, uma edição de Maurice La Châtre. O envio destes exemplares para Portugal explica a circulação do livro entre os internacionalistas em 1872 e, mais tarde, algures em maio de 1873 chegam a Portugal vários exemplares da obra de Marx, e Nobre França afirma que os livros estavam a ser bem acolhidos em Lisboa, nomeadamente na livraria Internacional onde tinham sido já requisitados 10 exemplares e que o seu dono, Carrilho Videira (o livreiro citado na carta de Tedeschi), tinha encomendado 100 exemplares. Nobre França ainda relata que os compradores faziam a aquisição do livro de uma forma sorrateira e em voz baixa, pois era uma livraria com «fama de revolucionária, de internacionalista»⁸⁴⁸. A 5 de julho de 1873 é anunciado publicamente a venda de livros de Karl Marx, com o jornal *O Rebate* a declarar que os mesmos podiam ser encontrados na livraria Internacional⁸⁴⁹.

⁸⁴⁵ Carta de José Maria Tedeschi para Engels, 29 de maio de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2222, Instituto de História Social (Holanda), p. 6.

⁸⁴⁶ Carta de Nobre França para Karl Marx, 17 de agosto de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 642, Instituto de História Social (Holanda), p. 2.

⁸⁴⁷ Carta de Nobre França para Karl Marx, 17 de agosto de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 642, Instituto de História Social (Holanda), p. 2.

⁸⁴⁸ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 44.

⁸⁴⁹ *O Rebate...*, 5 de julho de 1873, 1º Ano, N.º 2, p. 4.

O livro *o Capital* suscita curiosidade entre os intelectuais socialistas portugueses e é colocado em circulação no meio. Antero de Quental escreve uma carta, em 1873, ao seu amigo Oliveira Martins a abordar o *Capital* de Karl Marx: «quanto ao livro de K. Marx não lho mandei porque o exemplar (que aliás não era toda a obra, mas só parte por ora traduzida), já não estava na livraria»⁸⁵⁰. Mais tarde, numa carta de 1887 onde faz uma retrospectiva da sua militância, Antero diz ter consumido muito tempo em torno de conferências revolucionárias e ao mesmo tempo que conspirava a favor da União Ibérica, fundava em Portugal associações operárias e introduzia, enquanto «adepto de Marx e Engels, em Portugal, a Associação Internacional dos Trabalhadores»⁸⁵¹.

Embora o movimento operário da década de 70 estivesse na órbita de Marx e de Engels o seu trabalho teórico não poderá ser caracterizado exclusivamente como *marxista*. Os socialistas deste período estavam revestidos com uma ambiguidade ideológica e é possível verificar que o denominado *socialismo utópico* ainda estava enraizado nos pensadores e dirigentes socialistas portugueses, ao passo que um novo tipo de ideário social começava a penetrar no socialismo português, concretamente o anarquismo de Bakunin. A transição do *socialismo utópico* para o *socialismo científico* não foi de rutura, mas sim de reconciliação operada de forma gradual.

Os socialistas portugueses não deixaram de solicitar ajuda junto ao próprio Karl Marx, como foi o caso de José Fontana que envia uma carta a Marx a solicitar escritos da sua autoria para serem lidos num sarau socialista de apoio a dois companheiros que continuavam a ser perseguidos pelos industriais e governo devido à greve que tinha sido levada a cabo pela *Fraternidade Operária*, em 1872, no sector dos manipuladores de tabaco. Não é possível descortinar qualquer resposta de Karl Marx ao pedido, no entanto, temos a informação que no início de fevereiro de 1874 é realizado um sarau no teatro Thalia em Alfama pelo movimento socialista e que tinha como propósito fazer frente «às despesas com os processos que os capitalistas do Porto promoveram contra dois operários Miguel Mendes e Silva Lisboa»⁸⁵². A notícia relata que mais de seiscentos trabalhadores e boa parte do campo socialista lisboeta marcou presença no sarau, onde foi recitado várias «poesias, trechos de Antero de Quental, Gomes Leal,

⁸⁵⁰ Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins (XI), 1873. Transcrita em, MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira, *Cartas inéditas de Antero de Quental...*, p. 26.

⁸⁵¹ Quental, Antero de (1887), Carta para Wilhelm Storck, 14 de maio de 1887. Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, pp. 419-420.

⁸⁵² *O Rebate...*, 8 fevereiro de 1874, 2º Ano, N.º 31, p. 3.

Michelet, Karl Marx etc»⁸⁵³. O jornal *O Rebate* fazia questão de enfatizar que no mesmo dia em que os operários enchiam um teatro para ouvir «as obras de Karl Marx, Michelet e outros»⁸⁵⁴, a burguesia estava concentrada no teatro Dona Maria a assistir a «representações de cenas de verdadeiro deboche, como *As mulheres de mármore*»⁸⁵⁵. Uma postura que pretendia colocar em contraste duas realidades sociais irreconciliáveis.

O marxismo forneceu um quadro ideológico que conjugava os elementos contrários ao anarquismo, não obstante, convém referir que José Fontana nunca será um marxista e produz poucos estudos políticos. Mesmo os grandes pilares do marxismo em Portugal, Nobre França e Azedo Gneco, acabam sempre por assumir uma postura mais pragmática do que propriamente ideológica.

O campo académico é outro meio onde a obra de Karl Marx é abordada, nomeadamente, na Universidade de Coimbra. Em 1874 são realizadas duas conferências sobre as origens do socialismo da autoria de José Frederico Laranjo, onde o trabalho de Karl Marx é fortemente destacado, para Alfredo Margarido é a «primeira tentativa de explicação da [...] posição teórica [de Marx], baseada na leitura de *O Capital*»⁸⁵⁶. A posição do aluno do quarto ano de direito não se limita a dar a conhecer os teóricos socialistas e suas ideias, o *Jornal da Noite* escreveu que um dos momentos decisivos da exposição foi o conceito de emparelhar o socialismo moderno com as ideias políticas da revolução francesa, do sistema económico dos fisiocratas e o direito civil e comercial⁸⁵⁷. No ano anterior, Oliveira Martins no livro *Portugal e o Socialismo*, embora não destaque em nada a obra de Karl Marx, não o deixa de incluir como um dos «homens originais, iniciadores da classe operária»⁸⁵⁸ ao lado de Owen e Fourier. Mais tarde, o mesmo pensador vai elogiar Karl Marx, citando-o como o *Papa do proletariado* e um dotado escritor que abordou os fenómenos do capital e o trabalho⁸⁵⁹.

Em 1876 o *Protesto* destaca a publicação de um artigo de Laveleye na revista *Dos Dois Mundos* sobre o movimento socialista alemão, onde a obra de Karl Marx era elogiada. O jornal socialista demonstrava agrado pelo socialismo ter eco entre os homens da ciência e entre os estudiosos da classe burguesa, reafirmando a validade do

⁸⁵³ *O Rebate...*, 8 fevereiro de 1874, 2º Ano, N.º 31, p. 3.

⁸⁵⁴ *O Rebate...*, 8 fevereiro de 1874, 2º Ano, N.º 31, p. 3.

⁸⁵⁵ *O Rebate...*, 8 fevereiro de 1874, 2º Ano, N.º 31, p. 3.

⁸⁵⁶ MARGARIDO, Alfredo. *A Introdução do Marxismo em Portugal...*, p. 55.

⁸⁵⁷ *Jornal da Noite*, 6 e 7 de fevereiro de 1874, 4º Ano, N.º 952, p. 1.

⁸⁵⁸ MARTINS, Oliveira. *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1873, p. 71.

⁸⁵⁹ MARTINS, Oliveira. *A Inglaterra de Hoje (Cartas de um viajante)*, Lisboa, Typ da Academia Real das Ciências, 1893, p. 169-170.

texto, nomeadamente a ideia de que o trabalho era a origem de toda a riqueza e, portanto, «os trabalhadores devem ser os únicos possuidores de todo o género de riqueza, isto é, do capital»⁸⁶⁰. No ano seguinte, o mesmo jornal entrava em polémica com um jornal regional. Os socialistas, em julho de 1877, acusavam a *Gazeta Setubalense* de mentir e de estar mal-informada sobre os acontecimentos decorridos numa iniciativa operária em Setúbal, afirmando que o «orador que foi de Lisboa não apresentou a teoria de Proudhon, mas a de Karl Marx»⁸⁶¹.

5.8 José Fontana e Giuseppe Fontana, um debate historiográfico

Giuseppe Silo Domenico Fontana durante várias décadas vai ser o símbolo maior do movimento operário português e, como todos os símbolos, a sua história vai estar construída numa narrativa heroica. Nos primeiros desfiles do 1º de Maio em Portugal a manifestação operária tinha uma forte simbologia ligada a José Fontana, e o cortejo político em luta pelas 8 horas não esquecia a figura socialista. Deste modo, o percurso programado era iniciado na atual Avenida da Liberdade e virava depois pela rua Oriental, subia a calçada do Salitre e entrava no largo do Rato. De seguida entrava pela rua do Sol e do Campo de Ourique rumo à rua Ferreira Borges, para entrar na rua Saraiva de Carvalho para terminar no cemitério dos Prazeres. No cemitério os operários deixam os carros alegóricos alinhados no largo do cemitério e «*depõem flores, coroas, e bouquets no mausoléu de*»⁸⁶² José Fontana. O 1º de Maio em Portugal tinha uma vertente internacionalista, mas muito entroncada na vertente nacional que pretendia prestar o culto aos heróis mortos pela causa dos trabalhadores, nomeadamente, na campa de José Fontana onde os dirigentes socialistas e operários prestavam a sua homenagem. No imaginário coletivo do movimento operário, a figura de José Fontana correspondia ao superlativo da luta dos trabalhadores portugueses. Na verdade, nenhum dos outros socialistas portugueses do século XIX vai merecer o mesmo destaque e simbolismo atribuído ao luso-suíço. Em 1904 a *União Operária 1º de Maio* realizou um cortejo para homenagear José Fontana e colocar a pedra inicial do futuro monumento erigido à sua memória. Tomaram parte 43 associações populares sendo o desenho da autoria do seu antigo companheiro, Azedo Gneco. Mais tarde, esta ideia foi recuperada pelo *Partido Socialista* e outras associações populares. Desta maneira, é nomeada uma

⁸⁶⁰ *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 64, p. 3.

⁸⁶¹ *O Protesto...*, julho de 1877, III Ano, N.º 102, p. 1.

⁸⁶² Confrontar o jornal *O Século*, 1 de maio de 1898 e Fonseca, Carlos da (1990), *O 1º de Maio em Portugal*, Lisboa, Antígona.

comissão presidida pelo deputado socialista António Pereira e aberta uma subscrição pública. Na sessão de 13 de janeiro de 1915 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a deliberação de denominar Praça José Fontana o largo do Matadouro. Contam-se três homenagens a José Fontana, iniciadas pelo jazigo no Cemitério dos Prazeres que será um espaço de memória durante décadas para alguns republicanos e, sobretudo socialistas, e uma praça em Lisboa com o seu nome e a edificação de um monumento nessa mesma praça para o simbolizar. Deste modo, José Fontana é um símbolo socialista que acaba por se perpetuar no tempo e no espaço. Como afirma Pierre Nora «a memória é vivida coletivamente, mas ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória»⁸⁶³; a construção de *lugares de memória* em torno de José Fontana e o seu significado coletivo transforma Fontana num *homem-memória* do movimento operário português.

O dirigente socialista, Luiz Figueiredo que chegou a conhecer José Fontana na sede da *Fraternidade Operária* onde era levado pelo seu pai, descreve deste modo a figura de Fontana:

O vulto de José Fontana era daqueles que nunca se esquecem mais, uma vez encontrados na vida. Tinha um não sei que de nobre e simpático, que o inundava duma tonalidade doce e meiga, que o fazia atraente e vago. Quando ele falava vagarosamente, espaçando as palavras e seguindo-as nos ares com o seu grande dedo comprido e descarnado, recorrendo à parábola e pintando comovido as misérias dos operários, o desalinho do lar e as lágrimas dos filhos, tomava um aspeto singular, como de um iluminado sonhador. Se tivesse nascido noutra época, Fontana, seria, talvez, um asceta, um inspirado – tal é, pelo menos a forma como o reconstruo no meu cérebro, à distância de um par de anos!⁸⁶⁴.

Em 1892 é publicado um livro em homenagem a José Fontana com relatos sobre a figura maior do movimento operário português. Entre os vários testemunhos temos Fernandes Alves que refere a homenagem a José Fontana nas manifestações do 1º de Maio, pois os «socialistas da região portuguesa vão ao túmulo de Fontana render o seu preito de justiça ao defensor da classe operária. Há nestas manifestações, sincera e

⁸⁶³ NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Yara Aun Khoury tradução, *Projecto História*, Vol 10, 1981, p. 18.

⁸⁶⁴ Citado em, NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”..., p. 82.

espontânea, não só uma apoteose ao revolucionário de 72, com também a apoteose dos próprios princípios socialistas»⁸⁶⁵. Damásio da Graça destaca o papel de Fontana em Portugal, frisando que era a «estrela polar do povo trabalhador. José Fontana foi [...] o mestre, na reivindicação dos direitos e da emancipação social»⁸⁶⁶. Mas o elogio com maior simbolismo é oriundo de um histórico do movimento operário português. Sousa Brandão um dos iniciadores, juntamente com Lopes de Mendonça e Vieira Silva, do movimento socialista e figura assídua no movimento operário desde a década de 50 de oitocentos escreve que «dentro os homens que em Portugal têm querido levantar as classes trabalhadoras, José Fontana é um dos primeiros»⁸⁶⁷. O papel político de José Fontana, nomeadamente no associativismo, é também destacado por Antero de Quental em finais de 1872, quando escreve a Oliveira Martins para dar conta que Fontana era um «apóstolo das cooperativas [...] Desta vez deu-lhe para uma coisa boa, e vai ganhando foros de Schulze-Delitzsch»⁸⁶⁸⁸⁶⁹. Embora em minoria, há vozes que acabam por realizar críticas ao comportamento de José Fontana e, assim sendo, não alinham no caudal histórico de elogios promovidos ao socialista nascido na Suíça. É o caso de Feliciano Soares de Azevedo que, ao abordar o fracasso da greve dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro de 1873, escreve que José Fontana «preferiu suicidar-se a presenciar a queda do edificio que com tanto sacrificio tinha fundado»⁸⁷⁰. O próprio Eça de Queiroz traça a personalidade de José Fontana num vocabulário menos elogioso, afirmando ser um «moço excelente, mas fanático, que consumiu o seu pecúlio e a sua saúde no empenho de fundar um clube»⁸⁷¹. De uma forma sintética, para Eça «Fontana [...] era um agitador»⁸⁷². Em 1884 a revista *O António Maria*⁸⁷³ faz uma homenagem a José Fontana, publicando um retrato do socialista na capa.

O imaginário sobre José Fontana chega até à literatura do século XX e XXI. É o caso do romance *Amanhã*, de Abel Botelho, onde o herói da narrativa possuía um retrato de José Fontana no seu quarto, pois era uma inspiração e a representação do

⁸⁶⁵ AAVV. *Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. Do Repórter, 1892, p. 16.

⁸⁶⁶ AAVV. *Homenagem a José Fontana...*, p. 9.

⁸⁶⁷ AAVV. *Homenagem a José Fontana...*, p. 11.

⁸⁶⁸ Franz Hermann Schulze-Delitzsch nasceu a 29 de agosto de 1808 e faleceu a 29 de abril de 1883, foi um político e economista alemão que ficou conhecido por organizar as primeiras cooperativas de crédito.

⁸⁶⁹ SILVA, Lúcio Craveiro da. *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1996, p. 45.

⁸⁷⁰ AAVV. *Homenagem a José Fontana...*, p. 14.

⁸⁷¹ Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 303.

⁸⁷² QUEIROZ, Eça de. “Um génio que era um santo”..., p. 501.

⁸⁷³ *O António Maria*, 3 de abril de 1884, Ano VI, N.º 253, p. 105. Ver Consultar **Anexo E** – Retrato de José Fontana na revista *O António Maria*.

despertar para o «espetáculo doloroso da miserável inércia do [...] povo [...] José Fontana foi o arrojado clarim da ideia nova em Portugal»⁸⁷⁴. Mais recentemente Alberto Nessi publicou um romance histórico pela Bertrand Editora⁸⁷⁵ onde apresenta ao leitor um José Fontana a escrever o seu diário e memórias políticas, não esquecendo a cidade de Lisboa e os companheiros Eça de Queiroz, Nobre França, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis.

Mesmo no campo político a figura de José Fontana é apropriada no século XX. Em grande medida, o *Partido Socialista Português*, fundado numa cidade da República Federal Alemã em 1973, na necessidade de competir com o *Partido Comunista Português* no que toca a uma ligação histórica com o país, vai construir um discurso político onde se afirma como o herdeiro da tradição socialista de 1875. Nesta lógica os militantes socialistas contribuíram para a fundação da *Associação José Fontana* que acabará por estar na origem da *União Geral de Trabalhadores* (UGT). Até à década de 80 do século XX era bastante habitual a realização de romarias de socialistas à campa de José Fontana, como é relatado na primeira pessoa por Maria Manuela Cruzeiro no seu livro biográfico sobre José Fontana. Mais recentemente a esquerda socialista portuguesa continuava a citar José Fontana. É o caso de José Soeiro, deputado do *Bloco de Esquerda*, que durante um debate em torno do tempo de trabalho lembrava ao hemiciclo que «numa quinta-feira de 1890 cerca de 8000 operários desfilaram e atravessaram a cidade de Lisboa até ao Cemitério dos Prazeres para, em frente à estátua do *José Fontana*, defenderem uma ideia simples: 8 horas de trabalho por dia, no máximo»⁸⁷⁶.

O trabalho de investigação de Maria Manuela Cruzeiro, financiado pela extinta *fundação José Fontana*, merece um especial destaque pelos resultados obtidos sobre a vida de José Fontana. A investigação vai estar na origem de um documentário da RTP do jornalista Pedro Mariano⁸⁷⁷ que foi para o ar em 1990. A investigadora deslocou-se até Itália para consultar arquivos locais no sentido de descobrir mais elementos sobre a vida pessoal de José Fontana. De facto, Fontana nasce a 28 de outubro de 1840 em Cabbio, uma localidade situada na região de Ticino que era então um cantão italiano da Suíça. Uma zona abalada pelas campanhas italianas de Napoleão Bonaparte,

⁸⁷⁴ BOTELHO, Abel. *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1982, p. 456

⁸⁷⁵ NESSI, Alberto. *José Fontana. Na próxima semana talvez*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.

⁸⁷⁶ Assembleia da República, 19 de maio de 2017, Série I, XIII Legislatura, N.º 089, p. 15

⁸⁷⁷ <https://www.rtp.pt/programa/tv/p33007/e10>

caracterizada pelos nacionalismos suíço e italiano e que foi tocada pela *Primavera dos Povos* de 1848. Em 1803 a República de Ticino foi integrada na confederação Helvética e, desse modo, passou a ter características semelhantes às de um cantão. Portanto, há aqui o suficiente de história para fazer um internacionalista. A nacionalidade suíça é obtida porque o seu pai, um italiano de nome Giovanni Baptista Fontana, a aceitou imposta pelo Acto de Medição de 1803. Maria Clara Bertrand Bonardelli, mãe de Fontana, tinha raízes em Portugal, nomeadamente em Odemira e parentesco com a família Bertrand⁸⁷⁸. Manuela Cruzeiro conseguiu perceber nos arquivos locais que o pai de Fontana terá morrido entre 1842 e 1847, neste último ano a mãe de Fontana decidiu vender todos os bens em Cabbio um sinal de que «Maria Clara e seus filhos se preparavam para partir. José Fontana tinha então 7 anos»⁸⁷⁹. António Silva Leal no seu artigo no *Diário de Notícias* afirma, sem grande sustentação documental, que José Fontana é aparentado do «seu correligionário Azedo Gneco, cujo nome ele pronunciou sempre à italiana»⁸⁸⁰

No livro nº10 dos registos de Enterramentos do Cemitério Ocidental de Lisboa (Cemitério dos Prazeres) temos a informação que José Fontana tinha falecido pelas 11 horas e meio dia de 02 de setembro de 1876. A causa da morte é atribuída a um disparo de uma arma de fogo. A cerimónia fúnebre é civil e o corpo transportado num caixão de chumbo, sendo sepultado na cova nº 4278. Em 18 de julho de 1883 a Câmara Municipal de Lisboa vendeu a Constâncio Augusto Pereira o jazigo nº 3015 e em 30 de março de 1884 os restos mortais de José Fontana foram transferidos para o jazigo nº 3015 através de uma subscrição pública dinamizada pelo movimento operário. A Cooperativa Indústria Social ofereceu duas peças em bronze para ornamentar o jazigo.

Os últimos anos de vida de José Fontana são penosos, muitos dos seus companheiros retratam que a doença pulmonar o tinha afetado profundamente e transfigurado. Andou a ser acompanhado por um médico, que muito provavelmente seria o seu amigo e companheiro Eduardo Maia, e tinha passado algum tempo no Algarve no sentido de melhorar a saúde. Nada parece resultar e, perante o insucesso no combate à doença e as nulas melhorias, opta por orquestrar o seu suicídio que será realizado no armazém da Bertrand a 2 de setembro de 1876. O corpo foi encontrado por

⁸⁷⁸ Importante família francesa de comerciantes de livros estabelecida em Portugal desde o século XVIII.

⁸⁷⁹ CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vida e acção de José Fontana*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1990, p. 7.

⁸⁸⁰ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983, Ano 119, N.º 41 812, p. 11.

um empregado «numa cadeira com os braços pendentes e empunhando na mão direita um revólver»⁸⁸¹. José Fontana preparou o suicídio, deixando várias cartas escritas. Às primas Bertrands, ao sócio Saraiva de Carvalho, ao companheiro Nobre França, ao antigo proprietário da Bertrand e ao livreiro António Rodrigues. Curiosamente as cartas destinadas a Saraiva de Carvalho e Nobre França acabam por ser publicadas na imprensa, onde é possível ler a dor e a tristeza provocada pela doença, afirma não ter «energia para suportar o mal e para encarar o futuro terrível»⁸⁸². Apresenta as sinceras desculpas pelo transtorno da situação, deixa a sua quota na Bertrand e livros a Nobre França e solicita uma especial atenção e proteção a Cecília, que era sua mulher. No mesmo sentido escreveu ao amigo Oliveira Martins: «deixo a minha viúva em más circunstâncias, o bem que lhe fazer ou promover, é o maior tributo à nossa amizade»⁸⁸³.

A morte de José Fontana vai fazer longas notícias na esfera pública com vários jornais a publicarem longos artigos sobre este suicídio. Os elogios são transversais ao campo socialista. O *Diário Ilustrado* afirma que Fontana «tinha convicções firmes e possuía a coragem de as sustentar»⁸⁸⁴, frisando que «são poucos os que têm essa coragem»⁸⁸⁵. O *Jornal do Porto* descreve José Fontana como o impulsor «das associações de operários que se diziam filiados na Internacional»⁸⁸⁶, um verdadeiro revolucionário que embora tenha iniciado associações onde «se apelou para as violências e para os crimes [...] parece que nunca [...] aprovou tais descomedimentos e tais horrores»⁸⁸⁷.

No exterior de Portugal a notícia do suicídio de José Fontana é divulgada, por exemplo, no Brasil onde o *jornal do Recife* escrevia que tinha morrido um dos fundadores do socialismo em Portugal «que em tempo chegou a ter filiados [...] cerca de 8 000 operários»⁸⁸⁸. Obviamente os jornais socialistas destacam longas páginas à morte de José Fontana. Para o *Protesto* tinha morrido um dos fundadores da *Internacional* em Portugal, destacando o importante trabalho de José Fontana na *Fraternidade Operária*, na *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* e no

⁸⁸¹ *O Diário Popular*, 3 de setembro de 1876, 11º Ano, N.º 3489, p. 1.

⁸⁸² *O Diário Popular*, 3 de setembro de 1876..., p. 1.

⁸⁸³ Esta carta de José Fontana para Oliveira Martins foi publicada pela primeira vez na *Seara Nova*, 20 de dezembro de 1928, Ano VII, N.º 142, p. 415.

⁸⁸⁴ *Diário Ilustrado*, 3 de setembro de 1876, N.º 1328, Quinto Ano, p. 2.

⁸⁸⁵ *Diário Ilustrado*, 3 de setembro de 1876..., p. 2.

⁸⁸⁶ *Jornal do Porto*, 5 de setembro de 1876, N.º 201, Ano XVIII, p. 2.

⁸⁸⁷ *Jornal do Porto*, 5 de setembro de 1876, N.º 201, Ano XVIII, p. 2.

⁸⁸⁸ *Jornal do Recife*, 26 de setembro de 1876, XIX Ano, N.º 218.

Partido Socialista, descrevendo com algum detalhe o suicídio de José Fontana. O jornal afirma que no cemitério o corpo do socialista era aguardado por um vasto número de operários, «muito superior a mil pessoas»⁸⁸⁹. Os discursos de despedida ficaram a cargo de Eduardo Maia e Azedo Gneco. Há relatos na imprensa de que Nobre França tentou proferir um discurso, mas foi impedido pela tristeza.

Os ecos da morte de José Fontana acabam por ultrapassar a fronteira portuguesa, e em Espanha a *Revista Social* de Barcelona lamenta a morte de José Fontana, sendo retratado como um «esforçado campeão dos direitos da classe trabalhadora»⁸⁹⁰. O enterro de José Fontana acaba por suscitar alguma polémica no espaço público, havendo jornais a revelar indignação pela ausência da cerimónia religiosa. É o caso do *jornal do Porto* que destaca a eventual declaração de José Fontana no seu testamento de ter nascido e ter sido batizado na religião católica e, por isso, solicitava às primas Bertrands um enterro digno dessas práticas religiosas. Perante isto, o jornal questionava o porquê da apropriação do cadáver por vários indivíduos tendo sido transportado para a sede da *Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa*, na calçada do Combro. Foi desse espaço que «vários indivíduos tomaram a direção do enterro [...] para que este fosse levado para o cemitério sem nenhuma demonstração religiosa»⁸⁹¹.

Embora o campo socialista acabe por, no século XX, apropriar a figura de José Fontana, uma atitude que poderá ser vista como parte integrante da estratégia dos futuros dirigentes socialistas no sentido de cimentar um domínio no movimento operário, na verdade, só são conhecidos os últimos 8 anos da sua vida. Neste aspeto, é intelectualmente justo reconhecer o mérito de Vasco Magalhães-Vilhena na tentativa de resgatar o passado desconhecido desta figura. Este autor afirma que José Fontana foi um dos primeiros dirigentes do Conselho Geral da *Primeira Internacional*, inaugurando deste modo um importante debate historiográfico sobre a sua vida e obra. De facto, em 1964 a *Seara Nova* editava um livro de Vasco de Magalhães-Vilhena onde é abordado o pensamento de António Sérgio. Neste estudo existe uma longa nota de rodapé que defende uma ideia original e inovadora sobre José Fontana: «contrariamente ao que tem sido indicado, não foi em Portugal que o suíço italiano [...] aderiu ao movimento

⁸⁸⁹ *O Protesto*, setembro de 1876, N.º 56, II Ano, p. 1.

⁸⁹⁰ Citado em, *O Protesto*, outubro de 1876, II Ano, N.º 60, p. 3.

⁸⁹¹ *Jornal do Porto*, 5 de setembro de 1876..., p. 2.

socialista»⁸⁹². Para Vasco de Magalhães-Vilhena, o socialista José Fontana emigrou para Inglaterra, depois da revolução de 1848, e nesse país foi integrante da direção da associação do *Mútuo Progresso dos Trabalhadores Italianos*. Uma associação controlada por Mazzini e composta na sua maioria de trabalhadores italianos emigrados em Londres. Terá sido o próprio José Fontana a solicitar a entrada nesta *Internacional*. Além disto Magalhães-Vilhena escreve que «durante a sua estadia em Londres, e antes de ter vindo para Portugal, Fontana, foi, de 12 de outubro de 1864 (por proposta de L. Woff) a 4 de abril de 1865, membro do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores e secretário correspondente para Itália»⁸⁹³. A novidade apresentada consiste no facto de José Fontana ser na verdade G.P. Fontana, um dos oitos signatários de um dos mais importantes documentos da história da *Internacional: Inaugural Address of the Working Men's International Association*. Segundo Magalhães-Vilhena é José Fontana que acaba por apresentar a demissão do Conselho Geral por divergências internas. Esta interpretação é corroborada pela documentação existente, que confirma a presença de G. P. Fontana como um dirigente fundador do Conselho Central da *Internacional*, sendo o quarto a assinar logo depois de Karl Marx. E também temos as cartas de Marx que confirmam a existência do convívio político e as divergências internas com G. P. Fontana. O próprio Marx numa carta de 4 de novembro de 1864 para Engels descreve a criação de «um comitê provisório nomeado numa reunião; [...] Wolf, Fontana e outros italianos por Itália»⁸⁹⁴, chegando a afirmar que a «20 de outubro, Cremer (Inglaterra), Fontana (Itália) e Le Lubez [estiveram] reunidos na minha casa»⁸⁹⁵. De facto, o importante dirigente anarquista James Guillaume afirma no seu livro que o comissário italiano de origem polaca Luigi Adolfo Wolff foi forçado a «partir para o Congresso dos Trabalhadores Italianos em Nápoles, [e assim] substituído como comissário por Fontana»⁸⁹⁶. Sobre a demissão de G. P. Fontana do Conselho é dito por Marx a Engels que esta saída estava relacionada com Henri Lefort⁸⁹⁷, pois era defendido que este internacionalista devia manter a sua posição política em Paris.

⁸⁹² VILHENA, Magalhães. *António Sérgio. O idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1964, p. 171.

⁸⁹³ VILHENA, Magalhães. *António Sérgio O idealismo...*, p. 171-172.

⁸⁹⁴ AAVV. “Marx to Engels, in Manchester [London,] 4 November 1864”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 42 Letters 1864-68*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 16.

⁸⁹⁵ AAVV. “Marx to Engels, in Manchester [London,] 4 November 1864...”, p. 17.

⁸⁹⁶ GUILLAUME, James. *Karl Marx, Pangermanist el l'Association Internationale des Travailleuris de 1864 a 1870*. A. Colin, 1905, p. 7.

⁸⁹⁷ Republicano francês próximo das ideias de Proudhon.

Vasco de Magalhães-Vilhena com a sua nota de rodapé tinha encetado o debate historiográfico em torno do passado de José Fontana. Temos alguma historiografia que centrou a sua atenção no movimento operário e socialista a sustentar a tese, embora de uma forma muito pouco crítica. É o caso de Carlos da Fonseca, César Oliveira, Jacinto Rodrigues e Joaquim Palminha Silva que a perpetuam⁸⁹⁸. Em 1985 a historiadora Maria Filomena Mónica escrevia que a questão da presença de José Fontana no Conselho Geral foi alvo da «única polémica recente sobre o movimento socialista»⁸⁹⁹. Dois anos antes, em 1983, o jornal *Diário de Notícias* tinha sido palco para apresentar argumentos em torno da dúplice existência de José Fontana, nomeadamente, pela mão de Fernando Piteira Santos, António Silva Leal e Correia Rodrigues. Estes autores vão elaborar artigos sobre a eventual presença de José Fontana em Londres.

A polémica parece ter sido iniciada com o artigo de Piteira Santos na *Vértice*⁹⁰⁰ que decide revisitar a questão. Para António da Silva Leal é «a primeira vez que alguém insuspeitamente nega a tese do dr. Magalhães Vilhena»⁹⁰¹, lembrando que a tese de Magalhães Vilhena foi «aceite por historiadores do nosso socialismo e dos nossos movimentos sociais, embora ela fosse manifestamente indefensável»⁹⁰². Para este autor a desconstrução da tese reduz José Fontana a «proporções muito mais modestas, mas a verdade é que as proporções que lhe tinham sido atribuídas eram inverosímeis»⁹⁰³. O caso de César Oliveira merece ser destacado por ser um autor que vai alterar a sua posição em torno do passado de José Fontana. Em 1973 aceitava a tese de Magalhães-Vilhena, afirmando que «no Conselho Geral, irá tirar os ensinamentos que lhe permitiram, à sua chegada a Portugal (depois de 1865, com 25 anos), penetrar nas associações de classe, influenciar Antero e o grupo promotor das conferências do Casino, distinguir-se no Centro Promotor»⁹⁰⁴. No entanto, em 1978 escrevia: «mas a verdade é que nem a coincidência da morte dos dois nem a similitude dos nomes nos parecem suficientes, face às cartas aqui publicadas, para provar que os dois Fontanas

⁸⁹⁸ Carlos da Fonseca, *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*, p. 182. César Oliveira, *O socialismo em Portugal. 1850-1900*, p. 145. Jacinto Rodrigues, *Prespectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*, pp. 42-43. Joaquim Palminha Silva, *Dicionário do movimento socialista português*, p. 53. Ramiro da Costa, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal 1820-1975*, p. 40.

⁸⁹⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 55.

⁹⁰⁰ SANTOS, Fernando Piteira. "Marx e o movimento operário português (algumas notas)..."

⁹⁰¹ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983, Ano 119, N.º 41 812, p. 11.

⁹⁰² *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983..., p. 11.

⁹⁰³ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983..., p. 11.

⁹⁰⁴ OLIVEIRA, César de. *O socialismo em Portugal 1850-1900...*, p. 145.

são uma e a mesma pessoa»⁹⁰⁵. Contrariando esta suposição de César Oliveira, o historiador Bernhard Bayerlein em 1982 escrevia que José Fontana «parece idêntico a Giuseppe Fontana»⁹⁰⁶. João Arsénio Nunes aborda num artigo o trabalho de Peter Merten que incide no anarco-sindicalismo em Portugal e alerta para que, embora Merten aceite a identificação de Vasco Magalhães-Vilhena, essa é uma «identificação que hoje parece inteiramente de recusar»⁹⁰⁷. Em 1989 no livro de Joaquim Palminha Silva existe uma posição ambígua, pois nada se diz sobre a presença de José Fontana em Londres, mas «atribui-se-lhe atividades mazinistas na terra de origem, [afirmando que] desconhece-se, todavia, a data da sua entrada em Portugal, para onde emigrou de forma a fugir às perseguições policiais que era alvo»⁹⁰⁸. Por outro lado, muitos historiadores optaram por não entrar na polémica.

Seja como for, a verdade é que a tese central dessa nota de rodapé acabou por chegar aos dias de hoje, pois recentemente o programa *Portugueses com História* da Rádio Portugal (da RTP) decidiu abordar a figura de José Fontana. Neste programa o historiador André Canhoto Costa afirmou que Fontana «passou por Londres e nessa altura privou com Karl Marx e chegou a fazer parte»⁹⁰⁹ da *Internacional*. A ideia romântica de um jovem a sair de Cabbio rumo a Londres, onde ajudou a fundar a *Primeira Internacional*, para de seguida rumar a um país periférico como Portugal no qual consegue realizar um papel decisivo no movimento operário é também consagrado no poder político. Por exemplo, num site oficial do cantão de Ticino⁹¹⁰ existe um separador sobre ilustres imigrantes da zona onde surge José Fontana que é recordado como um dos impulsionadores das ideias socialistas e da *Internacional* em Portugal, não faltando a referência da sua passagem por Londres e o seu envolvimento com a *Primeira Internacional*.

A questão da dupla identidade de José Fontana continua desde 1964 por decifrar, não sendo fácil a obtenção de uma resposta sólida. Que dizer desta polémica? Em

⁹⁰⁵ OLIVEIRA, César de. *13 Cartas de Portugal...*, p. 15-16.

⁹⁰⁶ BAYERLEIN, Bernhard. “La Première Internationale au Portugal. Vue à travers la correspondance internationale, particulièrement celle avec le Conseil Général”. Em: J. C. Seabra PEREIRA (org). *Utopie et Socialisme au Portugal...*, p. 509.

⁹⁰⁷ NUNES, João Arsénio. “Peter Merten, *Anarchisme und Arbeitkamp*”. *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, N° 8, 1985, p. 28.

⁹⁰⁸ SILVA, Joaquim Palminha. *Pequeno dicionário do movimento socialista português*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1989, p. 53.

⁹⁰⁹ Consultado a 4 janeiro de 2019, *Portugueses com História – José Fontana*.

<https://www.rtp.pt/play/p4408/e375938/portugueses-com-historia>

⁹¹⁰ Consultado a 20 janeiro de 2019, https://www4.ti.ch/can/oltreconfiniti/dalle-origini-al-1900/vite-di-emigranti-e-discendenti/?user_oltreconfiniti_pi1%5BidPersonaggio%5D=637

primeiro lugar, existem múltiplas dificuldades na questão, por um lado a ausência de provas concretas e, por outro, a própria análise sobre a *Primeira Internacional*. O estudo da *Internacional* por norma é elaborado muito centrado num ângulo nacional – de que, em rigor intelectual, esta dissertação não deixa de ser exemplo – sendo menosprezada, por exemplo, a questão dos movimentos migratórios que são nucleares na história e dinâmica do internacionalismo. Por outras palavras, a ausência de estudos sobre os emigrantes integrados na estrutura da *Internacional* não permite verificar em toda a sua plenitude a história da associação. Por exemplo, o primeiro Conselho Geral da *Internacional* é composto por vários emigrantes, como é o caso do G. P. Fontana e até do próprio Karl Marx. Mesmo em Portugal, temos três elementos chave na edificação da *Internacional* que são, ou emigrantes ou descendentes de outros países: José Fontana (Suíço), Azedo Gneco e Tedeschi (italianos). No caso de José Fontana é impossível obter provas inegáveis sem realizar uma investigação numa perspetiva transnacional e, deste modo, podia ser feito um levantamento sobre o percurso do G. P. Fontana em Londres; a data de chegada ao país e eventualmente a data em que abandonou Inglaterra com destino a que país. Esta singularidade faz toda a diferença no debate, tal como escreveu António da Silva Leal, «a identificação do suíço José Fontana com o italiano Giuseppe Fontana foi facilitada pelo facto de não possuímos uma biografia do primeiro e, na realidade, não se conhecer muito a seu respeito»⁹¹¹.

Perante a ausência de uma perspetiva histórica transnacional sobre José Fontana, vamos apresentar vários argumentos que pretendem validar a dupla existência de José Fontana. Depois destes, vamos abordar os indícios que contrariaram essa tese.

A teoria de Vasco Magalhães-Vilhena é sedutora para o investigador pela presença de um Giuseppe Fontana em Londres e, mais tarde, de um José Fontana em Lisboa. A ausência de estudos e informação sobre a vida de G. P. Fontana em Portugal permite ao historiador desconfiar das coincidências de existirem dois Fontanas ligados à *Internacional* de um dos quais não é conhecido paradeiro entre 1864-65 e o outro desaparece depois dessa data. Apenas Fernando Piteira Santos fornece alguns dados da vida do de Giuseppe Fontana, afirmando que «o italiano, em fevereiro de 1865, residia em Golden Square, N.º 1»⁹¹². A desconfiança das coincidências parece um bom ponto de partida, pois a teoria ganha algum suporte com o argumento recolhido nos elementos

⁹¹¹ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983, Ano 119, N.º 41 812, p. 11.

⁹¹² SANTOS, Fernando Piteira. “Marx e o movimento operário português (algumas notas)...”, p. 30.

biográficos usados nos livros de onde foi transcrita a documentação da *Internacional*, nomeadamente o *Le Conseil Général de la Première Internationale* da responsabilidade das edições Progresso da União Soviética.

Nestes elementos biográficos o Giuseppe Fontana de Londres surge com as datas 1840-1876, ou seja, as datas de nascimento e de óbito são semelhantes às de José Fontana de Lisboa. Neste aspeto o historiador Jacques Freymond no seu livro de 1971, onde recolheu um vasto leque documental sobre a *Primeira Internacional*, é categórico sobre a identidade do suíço, escrevendo «José (ou Guiseppe) Fontana (1840-1876)»⁹¹³ para de seguida falar da presença de Fontana no Conselho Geral entre 1864-65 e, posteriormente, em Portugal na década de 70. Além de Freymond temos também o socialista e sindicalista espanhol, Amaro del Rosal⁹¹⁴ e o historiador Peter Merten⁹¹⁵ a concordarem com a presença de José Fontana em Londres. Esta teoria ajuda a preencher o vazio temporal que existe na vida de José Fontana. A documentação existente permite concluir que o suíço está em Portugal pelo menos na fase final da década de 60 de oitocentos onde participa nas reuniões do *Cenáculo*, a tertúlia progressista para debater temáticas sociais que agrupava vários intelectuais como Antero de Quental e Eça de Queiroz. Na correspondência de Jaime Batalha Reis⁹¹⁶ é afirmado que Augusto Fuschini e José Tedeschi também integravam o *Cenáculo*. O escritor Eça de Queiroz relembra que «o primeiro ensaio de republicanismo, com visos de organização, foi devido, aí por 1867 ou 68, a um guarda-livros da antiga casa Bertrand»⁹¹⁷, uma notória referência a José Fontana. Em 1891 é publicado um artigo sobre as origens do *Partido Republicano* no *Jornal da Noite* que afirma ter sido constituído em meados de 1868 uma sociedade secreta com o fim de edificar um *Partido Republicano* composta por José Maria Alves Branco Júnior, Oliveira Martins, Antero de Quental, João Bonança, Lobo de Moura, Jaime Batalha Reis e José Fontana⁹¹⁸.

O trabalho realizado por Maria Manuela Cruzeiro e a informação na imprensa da época permitem perceber que José Fontana terá muito provavelmente abandonado Cabbio em 1847 e em 1868 já está em contacto com a elite intelectual portuguesa,

⁹¹³ FREYMUND, Jacques. *La Première Internationale. Les conflits au sein de L'Internationale...*, p. 662.

⁹¹⁴ ROSAL, Amaro del Rosal. *Los Congressos Obreros Internacionales en el sigo XIX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975, p. 134.

⁹¹⁵ MERTEN, Peter. *Anarchisme und Arbeitkampf in Portugal*. Hamburgo: Libertäre Assoziation, 1981.

⁹¹⁶ Confrontar, MINÉ, Elza. *Alguns homens de meu tempo e outras memórias de Jaime Batalha Reis*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

⁹¹⁷ Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 303.

⁹¹⁸ *Jornal da Noite*, 13 de outubro de 1891, 21º Ano, N.º 6475, p. 1.

portanto, temos um vazio temporal de 21 anos. Ou seja, é possível colocar José Fontana em Londres em 1864-65. Esta tese pressupõe que José Fontana em pouco tempo consegue entrar nos círculos progressistas e radicais em Lisboa, auferindo a confiança suficiente para intervir e conviver intimamente com esta intelectualidade. A historiadora Maria Filomena Mónica, que não entra na polémica, refere a existência de uma ata de 1866 onde o Conselho Geral da *Internacional*, através do emigrado italiano em Londres Cesare Orsini⁹¹⁹, entra em contacto com dirigentes socialistas portugueses⁹²⁰. Uma informação que não foi possível confirmar, nem é referida pelos socialistas portugueses.

Outro argumento válido para o debate que parece não ter causado a interrogação da historiografia é a questão da idade. José Fontana em 1864 contava com 24 anos, sendo, portanto, um jovem. É pertinente fazer o levantamento das idades dos restantes membros do órgão máximo da Internacional. George Odger (Presidente) tinha 51 anos, George Wheeler (Tesoureiro) 49 anos, Karl Marx (Alemanha) 46 anos, Hermann Jung (Suíça) 34 anos, Victor Le Lubez (França) 30 anos, somente William Randal Cremer (Secretário) tinha 26 anos. Não foi possível concluir a idade de Emile Holtorp (Polónia). Estes dados indicam que José Fontana era bastante novo em relação aos outros sete membros do Conselho e a sua nomeação poderá ser somente alvo de especulação. Seria uma imposição do grupo de Mazzini para ocupar o lugar destinado à correspondência com Itália. A ser José Fontana estamos perante um jovem com um enorme potencial político e uma considerável mobilidade nas direções das associações operárias, pois além de ter sido nomeado para o Conselho e ser um dos oito signatários da carta inaugural da *Internacional* detinha ainda experiência na associação do *Mútuo Progresso dos Trabalhadores Italianos* onde ocupava o cargo de Vice-presidente. A suposta ligação de José Fontana a Mazzini e ao sector italiano é reforçada pela carta enviada de Garibaldi ao *O Pensamento Social*, publicada no primeiro número:

Caprera, 31 de janeiro. Meus queridos amigos. Era natural que a clássica e forte população da antiga Lusitânia fizesse ouvir também a sua voz na arena dos direitos humanos, que os povos querem finalmente reivindicar. Eu, que

⁹¹⁹ Cesare Orsini é um emigrante italiano que em Londres adere às ideias da Internacional e vai ser membro do *Conselho Geral* entre 1866-1867. Mais tarde acaba por viajar para os Estados Unidos da América.

⁹²⁰ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 35.

tanta simpatia dedico ao vosso belo país, sinto-me deveras contente. Uma saudação fraternal. Vosso. G. Garibaldi⁹²¹

Na diversa documentação o Fontana de Londres surge como G. P. Fontana o que tendo em conta o nome do Fontana de Lisboa, Giuseppe Silo Domenico Fontana, levanta sérias dúvidas sobre o significado da letra P. Na presença desta dúvida, Alberto Vilaça apresenta uma teoria ousada. Em 2005 este intelectual de Coimbra publicou um livro, *A Comuna de Paris e a 1ª Internacional revisitadas em Portugal*, onde apresenta um capítulo dedicado a José Fontana. Além de abordar o debate em torno da dupla identidade de Fontana, tem o mérito de ser o último a acrescentar novidade a esse debate e a tentar defender de uma forma sólida que estamos perante o mesmo indivíduo. Sobre a questão do P. relembra que os nomes dos progenitores de José Fontana tinham Baptista e Bertrand Bonardelli, para então defender que Fontana poderia ter usado um desses nomes. No pensamento de Alberto Vilaça a letra P. seria um erro «ao manuscreever aquela inicial, ou a ler a manuscrita, ou ao transcrevê-la para letra impressa»⁹²², ou seja, coloca a hipótese do D de Domenico ou até o B dos nomes dos pais ter sido trocada por um P. No sentido de reforçar a sua ideia sobre as vicissitudes das transcrições, relembra que Karl Marx era escrito Carl Marx. Alberto Vilaça destaca parte de uma carta microfilmada do Fontana em Londres para Marx de 16 de fevereiro de 1865⁹²³ encontrada no arquivo pessoal de Piteira Santos, depositado no *Centro de Documentação 25 de Abril*. A linha de pensamento de Alberto Vilaça é fundamentada numa conferência de Piteira Santos, intitulada «José Fontana, o amigo de Antero, não foi o companheiro de Marx». É lembrado que o historiador Piteira Santos reconhece que a assinatura de Fontana na carta de 1865 é um G. B, portanto, diferente das iniciais G. P. dos documentos transcritos nos livros. Todavia, para Piteira Santos havia outra dúvida sobre a assinatura de Fontana presente na carta que passava pela existência de um “e” pequeno junto ao B. Perante esta problemática Alberto Vilaça apresenta uma solução para a letra na assinatura que está relacionada com os nomes dos progenitores. Defende que o “e” por cima do B seria uma referência ao Bertrand da mãe, pois, «se não acentuasse o é ler-lhe-iam *Bi*, à inglesa, e não *Bé*, à francesa, como Bertrand

⁹²¹ *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, 1º ano, N.º 1, p. 3.

⁹²² VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, p 103.

⁹²³ A carta está no arquivo *Internacional de História Social* na Holanda.

exigia»⁹²⁴. Posteriormente, e já em Portugal, José Fontana terá desistido da referência ao nome materno e apertuguesou o seu nome e, deste modo, estava explicada a alteração drástica da sua assinatura. Portanto, para Alberto Vilaça é o historiador Piteira Santos, que sem ter noção disso e ao contrário do que pretendia, acaba por dar a pista decisiva para resolver a dupla identidade de José Fontana. Não sabemos se Alberto Vilaça chegou a consultar o livro de Max Nettlau, *Bakunin e a Internacional em Itália*, mas certamente teria todo o gosto em citar esta obra para reforçar a sua tese, visto que Max Nettlau ao descrever a direção da associação *Mútuo Progresso dos Trabalhadores Italianos*, identifica Fontana do seguinte modo: «G. B. Fontana»⁹²⁵.

As diferenças abismais da caligrafia⁹²⁶ da carta de Fontana em Londres de 1865 para as cartas do Fontana em Lisboa da década de 70 de oitocentos são um enorme entrave na teoria do Fontana de Londres ser o mesmo de Lisboa. No entanto, Alberto Vilaça resolve a questão com a ideia que José Fontana em Lisboa acaba por desenvolver «uma modificação de caligrafia[,] que não é ímpar no decorrer da vida de algumas pessoas»⁹²⁷. Além disto, ainda defende, e com razão, que as próprias cartas de José Fontana escritas em Lisboa sofrem algumas alterações, sobretudo na assinatura. A diferença na assinatura presente na carta de 1865 para as outras é também justificada com naturalidade por Alberto Vilaça, pois «não podia deixar de ser pois Fontana apertuguesou o nome ao vir para Portugal»⁹²⁸.

As cartas escritas por José Fontana em Lisboa para Marx e Engels merecem uma atenção especial devido ao formalismo. No debate sobre a identidade de José Fontana houve a introdução da ideia que os termos por ele usados remetiam para uma certa distancia emocional com Marx e Engels. Algo suspeito, nomeadamente com Marx visto que ambos tinham sido companheiros e Fontana conviveu na casa deste em Londres. A forma como as cartas estão elaboradas pode ser explicada pelo decorrer dos anos, pois de 1864-65 até à década de 70 passaram vários anos, além disso o Fontana de Londres teve uma convivência curta com Karl Marx. Certamente, o curto espaço de tempo não permitiu a concretização de laços de amizade entre Fontana e Marx. Ademais, não deve

⁹²⁴ VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, p. 107.

⁹²⁵ NETTLAU, Max. *Bakunin e l'Internazionale in Italia*, ebook, 2015, p. 656. Online, consultado em 10/12/2017. Disponível em:

<https://www.liberliber.it/online/autori/autori-n/max-nettlau/bakunin-e-linternazionale-in-italia/>

⁹²⁶ Consultar **Anexo F** – Cartas de José Fontana

⁹²⁷ VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, p. 104.

⁹²⁸ VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, p. 105.

ser esquecido que o Fontana de Londres acaba por sair da *Internacional* em rutura com o restante Conselho Geral. Esta experiência de Fontana em Londres poderá ser a explicação para um receio do Conselho Geral em reativar ligações com Fontana, mesmo sabendo que este estava por Lisboa, ou seja, a saída prematura de Fontana da *Internacional* e as ligações a Mazzini provocam uma desconfiança política em relação à sua figura.

O facto de Fontana de Lisboa não ter a morada de Marx ou Engels e, por isso, ter solicitado a Nobre França a mesma para entrar em contacto é também justificada pelo tempo que decorreu da sua saída de Londres. Por outro lado, temos as questões de hierarquia dentro do internacionalismo português, pois era Nobre França o homem forte da *Internacional* no país e não José Fontana.

Outro argumento válido que terá escapado à historiografia que abordou este debate é a carta escrita por José Fontana a 2 de outubro de 1872 para alguns jornais ingleses. Curiosamente Alberto Vilaça refere a existência da carta, todavia, não a usa para reforçar a sua tese. A particularidade desta carta é estar escrita em inglês e, embora seja uma carta muito rabiscada, é a prova que José Fontana sabia escrever em inglês. Os diversos rabiscos na carta podem ser explicados pela longa ausência de Inglaterra e no descuido da prática da escrita do inglês.

Alguns relatos dos companheiros de José Fontana caracterizam-no como uma personalidade misteriosa sendo possível nunca ter sentido necessidade de expor a sua antiga militância em Londres. A memória escrita por Jaime Batalha Reis é responsável pela imagem misteriosa de Fontana, pois descreve o seu antigo companheiro como reservado, que tinha a prática de examinar o quarto e o corredor antes de iniciar a conversa com Antero de Quental e Batalha Reis. A estes dois amigos demonstrava as suas convicções políticas, frisando que a revolução estava próxima: «para a semana...sabem? Para a semana sem menor dúvida, rebenta ela»⁹²⁹. Batalha Reis diz que José Fontana retirava do seu longo casaco preto cartas que tinha recebido e falava da *revolução social* na Europa. Perante isto, Antero de Quental apresentava as suas dúvidas e Batalha Reis as objeções, José Fontana ouvia e aceitava as dúvidas dos companheiros, no entanto, não deixava de reafirmar que a revolução «não pode deixar

⁹²⁹ REIS, Jaime Batalha. “Anos de Lisboa. Algumas lembranças”. Em: *Antero de Quental in memoriam*. Porto: Mathieu Lugan editor, 1896, p. 450.

de rebentar, o mais tardar, para a semana»⁹³⁰. Alberto Vilaça não esquece a memória de Anselmo Lorenzo para demonstrar que José Fontana, ao contrário dos outros internacionalistas portugueses, estava já politizado e «convencido das ideias revolucionárias, por relações do seu país, ainda que impedido de trabalhar em prol delas por dificuldades do meio e por falta de ambiente próprio»⁹³¹. A ser verdade que José Fontana esteve em Londres, a sua politização passou pelo desempenho na direção da associação *Mútuo Progresso dos Trabalhadores Italianos* e, deste modo, ficava explicada toda a pujança que direcionou nas associações de resistência em Portugal e o seu envolvimento nelas.

Maria Cecília de Sousa Cameira destaca, na sua dissertação de mestrado sobre a política externa portuguesa e o papel de Andrade Corvo, a questão da *Internacional* em Portugal. Esta autora afirma que a 30 de março (sem referir o ano) o embaixador italiano em Portugal (Oldoini) relatava ao governo português a presença de um indivíduo muito perigoso «acusado de várias mortes, já havia estado em Londres fugido de Itália»⁹³² de nome Fontana. Perante isto, o governo italiano solicitava ao governo português vigilância e informações sobre os seus movimentos.

Por fim, vamos destacar as próprias cartas deste Fontana existente no arquivo do *Instituto Internacional de História Social*. No inventário deste arquivo as cartas de 1865, como as da década de 70, são atribuídas à mesma pessoa. Ou seja, este importante arquivo ao catalogar esta documentação diz que a fonte é produzida por Fontana, José (Guiseppe), inclusive a carta de 1865 de Londres. Perante isto, tentei perceber o porquê do fundo *Karl Marx/Friedrich Engels Papers* ter essas cartas descritas como se o autor fosse uma e a mesma pessoa. A justificação do arquivo passou pelas fontes manuscritas da *Internacional* e de alguma historiografia afirmar que G.P. Fontana é José Fontana, no entanto, fui alertado que o arquivista responsável por este fundo e que podia esclarecer melhor a situação estava atualmente reformado. Uma situação semelhante é exposta no livro de Alberto Vilaça. Na exposição permanente dedicada a Marx na *Casa-Museu de Marx*, em Trier, existia um painel relativo a Portugal onde José Fontana e Giuseppe Fontana são retratados como sendo a mesma pessoa: «(1840-1876), italiano que

⁹³⁰ REIS, Jaime Batalha. “Anos de Lisboa. Algumas lembranças”..., p. 450.

⁹³¹ ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante...*, p. 184.

⁹³² CAMEIRA, Maria Cecília de Sousa. *Para o estudo da política externa portuguesa: os papéis de Andrade Corvo (1869-1887)*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 101.

emigrou para Portugal. Representou os socialistas italianos no congresso geral da AIT. Em 1872, criou em Lisboa a “Fraternidade Operária”»⁹³³.

Se em 1964 Vasco Magalhães-Vilhena avança com a ideia de José Fontana ter sido dirigente da *Internacional* em 1864/65, nove anos antes Rocha Martins ao escrever sobre a *Primeira Internacional* lançava o alerta para que o «major Wolff Fontana [não fosse confundido] com o suíço José Fontana que fundou o partido socialista em Portugal»⁹³⁴. Embora Rocha Martins fizesse ele próprio uma confusão entre Major Wolff e G. P. Fontana, o seu aviso merece toda a atenção. Existe um leque de argumentos que fazem o contraponto à ideia da dupla existência de Fontana em Londres e em Lisboa. Em primeiro lugar, podemos estar perante uma simples coincidência no nome e nas datas de nascimento e morte. Não podemos esquecer que Giuseppe Fontana é nome muito comum nas regiões com uma tradição e presença italiana. Portanto, podem ser de facto duas pessoas distintas. Em segundo lugar, existe um argumento de peso no que diz respeito à análise heurística das fontes. É inegável que as letras e assinaturas presente nas cartas recolhidas no *Arquivo Internacional de História Social* são totalmente distintas. Embora, como foi dito anteriormente, a caligrafia e assinatura de José Fontana sofra ligeiras alterações nas várias cartas escritas em Lisboa, é possível encontrar um denominador comum na caligrafia e assinatura que permite concluir que a autoria é da mesma pessoa. O mesmo não é possível realizar entre as cartas escritas em Lisboa com a carta escrita em Londres de 1865.

A ausência de informação sobre a presença de José Fontana em Londres, tanto da sua parte como dos seus companheiros melindra a teoria da dupla existência. Também nunca é referenciado em nenhum lugar o passado de José Fontana em Londres nem o de dirigente da *Internacional*. De facto, os seus companheiros apenas deixaram registos que José Fontana era oriundo da Suíça e desde muito cedo tinha emigrado para Portugal. Correia Rodrigues levanta uma questão pertinente, num artigo no *Diário de Notícias*⁹³⁵, sobre a inexistência de um apelo direto por parte do *Conselho Geral* a Fontana para fundar a *Internacional* em Portugal. De facto, como vimos nos capítulos anteriores, o apelo para desenvolver a *Internacional* no território português é feito por Engels, mas aos internacionalistas espanhóis. Os próprios dirigentes da *Internacional*

⁹³³ VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional...*, p. 119.

⁹³⁴ MARTINS, Rocha. *História das Grandes Revoluções*. Lisboa: Volume I, Crisális, 1953, p. 618.

⁹³⁵ *Diário de Notícias*, 10 de novembro de 1983, N.º 41884, p. 7.

nunca chegam a abordar o passado de José Fontana, uma ausência inquietante no debate.

Os contactos entre Portugal e o Conselho Geral surgem num período em que as divergências e as lutas internas pelo controlo das organizações locais e a direção da *Internacional* estão extremadas e publicamente consumadas. Perante a realidade conflituosa é demasiado inocente pensar que Karl Marx e Friedrich Engels não tenham tido em consideração os antigos dirigentes do primeiro Conselho Geral, particularmente, um jovem que tinha ligações a um grupo contrário ao grupo de Marx e Engels e acaba por ser um interveniente direto numa divergência com o Conselho Geral. Politicamente seria de esperar que fosse feita alguma referência, pelo menos em privado, sobre o passado de José Fontana em Londres, nomeadamente, nas conversas privadas entre Marx, Engels e Lafargue quando o assunto é Portugal. Paul Lafargue esteve em trabalho político em Lisboa, onde tentou no terreno perceber e ajustar o alinhamento político dos internacionalistas portugueses perante o Conselho Geral e não deixou escrito nenhuma referência ao passado ou a eventual bagagem política de José Fontana. Tendo em conta que José Fontana terá ido a «casa do doutor Karl Marx em 1864/1865 e conheceu a sua mulher e suas filhas?»⁹³⁶, o historiador Fernando Piteira Santos reconhece ser estranho que tanto Paul Lafargue como Laura Marx não o tivessem reconhecido durante a sua estadia em Lisboa em agosto de 1872. Para este historiador a carta de José Fontana de 20 de dezembro de 1873 para Karl Marx é «um documento que não consente a confusão entre o italiano Giuseppe Fontana [...] e o suíço José Fontana»⁹³⁷. Nesta carta José Fontana escrevia «peço me recomendeis a vosso genro e sua senhora», o que para Piteira Santos indicava que José Fontana só conhecia da família de Karl Marx o genro Paul Lafargue e Laura Marx, e não as restantes filhas. Também deve ser frisado que o índice onomástico da edição *Le Conseil Général de la Première Internationale*, das edições do Progresso é estranho, pois como reparou António da Silva Leal a «ideia de que ele se tivesse expatriado em consequência de uma revolução quando tinha oito anos afigurava-se bastante bizarra»⁹³⁸. No entanto, deve ser referido que o índice onomástico nada refere sobre a presença de Giuseppe

⁹³⁶ *Diário de Notícias*, 22 de setembro de 1983, Ano 119, N.º 41 837, p. 7.

⁹³⁷ SANTOS, Fernando Piteira. “Marx e o movimento operário português (algumas notas)...”, p. 29.

⁹³⁸ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1983, Ano 119, N.º 41 812, p. 11.

Fontana em Lisboa ou Portugal⁹³⁹. Maria Filomena Mónica defende que José Fontana «chegara a Lisboa, provavelmente fugido da polícia, nos finais da década de 1860»⁹⁴⁰.

Por outro lado, os internacionalistas espanhóis, que estavam há mais tempo em ligação com a *Internacional* e com uma bagagem política diferente da dos portugueses, em nenhum momento alertam ou falam da presença de um antigo membro do Conselho Geral em Lisboa. As cartas de José Fontana de Lisboa levantam suspeitas sobre quem outrora tinha sido dirigente do Conselho Geral e, passado alguns anos voltava a restabelecer contactos com este e com Karl Marx. Na carta de José Fontana de janeiro de 1873 a Engels, o próprio afirma que foi «o meu amigo e companheiro Nobre França é que me indicou me dirigisse a Mr. Engels»⁹⁴¹. Noutra ocasião, José Fontana escreve a Karl Marx onde se considera seu admirador⁹⁴². Nestes contactos nunca é referido o seu passado e trabalho político em Londres.

No livro de Max Nettlau, *Bakunin e a Internacional em Itália*, são descritos três Fontanas. Nettlau escreve sobre G. P. Fontana e o seu papel em Londres no Conselho Geral e coloca um G. B. Fontana na direção da *Mútuo Progresso dos Trabalhadores Italianos*. Poderá ser um eventual erro de transcrição, no entanto, importa frisar que numa breve nota sobre Portugal fala sobre outro Fontana, desta vez usa os nomes Giuseppe Fontana, «um ticiense estabelecido em Lisboa»⁹⁴³, sem fazer qualquer referência ou fornecer pista que ambos os Fontanas são na verdade a mesma pessoa.

Na notícia da morte de José Fontana o *Diário Ilustrado* contribui para a polémica com um dado nunca referenciado no debate e desconhecido. Este jornal denomina o socialista da seguinte maneira: «José Maria Fontana»⁹⁴⁴. O nome Maria atribuído a Fontana é estranho e nunca surge em lado algum, o que poderá ser um erro do jornal. Sobre a eventual politização de José Fontana, a frase de Anselmo Lorenzo que serve para demonstrar a bagagem política como indicador de uma eventual presença em Londres, poderá ser desconstruída pelo seu trabalho e quotidiano na livraria Bertrand

⁹³⁹ AAVV. *Le Conseil Général de la Première Internationale 1864-1866*. Moscou: Editions du Progres, 1972, p. 366.

⁹⁴⁰ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 55.

⁹⁴¹ Carta de José Fontana para Friedrich Engels, 24 de janeiro de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1704, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 18.

⁹⁴² Carta de José Fontana para Karl Marx, 26 de dezembro de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1704, *Instituto de história Social* (Holanda), p. 28.

⁹⁴³ NETTLAU, Max. *Bakunin e l'Internazionale in Italia*, ebook, 2015, p. 596. Online, consultado em 10/12/2017. Disponível em:

<https://www.liberliber.it/online/autori/autori-n/max-nettlau/bakunin-e-linternazionale-in-italia/>

⁹⁴⁴ *Diário Ilustrado*, 3 de setembro de 1876, N.º 1328, Quinto Ano, p. 2.

onde tinha acesso a vários livros e desse modo engrossar a sua cultura e consciência política. Ademais, os contactos com os outros intelectuais portugueses, como Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Eça de Queiroz entre outros, certamente contribuíram para a sua construção política. Na década de 60 e 70 de oitocentos Portugal não era propriamente um país impermeável às ideias sociais e socialistas e, por exemplo, o *Protesto Operário* afirma que foi nas «Conferências do Casino que Fontana começou a pisar o caminho que devia seguir até à morte, tornando-se primeiramente notável no Centro Promotor [...] onde eclipsou os oradores populares de então, e conseguiu ser o chefe dos operários ali agremiados»⁹⁴⁵. Esta ideia é corroborada por um artigo de Jaime Batalha Reis sobre as Conferências do Casino. O antigo socialista escrevia para o *Diário de Notícias*, em 1921, um artigo denominado “Lisboa há 50 anos. A proibição das conferências do Casino” que pretendia assinalar meio século de proibição das conferências, frisando que «houve sempre, no auditório, alguns operários levados por José Fontana»⁹⁴⁶, atribuindo um papel de destaque na organização das conferências ao luso-suíço: «o administrador de toda a parte material das Conferências foi José Fontana, sobrinho dos antigos livreiros Bertrand»⁹⁴⁷.

Outro argumento válido está relacionado com o próprio *Apelo Inaugural da Internacional*. Se o Fontana de Lisboa é um dos signatários do *Apelo Inaugural* da AIT, como se explica a publicação tardia desse importante documento? Na verdade, é somente publicado no *O Pensamento Social* em 1872 e podemos perguntar-nos se não seria de esperar que o documento fosse difundido pelos círculos progressistas e socialistas existentes em Portugal, nomeadamente, em Lisboa?

Tivemos também acesso ao relatório e a diversas cartas de um agente de segurança dos serviços policiais da República Francesa que em 1873 andou por Lisboa a conduzir uma investigação sobre a *Internacional* e eventuais refugiados da Comuna de Paris. Este agente, que assinava como *Latour*, vai referir algumas vezes o nome de José Fontana nos seus relatórios, chegando a escrever que o suíço era apelidado como o «Karl Marx português»⁹⁴⁸ e escrevendo que era em sua casa que ocorriam reuniões da

⁹⁴⁵ *O Protesto Operário...*, 30 de março de 1884, N.º 4, II Ano, p. 1.

⁹⁴⁶ *O Diário de Notícias*, 6 de junho de 1921. Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 91.

⁹⁴⁷ *O Diário de Notícias*, 6 de junho de 1921. Transcrito em, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, p. 91.

⁹⁴⁸ *Mission Latour Archives*, 22 de março de 1873, 3385, Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda) ARCHO01746. | Ministério

Internacional. Confirma ao seu superior que era «suíço e não português»⁹⁴⁹, trabalhava como livreiro na Bertrand, sendo parente desta família. Inclusive, chega a relatar que numa reunião foi proposta a expulsão da *Internacional* um leque de figuras onde figurava o seu nome⁹⁵⁰. Além desta polémica, o agente francês escreve no relatório sobre o desaparecimento de uma quantia elevada de dinheiro dos cofres da *Fraternidade Operária* na «qual Fontana esteve envolvido»⁹⁵¹. Neste período os serviços de informação estavam bem munidos de informações sobre a atividade revolucionária, nomeadamente a *Internacional* e a Comuna de Paris. No entanto, o agente francês não demonstra nenhum alarmismo sobre a presença de José Fontana em Lisboa, nem fala de uma eventual ligação com o Conselho Geral de 1864-65 ou qualquer outro tipo de atividade revolucionária desse período. Curiosamente numa das cartas, *Latour* chega a falar do Cantão de Ticino onde ficava situada a terra natal de José Fontana, Cabbio. No entanto, esta referência é somente para dar informações solicitadas por «Londres, Paris e pelo cantão de Ticino»⁹⁵² sobre reuniões secretas ocorridas no final de 1871 e início de 1872 em Locarno e Ascona, terras do cantão Suíço. A documentação deste agente permite desconstruir a ideia apresentada por Maria Cecília de Sousa Cameira. Esta autora cita a documentação da embaixada italiana sobre a presença de um Fontana em Portugal que era acusado de várias mortes e tinha fugido de Itália para Londres, assumindo que era José Fontana. No entanto, nas cartas de *Latour*, nomeadamente, a número 12 escrita em 18 de abril de 1873, é possível verificar que tinham entrado em Portugal dois italianos considerados perigosos: «Angelo Tomacieri, napolitano [e] Anibal Fontana, italiano, [que era] acusado de várias mortes, recém-chegado de Inglaterra»⁹⁵³, portanto, o Fontana citado por Maria Cecília de Sousa Cameira não é José Fontana.

dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, L'association internationale des travailleurs en Portugal, *Arquivo Andrade Corvo*, 1399, p. 8. *Biblioteca Nacional*, A.C. 1-A.C. 2090.

⁹⁴⁹ *Mission Latour Archives*, carta N° 8, 31 de março de 1873, 3389. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁵⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, L'association internationale des travailleurs en Portugal, *Arquivo Andrade Corvo*, 1399, p. 8. *Biblioteca Nacional*, A.C. 1-A.C. 2090.

⁹⁵¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, L'association internationale des travailleurs en Portugal, *Arquivo Andrade Corvo*, 1399, p. 6. *Biblioteca Nacional*, A.C. 1-A.C. 2090.

⁹⁵² *Mission Latour Archives*, carta N° 4, 14 de março de 1873, 3382. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁵³ *Mission Latour Archives*, carta N°12, 18 de abril de 1873, 3396, p. 2. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

Maria Manuela Cruzeiro embora escreva no *Diário de Notícias* de 1983 na sequência dos artigos sobre a presença de José Fontana, prefere não entrar na polémica, destacando que «mais importante do que um ou outro pormenor biográfico de José Fontana, são a sua obra, a sua atividade, a sua intervenção política»⁹⁵⁴. Esta autora apenas questiona por onde terá andado Fontana desde 1847. Recorre apenas à notícia do *Diário Popular* sobre a sua morte, onde é dito que José Fontana serviu «20 anos a antiga casa Bertrand»⁹⁵⁵. Através desta notícia e dos relatos conhecidos da intervenção de José Fontana no Cenáculo, calcula que José Fontana terá chegado a Portugal «durante a década de 60, com a idade de 20 anos e pouco».⁹⁵⁶ A acreditar na notícia do *Diário Popular*, que é questionada por Alberto Vilaça, mas apoiada, embora admita que possa existir um erro, por Fernando Piteira Santos, podemos concluir que José Fontana estava já a trabalhar na Bertrand em 1856 com 16 anos de idade. O *Diário Ilustrado* segue também este caminho, afirmando que José Fontana «começou a sua vida de trabalho como caixeiro em casa dos seus parentes os srs. Bertrands»⁹⁵⁷. Ao abordar a polémica entre a associação de João Bonança e a *Fraternidade Operária*, no *Diário Popular* o socialista suíço é retratado como «um estrangeiro residente há anos em Portugal»⁹⁵⁸. Nesta linha de pensamento deve ser frisado que o próprio *Protesto Operário* escreveu que José Fontana «de tenra idade abandonou [Cabbio] para fixar a sua residência em Portugal»⁹⁵⁹, no mesmo sentido avança *O Proletário*, frisando a rota da Suíça para Portugal⁹⁶⁰. Em 1926 o jornal *A Batalha* escrevia sobre o papel de José Fontana em Portugal, fazendo apenas referência à Suíça e que em Portugal tinha entrado como «caixeiro para a livraria Bertrand»⁹⁶¹. Mais tarde, em 1952, é a vez de César Nogueira elaborar um artigo na *Seara Nova* sobre a vida e obra de José Fontana, realçando não ser possível saber a «data em que José Fontana emigrou da Suíça para Portugal»⁹⁶². Mas era possível concluir que em 1870-71, com uns trinta anos, já era um dos moradores de Lisboa, mais propriamente na rua Monte Olivete. Em Lisboa ingressou no mundo do trabalho como encadernador, posteriormente acabou empregado

⁹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 28 de outubro de 1983, Ano 119, N.º 41 872, p. 6.

⁹⁵⁵ *O Diário Popular*, 3 de setembro de 1876, 11º Ano, N.º 3489, p. 1.

⁹⁵⁶ CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vida e acção de José Fontana...*, p. 10.

⁹⁵⁷ *Diário Ilustrado*, 3 de setembro de 1876, N.º 1328, Quinto Ano, p. 2.

⁹⁵⁸ *O Diário Popular*, 8 de outubro de 1872, 7º Ano, N.º 2132, p. 2.

⁹⁵⁹ *O Protesto Operário...*, 30 de março de 1884, N.º 4, II Ano, p. 1.

⁹⁶⁰ *O Proletário...*, 1 de maio de 1898, Ano I, N.º 1, p. 2.

⁹⁶¹ *A Batalha. Suplemento semanal ilustrado*, 1 de fevereiro de 1926, Ano III, N.º 114, p. 1.

⁹⁶² Citado em, NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”..., p. 81.

na livraria Bertrand e finalmente sócio da mesma, um negócio realizado em sociedade com Augusto Saraiva de Carvalho a 2 de dezembro de 1875⁹⁶³.

O historiador Oliveira Marques escreve que Fontana nasceu em 1840 e «veio jovem para Portugal»⁹⁶⁴, onde trabalhou como relojoeiro antes de ingressar na livraria. Este autor ainda frisa que José Fontana terá sido iniciado na maçonaria, embora seja desconhecido a data e a loja. No final da vida frequentava «uma loja cujas sessões tinham lugar na zona do Jardim do Regedor»⁹⁶⁵. Portanto, os jornais e diversos autores transmitem o percurso migratório de José Fontana da Suíça para Portugal sendo uma incógnita o percurso da viagem e a data de entrada em Portugal. Ou seja, é possível reduzir o vazio temporal na vida desconhecida de Fontana, pois acreditando que ele e sua família saíram de Cabbio em 1847 não sabemos por onde andou José Fontana entre os 7 e os 16 anos de idade e, desta maneira, ficava confirmado que em 1864-65 não estava em Londres. Por fim, é importante frisar que o movimento operário português acaba por publicar informação da vida íntima de José Fontana. É exemplo disto a publicação, em 1884, nas páginas do *Protesto Operário* de uma descrição da certidão de idade de José Fontana datada de 11 de novembro de 1875. Na segunda página do órgão do *Partido Socialista* há uma detalhada descrição da certidão em italiano:

Dai registri dello Stato-Civile di questo Comune rilevagi, che Giuseppe Fontana fu Battista e fu Clara nata Bonardelli legittimi conjuje, é nato in questo Comune il giorno (28) ventotto del mese di ottobre dell'anno (1840) mille ottocento quaranta. Cabbio hi 11 Novembre 1875. Per la municipalità Il Sindaco. Ant. Bulla. Segd. Fontana. Junto à assinatura do Sindicato encontra-se um selo quase circular, impresso a tinta verde e a óleo, com a legenda – Municipalità di Cabbio – C.T.⁹⁶⁶.

Perante isto, uma pergunta surge e está relacionada com a data da certidão, que leva a crer que tinha sido solicitada recentemente. Terá sido um pedido do próprio José Fontana? E qual o motivo? Por outro lado, podemos concluir que os socialistas portugueses acabaram por ter acesso à documentação privada de José Fontana e se o mesmo tivesse alguma documentação guardada sobre a sua presença em Londres,

⁹⁶³ *Diário do Governo*, 18 de janeiro de 1876, N.º 13, p. 108.

⁹⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. “José Fontana”. Em: *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol.I. Lisboa: Editorial Delta, 1986p. 599.

⁹⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. “José Fontana”..., p. 599.

⁹⁶⁶ *O Protesto Operário*..., 30 de março de 1884, N.º 4, II Ano, p. 2.

nomeadamente, algum documento sobre a sua participação na direção da *Internacional*, certamente, acabaria por ser referenciado. O argumento em torno da influência política que José Fontana teria é cimentado pela carta de Garibaldi enviada ao *O Pensamento Social*, mostrando «que Fontana tinha já ligações»⁹⁶⁷. Este ponto levanta algumas dúvidas, pois é somente em 1871, numa fase em que a introdução da *Internacional* já está oleada em Portugal, que José Fontana volta a restabelecer ligações internacionais. E urge a necessidade de realizar uma comprovação mais sólida da relação entre Garibaldi e José Fontana.

O panorama em torno da dupla existência de José Fontana é cromático, não havendo uma resposta concreta, empírica e categórica que resolva a questão. Porventura, os argumentos desfavoráveis à presença de José Fontana em Londres conseguem ser mais sólidos. Contudo, se calhar o âmago da questão não passará necessariamente pela validação de uma das duas teorias, pois em última instância o resultado de ambas desemboca num final semelhante para a narrativa histórica do movimento socialista e da *Internacional* em Portugal. Será mais eloquente realizar um exercício ausente da historiografia e do debate em torno da dupla existência de José Fontana. Vamos acreditar que José Fontana nunca esteve em Londres, e por isso nunca terá sido membro do Conselho Geral em 1864/65. Perante esta conclusão, qual é o impacto da mesma para a história do movimento operário e socialista português? Servia somente para encerrar de vez o debate. Agora vamos colocar a hipótese de que José Fontana é G. P. Fontana e, desse modo, fica confirmado que o suíço esteve envolvido nos primórdios da *Primeira Internacional*. Tal como na outra hipótese o debate também estaria encerrado, mas provocaria abalos na narrativa histórica? A confirmação suscitava a necessidade de repensar a história da *Internacional* em Portugal? O resultado desta eventual veracidade parece ter mais impacto no debate historiográfico do que na construção e compreensão da temática. De facto, a ser uma tese verdadeira, devemos concluir que José Fontana nunca tirou proveito da sua bagagem e experiência política em Inglaterra para implantar em Portugal a *Internacional*. E vice-versa. Não há umnexo de causalidade entre a eventual presença de um antigo dirigente do Conselho Geral da *Primeira Internacional* em Lisboa com a germinação da mesma. A questão lançada por Correia Rodrigues em 1983 é pertinente. Acreditando na dupla identidade

⁹⁶⁷ RODRIGUES, Jacinto. *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*. Lisboa: Slemes, 1976, p. 46.

«como se justifica que para dinamizar a formação da Internacional em Portugal Engels se veja forçado a recorrer aos internacionalistas espanhóis»⁹⁶⁸. Sabemos que a equação da *Internacional* em Portugal é o somatório de três variáveis: os internacionalistas espanhóis em Lisboa, um desejo do Conselho Geral em penetrar Portugal e um movimento operário português permeável às ideias da *Internacional*. Nesta equação há, naturalmente, também mérito de José Fontana, mas somente enquanto militante e dirigente socialista enquadrado num panorama onde a existência de uma ampla e nova geração de socialistas permite o germinar das ideias internacionalistas, e não devido a um eventual passado político ou a uma qualquer hipotética experiência em Londres. Portanto, o debate em torno da dupla identidade de José Fontana acaba por ser sobretudo uma curiosidade histórica sobre o movimento operário português que poderá servir apenas para romantizar e perpetuar a imagem de um herói.

5.9 A missão *Latour* em Portugal

Em 1873 Portugal está a atravessar uma agitação social e laboral nova na sua história, um pouco por todo o lado ecoava um novo vocabulário de inspiração socialista e subversivo que estimulou, por seu turno, uma forte contestação no debate público que revelava estar obcecado com os perigos de uma conspiração socialista. De facto, os sectores mais conservadores e da burguesia demonstravam alarmismo pela escalada do radicalismo representada na *Internacional* que, segundos os próprios, era visível nas lutas e greves dos trabalhadores portugueses. O país dava claros sinais de ter aderido ao movimento internacionalista e em Espanha os valores republicanos e internacionalistas estavam cada vez mais consolidados numa parte da sociedade. A Comuna de Paris animava ainda o imaginário da elite política europeia e Portugal não é exceção. Em 1894 António de Serpa Pimentel, no seu estudo sobre o anarquismo e a *questão social*, frisava que a Comuna de Paris não tinha realizado na sua amplitude o comunismo, tinha sido um «triste episódio, que se tornou principalmente notável pela ferocidade do fuzilamento dos reféns e pela não menor ferocidade com que as tropas de Versailles fuzilaram depois os que encontravam, culpados ou inocentes, com as armas na mão»⁹⁶⁹.

A 9 de fevereiro de 1872 o ministro dos negócios estrangeiros espanhol (Bonifácio de Blas) comunicava ao seu embaixador em Portugal (Angel Fernandez de

⁹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 10 de novembro de 1983, Ano 119, N.º 41 884, p. 7.

⁹⁶⁹ PIMENTEL, António de Serpa. *O anarquismo. Estudo a cerca da questão social*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1894, pp. 15-16.

los Rios) a postura assumida pelas cortes espanholas em relação à *Internacional*. O governo espanhol assumia perante o governo português a necessidade de realizar esforços no sentido de desenvolver uma parceria com outros estados «na obra de defesa contra a Internacional»⁹⁷⁰, um consenso internacional que devia ser facilitado se «uma das grandes potências tomasse a seu cargo formular as bases de um comum acordo e de uma ação universal e simultânea»⁹⁷¹. Perante isto, Andrade Corvo respondia através do embaixador em Espanha (José da Silva Mendes Leal) que tinha a noção dos perigos associados à *Internacional*, no entanto, ao contrário das outras nações, Portugal estava menos exposto «pelas condições, carácter, morigeração e patriotismo do povo, à influência e ação perniciosa da propaganda internacionalista»⁹⁷². Nesta lógica, o governo português afirmava que dificilmente o parlamento e a opinião pública aceitariam uma lei idêntica à francesa que incidia na repressão ao internacionalismo.

O governo português tentava recolher informações sobre a *Internacional* através da sua diplomacia, como é o caso da carta de 22 de agosto de 1872 enviada pela legação portuguesa em Estocolmo que dava conta da opinião do ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia sobre a *Internacional*. Sendo verdade que o governo português publicamente não enfatizava os eventuais perigos do internacionalismo no país, não deixava de demonstrar apreensão perante os novos movimentos subversivos. A 15 de fevereiro de 1873 o embaixador de França em Portugal, Conde d'Armand, escrevia ao seu governo a informar que já tinha informado o ministro português dos Negócios Estrangeiros sobre o envio de «emissários fomentadores de revoluções [para] Portugal»⁹⁷³. Perante esta informação sensível, o governo português temia a insuficiência dos seus corpos policiais e solicitava ao governo francês o envio de «um agente de segurança pública, informado da tática e pessoal dos revolucionários cosmopolitas»⁹⁷⁴. A colaboração entre a República Francesa e a Monarquia Constitucional portuguesa resulta na presença de um agente de segurança pública francês em território português, que vai elaborar um extenso relatório e dezenas de cartas sobre a atividade internacionalista e os refugiados da Comuna de Paris em Portugal e Espanha. A história da presença deste agente está muito pouco explorada,

⁹⁷⁰ Negócios Externos. *Relatório e documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1873 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 351.

⁹⁷¹ Negócios Externos. *Relatório e documentos apresentados às Cortes...*, p. 351.

⁹⁷² Negócios Externos. *Relatório e documentos apresentados às Cortes...*, p. 357.

⁹⁷³ Citado em, RODRIGUES, Jacinto. *Perspectivas sobre a Comuna...*, p. 149.

⁹⁷⁴ Citado em, RODRIGUES, Jacinto. *Perspectivas sobre a Comuna...*, p. 149.

embora a sua presença em Portugal seja conhecida. Diversos historiadores anotam a presença do agente em território português, no entanto, dois autores devem ter um destaque especial. Em primeiro lugar, o historiador Jacques Freymond, autor de um livro em 1971, onde transcreve o relatório da autoria do polícia francês sobre a *Internacional* em Portugal e, em segundo, Jacinto Rodrigues. Este último autor teve o mérito de ser o primeiro a abordar com mais detalhe, no livro *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*, publicado em 1976, a passagem do agente francês por Portugal e de transcrever diversos extratos da correspondência institucional entre França e Portugal e algumas partes das diversas cartas que o agente elaborou sobre a sua missão em Portugal para França.

As cartas produzidas pelo agente de segurança pública francês, que assina como Latour, são interessantes na análise do quadro do internacionalismo e do estado português. O agente chega a Lisboa através de um navio expresso que tinha partido de Bordéus na noite de 8 de março de 1873. Em Lisboa fica hospedado no Hotel Central (um dos hotéis mais emblemáticas da capital) e vai ficar na capital portuguesa até ao início de junho. A 10 de março o agente é recebido pelo Conde Arnaud e convidado para uma futura reunião com o ministro dos negócios estrangeiros português. O governo português fica surpreendido por ver um único agente, pois segundo este, era esperada «uma brigada de agentes»⁹⁷⁵. Na sua primeira análise destaca os rumores da existência de refugiados da Comuna por Lisboa e que os internacionalistas portugueses tentavam há dois anos implantar a sua organização. Refere a falta de consenso sobre o número dos militantes da *Internacional*, uns falavam em «30 000 aderentes [...] menos de 10 000 segundo outros»⁹⁷⁶. Neste primeiro relatório que envia para França dá conta de uma falha operacional, pois o retrato que tinha do General Walery Wroblewski⁹⁷⁷ era na verdade do pianista Wroblewski.

A 14 de março o agente começa a demonstrar descontentamento com o desenvolvimento da sua missão. Relata ao seu superior que já tinha realizado a reunião com Andrade Corvo (ministro dos Negócios Estrangeiros), e que o ministro português pretendia que a investigação fosse tratada diretamente com o próprio. Alerta para a

⁹⁷⁵ *Mission Latour Archives*, carta Nº 2, 10 de março de 1873, 3378. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁷⁶ *Mission Latour Archives*, carta Nº 2, 10 de março de 1873, 3378. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁷⁷ General da Comuna de Paris que depois da derrota vai refugiar em Londres e acaba por pertencer ao Conselho Geral da *Internacional*.

desorganização e ineficiências da missão, e informa que lhe estava vedado o contacto com as autoridades policiais no terreno e deste modo só conseguia obter a informação e relatórios da segurança pública através de Andrade Corvo. Além disto, nas reuniões com Andrade Corvo é abordada a questão da União Ibérica que suscitava algum alarme no governo português, a conspiração do Conde de Peniche e do Visconde de Ouguela e a presença de miguelistas em Portugal que tinham vindo recentemente de Londres. Em 1872 o Conde de Peniche elaborou um plano para concretizar um golpe militar e derrubar o governo de Fontes Pereira de Melo. O movimento ficou conhecido como a *Pavorosa* e acaba por fracassar com o governo, desconfiado das ambições do Conde de Peniche, a realizar uma ofensiva contra um eventual golpe militar e acusar o nobre de conspiração. Este acaba na prisão sem direito a fiança, no entanto, consegue fugir do país e apenas regressa em 1877 amnistiado por António José de Ávila. Na resposta do governo várias figuras políticas, inclusive alguns militares, acabam na prisão sob o pretexto de traição e conspiração. Nas várias prisões está o Visconde de Ouguela, antigo dirigente socialista da década de 50. Perante as acusações sobre o Visconde de Ouguela o escritor Camilo Castelo Branco escreve um livro⁹⁷⁸ em 1873 com o propósito de defender e mostrar a inocência do seu amigo. Neste livro é destacado o papel do Visconde de Ouguela no início do movimento socialista português, mas nada refere sobre a sua continuidade na década de 70 de oitocentos. Perante esta envolvência, Latour desabafava desconhecer as pessoas citadas e a realidade política apresentadas pelas autoridades portuguesas, afirmando que não podia «ser um estrangeiro, sem grandes relações no país, que poderá esclarecer»⁹⁷⁹.

Ao longo das suas cartas é possível verificar a desmotivação do agente francês, que se sentia desvalorizado e sozinho em Lisboa e por diversas vezes pensa em regressar a França. Desabafa nas cartas que se sente como «um livro numa biblioteca que só o vão buscar quando há necessidade de o consultar»⁹⁸⁰ tendo como únicas distrações as verdadeiras garrafas do vinho do Porto.

⁹⁷⁸ BRANCO, Camilo Castelo. *O Visconde de Ouguela. Perfil biográfico*. Porto: Typ. Pereira da Silva, 1873.

⁹⁷⁹ *Mission Latour Archives*, carta nº 4, 14 de março de 1873, 3382. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁰ *Mission Latour Archives*, transcrição e descodificação da carta de 22 de março de 1873, 3385. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

Ainda no mês de março a sua presença no país começa a produzir efeitos. A 26 de março dá conta da enorme facilidade em entrar em Portugal devido à insuficiência de vigilância na fronteira e nos portos. Uns dias depois anunciava que julgava ter conseguido organizar uma vigilância na fronteira espanhola e começava a enviar informação mais detalhada sobre a *Internacional* em Portugal. Alertava que os internacionalistas estavam em contacto com o movimento internacional, pareciam estar bem informados pelos «relatórios dos seus agentes exteriores»⁹⁸¹ e os seus militantes são «conhecidos, mais ou menos, pela segurança interna»⁹⁸². Na carta de 22 de março de 1873 o agente escreve que a culpa da lentidão da investigação era da responsabilidade de alguém com o nome de código 6022 que obrigava o agente a tratar dos assuntos «exclusivamente com ele ou com o 1788»⁹⁸³. É muito interessante como a informação é tratada nessa carta, claramente sensível, pois além de descrever assuntos sobre a *Internacional*, salientava a burocracia implantada pelo poder político em Portugal, a influência de Espanha e do embaixador americano. Portanto, não é de estranhar que a mesma seja elaborada em código. Só foi possível desvendar esta carta através de um outro documento onde o texto está descodificado numa folha timbrada do Ministério do Interior de França que consta no microfilme onde estão as cartas da autoria do agente Latour. A referência 6022 é o código correspondente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e o 1788 o seu chefe de gabinete. Ou seja, Latour voltava a reafirmar que estava na dependência direta do ministro e comenta a ausência de uma articulação no governo. O código para a *Internacional* era 5317 e o próprio José Fontana tem direito a um código. Nesta carta, são apresentadas várias notas da sua investigação, afirmando que a *Internacional* existia em Portugal, mas com poucos filiados, deixando o alerta que de Espanha deviam vir «emissários para tentar revolucionar o país»⁹⁸⁴ e que em Portugal havia um «núcleo operário internacional

⁹⁸¹ *Mission Latour Archives*, carta N° 4, 14 de março de 1873, 3381. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸² *Mission Latour Archives*, carta N° 4, 14 de março de 1873, 3381. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸³ *Mission Latour Archives*, carta N.º 1 (?), 22 de março de 1873, 3384. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁴ *Mission Latour Archives*, transcrição e descodificação da carta de 22 de março de 1873, 3385. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

trabalhando há muito tempo pela implantação da República»⁹⁸⁵. Nesta carta fala da chegada de Londres de Lucien Combatz, que «segundo parece terá sido ajudado pelo ministro americano»⁹⁸⁶, ou seja, o agente francês acusava o embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa de ajudar, trocar correspondência com um antigo dirigente da Comuna de Paris e de apoiar a ideia de derrube da monarquia portuguesa. Esta postura da diplomacia norte-americana confundia o agente francês, pois se percebia a lógica para Espanha, «por causa de Cuba, aqui? Só se for por amor à arte»⁹⁸⁷. Em abril, o agente francês escreve para França para comunicar que a *Internacional* tinha pouca influência, e enfrentava uma contrariedade com a suspensão do seu principal jornal (*O Pensamento Social*) «por falta de dinheiro e donativos»⁹⁸⁸, embora estivesse prevista uma republicação com um aumento do seu preço, sendo esta uma informação avançada pelo próprio jornal o que mostra que o agente era um assíduo leitor do jornal socialista, que a 5 de abril de 1873 escrevia na primeira página que tinha sido decidido «suspender por algum tempo a publicação do seu órgão, *O Pensamento Social*»⁹⁸⁹.

Sobre o associativismo, Latour destacava a existência de associações operárias com muitos afiliados e que estas eram alvos dos internacionalistas, que tentavam expandir aí a sua influência. Embora não o referisse na carta, Latour está a fazer uma referência às duas associações de resistência (*Fraternidade Operária e Trabalho Nacional*), dando conta que na altura da sua presença, estava em marcha uma fusão entre as duas. O agente francês escrevia que não antecipava perigo nestas atividades se não houvesse interferência e impulsos oriundos do exterior. Neste mês Latour anuncia a presença de Paul Lafargue em Portugal, no entanto, a 18 de abril anunciava que continuava a «ignorar o seu paradeiro»⁹⁹⁰, colocando dúvidas sobre a veracidade da informação que dava conta da presença do dirigente socialista e internacionalista em Lisboa. O único registo de atividade de Lafargue em Portugal nesse ano é o envio de um

⁹⁸⁵ *Mission Latour Archives*, transcrição e descodificação da carta de 22 de março de 1873, 3385.

Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁶ *Mission Latour Archives*, transcrição e descodificação da carta de 22 de março de 1873, 3385. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁷ *Mission Latour Archives*, transcrição e descodificação da carta de 22 de março de 1873, 3385. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁸ *Mission Latour Archives*, carta Nº10, 10 de abril de 1873, 3394. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁸⁹ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º 51, p. 1.

⁹⁹⁰ *Mission Latour Archives*, carta Nº 12, 18 de abril de 1873, 3396. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

folheto da sua autoria para Nobre França que, perante o gesto, apresentou os agradecimentos a Engels⁹⁹¹.

Ao contrário do internacionalismo, Latour denotava que a propaganda republicana estava a acentuar-se no reino de Portugal, surgindo novos jornais de teor republicano em Lisboa e no Porto. Para o agente Latour, Lisboa tinha um enorme peso na vida política portuguesa e não conseguia obter informações sobre a atividade internacionalista no país. Por isso, no início de abril anunciava ao seu superior que pensava em visitar Coimbra e Porto para obter informações⁹⁹².

A informação relatada por Latour na carta número sete é, porventura, a mais preocupante para o governo português e espanhol e certamente terá inquietado o governo francês. No final de março é comunicado que o embaixador português em Londres tinha sido informado que um sujeito com nome Eugene Peloski, um polaco e professor de química, um suposto «membro ativo da Internacional[,] preparou bombas para o uso dos membros da associação em Lisboa e outras cidades de Portugal»⁹⁹³. Segundo a informação obtida no Reino Unido, as bombas deviam chegar ao país disfarçadas numa carga de carvão e tinham como finalidade a destruição de navios e locomotivas importadas de Inglaterra. O agente francês escreve que uma amostra da bomba tinha sido entregue ao governo português. Perante estes factos, Latour mostrava reservas quanto à veracidade dos dados. O agente considerava não ser verdadeira a informação, pois não percebia o seu objetivo nem a lógica dessa movimentação bombista. Para o agente francês, esta estratégia estava dependente do consentimento do vendedor de carvão e não havia provas que o carvão fosse distribuído unicamente em Portugal. Mais tarde, a 10 de abril, informava que a teoria das bombas tinha sido anunciada ao governo espanhol e voltava a frisar as suas reservas. Para o agente francês o destino das bombas não era Portugal, e compreendia melhor que essas fossem destinadas a Espanha. É certo que a 21 de abril de 1873 Andrade Corvo, já em contacto e bem informado pelo agente francês comunicava ao embaixador português em Madrid preocupações sobre o internacionalismo, afirmando serem «notórias as declamações subversivas dos promotores da associação internacional, assim como os esforços por

⁹⁹¹ Carta Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social (Holanda), p. 44.

⁹⁹² *Mission Latour Archives*, carta Nº 9, 4 de abril de 1873, 3392. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁹³ *Mission Latour Archives*, carta Nº 7, 29 de março de 1873, 3386. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

eles feitos para constituir com os operários de todas as nações um exército fanatizado»⁹⁹⁴ para derrubar a sociedade.

Em relação aos exiliados da Comuna de Paris em Portugal, Latour relata a passagem, a 16 de março de 1873, por Lisboa de Lucien Combatz (diretor dos telégrafos da Comuna) que ficou uns dias hospedado num hotel na capital portuguesa antes de rumar a Madrid. Durante esta estadia houve contactos com os internacionalistas portugueses, nomeadamente, José Fontana. O agente relata, a 26 de maio, que anda por Lisboa «um sobrevivente da Comuna, segundo dizem, mas de quem não encontro rasto»⁹⁹⁵. Pela informação que detinha, Latour andava a procura de Alfred Fillon, um deportado da Comuna que tinha conseguido fugir de França para Portugal. Na carta de 26 de maio de 1873 o agente francês escreve que Alfred Fillon já tinha estado em Portugal antes da Comuna de Paris, onde estabeleceu uma loja de fotografia, no entanto, regressou a França em setembro de 1870 e acabou por ser condenado por nela ter participado. Fugido de França, regressa de novo a Lisboa, onde montou um estabelecimento de sabão que ao fracassar o fez regressar à fotografia. Sobre este exilado Latour faz uma extensa e pormenorizada descrição física. As fontes de Latour sobre Fillon, de facto, eram seguras: estava mesmo em Portugal e acabou por se tornar num ilustre fotógrafo. Quando morre o *Diário Ilustrado* e o *O António Maria* colocam a sua foto⁹⁹⁶ na primeira página e uma longa biografia onde afirmam que «declarada a guerra franco-prussiana, Alfredo Fillon correu a Paris a tomar parte ativa na defesa da cidade como membro do Comité»⁹⁹⁷. O órgão do *Partido Socialista* também faz referência à morte de Fillon, frisando que era um «socialista [...] não aceitando o indulto de Napoleão [...] mostrando-se em tudo digno companheiro de Ledru-Rollin e de Luiz Blanc»⁹⁹⁸.

O agente de segurança pública francês não deixa Portugal sem elaborar um relatório sobre a atividade da *Internacional* no país. O documento é entregue na Direção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros e é posto em circulação, na sua totalidade ou partes, entre vários países como a Bélgica, o Império Austro-Húngaro e

⁹⁹⁴ Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. *Negócios Externos, Documentos apresentados às cortes sessão legislativa de 1875*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 209.

⁹⁹⁵ *Mission Latour Archives*, carta Nº 19, 26 de maio 1873, 3410. Internationale en Portugal, B/A 437, Prefecture de Police. Microfilme consultado no *Instituto de História Social* (Holanda), ARCHO01746.

⁹⁹⁶ **Anexo G e H** – Retrato de Alfred Fillon na capa dos jornais.

⁹⁹⁷ *Diário Ilustrado*, 28 de agosto de 1881, Decimo Ano, N.º 2 979, p. 1.

⁹⁹⁸ *O Protesto...*, 4 de setembro de 1881, VII Ano, N.º 316, p. 3.

alemão. Este documento foi transcrito, partes ou na sua totalidade, por vários autores⁹⁹⁹. Na opinião de Latour, o reino português era bastante liberal, com uma veia democrata saliente através da existência da liberdade de imprensa e da tolerância consentida ao associativismo. O agente francês chega a frisar que a prática grevista é proibida, mas ao ser punida apenas com a multa quando era realizada sem o recurso à violência, perfazia na verdade a «quase liberdade das greves»¹⁰⁰⁰. Toda esta envolvência política permitiu o surgimento das ideias da *Internacional* no território, não sendo possível determinar o momento exato da sua implantação. Afirma que o impacto da Comuna de Paris não terá sido muito sentido em Portugal e as adesões à *Internacional* eram raras, mesmo em momento de uma maior «prosperidade, o número de filiados não ultrapassou o milhar»¹⁰⁰¹ e em março de 1873 a *Internacional* tinha perto de 200 filiados. A situação financeira dos internacionalistas portugueses não permitiu o envio de delegados aos vários congressos. Na sua investigação acusa Paul Lafargue de ser o principal iniciador da *Internacional* no país, cimentando esta ideia nas relações entre Lafargue e o movimento operário, o seu estatuto de delegado por Portugal no congresso de Haia e o facto do apoio a Karl Marx dominar no movimento.

O agente francês, de uma forma errada, coloca Paul Lafargue em Lisboa durante o ano de 1871. Dos três espanhóis internacionalistas apenas cita a presença em Lisboa de González Morago em junho de 1871, e fala dos contactos com José Fontana e Francisco Gonçalves. Reconhece Morago como apoiante da *Aliança* e destaca que, embora os esforços do espanhol, os internacionalistas portugueses continuaram sempre às ordens do Conselho Geral. Latour afirma que em Lisboa o número das secções da *Internacional* «não é superior a dez»¹⁰⁰² e o funcionamento interno passa pelo envio de um delegado por cada secção ao conselho local, que devia funcionar como o corpo diretivo da *Internacional* e era composto por nove membros, entre eles estavam José Fontana, Eduardo Maia e Antero de Quental. Embora Latour escreva que José Fontana

⁹⁹⁹ Carlos da Fonseca, *A origem da 1ª Internacional em Lisboa e Integração e ruptura operária*. Jacinto Rodrigues, *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*. Jacques Freymund, *La Première Internationale. Les conflits au sein de L'Internationale 1872-1873*. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*.

¹⁰⁰⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal*, Arquivo Andrade Corvo, 1399, p. 2. *Biblioteca Nacional*, A.C. 1-A.C. 2090.

¹⁰⁰¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 3.

¹⁰⁰² Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 7.

tenha sido expulso «de uma secção acusado de ser aliancista»¹⁰⁰³ e não ter encontrado atividade dele no funcionamento da *Internacional*, ao contrário da *Fraternidade Operária* onde «é o ator principal»¹⁰⁰⁴, não tem dúvidas em escrever que José Fontana é considerado como o «chefe da Internacional no país»¹⁰⁰⁵ e que estava em contacto com as chefias internacionalistas em Inglaterra. Salienta ainda que Fontana foi o autor de uma brochura intitulada *o Quarto Estado*. Sobre Eduardo Maia é escrito que era um estudante de medicina no quinto ano e responsável por conferências públicas e a publicação de brochuras socialistas sobre a propriedade, o comunismo e a Comuna de Paris.

Coloca erradamente Antero de Quental como oriundo da Madeira e frisa ser um jornalista, poeta e homem de letras que publicava escritos socialistas e políticos. Latour destaca que o secretário para o estrangeiro era Nobre França, uma informação errada, pois essa função era ocupada por José Tedeschi. Não obstante, é uma evidência que o agente não deixou de registar os elementos mais enérgicos e esclarecidos na associação. No relatório de Latour era frisado que em 1873 as reuniões das secções e do Conselho da *Internacional* eram realizadas na Rua Vicente Borga, no primeiro andar do número 50, uma sala usada «anteriormente por um pequeno teatro»¹⁰⁰⁶. Devido a agitação grevista, a polícia tinha decidido desde fevereiro de 1873 montar uma vigilância à casa e segundo Latour esta operação obteve resultados positivos. De facto, em agosto de 1873 Nobre França escreve a Engels a relatar a atividade da polícia portuguesa sobre as reuniões dos internacionalistas, dando conta que a polícia «entrava para uma loja por baixo do teatro onde»¹⁰⁰⁷ eram realizadas as reuniões e através do palco as escutava. A acreditar no testemunho de Nobre França, quando José Fontana foi falar com Rodrigues Sampaio por causa da *Fábrica Social*, o político liberal terá mostrado ao socialista as várias «atas de reuniões de secções e do Conselho Local, tiradas pela polícia»¹⁰⁰⁸.

¹⁰⁰³ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portuga...*, p. 2.

¹⁰⁰⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 2.

¹⁰⁰⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 8.

¹⁰⁰⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 7.

¹⁰⁰⁷ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 40.

¹⁰⁰⁸ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873..., p. 40.

As informações conseguidas por Latour asseguravam que uma parte da documentação da *Internacional* estava na posse de Nobre França, os estatutos estavam com José Fontana e um trabalhador de nome Fernandes (altamente provável ser Conceição Fernandes) tinha a outra parte da documentação, que a «esconde em sua bancada de trabalho, na sua oficina»¹⁰⁰⁹. No relatório do agente francês ainda é frisado que ilustres conhecidos da sociedade portuguesa tentaram integrar a *Internacional*, caso do deputado Pinheiro Chagas e do advogado republicano Paulo Midosi, mas a sua integração foi negada pelos trabalhadores com o receio de uma instrumentalização política. É destacada a publicação do jornal *O Pensamento Social* em 1872 que era responsável por divulgar as doutrinas da Internacional, funcionava como «órgão da Fraternidade Operária»¹⁰¹⁰ e contou com a participação de Teófilo de Braga. O agente francês ainda alerta que dois dos mais conhecidos membros da *Internacional* eram soldados na reserva, embora não revela nomes. No relatório é destacado o papel da *Fraternidade Operária* em particular no período grevista em Lisboa e no Porto, o francês escreve vários nomes dos seus membros e não deixava de reparar no óbvio, muitas dessas personagens militavam também na *Internacional*.

¹⁰⁰⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 8.

¹⁰¹⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal...*, p. 8.

6. O MOVIMENTO GREVISTA DE 1872-73

A *Fraternidade Operária* não é a primeira organização do mundo do trabalho a dinamizar a prática grevista em Portugal e convém frisar que o período grevista de 1872-73 está longe de representar o período de emergência das primeiras greves no território português. No entanto, as greves deste período correspondem a uma singularidade histórica, pois pela primeira vez são estruturadas por um movimento socialista radical que é responsável por um pico de conflitualidade que terá um tremendo impacto no espaço público. No número 32 do órgão da *Fraternidade Operária* é publicado na primeira página um artigo a enaltecer este período grevista. Denominado «As greves», o artigo anunciava que os recentes acontecimentos atestavam à burguesia que o movimento operário português entrava no movimento moderno europeu e que, deste modo, os «trabalhadores portugueses podiam também constituir-[se] em classe»¹⁰¹¹. Ao longo do texto são elencados vários pontos relacionados com as greves e a esfera pública, com os socialistas portugueses a responderem a várias acusações teóricas. Perante o medo de vários sectores sobre uma eventual escalada da greve e a sua chegada à ruralidade que podia resultar numa fome generalizada, os socialistas portugueses demonstram estar ansiosos pela greve dos trabalhadores do campo, que tinham direito «aos frutos da terra que lavra[m] com o seu braço, que fecunda[m] com o suor do seu rosto»¹⁰¹². Claramente, os socialistas portugueses não revelavam contradições nos interesses dos trabalhadores do campo com os da cidade.

Perante uma eventual suspensão do trabalho por parte dos patrões (*lock out*), os dirigentes socialistas alertavam os trabalhadores para que, perante esta realidade, ocupassem o seu lugar no «dia em que os capitalistas se demitissem da qualidade de industriais»¹⁰¹³, deixando a questão dos proveitos para o patrão dessa tomada de posição.

O movimento operário empregava uma certa cientificidade na explicação dos fenómenos históricos e sociais. As bolhas grevistas favoreciam dois efeitos distintos na narrativa, era reconhecido um efeito nocivo ao tecido produtivo, no entanto, não deixavam de equiparar a greve a um fenómeno natural intrínseco ao mundo do trabalho. Do ponto de vista do socialismo a greve tinha uma essência natural e esclarecia que, tal

¹⁰¹¹ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872, N.º 32, p. 1.

¹⁰¹² *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872, N.º 32, p. 1.

¹⁰¹³ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872, N.º 32, p. 1.

como a trovoada que originava incêndios, o Sol que queimava, a chuva que molhava e o ar que constipava, a prática grevista tinha a mesma característica. Isto é, nos elementos naturais exista uma dinâmica que coexistia em torno de eventos destrutivos, mas indispensáveis à existência da vida. Note-se que na opinião do socialismo o fenómeno grevista era semelhante, originava a conflituosidade e efeitos negativos, mas era imprescindível aos interesses dos trabalhadores. A greve é encarada pelos socialistas como um instrumento que poderia garantir a distribuição da riqueza entre patrão e trabalhador. Como os próprios socialistas explicavam, «a economia é um jogo de interesses, não é um jogo de paixões»¹⁰¹⁴. O sentido dado à greve é aprofundado, pois é defendido que a prática continha outros importantes elementos além da reivindicação pelo aumento do salário. O campo socialista não tinha dúvida que a greve estabelecia uma rede de solidariedade no mundo do trabalho que era responsável pela constituição «orgânica perante os capitalistas»¹⁰¹⁵ e em consequência era alcançado o *quarto estado*¹⁰¹⁶. Por outras palavras, a prática da greve no pensamento desta geração de socialistas não representava um objetivo final, não se esgotava no triunfo dos cadernos reivindicativos.

A greve é encarada como uma parte integrante do processo da consciencialização política, uma prática que revelava a condição de *classe* aos próprios trabalhadores. Importa referir que neste período existe uma onda grevista e de agitação laboral influenciado pela *Internacional* um pouco por toda a Europa «atingindo até a Espanha e a Rússia»¹⁰¹⁷. Em 23 de novembro de 1871, Karl Marx escreveu a Friedrich Bolte¹⁰¹⁸ sobre as lutas económicas realizadas no continente Europeu para frisar a diferença, mas também a sua finalidade, com a luta política dos movimentos operários e o desenvolvimento das organizações. Para o pensador marxista, o movimento político dos movimentos operários estava em desenvolvimento «sobre a base dos movimentos económicos singulares dos trabalhadores [que] pressupõem um determinado nível de organização pré-existente»¹⁰¹⁹.

¹⁰¹⁴ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872..., p. 1.

¹⁰¹⁵ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872..., p. 2.

¹⁰¹⁶ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872..., p. 2.

¹⁰¹⁷ HOBSBWAM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875...*, p. 126.

¹⁰¹⁸ Dirigente da Internacional e secretário do Conselho Federal Norte-Americano.

¹⁰¹⁹ AAVV. "Marx to Friedrich Bolte in New York, 23 November 1871". Em: *Marx & Engels Collected Works*, Volume 44 Letters 1870-73. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 258.

O movimento grevista vai ter uma grande disseminação na esfera pública, sendo divulgado e debatido num variado leque de jornais e, inclusive, no parlamento. O artigo sobre as greves publicado no *Pensamento Social* vai causar preocupação parlamentar na figura do Conde de Rio Maior. Este Par do Reino acaba por ler o artigo e alertava a câmara para a existência de um periódico «que serve de leitura semanal aos [...] operários, e que, auxiliando extraordinariamente o mal das greves, tende a desmoralizar a gente do trabalho»¹⁰²⁰.

6.1 Greve dos fundidores de metais de Lisboa

O mês de setembro de 1872 é marcado por uma forte agitação laboral na região de Lisboa, nomeadamente, por parte dos fundidores de metais. Os metalúrgicos de Lisboa protestavam contra o aumento dos horários de trabalho, principalmente, o trabalho noturno e as péssimas condições em que o executavam. O descontentamento dos trabalhadores é explorado pela *Fraternidade Operária*, encetando uma postura de resistência face ao patronato. A 1 de outubro de 1872 era publicado em alguns jornais um comunicado da *Fraternidade Operária* a explicar a motivação dos trabalhadores, declarando que «o pedido feito pelos operários [era] unicamente a abolição dos serões»¹⁰²¹.

Em 13 de setembro era aprovada pelo conjunto de trabalhadores associados à *Fraternidade* uma proposta para apresentar as reivindicações ao patronato, nomeadamente aos industriais José Pedro Colares Júnior (gerente da companhia Perseverança), ao britânico Henry Peters (da fábrica Vulcano), nas oficinas de fundição de ferro da Boavista do inglês Bachelay e à Viúva Ramos. Com o extremar da situação, Nobre França, na condição de secretário do Conselho da Federação local de Lisboa da *Internacional*, escreve uma carta que embora não tenha destinatário é muito provável que seja dirigida a Engels, para anunciar que a classe dos fundidores de ferro decidiu apresentar um requerimento aos patrões a favor da abolição dos serões e embora fale da existência de um enorme entusiasmo pela greve, destaca a «imprudência dos fundidores [...] e não estar a associação consolidada»¹⁰²². Portanto, embora publicamente os dirigentes socialistas estivessem claramente disponíveis e dispostos a adotar uma

¹⁰²⁰ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, p. 53.

¹⁰²¹ *O Diário Popular*, 1 de outubro de 1872, 7 Ano, Nº 2125, p. 1.

¹⁰²² Carta de Nobre França, 17 de setembro de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, *Instituto de história Social* (Holanda), p. 33.

postura de apoio, em privado não deixavam de levantar interrogações sobre o momento escolhido para a greve.

No *18 de Brumário* Karl Marx alertava para o facto dos acontecimentos revolucionários de 1848 permitiram a emergência de uma envolvência reacionária e conservadora, uma resposta ao campo radical que é solidificada no conceito de ordem «contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo»¹⁰²³. Esta sensibilidade também é estruturada e sentida em Portugal devido ao medo de uma evolução para uma efervescência socialista. A 15 de setembro de 1872 um conhecido opositor da nova geração de socialistas voltava a escrever para a imprensa. Desta vez, Pedro José Conceição tinha como alvo as associações de resistência e as greves, perguntando na carta não saber contra quem é que devia ser feita a resistência, acusando o movimento socialista de pretender «regenerar pelo petróleo»¹⁰²⁴ para concretizar a Comuna em Portugal e que a ideia de resistência indicava agressão. Posto isto, questionava a legalidade das associações de resistência, não tinha dúvida que em Portugal existia liberdade de associação, mas essa só enquadrava a política e o socorro mútuo e não o associativismo que estimulava «doutrinas subversivas da ordem pública»¹⁰²⁵. Por fim, o antigo sócio do *Centro Promotor* aconselhava as classes populares a tentar melhorar a sua condição de forma ordeira e não através da greve.

A 20 de setembro o *Diário de Notícias* publica dois documentos enviados por José Colares Júnior, gerente da Perseverança e a voz mais ativa contra a greve e a *Fraternidade Operária*. O industrial insinuava «de que talvez alguém de fora do país tenha interesse em que aqueles operários não trabalhem»¹⁰²⁶. Perante a postura agressiva dos trabalhadores desencadeava-se uma atitude de confrontação e de resistência dos patrões. Os jornais relatavam que perante a greve na fábrica da Boavista os patrões juntaram esforços com os oficiais e aprendizes e realizaram desse modo a produção, alcançando «bons resultados [...] sem auxílio dos operários técnicos, os quais ainda se acham em greve para a glória da associação a que pertencem»¹⁰²⁷.

¹⁰²³ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 36.

¹⁰²⁴ *Jornal da Noite*, 16 e 17 de setembro de 1872, 2.º Ano, N.º 532, p. 1.

¹⁰²⁵ *Jornal da Noite*, 16 e 17 de setembro de 1872, 2.º Ano, N.º 532, p. 1.

¹⁰²⁶ *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1872, 8.º Ano, N.º 2396, p. 2.

¹⁰²⁷ *Diário Ilustrado*, 21 de dezembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 174, p. 691.

Nas oficinas da Linder perante a ausência de uma resposta do patrão às reivindicações dos trabalhadores foi resolvido «suspender o trabalho»¹⁰²⁸. A atitude destes trabalhadores faz emergir uma onda de solidariedade por parte dos restantes trabalhadores do sector. Ao ser parado o trabalho na Linder, vários trabalhadores do sector, «em sessão de 18 de setembro, resolveram suspender os trabalhos em todas as oficinas»¹⁰²⁹. Deste modo, a greve no sector metalúrgico de Lisboa contava com um número significativo de adesão, 71 trabalhadores. Perante o alastramento desta vaga grevista e reivindicativa, os industriais do sector metalúrgico anunciaram medidas drásticas, ameaçando com o despedimento imediato de todo aquele trabalhador que não voltasse ao seu posto de trabalho. Ao serem conhecidas estas ameaças, o movimento operário, com a *Fraternidade Operária* na vanguarda da resistência, entendeu convocar uma assembleia-geral extraordinária. Na reunião acabou por ficar estabelecido a manutenção da greve e o recurso a subscrições voluntárias de associados de outros sectores para apoiar os grevistas. Em algumas oficinas o movimento grevista garantiu algum sucesso na luta laboral. Por exemplo, a meio de setembro dois donos de fábricas mais pequenas acabavam por ceder aos trabalhadores em greve e encetaram diálogo com os mesmos. Neste encontro eram oferecidas condições de trabalho próximas das reivindicações dos trabalhadores. Esta postura desencadeava elogios dos dirigentes socialistas, afirmando que os pequenos industriais eram «muito mais conscientes do que aqueles que, graças a um privilégio exorbitante e ao monopólio conseguiram alcançar os primeiros lugares no foro da indústria»¹⁰³⁰. No entanto, os patrões da companhia Perseverança e da fábrica Peters não desarmavam e continuavam a afrontar os grevistas. Nestes estabelecimentos, e sem aviso prévio, todo o trabalho foi suspenso, mesmo nas oficinas dependentes da fundição. Ou seja, carpinteiros, torneiros, ferreiros e serralheiros subitamente tiveram o seu posto de trabalho suspenso. Esta situação surpreendeu o movimento operário, que rapidamente convoca outra assembleia-geral e a decisão aí encontrada passou por «animar duzentos companheiros sem trabalho»¹⁰³¹. A solidariedade no mundo do trabalho ia sendo reforçada, até os trabalhadores caldeireiros de cobre e latoeiros, os únicos que continuavam a trabalhar, optaram em solidariedade

¹⁰²⁸ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

¹⁰²⁹ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872..., p. 2.

¹⁰³⁰ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

¹⁰³¹ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

pela paralisação laboral «enquanto os companheiros das outras oficinas sofressem a suspensão imposta pelos dois industriais»¹⁰³².

A 24 de setembro de 1872 o *Diário de Notícias* noticiava que os operários fundidores federados na *Fraternidade Operária* continuavam ausentes das fábricas e, de uma forma pacífica, continuavam a lutar pela abolição dos serões, enquanto os operários «de igual indústria das outras fábricas continuavam a quotizar-se para manter os que interromperam o trabalho»¹⁰³³.

Em outubro a situação continuava tensa, com os jornais a noticiarem que as fábricas Bachelay e Irmão, Colares e Peters estavam a ser «vigiadas pela polícia»¹⁰³⁴ e as reuniões da *Fraternidade Operária* continuavam, com boatos no espaço público sobre a expansão da greve para a outra margem do rio Tejo. A agravar a situação é noticiado que no Porto tinha sido «formada uma delegação da Fraternidade, à qual aderiram operários de cinco classes»¹⁰³⁵. Decorridos alguns dias temos a informação que a fábrica Bachelay tinha cedido às reivindicações dos trabalhadores e os fundidores regressavam ao «trabalh[o] sem serão»¹⁰³⁶. Portanto, no final de setembro a greve dos fundidores de duas fábricas contava com um número superior aos 150, no entanto o conflito parecia estar a diminuir a sua intensidade e os trabalhadores conquistavam algumas vitórias.

No Brasil os jornais noticiavam que em Portugal os acontecimentos pareciam direcionar-se para «uma solução pacífica, sem que tenha sido necessário a maior intervenção oficial»¹⁰³⁷. A solidariedade no mundo do trabalho foi notória e essencial para a triunfo dos grevistas, com muitos trabalhadores a «contribuírem com meio dia de jornal»¹⁰³⁸. O *Diário Popular* chega a escrever que a subscrição para os grevistas dinamizada pela *Fraternidade Operária* tinha sido avultada, «sobrando quantia igual à que se despendeu»¹⁰³⁹. Na assembleia da *Fraternidade Operária* de 22 de outubro foi anunciado um ofício dos proprietários da fábrica Vulcano que lançava o convite a todos os operários em greve para «recomeçaram os seus trabalhos nas condições estabelecidas

¹⁰³² *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

¹⁰³³ *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1872, 8 Ano, N.º 2400, p. 2.

¹⁰³⁴ *O Diário Popular*, 1 de outubro de 1872, 7 Ano, N.º 2125, p. 1.

¹⁰³⁵ *O Diário Popular*, 1 de outubro de 1872, 7 Ano, N.º 2125, p. 1.

¹⁰³⁶ *O Diário Popular*, 3 de outubro de 1872, 7 Ano, N.º 2127, p. 1.

¹⁰³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de outubro de 1872, Rio de Janeiro, Ano 55, N.º 285, p. 2.

¹⁰³⁸ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

¹⁰³⁹ *O Diário Popular*, 3 de outubro de 1872, 7 Ano, N.º 2127, p. 1.

por eles»¹⁰⁴⁰. Uma nova vitória para os grevistas, no entanto, os trabalhadores perceberam que havia um número de colegas que não constavam na reintegração na fábrica. Diante a exclusão de certos grevistas foi eleita uma comissão no sentido de discutir com os patrões a sua reintegração e esta insistência permitiu a «admissão de todos os operários da fábrica»¹⁰⁴¹.

Os proprietários da fábrica Fénix acabaram por dialogar com a delegação dos operários em greve e foi outra fábrica que resolveu «declarar que prescindia dos serões»¹⁰⁴², ao passo que a Passeio acabou por «prescindi[r] espontaneamente dos serões»¹⁰⁴³. No final do mês outros estabelecimentos seguiam o exemplo, como foi o caso do latoeiro de folha branca onde os trabalhadores «foram dispensados [d]os serões»¹⁰⁴⁴. Com este sucesso o movimento grevista ficava restringido a pouco mais de 100 trabalhadores da fábrica da Perseverança. De todas as fábricas a Perseverança era aquela onde a situação estava mais extremada entre patronato, trabalhadores e a *Fraternidade Operária*. Diante este confronto os jornais operários apelavam para a necessidade de manter a greve, pois em caso de recuo nesta fábrica os trabalhadores arriscavam «perder as vantagens obtidas dos outros industriais»¹⁰⁴⁵. A própria *Fraternidade Operária* parecia ter a plena noção da situação extremada na Perseverança, fazendo um apelo ao mundo do trabalho para que nenhuma outra «classe se comprometa em nenhuma greve, para que o auxílio continue a ser prestado aos grevistas [da] Perseverança»¹⁰⁴⁶. O número de grevistas acaba por baixar para os 80, mas em finais de novembro a greve na Perseverança continuava bastante vigorosa, com os grevistas a serem «dignamente sustentados por todas as classes»¹⁰⁴⁷. Ao longo da greve além do lado reivindicativo, os socialistas noticiavam a excelente campanha em torno da solidariedade com os grevistas e expunham as táticas usadas pelos patrões para combater a greve. Temos a informação que a Perseverança fazia esforços para recrutar trabalhadores noutros espaços, chegando até a oferecer salários vantajosos aos trabalhadores de um industrial do Barreiro. Este convite é recusado pelos próprios

¹⁰⁴⁰ *O Pensamento Social*, 27 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 28, p. 2.

¹⁰⁴¹ *O Pensamento Social*, 27 de outubro de 1872..., p. 2.

¹⁰⁴² *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1872, 8º Ano, N.º 2400, p. 2.

¹⁰⁴³ *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1872..., p. 2.

¹⁰⁴⁴ *O Diário Popular*, 1 de outubro de 1872, 7º Ano, N.º 2125, p. 1.

¹⁰⁴⁵ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 30, p. 2.

¹⁰⁴⁶ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872..., p. 2.

¹⁰⁴⁷ *O Pensamento Social*, 24 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 32, p. 2.

trabalhadores que vão colocar o seu patrão «o quanto a sua acedência prejudicaria os companheiros grevistas de Lisboa»¹⁰⁴⁸.

Por outro lado, começam a ser recorrente notícias de expulsões de associados da *Fraternidade Operária* por traição aos «companheiros em greve»¹⁰⁴⁹. O clima estava tenso ao ponto de diversos associados terem tido a necessidade de frisar a sua solidariedade com os grevistas e ao contrário dos rumores, afirmar que não tinham sido contratados para trabalhar na companhia Perseverança. É o caso do Joaquim Marques das Mercês do Barreiro que escreve à associação. Este operário faz questão de desmentir o boato sobre ter sido «contratado para vir trabalhar para a fábrica da companhia Perseverança»¹⁰⁵⁰, e deste modo, pretendia acalmar o descontentamento dos seus companheiros.

O conflito na Perseverança vai durar até 1873. Neste ano é divulgado na imprensa operária que Tomás Pedro Colares entra em contacto com outros administradores fabris no sentido de alertar para a presença de trabalhadores *revolucionários* nos seus estabelecimentos, uma notória referência aos associados da *Fraternidade Operária*. Por outro lado, a imprensa não operária divulgava recorrentemente notícia de algumas fugas «da associação Fraternidade Operária [de] operários, que regressaram aos seus antigos lugares na fábrica»¹⁰⁵¹, para de seguida dar conta que os trabalhadores estavam arrependidos de terem abandonado o seu posto de trabalho e do seu ingresso na *Fraternidade Operária*. Efetivamente, ocorre uma campanha altamente mediática contra o associativismo de resistência. Perante esta movimentação, o *Pensamento Social* alertava para o facto de vários trabalhadores terem sido coagidos a declarar «nos periódicos que deixavam de pertencer à Fraternidade Operária»¹⁰⁵², com o objetivo da readmissão no trabalho. De facto, vários jornais ilustram notícias sobre o regresso dos operários ao trabalho, nomeadamente o *Diário Ilustrado* e o *Jornal do Comércio*. Entre estes trabalhadores é destacada a presença do tesoureiro que optou por regressar ao trabalho «na fábrica Perseverança»¹⁰⁵³ levando consigo uma quantia de dinheiro destinada a apoiar o movimento grevista. Perante isto, o *Diário Ilustrado* noticia que a *Fraternidade Operária* tinha apresentado queixa à polícia. A divulgação da notícia na

¹⁰⁴⁸ *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 31, p. 3.

¹⁰⁴⁹ *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872..., p. 3.

¹⁰⁵⁰ *O Pensamento Social*, 1 de dezembro, de 1872, 1º Ano, N.º 33, p. 2.

¹⁰⁵¹ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873, 2º Ano, N.º 49, p. 4.

¹⁰⁵² *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873..., p. 3.

¹⁰⁵³ *Diário Ilustrado*, 17 de dezembro de 1872, N.º 170, p. 1.

esfera pública faz desencadear um comentário dos socialistas no seu jornal, confirmando a fuga do «tesoureiro da comissão dos grevistas que [...] abalou para a Perseverança com o valor de 10\$000 réis»¹⁰⁵⁴ e, perante isto, «os burgueses parecem gostar do facto, dando-lhe publicidade»¹⁰⁵⁵. É plausível que esta polémica sobre o desvio de dinheiro do cofre da *Fraternidade Operária* seja a mesma descrita no relatório sobre a atividade da *Internacional* em Portugal. Latour, o agente francês, escreve em maio de 1873 que a *Fraternidade Operária* estava numa grave crise devido ao «desaparecimento [de] dois mil réis em que [José] Fontana estava envolvido»¹⁰⁵⁶. Por outro lado, são divulgados na imprensa confrontos entre os próprios trabalhadores, nomeadamente, entre os grevistas e aqueles que não ingressaram na greve. Na propriedade dos Bachelays este conflito é evidente, com um operário grevista a ser despedido por ameaçar colegas e, perante isto, acabou por ser afixado nas instalações da oficina um aviso que alertava que qualquer trabalhador que realize ameaças aos seus colegas seria imediatamente despedido»¹⁰⁵⁷. Nesta fábrica o *Diário Ilustrado* escreve que os operários fundidores tinham parado o trabalho não por motivos relacionados com o salário ou a diminuição do horário laboral, mas porque os proprietários da fábrica tinham dado trabalho «a um outro operário que não está filiado na associação fraternal»¹⁰⁵⁸. Havia ainda informação sobre antigos grevistas a declararem ao governador civil que a sua participação na greve tinha sido incitada pelas ameaças de colegas.

Perante este panorama, o movimento grevista é alvo de um enorme debate e discussão na esfera pública, onde vários protagonistas diretos acabam por ter uma intensa participação. É o caso dos industriais que são parte interessada no assunto. Em resposta os socialistas acusam os patrões de pretenderem, nada mais do que o enfraquecimento do movimento grevista, nomeadamente, através da imprensa. José Colares Júnior foi um dos principais dinamizadores de textos contra a atitude dos trabalhadores. Em dois números do *Diário de Notícias*¹⁰⁵⁹ acusava os trabalhadores de tomar decisões contrárias ao desenvolvimento do país e do sector. Este industrial

¹⁰⁵⁴ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 36, p. 2.

¹⁰⁵⁵ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872... , p. 2.

¹⁰⁵⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros. Direção Política, *L'association internationale des travailleurs en Portugal*, Arquivo Andrade Corvo, 1399, p. 6. *Biblioteca Nacional*, A.C. 1-A.C. 2090.

¹⁰⁵⁷ *Diário Ilustrado*, 31 de dezembro de 1872, N.º 183, p. 3.

¹⁰⁵⁸ *Diário Ilustrado*, 5 de dezembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 158, p. 3.

¹⁰⁵⁹ *Diário de Notícias* números 2396 e 2400 de outubro 1872.

insinuava que os grevistas estavam a concretizar interesses vindos do exterior do país que pretendiam a paralisação do trabalho e a destruição das indústrias. Face a isto, dá conta de algumas medidas tomadas, informou o ministério do Reino e o governador civil, ao passo que procurou um acordo entre as várias fábricas do sector «para não receberem nas suas oficinas operários que saíram de outras fábricas»¹⁰⁶⁰. De facto, o jornal *Diário de Notícias* não deixava de descrever as lutas operárias, «mas com frequência desenvolvia comentários desfavoráveis»¹⁰⁶¹

É interessante como os proprietários destes estabelecimentos pertenciam a famílias que estiveram relacionadas, em momentos totalmente distintos, com o movimento operário. Se em 1865-1866 Francisco Rodrigues Colares – dono da fábrica Colares um pequeno estabelecimento artesanal que vai estar na origem da Perseverança – participava como delegado pela *Sociedade dos Artistas Lisbonenses* no Congresso Social promovido pelo *Centro Promotor*, anos mais tarde um dos seus descendentes, e herdeiro de um estabelecimento já com fortes características industriais, acaba por ser uma das vozes públicas mais intransigentes e combativas contra o movimento operário. De facto, o gerente da fábrica Perseverança vai ser um importante ator no decorrer da greve. Tenta influenciar a opinião pública contra o movimento grevista, sobretudo, a *Fraternidade Operária*, tenta uma desmobilização e assume uma postura contrária à greve declarando na imprensa o despedimento dos grevistas¹⁰⁶². A divulgação de notícias sobre esta greve pretendia, na ótica dos socialistas portugueses, «desconceituar na opinião pública»¹⁰⁶³ os trabalhadores, criando uma má imagem da greve, condicionava comportamentos, desmotivava e pretendia realizar uma desmobilização. Este ataque público força os grevistas a publicarem, em jornais não operários, uma carta onde refutam as acusações do gerente da Perseverança. Na mesma acusam o dono da fábrica de má gestão, e retratam a existência de uma mentalidade ainda ligada à antiga oficina: «[os] trabalhadores a exercerem as artes que não aprenderam, e, portanto, ignorantes dos princípios mais rudimentares dos ofícios em que estão empregados»¹⁰⁶⁴. Para o movimento operário estas eram as causas para os danos da produção e indústria nacional e não, como afirmava José Colares Júnior, a resistência ou a greve. Num outro

¹⁰⁶⁰ *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1872, 8º Ano, N.º 2396, p. 2.

¹⁰⁶¹ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa...*, p. 244.

¹⁰⁶² *Correio do Brasil*, Jornal do comércio, lavoura e indústria, 18 de outubro de 1872, Ano I, N.º 339, p. 2.

¹⁰⁶³ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, N.º 25, p. 2.

¹⁰⁶⁴ *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872, N.º 31, p. 2.

jornal chegou a ser publicado um comunicado dos trabalhadores em greve que refutava as notícias que davam conta de um incêndio ateado numa das fábricas pelos próprios trabalhadores: «desmentido de um boato vil, que tinha por fim fazer acreditar que a fábrica estava a ser destruída por outro incêndio, lançado desta vez pelos próprios que ganham nela a sua subsistência»¹⁰⁶⁵.

Em fevereiro de 1873 a *Associação Protectora do Trabalho Nacional* enviava uma carta onde é feita a defesa dos trabalhadores, recusando a ideia de os responsabilizar pelos incêndios, frisando que os mesmos «tão pouco [pretendiam] a destruição das fábricas»¹⁰⁶⁶. Ou seja, o movimento operário estava atento à campanha difamatória sobre o movimento grevista e de resistência na imprensa.

José Colares Júnior defendia o patronato nos jornais, deixando claro que as reivindicações tinham um custo para a própria indústria, pois a cedência resultava na «elevação do custo dos produtos e por consequência dificuldade na cobrança dos rendimentos dos capitais»¹⁰⁶⁷. Uma justificação recusada pelos dirigentes socialistas. A 10 de novembro de 1872, José Colares Júnior escrevia no *Diário Popular* fortes elogios aos operários que continuavam a trabalhar e, segundo o próprio, a evitar a destruição da sua indústria, citando o nome de dezassete operários que tinham deixado de pertencer à *Fraternidade Operária*. O que faz desencadear uma resposta dos operários em greve que é publicada no mesmo jornal a 12 de novembro. Os grevistas refutam as acusações de pretenderem matar a indústria e desmentem José Colares Júnior na questão da fuga de militantes da *Fraternidade Operária*. Segundo os grevistas, dos dezassete operários que tinham deixado a *Fraternidade*, lembravam que apenas doze tinham saído ou foram expulsos da associação e, portanto, os restantes «cinco [...] ainda pagaram as suas quotas na semana passada»¹⁰⁶⁸.

A greve na companhia Perseverança atingiu um clima tão extremado que a relação de forças entre grevistas e patronato se tornou irreconciliável. Ao contrário dos outros estabelecimentos que acabaram por aceitar prescindir dos serões, José Colares Júnior estava intransigente mesmo com um prejuízo de 24 000\$000 réis para a companhia, e teria chegado a dar ordens para «fechar a sua fábrica»¹⁰⁶⁹. A 24 de outubro de 1872 era divulgado nos jornais que o responsável do estabelecimento Perseverança ia «tentar

¹⁰⁶⁵ Citado em *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, N.º 25, p. 2.

¹⁰⁶⁶ *O Diário Popular*, 1 de fevereiro de 1873, 8º Ano, N.º 2241, p. 3.

¹⁰⁶⁷ *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 25, p. 2.

¹⁰⁶⁸ *O Diário Popular*, 12 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2165, p. 2.

¹⁰⁶⁹ GOODOLPHIM, Costa. *A Associação...*, p. 178.

restabelecer a oficina de fundição com aprendizes e operários estranhos à associação Fraternidade Operária»¹⁰⁷⁰. Anteriormente, a 17 de setembro, Nobre França tinha anunciado a Engels que o movimento operário português estava em ««vésperas de uma crise gravíssima»¹⁰⁷¹, e informa que José Colares continuava a insistir no trabalho noturno até às 21h e ameaçava reduzir o pessoal da fábrica. O resultado foi centenas de operários grevistas, entre eles muitos associados da *Fraternidade Operária*, que acabaram por não regressar ao trabalho na Perseverança. Perante este desfecho foi decidido, na reunião a 5 de novembro de 1872 da *Fraternidade Operária*, «associar todos os ofícios que trabalham em ferro para se constituir uma fábrica de fundição, obtendo-se o capital por meio de ações subscritas pela classe operária»¹⁰⁷², situada na Rocha do Conde de Óbidos¹⁰⁷³. Os grevistas pretendiam ser eles próprios a dirigir a laboração da fundição do ferro. Este anúncio de uma fábrica social é enaltecido pela comunicação operária como uma importante experiência coletiva em Portugal, ficando previsto que aos domingos a fábrica devia contar com o contributo de diversos trabalhadores para ajudar na «montagem, cooperando também assim com os corajosos grevistas»¹⁰⁷⁴. À luz dos socialistas, a iniciativa dos grevistas resultava no descontentamento do patronato, e assim, pretendia criar «obstáculos à montagem da fábrica social, enfraquec[endo] a Associação, esgotando os seus recursos»¹⁰⁷⁵. Este acontecimento faz eco pela imprensa, fazendo o correspondente em Lisboa do jornal *Correio do Brasil* questionar a origem dos fundos para a edificação do estabelecimento, afirmando que este passo fazia com que muita gente estivesse «desconfiada [que] tudo isto é influência de agentes da Internacional»¹⁰⁷⁶. Estas dúvidas relacionadas com os fundos adquiridos pelos trabalhadores tinham sido já desenvolvidas devido à manutenção dos salários dos grevistas, havendo teses que acreditavam que o cofre possa «conter fundos com que faça face a estas despesas, que não devem ser pequenas e daqui provém a ideia de que o dinheiro vem de fora para manter esta agitação»¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷⁰ *Jornal do Comércio. Boletim de notícias da Europa*, 24 de outubro de 1872, suplemento ao N.º 296, p. 2.

¹⁰⁷¹ Carta de Nobre França, 17 de setembro de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, *Instituto de história Social* (Holanda), p. 32

¹⁰⁷² *O Diário Popular*, 6 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2159, p. 2.

¹⁰⁷³ *O Pensamento Social*, 2 de fevereiro de 1873, 2º Ano N.º 42, p. 4.

¹⁰⁷⁴ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 36, p. 2.

¹⁰⁷⁵ *O Pensamento Social*, 8 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 34, p. 1.

¹⁰⁷⁶ *Correio do Brasil...*, 22 de novembro de 1872, Ano I, N.º 373, p. 2.

¹⁰⁷⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de outubro de 1872, Ano 55, N.º 291, p. 2.

Sobre estas dúvidas levantadas na esfera pública sobre um eventual apoio financeiro da *Internacional* não é possível verificar provas na documentação consultada. Mas, não deixa de ser interessante constatar que a *Fraternidade Operária* tentou adquirir ajuda internacional para o projeto da Fábrica Social. Em janeiro de 1873 José Fontana entra em contacto com Engels no sentido de solicitar informação técnica sobre uma máquina de fresar e um torno encomenda em Inglaterra, pedindo «um homem hábil, um engenheiro ou bom operário, em Leeds»¹⁰⁷⁸ para observar as duas máquinas. Conta José Fontana que esta fábrica tinha sido formada pela necessidade de dar resposta a cerca de 80 trabalhadores que ficaram sem trabalho durante a greve em Lisboa.

De facto, este movimento grevista faz desencadear vários contactos entre Lisboa e Londres, principalmente entre a secção federal portuguesa e o Conselho Geral da *Internacional*. Este contacto tinha como objetivo estabelecer uma vaga de solidariedade com a greve dos trabalhadores portugueses e, para isso, os internacionalistas escreveram a Engels a dar conta da situação grevista e os motivos da greve, uma carta que chegou a ser publicada, a 5 de outubro de 1872, no jornal *The International Herald*. A carta pretendia que o conselho federal britânico tomasse «medidas urgentes para impedir a importação de strikebreakers [fura greves] da Grã-Bretanha»¹⁰⁷⁹, ou seja, o movimento operário português tinha receio que viessem trabalhadores do Reino Unido para realizar o trabalho dos grevistas. Perante isto, Engels entrou em contacto com o conselho federal britânico a 26 de setembro, todavia, o movimento operário e socialista britânico estava mergulhado num conflito interno e o contacto acabou por não produzir efeitos. No primeiro dia de outubro Engels escrevia ao socialista suíço exiliado em Londres, Hermann Jung, que integrava a *Internacional* e o conselho federal britânico, no sentido de solicitar o contacto dos secretários de associações relacionadas com o sector naval, pois «queria falar com eles sobre assuntos de uma greve em Portugal»¹⁰⁸⁰. Na carta de Engels eram apresentadas queixas sobre o conselho federal britânico, pois tinha já entrado em contacto com essa associação, «mas não sabia se eles tinham dado resposta aos seus pedidos, e por isso agia por conta própria»¹⁰⁸¹. Mais tarde, Engels tentava de

¹⁰⁷⁸ Carta de José Fontana para Engels, 24 de janeiro de 1873, *Karl Marx/ Friedrich Engels Papers*, 1704, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 18.

¹⁰⁷⁹ AAVV. *Marx & Engels Collected Works, Volume 23, 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 690.

¹⁰⁸⁰ AAVV. “Engels to Hermann Jung in London, 1 October 1872”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44 Letters 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 434.

¹⁰⁸¹ AAVV. “Engels to Hermann Jung in London, 1 October 1872”..., p. 434.

novo uma comunicação com o conselho federal britânico sobre a greve em Lisboa. A 16 de outubro reforçava a necessidade por parte do conselho de tomar uma posição neste assunto, lamentando na carta o facto do documento dos trabalhadores portugueses ter sido já publicado no jornal *The International Herald*, mas não tinha qualquer conhecimento sobre «os passos tomados pelo conselho federal nesta temática»¹⁰⁸². Reafirmava a necessidade de o Conselho britânico fornecer informações sobre a situação e, assim, já poderia dirigir informações para o correspondente de Lisboa. Ao que parece o conselho federal britânico pretendia contactar diretamente com o conselho federal português e não através de Engels. Neste aspeto Engels escrevia a Friedrich Lessner¹⁰⁸³ apresentando queixas sobre o dirigente do conselho federal britânico, John Hales¹⁰⁸⁴, que à sua luz apenas pretendia discutir formalidades e personalidades: «só mostra que ele não quer fazer o trabalho, apenas desperdiçar o tempo do conselho federal e sacrificar os interesses dos trabalhadores portugueses com intrigas pessoais»¹⁰⁸⁵. O conselho federal inglês chega a escrever para Espanha dando conta que tinha sido contactado por Engels sobre a situação portuguesa, mas este tinha recusado ceder um contacto em Portugal, confirmando que os «trabalhadores recusavam realizar trabalhos»¹⁰⁸⁶. Porém, em Espanha é publicada a notícia sobre a greve dos fundidores em Lisboa, sendo alertado para o espaço público que nenhum trabalhador espanhol devia quebrar o «pacto de solidariedade [...] e ocupar o lugar dos grevistas»¹⁰⁸⁷.

As relações e os canais de comunicação entre Portugal e os dirigentes internacionais não ficaram confinados somente a Inglaterra. José Fontana, que enquanto dirigente da *Fraternidade Operária* empenhou muito do seu trabalho nestas greves, redigiu uma carta a 1 de outubro de 1872 ao mundo operário espanhol. A carta é publicada no *La Emancipacion* de 13 de outubro de 1872, e alerta para a necessidade de

¹⁰⁸² AAVV. “Frederick Engels to the British Council, International Working Men’s Association [Concerning Portuguese Strikes]”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23, 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 285.

¹⁰⁸³ 1825-1910, figura conhecida no movimento operário alemão e internacional, foi membro do conselho federal da AIT Britânica e participou em vários congressos da AIT. É dado como próximo do sector marxista.

¹⁰⁸⁴ 1839-1882, figura histórica das *trade union*, membro do Conselho Geral da AIT e secretário da seção Britânica. Delegado em vários congressos da AIT, é tido nesse período como um destacado dirigente adepto do reformismo em Inglaterra.

¹⁰⁸⁵ AAVV. “Engels to Friedrich Lessner in London, 16 October 1872”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 44, 1870-73*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 440.

¹⁰⁸⁶ SERRANO, Carlos Seco e MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares del III Consejo Federal de la Región Española*, volume II. Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1972, p. 282.

¹⁰⁸⁷ *La Federacion...*, 5 de outubro de 1872, Ano IV, N.º 164, p. 3.

ser demonstrada solidariedade com os fundidores de Lisboa em greve. José Fontana elenca alguns motivos da greve, frisando que a *Fraternidade Operária* era uma associação de resistência com 6 000 associados e que tinha estado representada por um delegado no último congresso da *Internacional* em Haia. No final do texto é realizado um «apelo à solidariedade de todos os trabalhadores de todo o mundo»¹⁰⁸⁸ para não aceitarem substituírem os grevistas portugueses. A greve dos fundidores de ferro chega a ser noticiada na Alemanha, nomeadamente, no histórico periódico *Der Volksstaat*. Neste jornal é afirmado que a greve no sector do ferro persistia, «o que testemunha não só a grande persistência por parte dos capitalistas, mas também a energia e a coesão dos trabalhadores»¹⁰⁸⁹. Ao passo que em Espanha os dirigentes da *Internacional* comunicavam internamente que o conselho de Lisboa tinha escrito para dar conta da greve dos fundidores e por isso alertavam para que nenhum «companheiro falt[asse] e ao pacto de solidariedade»¹⁰⁹⁰ com os trabalhadores portugueses. No congresso socialista de 1877 a secção dos fundidores apresentava um relatório onde frisava que a secção estava integrada na *Fraternidade Operária* onde «chegou a contar [com] 121 associados»¹⁰⁹¹, lembrando que em 1875 alguns industriais tentaram, sem sucesso, restabelecer de novo os serões.

6.2 Greve no sector dos tabacos

No sector dos tabacos são dinamizadas robustas práticas grevistas, nomeadamente, na cidade do Porto. Neste período a região do Porto e o seu movimento operário tentava acompanhar os desenvolvimentos realizados em Lisboa, particularmente, na formação de associações semelhantes à *Fraternidade Operária*. O descontentamento e a mobilização crescente no sector dos tabacos terão sido encarados como uma hipótese para a penetração da *Fraternidade Operária* no Porto.

Em fevereiro de 1873 os trabalhadores da fábrica Boa Fé convocaram os colegas de outras fábricas para esclarecerem que iam requerer um aumento salarial igual ao praticado na fábrica do Porto da companhia de Xabregas. O proprietário terá cedido às exigências dos operários, mas sob a condição de as outras fábricas fazerem o mesmo.

¹⁰⁸⁸ *La Emancipacion...*, 13 de outubro de 1872, Ano II, N.º 69, p. 4.

¹⁰⁸⁹ *Der Volksstaat*, 19 de fevereiro de 1873, N.º 15, p. 2.

¹⁰⁹⁰ SERRANO, Carlos Seco. *Actas de los consejos y comisión federal de la región española (1870-1874)*, Volume I. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1969, p. 263.

¹⁰⁹¹ AAVV. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portuga*. Lisboa: 1877. Fotocopiado no fundo Alberto Pedroso, Pasta 09763.005, p. 9. *Fundação Mário Soares*.

Deste modo, os trabalhadores dos tabacos solicitaram um aumento salarial, uma proposta que não foi atendido por alguns patrões e, assim, os operários decidiram declarar a greve. Perante esta greve, *o Pensamento Social* afirma que os patrões das fábricas decidiram «concertar meios de defesa, resolvendo que, efetuado o ataque numa fábrica, cada uma das outras daria um contingente de homens para substituírem os grevistas»¹⁰⁹². É com esta envolvência extremada no Porto que são enviados para essa cidade dois delegados da *Fraternidade Operária*, que tinham sido «chamados a uma conferência com alguns proprietários das fábricas de tabaco, para tratarem da greve»¹⁰⁹³. A presença de elementos da *Fraternidade Operária* no Porto faz acontecer alguma repressão, com a informação da detenção de três elementos militantes, acusados de trabalhar para «que alguns operários da fábrica de tabacos Portuense abandonassem o trabalho»¹⁰⁹⁴. A estadia destes delegados é relatada pelos próprios numa assembleia da *Fraternidade*, deixando categoricamente a ideia de que no Porto foram recebidos com violência por parte das autoridades e alguns acabaram por ser detidos, deixando o relato sobre o comportamento do comissário da polícia que ordenar aos seus subordinados: «prendam-me esses patifes»¹⁰⁹⁵. Neste confronto um associado da *Fraternidade* terá conseguido pôr-se em fuga provocando uma perseguição policial, e a imprensa operária relata que um dos agentes terá gritado: «agarra que é grevista»¹⁰⁹⁶. De facto, a presença da *Fraternidade* no Porto, ao contrário de Lisboa, é marcada pelo confronto e acusações, sendo possível concluir que em ambas as cidades o movimento operário e socialista é tratado pelos poderes políticos de forma distinta.

Durante a paralisação do trabalho na fábrica de tabaco no Porto, em março de 1873, a *Fraternidade Operária* acusava a polícia de compactuar e servir os interesses dos proprietários, relata para o espaço público o papel das autoridades, acusando a polícia de procurar operários para substituir os operários em greve. O sector operário chega mesmo a noticiar que os agentes de autoridade estiveram nas «aldeias próximas do Porto, e arrancar[am um] bom número de crianças às famílias»¹⁰⁹⁷ que deviam ocupar o lugar dos grevistas e, deste modo, colocar a fábrica a produzir. Esta acusação

¹⁰⁹² *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1.

¹⁰⁹³ *O Pensamento Social*, 16 de março de 1873, 2º Ano, N.º 48, p. 2.

¹⁰⁹⁴ *Diário Ilustrado*, 5 de março de 1873, Segundo Ano, N.º 238, p. 3.

¹⁰⁹⁵ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873, 2º Ano, N.º 49, p. 1.

¹⁰⁹⁶ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873..., p. 1.

¹⁰⁹⁷ *O Pensamento Social*, 02 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1.

de sequestro de menores promovida pela polícia foi levada pelos dirigentes socialistas ao Governador Civil do Porto.

Mais tarde, estes associados vão relatar a sua experiência na assembleia da *Fraternidade*, acusando as forças de autoridades de violência. E, em setembro de 1873, acabam por estar envolvidos num segundo processo relacionado com a greve dos tabacos no Porto. Na capital são detidos, «acusados de terem ido ao Porto incitar os operários das fábricas de tabaco contra os seus proprietários, e de fazerem elevar os salários»¹⁰⁹⁸, um processo que, segundo os próprios socialistas, era promovido pelo poder político que pretendia perseguir o mundo operário. No Porto são detidos Silva Lisboa e Miguel Mendes, militantes da *Fraternidade Operária*, por terem participado na organização da greve no sector dos tabacos na cidade do Porto¹⁰⁹⁹. O jovem socialista Silva Lisboa é absolvido no processo, mas passou a ser «vigiado constantemente pela polícia»¹¹⁰⁰

O início da greve dos manipuladores de tabaco do Porto contou com «todas as outras classes da Fraternidade do Porto [que] se empenhavam também na sustentação da greve»¹¹⁰¹. Os trabalhadores da fábrica de tabaco Portuense Boa Fé e a Lealdade decidiram realizar uma greve, reivindicando um aumento no ordenado, num encontro que tinha ocorrido «na casa da Fraternidade Operária»¹¹⁰². É também noticiada a distribuição de uma quantia de dinheiro aos grevistas, um «resultado de uma subscrição aberta nas confederações de todas as artes e filiadas na mesma associação»¹¹⁰³. De facto, *O Pensamento Social* afirma que a greve estava ativa através do «produto das quotas extraordinárias dos companheiros do Porto»¹¹⁰⁴ satisfazendo a primeira semana de greve. Todavia, em alguns jornais começa a circular a informação de que a greve nos tabacos da cidade do Porto estava a perder força, com alguns grevistas a solicitar ao patronato a reintegração na fábrica, apresentando a justificação de que «tinham sido iludidos por diferentes colegas, especialmente os de Lisboa, e que [...] não tinham voltado ao trabalho [...] porque eram ameaçados pelos promotores da greve»¹¹⁰⁵.

¹⁰⁹⁸ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 53, p. 2.

¹⁰⁹⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães. *O operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto...*, p. 23.

¹¹⁰⁰ *Galeria Republicana*, setembro de 1882, 1º Ano, N.º 18, p. 2.

¹¹⁰¹ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1.

¹¹⁰² *Diário Ilustrado*, 16 de fevereiro de 1873, Segundo Ano, N.º 224, p. 1.

¹¹⁰³ *Diário Ilustrado*, 1 de março de 1873, Segundo Ano, N.º 235, p. 1.

¹¹⁰⁴ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1-2.

¹¹⁰⁵ *Diário Ilustrado*, 7 de março de 1873, Segundo Ano, N.º 240, p. 1.

A 6 de março é noticiado que muitos dos que se tinham «declarado em parede»¹¹⁰⁶ sem meios de sobrevivência tinham solicitado o regresso ao trabalho. Por outro lado, surgem notícias de trabalhadoras a afirmarem terem sido ameaçadas e intimidadas a participar na paralisação por certos indivíduos «em nome da Associação Fraternidade Operária»¹¹⁰⁷ e com a promessa de ajuda financeira.

A existência de uma forte suspeição no espaço público de ocorrências de pressões e confrontos entre os trabalhadores, provocava dúvidas no parlamento. O Conde de Rio Maior, uma das vozes mais ativas contra o movimento operário, questionava o governo sobre a existência de um «livro negro»¹¹⁰⁸ na *Fraternidade Operária* onde estavam inseridos os nomes de «traidores ou suspeitos [...] que abandona[vam] a associação, exercendo-se por esse modo pressão sobre os associados, e intimidando-os»¹¹⁰⁹.

Na fábrica de tabacos Luso-Britânica os jornais divulgavam a notícia que todos os trabalhadores estavam «filiado[s] na associação Fraternidade Operária»¹¹¹⁰, sendo debatido por eles na sede da associação o início de uma eventual greve. Este evento é seguido com grande interesse na imprensa, com o *Diário Ilustrado* a sossegar os leitores que o seu «informador promete[u] dar-nos notícias do que ali se passar»¹¹¹¹. E de facto tal sucederá. É neste jornal que temos a informação mais detalhada das reivindicações destes trabalhadores. No total entraram em greve 139 operários e entregaram um caderno reivindicativo ao proprietário da fábrica. Neste caderno estavam cinco pontos relacionados com a laboração e o os salários praticados no estabelecimento, entre os quais alguns que merecem um especial destaque. Era reivindicado «pagar às companheiras por igual preço»¹¹¹², ou seja, a exigência sobre a igualdade no pagamento entre homens e mulheres. Havia a proposta de criação de uma comissão permanente para tratar diretamente dos assuntos relacionados com o trabalho, ou seja, um canal de negociação entre trabalhadores e patrões. Por fim, era exigida a reentrada na fábrica de «todos os que saíram, e saírem todos os que ficaram»¹¹¹³, isto é, reintegrar todos os grevistas e despedir todos os que não aderiram à greve ou que tinham sido contratados durante a mesma. Perante isto, em fevereiro de 1873 o Conde de Rio Maior pergunta ao

¹¹⁰⁶ *O Paiz. Jornal do Partido Progressista*, 6 de março de 1873, N.º 52, p. 2.

¹¹⁰⁷ *Diário Ilustrado*, 7 de março de 1873, Segundo Ano, I N.º 240, p. 1.

¹¹⁰⁸ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, p. 53.

¹¹⁰⁹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, p. 53.

¹¹¹⁰ *Diário Ilustrado*, 26 de janeiro de 1873, Segundo Ano, N.º 206, p. 3.

¹¹¹¹ *Diário Ilustrado*, 26 de janeiro de 1873..., p. 3.

¹¹¹² *Diário Ilustrado*, 28 de janeiro de 1873, Segundo Ano, N.º 207, p. 3.

¹¹¹³ *Diário Ilustrado*, 28 de janeiro de 1873..., p. 3.

governo se é verdade a informação que em algumas «greves os membros da Fraternidade Operária declaram que saíam das oficinas se o trabalho não fosse distribuído a quem e como eles entendiam?»¹¹¹⁴. Efetivamente, as greves e o papel da *Fraternidade Operária* no Porto vão ter um destaque na imprensa e nos debates parlamentares. Com o surto grevista, a associação de resistência acaba por ver as suas reuniões proibidas no Porto. Os dirigentes desta associação em Lisboa acabam por ter conhecimento da proibição da atividade no Porto, embora desconhecessem se a ordem tinha sido dada pelo governo ou pelo governador civil do Porto. No entanto, referiam a legalidade da sua atividade no Porto, inclusive, é presença do governador civil nas suas sessões. O jornal descreve que esta presença servia para deixar avisos em tom de ameaças à mesa da associação «por não estarem aprovados os seus estatutos»¹¹¹⁵. O deputado Rodrigues de Freitas anunciava ao governo que tinha o conhecimento da proibição das reuniões da *Fraternidade Operária* no Porto por ordem do governador civil dessa cidade. Uma informação confirmada no jornal *Comércio do Porto*. Neste aspeto, o deputado lembra que em Lisboa funcionavam reuniões de associações idênticas e sem os estatutos aprovados, esta realidade nunca tinha originado qualquer ordem para proibir os encontros, o que não significava que não houvesse a vigilância para garantir a manutenção da ordem¹¹¹⁶. Este deputado alertava para o facto de decorrer no Porto uma greve, «que representa a luta entre os operários e os donos da fábrica de tabaco»¹¹¹⁷ e, na sua opinião, era conveniente a autoridade não intervir e não proibir as reuniões. Perante isto Rodrigues Sampaio, enquanto ministro do Reino, responde que o «governo não tem conhecimento oficial da suspensão das sessões da Fraternidade Operária no Porto; sabe do facto extraoficialmente»¹¹¹⁸ afirmando ao deputado que ia de imediato pedir esclarecimento sobre a situação ao governador civil do Porto. O governo lembrava que era contrário a uma «guerra entre o trabalho e o capital, quer, pelo contrário, a cooperação de ambos, e a ruína de um há de ser a ruína do outro. É neste sentido que o governo tem procedido»¹¹¹⁹. No dia seguinte Rodrigues Sampaio dá conta ao parlamento da resposta do governador civil do Porto, afirmando

¹¹¹⁴ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, p. 53.

¹¹¹⁵ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1.

¹¹¹⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873, N.º 31, p. 432.

¹¹¹⁷ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873..., p. 432.

¹¹¹⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873..., p. 432.

¹¹¹⁹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 20 de fevereiro de 1873..., p. 433.

que a «notícia que correu foi inexata»¹¹²⁰, os operários continuavam a ter direito de reunião no Porto, embora o governador civil tivesse dito «que não podia reconhecê-los como membros de uma associação, sem que esta estivesse legalmente constituída»¹¹²¹. Ou seja, o governador civil entendia que as reuniões da *Fraternidade Operária* eram ilegais e os seus associados não podiam realizar aquelas reuniões enquanto membros daquela associação, mas sim enquanto cidadãos. Relembrar que o decreto de 15 de junho de 1870 autorizava as reuniões públicas, mas sob a obrigatoriedade de comunicação prévia às autoridades.

O deputado Rodrigues de Freitas faz uma caricatura do resultado desta proibição, estranhando o momento escolhido pelo governador civil do Porto para proibir as reuniões da *Fraternidade Operária*, pois estava a decorrer na cidade «uma luta dos operários de várias fábricas de tabaco com os donos»¹¹²². Neste aspeto o deputado frisa a importância de resolver tranquilamente os acontecimentos no Porto, focando que no ano anterior os donos da fábrica tinham realizado uma greve no sentido de aumentar o preço dos seus produtos e que perante isso a autoridade acabou por não intervir, com esta lógica o deputado pretendia lembrar a todos os presentes que «sendo as greves proibidas em Portugal pelo código penal, tanto o são as dos operários, como as dos donos de fábricas»¹¹²³. O debate merece alguma atenção na imprensa, com a informação que o ministro do Reino afirmava que o governo «está deliberado a consentir estas reuniões uma vez que não saiam do campo da legalidade»¹¹²⁴. Esta discussão no parlamento não é esquecida pelos dirigentes socialistas da *Fraternidade Operária*. Destacando o debate e a postura tolerante do governo no seu jornal, no entanto, ressaltavam que só eram «tolerados enquanto conservassem a ordem [...] e na condição de não falar[em] em certas coisas proibidas aos operários»¹¹²⁵, como era o exemplo da religião, da política e das instituições vigentes. Claramente, o antigo dirigente do movimento operário e antigo presidente do *Centro Promotor*, Rodrigues Sampaio, continuava a merecer a crítica do importante sector socialista que emergiu do *Centro Promotor* e mobilizava de uma forma radical o mundo operário.

¹¹²⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873, N.º 32, p. 441.

¹¹²¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873..., p. 441.

¹¹²² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873..., p. 442.

¹¹²³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873..., p. 442.

¹¹²⁴ *Diário Ilustrado*, 22 de fevereiro de 1873, Segundo Ano, N.º 229, p. 2.

¹¹²⁵ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 1.

Tal como sucedera em Lisboa, no Porto os trabalhadores em greve que ficam sem trabalho acabam por encetar a criação de uma fábrica social. Uma atitude dinamizada pela *Fraternidade Operária* e que tinha como fim dar emprego aos trabalhadores do tabaco no Porto. O nome do estabelecimento era Fábrica Social dos Manipuladores de Tabaco e era gerenciada por uma comissão de três membros que tinham a responsabilidade de orientar a vida interna na fábrica e representar oficialmente a sociedade. Esta comissão era eleita numa assembleia geral de trabalhadores, que também era a responsável por eleger a comissão de fiscalização composta por cinco trabalhadores que devia controlar o trabalho da fábrica e a sua gestão. Era uma sociedade representada unicamente pelos trabalhadores da própria fábrica, com os dividendos da produção a serem distribuídos pelos próprios, mas também uma parte para os cofres da *Fraternidade Operária* e para a criação de outras fábricas ou oficinas sociais. Ficava estabelecido que todo o trabalhador que entrava para as fileiras da fábrica era obrigado a comprar uma cédula e «enquanto o capital não estiver amortizado, não [podiam] entrar para a oficina sem ser sócio da *Fraternidade Operária*»¹¹²⁶. Esta experiência coletiva de trabalhadores é retratada por alguns como um «pronunciamento comunista»¹¹²⁷, sendo encarada como um perigo para a indústria privada.

Em Lisboa o sector dos tabacos, nomeadamente em Xabregas, entra numa vaga grevista em finais de 1872, com os proprietários do estabelecimento a solicitarem a intervenção das forças de autoridade e, desse modo, o «comissário geral da polícia mandou algumas praças, e o sr. Barão do Zezere uma força do guarda municipal»¹¹²⁸ para acalmar o conflito. Já no início de janeiro o jornal do *Partido Progressista* escrevia que tinha lido no *Pensamento Social* uma notícia que dava conta que a *Fraternidade Operária* tinha dirigido aos proprietários da indústria de tabaco um pedido de aumento para os salários dos trabalhadores desse sector. O jornal afirmava que nas assembleias da *Fraternidade* os associados iam ao «salão da Laboriosa, para se tratar de assuntos relativos à parede dos manipuladores de tabaco»¹¹²⁹. O termo *parede* ainda é muito usado nesta época, visível um pouco por toda a imprensa e é uma palavra associada à prática grevista. O jornal ainda afirmava que o pedido dos trabalhadores estava

¹¹²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1873, Ano 86, N.º 49, p. 3.

¹¹²⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1873..., p. 3.

¹¹²⁸ *Diário Ilustrado*, 17 de janeiro de 1873, Segundo Ano, N.º 198, p. 1.

¹¹²⁹ O Paiz..., 2 de março de 1873, N.º 49, p. 2.

«redigido com uma cordura e cortesia»¹¹³⁰, o que é desejado nas relações entre trabalhadores e patrões. O jornal afirma não se querer intrometer entre as relações laborais, mas lembrava a todos os industriais que a melhor maneira de «debelar os perigos, que sobre eles e a sociedade traz impendentes à questão social»¹¹³¹ era concretizar medidas justas e generosas o quanto possível para com os trabalhadores.

Em janeiro de 1873 o *Pensamento Social* retrava o tratamento dado às operárias e operários das fábricas de tabaco, falando na proibição de sair das fábricas senão às horas determinadas pelas chefias e as revistas a que estavam sujeitos. Perante isto, o jornal publicava uma representação dos manipuladores de tabaco aos donos das fábricas de Lisboa e Porto, onde se reivindicam aumentos salariais e melhorias nas condições de salubridade no trabalho¹¹³².

Na Alemanha é relatado que em Portugal a indústria cigarreira estava em greve, destacando a existência de «1 000 operários da indústria cigarreira da fábrica [de] Xabregas em Lisboa [...] corajosamente apoiados pelos operários da indústria cigarreira das restantes fábricas de Lisboa e das outras cidades»¹¹³³. Uma informação divulgada pelos canais de comunicação da *Internacional*. Contudo, esta vaga grevista acaba por coincidir cronologicamente com o início da decadência do movimento grevista que, por seu turno, está ligada a decadência do próprio movimento operário.

6.3 Greve nos caminhos de ferro

No início de fevereiro de 1873 a Companhia Real dos caminhos de ferro portugueses publicava anúncios nos jornais no sentido de alertar o público para as perturbações no funcionamento dos comboios por motivos extraordinários. Em causa estava a greve declarada pelos maquinistas e fogueiros de Lisboa e do Norte em finais de janeiro. Os jornais davam conta que diversos comboios não tinham partido, causando perturbações na circulação na via férrea. A greve é promovida por motivos relacionados com a não aceitação das reivindicações dos trabalhadores e a não readmissão de três trabalhadores que tinham sido despedidos. De acordo com o *Pensamento Social*, estes trabalhadores tinham sido afastados da empresa por motivos políticos, visto serem associados da *Fraternidade Operária*. No sentido oposto, o *Diário Ilustrado* defendia a

¹¹³⁰ *O Paiz...*, 9 de janeiro de 1873, N.º 7, p. 3.

¹¹³¹ *O Paiz...*, 9 de janeiro de 1873, N.º 7, p. 3.

¹¹³² *O Pensamento Social*, 5 de janeiro de 1873, 1º Ano, N.º 38, p. 1.

¹¹³³ *Der Volksstaat*, 19 de fevereiro de 1873, N.º 15, p. 2.

resolução das chefias do estabelecimento e informava os leitores que o despedimento tinha ocorrido em resultado das faltas repetidas, salientando que em Portugal «continuam os servos a quererem mandar mais do que os donos da casa!»¹¹³⁴. Este artigo desencadeia uma resposta por parte do *Pensamento Social*, acusando o *Diário Ilustrado* de defender a sociedade burguesa e a ordem normativa, e recorria à linguagem usada para defender que a resistência do servo perante o patrão era mais que legítima.

O *Pensamento Social* dava conta que 200 trabalhadores dos caminhos de ferro estavam em greve, um número confirmado pela *A Nação*, salientando que 27 eram maquinistas. A greve tinha sido iniciada no dia 30 de janeiro, nomeadamente nas estações de Lisboa, Entroncamento, Porto e os trabalhadores, entre eles maquinistas, fogueiros e empregados da tração de linhas, da região norte e leste. A comunicação social dá conta que os maquinistas estrangeiros tinham recusado aderir à greve e o primeiro comboio tinha partido como previsto às 07h da manhã, mas o maquinista demonstrou receio e recusava passar do Entroncamento. Nesta região estava estacionada já há alguns dias «uma força de infantaria»¹¹³⁵ que tinha sido reforçada com mais 100 soldados. Perante a paralisação dos comboios a companhia dos caminhos de ferro solicitava a intervenção do governo e a requisição da força municipal para pressionar os trabalhadores. Os pedidos são atendidos e as forças da ordem são enviadas para Santa Apolónia e Entroncamento. Além disto, surgem notícias que os comboios circulavam sob escolta militar.

De todas as greves realizadas, a dos caminhos de ferro será encarada por vários jornais como a mais grave, pois detinha um enorme impacto no país. O *Diário Ilustrado* faz um ataque feroz à greve nos caminhos de ferro, afirmando a importância do comboio para a estratégia comercial do país e a mobilidade do exército no território. Neste aspeto a *Fraternidade Operária* acusava o governo de estar ao lado da companhia, mostrando uma postura contra os trabalhadores, ordenando «que do arsenal da marinha saíssem quatro maquinistas de lancha»¹¹³⁶ para combater a falta de trabalhadores. A *Nação* confirma esta teoria, escrevendo que o governo tinha autorizado a alteração dos horários e até suprimido comboios, exceto com transporte de correio, e «prometeu todo o apoio à companhia»¹¹³⁷.

¹¹³⁴ *Diário Ilustrado*, 31 de janeiro 1873, Segundo Ano, N.º 210, p. 2.

¹¹³⁵ *O Diário Popular*, 31 de janeiro de 1873, 8º Ano, N.º 2240, p. 1.

¹¹³⁶ *O Pensamento Social*, 2 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 42, p. 1.

¹¹³⁷ *A Nação...*, 1 de fevereiro de 1873, Ano XXVI, N.º. 8372, p. 3.

Houve de facto uma mobilização para tentar encontrar maquinistas e operários de diversos pontos para substituir os grevistas e não prejudicar o funcionamento dos comboios. Para evitar a paralisação dos comboios, a companhia tinha um plano inspirado no que sucedia na Prússia, onde eram usados «militares nos trabalhos da linha»¹¹³⁸ e procurar maquinistas do arsenal para substituírem os grevistas.

Embora a greve nos caminhos de ferro seja efémera, acaba por redundar num forte debate na esfera pública, uma discussão extremada pelos debates em torno das greves anteriores. Diversos jornais frisavam a injustiça da greve, um «procedimento injustificável dos operários tão largamente remunerados e protegidos»¹¹³⁹, citando os vencimentos anuais dos grevistas que eram consideravelmente superiores aos ordenados de outros sectores, chegando a escrever que o promotor da greve tinha um ordenado anual de 504\$010 réis e habitação cedida pela companhia, ao passo que um maquinista rondava os 264\$340 réis, fazendo a analogia com um professor que usufruía 87\$700 réis e o bacharel 200\$00 réis. Perante a rebelião nos caminhos de ferro, o jornal alertava o governo para a necessidade de enfrentar a situação e que «o país não pode estar sujeito a sofrer prejuízo por causa das criminosas intenções da associação internacional»¹¹⁴⁰. O *Pensamento Social* não era indiferente a estas acusações, e nas suas páginas defendia a posição dos grevistas, salientando que os seus salários estavam sujeitos a numerosas multas e, desse modo, o seu verdadeiro ordenado era reduzido.

A 31 de janeiro de 1873 o diretor da Companhia anunciava na imprensa o fim da greve e que o serviço estava de novo e totalmente restabelecido. Perante o fracasso da greve nos caminhos de ferro, o *Pensamento Social* apresentava as justificações. Por um lado, afirmava que a greve «fracassou por falta de solidariedade dos nossos companheiros maquinistas»¹¹⁴¹, para depois dar ênfase à fraca experiência existente na organização e nas práticas grevistas. Por outro, recorda a ausência de comunicação entre os grevistas de Lisboa e do Entroncamento. Nesta localidade os grevistas, ao não receberem notícias de Lisboa acabaram por voltar ao trabalho e, desse modo, os outros trabalhadores «julgando inútil a prolongação da resistência, resolveram render-se também»¹¹⁴². Mais tarde, o jornal cita uma notícia publicada em Nova Iorque, no número 18 do *Socialiste*, onde se informa que a greve nos caminhos de ferro tinha

¹¹³⁸ *O Diário Popular*, 31 de janeiro de 1873, 8º Ano, N.º 2240, p. 1.

¹¹³⁹ *Diário Ilustrado*, 1 de fevereiro 1873, Segundo Ano, N.º 211, p. 2.

¹¹⁴⁰ *Diário Ilustrado*, 1 de fevereiro 1873, Segundo Ano, N.º 211, p. 2.

¹¹⁴¹ *O Pensamento Social*, 16 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 44, p. 1.

¹¹⁴² *O Pensamento Social*, 16 de fevereiro de 1873..., p. 1.

terminado pela repressão do governo. Perante esta notícia o jornal frisava que tinha existido alguma repressão e violência perante a greve, mas «a perda da greve foi devida em parte aos defeitos da organização»¹¹⁴³.

O *Diário Popular* de 2 de fevereiro de 1873 anunciou a normalidade na linha ferroviária do Norte e o despedimento de 40 operários das oficinas em Lisboa. No Entroncamento o diretor da Companhia fez questão de recusar as «concessões, [afirmando que] nem trataria com nenhuma associação»¹¹⁴⁴ e dialogou diretamente, e exclusivamente, com os maquinistas. No dia anterior o mesmo jornal dava conta que, dos maquinistas, apenas «um tinha sido despedido, e [...] não será readmitido»¹¹⁴⁵, juntamente com mais quatro trabalhadores (entre fogueiros e operários). Durante a agitação os jornais não deixavam de lembrar que de acordo com regulamento dos caminhos de ferro, os grevistas estavam sujeitos a castigos entre 6 meses e 2 anos de cadeia e o devido processo já estava realizado e entregue no poder judicial.

A greve nos caminhos de ferro portugueses durou poucos dias e ocorre numa altura em que em Espanha estava a ser feita também uma greve nos caminhos de ferro o que levou alguns jornais portugueses a afirmar que a greve «não foi mais do que um pretexto, semelhante a outros muitos que têm paralisado o movimento dos caminhos de ferro em Espanha»¹¹⁴⁶. O movimento grevista deste período era visto na esfera pública como um processo movido por agentes da *Internacional*. O que levava o *Pensamento Social* a afirmar que a *Internacional* não tinha tomado parte na greve dos ferroviários, vaticinando que no dia em que «a maior parte dos trabalhadores dos caminhos de ferro [pertencerem] à Internacional, e organizem uma greve esta triunfará»¹¹⁴⁷. Mas de facto, os internacionalistas portugueses e espanhóis entraram em contacto sobre a greve nos caminhos de ferro, sobretudo para reivindicar solidariedade de classe. Em 8 de fevereiro de 1873 o jornal internacionalista, *La Federacion*, escrevia que tinha recebido um pedido do secretário das secções de resistência de Lisboa, porventura José Fontana, a avisar da greve nos caminhos de ferro em Portugal e a solicitar à comissão federal de Alcoy para que faça de tudo no sentido de evitar que os trabalhadores espanhóis ocupassem o lugar dos grevistas. Na Alemanha o *Der Volksstaat* noticiava uma greve geral entre os trabalhadores ferroviários, falando que a administração não aceitava as

¹¹⁴³ *O Pensamento Social*, 2 de março de 1873, 2º Ano, N.º 46, p. 4.

¹¹⁴⁴ *O Diário Popular*, 2 de fevereiro de 1873, 8º Ano, N.º 2242, p. 1.

¹¹⁴⁵ *O Diário Popular*, 1 de fevereiro de 1873, 8º Ano, N.º 2241, p. 1.

¹¹⁴⁶ *Diário Ilustrado*, 1 de fevereiro 1873, Segundo Ano, N.º 211, p. 2.

¹¹⁴⁷ *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 45, p. 4.

reivindicações dos grevistas e tinha solicitado «ao governo que se recorresse à violência, e em caso de emergência, através de execução militar para obrigar os trabalhadores a trabalhar»¹¹⁴⁸. De todo o período grevista, a implantação da greve nos caminhos de ferro acabou por ser um autêntico fiasco, deixando inclusive uma má memória no discurso socialista. É o caso de Feliciano Soares que em 1892 acusa diretamente José Fontana pelo fracasso da greve dos trabalhadores dos caminhos de ferro:

Parece-nos ainda estar ouvindo as palavras de Fontana, quando nós o incitávamos para que não consentisse na greve do pessoal dos caminhos de ferro, greve que se nos afigurava dos mais desastrosos resultados, pois que, embora em Lisboa existissem 12 000 sócios, só se recebiam, no entanto, 1 200 quotas! Dizia-nos então o honrado socialista: “Eles teimam e eu receio bastante. Da confederação é o que se vê: nada decide, e à meia noite nem todos os delegados inscritos têm falado. Na próxima sessão, eu os farei entrar na ordem”. Na sessão seguinte, porém, Fontana nada disse, receoso de que alguém o acusasse por pretender impor-se à corrente de vaidades que se manifestava na confederação e na comissão administrativa. E preferiu suicidar-se a presenciar a queda do edificio que com tanto sacrificio tinha fundado¹¹⁴⁹.

6.4 A greve nas margens do Tejo

A 1 de novembro de 1872 é relatado na imprensa que o secretário da classe dos fragateiros, ligada à *Fraternidade Operária*, reivindicava melhorias nas condições de trabalho. Neste ofício, assinado por João Fernandes da Conceição, datado de 27 de outubro de 1872, são expostos os pontos reivindicativos dos fragateiros, que ameaçavam com a greve se não fosse cumprido um aumento do ordenado e o pagamento de salários atrasados até 31 de janeiro de 1873. O jornal socialista afirmava que muitas das empresas não ajustavam contas entre os dois até sete anos, havendo uma empresa que ia nos doze anos. A greve dos fragateiros causava danos na travessia do rio Tejo e na descarga de mercadorias em Lisboa, somente os fragateiros da empresa Pinto Basto e de Burnay não aderiram à greve. Alguns jornais afirmam que nesta empresa

¹¹⁴⁸ *Der Volksstaat*, 8 de fevereiro de 1873, N.º 12, p. 2.

¹¹⁴⁹ *AAVV.Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. Do Repórter, 1892, p. 14.

ocorreu o aumento das soldadas (termo recorrente da época para salário). O *Pensamento Social* demonstra uma posição ambígua, num primeiro momento escreve que na Pinto Basto o dono tinha imposto aos trabalhadores a condição «de não se associarem»¹¹⁵⁰ para salvaguardarem o posto de trabalho. No entanto, nos números seguintes relata que a empresa de Pinto Basto era uma das poucas empresas que pagava «regularmente a estes trabalhadores, sendo as suas companhias das melhor[es] remuneradas»¹¹⁵¹ e, portanto, os trabalhadores desta empresa «eram dos que tinham menos razões de queixa»¹¹⁵².

Perante a greve no rio Tejo, os jornais relatam que os vapores de carga estavam a aguardar pelas fragatas para descarregar dois vapores ingleses oriundos de Liverpool, um trabalho que pouco ou nada tinha avançado. Face a este imprevisto, era esperada a chegada de homens oriundos de Alcochete e de Setúbal no sentido de realizarem o trabalho dos grevistas. A situação é narrada pelos jornais como caótica, com o *Diário Popular* a estranhar a falta de prevenção dos donos das fragatas, demonstrando admiração pela situação pois era uma greve falada «há tanto tempo»¹¹⁵³ criticando a tomada de posição dos donos em mandar vir gente que era incapaz de realizar o trabalho.

A greve dos fragateiros faz ainda ecoar pela imprensa a ausência de uma grande doca e condições na alfândega para descarregar as embarcações de grande porte, alertando que o comércio estava deste modo exposto à vontade dos grevistas e aos donos das fragatas e, por isso, solicitava a intervenção do governo. Perante isto, a alfândega e capitania de Lisboa acabam por autorizar o uso de outras embarcações e alguns barcos a atracarem numa das pontes da alfândega, não havendo necessidade de usar as fragatas para o trabalho de descarga como era habitual. Por outro lado, o comissário da polícia tinha abordado dois influentes grevistas alertando que eles eram responsáveis pela manutenção da ordem, pois para a polícia existia o risco de ocorrerem descatos entre os grevistas e «os indivíduos que não est[avam] filiados na Fraternidade»¹¹⁵⁴. Por exemplo, os jornais falavam da chegada de trinta indivíduos de Setúbal e setenta de Ovar para ocupar o lugar dos grevistas, numa greve em que, segundo o *Pensamento Social* tinha um universo de 400 trabalhadores paralisados.

¹¹⁵⁰ *O Pensamento Social*, 3 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 29, p. 4.

¹¹⁵¹ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 30, p. 2.

¹¹⁵² *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 31, p. 3.

¹¹⁵³ *O Diário Popular*, 3 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2157, p. 1.

¹¹⁵⁴ *O Diário Popular*, 4 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2158, p. 1.

Embora a greve dos fragateiros seja associada à ação da *Fraternidade*, os grevistas afirmavam que pretendiam «sustentar a greve sem auxílio da Fraternidade Operária»¹¹⁵⁵. Os jornais não operários escrevem que a resistência dos patrões terá enfraquecido a luta dos trabalhadores, descrevendo que o fim da greve tinha sido motivado pelo receio dos grevistas ficarem sem o seu posto de trabalho ao serem substituídos por outros indivíduos. Face a esta situação diversos trabalhadores chegaram a apresentar a demissão da *Fraternidade Operária* e pediram a sua [re]admissão no trabalho, o que foi aceite, «exceção, porém dos que haviam sido instigadores, os quais terão naturalmente que recorrer à generosidade da Fraternidade Operária»¹¹⁵⁶. Sobre esta greve o *Diário Ilustrado* afirmava que alguns fragateiros grevistas iam ser levados à justiça por «tentaram espancar um seu companheiro que não quis entrar na greve»¹¹⁵⁷. Todas estas afirmações são desmentidas pelo *Pensamento Social*, anunciando nas suas páginas que nenhum associado tinha «deixado de pertencer à Fraternidade Operária»¹¹⁵⁸ e, mesmo quando ausentes, não deixaram de incumbir outros companheiros para a importância do pagamento das quotas.

Na tese do *Pensamento Social* a greve tinha sido finalizada devido às propostas feitas pelos proprietários que, embora não atingissem as reclamações dos grevistas, tinham sido todas alvo de debate na reunião de 7 de novembro e, «depois de acalorada discussão a assembleia julgou aceitáveis»¹¹⁵⁹ devendo ser pagos por inteiro todos os meses e não por partes como era habitual. Pelo menos três proprietários tinham mostrado disponibilidade para aceitar as condições. A 17 de novembro o *Pensamento Social* anunciava o fim da greve dos fragateiros, que decidiram em assembleia «aceitar as propostas dos proprietários, [e] quase todos voltaram aos seus barcos»¹¹⁶⁰ elogiando o papel destes trabalhadores na demonstração da força na associação contra o patronato.

Em outubro a agitação chegava também à doca de Cacilhas, onde a classe dos calafates¹¹⁶¹ solicitava ao dono do estabelecimento a exoneração do encarregado, ameaçando com a greve se o pedido não fosse aceite. Em causa estavam eventuais injustiças na divisão do trabalho e tratamento grosseiros com os operários. O braço de

¹¹⁵⁵ *O Diário Popular*, 6 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2159, p. 1.

¹¹⁵⁶ *Diário Ilustrado*, 11 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 134, p. 535.

¹¹⁵⁷ *Diário Ilustrado*, 13 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 136, p. 543.

¹¹⁵⁸ *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 31, p. 3.

¹¹⁵⁹ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 30, p. 2.

¹¹⁶⁰ *O Pensamento Social*, 17 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 31, p. 2.

¹¹⁶¹ Operário especializado da construção naval.

ferro vai se manter até novembro com o *Pensamento Social* a noticiar a greve dos trabalhadores em resposta a um novo contratado proposto pelo dono do estabelecimento que previa a continuação do trabalho «debaixo da direção do encarregado contra quem há pouco a classe reclamou»¹¹⁶². Perante esta publicação, surge no *Diário Popular* uma resposta ao artigo do órgão oficial da *Fraternidade Operária*. Este artigo é redigido em nome dos calafates do estaleiro que acusam o jornal *O Pensamento Social* de mentir em toda a linha. Nega a existência de um novo contrato, da contração de calafates e da própria greve, afirmando que todos os trabalhadores do estaleiro estão a realizar o trabalho nas condições estabelecidas pela classe. Não deixa de acusar a *Fraternidade Operária* de pretender usar os trabalhadores como meros instrumentos de vingança, rejeitando a ideia de «igualdade absoluta, por [ser] prejudicial à sociedade em geral»¹¹⁶³. O *Pensamento Social* de 10 de novembro não deixava de responder ao desmentido do *Diário Popular*, acusando o autor de se esconder atrás do anonimato e que não pretendia sustentar polémicas sem a apresentação de um nome, reafirmando tudo o que tinha sido escrito sobre os calafates do Sr. Sampaio. Dias antes, o *Pensamento Social* noticiava a expulsão de um sócio da *Fraternidade*, o calafate Fortunato Sousa, «por andar engajando gente para trabalhar na doca do Sr. Sampaio pelas condições exaradas numa escritura que alguns assinaram»¹¹⁶⁴.

7.5 A Indústria Social

A Cooperativa Indústria Social é um resultado direto do movimento grevista, no entanto, não é a primeira vez que os trabalhadores portugueses assumiam a gerência de uma fábrica. Em 1851 o *Eco dos Operários* abordava o caso da fundição do Bicalho no Porto, um estabelecimento também ligado ao ferro onde «os trabalhadores tomaram em suas mãos os destinos da administração da fábrica»¹¹⁶⁵. A geração de socialistas de 1850 anunciou o acontecimento como «um dos factos mais salientes do socialismo que tem aparecido na nossa terra»¹¹⁶⁶, porém, alertava que tinha pouca informação sobre a fábrica. Contudo, a experiência da Cooperativa Indústria Social merece ser destacada, pois além de ser dinamizada pelo movimento socialista vai ter uma longa existência.

¹¹⁶² *O Pensamento Social*, 3 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 29, p. 3.

¹¹⁶³ *O Diário Popular*, 6 de novembro de 1872, 7º Ano, N.º 2159, p. 2.

¹¹⁶⁴ *O Pensamento Social*, 3 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 29, p. 4.

¹¹⁶⁵ LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*..., p. 123.

¹¹⁶⁶ *Eco dos Operários*, 22 de fevereiro de 1851, N.º 40, p. 3.

Para Nobre França, perante o fracasso do movimento grevista e a dispersão dos trabalhadores, foi a experiência da fábrica que permitiu concretizar um certo «movimento de animação»¹¹⁶⁷ do mundo operário em 1873.

A sua matriz de funcionamento enquanto cooperativa é publicada a 20 de novembro de 1872 no *O Pensamento Social*. No ponto três era declarado que nenhum dos signatários do contrato podia ser considerado proprietário da totalidade ou parte da oficina, e não podia também ser considerado responsável por perdas ou danos no estabelecimento, exceto se tivesse uma causalidade direta. Os lucros deviam ser divididos nos primeiros dois anos em três partes iguais direcionados para o desenvolvimento e manutenção da fábrica, outra para um fundo de conservação e a terceira para amortizar, através de sorteio, as respetivas cédulas. No final desses dois anos estava previsto que «uma parte dos lucros reverte[rá]sse em benefício das classes da Fraternidade, ou associações semelhantes»¹¹⁶⁸.

Os estatutos da Indústria Social são aprovados na assembleia geral de 27 de junho de 1873 e acabam autorizados pelo governo e publicados, juntamente com a cópia do contrato, em *Diário de Governo* a 11 de setembro do mesmo ano. Deste modo, ficava legalmente instituído o estabelecimento e no contrato estava previsto que «nenhum dos signatários [do] contrato poderá considerar-se proprietário no todo ou em parte da oficina»¹¹⁶⁹. A referência à *Fraternidade Operária* desaparece e no seu lugar aparecer *associações de operários*. Nos estatutos o fim da sociedade estabelecia a produção de metais para «executar todos os produtos destas artes, segundo os meios, as máquinas e instrumentos»¹¹⁷⁰ disponíveis para a laboração.

Num artigo sobre esta experiência assinado pelas iniciais NF, porventura Nobre França, é afirmado que a fábrica tinha sido erguida com apoio dos trabalhadores e outras individualidades, no entanto, a sua lógica de propriedade devia ser diferente da do mercado. Os subscritores não eram considerados proprietários da fábrica, por outro lado, os próprios trabalhadores também não o eram, «será propriedade social; de todos; de ninguém»¹¹⁷¹.

¹¹⁶⁷ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, Instituto de História Social, p. 40.

¹¹⁶⁸ *O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 35, p. 2.

¹¹⁶⁹ *Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873, N.º 205, p. 1412.

¹¹⁷⁰ *Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873, N.º 205, p. 1412.

¹¹⁷¹ *O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 35, p. 2.

A sociedade proporcionava aos operários os instrumentos do trabalho e o acesso à produção fabril, isto porque a própria sociedade tinha o maior interesse no que ali era produzido. Era esperado que o produto final fizesse funcionar uma espécie de simbiose entre os produtores e os consumidores. Ficava estabelecida no contrato a existência de uma comissão de gerência composta por cinco membros para o primeiro ano e no final deste a comissão de gerência era eleita pelos membros da sociedade reunidos numa assembleia geral. Esta comissão tinha o propósito de representar a fábrica e dirigir os trabalhos e a vida interna em conformidade com os regulamentos. Esta experiência causou certas perspectivas e motivações no mundo operário. Os delegados da classe de pedreiros, ligada à *Fraternidade Operária*, comunicaram que «tinham resolvido prestar gratuitamente o seu trabalho para as obras da nossa fábrica social»¹¹⁷².

A 6 de dezembro de 1872 José Fontana escrevia a Sousa Brandão no sentido de lhe desejar uma rápida recuperação de uma doença e fornecer alguma informação sobre os avanços da fábrica social. Informa que os serralheiros tinham já a escritura e tinham mandado imprimir as devidas cédulas. Tinham ainda adquirido algumas ferramentas, mas alertava para a falta de dinheiro. Fontana ainda informa de uma futura reunião em sua casa, rua do Arco de São Mamede n.º 31, mas lamentava pela doença não permitir a visita de Sousa Brandão para «ouvir os seus preciosos conselhos de experiência em muitos assuntos»¹¹⁷³. Portanto, é interessante verificar que a experiência na fábrica social colocava em harmonia e ligação a nova geração de socialistas com um histórico socialista da geração de 50 de oitocentos. Nobre França afirma, numa carta para Magalhães Lima, que foi da greve dos trabalhadores do sector do ferro que nasceu a cooperativa Indústria Social, «animada por esse [...] amigo dos operários, Sousa Brandão, sendo hoje essa sociedade um dos primeiros estabelecimentos do seu género»¹¹⁷⁴. Em 1873 Nobre França reconhecia o trabalho de José Fontana e Sousa Brandão na edificação da fábrica social a Engels, descrevendo Brandão como um «homem de excelentes intenções, engenheiro, socialista, antigo instituidor de cooperativas e ultimamente de uma caixa de [?] industrial, que empresta a 9%»¹¹⁷⁵. Por

¹¹⁷² *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 36, p. 3.

¹¹⁷³ Carta de José Fontana para Sousa Brandão, 6 de dezembro de 1872. Transcrita em AAVV. Homenagem a José Fontana..., p. 12.

¹¹⁷⁴ Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a parte of a letter published in Lima's Socialismo na Europa, Max Nettlau Papers*, 2867, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 4

¹¹⁷⁵ Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 41.

outro lado, o próprio Sousa Brandão, que será eleito para a gerência da fábrica em 1890, dá um proeminente destaque a José Fontana na concretização deste projeto, sendo encarado como o «primeiro exemplo [...] da propriedade coletiva»¹¹⁷⁶.

De acordo com o *Inquérito Industrial de 1881* a Indústria Social tinha sido edificada com um empréstimo de Sousa Brandão (1:000\$000 réis) e em 1878, quando foi necessário a mudar a fábrica para as novas instalações o engenheiro militar voltou a contribuir financeiramente¹¹⁷⁷. O próprio socialista escreve um artigo na imprensa sobre a cooperativa, onde salienta que os associados pediram um empréstimo de 20 000\$000 réis para o terreno, um valor emitido pelo «Banco do Povo [que ficou] com o maior número ou um capital superior a 10 000\$000 réis»¹¹⁷⁸.

Em 1876 o período grevista ainda ecoava na imprensa, com os socialistas a relembrem as conquistas dos trabalhadores que exigiam não trabalhar à noite. É somente nesse ano, quatro anos após as greves, que finalmente a fábrica do José Colares abolia os serões na sua fábrica. Esta medida tinha sido tomada pelo facto de os trabalhadores preferirem trabalhar na Cooperativa Industrial Social e, sobretudo, numa nova fábrica de fundição do Sr. Burnay que seguia o exemplo de não estabelecer serões no seu estabelecimento. O jornal *o Protesto* noticiava uma fuga de fundidores e de outros operários para estas duas fábricas e assim, «os demais industriais combinaram abolir os serões para assim fazer concorrência a estas duas fábricas na aquisição de operários»¹¹⁷⁹. Mais tarde, o jornal *O Protesto* lembrava que a cooperativa tinha sido criada através das greves de 1872, no entanto, em agosto de 1877 a fábrica não era «a que se instituiu em 1872; mas uma associação de trabalho que aceitou os encargos daquela»¹¹⁸⁰. Este periódico relata alguns confrontos internos sobre a direção da fábrica, dizendo ao leitor que ainda não se tinha pronunciado sobre a questão porque não pretendia desorganizar os trabalhos, e muitos dos sócios da fábrica e amigos do jornal não toleravam qualquer anotação sobre a vida interna do estabelecimento. A imprensa socialista salienta que a fábrica devia continuar a ser uma sociedade cooperativa com ligação ao movimento associativo. Por algum tempo foi tentado o isolamento entre a

¹¹⁷⁶ AAVV. *Homenagem a José Fontana...*, p. 12.

¹¹⁷⁷ *Inquérito Industrial de 1881, Visitas às fábricas, Distrito administrativo de Lisboa*, Livro primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 229.

¹¹⁷⁸ *Comércio de Portugal. Órgão do comércio e indústria portuguesa*, 15 de maio de 1880, II Ano, N.º 267, 1.

¹¹⁷⁹ *O Protesto...*, dezembro de 1876, II Ano, N.º 69, p. 1.

¹¹⁸⁰ *O Protesto...*, agosto de 1877, III Ano, N.º 106, p. 1.

fábrica e as associações operárias e, de facto, durante «muito tempo o facto de não pertencerem ao movimento operário os membros da fábrica [...], os quais, com o pagamento das quotas da cooperativa, adquiriam o direito de explorar a fábrica»¹¹⁸¹. Perante esta movimentação é defendida a anulação do contrato e são feitos alertas para a necessidade de reorganizar a dita fábrica, pois os trabalhadores que eram sócios efetivos tinham mais poder que os sócios ordinários. Por outro lado, é defendida a presença das associações operárias na distribuição dos lucros do estabelecimento, nomeadamente da *Associação dos Trabalhadores* e do *Partido Socialista*, que pareciam excluídos dos benefícios prometidos.

No futuro, os socialistas continuavam a olhar para este estabelecimento como uma importante experiência de organização no mundo operário, defendendo que os lucros deviam ser canalizados para a própria fábrica, para garantir robustez financeira para lutar contra a indústria moderna estrangeira. Esta fábrica devia ser o abrigo dos operários do ferro, uma força de resistência que pretendia demonstrar a importância da indústria nacional e desejava «competir em perfeição [...] com os produtos estrangeiros»¹¹⁸².

Este estabelecimento vai manter a sua produção ativa durante várias décadas, chegando a receber encomendas para a construção e manutenção dos caminhos de ferro entre 1884 e 1886¹¹⁸³. Curiosamente, em 1887 é relatada em vários jornais a ocorrência de uma greve no estabelecimento contra a direção. Esta notícia é rapidamente desmentida pelo órgão do *Partido Socialista* que confirmava a existência de descontentamentos, mas não a ocorrência de greves, lembrando que as mesmas seriam «absolutamente injustificadas»¹¹⁸⁴, pois os operários tinham voto nas assembleias gerais e até tinham sido aumentados nos salários.

No congresso de 1877 a secção de fundidores apresenta um relatório sobre a atividade da classe, onde é afirmado que a Cooperativa Indústria Social tinha 15 fundidores com salários entre os 700 a 1\$000 réis e o horário de trabalho andava entre 9 a 10 horas¹¹⁸⁵. Mais tarde, na imprensa é frisado que a fábrica era uma das mais

¹¹⁸¹ *O Protesto...*, setembro de 1877, III Ano, N.º 108, p. 1.

¹¹⁸² *Comércio de Portugal...*, 14 de outubro de 1880, II Ano, N.º 392, 3.

¹¹⁸³ PINHEIRO, Magda. “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)”. *Análise Social*, Vol. XXIV (101-102), 1988, p. 751.

¹¹⁸⁴ *O Protesto Operário...*, 13 de novembro de 1887, V Ano, N.º 291, p. 3.

¹¹⁸⁵ AAVV. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 9. Fundação Mário Soares.

importantes do país, e que tinha um movimento perto das «300 toneladas de fundição por ano»¹¹⁸⁶. Sousa Brandão é categórico sobre a importância deste espaço, frisando a sua função enquanto salvação para a classe operária e uma ‘base fundamental do socialismo, o primeiro passo para a emancipação do proletariado»¹¹⁸⁷.

6.6 Rescaldo do movimento grevista

O movimento grevista de 1872-73 representa a primeira tentativa de desencadear um movimento grevista abrangente e pujante. Dirigido pela *Fraternidade Operária*, a prática grevista tinha uma forte orientação reivindicativa, que pretendia impor uma base coletiva, classista e um espírito da solidariedade no mundo operário. De facto, a associação soube aproveitar o descontentamento e a predisposição dos trabalhadores para radicalizar a sua postura. As reivindicações vão desde o aumento dos salários, à extinção dos serões, às melhorias nas condições de trabalho e à solidariedade. O movimento grevista faz desencadear na esfera pública um panorama colorido de paixões. Por exemplo, o *Diário Ilustrado* é uma das vozes mais ativas contra ele, sugerindo nas suas páginas relatos de comportamentos violentos dos grevistas perante os colegas que não participavam nas greves, assumindo uma postura em defesa do direito a não integrar uma greve, exclamando: «quem não confia nas greves, não pode ser obrigado a fazer parte delas»¹¹⁸⁸. Para este jornal o movimento reivindicativo era claramente exagerado e desafiava o *status quo* social, alertando para que os trabalhadores «por este caminho, daqui a pouco hão de querer também andar de carruagem como os donos dessas fábricas»¹¹⁸⁹.

Boa parte da sociedade assume uma postura paternalista perante os trabalhadores, que são observados como um alvo fácil de iludir e usar. O *Diário Popular*, no rescaldo das greves, afirma que parte da sociedade foi responsável pela formação de associações operárias e, desse modo, iludiu os trabalhadores com falsas promessas, «embrutecendo-os finalmente em vez de os civilizar!»¹¹⁹⁰. O jornal do *Partido Progressista* relembra aos trabalhadores que «não é pelos meios de resistência que se melhoram os males sociais»¹¹⁹¹.

¹¹⁸⁶ *Comércio de Portugal...*, 24 de dezembro de 1880, II Ano, N.º 451, 2.

¹¹⁸⁷ *Comércio de Portugal...*, 9 de junho de 1880, II Ano, N.º 286, 1.

¹¹⁸⁸ *Diário Ilustrado*, 13 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 136, p. 543.

¹¹⁸⁹ *Diário Ilustrado*, 21 de janeiro de 1873, Segundo Ano, N.º 201, p. 1.

¹¹⁹⁰ *Diário Popular*, 13 de fevereiro de 1873, 8º Ano, N.º 2252, p. 3.

¹¹⁹¹ *O Paiz...*, 8 de março de 1873, N.º 54, p. 2.

O movimento operário considerava boa parte da imprensa como pertença da burguesia, em particular os jornais que estavam ocupados com a questão das greves. No olhar dos socialistas, este comportamento jornalístico demonstrava nada mais do que «receio pelo resultado final da luta travada entre o capital e o trabalho»¹¹⁹². Na imprensa operária era frisado que jornais como o *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio* e o *Jornal da Noite* mostravam preocupação com a onda grevista. Sobre o último jornal, *O Pensamento Social* não esquecia que durante a Comuna de Paris tinha feito «cair sobre os mártires da revolução do proletariado os mais revoltantes sarcasmos»¹¹⁹³.

No parlamento havia vozes que tentavam não extremar a situação, com o deputado Rodrigues de Freitas a solicitar ao governo toda «a prudência [...] na questão das greves e das associações operárias em Portugal»¹¹⁹⁴. Este deputado acaba por publicar um estudo sobre a *revolução social*¹¹⁹⁵ onde tenta desconstruir as ideias da *Internacional* e evitar que os operários fossem atraídos para o campo gravitacional dos internacionalistas. Esta publicação será anunciada e brevemente criticada nas páginas do *Pensamento Social*, mas alvo de uma abrangente crítica por parte do internacionalista Eduardo Maia no seu folhetim *Da Propriedade*. Mais tarde, Afonso Costa acusará Rodrigues de Freitas de sugerir no seu livro a «excomunhão para livros destinados ao ensino, em que se viesse o reflexo das doutrinas socialistas»¹¹⁹⁶.

Além das greves no sector do ferro, dos tabacos e nos caminhos-de-ferro, a *Fraternidade Operária* consegue implantar a greve noutros sectores. Em 23 de novembro de 1872 é publicada na imprensa a greve dos tipógrafos e impressores das oficinas Lallemand e Irmãos. Os jornais destacavam que a maioria dos 40 trabalhadores das oficinas estava filiada na *Fraternidade Operária* e isto terá provocado rivalidades e confrontos internos. Esta realidade terá levado os trabalhadores associados na *Fraternidade* a reivindicar junto ao Sr. Lallemand a expulsão do chefe da oficina e dos oficiais que não estavam filiados na associação. Perante isto, o patrão não aceitou as exigências declarando «que não admitiria mais nenhum operário que estivesse filiado na associação *Fraternidade Operária*»¹¹⁹⁷.

¹¹⁹² *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 30, p. 1.

¹¹⁹³ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872..., p. 1.

¹¹⁹⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de fevereiro de 1873, N.º 32. p. 442.

¹¹⁹⁵ FREITAS, Rodrigues de. *A revolução Social: Análise das doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Porto: Typ. Do Comércio, 1872.

¹¹⁹⁶ COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social...*, p. 89.

¹¹⁹⁷ *Diário Ilustrado*, 23 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 146, p. 587.

Os jornais não deixavam de opinar que os tipógrafos tinham o direito de não querer trabalhar sob a alçada de um qualquer chefe, todavia, o dono do estabelecimento tinha o direito de contratar quem ele bem quisesse, pois era o responsável máximo pelo destino do estabelecimento e dos respetivos pagamentos e, portanto, não tinha que consultar qualquer associação sobre a gestão. Por outro lado, os dirigentes socialistas descreviam a imoralidade vivida nesse espaço, alertando para o facto de as chefias exigirem aos trabalhadores a não militância na *Fraternidade Operária*, e forçarem os mesmos a contactar com o «governo civil [e aí] assinarem um termo comprometendo-se a sair ou a não entrar para a Associação»¹¹⁹⁸.

No mês de novembro de 1872 o jornal abordava a greve dos trabalhadores do arsenal, que acabou em fracasso devido à falta de recursos da *Fraternidade Operária* para sustentar os grevistas, e o inspetor do arsenal acabou por revelar uma postura irredutível em negociar e desse modo todos os operários voltaram «a pedir novamente trabalho pelo [mesmo] salário»¹¹⁹⁹. Entretanto, no parlamento o Par Conde de Rio Maior, como vimos anteriormente, atacava a *Fraternidade Operária* e o movimento grevista, apresentando uma proposta ao ponto 7º no projeto do discurso da Coroa, onde ficava traçado um ataque ao movimento grevista e à *Fraternidade Operária*. Durante este debate um outro Par demonstrava uma postura mais equilibrada. O Visconde de Fonte Arcada frisava que também tinha queixas da prática grevista, mas não deixava de levantar a questão: «porque é que não evitam tudo o que lhes pode dar ocasião?»¹²⁰⁰. Na argumentação do Par era necessário combater algumas injustiças que os trabalhadores sofriam e, se não fosse deste modo, alertava que mais difícil era o combate à «comuna do petróleo, que não quer senão destruir a propriedade, a família e todos os laços sociais»¹²⁰¹.

O debate em torno da prática grevista estava lançado, com o *Pensamento Social* a escrever que a greve não devia ser, em última instância, uma forma de luta pelo aumento do salário ou a diminuição do horário do trabalho. Havia a noção ideológica que a greve e as reivindicações proporcionavam a concretização de uma rede de solidariedade no mundo do trabalho. Há resultados concretos destas experiências como é o caso do apoio financeiro de várias classes aos grevistas e o início da construção de

¹¹⁹⁸ *O Pensamento Social*, 1 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 33, p. 2.

¹¹⁹⁹ *Diário Ilustrado*, 16 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 139, p. 554.

¹²⁰⁰ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, N.º 10, p. 57.

¹²⁰¹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 11 de fevereiro de 1873, N.º 10, p. 58.

fábricas sociais. Tudo isto é resultado direto da experiência do movimento grevista dinamizado pela *Fraternidade Operária* e a sua contribuição para a consolidação de uma rede de solidariedade classista, de que a fábrica social de Lisboa é o exemplo mais emblemático.

O movimento grevista de 1872-1873 consegue ganhar a atenção de vários correspondentes do Brasil em Lisboa, um vasto leque de informação era veiculado para o outro lado do Atlântico, descrevendo o acontecimento como «sustentad[o] pela Associação Fraternidade Operária que é a associação mais poderosa das sociedades [...] em Portugal»¹²⁰², mas erradamente alguns jornais concluíam que «esta associação não tem nada que ver com a Internacional, conquanto haja o perigo de serem por ele aproveitadas em ocasiões críticas para a classe operária»¹²⁰³. A organização do movimento grevista é caracterizada por uma vanguarda que em público usa o associativismo de resistência, mas em privado recorre aos canais de comunicação com o Conselho Geral da *Internacional* e estabelece ligações em jornais internacionais de teor socialista. O conflito existente na tipografia Lallemand atesta esta realidade. Na guerra de palavras os socialistas acusam um acionista do estabelecimento, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, de estar ao serviço dos interesses do patronato. Este nome é divulgado na rede de informação do movimento operário internacional. Os socialistas portugueses solicitam aos vários jornais socialistas estrangeiros a divulgação deste nome. Em Espanha surge a notícia sobre este liberal que é visto como «encargado por alguns patrões e industriais, cujos operários se encontram em greve, para alistar trabalhadores»¹²⁰⁴ e, no mesmo sentido, na Alemanha é noticiado de que «um certo Fradesso da Silveira foi incumbido por alguns patrões, cujos trabalhadores se encontram em greve, de contratar trabalhadores no estrangeiro»¹²⁰⁵. Toda esta dinâmica e rede de contactos que é promovida pelos internacionalistas portugueses faz com que Bernhard Bayerlein apelide a secção portuguesa como «pioneira da solidariedade internacionalista», pois vai expandir a corrente através de inúmeros apelos à solidariedade com as lutas dos trabalhadores portugueses dirigidos ao Conselho Geral e a várias secções de outros países, muitas delas oponentes declarados do Conselho Geral

¹²⁰² *Correio do Brasil...*, 18 de outubro de 1872, Ano I, N.º 339, p. 2.

¹²⁰³ *Correio do Brasil...*, 18 de outubro de 1872, Ano I, N.º 339, p. 2.

¹²⁰⁴ *La Emancipacion...*, 30 de novembro de 1872, Ano II, p. 4.

¹²⁰⁵ *Der Volksstaat*, 11 de dezembro de 1872, N.º 99, p. 2.

em Londres¹²⁰⁶. Assim, verificamos a existência de uma onda internacional de solidariedade com o movimento grevista português.

Se é verdade que a *Fraternidade Operária* estimulou e tentou dar abrigo financeiro aos trabalhadores em greve, cedo percebeu a importância de não incentivar o seu alargamento. Isto é, com o desenrolar do surto grevista o discurso da *Fraternidade* demonstra um claro receio na expansão do movimento grevista a outros sectores. Por outras palavras, temos a sensação de que os dirigentes socialistas tinham a noção de que para a manutenção da greve era necessário que os restantes associados se mantivessem a trabalhar para financiar os cofres da associação. Urgia a necessidade de controlar o alastramento da dinâmica grevista. No final de contas o movimento grevista revela-se altamente prejudicial para o movimento operário português e, particularmente para a *Fraternidade Operária*. Nos jornais há informações de despedimentos em diversos estabelecimentos de «todos os que pertencessem à *Fraternidade Operária*, onde a parede tinha sido promovida pelos mais exaltados»¹²⁰⁷.

O movimento operário é frequentemente atacado na imprensa, a 8 de janeiro de 1873 era publicada um artigo de opinião no *Diário Popular* denominado “Não mais direitos sem deveres”. O texto é da autoria de um antigo militante da *Fraternidade Operária* que acusava o jornal da associação de insultar as chefias da fábrica de botões na calçada do Cascão. Perante isto, um membro da *Fraternidade*, e antigo colega do autor do artigo, escreve, anonimamente, a resposta no *Pensamento Social*. Frisa que o autor do artigo, José Maria de Oliveira, era um antigo sócio da *Fraternidade Operária* e questiona os interesses do artigo, escrevendo ironicamente que não vai apelidar de traidor o antigo colega nem dizer publicamente que «que se associou com o fim de espiar [...] para ir contar aos seus diretores»¹²⁰⁸. No final do artigo, é dito que a opinião pública é que devia averiguar se José Maria de Oliveira estava ao serviço dos patrões ou se os artigos do *Pensamento Social* eram falsos. A importância da intervenção e reação da esfera pública fica mais uma vez demonstrado.

A greve nos caminhos de ferro é alvo de uma forte contestação no espaço público, com os certos jornais a frisar a injustiça nas reivindicações dos maquinistas e a destacar eventuais danos à economia do Reino. Segundo José Barreto a greve de 1873 nos

¹²⁰⁶ Confrontar, BAYERLEIN, Bernhard. “La Première Internationale au Portugal. Vue à travers la correspondance internationale, particulièrement celle avec le Conseil Général”. Em: J. C. Seabra PEREIRA (org). *Utopie et Socialisme au Portugal...*, pp. 510-515.

¹²⁰⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de agosto de 1873, Rio de Janeiro, Ano 56, N.º 220, p. 3.

¹²⁰⁸ *O Pensamento Social*, 19 de janeiro de 1873, 2º Ano, N.º 40, p. 2.

caminhos de ferro corresponde à única paralisação dos comboios em Portugal durante a Monarquia¹²⁰⁹.

As dificuldades surgidas com a greve vão provocar a suspensão do órgão *Fraternidade Operária*. A notícia da suspensão deste jornal ganha espaço na imprensa e é reconhecida pelos dirigentes operários como uma derrota. Em abril de 1873 o número 54 desse jornal afirmava que a *Fraternidade Operária*, «por resolução da comissão administrativa e da assembleia dos delegados, resolveu suspender por algum tempo a publicação do seu órgão, o Pensamento Social»¹²¹⁰. Era o resultado das despesas semanais do jornal, mas, sobretudo, do movimento grevista, pois «a associação tem de aplicar aos grevistas as verbas destinadas ao jornal»¹²¹¹. Neste artigo é noticiado que tinham realizado duas sessões com delegados da *Fraternidade Operária* no sentido de repensar a associação, ficando traçada a necessidade imediata de «suspensão do jornal, a extinção das greves e uma nova organização»¹²¹².

Numa carta de 15 de abril de 1873, Engels informava o Conselho Geral da *Internacional* que o jornal socialista português «ia suspender a sua publicação por um curto período de tempo, mas voltaria a reaparecer»¹²¹³. Na imprensa a situação do jornal também é citada, sendo anunciado que o «Pensamento Social, que [...] advogava na imprensa [...] a reforma proclamada pela Associação Internacional de Trabalhadores, cessou de publicar-se por falta de meios»¹²¹⁴. O jornal volta a reaparecer em finais de agosto de 1873 com o aviso que passou a ser de novo publicado pelo esforço de um grupo de trabalhadores enquanto as associações não estivessem em condições de o gerir diretamente. Assim, o jornal deixa de ser publicado semanalmente, passando a sua publicação a ser de quinze em quinze dias e o seu preço a ser mais elevado. No entanto, ficava o aviso aos leitores: «se a receita do jornal, apesar do seu elevado preço, não cobrir a despesa, ficam os nossos leitores sabendo que se suspenderá outra vez a publicação»¹²¹⁵. O regresso do *O Pensamento Social* ao espaço público é referenciado

¹²⁰⁹ BARRETO, José. *Sindicalismo e política nos caminhos de ferro portugueses (1872-1961)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, p. 3.

¹²¹⁰ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873, 2º Ano, N.º 51, p. 1.

¹²¹¹ *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873..., p. 1.

¹²¹² *O Pensamento Social*, 5 de abril de 1873..., p. 1.

¹²¹³ AAVV. “Frederick Engels to the General Council of the International Working Men’s Association, London 15-th April 1873”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 23, Marx and Engels 1871-74*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 438.

¹²¹⁴ *Jornal do Comércio. Boletim de notícias da Europa*, 11 de maio de 1873, suplemento ao N.º 130, p. 1.

¹²¹⁵ *O Pensamento Social*, 23 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 2.

em Madrid, sendo encarado como um órgão que «defende os princípios antiautoritários proclamados pela imensa maioria dos internacionalistas»¹²¹⁶. No entanto, o reaparecimento do jornal será de pouca duração, pois acaba por encerrar a sua atividade em outubro.

A onda grevista é pouco sentida fora das cidades de Lisboa e Porto, em grande medida, pela ausência de uma estrutura organizada e influente. Carlos da Fonseca refere que nos centros industriais da província o «recurso à greve é um ato grave e arriscado»¹²¹⁷, pois o trabalhador ao ingressar na greve perdia o anonimato e corria o risco de ser forçado a mudar de profissão e, em última instância, abandonar a localidade para procurar trabalho noutra sítio.

Portanto, no rescaldo do período grevista urgia a necessidade de repensar toda a organização e por isso começaram a ser debatido os novos estatutos da associação. No Porto a *Fraternidade Operária* acaba por dar origem a uma nova associação, denominada *Associação de Todos os Trabalhadores* redigindo novos estatutos, mas com o cuidado de inserir neles a proibição e expulsão da associação a todo aquele operário «que exercer mando sobre os outros»¹²¹⁸. A grande mobilização adquirida pela *Fraternidade Operária* acaba por se desvanecer. Maria Filomena Mónica afirma que em 1873 a *Fraternidade Operária* tinha apenas 300 sócios em Lisboa e 200 no Porto, ao passo que a *Protectora do Trabalho Nacional* tinha 50¹²¹⁹.

Durante todo o processo e perante as dificuldades, o movimento operário entrou em contacto direto com o Conselho Geral da *Internacional* no sentido de solicitar uma importante ajuda ao movimento grevista, no entanto, a experiência grevista coincidia com a decadência da organização que estava mergulhada em controvérsias internas. O próprio periódico socialista que durante semanas enaltecia as greves, acaba por concluir que «ao período febril das greves sucedeu um período de marasmo»¹²²⁰ e, desse modo, a atividade de todas as classes ficou prejudicada sendo imperativo reorganizar a própria *Fraternidade Operária* através da nomeação de uma comissão para elaborar novos estatutos.

¹²¹⁶ SERRANO, Carlos Seco. *Actas de los Consejos y Comisión Federal de la Región Española (1870-1874)*, Tomo II. Universidade de Barcelona, 1969, p. 124.

¹²¹⁷ FONSECA, Carlos. *História do Movimento operário e das ideias socialistas, IV – Greves e agitações operárias, 1ª parte*. Viseu: Publicações Europa-América, (s.d.), p. 74.

¹²¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de agosto de 1873, Ano 56, N.º 220, p. 3.

¹²¹⁹ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 45.

¹²²⁰ *O Pensamento Social*, 25 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 1.

Embora os internacionalistas portugueses tenham participado nas greves e disponibilizado canais de comunicação com o estrangeiro, é de notar que a prática da greve e do movimento grevista não foi consensual. Nobre França tinha já previsto o que estava em jogo com o despontar do movimento grevista, alertando que era «uma batalha formidável [...] dela depende talvez a existência da Associação»¹²²¹. Ainda demonstra uma postura apreensiva perante a greve dos fundidores de 1872 alertando para as «vésperas de uma crise gravíssima»¹²²². Mais tarde, é a vez de Azedo Gneco de demonstrar uma postura muito dura do período grevista, afirmava perante Engels que a «ideia das associações de resistência era greve a todo o custo»¹²²³, e isto era um dos motivos para a explicação da quebra no associativismo português que, na sua ótica, em março de 1873 estava derrotado. Um outro interveniente, Nobre França, colaborada a tese, e escreve que no final de contas em 1873 «o movimento tinha de ser impulsionado de novo»¹²²⁴. No mesmo sentido avança o anarquista Gonçalves Viana, afirmando que todo «aquele mesmo entusiasmo que arrastou o operariado à associação, depressa o conduziu ao abandono, e, em 1874, está quase tudo esfacelado»¹²²⁵. Mais tarde, o sector anarquista vai destacar este período de agitação social, escrevendo que o «socialismo nasc[eu] em 1872 com o movimento grevista»¹²²⁶. Esta lógica é explicada pela resistência imposta pelos trabalhadores e suas associações, pois como escreveu Jacques Droz, as greves promovidas pela *Internacional* são um ponto de partida para inaugurar uma nova fase nos movimentos operários e, mesmo que seja visível algumas práticas antigas relacionadas com os socorros mútuos, é possível verificar uma «resistência, quase idêntica aos futuros sindicatos»¹²²⁷. De facto, o momento grevista vai cicatrizar na memória de diversas narrativas que vão circular no interior do movimento operário que, propositadamente, esquecem a história e os acontecimentos da década de 50 e 60 e apontam os anos de 1871 a 1873 como a data fundadora. Em contramão, está Sousa Brandão que maio de 1880 escrevia um artigo sobre a história da Cooperativa Indústria

¹²²¹ Carta de Nobre França, 17 de setembro de 1872, Karl Marx/Friedrich Engels *Papers*, 2028, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 34,

¹²²² Carta de Nobre França, 17 de setembro de 1872, Karl Marx/Friedrich Engels *Papers*, 2028, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 32

¹²²³ Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876, Karl Marx/Friedrich Engels *Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 5

¹²²⁴ Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a parte of a letter published in Lima's Socialismo na Europa*, Max Nettlau *Papers*, 2867, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 6.

¹²²⁵ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 12.

¹²²⁶ Sem autor. *Processo dos anarquistas de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Phenix, 1888, p. 3.

¹²²⁷ DROZ, Jacques. “A Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876)”. Em: Jacques Droz (org) *História geral do socialismo*. Vol 3. Viseu: Livros Horizonte, 1977, p. 834.

Social para afirmar que o período correspondia a «última fase das ideias socialistas [...] representada por Carlos Marx»¹²²⁸.

¹²²⁸ *Comércio de Portugal...*, 15 de maio de 1880, II Ano, N.º 267, 1.

7. A FORMAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS 1875

Os contactos entre Portugal e o Conselho Geral da *Internacional* voltam a ser de novo usuais através do trabalho político de Azedo Gneco. O histórico socialista vai ser um dos responsáveis por reerguer o edifício do internacionalismo e do socialismo em Portugal. Como reparou Carlos da Fonseca, é Azedo Gneco que «retoma a correspondência com Engels interrompida desde 1873»¹²²⁹, depois de ter substituído Nobre França na liderança do internacionalismo português. Numa das primeiras cartas de Azedo Gneco para Engels, sem data visível¹²³⁰, mas certamente escrita em 1875, pois refere o envio de três números do jornal *O Protesto* que começa a ser publicado nesse ano, são apresentadas as desculpas pelo silêncio português. Importa destacar que numa carta de Engels para Pyotr Lavrov, a 24 de setembro de 1875, existe a informação sobre o aparecimento de um novo jornal português, *O Protesto*, que contava com seis números¹²³¹.

O dirigente português escreve que não era fluente noutras línguas, no entanto, relata que ao saber por José Maria Tedeschi que Engels entendia perfeitamente o português, tinha decidido de imediato escrever ao dirigente da *Internacional*. Na carta explica a Engels que tinha sido o responsável pela reorganização da *Internacional* em Portugal e destaca os progressos da organização. Explica que embora tenha conseguido «que fosse nomeado para o conselho o único [...] que escrevia o francês; mas que infelizmente o homem tinha sido expulso»¹²³² e, desse modo, ficou sem conseguir contactar com o exterior. Portanto, o novo homem forte da *Internacional* em Portugal escrevia estar dependente de um único companheiro que escrevia em francês para contactar com os internacionalistas das outras regiões e com o Conselho Geral da *Internacional*, um esclarecimento que não explica o silêncio dos portugueses, pois existem outros nomes que podiam auxiliar na comunicação estrangeira. Por outro lado, não deixa de ser estranho o facto do socialista Azedo Gneco estar integrado desde o

¹²²⁹ FONSECA, Carlos da. “Elisée Réclues e o movimento libertário em Portugal”. *Seara Nova*, N.º 1545, 1974, p. 26.

¹²³⁰ César Oliveira transcreveu erradamente a data desta carta. Não é 18 de janeiro de 1876. OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 57.

¹²³¹ AAVV. “Engels to Pyotr Lavrov in London, 24 September 1875”, Em: *Marx & Engels Collected Works Volume 45 Letters 1874-79*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 91.

¹²³² Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, sem data, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 2.

início no sector internacionalista, mas segundo o seu relato nunca teve conhecimento da possibilidade de escrever a correspondência em português, embora o seu antecessor, Nobre França e até José Fontana, escrevessem a correspondência para Marx e Engels em português. Por outro lado, José Maria Tedeschi elaborava a correspondência internacional em francês. Considerando tudo isto, o desabafo de Azedo Gneco é curioso e ilustrativo das graves falhas de comunicação na hierarquia política do campo socialista. A carta ainda informa Engels das divergências internas no seio do socialismo português, lamentando que José Maria Tedeschi e Nobre França sejam membros preguiçosos e, se o primeiro «está um pouco pelos republicanos federais o [Nobre] França ainda se ressent das teorias da Aliança»¹²³³. O discurso de Gneco é curioso, coloca na sua argumentação um Nobre França com ligações à *Aliança*, embora Engels tenha recebido correspondência do próprio França onde é possível verificar que o próprio tenha encabeçado a resistência ao anarquismo e, aliás e elogiado pelo papel fundamental para posicionar Portugal ao lado do Conselho Geral e contra a agenda da *Aliança*. Na correspondência é evidente a existência de um certo cinismo e de rivalidades internas entre os socialistas.

Além desta informação, nada mais é descrito a Engels, pois a carta só tinha como objetivo de restabelecer o diálogo com Engels, ficando prometido o envio de uma nova carta com informação mais detalhada sobre a situação portuguesa.

A nova correspondência ocorre em janeiro de 1876, com Azedo Gneco a elaborar uma extensa carta sobre a situação do socialismo português¹²³⁴. É muito interessante verificar que a carta de 18 de janeiro de 1876 está moldada numa lógica de cimentar e legitimar a sua posição na liderança. Descreve a Engels que tinha iniciado, a 27 de janeiro de 1873, um colossal trabalho no movimento que mesmo em 1876 continuava a absorver toda a sua energia. O trabalho de que Azedo Gneco falava a Engels era a própria [re]organização do movimento operário português que, com as greves de 1872-73, tinha ficado reduzida de «20 000 filiados a 200[,] se tanto»¹²³⁵. É de registar que, tal como reparou César Oliveira¹²³⁶, os números transmitidos por Azedo Gneco a Engels

¹²³³ Carta de Azedo Gneco a Friedrich Engels, sem data, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), pp. 2-3.

¹²³⁴ Mais uma vez, César Oliveira transcreveu erradamente a data desta carta. Não é 10 de abril de 1876. OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 66.

¹²³⁵ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 4.

¹²³⁶ OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal...*, p. 59.

são largamente exagerados. O movimento operário nunca filiou 20 mil trabalhadores entre 1871-72 e se os números apresentados na carta fossem verdade só era possível retirar uma ilação; a derrota total do associativismo operário.

O socialista português descreve o período das greves com uma carga muito negativa, um acontecimento que por pouco provocou a extinção de um movimento que estava totalmente desorganizado e onde a influência da *Aliança* ainda era sentida, frisando que muitos dos «companheiros [...] não aceitavam o movimento político [...] não queriam militar nos movimentos de resistência porque não queriam a autoridade»¹²³⁷. Azedo Gneco tinha, portanto, consciência das sérias dificuldades que tinha pela frente na reorganização do movimento operário e não deixava de retirar um aproveitamento político delas para reforçar a sua posição.

De facto, parte do movimento associativismo operário continuava contrário à participação dos socialistas e dos trabalhadores nas eleições, uma sensibilidade que se limitava ao isolamento, recusava o partidarismo e olhava para o associativismo como um processo natural e orgânico. Muitos continuavam contrários e com reservas à entrada do movimento operária nas discussões e intrigas políticas, embora, e em certa medida, o movimento já tivesse quebrado essa fronteira quando optou por integrar e participar no debate público, escolhas que culminaram no associativismo de resistência e nas discussões políticas.

Esta realidade era uma enorme dificuldade para a unificação do movimento em Portugal, embora Azedo Gneco afirme a Engels que ia ser tentada uma reforma nas cooperativas e, também, nas mentalidades dos membros do associativismo. A verdade é que o movimento associativismo continuava ancorado a uma longa tradição de isolamento no campo político que, na prática, tinha sido fundamental para a sua implantação no mundo operário. Perante esta realidade, o *Partido Socialista* está limitado e é até obrigado a reprimir a sua substância partidária para não comprometer o entendimento. Ainda em janeiro de 1877 o *Protesto* escrevia que as sociedades cooperativas continuavam ligadas ao intitulado *socialismo escolar* que considerava as mesmas como essenciais à emancipação dos trabalhadores, recusando um outro qualquer meio¹²³⁸. Azedo Gneco continua a relatar a Engels os acontecimentos que vão contribuir para a criação do partido, com a reunião de uma comissão que tinha como

¹²³⁷ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), pp. 4-5.

¹²³⁸ *O Protesto*..., janeiro de 1877, III Ano, N.º 74, p. 3.

finalidade a formalização de um partido socialista em Portugal. Nessa comissão estavam socialistas e internacionalistas conhecidos, caso de Antero de Quental, Nobre França, José Fontana, Silva Lisboa, Felizardo Lima, J. Caetano da Silva e o próprio Azedo Gneco. No entanto, surgem de imediato conflitos e entraves na comissão. Ocorrem duas expulsões da comissão do movimento (Silva Lisboa e Felizardo Lima), Antero de Quental foi atingido por uma doença, José Fontana é incapaz de elaborar o programa e Azedo Gneco diz que ele próprio estava ocupado com outras questões do movimento. Deste modo, ficou decidido que Nobre França era o novo responsável por elaborar o programa socialista e são integrados na comissão José Maria Tedeschi e Conceição Fernandes. Segundo Azedo Gneco as novas alterações não atenuaram as divergências internas e a edificação do partido continuava comprometida. O socialista volta a sublinhar as rivalidades internas entre Nobre França e Tedeschi. Inclusive, chega mesmo a frisar que todo o ano de 1874 foi de conflito até que a «10 de janeiro de 1875 [...] o partido foi definitivamente proclamado e começou os seus trabalhos»¹²³⁹. A reunião tinha decorrido numa casa na Travessa do Oleiro, em Lisboa.

Segundo Azedo Gneco a organização do *Partido Socialista* era muito simples e inspirada nos círculos eleitorais para o parlamento, existindo um agrupamento por secções de «freguesia que constituem tantas agrupações quantos são os círculos políticos»¹²⁴⁰. Na tese de Azedo Gneco a ideia de concretizar um partido político para a classe operária foi avançada por um companheiro seu numa assembleia, embora não cite nomes nem a organização da assembleia, frisa a Engels que nunca tinha assistido a um combate tão renhido. Ou seja, Azedo Gneco reforça a ideia de que a criação de um partido socialista não era unânime. Porém, diz ter ficado espantado com a atitude dos antigos membros da *Aliança* «que se colocaram [a seu] lado»¹²⁴¹ contra os republicanos-federais contrários à ideia da criação de um partido socialista. Curiosamente, esta ideia de Azedo Gneco difere da narrativa publicada em junho de 1877 no *Protesto*. Neste jornal é publicado um artigo sobre o movimento socialista e republicano centrado na história da construção do partido, sendo mencionado o ano de 1873 para o início do debate da construção do partido, mas com referências à forte resistência à concretização dessa ideia oriunda de «elementos que no passado tinham

¹²³⁹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 6.

¹²⁴⁰ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876..., p. 8.

¹²⁴¹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876..., p. 7.

pertencido ao movimento operário «quando nele influía o programa revolucionário da – Aliança da Democracia Socialista»¹²⁴².

Na verdade, a divergência em torno de uma eventual transformação do associativismo operário em estrutura partidária tinha sido comunicada a Engels a 29 de maio de 1873, por José Maria Tedeschi. Nesta carta é relatada a existência de um debate político no interior do internacionalismo português e Tedeschi afirma que o próprio tinha apresentado a ideia para que o «partido socialista [fosse] criado imediatamente»¹²⁴³. No entanto, a ideia não avançou por falta de consenso. Seria Tedeschi o companheiro que Azedo Gneco falou a Engels como o promotor da ideia de avançar para a estrutura partidária? Não é possível ter certezas, mas é interessante a omissão desta informação por parte de Azedo Gneco. Por isso, é importante pontuar as diversas contradições nas cartas de Azedo Gneco de 1876 com a carta de Tedeschi elaborada três anos antes.

Sobre esta polémica temos acesso a uma carta privada de Antero de Quental para Oliveira Martins, a 2 de julho de 1873, segundo a qual é criticada a quase «totalidade do grupo republicano» em Portugal, com a ideia de que a configuração política do período era favorável para a preparação das «bases do verdadeiro partido republicano-socialista»¹²⁴⁴. Seja como for, uma coisa é certa, no ano de 1873 ocorre a tentativa de criar um partido no seio do movimento operário e, embora tenha fracassado, era já evidente, por um lado, a adesão à linha programática do congresso de Haia e, por outro, um certo recuo da posição favorável à abstenção política. As tentativas de criar um partido socialista em Portugal tinha o eixo endógeno no movimento operário nacional que era, por seu turno, sustentada ideologicamente por um núcleo exógeno influenciado pelas ideias internacionalistas do Conselho Geral. A 4 de outubro de 1873 o *Pensamento Social* avançava com a ideia de que o «operário não pode nem deve abster-se da vida política; mas para isso tem de organizar um partido exclusivamente seu»¹²⁴⁵.

Em 1884 o *Protesto Operário* voltava a narrativa sobre a construção do *Partido Socialista*, um artigo que destaca o papel e a intervenção de José Fontana no debate. O artigo demonstra o importante contributo de José Fontana que permitiu desbloquear o

¹²⁴² *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 94, p. 1.

¹²⁴³ Carta de José Maria Tedeschi para Engels, 29 de maio de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2222, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 6.

¹²⁴⁴ Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins (LXXXVII), 2 de julho de 1873. Transcrita em, MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Cartas inéditas de Antero de Quental...*, p. 8.

¹²⁴⁵ *O Pensamento Social*, 4 de outubro de 1873, 2º Ano, N.º 55, p. 2.

impasse e avançar para a construção de uma estrutura partidária. Porventura, quando Azedo Gneco comunica a Engels o contributo dos antigos membros da *Aliança* na questão do partido, poderá ser uma referência ao papel de José Fontana e de Antero de Quental. Sobre este último, embora tenha participado na fundação do *Partido Socialista*, é somente a «4 de junho de 1877 [que é] resolvido passar-lhe o diploma de membro do partido»¹²⁴⁶, uma filiação que permitiu apresentar oficialmente Antero de Quental como candidato e militante socialista às eleições de 1878. Estas eleições acabam por ficar marcadas pela polémica, o socialista Azedo Gneco é acusado de pretender «eleger, pelo Porto, com o auxílio dos regeneradores, o escritor Oliveira Martins»¹²⁴⁷. Perante isto, desponta uma crise interna e com vários elementos a optarem por abandonar o *Partido Socialista*. Mais tarde, os socialistas reafirmam que a polémica terá sido impulsionada por algumas figuras liberais, sendo mesmo apontado o dedo ao liberal Mariano de Carvalho, um deputado que em agosto de 1871 defendia que na base da sociedade estavam os valores da família, da propriedade e do trabalho e, por isso, não tinha dúvidas que a Comuna de Paris era «a negação destes princípios»¹²⁴⁸. Portanto, a polémica em torno da constituição de um partido socialista vai continuar acesa nos primeiros anos de vida do partido.

A transformação do movimento associativo em partido político permitiu alargar o raio de intervenção do socialismo e catapultou o movimento operário para certos assuntos que, anteriormente, estava proibido de intervir por lei. Porém, o caminho do partido socialista não será fácil e, mesmo que os dirigentes do partido continuem a divulgar elogios para a prática da associação frisando ser o «único recurso da classe trabalhadora»¹²⁴⁹, começa a ser evidente o desconforto entre o associativismo operário e o *Partido Socialista*. A controvérsia em torno da participação política foi combustível para as manifestações e conflitos internos. Em setembro de 1876 os socialistas apresentavam um lamento público pelo facto de não existir uma maior adesão ao partido, criticando o associativismo, que era encarado como limitado à ajuda ao operário sem trabalho, garantindo apenas «umas sopas mais ou menos económicas, e [...] um requerimento ao Rei»¹²⁵⁰. Os socialistas mais politizados precipitavam o movimento

¹²⁴⁶ NOGUEIRA, César. *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Lisboa: Edição do autor, 1950, p. 38.

¹²⁴⁷ *O Primeiro de Maio. Folha Socialista*, 2 de julho de 1905, N.º 114, p. 1.

¹²⁴⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 5 de agosto de 1871, N.º 71, p. 137.

¹²⁴⁹ *O Protesto...*, dezembro de 1876, II Ano, N.º 69, p. 2.

¹²⁵⁰ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 55, p. 4.

operário para uma nova etapa e, pelo meio, provocavam uma ruptura com o passado. O associativismo deixava de ser a principal estrutura desenhada para a luta operária e a divulgação das ideias socialistas. A disputa pelo movimento operário não é alheia ao problema de receção sobre as distintas formas de organização e modelos participativos. Se o conceito de modernidade for entendido como algo que desencadeia importantes transformações e alterações na construção do pensamento é possível afirmar que no ano de 1875 o movimento operário, com o surgimento do *Partido Socialista*, abraçava a modernidade política.

7.1 Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa

A crise sentida no movimento operário em 1873 provoca um debate no campo socialista em torno da necessidade de realizar uma reorganização. Nesse ano é tentada pela primeira vez a criação de um partido socialista em Portugal, uma tentativa que vai fracassar. Como referiu Maria João Guimarães e Castro, «todos sentiam a necessidade de unidade no movimento operário»¹²⁵¹ e a solução foi a unificação do associativismo de resistência na *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (ATRP) que é criada em outubro de 1873. A associação é o resultado direto da fusão entre a *Associação Protectora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária*. Em 1873 *O Rebate* anunciava a grande novidade no associativismo operário, escrevendo que as «associações de resistências em Lisboa [iam] discutir um projeto de estatutos que tem por base a unificação de todas as associações homogéneas do país»¹²⁵².

A nova associação foi o resultado do consenso possível entre os socialistas portugueses para não desintegrar o trabalho realizado pela nova geração de socialistas. Em janeiro de 1876 é enviada uma carta para Engels que, de todos os documentos que conhecemos, é aquele que apresenta o esclarecimento mais exaustivo sobre a reorganização do movimento operário. O dirigente Azedo Gneco descreve a Engels que inicialmente tentou reorganizar as associações de resistência com a criação de uma nova «associação nacional na qual os trabalhadores se agrupassem por secções»¹²⁵³ que tinha como finalidade a prática da resistência. A nova associação tinha uma subtileza que não era de somenos importância no âmbito do internacionalismo. Explica Azedo Gneco a

¹²⁵¹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães. *O operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto...*, p. 25.

¹²⁵² *O Rebate...*, 1873, 1º Ano, N.º 1, p. 4.

¹²⁵³ Carta de Azedo Gneco para Friedrich, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 4,

Engels que faltava «uma palavra colocada entre Associação e Trabalhadores, a palavra Internacional [...] e a preposição na em vez de da»¹²⁵⁴ e, deste modo, o «cosmopolitismo fica expresso»¹²⁵⁵. Por outras palavras, o nome da nova associação era uma clara referência à *Internacional*.

A associação contou com o apoio de trabalhadores que desempenhavam tarefas no internacionalismo português, autênticas referências que tinham influência no mundo do trabalho, como era o caso de Conceição Fernandes e Lúcio Fazenda. A imprensa não deixava de noticiar esta transformação no movimento operário português, surgindo a informação que a nova associação era uma imitação do acontecia na Europa sob a influência da *Internacional*. Para o *Jornal da Noite* a nova associação pretendia «dar existência legal à Fraternidade Operária»¹²⁵⁶.

A ideia de uma coexistência entre o associativismo e o partido resultava, segundo Azedo Gneco, de um projeto político delineado na ideia da primeira lutar «contra o capital e o outro que luta contra as instituições políticas»¹²⁵⁷. A montante da *Associação dos Trabalhadores* e do *Partido Socialista* existiam as cooperativas. O dirigente português relata a Engels que esperava unir os três sectores na base da solidariedade e promover certas reformas nas cooperativas, «revolucionar os espíritos dos membros da Associação dos Trabalhadores e por último criar um Conselho Central a estes três movimentos ficando por esta forma a Internacional constituída»¹²⁵⁸. Perante o contexto, foi a solução possível para unir o movimento, uma fórmula que Azedo Gneco esperava que fosse alterada no futuro.

A manobra política passava por uma triangulação entre o associativismo, o partido e as cooperativas, uma configuração pensada em obter uma sinergia para veicular as ideias socialistas no espaço público, garantir uma intervenção com sucesso no mundo do trabalho e junto aos trabalhadores e, não menos interessante, iniciar a participação na vida política. Na teoria, a fórmula encontrada permitia que a *Associação dos Trabalhadores* fosse autónoma do *Partido Socialista* (e vice-versa), no entanto, ambas deviam trabalhar em sintonia e garantir características simbióticas. Azedo Gneco

¹²⁵⁴ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 4.

¹²⁵⁵ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876..., p. 4.

¹²⁵⁶ *Jornal da Noite*, 10 e 11 de dezembro de 1873, 3º Ano, N.º 907, p. 2.

¹²⁵⁷ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 9.

¹²⁵⁸ Carta de Azedo Gneco a Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876..., p. 9.

engendrava este plano na expectativa de fundir as organizações e unificar o movimento em torno do partido no momento certo. A concretização do projeto enfrentou dificuldades e, em abril de 1877, o *Protesto* afirmava não ser fácil a unificação do movimento operário no país.

Uma das ideias apresentadas para unir o movimento socialista era o exemplo alemão, com os militantes a fazer secções de ofício e, quando não fosse permitido, a agruparem-se em secções mistas. Estas secções deviam servir como círculos políticos, semelhante ao caso alemão e era um importante passo que podia originar o «Partido dos democratas socialistas de Portugal»¹²⁵⁹. Esta lógica não deixava de levantar reservas aos apoiantes da *abstenção*, um sector que tinha uma força considerável no interior do associativismo operário. A *abstenção*, embora não tivesse uma figura conhecida, ainda dominava a cultura política dos trabalhadores e das associações e, por isso, era necessário compreender e articular com cuidado as relações entre o partido e o mundo operário. Portanto, neste momento temos um conflito, mais ou menos adormecido, no interior do movimento. As duas correntes dominantes no movimento não estavam totalmente em sintonia, mas nenhuma arriscava romper ou extremar posições. No lado do *Partido Socialista* temos a grande maioria da intelectualidade socialista, ao passo que, no associativismo estavam os trabalhadores apreensivos com a participação política. Além disto, a intelectualidade tinha a plena noção que a principal influência no mundo do trabalho era da responsabilidade associativismo.

Em grande medida, a *Associação dos Trabalhadores* era parte fundamental da nova dinâmica do socialismo em Portugal, a tonificação do partido dependia do sucesso do associativismo no mundo do trabalho. Segundo os estatutos da associação, aprovados a 21 de outubro de 1873, existia uma finalidade de unir os trabalhadores e estabelecer uma solidariedade no mundo do trabalho para «alcançar os melhoramentos sociais»¹²⁶⁰, tais como o aumento dos salários, a diminuição do tempo de trabalho e fundar escolas e bibliotecas para estimular a instrução nas camadas populares.

Em termos de organização, estava previsto os associados integrarem secções distintas de acordo com o seu trabalho e em caso não existir trabalhadores da mesma classe para constituir de uma secção, poderiam existir secções de ofícios vários. O artigo 16º previa a existência de conselhos de secção, de união local e regional, a

¹²⁵⁹ *O Protesto...*, abril de 1877, III Ano, N.º 89, p. 1.

¹²⁶⁰ Sem autor. *Estatutos da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1873, p. 3.

federação local e o conselho da federação regional o que correspondia a uma estrutura orgânica da associação. No artigo 39º ficava previsto que os trabalhadores portugueses associados deviam «dar princípio à obra da sua emancipação»¹²⁶¹, sendo estampadas algumas propostas concretas, como a reivindicação pelo estabelecimento do dia de trabalho igual para todos os ofícios e a «redução do tempo de trabalho será sempre reclamada sem [a] redução dos salários»¹²⁶².

Neste campo é interessante verificar que o ponto 3º do artigo 41º estabelecia que a redução do tempo de trabalho devia começar nos trabalhos mais penosos e insalubres e o artigo 42º registava que a reivindicação do aumento salarial devia começar pelas secções que integrassem os elementos com a remuneração mais baixa. O ponto 2º do artigo 42º registava que a remuneração do trabalho das mulheres devia ser igual à dos homens. Estava previsto que a associação devia melhorar as condições sociais do trabalhador agrícola, pois a sua miséria apenas conduzia à emigração para a cidade aumentando a oferta e concorrência de trabalhadores o que provocava uma diminuição dos salários pagos. Portanto, os estatutos espelhavam uma ideia de solidariedade entre os trabalhadores e uma certa ordem no socorro e ação política da associação perante o mundo do trabalho. A ausência de solidariedade não tinha espaço na associação.

Sobre o trabalho infantil é interessante verificar que a associação defendia a fiscalização, enquadramento legal e era alvo de denúncia no campo socialista. Existem protestos públicos sobre ao tratamento dado às crianças trabalhadoras, como foi a notícia de 1873 que relata um espancamento de uma criança de 9 anos pelo mestre de uma fábrica e, posteriormente, o seu despedimento juntamente com outras crianças todas «substituídas por mulheres»¹²⁶³. Ou seja, não existia propriamente uma posição contrária ao recurso de crianças no trabalho, apenas a reivindicação que o tempo de trabalho de uma criança devia ser sempre inferior ao de um adulto e «em relação com a idade»¹²⁶⁴ do menor. A presença dos menores no trabalho vai continuar a ser uma realidade e, mais tarde, os autores do *Inquérito Industrial de 1881* aconselhavam o governo a fixar o «número máximo de dez horas de trabalho para os homens e

¹²⁶¹ Sem autor. *Estatutos da Associação dos...*, p. 12.

¹²⁶² Sem autor. *Estatutos da Associação dos...*, p. 13.

¹²⁶³ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, N.º 53, p. 3.

¹²⁶⁴ Sem autor. *Estatutos da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (1873). Lisboa: Tipografia do Futuro, 1873, p. 16.

mulheres, e de oito horas para os menores de dezasseis anos»¹²⁶⁵ e a proibição de qualquer tipo de trabalho para as crianças com idade inferior a doze anos.

Os estatutos estavam elaborados com uma novidade estatutária no movimento operário, com a inclusão de um campo sobre a prática grevista. Existe o cuidado e a sutileza de não usar a palavra greve uma única vez, mas o capítulo VI dos estatutos, denominado como «suspensões de trabalho e dos subsídios»¹²⁶⁶, não deixa dúvidas. Estamos perante um artigo destinado à gestão da prática da greve e dos fundos da associação para socorrer os eventuais trabalhadores que optem por essa forma de luta laboral. Ficava previsto que só era possível anunciar a suspensão do trabalho somente depois da associação ter apresentado por escrito aos patrões as reivindicações dos trabalhadores (artigo 56º). Existe uma ideia de estruturar a prática grevista em torno da associação, uma tentativa de estampar um modelo teórico para a resolução dos conflitos no trabalho. O primeiro passo devia ser a tentativa de dialogar e conversar com o patrão. O artigo 57º estabelecia que apenas o fracasso das negociações e o menosprezo pelas reivindicações dos trabalhadores permitiam concretizar a suspensão do trabalho de acordo com os artigos do capítulo VI dos estatutos. Ficava estabelecido que apenas a associação podia deliberar a suspensão do trabalho (artigo 59º) e a mesma devia subsidiar os associados sem trabalho «em cada semana com um salário igual ao fundo de subsídio deles»¹²⁶⁷. Os artigos definiam um espírito de solidariedade entre os associados no sentido de ajudar os eventuais grevistas, as diversas secções deviam contribuir com uma parte do seu fundo (artigo 63º). A ideia é formar uma normativa centralizadora para a prática da greve, evitando momentos espontâneos e, sobretudo, impedir a repetição de situações semelhantes que ocorreram durante as greves de 1872-73. Ainda estava previsto a associação socorrer todo aquele sócio que tinha sido afetado por alguma crise de trabalho.

No Porto, a *Associação dos Trabalhadores* é também fundada em outubro de 1873 e segundo Costa Goodolphim iniciou a sua atividade com 200 sócios¹²⁶⁸ e em 1875 são publicados no Porto os estatutos da associação juntamente com o *regulamento da Caixa de Socorros das Classes Trabalhadoras no Porto*. Na cidade do Porto o

¹²⁶⁵ *Inquérito Industrial de 1881, Visitas às fábricas, Distrito administrativo do Porto*, Livro segundo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 292.

¹²⁶⁶ Sem autor. *Estatutos da Associação dos...*, p. 19.

¹²⁶⁷ Sem autor. *Estatutos da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (1873). Lisboa: Tipografia do Futuro, 1873, p. 19.

¹²⁶⁸ GOODOLPHIM, Costa. *A Associação...*, p. 179.

movimento acaba por ter uma maior pujança do que o seu homólogo em Lisboa. Por exemplo, entre 1875 a 1877 o movimento grevista estava longe de ser o que tinha sido em 1872-1873, no entanto, no Porto ocorriam algumas movimentações grevistas. Era o caso dos marceneiros a reclamarem a diminuição do horário de trabalho, o sector dos pregueiros a reivindicar o aumento salarial e um conflito entre patrões e os chapeleiros. Segundo a pesquisa de Maria João de Abreu Mena Guimarães Castro todas estas greves acabaram por triunfar¹²⁶⁹.

Na greve dos chapeleiros do Porto a imprensa operária destaca que o patronato tentou fazer uma campanha na opinião pública contra os operários. A greve contou com 60 operários da Real Fábrica a Vapor do industrial Costa Braga, a reivindicação estava centrada nas alterações do regulamento de entrada e saída da fábrica. Perante os acontecimentos no Porto, na cidade de Lisboa o movimento operário mobiliza forças para realizar uma campanha de «solidariedade com os seus camaradas do Porto»¹²⁷⁰.

Em março de 1877 os operários da Real Fábrica Social solicitavam a intervenção da associação no conflito com os patrões. Depois de falar e ouvir o descontentamento dos trabalhadores, a ATRP serviu como intermediária entre ambas as partes. De imediato redigia uma carta ao patronato, solicitando a satisfação das reivindicações dos trabalhadores que previam a suspensão do uso das máquinas que tinham sido recentemente introduzidas no estabelecimento, frisando «que os operários não quer[iam] por forma alguma hostilizar os seus dignos patrões»¹²⁷¹. Perante esta solicitação, os patrões respondiam com uma carta que negava em completo as reivindicações dos trabalhadores, e reafirmavam a necessidade da introdução da máquina na produção para combater o mercado e a concorrência estrangeira. A intransigência dos dois sectores deu espaço para a convocação da greve. Numa assembleia da associação, perante a recusa dos patrões, os operários, «por unanimidade não voltar[iam] à fábrica»¹²⁷² e estava decretada a suspensão do trabalho por parte dos trabalhadores. A greve dos chapeleiros termina, ainda em 1877, e de uma forma bastante favorável para os grevistas, com a admissão de todos os grevistas ao trabalho, a suspensão das máquinas de acordo com a procura do mercado e a não admissão de aprendizes. O rejuvenescimento grevista sentido no Norte é apoiado pelo *Partido Socialista* e, sobretudo, dinamizado pelo novo

¹²⁶⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães. *O operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto...*, p. 26.

¹²⁷⁰ *O Protesto...*, novembro de 1877, III Ano, N.º 117, p. 1.

¹²⁷¹ *O Protesto...*, abril de 1877, III Ano, N.º 86, p. 2.

¹²⁷² *O Protesto...*, abril de 1877, III Ano, N.º 86, p. 2.

associativismo operário na figura da *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*. Segundo a historiadora Maria Filomena Mónica, em 1876 existam 5800 inscritos na ATRP, 3600 na zona de Lisboa e 2200 no Porto¹²⁷³.

É interessante verificar que a greve dos chapeleiros está numa base da conflitualidade entre o progresso, a ciência e o antigo mundo do trabalho. Os socialistas alertavam para os perigos dos desenvolvimentos tecnológicos nas fábricas, com a introdução das máquinas que originavam consequências para os trabalhadores em geral, nomeadamente todo aquele que ainda laborava com base na sua arte. O jornal socialista deixava a ideia de que «todas as artes estão sendo revolucionadas pelas máquinas»¹²⁷⁴, lembrando ao leitor que, no passado, vários trabalhadores que negavam a introdução da máquina no seu trabalho, como o caso dos trabalhadores ligados ao sector do tabaco e os tipógrafos. O artigo alertava para o facto de não existir nenhum ramo «de trabalho ao qual a máquina não seja aplicável, nem dificuldade que a ciência»¹²⁷⁵ não ultrapasse, dando o exemplo dos telegrafistas que estavam ameaçados com a descoberta do telefone. O progresso e a modernidade científica começavam a incorporar o discurso analítico do movimento operário.

De facto, a máquina fazia concorrência ao trabalhador, a sua introdução desvirtuava o modo de produção tradicional e punha em causa o frágil equilíbrio entre o trabalhador e o patrão. Como realçou a historiadora Michelle Perrot, há necessidade de olhar para a máquina como um «instrumento de disciplina»¹²⁷⁶ com um impacto tremendo no «espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador, de que a história tradicional das técnicas nos fala tão pouco»¹²⁷⁷. A polémica em torno da questão da máquina levava a que os socialistas frisassem que, em última instância, podia aniquilar determinadas profissões. Em Portugal a industrialização tinha vindo a avançar nas décadas de 50 e 60, mas o panorama do mundo do trabalho continuava a ter um predomínio da pequena e média unidade industrial, espaços de trabalho e de socialização diversificados, mas onde reinava uma mentalidade conservadora, de amor à arte do trabalho e os ofícios numa

¹²⁷³ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 59.

¹²⁷⁴ *O Protesto...*, março de 1877, III Ano, N.º 85, p. 2.

¹²⁷⁵ *O Protesto...*, março de 1877, III Ano, N.º 85, p. 3.

¹²⁷⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 24.

¹²⁷⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*, p. 24.

parte significativa dos trabalhadores. Muitas vezes o termo operário é empregue para classificar o que na verdade era um artesão.

Foi no Porto que a ATRP colocou a sua organização ao serviço dos trabalhadores, como estava estabelecido nos estatutos e, em outubro de 1877, lança um manifesto aos operários portuenses. A associação tentava convencer os operários da cidade do Porto a aderir ao associativismo, reivindicando o fim dos regulamentos internos nas fábricas, aumento nos ordenados, mais liberdades, menos escravidão, mais instrução e a necessidade de humanizar o operário. Nas palavras dos socialistas urgia a imprescindibilidade do trabalhador «ser mais homem e menos instrumento de trabalho»¹²⁷⁸. O referido manifesto recuperava um antigo slogan socialista do início dos anos 70: «Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres»¹²⁷⁹.

Em novembro, cerca de 51 operários chapeleiros continuavam em greve sem trabalho e a devida subsistência. Reivindicavam a anulação do regulamento, que era considerado injusto e arbitrário. Perante isto, o *Protesto* solicitava no seu jornal solidariedade e alguma ajuda com os grevistas, anunciando que era possível contribuir para ajudar os grevistas na sede da *Associação dos Trabalhadores* em Lisboa, na rua da Boavista, no 2º andar do número 128. A secção dos chapeleiros da *Associação dos Trabalhadores* realizou ainda um «sarau literário»¹²⁸⁰ para auxiliar os grevistas do Porto. A direção da fábrica a 16 de março de 1877 faz um texto público a anunciar que pretendia introduzir as máquinas no seu estabelecimento, chegando a anunciar publicamente que «os proprietários da Fábrica Social são adeptos das máquinas»¹²⁸¹.

A fábrica decidiu admitir novos aprendizes para vários serviços da fábrica e anunciava que a direção não ia readmitir os operários que a abandonassem. No final de março existe a informação que a greve dos chapeleiros no Porto estava resolvida de uma forma favorável aos operários, ficando decidida a admissão de todos os trabalhadores que tinham abandoando o trabalho e a suspensão do uso das «máquinas logo que a produção se manifeste superior ao consumo»¹²⁸², bem como a não contratação de aprendizes, somente em caso de absoluta necessidade. Os socialistas mostravam contentamento com o desfecho da situação, mas alertavam os operários para não desarmar e para a necessidade de ingressarem na associação para cimentar os êxitos

¹²⁷⁸ *O Protesto...*, outubro de 1877, II Ano, N.º 63, p. 2.

¹²⁷⁹ *O Protesto...*, outubro de 1877..., II Ano, N.º 63, p. 2.

¹²⁸⁰ *O Protesto...*, novembro de 1877, III Ano, N.º 118, p. 2.

¹²⁸¹ *O Protesto...*, março de 1877, III Ano, N.º 85, p. 3.

¹²⁸² *O Protesto...*, março de 1877, III Ano, N.º 85, p. 4.

alcançados. Perante a realização da greve dos chapeleiros no Porto e o congresso socialista, Gonçalves Viana vai escrever que o ano de 1877 revela novamente alguma «energia para a luta»¹²⁸³, no entanto, relembra que o processo de reorganização decorrido na ressaca do movimento revolucionário grevista de 1872-73 faz com que os «heróis da véspera apareçam no dia seguinte pigmeus esfarrapados [...] para salvar os restos do naufrágio»¹²⁸⁴.

7.2 A dinâmica socialista

A figura de Antero de Quental continua a ter um enorme destaque enquanto representante do socialismo em Portugal e até no estrangeiro. Em 1877 o poeta socialista é encarado no Brasil como o «chefe do socialismo em Portugal»¹²⁸⁵. No entanto, a figura que domina o movimento é o trabalhador da casa da moeda, Azedo Gneco. Este socialista é a figura incontornável na atividade política do movimento socialista a partir de 1873. É certo que na esfera pública está longe de ter o mesmo impacto que a figura de Antero de Quental, mas no plano doméstico controla o movimento operário e consegue obter um elevado prestígio no mundo do trabalho. E no plano internacional está em contacto com os dirigentes internacionalista. É verdade que Azedo Gneco, em 1878, é um dos principais intervenientes na polémica e divisão do movimento socialista por causa da participação do partido na disputa eleitoral e, por isso, acaba afastado da *Associação dos Trabalhadores* e da redação do *Protesto*. No entanto, a sua hegemonia e influência no mundo operário são suficientes para assegurar a sua continuidade no partido e, desta forma, no movimento operário português. Não é de estranhar que para muitos seja o homem forte do movimento operário, o responsável pela *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* e pelo *Partido Socialista*, «dando unidade à ação destas duas agremiações no congresso de Lisboa, em 1877»¹²⁸⁶.

De facto, foi a direção de Azedo Gneco que lançou as bases para a unificação do socialismo em Portugal, uma preocupação sempre patente nos seus textos. É depois de 1873 que é experimentada a manobra de expandir de forma sólida a influência do socialismo para além de Lisboa e do Porto, embora com um sucesso limitado. Os dirigentes em Lisboa olhavam com cuidado para as movimentações políticas no Porto,

¹²⁸³ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 12.

¹²⁸⁴ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 12.

¹²⁸⁵ *A Boa Nova. Tudo que for verdadeiro, honesto, justo, santo, amável*, 15 de setembro de 1877, Ano VII, N.º 72, p. 3. (Brasil)

¹²⁸⁶ *O Revolucionário. Folha socialista*, 17 de maio de 1903, I Ano, N.º 3, p. 2.

por exemplo, Azedo Gneco parece ter sido incansável a tentar colocar os socialistas do Porto sempre na órbita da linha oficial que era difundida em Lisboa. Quem corrobora esta tese é Gonçalves Viana, quando escreve que em 1876 ocupava o cargo de secretário para a correspondência no Porto e, desse modo, correspondeu diversas vezes com o correspondente no Sul, que era nada mais nada menos que Azedo Gneco. O anarquista português escreve que ainda conservava a primeira carta que recebeu de Azedo Gneco, um longo texto de estímulo aos socialistas do Norte a «seguirem a linha traçada pela maioria do congresso de Haia»¹²⁸⁷.

A dinâmica socialista continuava na divulgação de uma imprensa própria. A 15 de outubro de 1875 Engels informava August Bebel que em Portugal voltava a existir de novo um jornal socialista, *O Protesto*, no entanto, anunciava de que tinha informação que o movimento estava com dificuldades em avançar devido à «obstrução por parte do governo e da burguesia»¹²⁸⁸. O próprio Azedo Gneco envia para Engels três números do jornal, escrevendo ao alemão que não conseguia enviar o «primeiro número do periódico por ter esgotado»¹²⁸⁹. O primeiro número do jornal foi lançado a 7 de agosto de 1875.

Paralelamente ao trabalho de divulgação foi introduzido a novidade eleitoral à dinâmica socialista. Pela primeira vez os socialistas funcionavam numa ideia eleitoralista e partidária. Embora nunca tenham deixado de integrar a arena política, os socialistas tentavam agora adquirir alguma voz no parlamento. A ideia não é propriamente nova em Portugal, pois o movimento socialista da década de 50 tenta, sem sucesso, lançar em finais de 1851 uma candidatura de um operário à Câmara dos Deputados. O socialista Lopes de Mendonça é o responsável pela publicação de texto onde defende a candidatura de um trabalhador, nomeando para tal efeito o operário José Maria Chaves¹²⁹⁰. Contudo, na década de 70 o plano era lançar várias candidaturas e estabelecer o *Partido Socialista* como uma força política no país e na sociedade. O partido estava orquestrado na lógica eleitoral existente, havendo secções de freguesia de acordo com os círculos eleitorais e estava previsto existir uma associação que tinha

¹²⁸⁷ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 16.

¹²⁸⁸ AAVV. “Engels to August Bebel in Leipzig, 15 October 1875”, Em: *Marx & Engels Collected Works Volume 45 Letters 1874-79*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 99.

¹²⁸⁹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, sem data, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 2.

¹²⁹⁰ Confrontar, LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública...*, pp. 139-142.

como objetivo instruir as classes populares. Em grande medida, o plano de enraizamento do partido na sociedade e no regime liberal era feito de forma a tentar camuflar o trabalho do referido partido através do associativismo que devia envolver e convencer os trabalhadores.

Neste sentido, Azedo Gneco afirmava a Engels que em 1876 já existiam três escolas: «uma no Porto, na Federação de Trabalhadores, outra em Lisboa na Federação Local de Lisboa e outra no círculo 65 do Partido Socialista que se denomina Grémio Operário»¹²⁹¹. Por outro lado, havia a ideia de criar cooperativas, embora com alguns melhoramentos, pois para Azedo Gneco, enquanto movimento espontâneo as cooperativas eram nocivas para a causa dos trabalhadores. A dinâmica socialista estava orquestrada numa lógica de ligação entre estes três movimentos, o partido, as associações/escolas e as cooperativas que deviam trabalhar sob a alçada de um conselho central que ficava «por esta forma a Internacional constituída»¹²⁹².

As primeiras eleições a que o partido decidiu concorrer foram as municipais em Lisboa, logo no ano da fundação (1875). A 10 de novembro desse ano é lançado um manifesto do *Partido Socialista* aos eleitores de Lisboa, um documento apresentado publicamente quase em simultâneo com a proclamação eleitoral dos candidatos do *Centro Eleitoral Republicano*, que apresentava os lisboetas, e antigos integrantes do movimento operário, João Bonança e Carrilho Videira como candidatos. O manifesto eleitoral socialista¹²⁹³ está longe de ser um panfleto radical. Muito moderado nas palavras e, mais significativo, nas ideias, acaba por se centrar em questões concretas da cidade de Lisboa. Aborda, logo no início, a decadência do saneamento básico, transmitindo uma horrível imagem da cidade. Uma cidade onde morria mais gente do que nascia e as «famílias mal chegam à segunda geração»¹²⁹⁴. Os socialistas acusavam os antigos partidos de simbolizarem a inércia do progresso e desenvolvimento progressivo da sociedade. Os socialistas, naturalmente, elogiavam os candidatos escolhidos, que estavam «entre os mais ilustres pela ciência, ou mais devotos ao bem geral»¹²⁹⁵. O manifesto eleitoral socialista apelava ao voto nas listas socialistas dos 10 a

¹²⁹¹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 9.

¹²⁹² Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876..., p. 9.

¹²⁹³ Um documento transcrito no livro, NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, pp. 55-58.

¹²⁹⁴ *O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto)*, 10 de novembro de 1875. Lisboa: Typ. Futuro, p. 1.

¹²⁹⁵ *O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto)...*, p. 1.

12 mil eleitores que tinham o direito de votar, referindo que a lei atribuía só a esta parte da sociedade o voto e «só eles podem preparar a população de Lisboa um futuro material moral»¹²⁹⁶. Por fim, o partido afirmava que, em caso de vitória, essa pertencia à sociedade, por outro lado, em caso de derrota, quem perdia era a sociedade. A lista escolhida pelo partido tinha um conjunto de nomes de peso, figuras proeminentes do movimento operário, mas também da própria sociedade civil:

Bernardino António Gomes, médico. Manuel Bento de Sousa, médico. António Augusto de Aguiar, lente de química. João Inácio Ferreira Lapa, agrónomo. Silvestre Bernardo, agrónomo. Jaime Batalha Reis, agrónomo. Francisco Maria de Sousa Brandão, engenheiro. Caetano Maria Batalha, engenheiro. Miguel Eduardo Lobo de Bulhões, escritor. António de Oliveira Marreca, escritor. António Soares Monteiro, proprietário. Francisco Gonçalves Lopes, industrial¹²⁹⁷.

Em termos sociais os candidatos pertenciam todos à pequena e a média burguesia, mas mais significativo é a ausência de trabalhadores nas listas socialistas, mesmo existindo condições para apresentar alguns nomes da elite operária. Mas a presença de uma figura como Sousa Brandão é, deveras, interessante. É a única continuidade com o movimento socialista da década anterior, um representante do *socialismo utópico* e ordeiro que outrora foi dominante no movimento operário. O engenheiro militar tinha uma longa experiência política, com ligações ao sector liberal mais progressista, como era a sua ligação ao grupo do *Pátio do Salema*, chegando a ser eleito deputado entre 1865-1868, com 1 942 votos no círculo da Vila da Feira. Curiosamente, Sousa Brandão consegue derrotar no círculo eleitoral um ilustre liberal do *Partido Histórico*, Anselmo José Bramcamp (1825 votos)¹²⁹⁸. A presença de Sousa Brandão nas listas socialistas era uma aposta forte, mas existiam outras individualidades da intelectualidade portuguesa e, sobretudo, do campo socialista. É o caso de Jaime Batalha Reis, António Oliveira Marreca e Eduardo Maia que vão a votos. No entanto, o resultado é um fracasso com alguma imprensa a escrever que o «chamado partido dos proletários socialistas

¹²⁹⁶ *O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto)*..., p. 1.

¹²⁹⁷ *O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto)*..., p. 2.

¹²⁹⁸ *Diário do Governo*, 29 de julho de 1865, N.º 168, p. 1734; *Diário de Lisboa*..., 19 de agosto de 1865, N.º 185, p. 1884.

alcanç[ou] um número de sufrágios relativamente insignificante»¹²⁹⁹. O mais votado foi o médico António Augusto de Aguiar com 288 votos, seguido pelo seu colega Bernardino António Gomes com 189 votos. O engenheiro Caetano Maria Batalha consegue 179 votos, seguido por Sousa Brandão. O histórico socialista e antigo deputado que apenas consegue 170 votos. Jaime Batalha Reis obteve 139 votos, António de Oliveira Marreca 126 votos, Silvestre Bernardo consegue 125 votos, Francisco Gonçalves Lopes 119 votos e por fim António Soares Monteiro e Miguel Lobo de Bulhões conseguem ambos 113 votos¹³⁰⁰. O socialista Eduardo Maia surge na notícia com uma votação de 101 votos. O somatório dos votos nos vários candidatos socialistas apresenta um resultado de 1 662 votos. Em 1875 a classe trabalhadora eleitoralmente não era significativa, o *Partido Socialista* tinha noção dessa realidade e, por conseguinte, não destaca o voto operário no seu manifesto eleitoral. O voto censitário restringia o acesso ao voto ao homem maior de idade com um rendimento anual nos 100\$00. Só em 1878 é que ocorre uma alteração na lei do voto que alargou o sufrágio àqueles maiores de 21 anos alfabetizados ou chefes de família. Na prática, a reforma eleitoral continuava a garantir o sufrágio censitário do Acto Adicional à Carta Constitucional (1852), tal como refere Pedro Tavares de Almeida a reforma «baseava-se na presunção de que os indivíduos [...] teriam necessariamente um rendimento líquido anual idêntico aos 100 000 réis»¹³⁰¹.

Em suma, é um resultado que mostra um débil enraizamento na população votante lisboeta e a necessidade de estabelecer influência nesse mundo. A direção do partido acaba por assumir publicamente esta realidade, comunicando aos operários a necessidade de continuar a organizar o movimento socialista e «mostrar com factos a possibilidade da ação dos trabalhadores como classe e como partido»¹³⁰². Neste artigo de 1876 é lembrado o ensaio das eleições municipais de 1875, frisando a vontade do partido socialista concorrer de novo em Lisboa e no Porto. O partido lembrava ao público que não chegava «a uma décima parte dos filiados o número dos socialistas que tem voto»¹³⁰³, mas que isto não devia impedir as incursões eleitorais dos socialistas que

¹²⁹⁹ *Jornal do Comércio. Boletim de notícias da Europa*, suplemente ao N.º 355, 23 de dezembro de 1875, p. 10. (Brasil)

¹³⁰⁰ *Jornal do Comércio. Boletim de notícias da Europa*, suplemente ao N.º 355, 23 de dezembro de 1875, p. 10. (Brasil)

¹³⁰¹ ALMEIDA, Pedro Tavares. “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social*, Vol. XXI (85), 1985, p. 115.

¹³⁰² *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 64, p. 1.

¹³⁰³ *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 64, p. 1.

devia começar pelo trabalho de recensear os eleitores amigos e filiados no partido. O partido participava no jogo eleitoral, mas não deixava de criticar as regras e levantar suspeitas de fraudes do mesmo. No sentido oposto estava *O Bem Público* que não deixava de ironizar com a lista apresentada de vereadores do *Partido Socialista*, frisando que os candidatos já tinham figurado noutros partidos e não tinham nada de socialistas¹³⁰⁴.

Nas eleições municipais de 1877 o socialismo criticava uma comissão eleitoral, inclusive, levantava as suspeitas que tinha sido «organizada por ordem do governo»¹³⁰⁵ e, desse modo, representava um atentado à liberdade dos eleitores. Os socialistas chamavam a atenção para a presença de Alves Branco, um conhecido republicano e de António Augusto Aguiar¹³⁰⁶, relembrando ao público que este último, embora não fosse militante do *Partido Socialista*, tinha sido proposto nas listas socialista em 1875. Ou seja, o candidato com melhor votação das listas socialistas é dado em 1877 pelos próprios socialistas como «eleito por ordem do governo»¹³⁰⁷ e acusado publicamente de aprovar a corrupção da urna, de violar a consciência popular e apoiar os partidos burgueses. Esta situação é paradigmática das dificuldades dos socialistas no trilho eleitoral, mas confirma a entrada do socialismo português no xadrez eleitoralista e na discussão política em torno do constitucionalismo. Nesta lista de candidatos a vereadores também estava António Joaquim Pereira Serzedelo Júnior, um ilustre da sociedade que tinha sido delegado no Congresso Social (1865-1866) pela *Associação Comercial de Lisboa*. Entretanto, no Porto os dirigentes do *Partido Socialista*, que estava organizado e em funcionamento em torno do círculo 13 e 14, optam pela abstenção nas eleições municipais de novembro de 1877. Na militância socialista portuense encontramos o tecelão Eduardo Carvalho e Cunha que, em 1877, é um dos fundadores da *Sociedade Cooperativa dos Tecidos*. O jovem tecelão Manuel José da Silva e o serralheiro Manuel José Martins, um dos militantes mais antigos e delegado no I Congresso Socialista pelo Porto e, inclusive, integrou a comissão verificadora de mandatos. Outros importantes militantes são Ermelindo Martins, que será candidato por

¹³⁰⁴ *Bem Público*, 13 de novembro de 1875, 19ª Série, N.º 19, p. 151.

¹³⁰⁵ *O Protesto...*, julho de 1877, III Ano, N.º 99, p. 2.

¹³⁰⁶ Conhecido cientista que realizou trabalhos sobre a química, matemática e ciências naturais. Em 1879 é eleito deputado pelo *Partido Regenerador* e, em 1884, é nomeado Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria. Integrou várias sociedades ligadas à ciência e chegou a ser Grão-Mestre da Maçonaria.

¹³⁰⁷ *O Protesto...*, julho de 1877, III Ano, N.º 99, p. 2.

um círculo eleitoral de Lisboa e membro do Conselho Central do *Partido Socialista*, e Gonçalves Viana, também com tarefas de relevo no *Partido Socialista*, ambos serralheiros. Curiosamente, os três últimos nomes vão estar ligados por laços de parentescos (primos) e, mais tarde, vão ser importantes protagonistas na história do movimento operário portuense e, conseqüentemente, português. Ambos integram a luta partidária do socialismo, mas acabam por criticar a postura eleitoralista do *Partido Socialista* e na década de 80 rompem com o socialismo para integrar as fileiras do anarquismo. A situação no Porto é representativa de um relacionamento frágil que nem sempre foi fácil, nomeadamente, depois do II congresso socialista, em 1878.

Em 1877 os socialistas começam a dar sinais de alarme com os resultados eleitorais e práticos do partido, com a necessidade de explicar publicamente os fracassos avanços. A justificação apresentada estava relacionada com a ausência de leis políticas mais democráticas para «que o movimento de resistência possa surtir efeito»¹³⁰⁸. Era necessário existir uma maior liberdade de associação, de reunião e de «coalizão (direito de fazer greve)»¹³⁰⁹. A questão da proibição da greve é interessante e acaba por não ficar circunscrita ao movimento operário, por exemplo em março de 1867 o deputado Carlos Bento alertava para a existência de uma «legislação obsoleta»¹³¹⁰ em Portugal que precisava de ser revista. Ao contrário de outros países, em Portugal não era permitida a reunião dos trabalhadores para declarar a greve como forma de reivindicativa. Em causa estava o artigo 273º do Código Penal que incorporava uma pena de três anos. No ano de 1870 é apresentada na Faculdade de Direito de Coimbra uma dissertação que defendia a legalização da prática grevista. Caetano de Andrade de Albuquerque defendia um equilíbrio nas relações entre patrão e trabalhador e que a greve era uma «arma tão justa, [perante] os empresários pouco escrupulosos»¹³¹¹

Esta nova dinâmica socialista pretendia expandir as suas ideias para as províncias. Estava previsto nos estatutos da *Associação dos Trabalhadores* realizar uma melhoria na vida dos trabalhadores agrícolas, no entanto, eram consabidas as dificuldades em organizar o socialismo na ruralidade. Aos olhos dos socialistas, esta dificuldade estava relacionada com as vicissitudes do próprio mundo rural. Neste espaço, é observado que

¹³⁰⁸ *O Protesto...*, novembro de 1877, III Ano, N.º 119, p. 2.

¹³⁰⁹ *O Protesto...*, novembro de 1877, III Ano, N.º 119, p. 2.

¹³¹⁰ *Diário da Câmara dos senhores deputados da nação portugueses*, 18 de março de 1867, N.º 55, p. 813.

¹³¹¹ ALBUQUERQUE, Caetano de Andrade. *Direitos dos operários – Estudos sobre as greves*. Coimbra, 1870. Citado em, FONSECA, Carlos. *História do Movimento operário e das ideias socialistas, IV – Greves e agitações operárias, 1ª parte*. Viseu: Publicações Europa-América, (s.d.) p. 47.

a *Associação dos Trabalhadores* era a melhor ferramenta para intervir nos grandes centros agrícolas, no entanto, a associação devia existir nas aldeias. Ou seja, não era descartada a ideia de concretizar trabalho político na ruralidade, mas devia haver certos cuidados nessa tarefa. A intervenção do partido ou da *Associação dos Trabalhadores* nas aldeias não garantia o sucesso e o seu aparecimento colocava de imediato as classes dominantes em alerta e podia ser exponencial para o fracasso.

A solução que oferecia um certo otimismo era a criação das cooperativas e, desse modo, era possível aliciar os trabalhadores e não extremava tanto as posições, sendo importante frisar que as cooperativas tinham como fim a instrução, pois desse modo poderia receber «louvores da burguesia filantrópica»¹³¹². Esta dinâmica podia fazer germinar a ideia socialista na aldeia, não obstante, os dirigentes terem a plena noção da complexidade do mundo rural português. Por exemplo, se abordavam Samora Correia como um lugar com condições para tentar implantar esta tática, na Covilhã podia ser mais complicado devido à existência de uma realidade mais conservadora e religiosa e escreviam que tinham a noção que nessas localidades tinham que «arcar mais com os padres que com a burguesia»¹³¹³. Os socialistas começavam a observar o território como diversificado e complexo, mas também de uma forma sociológica.

A 31 de agosto de 1876, Azedo Gneco, José da Silva e Joaquim de Oliveira assinam em nome do *Partido Socialista* de Portugal felicitações aos socialistas de França que estavam reunidos em congresso. Na carta os socialistas afirmam que era a primeira vez que os operários socialistas portugueses se dirigiam aos operários franceses, enaltecem o papel histórico do proletariado parisiense e frisavam que o movimento em Portugal era «fruto da revolução comunalista de 1871»¹³¹⁴. Para a historiadora Ana Maria Alves a Comuna de Paris terá sido nuclear para estimular os «esforços em Portugal para o levantamento do partido operário [e socialista]»¹³¹⁵. Na carta é frisado o internacionalismo de classe por parte dos portugueses e apresentada solidariedade para com os trabalhadores franceses sob a ideia da igualdade e semelhança da condição económica e social do proletariado em todos os países. Segundo o documento o Estado era «uma delegação das classes dominantes»¹³¹⁶ que conserva os interesses instalados e, perante esta realidade, era necessário que o

¹³¹² *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º 90, p. 1.

¹³¹³ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º 90, p. 1.

¹³¹⁴ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 55, p. 1.

¹³¹⁵ ALVES, Ana Maria. *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 161.

¹³¹⁶ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 55, p. 1.

proletariado revertesse a situação e fosse uma força no parlamento. Curiosamente, o documento dos portugueses é replicado num jornal Brasileiro¹³¹⁷ e mencionado no número 126 do jornal *La Tribuna*, órgão ligado aos republicanos e socialistas franceses, com um agradecimento aos socialistas portugueses.

Os portugueses não deixavam de intervir na política internacional referente ao socialismo e à *Internacional*. Em outubro de 1877 escreviam sobre o *Congresso Operário Internacional* que ia decorrer no dia 26 de outubro em Berna (Suíça). Os socialistas portugueses lembravam que tinham sido convidados a estar presentes no congresso que era organizado e convocado pelas «secções dissidentes da Associação Internacional dos Trabalhadores»¹³¹⁸. O jornal português anunciava que nesse espaço iam ser apresentadas propostas no sentido de reconciliar o movimento operário internacional. Uma informação que alegrava os socialistas portugueses, pois estes ansiavam o fim das «questiúnculas, que tanto mal têm causado à classe trabalhadora»¹³¹⁹.

O convite para participar no congresso chegou através de uma carta da Federação de Cádiz, no entanto, perante o convite os portugueses recusaram enviar delegados, frisando que era «materialmente impossível, e [...] não sabiam qual o carácter da sua representação»¹³²⁰.

Embora o *Partido Socialista* apresente saudações ao congresso, não deixa de realizar uma crítica ao mesmo nas páginas da sua imprensa. Em dezembro de 1876 é traduzida e publicada uma carta do Congresso de Berna ao Conselho Central do *Partido Socialista* de Portugal. A carta, que é assinada por ilustres figuras ligadas ao anarquismo como os italianos Errico Malatesta e Carlos Cafiero, o francês Paul Brousse, e o inglês (de origem Suíça) James Guillaume. Esta fação voltava a solicitar a adesão dos portugueses às suas ideias, descrevendo o acontecimento político como «o oitavo congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores»¹³²¹. Perante isto, os socialistas portugueses frisavam a existência de um *equivoco deplorável*, recordando que o Congresso de Berna não era o oitavo da *Internacional*, «mas sim o quarto de uma

¹³¹⁷ *Jornal do Recife*, 17 de novembro de 1876, Ano XIX, N.º 262, p. 1.

¹³¹⁸ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 61, p. 2.

¹³¹⁹ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 61, p. 2.

¹³²⁰ *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 66, p. 1.

¹³²¹ *O Protesto...*, dezembro de 1876, II Ano, N.º 68, p. 2.

das partes em que esta associação se dividiu»¹³²². Reiterando a necessidade de se corrigir esta afirmação para reforçar os laços de solidariedade entre os vários países.

Quando Bakunin morre o *Protesto* publica notícia da sua morte e aproveita para salientar que não concordava com a postura que o pensador russo materializou na *Internacional*, lembrando o congresso de Haia e a divisão entre o *partido marxista* e o *partido bakounista*. Tendo em conta esta realidade os socialistas portugueses assumiam a sua postura histórica no congresso de Haia, no entanto defendiam em 1876 uma postura conciliatória. Lembrem que em Espanha o movimento internacionalista continuava a condenar as recomendações do congresso de Haia, por exemplo a proposta de edificar partidos políticos para a classe operária. Ao contrário, em Portugal a postura era distinta. Perante isto o socialismo português apelava para que todos fizessem algo semelhante ao que se sucedia na Península Ibérica:

Analizamos o movimento dos proletários espanhóis, eles analisam o nosso: conservamos as nossas teorias e opiniões e respeitamo-nos mutuamente, sem guerra, sem ódios, sem ridículo. Toleramos e somos tolerados. [...] Terminem, pois, a luta fratricida, companheiros, e a campa que encerra o cadáver de Miguel Bakounine encerre também as malquerenças que impensadamente suscitou aquele revolucionário. Tenhamos dele uma recordação carinhosa pelo muito que trabalhou, e abracemo-nos fraternalmente¹³²³.

Os portugueses revelavam ser uma voz reconciliatória no movimento operário internacional e ainda depositavam grandes esperanças de sucesso no ideário internacionalista, mesmo numa altura em que a *Primeira Internacional* está próxima da morte.

Os socialistas vão continuar a dinamizar um confronto na imprensa através do jornal o *Protesto*, que tinha como objetivo influenciar a opinião pública, pois na sua leitura era «indispensável levantar a opinião pública da degradação em que se debate»¹³²⁴. A importância do espaço público na luta política é fundamental para o campo socialista. Um dos alvos é o jornal *Diário Ilustrado* com quem existe um diálogo curto, mas extremado. O jornal socialista acusa o *Diário Ilustrado* de ofensas e mentiras

¹³²² *O Protesto...*, dezembro de 1876, II Ano, N.º 68, p. 2.

¹³²³ *O Protesto...*, agosto de 1876, II Ano, N.º 53, pp. 2-3.

¹³²⁴ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 96, p. 1.

sobre o enterro de José Fontana, frisando que o autor desse artigo era «indigno de puxar o carro em que ia o nosso amigo e ainda de limpar o esterco das bestas que o puxavam»¹³²⁵. O *Diário Ilustrado*, sem nunca referir o nome de Fontana, escrevia que o enterro do socialista podia estar ligado a uma eventual burla. Segundo o jornal, a empresa que realizou o serviço fúnebre fazia-se pagar por uma suposta qualidade que não correspondia ao enterro. Segundo o jornal o carro funerário era ordinário, com um «caixote muito tosco para recetáculo do finado [...] era uma burla, porque isto era agarrar num cadáver [...] especular com a dor suprema de uma família»¹³²⁶. No final de setembro o *Diário Ilustrado* escrevia, ironicamente, sobre a necessidade de criar escolas para os socialistas, pois segundo o jornal a «revolução socialista revela sobre tudo uma gravíssima ignorância»¹³²⁷. Perante esta provocação, o *Protesto* solicitava a casa de correção para os redatores do jornal, pois «infringem diariamente as leis da moral, reincidindo no insulto e na má educação»¹³²⁸.

Em maio de 1877 o *Protesto* publicava uma lista com alguns trabalhos do campo socialista português, afirmando que em Portugal «a propaganda socialista tem sido muito limitada»¹³²⁹, sendo destacados alguns periódicos (*O Pensamento Social*, *O Bom Senso* e o *Protesto*) e os trabalhos de Antero de Quental (*O Que é a Internacional*), José Fontana (*As cooperativas*), o *Manifesto inaugural da Internacional* (1872), o *Manifesto do Partido Comunista* (1873) e as *actas do primeiro congresso socialista* (1877). Esta publicação faz desencadear um protesto de um socialista que endereça uma carta para a redação do jornal assinada como «um aliancista de 1871»¹³³⁰. O protesto incidia na ausência do trabalho de Oliveira Martins na lista, mais concretamente, o livro *Portugal e o Socialismo* publicado em 1873. A carta recomendava a leitura do livro e apontava o mesmo como um estudo pertinente e sério sobre o socialismo em Portugal. Perante este reparo, o jornal justificava a sua decisão por estar a fazer referência às publicações «publicadas, mais ou menos, diretamente pelas associações operárias»¹³³¹. Frisando que a obra de Oliveira Martins era uma das mais interessantes publicações em Portugal, tal como *O Trabalho* (Sousa Brandão) e a *Propriedade* (Eduardo Maia).

¹³²⁵ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 57, p. 1.

¹³²⁶ *Diário Ilustrado*, 6 de setembro de 1876, Quinto Ano, N.º 1330, p. 2.

¹³²⁷ *Diário Ilustrado*, 30 de setembro de 1876, Quinto Ano, N.º 1351, p. 2.

¹³²⁸ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 60, p. 2.

¹³²⁹ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º 92, p. 2.

¹³³⁰ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º 93, p. 2.

¹³³¹ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º 93, p. 2.

A outubro de 1877 o *Protesto* desmentia uma notícia posta a circular pelo jornal o *Progresso*, ligado ao *Partido Progressista*. Este jornal afirmava que o *Partido Regenerador* tinha apoios políticos em certos clubs socialistas e alguns dos seus membros, juntamente com elementos republicanos, iam saudar a chegada de Fontes Pereira de Melo ao Entroncamento. Perante esta notícia, os socialistas negam tudo, frisando que o *Partido Socialista* não estava disponível para negociar com qualquer um dos partidos citados nem para eventuais alianças, acusando de mentir quem insinuar que os socialistas ajudavam «este ou aquele partido burguês»¹³³². Neste mesmo ano, os socialistas anunciavam que as suas ideias estavam a triunfar no espaço público e, para demonstrar, citavam uma notícia do *Jornal do Comércio* que criticava a ausência de «casas baratas para as classes operárias»¹³³³. A notícia era encarada como um reflexo das aspirações do *Partido Socialista* e do debate por ele criado. A questão da habitação, nomeadamente, o preço das rendas das casas dos operários é abordada na imprensa socialista com acusações da má qualidade das casas e a existência de uma elevada renda para os rendimentos dos trabalhadores. Em novembro de 1876 os socialistas culpavam a lógica do mercado para o aumento dos preços das rendas das casas em Lisboa, exista muita procura e pouca oferta. Perante isto, os socialistas defendiam que a população da capital devia edificar as propriedades urbanas para dar resposta à procura e, por conseguinte, abaixar o preço das rendas. Uma empreitada que necessitava da parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, pois as casas deviam ficar propriedades do município de Lisboa e este tinha a tarefa de obter os recursos para edificar as habitações¹³³⁴. No fundo, o socialismo reivindicava a construção de bairros sociais para os trabalhadores e camadas mais pobres, uma necessidade abordada no parlamento. Em fevereiro de 1875, o Par Carlos Bento da Silva tinha levantado a questão no parlamento, frisando «que a construção de casas baratas para o operariado era o objetivo de vários governos de outros países, particularmente do inglês»¹³³⁵.

7.3 I congresso dos operários socialistas de Portugal (1877)

A 29 de outubro de 1876 Azedo Gneco escrevia uma carta a Friedrich Engels com o propósito de informar sobre os desenvolvimentos políticos no campo socialista

¹³³² *O Protesto Operário...*, outubro de 1891, III Ano, N.º 112, p. 1.

¹³³³ *O Jornal do Comércio*, citado em *O Protesto Operário...*, junho de 1877, III Ano, N.º 95, p. 1.

¹³³⁴ *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 67, p. 1.

¹³³⁵ LÁZARO, João. “Habitação operária vista pelas Cortes Liberais”. *Vértice*. N.º164, 2012, p. 25.

português, que estava pela primeira vez organizado em torno de um partido político e começava a desenvolver a sua maturidade. Nessa carta, Engels tinha conhecimento que o projeto transitório do *Partido Socialista* estava concluído e começava a ser divulgado publicamente no jornal o *Protesto* e ia ser debatido no futuro congresso socialista que tinha sido convocado para os dias «5, 6, e 7 de janeiro [...] em Lisboa»¹³³⁶. A realização do congresso em Portugal espelhava a realidade internacional, um pouco por toda a Europa os socialistas organizavam congressos. É o caso do congresso socialista realizado em 1876 na Áustria, Alemanha, França e Itália. O congresso ia ser anunciado publicamente a 16 de dezembro de 1876 e os dirigentes socialistas portugueses estavam confiantes que conseguiam reunir trinta delegados oriundos da *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (Federação de Lisboa e do Porto), a cooperativa Indústria Social, Progresso e Trabalho e do *Partido Socialista*. A ordem de trabalhos no congresso estava centrada em três pontos essenciais: «1º Relatório do Conselho do Partido; 2º Discussão e votação da organização e programa do partido; 3º Eleições do Conselho e formação do congresso seguinte»¹³³⁷.

Perante a inexperiência dos socialistas portugueses na realização de eventos políticos da envergadura de um congresso, Azedo Gneco solicitava a opinião a Engels sobre o número de delegados, frisando que um eventual aumento do número era possível, no entanto, desvirtuava a sua representação. Por fim, solicitava o envio ao congresso de saudações de várias organizações estrangeiras, inclusive, uma do próprio Engels para que fossem apresentadas e lidas aos delegados portugueses.

A 20 de novembro de 1876 Engels escrevia para Johann Philipp Becker para anunciar que em Portugal os socialistas tinham agendado para janeiro de 1877 um congresso que pretendia apresentar «um novo programa do partido para a discussão»¹³³⁸. No entanto, a 21 de janeiro de 1877 é escrita uma carta para Engels a anunciar que o congresso ia decorrer em «2, 3 e 4 de fevereiro próximo»¹³³⁹. O congresso acabou por se realizar entre 1 a 4 de fevereiro de 1877 no segundo andar do número 128 da rua da Boavista. No início de fevereiro um longo texto ocupava a

¹³³⁶ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 29 de outubro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social*, p. 13.

¹³³⁷ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 29 de outubro de 1876..., p. 13.

¹³³⁸ AAVV. “Engels to Johann Philipp Becker in Geneva, London 20 November 1876”. Em: *Marx & Engels Collected Works, Volume 45 Letters 1874-79*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010, p. 174.

¹³³⁹ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 21 de janeiro de 187, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 16.

primeira página do *Protesto* onde era anunciada a realização do primeiro congresso socialista português que juntava «os rivais de outro tempo»¹³⁴⁰, um acontecimento de tremenda importância, chegando a ser frisado que o mesmo marcava a entrada do movimento dos trabalhadores numa nova fase. A sessão preparatória foi iniciada a 1 de fevereiro pelas 20h45, com Azedo Gneco a ocupar a presidência da mesa, auxiliado por Constantino Pereira e António Joaquim de Oliveira nos lugares de secretários. A comissão verificadora dos mandatos foi composta por Ferreira de Macedo, José Martins e Francisco da Costa. Pelas 21h15 a sessão foi interrompida para ser reaberta pelas 22h com a proclamação de 48 delegados eleitos divididos pela *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* (28), o *Partido Socialista* (10) e quatro sociedades cooperativas de produção (10)¹³⁴¹. No dia seguinte é inaugurada a primeira sessão do congresso, com os trabalhos a serem dirigidos por Azedo Gneco, Eduardo Cunha e Nobre França. Inicialmente foi apresentado um documento da autoria do Conselho Central do *Partido Socialista* que tinha como propósito apresentar aos delegados uma síntese dos acontecimentos históricos internacionais que tinham originado o despertar dos trabalhadores portugueses, nomeadamente a insurreição popular da Comuna de Paris em 1871. O documento oculta a história do movimento operário da década de 50 e 60, destacando que o «movimento político dos operários portugueses t[inha] a maior originalidade»¹³⁴², pois não detinha nenhuma tradição revolucionária nem individualidades mediáticas e possuía um vácuo ideológico. A combinação destes elementos permitiu a existência de uma atmosfera peculiar no movimento operário que será alterada na década de 70. O documento não faz referência ao Congresso Social de 1865-1866, um pioneiro congresso organizado pelo *Centro Promotor* na década anterior. Se o Congresso Social contou com uma participação acima dos 100 delegados, o congresso de 1877 ficou abaixo dos 50. Não existem referências da presença de delegados em ambos os congressos, mas das listas dos delegados é possível verificar que existem três nomes idênticos: António Joaquim de Oliveira, Francisco dos Santos e Francisco Joaquim Gomes. É improvável que o primeiro nome corresponda à mesma pessoa, pois no primeiro congresso o nome surge como delegado da *Associação Tipográfica Lisbonense* e, como vimos no segundo

¹³⁴⁰ *O Protesto...*, fevereiro de 1877, III Ano, N.º 77, p. 1.

¹³⁴¹ Consultar **Anexo I** – Lista das associações e delegados que participaram no Congresso dos operários socialistas em 1877.

¹³⁴² Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 8. Fundação Mário Soares.

capítulo, António Joaquim de Oliveira é eleito na comissão governamental de 1866 pela associação dos tipógrafos. No segundo congresso, o nome consta como delegado da secção dos carpinteiros navais. Em relação aos outros dois nomes, não temos informação para sustentar a sua presença em ambos os congressos. Outro dado a registar é a ausência de figuras proeminentes do movimento operário da década de 70 neste congresso.

Na lista de delegados do congresso apenas os nomes de Azedo Gneco, Nobre França, Conceição Fernandes, Celestino Aspra e Lúcio Fazenda são figuras conhecidas da nova vaga de socialistas que despontou embebida nas ideias internacionalistas e reorganizou o movimento operário. É certo que as figuras de Azedo Gneco e Nobre França simbolizam aquele trabalhador letrado, representam aquela figura que acaba por se envolver intimamente com a intelectualidade progressista e socialista. Todavia, socialmente são trabalhadores e, de facto, o congresso de 1877 representa a consolidação da vitória dos trabalhadores na vida, direcção e organização do movimento operário e socialista, em detrimento da influência da figura do intelectual progressista oriundo da pequena e média burguesia. A ausência de figuras com estas características do congresso é notória. Perante isto, não é de admirar que o congresso seja um palco prestigiado para apresentação de informação detalhada sobre a realidade do mundo do trabalho, um trabalho feito pelos próprios trabalhadores. Várias secções apresentaram relatórios que tinham informação detalhada sobre os salários e horários praticados no seu sector. A secção dos fundidores apresentou informação sobre as oficinas de fundição em Lisboa e nos arredores, destacando ao congresso a existência de dez estabelecimentos de relevo, que empregavam 122 fundidores com um salário médio a rondar os 900 réis. A média do horário de trabalho ficava nas 10 horas. Além disto, havia outros 30 trabalhadores em estabelecimentos mais pequenos, com a média do salário nos 550 réis e um horário de trabalho mais elevado, a rondar as 14 horas¹³⁴³.

O relatório dos carpinteiros civis demonstrava ao congresso as limitações do movimento operário nos últimos anos e, em grande medida, o declínio do movimento. Os dirigentes desta secção afirmavam que existiam 40 associados em dezembro de 1876, um número demonstrativo da decadência desta secção, que podia ser uma das mais numerosas, pois era frisado perante o congresso a existência de um universo de 3

¹³⁴³ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 9. Fundação Mário Soares.

mil carpinteiros só na região de Lisboa. Por outro, os números apresentados pela secção dos carpinteiros civis são paradigmáticos da fase de retrocesso e estagnação que o movimento operário atravessava. Se em 1873 esta secção integrava 270 associados, no ano seguinte o número descia para os 74, em 1875 rondava os 50 e em 1876 havia 40 associados¹³⁴⁴. Outros dados apresentados no congresso reforçam esta ideia, por exemplo, no tempo da *Fraternidade Operária* a secção dos fundidores tinha 121 associados e a dos serralheiros 542 sócios, mas os relatórios apresentados no congresso demonstravam que a primeira tinha apenas 50 e a segunda 35 associados.

O congresso de 1877 pretendia consagrar de uma vez por todas a ideia de um *Partido Socialista* em Portugal, pois a lógica ideológica assegurava que o «movimento político é não só necessário, mas essencial, para o movimento emancipador da classe trabalhadora»¹³⁴⁵. Na generalidade, o programa e o regulamento do partido acabaram aprovados na primeira sessão do congresso por 27 delegados que representavam 19 associações, havendo apenas 3 abstenções que representavam 2 associações. No entanto, na especialidade houve uma polémica relacionada com o artigo 15º que chegou a ser impugnado por um delegado. O artigo em questão previa que os membros do conselho deviam dividir entre si o trabalho ou de acordo com o regulamento interno da secção. Perante isto, houve uma discussão com os delegados em que tomaram parte Azedo Gneco e Nobre França e o artigo acabou por ser aprovado por 32 delegados e 6 abstenções. Nesta sessão, o delegado Conceição Fernandes, que em 1873 ocupava o cargo de secretário da *Federação de Lisboa da Internacional*, usou a palavra para propor que «ficasse bem explícito que o partido socialista era um ramo da Internacional»¹³⁴⁶, uma sugestão aprovada por 22 delegados havendo 10 abstenções e, desse modo, ficou registado em congresso que aquele movimento político era uma secção nacional da *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Finalmente, o movimento operário assumia publicamente a defesa e a ligação à associação.

O programa foi votado em duas partes, a primeira foi aprovada por 33 delegados que representavam 20 associações, a segunda parte do programa foi menos consensual, havendo 24 delegados que representavam 14 associações a votar favoravelmente,

¹³⁴⁴ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 10.

¹³⁴⁵ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 14.

¹³⁴⁶ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 15.

enquanto que 11 delegados, que representavam 6 associações, optaram pela abstenção. O congresso defendia um conjunto de medidas concretas para o país, um conjunto de propostas semelhantes à linha defendida pela social-democracia internacional e em sintonia com as propostas apresentadas nos anos anteriores pelo movimento operário. Uma panóplia de propostas com um cariz progressista elevado que pretendia revolucionar o mundo do trabalho e erguer as condições de vida dos trabalhadores. Era defendido a diminuição do tempo do trabalho, o aumento do salário e assegurar as condições de segurança e salubridade no trabalho. Era ainda defendido a abolição dos regulamentos internos nas fábricas e nas manufaturas, a extinção das categorias nos ofícios e garantir a «igualdade do tempo de trabalho e dos salários das mulheres e dos homens»¹³⁴⁷. No entanto, o congresso acabou por não ir mais longe na questão do trabalho infantil, pois apenas foi defendido a exclusão das crianças das fábricas e das manufaturas, no restante deveria existir uma correlação entre o tempo de trabalho e a idade do menor. Será apenas em 1891 que é publicado o decreto do *Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria* que regularizava o trabalho das mulheres e menores nas fábrica e oficinas. A análise do congresso sobre a situação política portuguesa confirmava existir uma certa indolência por parte dos trabalhadores portugueses, algo explicado pelo servilismo secular e as tradições religiosas. Perante isto, ficava estabelecida a criação de fundos para propaganda socialista e a instituição de bibliotecas e aulas populares e, de acordo com a tradição socialista, o reforço dos poderes dos municípios.

Os delegados decidiram sobre a estrutura partidária e a sua vida interna. Ficava estabelecido que os membros do partido ficavam agrupados «por freguesias, formando secções, que deviam constituir círculos eleitorais iguais aos da circunscrição política do país»¹³⁴⁸. Cada secção tinha uma certa autonomia, ficando previsto ser possível ter um regulamento interno baseado no regulamento do partido. A direção local era eleita na assembleia, no entanto, as secções não podiam adquirir um nome próprio. Ficava previsto no artigo 17º que o debate interno era possível, com as eventuais propostas sobre o partido a serem canalizadas para a direção local que, posteriormente, enviava-as

¹³⁴⁷ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 18.

¹³⁴⁸ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 24.

para à discussão das várias secções para depois enviar as mesmas para o Conselho Central, sendo este último o órgão responsável pela sua aprovação.

As inscrições no partido estavam sujeitas à análise da direção da secção, estando previsto que as assembleias gerais podiam demonstrar a sua vontade perante um pedido de adesão. A quota para cada associado era semanal e ficava estabelecida pela secção. As funções das direções passavam por gerir o quotidiano da vida do partido, gerir os fundos, arquivar os documentos e aprofundar o seu desenvolvimento. O Conselho Central do *Partido Socialista* era eleito anualmente pelo congresso do partido sendo composto por «sete membros, sendo um tesoureiro, um arquivista, três secretários, e dois vogais»¹³⁴⁹. Ficava aprovado em congresso que os futuros congressos do *Partido Socialista* deviam ser constituídos pelos delegados dos círculos do partido, mas também com as associações operárias federadas.

O congresso abordou a concretização da politização da nova estrutura socialista, com a aprovação de algumas linhas políticas e programáticas no campo das eleições. O artigo 39º previa a liberdade para os representantes do *Partido Socialista* no parlamento em propor, discutir e votar todas as leis de acordo com a sua consciência, no entanto, o artigo declarava que as posições políticas dos deputados socialistas deviam estar em conformidade com os «princípios do partido e o mandato das suas assembleias»¹³⁵⁰. A lógica das escolhas dos candidatos para deputados devia seguir os seguintes passos: quatro meses antes das eleições ocorria a escolha dos deputados de cada círculo, uma proposta que devia ser centralizada no Conselho Central para análise, e que remetia a proposta para os restantes círculos. Concluída a escolha dos candidatos, estes eram distribuídos pelos círculos eleitorais onde existia uma maior probabilidade de eleição. Estava expressamente proibido a um círculo do partido escolher um candidato político que não fosse unânime por todas as estruturas do partido. Ainda sobre o campo eleitoral, o congresso socialista aprovava, no artigo 40º, a não participação do partido num outro «poder coletivo público além do parlamento»¹³⁵¹. Perante isto, ficava decidido que os círculos do partido deviam evitar a votação em candidaturas de partidos diferentes e, mais simbólico, a relutância na via eleitoral.

¹³⁴⁹ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 28.

¹³⁵⁰ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 30.

¹³⁵¹ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 30.

Os historiadores César de Oliveira¹³⁵² e Maria Filomena Mónica¹³⁵³ usam o livro de Manuel Joaquim de Sousa¹³⁵⁴ para demonstrar as imposições de boa parte do associativismo operário (ATRP) ao partido (PS) no que refere às lutas eleitorais. O capítulo VI (das eleições políticas) do regulamento do partido aprovado neste congresso parece resultar deste confronto, pois a sua leitura permitir verificar que aprova a participação do partido somente na eleição do parlamento e impõe outras limitações no processo eleitoral. De facto, o debate em torno da abstenção na participação da vida política só é decidido de uma forma definitiva no congresso de março de 1879, com a revisão estatutária que impunha a participação do partido na luta eleitoral¹³⁵⁵.

Os socialistas presentes no congresso afirmavam que a solidariedade entre os trabalhadores era a primeira condição do movimento socialista e, segundo este princípio, era fundamental existir uma federação e centralização do trabalho político trifurcada. Nesta lógica, foi estabelecida uma federação com a nomeação de um conselho federal em comum entre a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*, o *Partido Socialista* e as cooperativas. São estes três sectores que deveriam impulsionar a ação e a propaganda política do socialismo em Portugal. No sentido de concretizar esta proposta foi decidido no congresso reduzir para cinco o número de membros do Conselho Central do *Partido Socialista* e estabelecer três elementos no Conselho Regional da *Associação dos Trabalhadores* e os delegados das cooperativas passavam a «constituir um terceiro grupo socialista»¹³⁵⁶. Portanto, a ideia de unificar estes três movimentos apresentada na correspondência de Azedo Gneco com Engels é concretizada neste congresso.

Na segunda sessão do congresso foi abordada, e aprovada, a necessidade de criar um banco operário para auxiliar o mundo do trabalho assegurando, desse modo, a «formação de um banco como centro do movimento cooperativo»¹³⁵⁷. Outro assunto debatido no congresso foi a questão da criação de uma imprensa oficial do partido, pois o jornal «O Protesto, desempenh[ava] essa missão sem carácter oficial»¹³⁵⁸, perante este

¹³⁵² OLIVEIRA, César. *O socialismo em Portugal 1850-1900...*, p. 158.

¹³⁵³ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento socialista em Portugal...*, p. 59.

¹³⁵⁴ SOUSA, Manuel Joaquim. *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972, p. 48.

¹³⁵⁵ NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal...*, p. 98.

¹³⁵⁶ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 38.

¹³⁵⁷ *O Protesto...*, fevereiro de 1877, III Ano, N.º 78, p. 1.

¹³⁵⁸ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 38.

dilema o congresso aprovava, por 30 delegados e a abstenção de 1 delegado, que o assunto devia ser resolvido no próximo congresso.

Na terceira sessão do congresso foi decidida uma tomada de atitude perante o registo civil e o movimento republicano. Sobre a primeira questão, o congresso decidiu que não existia incoerência dos socialistas em apoiar a questão do registo civil, nomeadamente, da associação com o mesmo nome que promovia o seu estabelecimento em Portugal. A proposta em torno do registo civil foi a questão menos consensual ao longo do congresso, pois foi a única vez em que delegados optaram pela reprovação da proposta. A votação sobre registo civil acaba aprovada com 18 votos favoráveis, 8 abstenções, mas conta com 3 votos contra. Perante isto, os socialistas, «segundo o que foi deliberado no seu congresso, darão todo o apoio ao estabelecimento do registo civil»¹³⁵⁹. Esta declaração pública em torno do apoio à ideia do registo civil está na origem de interpretações erradas por parte de alguns parlamentares, que acusavam a «associação do registo civil [de ser] uma sucursal da Internacional»¹³⁶⁰. O movimento socialista encarava o registo civil como uma reclamação social que urgia concretizar, uma das escassas pontes entre republicanos e socialistas.

O congresso ainda debateu a «atitude que o partido socialista [teve perante] o movimento republicano»¹³⁶¹. Como veremos mais à frente, a relação entre socialistas e republicanos nunca foi harmoniosa. O congresso retifica essa postura, afastando dois movimentos sociais e políticos que, além de constituírem uma novidade no panorama político e contexto nacional, defendiam ser forças antissistema. Na reunião magna dos socialistas, o movimento republicano é encarado como parte integrante da revolução da burguesia que apenas se limitava «a substituir um estado por outro estado, que em nada altera as condições do proletariado»¹³⁶². Perante isto, o movimento socialista assumia a sua determinação em manter a sua independência perante os outros partidos, nomeadamente, o *Partido Republicano*, embora estivesse disponível para dar apoio às reformas e propostas que estivessem em harmonia com o programa do *Partido Socialista*. Esta proposta acabou aprovada com a votação favorável de 20 delegados e a abstenção de 4 delegados.

¹³⁵⁹ *O Protesto...*, fevereiro de 1877, III Ano, N.º 79, p. 1.

¹³⁶⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de janeiro de 1878, N.º 13, p. 208.

¹³⁶¹ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 43.

¹³⁶² Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p. 43.

A 4 de fevereiro realizaram-se as duas últimas sessões do congresso, com várias questões relacionadas como o horário do trabalho e a participação da pequena e média burguesia no movimento socialista. Sobre a questão da pequena e média burguesia, o congresso tinha a percepção que existiam proprietários de oficinas que estavam mais próximos dos operários do que da própria burguesia e, perante esta realidade, decidia que os donos das oficinas filiados na *Associação dos Trabalhadores* deviam continuar filiados na associação, mas, no futuro, as inscrições da pequena burguesia deviam ser feitas nas fileiras do *Partido Socialista*. Sobre o horário de trabalho o congresso estabeleceu uma proposta que não apresentava um número concreto de horas de trabalho, mas defendia que o mesmo número de horas de trabalho fosse igual para todos e em todas as regiões do país, ou seja, uma uniformização no mundo do trabalho às regras do tempo do trabalho. E a solução era optar pela solução mais reduzida do número de horas. Perante isto, vários delegados sentiram necessidade de avançar com uma proposta concreta de horas, havendo dois delegados que propuseram a reivindicação das dez horas ou nove horas de trabalho. Neste período o movimento operário ainda não defendia a jornada de trabalho de oito horas e revelava uma forte influência pela jornada de trabalho de dez horas que tinha sido travada em Inglaterra desde o século XVIII e que consta na *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*: «a lei das dez horas não foi somente um triunfo prático, foi também o triunfo de um princípio; pela primeira vez a economia política da burguesia tinha sido derrotada pelo económica política da classe operária»¹³⁶³. Mária Filomena Mónica afirma que as teses do programa aprovado em congresso são marcadas por um «federalismo apregoado por Proudhon»¹³⁶⁴.

A última sessão dos trabalhos foi centrada na eleição do Conselho Central e local e da sua residência. Entraram nas urnas 36 listas das quais houve duas abstenções, os nomes mais votados foram os delegados José da Silva, António Joaquim de Oliveira, Lúcio Fazenda, Azedo Gneco, Nobre França, Luís António de Carvalho e Saul Fernandes. O delegado Conceição Fernandes apresentou Lisboa como local para receber a sede do Conselho e a proposta de 1 a 4 de fevereiro de 1878 para o segundo congresso socialista na cidade do Porto. Uma proposta aprovada por unanimidade. Por fim, foram lidas no congresso algumas felicitações enviadas de Espanha, da Suíça, da Inglaterra e

¹³⁶³ *Mensagem Inaugural da Associação...*, transcrita em, *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro 1873, 2º Ano, N.º 45, p. 3.

¹³⁶⁴ MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento Socialista em Portugal...*, p. 51.

da Alemanha. O conselho federal do Jura (Suíça) apresentava as saudações ao primeiro congresso dos socialistas em Portugal, embora, na sua carta ainda fossem visíveis os ecos das lutas entre o sector de Bakunin e marxista. Da mesma forma, os internacionalistas espanhóis saudavam os socialistas portugueses. O *Partido Social-democrata* da Alemanha enviou uma carta a dar felicitações pela concretização do congresso e a «tentativa para a constituição de um partido democrata-socialista em Portugal»¹³⁶⁵. Deve ser destacada a carta recebida no congresso que estava assinada por um conjunto de figuras proeminentes da *Internacional* (Karl Marx, Engels Lessner, Maltman Barry e Paul Lafargue) que felicitava os trabalhadores e os socialistas portugueses. O envio desta carta tinha sido solicitado por Azedo Gneco diretamente a Engels, a 21 de janeiro de 1877, solicitando um esforço para enviar as «felicitações [de Engels] e as dos amigos de Inglaterra»¹³⁶⁶ ao congresso. O congresso decidiu que a resposta às cartas devia ser realizada através de Lúcio Fazenda, Azedo Gneco e Conceição Fernandes.

A realização do congresso será seguida com alguma atenção na esfera pública, com o *Diário de Notícias* a escrever que o mesmo estava a ser realizado no número 128 da rua da Boa Vista. Estiveram presentes «48 delegados, 3 dos quais vindos do Porto e outros de diversas localidades»¹³⁶⁷. Na imprensa são veiculadas notícias sobre o congresso, com a informação que à época do evento o Conselho Central do partido era composto por «José Correia Nobre França, Constantino Augusto Pereira, Agostinho José da Silva, Eudócio César d’Azedo Gneco, Luís António de Carvalho Grácio e António Joaquim de Oliveira»¹³⁶⁸. A imprensa brasileira anuncia que o programa do *Partido Socialista* tinha sido aprovado na generalidade e era um texto com «uma parte propriamente política e outra socialista»¹³⁶⁹, existindo duas questões centrais no congresso que estavam relacionadas com as «sociedades cooperativas e um banco operário que possa emprestar dinheiro aos operários por um preço módico»¹³⁷⁰. Um outro jornal brasileiro destacava que tinham chegado notícias de Portugal que davam conta da realização de um congresso socialista em Lisboa, uma tentativa de reproduzir a

¹³⁶⁵ Sem autor. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal...*, p.52.

¹³⁶⁶ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 21 de janeiro de 1877, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 16.

¹³⁶⁷ *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro de 1877, 13.º Ano, N.º 3943, p. 1.

¹³⁶⁸ *Jornal da Noite*, 15 e 16 de janeiro de 1871, 7º Ano, N.º 1828, p. 3.

¹³⁶⁹ *Correio Paulistano*, 8 de março de 1877, Ano XXV, N.º 6104, p. 2.

¹³⁷⁰ *Correio Paulistano*, 8 de março de 1877..., p. 2.

experiência socialista na Alemanha. No *jornal do Recife* a correspondência vinda de Portugal noticiava que em Lisboa ia decorrer de 2 a 4 de fevereiro um congresso socialista. É dito também que em Portugal se tentava reviver a experiência socialista na Alemanha. Este jornal citava os vários pontos que o congresso previa discutir, desde o debate em torno do relatório político do Conselho Central, o programa e regulamento do *Partido Socialista*, a criação de um banco operário, o papel da existência de um jornal oficial, a questão do registo civil, a organização do mundo do trabalho e a pequena oficina, bem como a «atitude do partido socialista ante o movimento republicano, [...] a conveniência de fixar o dia normal de trabalho igual para todos os ofícios em todas as terras do país eleições do conselho central, local da sua residência, e [a] fixação do congresso seguinte»¹³⁷¹. Sobre o congresso o jornal *A Nação* acaba por transcrever uma notícia de um correspondente em Lisboa de um jornal da província que dava conta da realização do congresso socialista na capital, para dizer ao correspondente do *Campeão* para não ter qualquer tipo de receio. De seguida, o jornal comparava o movimento socialista à estátua de Nabuco¹³⁷². No lado oposto, temos a imprensa socialista a anunciar que o «congresso foi além da expectativa de todos»¹³⁷³, descrevendo a sua concretização como um enorme sucesso para os trabalhadores.

O Conselho Central do *Partido Socialista* acaba por propor que o segundo congresso dos socialistas portugueses avalie a «fusão das associações operárias»¹³⁷⁴, unificando desse modo numa única estrutura o movimento socialista. A 20 de janeiro de 1878 o Conselho Central do *Partido Socialista*, através do dirigente Alfredo César da Silva, escrevia a vários dirigentes socialistas internacionais, entre os quais Karl Marx, Engels e Paul Lafargue, para anunciar que no início de fevereiro ia «decorrer no Porto o 2º congresso dos socialistas portugueses»¹³⁷⁵. Nesse congresso acaba por ficar decidida a fusão entre o *Partido Socialista* e a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* originando o *Partido Operário Socialista Português*. No dia 21 de janeiro de 1878 um deputado alertava a Câmara: «Não se iludam; a Internacional está fazendo

¹³⁷¹ *Jornal do Recife*, 6 de fevereiro de 1877, XX Ano, N.º 29, p. 2.

¹³⁷² *A Nação*..., 9 de fevereiro de 1877, XX Ano, N.º 9549, p. 3.

¹³⁷³ *O Protesto*..., fevereiro de 1877, III Ano, N.º 78, p. 1.

¹³⁷⁴ *O Protesto*, novembro de 1877, III Ano, N.º 119, p. 2.

¹³⁷⁵ Carta de Alfredo César da Silva para Karl Marx, Friedrich Engels e Paul Lafague, 20 de janeiro de 1878, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2162, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 2.

progressos mais rápidos do que os ilustres deputados entendem. O *socialismo*, está levantando o colo em toda a parte»¹³⁷⁶.

7.4 Os socialistas perante a República

A ideia de um regime republicano sempre fez parte do imaginário do movimento operário português. A geração socialista de 50 observava a existência de dois sistemas «o rei e a república»¹³⁷⁷ e, de facto, a «postura democrática e republicana faz-se notar ao longo do [Eco dos Operários]»¹³⁷⁸. Este jornal socialista adaptava a sua postura ideológica nas experiências republicanas francesas, nomeadamente, na Primavera dos Povos (1848) e elogiava a República dos Estados Unidos da América. No entanto, na década de 70 a nova geração de socialistas acaba por aderir às ideias mais radicais que desconstruíam a ideia de República fazendo, desse modo, um confronto entre socialistas e republicanos. O caso da implantação da primeira república Espanhola (1873) é paradigmático desta alteração. Se este acontecimento histórico tivesse ocorrido na década de 50, tinha, muito provavelmente, provocado uma autêntica onda de esperança e motivação nos sectores socialistas e progressistas portugueses, no entanto, na década de 70 o sentimento nesses sectores está longe de adquirir esses contornos. É certo que o movimento operário apoia a luta dos trabalhadores espanhóis, contudo, os dirigentes socialistas encaravam o novo regime republicano espanhol com distanciamento, desconfiança e crítica. Olhavam para o novo poder como a continuidade da tradição da monarquia constitucional, onde não era realizada nenhuma rutura com os poderes dominantes e se preservava interesses antagónicos e um sistema autoritário, militar e centralizador. Para os socialistas a ideia de república era encarada como uma nova forma de governar através dos velhos sistemas de exploração e opressão. Um artigo publicado no *Pensamento Social* denominado “A República e o Socialismo”, assinado com a letra A e que é dado como da autoria de Antero de Quental, afirmava ao leitor português que o acontecimento histórico em Espanha não era representativo de uma revolução social, não estava em causa a edificação da *República Social*. Os socialistas portugueses não pretendiam propriamente fazer guerrilha aos republicanos, mas alertavam para que uma verdadeira aliança entre sectores só seria possível se fosse consagrado na ideia de República um «programa socialista, para a iniciativa

¹³⁷⁶ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21 de janeiro de 1878, N.º 13, p. 208.

¹³⁷⁷ *Eco dos Operários*, 7 de dezembro de 1850, N.º 32, p. 5.

¹³⁷⁸ Lázaro, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública...*, p. 127.

socialista»¹³⁷⁹. A república é olhada com uma outra combinação política que não representa propriamente uma alteração radical na sociedade, a república dominada pela burguesia acaba por ser uma palavra «vã [...] e uma experiência funesta»¹³⁸⁰, embora os socialistas não deixem de se assumir como republicanos, pois na sua visão não podia existir uma república verdadeira desligada do socialismo, como o socialismo não podia deixar de realizar a sua obra se não enquadrado na república¹³⁸¹.

Nos primeiros anos da década de 70 existe uma ligação e apoio entre o campo socialista e os republicanos do *Centro Republicano Federal de Lisboa*. Por norma, o jornal destes republicanos defendia uma ideia de socialismo, mantinha algumas relações com o sector socialista e tinha alguns contactos com o internacionalismo espanhol. Por exemplo, o primeiro número do *O Rebate* é enviado para o órgão da Federação da *Internacional* em Barcelona. Este importante Centro Republicano juntava nomes conhecidos do movimento operário, caso de Latino Coelho, Oliveira Marreca, Elias Garcia e outras figuras que estiveram envolvidos com a *Internacional*; caso de Eduardo Maia e Carrilho Videira. Para *O Rebate* não existiam dúvidas, o socialismo demonstrava possuir determinadas virtudes e recordava que «todos os dias fala a imprensa conservadora com certo horror do socialismo, sem que o defina e explique»¹³⁸².

A implantação do sistema republicano em Espanha faz despontar publicamente as divergências entre socialistas e republicanos. Em 1872 o socialismo português lembrava os importantes acontecimentos de 1795, 1848 e 1870, mas frisava que o «partido republicano tem afogado em rios de sangue aspirações tão justas»¹³⁸³. O socialismo fazia notar as incongruências e as limitações presentes na ideia de república, os socialistas portugueses não hesitavam em publicar as conclusões tiradas pelo movimento operário espanhol sobre a república, não esquecendo os conceitos que ocupavam o debate no espaço público, como *república*, *democracia* e *federação*. O movimento operário ibérico lembrava que no latim a palavra república era «Res publica, quer dizer coisa pública, coisa própria da coletividade, ou PROPRIEDADE COLECTIVA»¹³⁸⁴, para de seguida, afirmarem que a democracia era o exercício dos

¹³⁷⁹ *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro de 1873, 2º Ano, N.º 45, p. 1.

¹³⁸⁰ *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro de 1873..., p. 1.

¹³⁸¹ *O Pensamento Social*, 23 de fevereiro de 1873..., p. 1.

¹³⁸² *O Rebate...*, publicação semanal, 1º Ano, N.º 7, p. 4.

¹³⁸³ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 3.

¹³⁸⁴ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 3.

direitos individuais, algo que só se podia encontrar na ideia da *anarquia política*. Este vector político deveria estar combinado com a ideia de federação, destinada exclusivamente para a vertente económica. Perante esta lógica, o movimento operário espanhol concluía que a verdadeira República Democrática Federal era nada mais que a propriedade coletiva, a anarquia e a federação económica. Uma lógica veiculada na imprensa socialista portuguesa e, dessa maneira, era demonstrado que perante a república e o republicanismo o socialismo ibérico estava em sintonia. Mais tarde, em setembro de 1873, o *Pensamento Social* escrevia sobre “as ilusões republicanas”, um artigo onde aborda o fracasso e as limitações da experiência republicana espanhola, uma maneira de lembrar o público das fragilidades do sistema republicano e elencar as vantagens do socialismo na resolução para os «antagonismos, a conciliação de todas as lutas, e a harmonia de todos os interesse»¹³⁸⁵. Os socialistas portugueses estendem a sua solidariedade aos internacionalistas espanhóis na luta política contra os republicanos, mais concretamente ao sector *marxista*. Por exemplo, refutam a ideia de que os internacionalistas «de Madrid, e o jornal a *Emancipacion* est[ivessem] vendidos ao governo»¹³⁸⁶, uma notícia divulgada por jornais republicanos espanhóis. Para o *Pensamento Social* não havia dúvidas que, perante as reivindicações dos trabalhadores «os governos, quer se chamem república ou monarquia, entendem que o meio para suprimir as greves é suprimir os grevistas!»¹³⁸⁷. Esta forma de olhar para os distintos regimes tinha, conseqüentemente, uma conclusão severa para os trabalhadores. Os socialistas alertavam para a possibilidade da república em nada resolver os anseios dos trabalhadores. No interior do movimento internacionalista português o debate entre república e socialismo não foi consensual. Nobre França escreveu para Engels a dar conta de algumas dificuldades no interior do movimento causado pelo debate em torno da república. Para este socialista, figuras como Antero de Quental, Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis pretendiam revestir o «socialismo [com] a forma política de república federal»¹³⁸⁸, sendo que muitos destes socialistas tinham contactos com o sector republicano. Mais tarde, é a vez de Azedo Gneco apresentar dados sobre os conflitos entre socialistas e republicanos. Este dirigente socialista, quando aborda junto a Engels os conflitos sobre a criação do *Partido Socialista*, retrata um quadro

¹³⁸⁵ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 2.

¹³⁸⁶ *O Pensamento Social*, abril de 1873, 1º Ano, N.º 8, p. 2.

¹³⁸⁷ *O Pensamento Social*, 17 de agosto de 1872, 1º Ano, N.º 24, p. 4.

¹³⁸⁸ Carta Nobre França para Friedrich Engels, 24 de junho de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 8.

excessivamente extremado entre republicanos e socialistas, chegando a escrever que «se a república se proclamar um dia em Portugal e forem poder um certo número de indivíduos terei que emigrar precipitadamente ou irei aumentar o número dos mártires da revolução social»¹³⁸⁹.

Um dos pontos centrais a debater no primeiro congresso dos operários socialistas de Portugal era «a atitude do partido socialista ante o movimento republicano»¹³⁹⁰. O programa do *Partido Socialista* previa reformas políticas baseadas na autonomia municipal e no federalismo, um projeto político que antecipava uma reorganização social profunda que «as mais perfeitas conceções dos republicanos burgueses não podem ser aceites»¹³⁹¹.

O *Partido Socialista* frisava que a sua postura política não estava centrada no combate ao Rei nem pretendia realizar «uma reforma mais ou menos radical num código político»¹³⁹², uma referência ao regime republicano, mas sim assegurar que os operários estavam prontos e aptos para a revolução. Ao contrário dos republicanos que faziam alianças e tinham contactos com os liberais, como é o caso da manifestação política no Casino de Lisbonense, em maio de 1876, que juntou reformistas, históricos e republicanos, os socialistas tentavam demonstrar a sua independência política. É uma forma política que o socialismo encontra para tentar demonstrar ao público a ligação do republicanismo ao constitucionalismo e, dessa maneira, provar que o *Partido Socialista* era a única força contrária ao sistema. As manobras políticas do *Partido Republicano* acabam descritas nos jornais operários como formas de «enganar o proletariado»¹³⁹³ e insultar o socialismo.

Perante esta postura, o *Partido Socialista* afirmava a sua independência, pois tinha a certeza de que os trabalhadores apenas alcançavam a vitória da sua reivindicação pelos próprios meios e «nunca por concessões espontâneas das classes possuidoras»¹³⁹⁴. Esta polémica sobre a atitude dos republicanos originou o envio de uma carta para o jornal socialista de um antigo membro da *Internacional*. Foi o caso de José Carrilho Videira, um notável republicano que decide publicamente criticar a «aliança dos

¹³⁸⁹ Carta de Azedo Gneco a Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, in *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. p. 7.

¹³⁹⁰ *O Protesto...*, dezembro de 1876, III Ano, N.º. 72, p. 1.

¹³⁹¹ *O Protesto...*, fevereiro de 1877, III Ano, N.º. 80, p. 1.

¹³⁹² *O Protesto...*, fevereiro de 1877, III Ano, N.º. 80, p. 1.

¹³⁹³ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º. 92, p. 1.

¹³⁹⁴ *O Protesto...*, maio de 1877, III Ano, N.º. 92, p. 1.

republicanos com os partidos monárquicos constitucionais»¹³⁹⁵. O jornal ligado ao *Partido Socialista* lembrava, num artigo designado “Socialistas e Republicanos”, que em 1873, quando o movimento começou a lançar as bases para a construção do partido, houve alguma resistência com propostas que pretendiam «adiar a sua organização até que estivesse proclamada a república em Portugal»¹³⁹⁶. Embora o artigo não referisse nomes, diz que algumas vozes tinham influência junto aos trabalhadores e que eram contrários à ideia de um partido socialista, elementos que no passado tinham pertencido ao movimento operário «quando nele influía o programa revolucionário da – Aliança da Democracia Socialista»¹³⁹⁷. Uma tese muito semelhante à história narrada por Azedo Gneco, na carta de 18 de janeiro de 1876, a Engels, a única diferença é que Azedo Gneco diz que a proposta para contrariar a criação de um partido socialista passava por «constituir um club republicano-burguês»¹³⁹⁸.

Em 1884 o *Protesto Operário* voltava a narrar esta história para salientar o papel de José Fontana nessas reuniões. A contribuição de José Fontana na constituição de um partido socialista e, por conseguinte, na derrota do sector republicano terá sido essencial no debate. É um José Fontana já afetado pela doença que aparece na reunião sobre o futuro do movimento operário e socialista para pronunciar o seu famoso discurso:

Sou Suíço [...] filho dessa república que apontais como modelo. Sou, pois, um testemunho vivo do que ela vale, e todos sabem que não sei enganar os que me escutam. Pois bem, sob minha palavra de honra certifico à assembleia que, na Suíça, os operários sofrem tanto como em Portugal, que são tão desgraçados, tão miseráveis, tão tiranizados, como neste país monárquico constitucional; porque lá, como cá, como em toda a parte, desde a mais radical república até à mais feroz monarquia existe o mesmo e grande tirano dos operários – o capital. [...] Enquanto o capital for senhor, o trabalho será escravo¹³⁹⁹.

O jornal socialista acusava os republicanos de tentarem derrubar os socialistas através da opinião pública e criando desordem nas suas fileiras. No final de 1877 era

¹³⁹⁵ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 95, p. 3.

¹³⁹⁶ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 94, p. 1.

¹³⁹⁷ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 94, p. 1.

¹³⁹⁸ Carta de Azedo Gneco para Friedrich Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753, *Instituto de História Social* (Holanda), p. 7.

¹³⁹⁹ *O Protesto Operário...*, 30 de março de 1884, II Ano, N.º 4, pp. 1-2.

colocado a circular um rumor que afirmava haver uma proposta dos socialistas ao *Centro Republicano* para uma aliança, esta notícia é rapidamente desmentida pelo *Protesto*, sendo lembrada a resolução do congresso socialista de 1877 e a atitude do socialismo perante os partidos burgueses, onde por norma estava incluído o republicanismo. Porém, no ano anterior era o socialismo que atacava o republicanismo. Num artigo denominado como “Nova farsa” são analisados os movimentos políticos que estão na origem do *Partido Progressista*, onde estão figuras como Anselmo José Braamcamp e D. António Alves Martins (Bispo de Viseu). Perante a alteração da paisagem política, os socialistas escreviam: «O partido republicano está-se tornando um ninho de reacionários [...] Os regeneradores são asquerosos, os progressistas repelentes, e os republicanos causam tédio»¹⁴⁰⁰. Perante isto, mostrava preocupação pela indiferença da população alertando a necessidade de uma organização socialista forte ou então existia o risco das massas populares alinharem «numa revolução inconsciente, que tinja com o sangue dos devassos os vazios cofes do tesouro»¹⁴⁰¹.

O *Partido Socialista* foi constituído a partir de uma ideia socializante contra o regime e, por isso, deixava claro na imprensa a sua postura de não aceitar alianças com as outras forças partidárias, inclusive, o *Partido Republicano*. Esta posição nasce dos receios e, sobretudo de alguns detratores que existem no interior do movimento em relação à participação política, mas também de um certo sectarismo, pois para os socialistas a *revolução social* não podia ser realizada pelos republicanos ou monárquicos. O conceito de *revolução social* é um traço distinto da retórica socialista, encarado como «um facto fatal; previsto pelas leis históricas»¹⁴⁰². Uma necessidade económica, social e moral da própria humanidade que era encarada como uma consequência política do «moderno facto industrial»¹⁴⁰³.

A divergência entre o republicanismo e o socialismo é gradualmente extremada a partir de 1873. A história do movimento operário português é, também, uma história de divergência ideológica. A nova geração de socialistas da década de 70 acaba por se desintegrar com várias figuras a abandonar, por diversos motivos e em diferentes alturas, o movimento socialista e internacionalista. O percurso de vida de Jaime Batalha Reis merece algum destaque, pois vai acabar por ingressar numa longa carreira de

¹⁴⁰⁰ *O Protesto Operário...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 57, pp. 1-2.

¹⁴⁰¹ *O Protesto Operário...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 57, pp. 1-2.

¹⁴⁰² *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º ano, N.º 6, p. 1.

¹⁴⁰³ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º ano, N.º 6, p. 1.

sucesso na universidade e diplomacia. Aos poucos acaba por se desligar do socialismo e acaba por se transformar num ilustre quadro do Estado, sendo nomeado Cônsul em Inglaterra, delegado português na Conferência de Berlim (1890), trabalhou diretamente com Bernardino Machado e durante a República é nomeado embaixador em São Petersburgo, onde vai assistir ao fim do regime do czar com o triunfo da revolução Bolchevique e, posteriormente, chegou a ser recebido por Lenine¹⁴⁰⁴. Foi delegado português na Conferência de Paz (1918) e integrou a comissão internacional que trabalhou sobre a ideia de uma *Sociedade das Nações*. O historiador João Medina é da opinião que no final da sua vida acaba por fazer elogios ao Regime de Salazar numa carta para Bernardino Machado¹⁴⁰⁵. Curiosamente, algumas figuras do socialismo e do republicanismo, que na década de 70 tinham extremado posições acabam, no futuro, envolvidos em amizades políticas. É o caso de Nobre França, um dos homens fortes do socialismo português que é uma das vozes mais críticas de João Bonança e do republicanismo durante a implantação da *Internacional* em Portugal. O primeiro secretário da secção portuguesa da *Internacional*, e membro fundador do *Partido Socialista*, vai acabar expulso do partido. O socialista Nobre França é acusado de traição¹⁴⁰⁶, pois tinha participado na atividade do *Partido Republicano Radical* de João Bonança, inclusive, ocupa o lugar de candidato nas listas deste partido republicano. Portanto, Nobre França acaba aliado de João Bonança no século XX, quando no século XIX era seu inimigo. Este comportamento de Nobre França vai originar duras críticas por parte do movimento operário e o seu percurso no movimento operário é sujeito a um revisionismo histórico, sendo divulgado para o espaço público a informação falsa que Nobre França «nunca foi secretário geral da federação portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores»¹⁴⁰⁷ e é negada a ideia que tinha sido por sua «iniciativa a constituição do operariado português em partido político»¹⁴⁰⁸.

A crítica severa que os socialistas faziam ao republicanismo e, particularmente, aos republicanos portugueses, provocava reações na esfera pública e acabam por ser enviadas para a redação do *Protesto* algumas cartas anónimas a contestar a postura dos socialistas. Algumas destas cartas são publicadas no jornal e é possível verificar que os

¹⁴⁰⁴ Confrontar, SILVA, Joaquim Palminha. *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes (1917-1918)*. Lisboa: Edições Afrontamentos, 2017.

¹⁴⁰⁵ Confrontar, MEDINA, João. *As conferências do Casino...*, pp. 90-91.

¹⁴⁰⁶ *O Primeiro de Maio...*, 19 de agosto de 1906, N.º 173, p. 1.

¹⁴⁰⁷ *O Primeiro de Maio...*, 19 de agosto de 1906, N.º 173, p. 4.

¹⁴⁰⁸ *O Primeiro de Maio...*, 19 de agosto de 1906, N.º 173, p. 4.

socialistas eram acusados de mostrarem um comportamento «demasiadamente severo para com o partido republicano»¹⁴⁰⁹.

Na década de 70 ocorre uma reconfiguração nas correntes radicais com o nascimento do *Partido Socialista* e do *Partido Republicano*. Ambas as estruturas partidárias são fundadas quase em simultâneas, com uma base social semelhante e, sobretudo, com potencial para uma ascensão política enquanto forças firmadas no *anti-sistema* e na aversão a determinados mecanismos sociais, económicos, culturais e políticos institucionalizados no regime. Contudo, as divergências entre os partidos despontam logo na nascença, com ambos os lados a competir a mesma audiência e a intervir de maneira organizada nos mesmos espaços. Em Portugal, as zonas urbanas e o mundo do trabalho não tinham amplitude suficiente para garantir o crescimento de ambos os partidos. Na disputa da influência os republicanos revelam-se como uma força mais pragmática e a sua veia nacionalista garante uma interpenetração com a população urbana, nomeadamente, nos sectores que observavam cada vez mais o regime parlamentar com descrédito e a monarquia como desinspiradora. Os socialistas rapidamente perceberam que o republicanismo era um adversário político e, portanto, existia o risco de o *Partido Socialista* ser remetido a um efeito meramente decorativo. O desagrado perante uma possível hegemonia republicana no mundo do trabalho foi o pretexto para uma campanha contra o republicanismo. O dirigente Azedo Gneco foi uma voz mobilizadora contra os republicanos e, constantemente, aproveitava todo o momento para diferenciar publicamente a diferença entre a república dos socialistas da dos republicanos, frisando que os socialistas defendiam a *República Social*¹⁴¹⁰. Para os socialistas a ideia de república era uma nova forma de governar através dos velhos sistemas de exploração e opressão, algo muito distinta da República Social. Nas memórias do anarquista Gonçalves Viana é relatado que Azedo Gneco tentou controlar a influência do republicanismo no campo socialista, exemplificando com a realização de uma conferência entre socialistas e republicanos no Porto que Gneco terá tentado todos os esforços para proibir a sua realização¹⁴¹¹.

¹⁴⁰⁹ *O Protesto Operário...*, junho de 1877, III Ano, N.º 95, p. 2.

¹⁴¹⁰ *Palestras Socialistas*, Espólio Pinto Quartim, PT-AHS-ICS-PQ-B-1142, *Arquivo de História Social* (ICS).

¹⁴¹¹ VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 16.

8. IDEIAS E CONCEITOS DOS JORNAIS OPERÁRIOS

8.1 A classe operária

A problematização em torno do conceito de *classe* no mundo do trabalho foi central no campo político e nas ciências sociais. Durante décadas foi estimulado um debate em torno da questão da *classe operária*, com o pensamento marxista na vanguarda da discussão. Foi este último que determinou as fronteiras do conceito de *classe operária* que, por seu turno, observa a classe como uma estrutura social bem delimitada pela relação construída na envolvimento da *luta de classes* entre o indivíduo e os meios de produção, as organizações coletivas e a ideologia. Embebidos na obra de Karl Marx, como a *Luta de Classes em França* e o *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, entre outras, vários autores [re]produzem conhecimento através do axioma do estruturalismo das classes. É o caso, por exemplo, do sociólogo Erik Olin Wright, o historiador Perry Anderson e o filósofo Louis Althusser.

Decisiva na questão é a posição do historiador marxista E. P. Thompson que, entra em contramão, e é responsável por construir um novo e subjetivo conceito de *classe*. Na obra de Thompson as estruturas e categorias, embora não sejam cabalmente rejeitadas, são substituídas por um inovador “autofazer” da própria *classe operária*. O historiador apresenta em 1963 a ideia de *classe* em torno da cultura, da resistência, das ações coletivas e do espaço popular e, deste modo, resgata historicamente certas camadas populares. Ademais, a ideia de Thompson permite dar profundidade temporal à ideia de formação da *classe operária* que, não é um produto circunstancial da luta de classes, dos conflitos sociais ou do desenvolvimento das forças produtivas, é, pelo contrário, fruto de um processo histórico dinâmico e dialético. Isto é, a *classe operária* não é formada num determinado momento, mas, sim pelo seu próprio *autofazer-se*. Como frisou Perry Anderson, qualquer que seja a opinião é inegável que «a longa e apaixonada polêmica de Edward Thompson com Louis Althusser [...] virou definitivamente uma página intelectual»¹⁴¹².

Mais recentemente foi introduzido no debate o confronto entre classe e a categoria de *raça* e *identidade* e, portanto, é inegável o refinamento teórico possibilitado pelo debate em torno da questão de *classe*, na verdade, a discussão não dispensou as contribuições do marxismo, mas deixou de estar circunscrita nelas.

¹⁴¹² ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 32

Neste capítulo não pretendemos propriamente aprofundar o conceito e o debate em torno da questão da classe, mas explorar o conceito através da linguagem e discurso dos socialistas portugueses. Em Portugal o campo socialista desde o início que demonstrou uma vontade de explicar o fenómeno social embutido na estratificação da sociedade, particularmente, na questão da *classe operária*. Na década de 70 os socialistas portugueses, curiosamente, citam o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira¹⁴¹³ para explicar ao leitor a organização geral da sociedade. É a grande referência sobre o assunto. Recorrendo ao trabalho desse ilustre pensador é frisado que a sociedade estava dividida em três classes distintas. A primeira constituída pelos proletariados industriais, encarados como os responsáveis pela produção da maioria dos produtos, mas que recebiam apenas uma pequena parte do resultado produtivo. A segunda integrava todos aqueles responsáveis por distribuir o resultado da produção, ou seja, os capitalistas e proprietários. Por fim, a terceira integra todos aqueles que, não produzindo nada em concreto, acabam por disfrutar da riqueza, uma realidade social denominada como a «classe dos parasitas»¹⁴¹⁴.

Baseado numa lógica de conflitualidade social e económica o pensamento socialista funde a terceira (*parasitas*) e segunda classe (*proprietário e capitalista*) numa só. Este abrangente estrato é denominado correntemente como a *classe dos parasitas* e estava fragmentada em quatro estratos: proprietários e capitalistas; funcionários civis (públicos); militares e eclesiásticos. Portanto, é basicamente o somatório de todos aqueles estratos sociais que não estavam integrado no mundo do trabalho industrial e artesanal. Toda esta lógica formulada pelos socialistas tinha o propósito de demonstrar uma sociedade composta por sectores distintos e antagónicos. Deste modo, o enfãse socialista pretendia estar centrado no intitulado proletariado, particularmente, no vasto leque de trabalhadores destituídos de capital e dos meios de produção.

Para o jornal socialista era importante «determinar com clareza os limites que separavam a [...] classe [operária] das classes privilegiadas»¹⁴¹⁵ e, portanto, era primordial esclarecer o conceito de operário. De uma forma genérica, era considerado

¹⁴¹³ Nascido em Lisboa no final de 1769, foi um conhecido filósofo com uma vasta obra. É considerado por muitos como um dos precursores do socialismo em Portugal, nomeadamente, com o seu estudo de 1834 *Projeto de associação para o melhoramento da sorte das classes industriais*. Participou com regularidade na vida política portuguesa, ocupando a cadeira de ministro em diversas ocasiões. Faleceu a 1 de julho de 1846.

¹⁴¹⁴ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 3.

¹⁴¹⁵ *O Pensamento Social*, maio de 1872, 1º Ano, N.º 12, p. 2.

operário todo aquele trabalhador que criava um produto, mas somente aquele que tinha uma utilidade social. Neste aspeto, o jornal recusava atribuir o conceito de operário ao trabalhador que, por exemplo, fosse responsável por fazer calças de papel, pois era um produto ausente de utilidade social. Ao passo que, todo o trabalho intelectual e artístico que fosse de uma utilidade social permitia ao seu autor a entrada na «categoria de proletariado e a tomar o título de operário»¹⁴¹⁶. Portanto, a definição de operário estava dependente da qualidade e do tipo de produto que o era produzido.

O jornal frisava que todo o trabalho de natureza doméstico, ligado ao sector militar, realza, bem como o dos clérigos, dos advogados e das prostitutas não eram considerados como parte integrantes de um trabalho útil para a sociedade, pois serviam meramente os interesses e os privilégios de uma parte da sociedade, nestes casos concretos a burguesia. Dentro do mundo dos trabalhadores existiam ainda duas categorias que estavam enquadradas em distintos modos de produção. Na primeira estavam todos aqueles trabalhadores que laboravam por sua conta, ou seja, trabalhadores que eram proprietários de um estabelecimento (a pequena oficina) e o homem da literatura e da ciência (intelectuais). Na segunda todos os operários assalariados. Os socialistas tinham a plena noção que a primeira categoria estava em contração e os segundos «forma[va]m a imensa maioria da classe trabalhadora, e são os escravos da atual civilização»¹⁴¹⁷.

Como vemos, os socialistas elaboraram uma considerável estratificação do mundo do trabalho que possibilitava ter a noção, de acordo com a sua lógica, de quem era operário. Estes pressupostos estavam interligados com uma ideia histórica das forças produtivas. Para o socialismo português as sociedades tinham sido sempre constituídas por classes antagónicas, por exemplo, defendiam que na idade média tinham existido os senhores que dominavam totalmente os escravos. Na ótica dos socialistas, o operário nada mais era do que o escravo da modernidade, um prisioneiro do capital que tinha como dono a burguesia. Com esta lógica em mente, os socialistas anunciavam que a «Internacional [era] a sublevação dos escravos da civilização moderna»¹⁴¹⁸. A burguesia, diziam os socialistas, olhava para o operário como se fosse «pouco menos que [o] escravo»¹⁴¹⁹, pois o escravo enquanto mercadoria ainda merecia uma certa

¹⁴¹⁶ *O Pensamento Social*, maio de 1872, 1º Ano, N.º 12, p. 2.

¹⁴¹⁷ *O Pensamento Social*, maio de 1872, 1º Ano, N.º 12, p. 3.

¹⁴¹⁸ *O Pensamento Social*, fevereiro 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 2.

¹⁴¹⁹ *O Pensamento Social*, 1 de dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 33, p. 1.

atenção e cuidado por parte do seu proprietário. Esta ideia de relacionar o conceito de operário com a escravatura poderá ser uma influência de Marx e Engels patente no *Manifesto do Partido Comunista*. Ao longo das páginas do *Pensamento Social* é publicada pela primeira vez em Portugal esta importante obra que referia que os «operários não somente são escravos da classe burguesa, do regime burguês, mas [...] são os escravos da máquina, do contramestre, dos donos e dos empregados»¹⁴²⁰. Perante esta lógica de escravatura imposta pelo regime capitalista, o movimento socialista chega a defender que historicamente o «feudalismo industrial e monetário substituiu completamente o feudalismo agrícola»¹⁴²¹. É na junção de termos históricos e antagónicos que os socialistas portugueses tentam explicar a noção de operário aos seus leitores.

Na verdade, o exercício intelectual do socialismo português é um paradoxo anacrónico, pois combina o conceito distintos, como era o caso do feudalismo e a industrialização e, pelo meio, implanta a premissa do modo produtivo esclavagista. Deste modo, os socialistas não tiveram, no entanto, problemas em apelidar a realidade produtiva e social da época de *feudalismo industrial*, onde existia a categoria do *operário-escravo*. Os socialistas colocavam em paralelo a vida do operário com a do escravo, perguntando ao leitor se o último não seria ainda mais desgraçado. O operário tinha que trabalhar das 05 horas da manhã até às 21 horas da noite, recebia miseravelmente, dormia escassas horas e tinha uma alimentação miserável. Face a esta realidade os socialistas escreviam para o público a frase polémica que, talvez, o escravo não fosse tão desgraçado como o operário¹⁴²². As semelhanças entre a escravatura e a venda da força de trabalho são evidenciadas ao longo do discurso socialista, que destaca os *escravos do trabalho*, afirmando que o «proletariado português assimila[va]-se bastante ao negro africano! Curva-se quando o seu senhor levanta o chicote»¹⁴²³.

A lógica desta narrativa passava pela necessidade de veicular uma explicação mais simples e acessível sobre o mundo produtivo e o operário aos próprios trabalhadores. O recurso a conceitos inerentes a fases históricas diferentes daquela que se vivia devia funcionar no discurso como um auxiliar ideológico para explicar o novo mundo, em última instância, para explicar o capitalismo, as especificidades do novo

¹⁴²⁰ KARL, Marx e ENGELS, Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Publicado no *O Pensamento Social*, março 1873, 2º Ano, N.º 48, p. 3.

¹⁴²¹ *O Pensamento Social*, abril de 1872, 1º Ano, N.º 10, p. 2.

¹⁴²² *O Protesto...*, março de 1877, III Ano, N.º 81, p. 2.

¹⁴²³ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 95, p. 1.

modo de produção e a burguesia. Não deve ser esquecido que para o trabalhador português, mesmo aquele da década de 70 de oitocentos, as transformações no mercado de trabalho eram ainda uma novidade e continham algo de desconhecido. Os próprios dirigentes socialistas estavam a aprofundar os mecanismos de produção das mercadorias, as relações entre propriedade, os meios de produção e a força de trabalho. Na verdade, a totalidade dos dirigentes e intelectuais socialistas acaba por não deslindar e absorver toda a amplitude dos mecanismos económicos do capitalismo. No entanto, urgia a necessidade de explicar de forma simplificada o processo de exploração aos trabalhadores. No fundo nada mais era do que isto: expor a existência de uma dialética entre a força de trabalho e a propriedade. A existência constante de uma venda do trabalho ao capitalista, pois o operário ao estar desprovido dos meios de produção e da propriedade, era obrigado a vender o seu trabalho para garantir a sua subsistência ao capitalista que, por seu turno, tinha em sua posse os meios de produção. O operário visto como um peão essencial no mercado, uma categoria duplamente explorada, primeiramente pelo patrão, pois está longe de receber tudo o quanto produz e igualmente como consumidor, visto que acaba por ter acesso aos produtos a um preço mais alto do que os produziu. Para os socialistas, a sociedade deste período tinha por base da exploração de uns indivíduos pelos outros e, neste prisma, a violência e o roubo integravam a lei da sociedade que pretendiam derrubar.

Para alcançar este objetivo, é imperativo explicar ao operário que os próprios, juntamente com os seus colegas e outros trabalhadores, constituíam a *classe operária*, esta construção devia ser cimentada e realçada como «base para o conflito inerente entre trabalhadores e capitalistas na relação de emprego»¹⁴²⁴. Neste período a imprensa operária retrata a classe operária como uma forma social bastante abrangente, sendo um conceito que incorpora todos os trabalhadores explorados pela burguesia e que tinham formas de socialização próprias. É o caso da taberna e da embriaguez, que são encaradas como características da sociabilidade avivada entre os trabalhadores. Os socialistas portugueses notavam que a taberna era um espaço de desafogo para o trabalhador, um sítio que tinha preços baixos e era possível conseguir uma certa alimentação¹⁴²⁵. Convém referir que a taberna é um espaço híbrido, entre o espaço privado e o público. É privada no sentido de ter um proprietário que, em última instância, define a entrada no

¹⁴²⁴ WRIGHT, Erik Olin. “Análise de classes”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N. °17, 2015, p. 141.

¹⁴²⁵ *O Pensamento Social*, 9 de março de 1873, 2º Ano, N.º 47, p. 2.

seu estabelecimento e dita as regras, havendo ainda outros possíveis entraves à entrada, pois há um consumo obrigatório e um horário de abertura e de fecho delimitado. Conquanto, não deixa também de ser pública, no sentido de a sua porta de entrada estar fortemente relacionada com a rua, ou seja, ao alcance de cada um que por ela deambule. Um espaço que historicamente está ligado ao movimento operário, por exemplo, em Inglaterra «os clubes informais e as reuniões nas tabernas são uma parte do processo democrático, que sobreviveu à repressão de 1796-1806, nas províncias como em Londres»¹⁴²⁶.

Como é conhecido, nem todos os indivíduos estão conscientes da sua categoria social ou disponíveis a aceitar essa construção e os socialistas portugueses tinham a plena noção deste obstáculo, afirmando que muitos dos trabalhadores não tinham qualquer ideia sobre a sua pertença social e, por isso, era fundamental estimular a consciência de classe através da solidariedade e da associação. Elementos fundamentais para atingir a grande aspiração do movimento operário, que pretendia resolver a *questão social* e o fim de todas as misérias sociais que atingiam o mundo operário. Urgia acabar com as rivalidades e intrigas entre os trabalhadores dos distintos sectores, assim como salientar que o operário era um elemento internacionalista órfão de pátria, pois as «condições do trabalho são [...] iguais em toda a parte»¹⁴²⁷, ou seja, a sua exploração ocorria de semelhante maneira em Portugal como noutros países. A exploração, o conflito e a solidariedade estabeleciam uma dialética que acabavam por impor uma consciência de classe no mundo do trabalho, uma ideia de necessidade e a missão histórica em trilhar o «caminho revolucionário do proletariado moderno»¹⁴²⁸, pois a «emancipação dos trabalhadores dev[ia] ser obra dos próprios trabalhadores»¹⁴²⁹. O socialista José Fontana é dos pensadores que frequentemente divulga esta ideia internacionalista, embora «como teórico [...] não teve uma escola definida»¹⁴³⁰ mas, segundo Domingos Leite, é possível verificar a influência do cooperativismo de Louis Blanc e uma «filiação mental na escola de Bakunin, não possuindo, contudo, o exagero doutrinário do feroso agitador eslavo»¹⁴³¹.

¹⁴²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class...*, p. 675.

¹⁴²⁷ *O Pensamento Social*, fevereiro 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 2.

¹⁴²⁸ *O Protesto...*, outubro de 1876, N.º 63, II Ano, p. 1.

¹⁴²⁹ *O Protesto...*, outubro de 1876, N.º 63, II Ano, p. 1.

¹⁴³⁰ *O Proletário...*, 1 de maio de 1898, Ano I, N.º 1, p. 2.

¹⁴³¹ *A Questão Social. Órgão dos trabalhadores*, 2 de setembro de 1900, Ano I, N.º 18, p. 2.

Para Sousa Brandão a «existência social do mundo operário como uma classe [...] só [é] efetivo quando realizado pelo seu esforço, à sua custa e sob a sua responsabilidade»¹⁴³², de certa maneira, o socialista pretendia lembrar que no século XIX as conquistas dos trabalhadores estavam condicionadas à própria atividade da *classe operária*.

Existe um esforço por parte do discurso socialista em distinguir o operário do patrão, afirmando que o «industrial tem interesse em alhear o homem dos seus direitos»¹⁴³³ e, por isso, existia a necessidade de reivindicar e concretizar os direitos do proletariado, uma ambição que requeria um esforço do próprio para constituir «na sociedade um todo orgânico, um corpo vivo, compacto, cujos os membros estejam entre si ligados»¹⁴³⁴, por isso os trabalhadores deviam deixar de «ser as *massas*, para serem definitivamente o povo, na grande e completa aceção [da] palavra»¹⁴³⁵.

Os socialistas portugueses não esqueciam de abordar as alterações tecnológicas que acabam por transformar a divisão do trabalho. Relembavam que antigamente o trabalho requeria sempre uma longa aprendizagem, mas o vapor enquanto força de trabalho tinha alterado a realidade e o contexto de produção e, por conseguinte, o «ofício [era] tão simples que perd[ia] o seu valor»¹⁴³⁶ e, deste modo, todos os trabalhadores acabavam no mesmo patamar, a arte e o saber no trabalho deixavam de ser elementos importantes para o indivíduo realizar o trabalho, pois na prática todos tinham condições para o fazer. Ou seja, o antigo artesão tendia a desaparecer com o desenvolvimento do trabalho moderno,

A 24 de novembro de 1872, durante o período grevista, o *Pensamento Social* entra em diálogo com um outro jornal, o *Comércio do Porto*. Este último escrevia que o operário não aglomerava somente o trabalhador manual, mas todo aquele cujo fruto do seu trabalho vinha do seu trabalho intelectual. Perante isto, o jornal socialista questionava quem defendia o contrário dessa ideia, frisando que todo aquele que punha o seu conhecimento ao serviço do coletivo devia ser caracterizado como trabalhador.

A constituição de um partido socialista simbolizava o enquadramento da classe operária enquanto força política, uma estrutura que fazia contraponto às estruturas

¹⁴³² Fontana, José, *O quarto Estado*. Transcrito em, FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa...*, p. 94.

¹⁴³³ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 6, p. 2.

¹⁴³⁴ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

¹⁴³⁵ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

¹⁴³⁶ *O Pensamento Social*, 10 de agosto de 1872, 1º Ano, N.º 23, p. 1.

burguesas e capitalistas. Uma resposta ao antagonismo de classe, a tal ponto que os socialistas portugueses afirmavam que a mesma levava à existência de uma «guerra social organizada»¹⁴³⁷, sendo necessário transformar o capitalista em trabalhador e o trabalhador em capitalista, ou seja, socializar o capital e para isso era necessário entroncar o associativismo operário numa estrutura partidária de matriz socialista. Um conceito que não está assim tão distante do alerta da geração socialista de 50 quando escreveu que a exploração só podia «acabar senão quando todos forem capitalistas»¹⁴³⁸.

O deputado Pinheiro Chagas elabora um pensamento sobre a classe operária totalmente distinta da do movimento operário, frisando que era um conceito social que estava em antagonismo com todos os outros sectores da sociedade, uma classe que representava uma espécie de aristocracia do trabalho manual¹⁴³⁹.

A condição do proletariado é evidenciada na literatura socialista, alguma dela da autoria de operários letrados. Durante a história do movimento operário português é possível identificar alguns casos do que filósofo francês Jacques Rancière denomina de «operário-escritor»¹⁴⁴⁰. Entre 1850-60 temos alguns operários a publicar poemas na imprensa, caso de um Gomes de Amorim ou do romance de Vieira da Silva publicado em 1850: *A filha de um operário*. Em 1876 um operário do sector dos tabacos, Pedro de Carvalho, é responsável por elaborar um drama que acaba por ser publicado na imprensa operária intitulado *A luta do proletariado*¹⁴⁴¹. Este trabalhador é citado por Nobre França numa carta enviada a Magalhães Lima como uma promessa política do associativismo: «Na organização da numerosíssima classe dos manipuladores de tabaco, de Lisboa, apareceram organizadores e propagadores tão ativos e inteligentes como Brito Monteiro, Pedro de Carvalho, Júlio, Brás Pacheco e outros»¹⁴⁴². Ademais, Pedro de Carvalho é um dos fundadores do jornal *A Voz do Operário* (1879). Em 1876, surge notícias sobre a realização de um espetáculo de poesia e a representação de um drama

¹⁴³⁷ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 4, p. 1.

¹⁴³⁸ Eco dos Operários, 28 de maio de 1850, N.º 5, p. 3.

¹⁴³⁹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 de setembro de 1871, N.º 092S1, p. 649.

¹⁴⁴⁰ Confrontar, RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona, 2012.

¹⁴⁴¹ Não foi encontrado nenhum documento da obra, apenas existe um resumo de Luís Grácio publicado no *O Protesto Operário* de outubro de 1876 (N.º 62).

¹⁴⁴² Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a parte of a letter published in Lima's Socialismo na Europa, Max Nettlau Papers*, 2867, Instituto de História Social (Holanda), p. 4.

denominado *O Escravo* na sociedade Recreio Operário que merece o aplauso de determinada imprensa por enobrecer a classe operário¹⁴⁴³.

Na imprensa operária a leitura do drama de Pedro de Carvalho é anunciada para o dia 15 de outubro de 1876 na sala do *Grémio Operário*. O evento é alvo de uma crónica assinada por um dos membros do Conselho Central do *Partido Socialistas*, Luís António de Carvalho Grácio¹⁴⁴⁴. O drama estava estruturado em torno de três actos e quatro quadros e a figura central é um operário. A personagem Júlio é um trabalhador totalmente absorvido e ocupado com as tarefas e militância na *Associação Fraternidade Operária* e, desse modo, quase esquece o amor que nutria por Luísa, uma costureira. Para adensar o drama, temos a presença de uma viúva de um artista de ourivesaria, Maria da Piedade. Esta mulher representa o drama social, pois, está totalmente desamparada e rodeada de três filhos que necessitam do respetivo alimento. Perante isto, a viúva é forçada a implorar à caridade pública para, desse modo, garantir o sustento à família. Os três personagens acabam por se encontrar, com Luísa a ajudar Maria da Piedade que acaba como madrinha de Luísa e Júlio e os convida, mais alguns operários, a viver numa casa de campo fruto de uma herança. De salientar, que no terceiro acto, Júlio sonha com a simbologia do movimento socialista, como a igualdade, fraternidade, liberdade, trabalho e a justiça. Perante esta análise, Luís Grácio escrevia no jornal a «conveniência de formar uma pequena sociedade dramática como meio útil [de] propaganda das [...] ideias»¹⁴⁴⁵. Este texto literário pretendia representar a classe operária com vários elementos positivos e, de facto, o socialismo depositava uma enorme confiança no papel do operário, que era representativo do trabalho, da honestidade, do progresso, da união, da solidariedade e da justiça, enquanto que o patrão simbolizava a negatividade existente na sociedade, nomeadamente, a propriedade e a exploração.

¹⁴⁴³ *Jornal da Noite*, 14 e 15 de novembro de 1876, 6º Ano, N.º 1779, p. 1.

¹⁴⁴⁴ É lembrado na imprensa operária como um histórico do movimento operário. Um trabalhador letrado que fazia trabalhos em couro (correeiro). Participou na *Fraternidade Operária* e nas primeiras reuniões que edificaram o *Partido Socialista*. Tal como os companheiros José Fontana e Antero de Quental, este socialista opta também por colocar um fim à sua vida através do suicídio em 1893. De facto, a questão do suicídio está muito presente na história do movimento operário português. Confrontar, *O Protesto Operário...*, 2 de abril de 1893, Ano X, N.º 545, p. 1.

¹⁴⁴⁵ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 62, p. 4

8.2 Socialismo

No primeiro número do *O Pensamento Social* a nova geração de socialistas reconhecia, de uma forma entusiástica, a aceitação da «denominação de socialistas»¹⁴⁴⁶. Esta geração não se cansa de exaltar os benefícios do socialismo, considerava como a grande aspiração social da contemporaneidade. Para compreender a difusão, nos diferentes significados, do uso político do termo socialismo é necessário ter em conta que os socialistas não tinham problemas em reconhecer que o socialismo, «pela vastidão do seu programa [...] tem forçosamente de ter alguma coisa vaga»¹⁴⁴⁷. Um pouco à imagem da geração socialista anterior¹⁴⁴⁸, os socialistas da década de 70 anunciavam que o socialismo estava estratificado em várias escolas, cada uma com a sua especificidade. Perante a existência de vários tipos de socialismos, os portugueses anunciavam que não seguiam exclusivamente uma escola concreta. A solução encontrada foi colocar o socialismo como um axioma vago que aspirava à resolução de várias calamidades sociais que estruturavam a *questão social*, como a eliminação da fome, da ignorância, da prostituição e do roubo. Os socialistas portugueses sintetizavam o propósito do socialismo em poucas palavras: «abolição do mal»¹⁴⁴⁹. A própria esfera pública debatia a *questão social*, reconhecendo nela uma ligação com o socialismo. Em setembro de 1872, *A Nação* afirmava que a «*questão social* teve o seu moderno nascimento em França; o seu primeiro nome foi *revolução*. Agora chama-se *socialismo*»¹⁴⁵⁰, alertando o leitor que a *questão social* era, de todas, a questão que mais ameaçava a sociedade. De facto, o conceito em torno da *questão social* surge no século XIX com o desenvolvimento do capitalismo, as péssimas condições de vida dos trabalhadores e a emergência da conflitualidade no mundo do trabalho. É possível verificar uma tendência na própria literatura, como é o caso dos livros de Émile Zola, Eugène Sue e Victor Hugo. O fenómeno é também salientado no campo do socialismo, como foi o caso de Engels no seu trabalho sobre a classe operária inglesa onde

¹⁴⁴⁶ *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 1.

¹⁴⁴⁷ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

¹⁴⁴⁸ A geração socialista iniciada em 1850 nunca optou por um só tipo de socialismo, embora sempre embebida no denominado *socialismo utópico* recusou sempre escolher correntes. Confrontar, Lázaro, João (2014), *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública*. Sá, Victor (1978), *Formação do Movimento Operário Português*. Fonseca, Carlos, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portuga*. Costa, Ramiro da (1979), *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal, 1º volume 1820-1929*. Oliveira, César (1973), *O socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.

¹⁴⁴⁹ *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 2.

¹⁴⁵⁰ *A Nação*..., 8 de setembro de 1872, Ano XXV, N.º 8273, p. 3.

anunciava a necessidade de abdicar a solução pacífica para a *questão social* e, por seu turno, implantar a única alternativa viável que era uma revolução violenta¹⁴⁵¹. Portanto, em Portugal a questão está intimamente relacionada com o movimento socialista e o seu pensamento.

Em fevereiro de 1872 o único representante da primeira geração de socialistas que continuava ativo no movimento operário, Sousa Brandão, é responsável por realizar um conjunto de palestras no *Centro Promotor* onde aborda a questão da economia social, explorando vários pensadores socialistas como Saint-Simon, de Fourier, de Louis Blanc e de Proudhon. Para os socialistas da geração de 70 o livro de Sousa Brandão de 1857, *Economia Social*, continuava a apresentar «os verdadeiros princípios económicos sobre o trabalho»¹⁴⁵² e, portanto, a nova geração assumia publicamente uma influência de Sousa Brandão. O histórico socialista da geração de 50 é alvo de elogios por parte do anarquista português Gonçalves Viana, que reconhece o trabalho como uma expressão do meio social que estava «harmonia com as doutrinas expostas por Kropotkine [...] *A anarquia na evolução socialista*»¹⁴⁵³. Como salienta Jordi Estivill, o pensamento do socialista Sousa Brandão estava «numa perspetiva dialética, considerando que as desigualdades estão na origem da resistência dos homens contra os seus opressores na busca da liberdade»¹⁴⁵⁴, uma ideia que defendia o socialismo como forma de contrariar a centralização que tinha a sua maior expressão no associativismo operário.

O Pensamento Social encara seriamente algumas escolas do *socialismo utópico*, retrata a doutrina de Fourier como luminosa e evangélica e não deixa de destacar, em primeiro plano, a doutrina de Proudhon, uma figura olhada como um apóstolo que usufruía da «palavra reveladora e definitiva»¹⁴⁵⁵, o jornal chega a descrever o pensador francês como «o mais formidável pensador dos modernos tempos»¹⁴⁵⁶. De facto, a influência do *socialismo utópico* no movimento socialista português nunca se desvaneceu por completo, mesmo com o surgimento do *socialismo científico* e das ideias de Bakunin que acabam por influenciar a paisagem socialista a partir da década

¹⁴⁵¹ ENGELS, Friedrich. *The condition of the working class in England*. Stanford (California): Stanford University Press, 1958, p. 294.

¹⁴⁵² *O Pensamento Social*, fevereiro de 1872, 1º Ano, N.º 1, p. 3.

¹⁴⁵³ Viana, Gonçalves (1894), *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 7.

¹⁴⁵⁴ ESTIVILL, Jordi. “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, 2017, p. 31.

¹⁴⁵⁵ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 4, p. 1.

¹⁴⁵⁶ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 2, p. 4.

de 70. A nova geração começa a radicalizar o seu discurso e incorporar ideias das duas novas escolas socialistas e, por exemplo, em 1872 divulgava um sentimento ideológico que gravitava em torno de Bakunin: a *abstenção*. De facto, vários socialistas portugueses encaravam o socialismo como uma ferramenta apolítica, isto é, um instrumento que pretendia ficar à margem do sistema parlamentar, dos partidos constitucionais e da vida política nacional. O socialismo devia, e podia, ser realizável somente na esfera operária.

Em Portugal o socialismo é visto como um fruto da ciência, da consciência, do pensamento e da moral. O modelo socialista em Portugal continuava vaga e os seus impulsionadores tinham o cuidado de não afirmarem publicamente um compromisso com uma das correntes socialista. No entanto, alertavam para que «estar fora da política não quer dizer não ter política»¹⁴⁵⁷, visto que ser encarado como a única forma de solucionar o antagonismo na sociedade através da «extinção das classes»¹⁴⁵⁸. Portanto, começava a ser evidente a consolidação de uma nova ideia da nova escola socialista; o *partido socialista*. Os socialistas portugueses ainda alertavam para as situações internacionais extremadas, como era o caso francês onde existia uma guerra social. Perante um eventual horizonte semelhante, frisavam que «em Portugal não há guerra de classes, e não será o socialismo que virá declarar a guerra social»¹⁴⁵⁹. Embora fosse afirmado que o socialismo devia garantir «a terra a quem cultiva [e o] instrumento do trabalho a quem o emprega»¹⁴⁶⁰, nunca é esclarecido a forma como devia ser realizada essa transformação. Mais tarde, em 1876, *O Protesto* responde ao *Jornal do Comércio* sobre um eventual equilíbrio de relações entre as classes sociais, afirmando que tal processo era impossível de realizar, frisando que «será certo, não o equilíbrio de classes, mas o seu desaparecimento»¹⁴⁶¹. Em setembro desse ano os socialistas portugueses publicam o documento de saudação enviado ao Congresso Operário francês. O documento, assinado por Azedo Gneco, e acaba por ser transcrito na imprensa brasileira¹⁴⁶² e era categórico em concretizar um dos grandes defeitos do movimento

¹⁴⁵⁷ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1º Ano, N.º 16, p. 1.

¹⁴⁵⁸ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1872, 1º Ano, N.º 53, p. 2.

¹⁴⁵⁹ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 6, p. 1.

¹⁴⁶⁰ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 4, p. 1.

¹⁴⁶¹ *O Protesto...*, dezembro de 1876, II Ano, N.º 68, p. 1.

¹⁴⁶² *Jornal do Recife*, 17 de novembro de 1876, XIX Ano, N.º 262, p. 1.

operário moderno. Para os portugueses tinha sido um erro «se ter pretendido subordinar [o movimento] a esta ou aquela escola socialista»¹⁴⁶³.

A 13 de outubro de 1872 surge um artigo no *Pensamento Social* assinado por J (porventura José Fontana) denominado “Filosofia Social. O que é o socialismo” onde é exposto as características do socialismo. O autor defende que existia uma vertente racional no socialismo que fazia contraponto à influência metafísica das religiões. No plano jurídico, fundamental para a constituição das sociedades, é frisado a existência da *anarquia* que tinha como axioma a «liberdade humana, em oposição a toda a autoridade histórica»¹⁴⁶⁴. No plano económico era valorizado o *trabalho*, a fonte da produção e da riqueza que estava em oposição à forma de capital. Esta fórmula estava intrínseca ao escopo do socialismo que focalizava uma secularização do estado, defendia a abolição da autoridade política e a transformação da propriedade sob a alçada do povo. A propriedade era considerada como a «coletividade de indivíduos equivalentes, trabalhadores, produtores [...] livres racional, social e economicamente»¹⁴⁶⁵. Os socialistas portugueses não tinham reservas em afirmar publicamente que o socialismo de «Proudhon, de Owen, de Marx e da Internacional é verdadeiro [...] porque é realista»¹⁴⁶⁶.

De facto, o socialismo é constantemente divulgado como um axioma que surgiu na cientificidade e progresso do próprio século XIX. A nova organização social apresentava um sistema revolucionário que tinha como objetivo a reorganização do mundo do trabalho, a divulgação da associação, a federação, a promoção da solidariedade entre trabalhadores, a ideia de liberdade e a descentralização. No entanto, não deixava de ser contraditório, nomeadamente, por respeitar a propriedade privada individual. De facto, o socialismo português incorpora elementos do liberalismo, como é o caso da propriedade privada. Para os socialistas o direito de propriedade entroncava no «próprio direito de existir, e portanto, um direito absoluto»¹⁴⁶⁷. O direito de propriedade é, inclusive, inscrito no jornal socialista como o primeiro dos direitos. Os socialistas declaram uma proposição estranha que merece ser destacada. O discurso socialista reconhece que o «constitucionalismo burguês, conservador e liberal, é [...]

¹⁴⁶³ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 55, p. 1.

¹⁴⁶⁴ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 26, p. 1.

¹⁴⁶⁵ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 26, p. 1.

¹⁴⁶⁶ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 26, p. 1.

¹⁴⁶⁷ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

sem o saber, essencialmente socialista»¹⁴⁶⁸. Com uma linguagem enfática os socialistas acusavam a burguesia de não perceber a existência de um mundo novo com traços socialistas, como por exemplo a legislação da tolerância religiosa, o direito ao sufrágio, a propriedade, o princípio de expropriação, o crédito, o sistema alfandegário e os contratos comerciais. Para os socialistas o verdadeiro nome da *Revolução Social*, que era encarado como um processo de «reformar radicalmente as bases do direito social»¹⁴⁶⁹ e tinha um nome mais verdadeiro: a Revolução da Justiça. A ideia de justiça surge no discurso socialista como uma ideia de liberdade para as camadas mais pobres, nomeadamente, as camadas trabalhadoras. A ideia sobre o socialismo não deixava de incorporar categorias e direitos da esfera identitária do liberalismo. No entanto, frisavam que o direito de propriedade no fundo significava o direito que cada homem tinha em recolher «o produto inteiro do seu trabalho»¹⁴⁷⁰. Mais tarde, é afirmado publicamente que o «remédio radical para os males sociais, porém, só se encontra na transformação da propriedade»¹⁴⁷¹, ou seja, uma das aspirações do partido socialista passava pela nacionalização da propriedade, no entanto, esta proposta era compatibilizada com o direito à propriedade individual. Um dos propósitos estava relacionado com a tentativa de acabar com o pauperismo, mas também elevar os direitos dos trabalhadores e, por isso, não tinham dúvida que o voto era «um dos mais inquestionáveis direitos»¹⁴⁷².

Num dos muitos artigos sobre a *Internacional*, os socialistas frisavam que os trabalhadores tinham que garantir vários direitos, reivindicado o lema «a cada um o que é seu»¹⁴⁷³. O papel central dado aos direitos permitia, segundo a análise dos socialistas, ao homem afastar-se «cada vez mais [e] profundamente da animalidade que lhe deu origem»¹⁴⁷⁴, com isto os seus direitos deviam ser encarados como inalienáveis. Nunca é defendido um sistema socialista específico em detrimento das outras escolas socialistas e a maior parte das propostas socializantes podiam ser encaixadas, em grande medida, nas várias escolas socialistas. Era defendido que o socialismo pretendia a secularização do Estado, a abolição da autoridade política, a reconstituição da propriedade e do

¹⁴⁶⁸ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 26, p. 1.

¹⁴⁶⁹ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 5, p. 1.

¹⁴⁷⁰ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

¹⁴⁷¹ *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 67, p. 1.

¹⁴⁷² *O Protesto...*, novembro de 1876, II Ano, N.º 65, p. 1.

¹⁴⁷³ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 59, p. 1.

¹⁴⁷⁴ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 2, p. 1.

crédito aos trabalhadores e a elevação do quarto estado (povo). Os socialistas portugueses espelhavam a ideia que tinham ingressado no movimento numa altura que, historicamente, o campo socialista estava num «segundo período, o da organização»¹⁴⁷⁵. Por outras palavras, para os portugueses o socialismo tinha que, numa primeira fase, centrar a sua atenção na elaboração do pensamento ideológico e, posteriormente, encetava uma nova fase em torno das estruturas organizativas como é o caso do associativismo de resistência, as cooperativas e as sociedades de crédito mútuo.

Para os socialistas o iberismo representado por Latino Coelho, Casal Ribeiro e os espanhóis Sinibaldo Mas e Fernandez de los Rios (embaixador em Portugal) era classificado como centralista e burguês, um «dos maiores inimigos que o socialismo tem na Península»¹⁴⁷⁶, pois a sua concretização apenas criava a anarquia industrial e a consolidação do monopólio capitalista. Segundo Luís Doria o governo português parecia estar desconfiado das intenções do embaixador espanhol e, embora a relação institucional fosse boa, a casa do embaixador era vigiada pela polícia, circulando rumores da existência em Espanha de uma rede de apoio material para uma eventual revolta em 1872¹⁴⁷⁷. No passado Fernandez de los Rios chegou a ter «um voto de agradecimento de gratidão»¹⁴⁷⁸ nas atas do *Centro Promotor*, uma proposta apresentada pelo secretário Carlos Borges devido aos serviços prestados à associação. O diplomata Sinibaldo Mas foi um importante defensor do iberismo, autor do livro *La Iberia* que defendia uma união pacífica entre Portugal e Espanha, publicado em Portugal em 1851.

Quando o *Diário de Notícias* relata as desordens ocorridas em Badajoz, falando de ocupações e divisões de terra, denomina os acontecimentos como uma *revolução comunista*. Esta notícia faz desencadear uma resposta no *Pensamento Social* contrariando essa ideia. Para os socialistas portugueses o que se passava em Badajoz era justamente o contrário, a antítese do *comunismo*, salientado que não existiam sinais de *socialismo*, nem *comunismo*, ou *fourierismo*, *babouvismo* ou até *platonismo*. À luz deste jornal, «o comunismo científico é a propriedade comum, a posse coletiva de terras ou outra coisa, por uma associação»¹⁴⁷⁹, ou seja, a ideia de centralizar sob algo a propriedade. O socialismo português ambicionava a fusão de dois elementos

¹⁴⁷⁵ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 3, p. 1.

¹⁴⁷⁶ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1º Ano, N.º 4, p. 2.

¹⁴⁷⁷ DORIA, Luís. Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros..., p. 194.

¹⁴⁷⁸ *Jornal da Noite*, 13 de março de 1871, 1º Ano, N.º 60, p. 3.

¹⁴⁷⁹ *O Pensamento Social*, 30 de março de 1873, 2º Ano, N.º 50, p. 2.

antagónicos em moldes harmónicos: o trabalho e o capital, uma fusão que resultava na propriedade coletiva.

No número 54 do *Pensamento Social* era feita uma resenha ao livro de Oliveira Martins sobre o socialismo, frisando a alegria de existirem «socialistas em Portugal! e socialistas que escrevem livros»¹⁴⁸⁰. Um pouco mais tarde, em 1873, um dos internacionalistas, Eduardo Maia, é responsável por uma conferência sobre a propriedade na Federação Académica de Lisboa, uma conferência que acaba por ser transformada em folheto, oferecido às secções da *Internacional* em Portugal e publicada nas páginas do *O Pensamento Social*¹⁴⁸¹. No pensamento de Eduardo Maia, a propriedade, nomeadamente a concentração da propriedade, é a responsável pelo desaparecimento da pequena propriedade e, desta maneira, a pequena oficina não consegue competir no mercado e acaba por fechar. O socialista encarava a propriedade como uma negação do próprio trabalho, pois a propriedade não deixava de ser um fruto direto do trabalho, mas nem todos os trabalhadores conseguiam acesso ao título de proprietário. Eduardo Maia aproveita a conferência para defender a *Internacional*, que tinha como objetivo tentar converter a propriedade privada em propriedade coletiva¹⁴⁸². No seu pensamento o regime de propriedade é quem determinava as grandes emigrações, como era o caso dos portugueses que não conseguiam encontrar trabalho no país e, deste modo, tinham forçosamente de emigrar para o Brasil. Além disto, Eduardo Maia defendia a abolição da herança, confiscar a propriedade que tinha sido adquirida por meio do roubo ou do homicídio e a propriedade dos ministros e deputados que enriqueceram durante os seus mandatos políticos. Para Fernando Cartroga este trabalho teórico é «talvez o mais bakunista de todos os escritos de então (1873)»¹⁴⁸³. O trabalho político de Eduardo Maia vai receber a atenção de Antero de Quental, no entanto, de uma forma negativa. Numa carta para o amigo Oliveira Martins, Antero demonstra a reprovação do texto, frisando que não apresentava alguma novidade e não merecia uma leitura, pois replicava «as vagas reclamações coletivistas dos jornais internacionalistas espanhóis»¹⁴⁸⁴.

¹⁴⁸⁰ *O Pensamento Social*, dezembro de 1872, 1º Ano, N.º 54, p. 1.

¹⁴⁸¹ Publicado no número 39, 40, 41, 42, 43 do *Pensamento Social*.

¹⁴⁸² MAIA, Eduardo. *Da propriedade. Conferência feita na Federação Académica e oferecida às secções portuguesas da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1873, p. 2.

¹⁴⁸³ CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo...*, p. 176.

¹⁴⁸⁴ Carta de Antero de Quental para Oliveira Martins. Transcrita em, SILVA, Lúcio Craveiro da. *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1996, p. 55.

No final de 1877 o *Protesto* escrevia um artigo sobre o avanço do socialismo em Portugal, reconhecendo o esforço da geração de 50, no entanto, frisava as limitações desse socialismo composto por «utopistas que de boa fé acreditavam na possibilidade da harmonia entre burguesia e trabalhadores»¹⁴⁸⁵. O historiador José Pacheco Pereira escreveu que era no associativismo que o «socialismo se prefigura mesmo quando não é ainda um corpo ideológico nítido»¹⁴⁸⁶ e, de facto, o movimento operário desde 1850 que vinha a estruturar a sua identidade em dois pilares; o associativismo e o socialismo. O programa transitório do *Partido Socialista* defendia que a propriedade social devia ser da esfera pública, enquanto a propriedade individual da esfera privada. No entanto, lamentava que a propriedade fosse um «produto do trabalho de todos os indivíduos acumulado na mão de alguns»¹⁴⁸⁷. O partido referia que procurava no horizonte concretizar «os direitos naturais»¹⁴⁸⁸ do proletariado.

A *social-democracia* portuguesa, ao contrário dos outros países, nunca teve um líder teórico e ideológico destacado e imponente no mundo operário e no movimento socialista. Antero de Quental é o elemento socialista com mais potencial para atingir esse patamar, no entanto, as suas convicções sociais e económicas não estavam em sintonia com a restante direção do movimento socialista e o próprio optou por um certo distanciamento na direção política do movimento e não aprofundou um pensamento político e económico em torno do socialismo. Não deixamos de concordar com a análise de Alberto Machado da Rosa quando escreve que as ideias socialistas não deixavam de ser «coevas, imprecisas e confusas em toda a parte, e ainda mais esfumadas em Portugal»¹⁴⁸⁹, no entanto, não deixamos de reparar o socialismo divulgado na década de 70 está relacionada com novas categorias como é o caso do conceito de *liberdade* e dos *direitos*. Os socialistas não tinham dúvidas que no absolutismo a liberdade individual é nula, passando para restritiva no estado liberal, mas, a liberdade em absoluto permitia a anulação da figura do estado. Acreditavam num sistema social que garantia os direitos para os trabalhadores, mas que, por seu turno, deviam respeitar os deveres. Estas categorias estavam em constante comunicação e não podiam ser dissociadas. O

¹⁴⁸⁵ *O Protesto...*, dezembro de 1877, III Ano, N.º 122, p. 1.

¹⁴⁸⁶ PEREIRA, José Pacheco. “Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas”. Em: J. C. Seabra Pereira (org.) *Utopie et Socialisme au Portugal...*, p. 186.

¹⁴⁸⁷ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 62, p. 1.

¹⁴⁸⁸ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 95, p. 2.

¹⁴⁸⁹ ROSA, Alberto Machado da. “O socialismo em Portugal há um século. A fundação da Internacional”. *Seara Nova*, N.º 1501, 1970, p. 365.

socialismo devia encarar o trabalhador da mesma forma dos demais e, portanto, os socialistas divulgavam para o espaço público a reivindicação: «Sou homem, tenho direitos e deveres, basta de exploração»¹⁴⁹⁰.

8.3 A questão da mulher

Ao longo da história a mulher sempre foi uma presença assídua no mundo do trabalho e, como salientou Michelle Perrot, assim como os homens, as mulheres também defendiam o seu direito ao emprego¹⁴⁹¹. No entanto, a marginalização do papel da mulher na história do trabalho é uma evidência. Existe uma dificuldade em deslindar a dimensão rotineira das trabalhadoras, por um lado, devido às dificuldades inerentes à pesquisa, mas, convém não esquecer, o próprio movimento operário funcionou com um condicionante na construção de um sujeito político e dificultou a emancipação da mulher. Neste contexto é conhecido a resistência do homem perante a entrada da mulher no mundo do trabalho, uma postura política e discriminatória justificada no campo da competitividade. Em regra, a entrada da mulher no mundo do trabalho é encarada pelo trabalhador como uma ameaça ao seu salário e posto de trabalho. A mulher no mundo do trabalho ocupava o lugar do homem a um preço substancialmente mais baixo, e o homem olhava para a sua presença de uma forma ameaçada e expressamente competitiva.

Esta postura acaba por ser legitimada por alguns dirigentes socialistas, como é o caso de Pierre-Joseph Proudhon que revelou uma posição conservadora e oposta à inclusão da mulher no mundo do trabalho. Para o anarquista às mulheres não tinham o exponencial físico e intelectual do homem e, portanto, a mulher é vista como inferior. A sustentação teórica de Proudhon é estruturada para a defesa da ideia que a mulher não podia participar na guerra, na política ou em qualquer função estatal, pois defendia que o «reinado da mulher estava na família»¹⁴⁹². Em contramão está a dupla Engels e Marx que apresentam um trabalho político onde é visível uma posição contra a opressão da mulher. Ao lermos o trabalho de Engels sobre a condição da classe operária inglesa é possível verificar a presença das mulheres na pequena oficina, uma realidade recheada de condições deploráveis e períodos de trabalho «longos e ininterruptos que não era

¹⁴⁹⁰ *O Pensamento Social*, 23 de agosto de 1873, 2º Ano, N.º 52, p. 2.

¹⁴⁹¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...*, p. 27.

¹⁴⁹² PROUDHON, Pierre-Joseph. *La Pornocratie ou les femmes dans les temps modernes*. Paris: A. Lacroix et C, Éditeurs, 1875, p. 12.

expectável para um homem robusto»¹⁴⁹³. O sociólogo Michael Lowy abordou um dos trabalhos menos conhecidos de Karl Marx, denominado *Sobre o suicídio*, para demonstrar uma importante peça de acusação à opressão contra as mulheres da época¹⁴⁹⁴.

Em Portugal a eventual intervenção pública da mulher está fortemente condicionada pelo Código Civil (1867-1965), uma legislação «que subalternizava as mulheres, principalmente as casadas»¹⁴⁹⁵. O governo regenerador foi muito limitado na questão da mulher e, neste período apenas sobressai a criação, a 3 de agosto de 1870, de um instituto de educação para o sexo feminino. Foi, portanto, noutras latitudes que a questão da mulher foi observada e debatida, nomeadamente, à margem do governo e pela mão do movimento operário. É certo que a questão da mulher trabalhadora não chegou a ser aprofundada, mas o movimento operário tentou colocar em jogo o papel da mulher e as suas preocupações.

Logo em 1865 o *Centro Promotor* promoveu um debate em torno da criação de uma creche direcionada para as «crianças de peito, e mesmo até de três a cinco anos, durante o dia, enquanto as mães vão tratar dos seus negócios»¹⁴⁹⁶. É incontestável a continuidade no pensamento político do movimento operário sobre a mulher que despontou em 1850. A primeira geração de socialistas veiculava um discurso no espaço público que autorizava e legitimava uma participação militante da mulher no associativismo e na política. Inclusive, é defendido um elemento claramente emancipador para à mulher, que devia ser dotada de direitos naturais, inclusive o voto¹⁴⁹⁷.

Existe uma continuidade neste trabalho sobre o papel da mulher e *O Pensamento Social* decide inaugurar, em maio de 1872, uma série de artigos sobre a mulher e o seu papel na sociedade. É um trabalho que pretendia dar ao leitor a noção de igualdade entre o homem e a mulher enquanto integrantes da espécie humana. Os socialistas apoiavam a sua tese na ciência para demonstrar que, tal como o homem, a mulher era dotada de inteligência, ideias e juízos. Para o socialismo a mulher era uma escrava do homem,

¹⁴⁹³ Engels, Friedrich (1958), *The condition of the working class in England...*, p. 237.

¹⁴⁹⁴ LOWY, Michael. *Karl Marx. Sobre o suicídio*, Boitempo, 2006.

¹⁴⁹⁵ BAPTISTA, Virgínia. *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 31.

¹⁴⁹⁶ *Diário de Pernambuco*, 16 de maio de 1865, Ano XLI, N.º 112, p. 2.

¹⁴⁹⁷ Lázaro, João (2014), *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública...*, p. 94.

tratada na sociedade mais como uma «mercadoria do que como um ente racional»¹⁴⁹⁸, uma ideia muito saliente no caso da prostituição.

A questão da prostituição (ou das «meretrizes» se quisermos aplicar um termo da época) é abordada por este leque de socialistas portugueses, que mostrava estar atento à documentação oficial, nomeadamente, aos mapas de 1869, 1870 e 1871¹⁴⁹⁹, da autoria da Polícia Civil de Lisboa, referente à problemática. É um assunto retratado com enorme preocupação, relacionado com normas sociais, mas também porque provocava vários problemas de salubridade e de saúde pública. Por exemplo, a questão das doenças sexualmente transmitidas é descrita como uma causa para a eventual «extinção da raça humana por meio da sífilis»¹⁵⁰⁰ devido à prostituição.

Os jornais operários afirmavam que as causas para a prostituição seriam os desequilíbrios e desigualdades sociais existentes na sociedade, a inexistência de trabalho digno para a mulher, a falta de instrução, os longos horários de trabalho, mas também a falta de fiscalização dos corpos policiais que, na verdade, eram encarados como habituais clientes das casas de prostituição. Os socialistas escrevem que a mulher era «classificada como máquina de prazer»¹⁵⁰¹, perguntando ao leitor: «se ela fosse convenientemente educada, existiria a prostituição?»¹⁵⁰².

Os socialistas olhavam para a sociedade burguesa como incompatível à emancipação da mulher e as normas burguesas e a instituição do casamento são alvo de denúncia. O casamento é encarado como um absurdo para a mulher e o homem, pois forçava através de laços legais a vivência para todo o sempre, mesmo que o amor entre ambos desapareça. Aos olhos dos socialistas o casamento era «simplesmente um negócio de interesse»¹⁵⁰³. Por outro lado, o casamento enfatizava as desigualdades entre o homem e a mulher, pois dentro da lógica do casamento tudo era permitido e perdoado ao homem, inclusive os *sete pecados capitais*. No campo oposto estava a mulher, remetida para a solidão da vida doméstica e sem o direito de desabafar sobre as suas tormentas.

¹⁴⁹⁸ *O Protesto...*, janeiro de 1877, III Ano, N.º 76, p. 2.

¹⁴⁹⁹ Os jornais operários também apresentam e abordam as estáticas elaboradas pela polícia sobre criminalidade, nomeadamente em Lisboa.

¹⁵⁰⁰ *O Pensamento Social*, março de 1872, 1.º ano, N.º 3, p. 2.

¹⁵⁰¹ *O Protesto...*, agosto de 1876, III Ano, N.º 103, p. 3.

¹⁵⁰² *O Protesto...*, agosto de 1876, III Ano, N.º 103, p. 3.

¹⁵⁰³ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1.º Ano, N.º 15, p. 2.

Embora este padrão fosse transversal a todas as mulheres, os socialistas não deixavam de diferenciar a classe mais abastada. As mulheres ligadas às normas burguesas são apelidadas como «ociosas e parasitas»¹⁵⁰⁴ e na visão socialista as mulheres deste estrato social são acusadas de cometer vários tipos de crime para conservar o seu estilo de vida, por exemplo, a prática do aborto, o abandono de crianças e até o infanticídio. Este hediondo comportamento é justificado pela vontade de preservação da vida luxuosa, os passeios, as idas ao teatro e salões. Ou seja, eram práticas inerentes ao estilo de vida desta classe social e a existência de novos filhos era encarada um entrave a esta dinâmica social. Para a família trabalhadora a existência de novos filhos significava uma outra realidade, os novos filhos acabam por representar uma nova «fonte para onde derivam todos os magros lucros do seu trabalho»¹⁵⁰⁵. Por outro lado, a mulher do trabalhador ao não conseguir ingressar no mundo do trabalho, acaba remetida exclusivamente para o serviço doméstico e, desse modo, não conseguia ser um elemento de trabalho produtivo no sustento da família. Nos termos do discurso é possível olhar para a ideia defendida por Engels sobre a existência de uma «dominação incondicional dos homens sobre o sexo feminino»¹⁵⁰⁶, quer mesmo nas camadas burguesas.

A igualdade entre homem e a mulher no interior das organizações operárias remonta pelo menos a agosto de 1852, data da formação de uma associação de mulheres «denominada de Associação Fraternal das Senhoras»¹⁵⁰⁷. A *Fraternidade Operária* continuou a desenvolver este trabalho, procurando integrar e envolver a mulher trabalhadora no associativismo operário. Dentro da associação existia uma vontade de responsabilizar a mulher trabalhadora, um sentimento comprovado com o caso da classe dos tecelões que realizou a sua terceira sessão sob a presidência de uma mulher¹⁵⁰⁸. Esta é, porventura, a primeira vez que temos a informação de uma trabalhadora a assumir os trabalhos de direção de uma reunião de trabalhadores. Perante este acontecimento, o jornal socialista não deixava de declarar a sua importância: «quem diria [...] que uma mulher presidira a uma assembleia, quando nem ia às reuniões, nem queria ouvir falar

¹⁵⁰⁴ *O Pensamento Social*, julho de 1872, 1º Ano, N.º 18, p. 3.

¹⁵⁰⁵ *O Pensamento Social*, julho de 1872, 1º Ano, N.º 18, p. 3.

¹⁵⁰⁶ ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Edições Avante!, 2002, p. 85.

¹⁵⁰⁷ Lázaro, João (2014), *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública...*, p. 94.

¹⁵⁰⁸ *O Pensamento Social*, 4 de agosto de 1872, 1º ano, N.º 22, p. 4.

de tal coisa, interessando-se apenas pela igreja e coisas banais, que agravam a sua ignorância e miséria»¹⁵⁰⁹.

Mais tarde, a situação era repetida, na classe dos manipuladores de tabaco, onde uma sessão foi presidida por uma operária, provocando elogios no jornal da *Fraternidade* à associada que conservou «sempre a assembleia com o devido respeito»¹⁵¹⁰. O jornal ainda destacava o discurso da trabalhadora perante a assembleia, solicitando a «todos os companheiros e companheiras alistados nas bandeiras da *Fraternidade Operária*, que se conservassem unidos»¹⁵¹¹, pois só dessa forma é que era possível concretizar as reivindicações. A operária ainda abordou a questão da greve e a importância da solidariedade entre os grevistas. O jornal publica cartas da autoria de mulheres operárias que pretendiam demonstrar a injustiça na condição social e o papel da mulher na sociedade, uma dessas cartas, assinada como “uma operária”, afirmava que a mulher tinha «grandes direitos a reivindicar. [Era] mais explorada que o homem [...] e ignominiosamente vilipendiada por esta sociedade imoral!»¹⁵¹². De facto, existe um apelo direccionado às mulheres que acentuava a importância da mulher no associativismo, inclusive a existência de uma classe onde uma trabalhadora ocupava a cadeira de presidente e a sua voz é «por todos acatada e respeitada»¹⁵¹³. Alguns jornais no espaço público referem a secção feminina da *Fraternidade Operária* que era presidida por uma mulher, Maria Rosa Gonçalves e tinha como secretárias Leonor Pereira da Silva e Emília Rosa Alves, uma reunião onde foram apresentados os estatutos e «regulamento para uma oficina social de costura»¹⁵¹⁴. Esta postura deve ser encarada como visionária, sobretudo se posta em comparação com a situação da mulher no associativismo operário nos finais do século XIX. De facto, no futuro tanto a legislação, como o próprio movimento operário, acabam por funcionar como um importante condicionante à emancipação da mulher trabalhadora enquanto sujeito político. Neste período a mulher operária é alvo de fortes restrições políticas e cívicas, inclusive, no associativismo operário onde acaba afastada da participação, da direcção, «necessitava

¹⁵⁰⁹ *O Pensamento Social*, 4 de agosto de 1872, 1º ano, N.º 22, p. 4.

¹⁵¹⁰ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872, 1º ano, N.º 36, p. 3.

¹⁵¹¹ *O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872..., p. 3.

¹⁵¹² *O Pensamento Social*, 29 de dezembro de 1872, 1º ano, N.º 37, p. 2.

¹⁵¹³ *O Pensamento Social*, 8 de dezembro de 1872, 1º ano, N.º 54, p. 2.

¹⁵¹⁴ *O Paiz*..., 25 de abril de 1873, N.º 92, p. 2.

do devido requerimento de autorização [do] marido e não tinha direito de voto nas assembleias das associações»¹⁵¹⁵.

Os socialistas promoviam um esforço teórico para demonstrar ao homem trabalhador que a mulher não era um concorrente ou inimigo ao seu trabalho, mas uma aliada. A mulher trabalhadora integrava em conjunto com o homem trabalhador a classe operária. Ao falar do congresso de Saragoça, organizado pelos socialistas de Espanha, os portugueses transcreviam que não existia «diferença de sexo perante a exploração»¹⁵¹⁶. A ideia estava formulada na união entre ambos os sexos pela solidariedade do trabalho e, perante este panorama, o socialismo reivindicava a «emancipação completa da mulher»¹⁵¹⁷, afirmando que a mulher devia ter direitos e deveres semelhantes ao homem e até direitos políticos. O próprio programa do *Partido Socialista* espelha esta ideia, defendendo a «igualdade do tempo de trabalho e dos salários das mulheres e dos homens»¹⁵¹⁸.

Esta posição está um pouco espelhada no livro de Eduardo Maia, um dos internacionalistas que aborda o papel da mulher num dos seus estudos. À luz desta posição socialista, a propriedade e a exploração são responsáveis pelas alterações na estrutura da família e nas camadas operárias. O trabalho forçava a saída do homem de casa pela manhã e só regressava à noite. Por outro lado, defendia que o progresso da indústria acaba por roubar «à mulher toda a importância que ela tinha no seio da família»¹⁵¹⁹, o socialista dava o exemplo das tarefas domésticas pois a mulher fazia vários trabalhos como roupa (meias, as camisas e fiar o linho) mas com a introdução das máquinas, estes produtos surgiam no mercado com mais rapidez e preços baixos.

O discurso dos socialistas portugueses em torno da questão da mulher é ainda normativo da ideia simbólica da mulher integrada na vida doméstica, no papel enquanto esposa e mãe. Não obstante, é evidente uma desconstrução sobre o culto da vida doméstica e a ideia de *sexo frágil* que integravam a lógica da moral vitoriana. Para o campo socialista português a mulher tinha espaço na política, no trabalho, no associativismo e no espaço público.

¹⁵¹⁵ Lázaro, João. “Os direitos sociais no pensamento do movimento operário português: ruturas e continuidades (1850-1873)”. *Revista Escripturas*, V. 2, N.º 2, 2018, p. 62.

¹⁵¹⁶ *O Pensamento Social*, maio de 1872, 1º ano, N.º 12, p. 2.

¹⁵¹⁷ *O Pensamento Social*, 26 de janeiro de 1873, 2º Ano, N.º 41, p. 3.

¹⁵¹⁸ *O Protesto...*, outubro de 1876, II Ano, N.º 62, p. 1.

¹⁵¹⁹ MAIA, Eduardo Maia. *Da propriedade. Conferência feita na Federação Académica...* p. 8.

8.4 A repressão e o policiamento no discurso socialista

As sociedades europeias na segunda metade do século XIX são caracterizadas pela consolidação e o desenvolvimento das práticas policiais, nomeadamente, nos grandes centros urbanos. A sociedade liberal demonstrava uma grande preocupação relativamente à questão da ordem pública, com os regimes liberais alarmados pelos históricos acontecimentos que outrora tinham mergulhado a Europa na *desordem* e na *revolução*, particularmente a Revolução Francesa, a Primavera dos Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871). O historiador inglês Eric Hobsbawm fez notar que depois de 1848 muitos estados europeus fizeram questão de edificar na máquina do estado «forças policiais modernas, em muitos casos nacionais»¹⁵²⁰. O movimento operário e os corpos policiais são ambos, em certa medida, construções históricas das sociedades liberais, embora os segundos sejam resultado de uma necessidade de consolidação e salvaguarda do regime. Em Portugal vários estudos¹⁵²¹ focam a sua atenção na construção de um sistema policial moderno, com as forças da ordem pública a incorporar uma vertente acentuadamente militarizada, que punha em prática o trabalho de controlo sobre eventuais desordens públicas e uma atitude vigilante e punitiva, com base em normas morais e de salubridade. Nesta lógica, diversos estratos da sociedade, entre os quais os chamados grupos marginais (caso das prostitutas e mendigos) e os grupos tendencialmente subversivos (caso do movimento operário) estavam sob um atento e vigilante olhar policial. Portugal da segunda metade do século XIX vai desfrutar de uma estrutura policial inspirada no Reino Unido, nomeadamente na polícia de Londres que será o grande modelo aplicado um pouco por toda a Europa e na América do Norte¹⁵²².

Os corpos policiais modernos surgem em Portugal com a criação das Guardas Municipais (1834) e, sobretudo, com a Polícia Civil (1867). Estas autoridades de ordem pública eram tuteladas diretamente, ou indiretamente, pelo Ministério do Reino (Interior), os governadores civis e as câmaras municipais. Se a Guarda Municipal era uma força mais musculada e militarizada com uma componente de mobilidade que permitia ser chamada a intervir no espaço público quando a desordem já estava de facto

¹⁵²⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 196.

¹⁵²¹ Gonçalo Rocha Gonçalves, Marco Póvoa, Maria João Vaz e Diego Palacios Cerezales.

¹⁵²² Confrontar, GONÇALVES, Gonçalo Rocha Gonçalves. *Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910* Tese de Doutoramento, The Open University (Reino Unido), 2012

a acontecer, a Polícia Civil era um corpo menos militarizado, com a tarefa de policiar as capitais de distrito, realizando um patrulhamento preventivo.

O olhar do movimento operário sobre a polícia e a repressão reflete a interpretação dos dirigentes socialistas sobre a própria sociedade liberal. As forças da ordem e sua postura são encaradas com parte integrante do estado liberal, uma necessidade do regime perante a denominada *oligarquia burguesa*. Esta intitulada *oligarquia burguesa* era vista como um desenho entre os proprietários e capitalistas que constituíam uma espécie de *companhia anónima* que tinha como fim a exploração das camadas trabalhadoras. Uma força social que detinha o governo e a estrutura repressiva no sentido de conservar os privilégios. Nesta lógica o regime liberal defendia os privilégios da burguesia e dos poderosos «recorre[ndo] à força brutal: organiza os exércitos e a polícia»¹⁵²³. Ou seja, as forças policiais são encaradas pelo movimento operário como uma pura necessidade da burguesia, que, à luz do olhar dos socialistas, preferia dar «cacete do que a instrução»¹⁵²⁴.

Por diversas vezes os jornais operários demonstravam a sua desconfiança das instituições policiais, retratando-as como um simples «bando de marotos»¹⁵²⁵. A Polícia Civil de Lisboa é vista como uma instituição que organizava o seu quotidiano em torno de tradições de brutalidade e agressividade, sendo composta por um bando de desordeiros, ao passo que a Guarda Municipal é encarada como uma autêntica selvajaria, dirigida pelo Barão do Rio Zêzere que era alcunhando como o «barão bruto e barão do chicote»¹⁵²⁶. As forças policiais são acusadas de não protegerem os fracos, mas de perturbar a pequena burguesia, com as visitas ao pequeno comércio, as multas aos carroceiros sem matrícula. Além disto, funcionava de acordo com normas conservadoras e religiosas, com os socialistas a protestarem a detenção dos vadios e a criticar a intervenção da polícia nos enterros civis e a forçar enterros católicos. Por tudo isto, era dito pelo movimento socialista que o estado estava «em luta com os enterros civis»¹⁵²⁷.

Este olhar com grande carga negativa que paira sobre a polícia não é exclusivamente pertença dos jornais operários. Diversas vezes os socialistas citam outros jornais que elaboravam textos criticando as práticas policiais, caso do *Diário da*

¹⁵²³ *O Pensamento Social*, abril de 1872, 1.º Ano, N.º 10, p. 1.

¹⁵²⁴ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 58, p. 3.

¹⁵²⁵ *O Protesto...*, setembro de 1876, II Ano, N.º 58, p. 3.

¹⁵²⁶ *O Protesto...*, junho de 1877, N.º 98, II. ano, p. 2.

¹⁵²⁷ *O Protesto...*, novembro de 1877, N.º 116, III Ano, p. 4.

Manhã e O Jornal do Comércio. Inclusive alguns desses artigos acabam por ser citados pelos jornais operários, pois iam ao encontro da opinião dos socialistas. Nestes artigos era aconselhado aos leitores a andarem precavidos com algum pau ou revólver, pois consideravam o polícia como um «homem habilitado para realizar a desordem»¹⁵²⁸.

Em finais de setembro de 1873 um grupo de importantes dirigentes socialistas (Azedo Gneco, Nobre França, António Policarpo da Silva Lisboa, António Henrique Sotto Maior Júdice e António Lúcio Fazenda) é detido preventivamente na capital, por se ter recusado a dispersar e alegadamente ter dirigido ofensas a um agente da autoridade. Um acontecimento bastante destacado na imprensa portuguesa. No dia seguinte o grupo é escoltado pelos guardas municipais a um juiz, que acabou por colocar todos em liberdade depois do pagamento de uma fiança. Todo este processo de detenção é condenado nos jornais operários, afirmando que «a condução dos presos por meio da população, entre escoltas, é uma pena infamante, não imposta pela justiça convencional dos tribunais, mas motivada pela parte da polícia, feita pelo assalariado armado»¹⁵²⁹.

A prisão destes socialistas foi alvo de um debate na *Fraternidade Operária*, ficando estabelecido que o movimento operário devia apresentar um protesto. Os poderes políticos perceberam que a reunião era sensível e, por isso, o edifício esteve sempre «rodeado por numerosas patrulhas de polícia municipal»¹⁵³⁰, estando estacionado perto «um grande piquete, pronto sem dúvida para grandes batalhas»¹⁵³¹. Outros jornais acabaram por divulgar e destacar o assunto. O jornal o *Rebate*, ligado ao republicanismo e com contactos na *Fraternidade Operária*, acaba por publicar a notícia e uma carta de um dos socialistas. O órgão do partido *Histórico* também faz uma narração dos acontecimentos.

As próprias reuniões das diversas associações operárias são alvo de um aparato policial, sendo noticiada nos jornais operários a presença de polícias nas reuniões operárias e nos locais de trabalho. Quando em julho de 1872 a classe de calafates de Lisboa (integrada na *Fraternidade Operária*) aprova a apresentação do caderno reivindicativo surgem as movimentações policiais em torno do arsenal de Lisboa. Os jornais operários relatavam a existência de um «aparatoso ato de ostentação da força

¹⁵²⁸ Citado em, *O Protesto...*, setembro de 1877, III Ano, N.º 109, p. 2.

¹⁵²⁹ *O Pensamento Social*, 4 de outubro de 1873, 2.º Ano, N.º 55, p. 1.

¹⁵³⁰ *O Pensamento Social*, 4 de outubro de 1873, 2.º Ano, N.º 55, p. 1.

¹⁵³¹ *O Pensamento Social*, 4 de outubro de 1873, 2.º Ano, N.º 55, p. 1.

pública»¹⁵³² com a Polícia Civil a marcar presença em força no largo do Pelourinho, vários espiões a bisbilhotar o arsenal, o próprio comandante da Guarda Municipal sendo visto a circular entre na Rua do Arsenal e no quartel do Carmo onde estavam soldados em prevenção. Por outro lado, é noticiado um conflito durante a estadia de um associado da *Fraternidade Operária* com a sua família em Braga, que nessa cidade tentava criar uma associação de resistência e, por isso, foi intimidado pelas autoridades locais «a deixar a cidade, sob pena de prisão»¹⁵³³.

No decorrer do movimento grevista no início da década de 70 o movimento operário acusava a polícia de compactuar e servir os interesses dos proprietários, chegando a dizer que as forças da autoridade tinham sido essenciais na substituição dos grevistas nas fábricas de tabaco no Porto. A *Fraternidade Operária* acaba mesmo por enviar delegados ao Porto para acompanhar o movimento grevista que vão afirmar que as forças policíacas tinham atuado de uma forma violenta. Um dos delegados faz duras críticas ao comportamento do comissário da Polícia do Porto, caracterizando-o negativamente. Perante este discurso um agente que estava a observar a sessão foi à mesa e intimou «o presidente a que mantivesse a ordem na sessão»¹⁵³⁴. Este facto levou uma troca de palavras com o associado, defendendo que estava apenas a dizer a verdade que vinha, inclusive, citada em vários jornais. O agente acabou por abandonar a sessão, na presença dos dirigentes «para comunicar o ocorrido e suscitar providências»¹⁵³⁵.

Esta dinâmica policial fez com que os delegados da classe dos compositores tipográficos fizessem um protesto contra a atitude do agente da autoridade, caracterizando a situação como uma tentativa de transformar uma sessão ordeira na desordem, que era algo útil e «necessária para [...] a dissolução da associação»¹⁵³⁶. Por norma as reuniões da *Fraternidade Operária* eram vigiadas por agentes policíacos. O órgão oficial da *Fraternidade Operária* dá conta que as sessões da assembleia-geral tiveram a presença do comissário da 3ª divisão policial, um chefe de esquadra, um cabo de secção e um agente. O policiamento era realizado no interior das sessões e dos debates do associativismo operário, sendo assim «tomados os nomes dos membros que compõem as mesas»¹⁵³⁷. Noutras situações o próprio agente recomendava ao presidente

¹⁵³² *O Pensamento Social*, 28 de julho de 1872, 1.º Ano, N.º 21, p. 1.

¹⁵³³ *O Pensamento Social*, 4 de agosto de 1872, 1.º Ano, N.º 22, p. 1.

¹⁵³⁴ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873, 2.º Ano, N.º 49, p. 2.

¹⁵³⁵ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873, 2.º Ano, N.º 49, p. 2.

¹⁵³⁶ *O Pensamento Social*, 25 de março de 1873..., p. 2.

¹⁵³⁷ *O Pensamento Social*, 13 de outubro de 1872, 1.º Ano, N.º 26, p. 4.

da assembleia operária para recompor a ordem e abandonar o debate de certos assuntos. Além do jornal operário, o *Diário de Notícias* também noticiava «que a casa da Associação Fraternidade Operária continuava a ser vigiada pela polícia»¹⁵³⁸. Uma prática policial censurada pelos socialistas portugueses, deixando escrito no seu jornal que embora as queixas da população sobre os assaltos e a falta de polícia, «um grupo do corpo policial permanecia muito sossegadamente à porta da Associação Fraternidade Operária»¹⁵³⁹. Por outro lado, é afirmado que os polícias se infiltravam disfarçados de operários nas suas assembleias, chegando a ter «a benevolência de apoiarem os oradores»¹⁵⁴⁰.

Para o movimento operário esta prática policial era um autêntico atropelo à liberdade de associação. Efetivamente, os socialistas portugueses afirmavam que «em nenhum país da Europa se perseguem hoje os operários por perturbarem as leis dos salários ditadas pela burguesa, nem mesmo em França, hoje o país mais reacionário»¹⁵⁴¹. Os socialistas tinham a plena noção que os patrões solicitavam a intervenção do governo e dos governadores civis e, desse modo, era frequente que as fábricas estivessem sob um olhar atento e a vigilância das forças da autoridade, existindo estabelecimentos cercados «pela guarda civil e guardados [...] por numerosas patrulhas de cavalaria»¹⁵⁴².

Temos também relatos do uso de alguns dirigentes operários por parte da polícia para provocar a desconfiança e desunião no interior do movimento operário. Um antigo dirigente da classe dos manipuladores do tabaco, Ferreira de Macedo, terá trabalhado para as forças da autoridade levantando a suspeita de que «[José] Fontana e outros se haviam apropriado do cofre»¹⁵⁴³ de uma associação operária. Uma situação que é abordada pelo agente francês Latour no seu relatório, como vimos anteriormente.

Com a constituição do *Partido Socialista* as práticas policiais continuam a ser abordadas de uma forma crítica. No manifesto eleitoral do partido, a 10 de novembro de 1875, era frisado que a polícia tinha unicamente o propósito de concretizar a multa e a prisão¹⁵⁴⁴. Na noite de 17 de junho de 1877 no *passeio público* em Lisboa ocorre uma

¹⁵³⁸ *O Pensamento Social*, 3 de novembro de 1872, 1º Ano, N.º 29, p. 3.

¹⁵³⁹ *O Pensamento Social*, 20 de setembro de 1873, 1º Ano, N.º 54, p. 2.

¹⁵⁴⁰ *O Pensamento Social*, junho de 1872, 1.º ano, 1º Ano, N.º 17, p. 3.

¹⁵⁴¹ *O Pensamento Social*, 6 de setembro de 1873, 2º Ano, N.º 53, p. 2.

¹⁵⁴² *O Pensamento Social*, 6 de outubro de 1872, 1º Ano, N.º 25, p. 2.

¹⁵⁴³ *O Primeiro de Maio...*, 2 de julho de 1905, N.º 114, p. 1.

¹⁵⁴⁴ *O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto)*, 10 de novembro de 1875, Lisboa, Typ. Futuro, p. 1.

ação repressiva das forças policiais que vai causar indignação generalizada na opinião pública. A existência de um conflito entre a Câmara Municipal de Lisboa e a empresa que tratava da iluminação no *passeio público* levou a câmara a ordenar o encerramento do espaço. No entanto, esse já estava iluminado e com a presença de uma multidão considerável. Os jornais da época descrevem o pânico originado pela atuação da polícia, que acabou por maltratar e agredir dezenas de pessoas de uma forma aleatória. Os jornais destacam a agressão a pessoas conhecidas da sociedade lisboeta e que alguns «pares, deputados, jornalistas, oficiais do exército [...] reprovavam o insólito e inqualificável procedimento das autoridades»¹⁵⁴⁵.

Toda a opinião pública destacava este acontecimento, havendo protestos públicos perante a atuação da polícia. Figuras do republicanismo organizavam um encontro em Lisboa para protestar contra o sucedido e a imprensa divulgava que o *Partido Socialista* tinha aderido aos protestos, solicitando a sala do «centro republicano para [...] fazer um comício contra os acontecimentos do passeio»¹⁵⁴⁶. Perante esta notícia, no número 98 do *Protesto* era anunciado que a notícia era falsa. No entanto, os socialistas fazem sair um comunicado a protestar contra o comportamento da Câmara Municipal de Lisboa e «contra a forma brutal e indecorosa [com que] procede a polícia, nomeadamente a de Lisboa, que espanca, insulta e prende cidadãos pacíficos e indefesos»¹⁵⁴⁷.

O próprio congresso socialista tinha abordado as práticas da repressão, frisando que a «violência existe sem manifestar-se, por ter sido no princípio das sociedades policiadas estabelecida pela força, depois atestada pelas leis»¹⁵⁴⁸. De facto, a questão do policiamento e das práticas de repressão são abordadas pelo movimento socialista, acabaria por ser «um vasto campo de exploração política, onde monárquicos e republicanos têm procurado ter preponderância»¹⁵⁴⁹.

¹⁵⁴⁵ *Diário Ilustrado*, 19 de junho de 1877, sexto Ano, N.º 1574, p. 2.

¹⁵⁴⁶ *O Diário de Notícias*, 20 de junho de 1877, 13º Ano, N.º 4 076, p. 1.

¹⁵⁴⁷ *O Protesto...*, junho de 1877, III Ano, N.º 97, p. 1.

¹⁵⁴⁸ Sem autor (1877), *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portuga*, Lisboa, fotocopiado no fundo Alberto Pedroso, Pasta 09763.005, p. 17. Fundação Mário Soares.

¹⁵⁴⁹ *O Primeiro de Maio...*, 2 de julho de 1905, N.º 114, p 1.

9. CONCLUSÕES

O movimento operário português não despontou com as transformações industriais, isto é, com a introdução de um tecido produtivo industrializado. A ausência de industrialização obriga um olhar com mais cuidado para as relações políticas, sociais e ideológicas do movimento operário manifestadas na esfera pública, assim como a ligação com sectores contrários e a sua dimensão.

O movimento operário, removido do radicalismo em virtude de uma tradição moldada na ordem e na conciliação é historicamente tolerado e integrado pelo liberalismo. Compreende-se, então, que em Portugal a tradição liberal seja propensa à atividade do movimento operário que foi organizado no início da década de 50 de oitocentos com o apoio do ainda escasso universo operário de Lisboa, do Porto e de diversos intelectuais sensíveis à *questão social*. Existe uma íntima ligação dos agentes políticos do constitucionalismo monárquico e o movimento operário.

A batalha em torno da *questão social* vai agrupar vários sectores sensíveis ao pauperismo na classe trabalhadora e é um conceito com um permanente destaque na esfera pública. Em 1887 um jornal português escrevia: «A questão social, como hoje lhe chama, ou a luta do capital com o trabalho, do empresário com o operário, do rico com o pobre»¹⁵⁵⁰. Curiosamente, o movimento operário internacional opta por abandonar o conceito, por exemplo, Karl Marx e Friedrich Engels gradualmente vão substituir nos textos o termo *questão social* por um conceito que consagrada um carácter exclusivamente classista, designando a situação como a *questão operária*. No entanto, em Portugal o movimento operário e o campo socialista optam por não abandonar o uso do termo e, assim, a *questão social* vai continuar inscrita nos jornais operários ao longo do século XIX.

Em 1865 o *Centro Promotor* é responsável por organizar um congresso que é, por um lado, histórico no sentido de ser o primeiro congresso desta natureza organizado no país. Por outro, não deixa de corresponder à inauguração dos congressos em Portugal. O Congresso Social pretendia debater o papel do associativismo e, durante vários dias, contou com a presença de uma centena de delegados, a maioria vinha das camadas trabalhadoras, mas havia delegados oriundos da burguesia e do regime liberal. Nestas circunstâncias foi concretizável no encontro uma perspectiva conciliatória e ordeira. O

¹⁵⁵⁰ *A Nação. Jornal Religioso e Político*, 9 de fevereiro de 1887, XL ano, N.º 10945, p. 1.

congresso consagra a primeira grande realização de massas do *Centro Promotor*, no entanto, é também a última.

Embora exista pouca documentação sobre o papel do *Centro Promotor* na revolta da Janeirinha e as afinidades com o *Centro Pátio do Salema* (Clube dos Lunáticos) é possível afirmar que o *Centro Promotor* e o movimento operário acabaram por ter uma postura de neutralidade no conflito. E, embora sejam evidentes algumas ligações ao *Clube dos Lunáticos*, como é o caso de Sousa Brandão e Manuel Gomes da Silva, a influência do *Partido Regenerador* parece ter sido o suficiente para não arrastar o *Centro* para os tumultos e o conflito político entre liberais. Neste período o *meeting* surge como uma novidade no protesto e ação política, no entanto, e embora seja uma prática divulgada nos jornais e visível em Lisboa e Porto, não é ainda uma ferramenta política ao alcance do campo socialista.

No início da década de 70 surge uma nova geração de socialistas que, embora tenha similaridades com a geração anterior, merece, no entanto, ser destacada pelas nuances. Ambas as gerações são inspiradas por acontecimentos estrangeiros, como é o caso da Primavera dos Povos e da Comuna de Paris. Porém, a nova geração de socialistas vai experimentar, com sucesso, uma metamorfose no movimento operário e, desse modo, o projeto assente na colaboração interclassista é extinto. O momento da virada ocorre com o fim do compromisso ordeiro que vinha a ser dominante na tradição operária iniciada em 1852. Para isto foram fundamentais os eventos revolucionários de Paris em 1871 e a edificação da *Internacional*. É esse clima revolucionário que provoca inquietação nos liberais, monárquicos e até nos republicanos conservadores, mas punha os socialistas e alguns republicanos a olhar com convicção para um novo axioma no horizonte. A dialética emergente no *Centro Promotor* é o contributo decisivo para o advento de uma polifonia socialista. É embebido nesta nova aspiração social e conduzido por uma nova elite socialista que o movimento operário português opta por encerrar a aliança com o liberalismo e tomar a dianteira, e de uma forma exclusiva, do movimento. É neste ponto que o campo socialista acaba por se proclamar a vanguarda e a consciência dos trabalhadores.

Não se deve perder de vista que na década de 70 o *Centro Promotor* está em ebulição, sendo já visíveis três grupos distintos em confronto: o de José Fontana e o de João Bonança, ambos representantes do socialismo e do republicanismo com ligações à *Internacional* e os históricos liberais da monarquia progressista que acabariam por

defender o histórico liberal Rodrigues Sampaio e a linha ordeira. O debate impulsionado pela nova geração de socialistas faz com que a situação no *Centro* fique extremada, mas também estimulante para o debate mediático na esfera pública e, em consequência, modo, o resultado é uma mobilização política dos campos contrários que pretendiam influenciar a direção do *Centro Promotor* e, desse modo, o próprio movimento operário.

Figuras como José Fontana, Antero de Quental, João Bonança, Eduardo Maia, Nobre França e Azedo Gneco, entre outros são os responsáveis por um novo debate que inaugura uma mobilização política com uma carga política e ideológica vincada. Em grande medida, ocorre uma transformação que apresenta resultados inéditos em Portugal, com o fim da influência do projeto político do *socialismo utópico* e ordeiro que vinha sendo dominante desde a década de 50. Convém referir que a geração socialista da década de 50 estava enfraquecida nos anos 70. Lopes de Mendonça tinha falecido em outubro de 1865, o tipógrafo Vieira da Silva, que pode ser considerado o grande dinamizador do movimento operário e do associativismo, acaba por perder a influência que detinha. É interessante verificar que após a sua morte, em 1868, a reputação do socialista e o seu papel histórico são ofuscados na narrativa elaborada pela nova geração. Vieira da Silva é um herói para uma boa parte da geração ligada ao mundo do trabalho da década de 50 e 60 de oitocentos, no entanto, no campo operário a narrativa do herói sofre uma substituição na década de 70 com a entrada em cena da construção de um imaginário em torno de José Fontana que vai sobreviver até ao século XX.

Outras figuras da década de 50 acabam por desaparecer ou por se desligar do movimento, como é o caso de Carlos Ramiro Coutinho (Visconde de Ouguela) e do trabalhador José Maria Chaves. Sobre este último trabalhador, temos a informação que a 22 de agosto de 1871 fundou, juntamente com Costa Goodolphim, o *Centro Democrático*¹⁵⁵¹. Somente o engenheiro militar Francisco Maria de Sousa Brandão é que estabelece contactos com os jovens socialistas e de uma forma, mais ou menos pública, acaba por aderir e apoiar seu projeto político e social. Entretanto, a nova geração de socialistas não deixa de demonstrar, publicamente um respeito e admiração pelo trabalho do histórico socialista.

Por outro lado, o sector liberal que estava envolvido na direção do movimento operário acaba por realizar um divórcio com o novo panorama socialista e, inclusive,

¹⁵⁵¹ *Galeria Republicana*, julho de 1882, 1º Ano, N.º 12, p. 2.

declara publicamente a sua insatisfação com o aparecimento da nova geração de socialistas e as suas ideias. O governo, inclusive, rejeita a aprovação da reforma dos estatutos do *Centro Promotor* de 1872.

Um passar de olhos pela imprensa nacional do ano de 1871 é o suficiente para verificar que o *Centro Promotor* está envolvido numa miscelânea de polémicas, como a questão da greve de Oeiras, os debates em torno do socialismo, a *Internacional* e a política doméstica. Boa parte da imprensa está mobilizada contra a nova situação interna do *Centro Promotor*, reivindicando publicamente uma intervenção do governo e dos poderes políticos. A crise do *Centro Promotor* está exatamente no confronto entre a ascensão de um novo tipo de socialismo e na recusa da antiga tradição ordeira em morrer, um conflito que nenhuma das forças consegue vencer e o resultado é um impasse. No entanto, o conflito entre o novo e o velho faz com que a imagem do *Centro Promotor* seja ferida de morte naquilo que era a sua essência; a ordem e o consenso.

A situação é resolvida pelo abandono da organização por ambos os sectores. Ao contrário do que alguma historiográfica escreve, o *Centro Promotor* não morre com a greve de Oeiras ou a polémica do quadro de António Rodrigues Sampaio. Estes acontecimentos são parte importante de uma equação cada vez mais profunda, antagónica, explosiva e indecifrável. Com a fuga generalizada da associação, e depois de duas décadas a encabeçar o movimento operário, o *Centro Promotor* está condenado a morrer órfão. O resultado faz emergir várias narrativas sobre o papel histórico do *Centro Promotor*. Por um lado, o movimento operário vai construir uma narrativa para o *Centro* com um argumentário crítico e depreciativo, ao passo que o regime liberal e vários liberais optam por elogiar a instituição. É o fim do amplo consenso que existia na sociedade portuguesa em torno da associação.

Uma parte dos associados, ligada ao sector liberal, organiza uma nova associação que pretendia, por um lado, dar continuidade à tradição do *Centro Promotor* e, por outro, dar resposta ao radicalismo. É o caso do antigo sócio João Manuel Gonçalves, um conhecido industrial em Lisboa que chegou a participar no Congresso Social, que é responsável pela *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*. Esta organização tenta competir com o novo associativismo operário de resistência, porém, acaba por fracassar e com pouca expressividade no mundo do trabalho. No entanto, é de referir que uma pequena parte do movimento operário continua integrado na sociedade

liberal e a tentar estabelecer a velha ordem no mundo do trabalho que, por seu turno, estava em ampla transformação.

A implosão do *Centro Promotor* acaba por potencial a criação de um novo tipo de associativismo estruturado à imagem do que era realizado no estrangeiro. A nova geração de socialistas ao trabalhar com um sujeito político coletivo mobilizável triunfa na edificação do associativismo de resistência: *Associação Protetora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária*. Ao contrário do *Centro Promotor* que, embora representasse o mundo do trabalho, afirmava publicamente «não [ter] um carácter puramente operário»¹⁵⁵², as novas associações pretendiam ser espaços exclusivos dos interesses dos trabalhadores atribuindo lhes um significado político e social muito próprio.

O novo associativismo agitava a bandeira do radicalismo e elevava o movimento operário para uma nova fase da sua história. Podemos então identificar o ponto de não retorno; com o surgimento do associativismo de resistência o movimento operário não voltaria a estar sob a direção de uma aliança entre os socialistas e os liberais. Os próprios socialistas tinham a noção da importância das suas atitudes, escrevendo no seu periódico que a «burguesia portuguesa sente-se já incomodada com o movimento operário que se vai manifestando em Lisboa»¹⁵⁵³.

Rapidamente, o movimento operário consegue concretizar uma forte campanha reivindicativa e grevista em 1872 dinamizada pela *Fraternidade Operária*. No final desse ano José Maria Tedeschi escrevia a Paul Lafargue a anunciar que a «luta económica entre a classe operária e a classe capitalista esta[va] acionada»¹⁵⁵⁴. Esta fase corresponde à inauguração de uma mobilização em torno de uma ofensiva contra o capital, inaugurando uma ideia de *luta de classes* e, deste modo, Portugal não deixa de integrar o amplo movimento internacional que Eric Hobsbawm refere e que a «Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866»¹⁵⁵⁵. De uma forma pública é dinamizada pela *Fraternidade Operária*, mas, no privado tinha a colaboração e a autorização dos internacionalistas. Na verdade, havia um cruzamento humano entre ambas as entidades. Por outras palavras, ambos os sectores eram dirigidos pelas mesmas pessoas e, embora todo o secretismo existente na ação da secção da

¹⁵⁵² *Jornal do Centro Promotor...*, 16 de maio de 1854, II Série, N.º 1, P. 3.

¹⁵⁵³ *O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872, 1 Ano, N.º 30, p. 1.

¹⁵⁵⁴ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, *Instituto de História Social* (Holanda).

¹⁵⁵⁵ HOBBSWAM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 126.

Internacional em Portugal, este facto não deixava de ser aprofundado pelo debate público e o próprio governo tinha essa noção.

Como vimos anteriormente, o movimento grevista de 1872-73 resulta numa enorme exaltação e debate em torno do movimento operário e a prática grevista, nomeadamente a greve dos fundidores de metais em Lisboa. Um pouco por toda a esfera pública é debatida as greves, o papel dos socialistas e da *Internacional*, até o próprio parlamento não pode ficar indiferente aos acontecimentos. Em Espanha é veiculada a informação que a «Internacional em Portugal era um dos assuntos que estava na ordem do dia»¹⁵⁵⁶.

Percebendo o sucesso na mobilização dos trabalhadores, os socialistas não deixam de exaltar, solicitar e estimular um sentimento de solidariedade por todo o mundo do trabalho para com os trabalhadores em greve e a adesão no associativismo operário. Neste sentido, e recorrendo ao conceito de Oskar Negt e Alexander Kluge, é possível neste curto espaço de tempo a existência de uma *esfera pública proletária*, que ocorre em períodos de ruptura, como é o caso das revoluções ou greves¹⁵⁵⁷. É visível que a *Fraternidade Operária* consegue implementar, através da prática grevista, uma mobilização considerável dos trabalhadores, inclusive, alguma influência na força de trabalho feminina. A atmosfera reivindicativa faz germinar uma vaga de solidariedade com os trabalhadores em greve.

A isso tudo é preciso acrescentar os esforços em desenvolver uma fábrica social que devia dar emprego, e não menos importante, era controlada pelos grevistas que despedidos da fábrica do industrial José Colares, o único patrão que recusou abolir os serões no sector da fundição durante o período grevista de 1872-73. Este exemplo é emblemático da criatividade e dinamismo do movimento operário que, por diversas vezes, confrontado com a crise consegue reinventar a sua situação.

Todavia, o movimento grevista acaba por ser drástico para o movimento operário. Rapidamente, a euforia das greves dá lugar à decadência do associativismo de resistência, que entra em crise. Em 1881 João Ricardo, secretário para o exterior do *Partido dos Operários Socialistas*, (partido que resulta da unificação do *Partido Socialista*, da *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* e de algumas cooperativas no congresso de 1878), escrevia uma carta ao congresso socialista de

¹⁵⁵⁶ *La Federacion...*, 31 de dezembro de 1871, Ano III, N.º 124, p. 3.

¹⁵⁵⁷ NEG, Oskar e KLUGE, Alexander. *The Public Sphere and Experience. Toward an analyses of the bourgeois and proletarian public sphere*, London, University of Minnesota Press, 1993.

Zurique onde frisava que «o abuso das greves, a falta de direção das massas»¹⁵⁵⁸ era a explicação para a quebra do movimento operário em Portugal depois de 1873. A esperança depositada nas greves é desmedida e está inseparavelmente entrelaçada com a má avaliação política da intelectualidade socialista e, no final, acaba por ser uma contrariedade para o movimento operário.

O associativismo operário acaba por perder sócios, alvo de um forte ataque na imprensa não operária que acompanhou com especial atenção as fugas de militantes do *Centro Promotor* e da *Fraternidade Operária*, situações monitorizadas pelo governo. O movimento não tinha amadurecido o suficiente para inaugurar um movimento grevista daquela envergadura. A ausência de experiência e a inexistência de protocolos revolucionários, no sentido de garantir uma resposta aos vários desfechos possíveis, resultam no retrocesso do movimento operário. Foi, então, necessário refundar o associativismo e, em certa medida, é tentado por alguns socialistas uma *fuga para a frente*. Perante a decadência do movimento é proposto, pela primeira vez, a criação de um partido socialista. Na opinião de Azedo Gneco e José Tedeschi a solução para mitigar a crise passava pelo aparecimento de uma estrutura partidária de cariz socialista, uma etapa significativa para a expansão do socialismo na esfera pública, no entanto, para todos os efeitos é uma proposta arrojada perante a realidade do movimento operário. A proposta encontra resistência e a solução acabou por ser uma arrumação de forças no plano do associativismo que resulta na fusão da *Associação Protetora do Trabalho Nacional* e a *Fraternidade Operária* na *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*. A nova associação está longe de conter a força das duas associações, no entanto, é crucial para evitar a total dispersão dos trabalhadores e arruinar a mobilização realizada pelo trabalho político entre 1871-73. O movimento operário português entra num período de uma certa estiagem, que ganha algum vigor entre 1875-77 com a existência de algumas greves e reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente, através da sua expansão na cidade do Porto. Mas nesse período a questão prática está claramente a perder terreno perante a questão política e ideológica, visíveis no aparecimento de um partido e um congresso socialista.

A experiência do movimento operário português nesta cronologia acaba por partilhar traços semelhantes com outros países europeus. É o caso da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, uma vertente essencial na história do movimento

¹⁵⁵⁸ *O Protesto...* 9 de outubro de 1881, VII Ano, N.º 321, p. 2.

operário português deste período. O espaço público português, um pouco à imagem do que sucedia no estrangeiro, é preenchido por um vasto leque de notícias sobre os avanços da *Internacional*. A entrada da organização em Portugal ocorre em 1871, numa fase em que são evidentes os sinais da sua decadência, mas em alguns países ainda existia uma grande esperança de sucesso no ideal internacionalista. É o caso português. É interessante verificar que a *Internacional* surge em Portugal através do próprio internacionalismo, isto é, a presença de três internacionalistas espanhóis em Lisboa é fundamental para a constituição da secção portuguesa. De facto, os espanhóis ligados ao anarquismo são determinantes, mas não determinam.

É uma realidade conturbada que os três internacionalistas espanhóis vão encontrar quando chegam a Lisboa em 1871, nomeadamente no *Centro Promotor* onde encontram uma envolvimento propícia ao desenvolvimento das ideias internacionalistas. Portanto, é durante a implosão do *Centro Promotor* que a *Internacional* dá os primeiros passos em Portugal. O internacionalismo espanhol é o elo do socialismo português com o resto da Europa e, deste modo, é através dos espanhóis que os portugueses conseguem entrar nos circuitos privados do internacionalismo. Assim sendo, os portugueses estabelecem os contactos com o Conselho Geral da AIT em Inglaterra e outros países da Europa. Dito de outra maneira, os socialistas portugueses entram finalmente em diálogo com o socialismo europeu. Os portugueses vão aproveitar os canais de comunicação para a aprofundar sua atividade política, nomeadamente, trocar correspondência sobre o período grevista.

Inicialmente, o internacionalismo apenas fica circunscrito na zona de Lisboa, perante isto, José Maria Tedeschi desabafa a Paul Lafargue que o «trabalho mais difícil [era] o da propaganda»¹⁵⁵⁹. Os internacionalistas demonstravam dificuldades em expandir a sua atividade para fora de Lisboa, para agravar a situação, Tedeschi escrevia que na organização não existiam recursos económicos suficientes para financiar a divulgação do internacionalismo, pois tinham sido absorvidos pelas greves.

A análise aos primeiros internacionalistas portugueses torna possível verificar que são todos jovens e de origens diversas, temos Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, José Tedeschi e José Fontana oriundos da pequena burguesia, acompanhados pelos tipógrafos Nobre França e Azedo Gneco e o trabalhador Conceição Fernandes.

¹⁵⁵⁹ Carta de José Maria Tedeschi para Paul Lafargue, 26 de dezembro de 1872, *Paul Lafargue Papers*, ARCH01806, Fundo 10, 1, 487, Carta 163, *Instituto de História Social* (Holanda).

Curiosamente, a direção da *Internacional* em Portugal é entregue aos trabalhadores, primeiro a Nobre França e, posteriormente, a Azedo Gneco. Ao contrário, a *Fraternidade Operária*, associação operária de resistência, vai ser dirigida por José Fontana. É interessante que a direção política do quadrante mais ideológico e político, como era o caso da *Internacional*, tenha sido entregue aos trabalhadores, ao passo que, a o quadrante mais prático e mobilizador, caso do associativismo, estava entregue à direção de Fontana que não deixava de representar o sector intelectual do socialismo português. É ainda evidente a influência dos imigrantes na construção do ideal internacionalista em Portugal, é o caso de José Fontana (imigrante da Suíça) e Azedo Gneco e José Tedeschi ambos, provavelmente, de ascendência italiana.

De facto, as décadas abordadas correspondem à inauguração de novos palcos para o movimento operário, inclusive, internacionais como foi o caso dos congressos da *Internacional*.

Em termos ideológicos, os internacionalistas portugueses montam uma estratégia de comunicação que pretendia conciliar a retórica em torno do socialismo e da associação como forma de construir um mundo novo. Porém, acabam por demonstrar uma postura ideológica instável, pois a sua entrada no movimento é apadrinhada pelos membros da *Aliança*, mas acabam por apoiar o Conselho Geral e o sector *marxista*. As divergências entre o Conselho Geral e o sector Mikhail Bakunin vão ser sentidas em Portugal que rapidamente é transformado numa outra arena política entre os sectores rivais que pretendiam assegurar influência no campo socialista e o controlo das organizações operárias para, desta maneira, consolidar o seu poder na direção da *Internacional*.

No início da década de 70 a história da *Internacional* é marcada pela divergência, pelo confronto e uma luta pelo controlo das periferias, como era o caso da Península Ibérica. Um pouco por todas as secções nacionais era sentido o conflito entre Marx e Bakunin e, claro está, Portugal não deixava de apresentar esses sintomas. Não é possível concluir que em Portugal o *marxismo* fosse dominante ou minimamente compreendido, mas não era totalmente desconhecido. O mesmo pode ser aplicado ao pensamento de Bakunin. O movimento operário acaba por radicalizar a sua postura e gravita em torno dessas duas personalidades, mas, na verdade continua muito influenciado pelo *socialismo utópico*, nomeadamente, de Pierre-Joseph Proudhon. Por exemplo, nas folhas de *O Pensamento Social* é possível encontrar textos com teor do *socialismo*

utópico, mas também de influência *bakuninista* e *marxista*. Esta coexistência ideológica vai ser uma atitude típica dos dirigentes socialistas neste período e corresponde a uma continuidade da tradição socialista da década de 50, inclusive, o discurso do socialismo português continua a incorporar conceitos do próprio liberalismo. Portanto, o socialismo na sua forma mais radical está em construção, embora ainda ressentido de uma antiga tradição socialista, não deixa de ser responsável por um novo debate e mobilização no movimento operário português.

Num certo sentido, a imposição de Marx ou de Bakunin não força a uma única prática no campo socialista português, na realidade, é evidente uma certa autonomia. O socialismo português consegue exportar as suas ideias para fora de Portugal, embora de forma efémera. É o caso da obra de Antero de Quental sobre o internacionalismo que é traduzida e posta em circulação no território espanhol. Como vimos o próprio Engels reconhece mérito aos artigos dos portugueses no jornal *O Pensamento Social*.

É notório que o período de 1871 a 1873 não permitia às novas secções da *Internacional* uma escolha pela neutralidade, perante o conflito os novos membros tinham que optar por uma posição política no confronto. É um facto que a *Aliança* foi uma realidade em Portugal, desenvolvendo a sua atividade política num estreito secretismo que foi fundamental para a implantação da *Internacional*, no entanto, rapidamente a sua organização foi dissolvida e politicamente desapareceu do cenário. Os portugueses, com os trabalhos do Congresso de Haia, acabam por apoiar o Conselho Geral e, assim, dão o seu contributo para a derrota do sector de Bakunin. Todavia, em 1873 com a inércia do Conselho Geral, que tinha sido movido para Nova Iorque, e a revolta operária em Alcoy (Alicante), os portugueses acabam por [re]estabelecer contactos e afinidades com o sector anarquista espanhol, no entanto, rapidamente regressam à órbita do Conselho Geral e a secção portuguesa acaba por ser uma das primeiras a evoluir para uma estrutura partidária a 10 de janeiro de 1875, tal como tinha ficado definido no Congresso de Haia.

O socialista Azedo Gneco apresenta-se como o principal responsável por estabilizar o movimento operário. Na visão do socialista era fundamental assegurar a sobrevivência do movimento e, portanto, a necessidade de introduzir alterações que passavam por um plano bifronte, mas interligado: a nova dinâmica socialista, orquestrada por Azedo Gneco, previa que a *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa* fosse interveniente no associativismo operário e nas reivindicações dos

trabalhadores e ao *Partido Socialista* cabia a tarefa de iniciar a luta partidária e eleitoral. Desde 1873 que existia uma vontade de unificar o movimento operário em torno de uma estrutura partidária operária, uma vontade que acabou por ter alguma resistência por parte do associativismo operário desconfiado da luta partidária, no entanto, o socialismo português consegue consolidar uma via eleitoral. Apesar disso, os defensores da abstenção política continuavam presentes, forçando um compromisso entre estas duas sensibilidades, algo visível no congresso dos socialistas portugueses de 1877, onde é decidida a participação eleitoral dos socialistas em determinadas circunstâncias.

O primeiro programa do *Partido Socialista* estava muito centrado na ideia de descentralização do Estado, um processo que devia ser exequível do municipalismo e da edificação das cooperativas. Tal como a geração de 1850, a nova elite socialista continuava a acreditar que o municipalismo podia promover uma reforma na estrutura do Estado e melhorar a vida das populações locais. O congresso dos socialistas de 1877 já apresenta alguns sintomas das futuras clivagens e as divergências que o socialismo português vai enfrentar depois de 1878, nomeadamente, em torno da participação eleitoral. Porém, o congresso de 1877 consegue transmitir uma certa unidade no interior do movimento operário e, em comparação com o Congresso Social de 1865, representa uma drástica alteração no panorama socialista e o próprio movimento operário não deixava de distinguir os dois congressos.

Embora publicamente o governo e o parlamento não demonstrem uma preocupação sobre a faceta internacionalista do socialismo, na verdade, em 1873, através dos canais diplomáticos, é enviado para Portugal um agente de segurança pública da República Francesa com a missão de fazer o levantamento da situação revolucionária no país. O governo liberal estava atento, embora sem grande alarmismo, ao desenvolvimento dos sectores radicais.

Dentro da secção portuguesa da *Internacional* a crise e o refluxo do movimento operário também são sentidas, com o surgimento das divergências internas e um confronto entre figuras proeminentes do movimento, como é o caso de Azedo Gneco, Nobre França e Antero de Quental, sendo que este último só tardiamente é que adere formalmente ao *Partido Socialista*. O contacto entre Portugal e o Conselho Geral acaba mesmo por ser interrompido durante algum tempo, para voltar a ser restabelecido por Azedo Gneco algures entre 1875 e 1876. É através da correspondência que é possível verificar a Gneco restabeleceu os contactos numa clara tentativa de fortalecer e

legitimar o seu poder na direção da secção portuguesa. O dirigente continua a consolidar a linha marxista dentro do movimento socialista, embora publicamente apresente um discurso reconciliatório entre os sectores rivais, e tenta consolidar a sua influência no Norte do país. Esta tendência é frisada pelo anarquista Gonçalves Viana que, em 1876, ocupava o cargo de secretário para a correspondência do *Partido Socialista* no Norte e, por isso, trocou diversa correspondência com Azedo Gneco. O anarquista afirma que Gneco escrevia para os socialistas do Norte no sentido de realizar um aliciamento para «a linha traçada pela maioria do congresso de Haia»¹⁵⁶⁰.

Por outro lado, deve ser frisado que o suicídio de José Fontana vai abalar o associativismo operário, embora a data da trágica morte acabe transformada numa efeméride para o movimento operário, numa data simbólica para a resistência dos trabalhadores em Portugal. Durante décadas a memória de José Fontana é consolidada no imaginário do movimento operário português.

Este é também um período em que dois movimentos ascendentes que se pretendiam fora do sistema acabam rivais, o socialismo e o republicanismo. Este último é transformado, em 1876, em partido e rapidamente consegue uma franca adesão popular resultado de uma tónica nacionalista promovida no meio urbano. Perante a ascensão do *Partido Republicano*, os socialistas vão perdendo boa parte da sua influência para o movimento republicano, inclusive, no mundo do trabalho, mas nunca deixaram de tentar marcar presença no universo operário e tentar alguns ganhos nas eleições. Curiosamente, algumas figuras rivais do socialismo acabam no final da vida aliadas no campo do republicanismo. É o caso de João Bonança e Nobre França que são rivais em 1871, mas acabam longe do socialismo e companheiros republicanos em 1911.

Nas décadas seguintes o *Partido Socialista* vai enfrentar sérias dificuldades para se impor no mundo do trabalho e na sociedade portuguesa e estará condenado, afinal, a não ser mais do que um pequeno partido afastado do seu sonho revolucionário e sem força para conquistar uma posição política significativa. Para compreender as dificuldades é necessário recordar o mosaico concebido na década de 70, nomeadamente, o período grevista, a ausência de unidade em torno da criação do *Partido Socialista*, as dissidências e os fracos resultados eleitorais. Estes argumentos,

¹⁵⁶⁰ VIANA Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal...*, p. 16.

podem contribuir para o esclarecimento da fraca implantação do *Partido Socialista*, no entanto, estão longe de fornecer uma resposta definitiva.

No caso português as transformações sentidas no movimento operário não são propriamente explicadas por uma qualquer transformação no campo material ou num suposto desenvolvimento industrial. Da análise feita aos vários momentos históricos percorridos é possível concluir que o campo socialista é alterado por questões ideológicas, pelo debate e a mobilização possível. Na década de 70 o movimento operário, em toda a sua complexidade, constitui uma presença muito sentida na sociedade portuguesa, com canais de circulação próprios nomeadamente no campo trabalhista e intelectual. Todo o debate em torno do socialismo resulta no aparecimento de uma opinião pública sobre o movimento operário e também de dentro do movimento operário. Deste modo, um grupo de pessoas privadas acaba mobilizado no espaço público para debater e abordar o movimento operário e socialista e, perante esta manobra, o próprio movimento operário não se deixa inibir nem deixa de debater a sua própria existência e de comparecer no debate público.

E.P. Thompson defende que a «presença operária, foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica»¹⁵⁶¹. Em Portugal algo semelhante acontece. Na segunda metade do século XIX a presença do movimento operário não é o fator mais importante da vida política portuguesa, mas foi um dos fatores mais significativos e mediáticos na década de 60 e, sobretudo, de 70 de oitocentos. A *questão social* e todas as vicissitudes do mundo do trabalho estão integradas na vida política e no debate público. Ao despontar na esfera pública na década de 50 o movimento operário vai consolidar a sua presença no espaço público e desenvolvendo uma mobilização política, social e económica no mundo do trabalho. E, mesmo que acabe ostracizado na década de 70, na verdade, nunca vai ficar isolado ou incomunicável com a sociedade liberal, a dinâmica da esfera pública assim o dita.

Em conclusão, uma das grandes preocupações do socialismo português estava relacionada com a sua intervenção na sociedade e por isso apelava aos trabalhadores para aderirem a um partido político que representava «verdadeiramente a opinião pública, [e] inutilize o apoio que a imprensa corrupta [...] presta a governos retrógrados e imorais»¹⁵⁶². Os socialistas tinham a noção que o universo operário português estava

¹⁵⁶¹ THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class...*, p.11.

¹⁵⁶² *O Protesto...*, novembro de 1877, III Ano, N.º 116, p. 3.

muito mediatizado, e era fundamental uma intervenção no espaço público para alavancar o seu propósito. O debate público e a mediatização do movimento operário na esfera pública são elementos decisivos para compreender a importante mobilização política que ocorre no campo socialista. Esta argumentação, em certa medida, também é válida para os sectores contrários ao socialismo que acabam por debater e revelar uma mobilização política contra a radicalização sentida no interior do movimento operário.

A mediatização em torno do campo socialista e do movimento operário é de tal forma que acabou ter ecos além-fronteiras, nomeadamente, na imprensa brasileira e, por outros motivos, na imprensa operária espanhola. Este debate, estimulado entre 1865 até 1877, resulta numa intensa discussão, com a publicação de artigos e cartas de leitores sobre o socialismo, a *questão social*, a Comuna de Paris, a *Internacional*, os trabalhadores portugueses e o próprio movimento operário. Esta realidade faz com que o debate na esfera pública proporcione ao movimento operário a oportunidade de se ler e de se discutir a si próprio. As contradições sociais e económicas vão gradualmente assumindo uma forma incompatível, agravado por um gradual e exacerbado clima ideológico. O socialismo português tenta potenciar as suas ideias através de uma mobilização que estava dependente do debate e da sua participação na esfera pública e, por isso, o debate tinha como fim a discussão, mas, também ser um instrumento de propaganda para a mobilização dos trabalhadores para um novo ideário. Esta dinâmica visível no espaço e no debate públicos em torno do universo operário é também parte do próprio processo de constituição de *classe*, a subjetividade do procedimento está relacionada com a exploração, a repressão, as desigualdades, as tradições operárias, mas também a partilha de experiência, a solidariedade, a existência de comunidade, uma rutura com o passado e, também, precisamente, o debate público.

FONTES

- *Arquivo Histórico Diplomático*

Fundo João de Andrade Corvo (PT/AHD/4/JAC).

- *Arquivo Nacional Torre do Tombo*

Fundo Socialismo, PT/SIBVO/SIBVO/BIB/002/0013

Fundo Governo Civil de Lisboa, PT/ADLSB/AC/GCL

- *Biblioteca Nacional de Portugal*

Fundo Andrade Corvo, A.C. 1-A.C. 2090

Impressas

Regulamento interno do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.
Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1868.

Regulamento da biblioteca popular do Centro Promotor. Lisboa: 1870.

Estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classe Laboriosas. Lisboa:
Tipografia Livre, 1870.

Catálogo do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Lisboa:
Typ. Comercial, 1871.

Estatutos da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa. Lisboa: Tipografia
do Futuro, 1873.

Estatuto da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa. Porto: Typ. de
Alexandre da Fonseca Vasconcelos, 1875.

Sem autor. “O socialismo de Bokaunine”, em *Almanaque Republicano para 1880*.
Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1879.

*Representação feita por um grupo de delegados da Agremiação Política Integridade
Republicana aos cidadãos Presidente e senhores deputados da Assembleia
Constituinte da República Portuguesa*. Lisboa: (s.n.), 1911.

AAVV. *Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. Do Repórter, 1892.

BAUER, A. W. *Socialismo. Socialistas e Regicidas*. Lisboa: Tipografia de J. H. Verde,
1878.

BONANÇA, João. *Questões da Actualidade*. Lisboa: Tipografia Comercial, 1868.

BONANÇA, João. *História da Lusitânia e da Ibéria. Desde os tempos primitivos ao
estabelecimento definitivo do domínio romano*. Lisboa:, Imprensa Nacional, 1887.

CALDAS, Eduardo. *Esboço biográfico oferecido à saudosa memória do presbítero
Joaquim Vital da Cunha Sargedas*. Lisboa: Imprensa Rua da Rosa, 1878.

- COSTA, Afonso. *A Igreja e a Questão Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.
- MAIA, Eduardo. *Da propriedade. Conferência feita na Federação Académica e oferecida às secções portuguesas da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1873.
- FREITAS, Rodrigues de. *A revolução Social: Análise das doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Porto: Typ. Do Comércio, 1872.
- GOODOLPHIM, Costa. *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Tipografia Universal, 1876.
- GOODOLPHIM, Costa. *A Previdência. Associações de socorro mútuos, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- MACKONELT, João Crisóstomo. *Os socialistas de Portugal*. (s.d.).
- MARTINS, Oliveira. *Portugal e o Socialismo*. Lisboa: Imprensa de Sousa Neves, 1873.
- PIMENTEL, António de Serpa. *O anarquismo. Estudo acerca da questão social*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1894.
- QUEIROZ, Eça de. “Um génio que era um santo”. Em: *Antero de Quental in memoriam*. Porto: Mathieu Lugan editor, 1896.
- QUENTAL, Antero de. “O que é a Internacional”. Em: *Prosas*, Volume II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- QUENTAL, Antero. “Portugal e a Revolução”. Em: *Almanaque Republicano para 1876* (2º Ano). Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1875.
- REIS, Jaime Batalha. “Anos de Lisboa. Algumas lembranças”. Em: *Antero de Quental in memoriam*. Porto: Mathieu Lugan editor, 1896.
- VIDEIRA, Carrilho. «José Elias Garcia». Em: *Almanaque Republicano para 1887 XIII Ano*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1886.

- *Biblioteca Pública Municipal do Porto*

Carta de José Fontana para José Carrilho Videira, [s.d] [ant. 1876], ML-P4A-n-inv. 555A.

- *Biblioteca do Parlamento*

Debates Parlamentares, Monarquia Constitucional
<http://debates.parlamento.pt/?pid=mc>

Impressas

Negócios Externos, (1875), *Relatório e documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1873 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional.

- *Fundação Mário Soares*

Fundo Alberto Pedroso

Impressa

AAVV. *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portuga*. Lisboa: 1877. Fotocopiado no fundo Alberto Pedroso, Pasta 09763.005.

LIMA, Felizardo de. *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (de 1833 a 1897)*, 2.º parte. Porto: Tipografia Gutenberg, 1897. Fundo Alberto Pedroso, Pasta 09775.016.

- *Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério da Economia e da Transição Digital (BAHE)*

Direção Geral do Comércio e Indústria. Repartição de Comércio e Indústria 1º Secção, DGCI -RCI

Albergue dos Inválidos do Trabalho

Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas de Lisboa

- *Biblioteca Pública Arús (Barcelona)*

Impressas

CASTILLO, Santiago. *Friedrich Engels, José Mesa, Pablo Iglesias, Paul Lafargue y outros. Construyendo el futuro. Correspondencia política (1870-1895)*. Valladolid: Editorial Trotta-Fundación de Inestigaciones Marxistas, 1998.

FREYMUND, Jacques. *La Première Internationale. Les conflitos au sein de L'Internationale 1872-1873*, Tome III, N.º 48. Genève: Publications de L'Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1971.

GUILLAUME, James. *L'Internationale. Documents et Souvenirs (1864-1878)*. Paris: Sociéte Nouvele de Libraire Et D'Édition, 1905.

KARL, Marx e ENGELS, Friedrich. *La revolución en España. Artículos*. Moscovo: Editorial Progreso, 1979.

MARTÍNEZ de SAS, María Teresa e SERRANO, Carlos Seco. *Cartas, comunicaciones y circulares del III Consejo Federal de la Región Española (noviembre-diciembre 1872)*, (II). Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1972.

MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comision federal de la region española (Octubre-Diciembre 1873)*, (VI). Edições Universidade de Barcelona, 1972.

MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comisión federal de la región española (Enero-abril de 1874), (VII)*. Edições Universidade de Barcelona, 1972.

MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la Comisión Federal de la Región Española (marzo-abril-mayo de 1873), (IV)*. Barcelona: Edições Universidade de Barcelona, 1979.

MARTÍNEZ de SAS, María Teresa. *Cartas, comunicaciones y circulares de la comisión federal de la región española (Junio-Septiembre 1873), (V)*. Edições Universidade de Barcelona, 1979.

MORA, Francisco. *Historia del socialismo obrero español. Desde sus primeras manifestaciones hasta nuestros días*. Madrid: Imp. de I. Calleja, 1902.

NETTLAU, Max. *La Première Internationale em Espagne, (1868-1888)*. Reidel, 1969.

NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin. La Internacional y la Alianza en España (1868-1873)*. Iberama Publishing, 1871.

SERRANO, Carlos Seco. *Actas de los consejos y comisión federal de la región española (1870-1874), (I)*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1969.

SERRANO, Carlos Seco. *Actas de los Consejos y Comisión Federal de la Región Española (1870-1874), Tomo II*. Universidade de Barcelona, 1969.

- *Instituto Internacional de História Social (Amsterdão)*

International Working Men's Association (North American Federation Archives)

International Working Men's Association (Anarchosyndicalist Federation Archives)

Hermann Jung Papers

Jules Guesde Papers

Karl Marx/Friedrich Engels papers

Max Nettlau papers

Michail Aleksandrovič Bakunin Papers

Mission Latour Archives

Paul Lafargue Papers

Impressas

Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores e das secções da região portuguesa. Lisboa: Tipografia do Futuro, 1872.

CONCEIÇÃO, Fernandes, e GNECO, Azedo. *Associação Internacional dos Trabalhadores. Protesto*. Lisboa: Tipografia do Futuro, 27 de julho de 1873. BRO 771/20 fol.

MAIA, Eduardo. *Carta ao Conselheiro M. Pinheiro Chagas*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1888.

O Partido dos Proletários Socialistas. Aos eleitores de Lisboa (Manifesto). Lisboa: Typ. Futuro, 10 de novembro de 1875.

- *Arquivo ICS*
Fundo Pinto Quartim
Palestras Socialistas, PT-AHS-ICS-PQ-B-1142

- *Diário do Governo Digital (1820-1910)*
Diário do Governo
Diário de Lisboa. Folha oficial do governo português
<https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

- *Correspondência impressa*

AAVV. *Correspondence Frederick Engels, Paul Lafargue, and Laura Marx*. Moscovo: Foreign Languages Pub, 1959.

AAVV. *Documents of the First International. The General Council of the First International, 1864-1866. The London Conference 1865. Minutes*. Moscovo: Foreign Languages Publishing House, 1964.

AAVV. *Marx & Engels Collected Works*. Lawrence & Wishart Electric Book, 2010.

BADIA, Gilbert e MORTIER, Jean. *Correspondance Karl Marx & Friedrich Engels*, Tomo XII (janeiro 1872 - outubro 1874). Paris:, Messidor/Éditions Sociales, 1989.

Correspondence Frederick Engels, Paul Lafargue, and Laura Marx (1959-60). Moscovo: Foreign Languages Pub.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Correspondance*, Tomo XII. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1989.

MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

MINÉ, Elza. *Alguns homens de meu tempo e outras memórias de Jaime Batalha Reis*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

OLIVEIRA, César. *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

STAACK, Maria. *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

- *Fontes impressas online*

ANSELMO, Lorenzo. *El Proletariado Militante. Memorias de un Internacionalista*. Biblioteca Virtual Antorcha, 2008.
http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/proletariado/indice.html.

BRANCO, Camilo Castelo. *O Visconde de Ouguella. Perfil biográfico*. Porto: Typ. Pereira da Silva, 1873. <https://archive.org/details/oviscondedeougue00cast>

Comision de propaganda del núcleo organizador de la Internacional en Lisboa, (Antero de Quental). *Lo que es la Internacional*. Madrid: Imprenta de J. Antonio García, 1872.

<https://books.google.pt/books?id=St5MAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=lo+que+es+internacional&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwi8kfGk793cAhXBAMAKHe5rC6AQ6AEIKzAA#v=onepage&q=lo%20que%20es%20internacional&f=false>

Comissão Central Directora do Inquérito Industrial. *Inquérito Industrial de 1881, Visita às fábricas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

<https://books.google.pt/>

GERTH, Hans ((Editor e tradução). *First International, Minutes of the Hague Congress o 1872 with related documents*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1958.

<https://archive.org/details/firstinternation00inte>

NETTAU, Max. *Bakunin e l'Internazionale in Italia*. ebook, 2015.

<https://www.liberliber.it/online/autori/autori-n/max-nettlau/bakunin-e-linternazionale-in-italia/>

PROUDHON, Pierre-Joseph. *La Pornocratie ou les femmes dans les temps modernes*. Paris: A. Lacroix et C, Éditeurs, 1875.

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h.texteImage>

- *Imprensa operária*

Biblioteca Geral – Universidade de Coimbra

Biblioteca Nacional de Portugal

Instituto Internacional de História Social (Amsterdão)

A Batalha. Suplemento semanal ilustrado

A Federação: folha industrial dedicada às classes operárias

Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas

O Pensamento Social

O Primeiro de Maio. Folha Socialista

O Proletário. Bi-semanario defensor do operariado em geral

O Protesto. Periódico socialista

O Protesto Operário, Órgão do Partido Operário Socialista

O Revolucionário. Folha Socialista

O Trabalho. Jornal Republicano Democrático

O 18 de Março

- *Imprensa geral*

Biblioteca Nacional de Portugal

Hemeroteca Digital

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

As Farpas. Cronica Mensal da Política das Letras e dos Costumes

As Farpas. O país e a sociedade portuguesa. Uma Campanha Alegre

A Nação. Jornal Religioso e Político
Bem Público. Revista eclesiástica e literária
Diário Popular
Diário de Notícias
Diário Ilustrado
Galeria Republicana
Jornal da Noite
Jornal de Lisboa
Jornal do Comércio
Jornal do Porto
O António Maria
O Paiz. Jornal do Partido Progressista
O Rebate. Órgão do Centro Republicano Federal de Lisboa
República Federal
República Portuguesa, Folha semanal. Órgão do Partido Republicano de Coimbra
Revolução de Setembro

- *Imprensa alemã*

Der Volksstaat

<https://digipress.digitale-sammlungen.de/calendar/newspaper/bsbmult00000222>

<https://clio.columbia.edu/catalog/3378949>

- *Imprensa brasileira*

Biblioteca Nacional Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

A Boa Nova. Tudo que for verdadeiro, honesto, justo, santo, amável

A Regeneração. Periódico, político, comercial, noticioso e literário

Correio do Brasil, Jornal do comércio, lavoura e indústria

Correio Mercantil

Correio Paulistano

Correio do Sul

Diário de Pernambuco

Diário do Rio de Janeiro

Jornal do Comércio, Boletim de Notícias da Europa

Jornal do Recife

O Paiz. Órgão Especial do Comércio

*O Vinte Dous de Maio. Jornal político, noticioso e dedicado aos melhoramentos da
província*

- *Imprensa espanhola*

Biblioteca Pública Arús (Barcelona)

Hemeroteca digital (Espanha) <http://hemerotecadigital.bne.es/index.vm>

Instituto Internacional de História Social (Amsterdão)

Arca – Portal de publicações periódicas da cultura catalã.

https://arca.bnc.cat/arcabib_pro/ca/publicaciones/numeros_por_mes.do?idPublicacion=651&anyo=1871

La Discusion, diário democrático

La Emancipación. Periodico Socialista

La Federacion. Organo de la federacion Barcelonesa de la Asociacion Internacional de los Trabajadores

La Epoca, periódico politico diário

BIBLIOGRAFIA

- AAVV. *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977*. Edição CGTP-IN - Departamento de Cultura e Tempos Livres; IBJC - Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.
- ABENDROTH, Wolfgang. *Historia social del movimiento obrero europeo*. Barcelona: Editorial Estela, 1970.
- ALCÂNTARA, Ana Ramos. *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*, Tese de Doutoramento, FCSH, 2019.
- ALMEIDA, Pedro Tavares. “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”. *Análise Social*, Vol. XXI (85), 111-153, 1985.
- ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- Anthropos. Boletín de información y documentación. *Pablo Iglesias. El socialismo en España*, 45-46-47 (Extraordinario-6), 1985.
- ALMEIDA, Fernando António. *Operários de Lisboa. Na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Caminho, 1993.
- ALVES, Ana Maria. *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- AVILÉS, Juan e HERRERÍN, Ángel. “Propaganda por el hecho y propaganda por la represión: anarquismo y violencia en España a fines del siglo XIX”. *Ayer*, 80, Madrid, AHC, 165-192, 2010.
- BASTIEN, Carlos. "Os primeiros leitores portugueses de Marx economista". *Vértice*, II Série, N.º 79, 34-49, 1997.
- BAPTISTA, José Alberto. *João Bonança na cultura do seu tempo*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- BAPTISTA, Virgínia. *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal (1880 –1940)*. Lisboa: ICS, 2016.
- BARRETO, José. "Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)". *Análise Social*, Vol. XVII N.º 66, 253-291, 1981-82.
- BARRETO, José. *Sindicalismo e política nos caminhos de ferro portugueses (1872-1961)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993.
- BATALHA, Maria do Rosário Lopes. *Biografia de Jaime Batalha Reis*. Fonte da Palavra, 2011.
- BAYERLEIN, Bernhard. “La Première Internationale au Portugal. Vue à travers la correspondance internationale, particulièrement celle avec le Conseil Général”. Em: J. C. Seabra Pereira (eds.) *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 479-533, 1982.

- BRAGA, Teófilo. *Quarenta anos de via literária (1860-1900). Cartas*. Lisboa: Tipografia Lusitana-Editora Artur Brandão, 1903.
- BERNSTEIN, Samuel. “The First International and the Great Powers”. *Science & Society*, Vol. 16, N.º 3, 247-272, 1952.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Mirandela: Texto, 2001.
- BOTELHO, Abel. *Amanhã*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1982.
- BRÁS, Rui Manuel. “Os sapateiros de Lisboa e o liberalismo económico (1850-1926)”. *Ler História*, 34, 84-104, 1998.
- BRAVO, Gian Mario. “Movimento Operário”. Em: em Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI e Gianfranco PASQUINO (OrgS). *Dicionário de Política*, Vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1998.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- CALHON, Craig (Editor). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Massachussets, MIT Press, 1992.
- CAMEIRA, Maria Cecília de Sousa. *Para o estudo da política externa portuguesa: os papéis de Andrade Corvo (1869-1887)*. Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- CASTRO, Armando. *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- CASTRO, Sílvio. *Poesia do socialismo português. No percurso de 1850 a 1874*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e. *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, Tesse em Mestrado, FLUP, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- CEREZALES, Diego Palacios. *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- CEREZALES, Diego Palacios. *Estranhos Corpos Políticos: Protestos e Mobilização no Portugal do Século XIX*. Barreiro: Edições Unipop, 2014.
- COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*, Vol I. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- CUNHA, Carlos Guimarães da. *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

- CRUZEIRO, Maria Manuela. *A vida e acção de José Fontana*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1990.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. *Um republicano chamado José Fontana*. Fonte da Palavra, 2011.
- DANIEL, Orlando. "A Primeira Internacional na história do movimento operário europeu". *Análise Social*, Ano 11, Nº 44, 751-775, 1975.
- DERFLER, Leslie. *Paul Lafargue and the founding of french marxismo 1842-1882*. London: Harvard University Press, 1991.
- DIXON, Richard e MILLER, Alex (tradução). *The Hague Congress of the First International. Minutes and documents*. Moscow: Progress Publishers, 1976.
- DÓRIA, Luís. *Correntes do Radicalismo Oitocentista*. Lisboa: ICS, 2004.
- DROZ, Jacques. "A Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876)". Em: Jacques Droz (org) *História geral do socialismo*. Vol 3. Viseu: Livros Horizonte, 1977.
- DUIJKER, Thea. "A propos de l'Institut International d'Histoire Sociale (I.I.S.G.) et de ses collections portugaise et brésilienne". Em: J. C. Seabra Pereira (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 587-625, 1982.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Tradução Paul Lafargue. Paris: Derveaux Libraire-Éditeur, 1880.
- ENGELS, Friedrich. *The condition of the working class in England*. Stanford (California): Stanford University Press, 1958.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Lisboa: Minerva, 1975.
- ESTIVILL, Jordi. "Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)". *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIII, 19-45, 2017.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier e FUENTES, Juan Francisco (dirs). *Diccionario político y social del siglo XIX español*. Madrid: Alianza editorial, 2002.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. "Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX". Em: Benedicta Maria Duque VIEIRA (Org). *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 53-64, 2003.
- FLORES, Alexandre. *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da regeneração ao Estado Novo 1860-1930*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003.
- FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa. O centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

- FONSECA, Carlos da. *Introduction à l'histoire du mouvement libertaire au Portugal*. Lausanne, CIRA, 1973.
- FONSECA, Carlos da. “Elisée Réclus e o movimento libertário em Portugal”. *Seara Nova*, julho, N.º 1545, 26-30, 1974.
- FONSECA, Carlos da. *Integração e ruptura operária*. Lisboa: Editoria Estampa, 1975.
- FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1978.
- FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal I – Cronologia*. Viseu: Europa-América, (s.d.).
- FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal II – Os primeiros Congressos Operários (1865-1894)*. Viseu: Europa-América, (s.d.).
- FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal III – O Operariado e a Igreja Militante*. Viseu: Europa-América, (s.d.).
- FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal IV – Greves e agitações operárias*. Viseu: Europa-América, (s.d.).
- FONSECA, Carlos da. “La classe ouvriere portugaise”. Em: J. C. Seabra Pereira (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 369-413, 1982.
- FONSECA, Carlos da., *O 1º de Maio em Portugal 1890-1990. Crónica de um século*. Lisboa: Edições Antígona, 1990.
- FREEMAN, Joshua B. *Working Class New York, Life and Labor Since world War II*. The New Press, 2001.
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.
- FREIRE, João. "Movimento Operário". Em: António BARRETO e Maria Filomena MÓNICA (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VIII, 557-559, 2000.
- GASPAR, Ana Teixeira. “A greve dos tecelões da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro”. Em: Cátia Teixeira (Org). *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*. Lisboa: IHC, 7-11, 2018.
- GONÇALVES, Bento. *Palavras necessárias. A vida proletária em Portugal de 1872 a 1927*. Porto: Editorial Inova.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. *Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910*. Tese de Doutoramento, The Open University (Reino Unido), 2012.

- GONÇALVES, Luís. *A Evolução do Movimento Operário em Portugal*. Lisboa,:Adolfo de Mendonça Editores, 1905.
- GUTMAN, Herbert G. *Work, Culture and Society in Industrializing America*. Vintage: Edition Unstated edition1977.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge-Massachusetts: The MIT Press1961.
- HOBBSWAM, Eric. "The machine breakers". *Past & Present*, N.º 1, 57-70, 1952.
- HOBBSWAM, Eric. *Primitive Rebels. Studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th Centuries*. Norton & Company, 1965.
- HOBBSWAM, Eric. "Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo". Em: Eric Hobsbwam, *História do Marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Vol. 1 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSWAM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSWAM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987,
- HOBBSWAM, Eric. *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- JONG, Rudolf de. "Arquivos e história social". *Cadernos AEL*, N.º 5/6, 9-36, 1996/1997.
- JOYCE, Patrick. *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class, 1848-1914*. Cambridge University Press, 1993.
- KRIEGEL, Annie. "L'Association Internationale des Travailleurs (1864-1876)". Em: Jacques DROZ (org). *Histoire Générale du Socialisme*, vol. I. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- KUKATHAS, Chandran. "O arquipélago liberal: contornos de um conceito de liberalismo". *Análise Social*, 146-147, 359-378, 1998.
- LAINS, Pedro. "A indústria". Em: Pedro LAINS e Álvaro Ferreira da SILVA (Org). *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Vol II. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LÁZARO, João. "Habitação operária vista pelas Cortes Liberais. Contribuições para o rejuvenescimento do estudo operário em Portugal". *Vértice*, N.º 164, 23-34, 2012.
- LÁZARO, João. *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.

- LÁZARO, João. "Associativismo operário na sociedade liberal (1850-1860)". Em: Joana Dias PEREIRA, Maria Alice SAMARA, e Paula GODINHO (org). *Espaços, redes e sociabilidades cultura e política no movimento associativo contemporâneo*. Lisboa: IHC-FCSH, 2016.
- LÁZARO, João. "Os direitos sociais no pensamento do movimento operário português: ruturas e continuidades (1850-1873)". *Revista Escripturas*, Vol. 2, N.º 2, 46-64, 2018.
- LÁZARO, João. "O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade portuguesa (1852-1873)". *Revista Portuguesa de História*, Vol 50, 67-85, 2019.
- LÁZARO, João. "Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal (1871-1873)", *Revista Mundos do Trabalho*, N.º 11, 1-19, 2019.
- LIMA, Magalhães. *Episódios da minha vida*, 1º volume. Lisboa: Perspetivas e Realidade, 1985.
- LLORENT, Luis Gomez. *Aproximacion a la historia del socialismo español (hasta 1921)*. Madrid: Editorial Cuadernos para el Dialogo, 1972.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Idéias & Letras, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. "Antero ou du socialisme comme utopie". Em: J. C. Seabra Pereira (org.). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 259-263, 1982.
- LOUSADA, Maria Alexandra. "A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do antigo regime". Em: Maria da Graça A. Mateus VENTURA (org). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América*. Lisboa: Edições Colibri, 95-120, 2004.
- LUCAS, Patrício Isabel Gomes. *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Tese de Doutoramento, FCSH, 2018.
- LOWY, Michael. *Karl Marx. Sobre o suicídio*. Boitempo, 2006.
- MARGARIDO, Alfredo. *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. "José Fontana". Em: *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. I. Lisboa: Editorial Delta, 1986.
- MARTINS, Conceição Andrade. "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)". *Análise Social*, 142, 483-535, 1987.
- MARTINS, Rocha. *História das Grandes Revoluções*. Lisboa: Volume I, Crisális, 1953.
- MEDEIROS, Fernando. "Esquisse d'analyse des tentatives de realisation d'une culture ouvrière". Em: J. C. Seabra Pereira (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 415-448, 1982.

- MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- MENDES, José Amado. “Para a história do movimento operário em Coimbra”. *Análise Social*, 67-68, 603-614, 1981.
- MERTEN, Peter. *Anarchisme und Arbeitskampf in Portugal*. Hamburgo: Libertäre Assoziation, 1981.
- MÓNICA, Maria Filomena e MATOS, Luís Salgado. "Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)". *Análise Social*, N.º 67-68-69, 1013-1078, 1981.
- MÓNICA, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: IN-CM/IED, 1985.
- MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal*. Lisboa: ICS, 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena. *A Europa e nós: uma polémica de 1853. A. Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: Quetzal, 1996.
- MÓNICA, Filomena Maria. “O senhor Ávila e os conferencistas do Casino”. *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 1013-1030, 2001.
- MONTY, Johnstone. “Internacionais”. Em: Tom BOOTTOMORE (editor). *Dicionário do Pensamento Marista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 195-196, 2001.
- MUSTO, Marcello. *Trabalhadores, uni-vos!. Antologia Política da Primeira Internacional*. Ebook Kindle, Boitempo, 2014.
- MUSTO, Marcello. *Os últimos anos de Marx. Uma biografia intelectual*. Lisboa: Parsifal, 2020.
- NEGT, Oskar e KLUGE, Alexander). *The Public Sphere and Experience. Toward an analyses of the bourgeois and proletarian public sphere*. London: University of Minnesota Press, 1993.
- NESSI, Alberto. *José Fontana. Na próxima semana talvez*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.
- NOGUEIRA, César. *Antero de Quental. Esboço para a sua biografia político-social*. Lisboa: Edição do autor, 1950.
- NOGUEIRA, César. “José Fontana. A sua vida e a sua obra”. *Seara Nova*, Ano XXX, N.º 1254-55, 81-84, 1952.
- NOGUEIRA, César. *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Yara AUNKHOURY (tradução). *Projecto História*, Vol 10, 7-28, 1981.

- NUNES, João Arsénio. "Peter Merten, *Anarchisme und Arbeitkamp*". *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, N° 8 (dez.), 1985.
- NUNES, João Arsénio. "Comunismo". Em: Fernando ROSAS e Brandão de BRITO (dir). *Dicionário de História do Estado Novo*. Bertrand Editora, 173-181, 1996.
- OLIVEIRA, César. *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, César. *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-1918*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, 1973.
- PEDROSO, Alberto. "O mandato da Federação Portuguesa da AIT a Paul Lafargue". *Seara Nova*, maio, N.º 1591, 26-28, 1978.
- PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário — A história de uma idéia*. Tese de Mestrado, FCSH, 2008.
- PEREIRA Joana Dias. *A produção social da solidariedade operária. O caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1910)*, Tese de Doutoramento, FCSH, 2013.
- PEREIRA, José Pacheco. *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- PEREIRA, José Pacheco. "A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)". *Análise Social*, Vol. XVII (65), 135-151, 1981.
- PEREIRA, José Pacheco. "Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas". Em: J. C. Seabra Pereira (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 185-206, 1982.
- PEREIRA, Miriam Halperm. "Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito do trabalho". *Ler História*, 14, 41-86, 1988.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- PERROT, Michelle. *Les ouvriers en grève: France 1871-1880*. Paris-La Haye : Mouton, 1974.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- PIERSON, Stanley. *Marxist Intellectuals and the Working-Class Mentality in Germany, 1887-1912*. London: Harvard University Press, 1993.
- PINHEIRO, Magda. "A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)". *Análise Social*, Vol. XXIV (101-102), 745-767, 1988.

- PINHEIRO, Magda. *Cidade e Caminhos de Ferro*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2008.
- PINHEIRO, Magda. *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PINHEIRO, Nuno. *O teatro da sociedade. Fotografia e representação social no espaço privado e no público*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2006.
- PIQUERAS, José António. *O movimento operário*. Porto: Campo das Letras, 1995.
- PÓVOA, Marco Roberto Alpande. *Policiár Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*. Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2013.
- PITA, António Pedro. "O Marxismo na Constituição Ideológica e Política do Partido Comunista Português". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 40, 89-108, 1994.
- RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona2012.
- RAMDIN, Ron. *The making of the black working class in Britain*, Verso, 2017.
- RAMOS, Rui. "A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)". *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), 483-528, 1992.
- RANITA, Vítor. *Movimento operário portuense. Nascimento e evolução (1850-1914)*. Porto: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 2015.
- ROEDIGER, David. *Class, race and Marxism*. New York, Verso, 2017.
- ROEDIGER, David. *The wages of whiteness. Race and the making of the American working class*. USA, Verso, 2007.
- REDONDO, Jesús de Felipe. "El concepto moderno de trabajador y los orígenes del movimiento obrero español (1830-1870)". Em: María MARÍN e Carmen MARTÍNEZ (coord.). *Ayeres en discusión: temas clave de Historia Contemporánea hoy*. Múrcia: Universidade de Múrcia, 1-20, 2008.
- REDONDO, Jesús de Felipe. *Orígenes y formación del movimiento obrero en España. Una revisión histórica e historiográfica*. Tese de Doutoramento, Universidad La Laguna, Santa Cruz de Tenerife, 2009.
- REDONDO, Jesús de Felipe. *Trabajadores. Lenguaje y experiencia en la formación del movimiento obrero español*. Genuève Ediciones, 2012.
- RODRIGUES, Jacinto. *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*. Lisboa: Slemes, 1976.
- RODRIGUES, Edgar. *O despertar operário em Portugal 1834-1911*. Lisboa: Editora Sementeira, 1980.
- RODRIGUES, João Daniel Dias. *O Protesto Operário e o socialismo em Portugal, 1882-1894*. Tese de Mestrado, FLUP, 2018.
- RODRÍGUEZ, Octavio Araujo. *Esquerdas e esquerdismo: da Primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras2006.

- ROCHA, Francisco Canais. *Para a história do movimento operário em Torres Novas: durante a Monarquia e I República 1862-1926*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2009.
- ROCHA, Francisco Canais. “Resenha histórica do movimento operário e do movimento sindical português (1838-1970)”. Em: *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das Raízes até 1977*, Volume I. CGTP-IN, 2011.
- ROSA, Alberto Machado da. “O socialismo em Portugal há um século. A fundação da Internacional”. *Seara Nova*, N.º 1501, 364-370, 1970.
- ROSA, Alberto Machado da. “O socialismo em Portugal há um século. A fundação da Internacional”. *Seara Nova*, N.º 1502, 393-400, 1970.
- ROSA, Alberto Machado da. “Um episódio romântico: a fundação da Internacional em Lisboa”. Em: *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, 1974.
- ROSAL, Amaro del Rosal. *Los Congressos Obreros Internacionales en el sish XIX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975.
- ROTH, Ralf. “Labor movement in Germany, 1848 to 1914”. Em: David E. BARCLAY e Eric D. WEITZ (eds). *Between Reform and Revolution. German socialism and Communism from 1840 to 1990*. New York-Oxford: Berghahn Books, 113-135. 1998.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. "Pensamento social e direitos humanos". *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10, 157-168, 1990.
- SÁ, Victor de. *Perspectivas do século XIX*. Porto: Limiar, 1976.
- SÁ, Victor de. *Antero de Quental*. Porto: Limiar, 1977.
- SÁ Victor de. *Formação do movimento operário português: memória de uma reprovação*. Coimbra: Centelha, 1978.
- SÁ, Victor de. "Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa". *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 839-860, 1981.
- SÁ, Victor de. *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, 1981.
- SÁ, Victor de. *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.
- SAMARA, Maria Alice. *Verdes e vermelhos. Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- SAMARA, Maria Alice. *Operárias e Burguesas. As mulheres no tempo da república*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- SAMUEL, Raphael. *Village Life and Labour*. Routledge & Kegan Paul, 1975.
- SANTOS, Fernando Piteira. “Para a história do movimento operário em Portugal”. *Seara Nova*, Ano XXVI, N.º 1044, 209-212, 1947.

- SANTOS, Fernando Piteira. “Nota sobre a difusão em Portugal de O Capital, de Karl Marx”. *Economia e Socialismo*, N.º 35, 15-18, 1979.
- SANTOS, Fernando Piteira. “Marx e o movimento operário português (algumas notas)”. *Vértice*, N.º 453, 28-40, 1983.
- SANTOS, Fernando Piteira. " Paul Lafargue e os inícios do movimento socialista em Portugal". Em: Eduardo CHITAS e Hernâni RESENDE. (Coord). *Filosofia. História. Conhecimento*. Lisboa: Caminho, 235-257, 1990.
- SANTOS, Maciel Morais. “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras*, Vol. XI, 287-332, 1994.
- SARAIVA, Ana Paula Rocha da Costa Saraiva. *Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*. Tese de Mestrado, ISCTE-IUL, 2011.
- SARDICA, José Miguel. *A Regeneração sob o signo do Consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Viseu: ICS, 2001.
- SILBERT, A. “Utopie et socialisme de 1871 a 1874. D’apres la correspondance diplomatique française”. Em: J. C. Seabra PEREIRA (org). *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 93-99, 1982.
- SILVA, Lúcio Craveiro da. *Novas cartas inéditas de Antero de Quental*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1996.
- SILVA Filipe Carreira. *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- SILVA, Joaquim Palminha. *Jaime Batalha Reis na Rússia dos Sovietes. Dez dias que abalaram um diplomata português*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.
- SILVA, Joaquim Palminha. *Pequeno dicionário do movimento socialista português*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1989.
- SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- SERRÃO, Joel. *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de pensamento político português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- SEWELL, William H. *Gens de métier et révolutions: le langage du travail d l’ancien régime a 1848*. Paris: Aubier Montaigne, 1983.
- SOUSA, Manuel Joaquim. *Sindicalismo e acção directa*. Porto: Typ. Peninsular, 1911.
- SOUSA, Manuel Joaquim. *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1972.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica em Portugal*. Lisboa: Portugalíia Ed. Imp, 1965.
- TENGARRINHA, José. "As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920". *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 573-601, 1981.

- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- TERMES, Josep. *Anarquismo y sindicalismo en España. La Primera Internacional (1864-1881)*. Barcelona: Crítica, 1977.
- THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class*. Penguin books, 1991.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Lisboa: Antígona, 2008.
- TUÑÓN, de Lara, Manuel. *El movimiento obrero en la historia de España. 1832-1899* (2ª edición). Barcelona: Laia, 1977.
- VILHENA, Magalhães. *António Sérgio O idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1964.
- VIEIRA, Benedicta Maria Duque. *A Formação da Sociedade Liberal*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2005.
- VILAÇA, Alberto. *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional revisitadas em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Edições João Sá da Costa, 1985.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *O associativismo. Das confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- VIANA, Gonçalves. *A evolução anarquista em Portugal (primeira parte)*. Porto: Typ. Rua Chã, 1894.
- WERNER, Michael e BÉNÉDICTE, Zimmermann. "Pensar a história cruzada: entre empírica e reflexividade". *Textos de História*, Vol. 11, nº 1/2, 89-127, 2003.
- WRIGHT, Erik Olin. "Análise de classes". *Revista Brasileira de Ciência Política*, N.º 17, 121-163, 2015.

ANEXOS

Anexo A – Correspondência de Portugal para a Internacional no Instituto de História Social (Holanda).

Correspondência entre Portugal e Internacional					
Data da carta	Remetente	Destinatário	Fundo	Livro do César Oliveira (13 Cartas de Portugal para Engels e Marx)	Livro do Jacques Freymond (La Première Internationale)
24 de junho de 1872	Nobre França	Engels (??)	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Consta
27 de julho de 1872	Nobre França (Conselho da Federação Local de Lisboa)	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
23 de agosto de 1872	Nobre França (Conselho da Federação Local de Lisboa)	Engels (?)	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
17 de setembro de 1872	Nobre França (Conselho da Federação Local de Lisboa)	Engels (?)	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
24 de janeiro de 1873	José Fontana	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
8 de janeiro de 1873	José Fontana	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
26 de dezembro de 1873	José Fontana	Karl Marx	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
sem data	Azedo Gneco	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta - Mas data errada (18 de janeiro de 1876)	Não consta
18 de janeiro de 1876	Azedo Gneco	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta - Mas data errada (10/04/76)	Não consta
21 de janeiro de 1877	Azedo Gneco	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Consta	Não consta
10 de março de 1872	Nobre França Tedeschi	Conselho-geral AIT	Hermann Jung Papers	Não consta	Consta
2 de outubro de 1872	José Fontana	Para jornais ingleses	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
26 de dezembro de 1872	Jose Maria Tedeschi	Paul Lafargue	Paul Lafargue Papers	Não consta	Não consta
15 de Agosto de 1872	Nobre França (Relatório português ao Congresso de Haia)	Congresso Haia	Bericht des Portugiesische federalrates der IAA	Não consta	Não consta
17 de agosto de 1872	Nobre França	Karl Marx	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
29 de maio 1873	José Maria Tedeschi	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
17 de agosto de 1873	Nobre França	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
29 de outubro de 1876	Azedo Gneco	Engels	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
20 de janeiro de 1878	Alfredo César da Silva (Partido Socialista)	Engels, Marx e Lafargue	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta
20 de abril de 1880	João Ricardo (Redaçã do Operário)	Jules Guesde	Jules Guesde Papers	Não consta	Não consta
18 de março de 1877 (?)	Dos círculos 13 e 14 do Partido Socialista no Porto	Operários socialistas de Paris	Karl Marx / Friedrich Engels Papers	Não consta	Não consta

Anexo B – Associações e delegados que participaram no Congresso Social¹⁵⁶³.

Congresso Social 1865-1866		
Associações	Delegados	Delegados
Centro Promotor dos Melhoramento dos das Classes Laboriosas	Francisco Vieira da Silva e Manuel Coelho Torresão	2
Associação Tipográfica Lisbonense	José Maria da Silva e Albuquerque e António Joaquim de Oliveira	2
Associação Fraternal Lisbonense	António Feliciano de Abreu e João Baptista Consiglieri	2
Caixa de Socorros da Imprensa Nacional e Caixa Económica Anexa	José António Dias e Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa	2
Caixa de Socorros das Litografias de Lemos e Castro	Manuel António Balinho	1
Associação de São Pedro de Alcântara	Domingos Lúcio Monteiro e Manuel Vicente de Carvalho	2
Montepio Fraternal das Classes Unidas de Belém	António de Sousa Leite e Domingos Lúcio Monteiro	2
Sociedade dos Artistas Lisbonenses	Francisco Rodrigues Colares e José Caetano Temudo	2
Centro Operário Lisbonense	Joaquim Baptista Leone	1
Associação do Trabalho para os Chapeleiros	João Nepomuceno da Costa e Joaquim Antunes Seco	2
Associação dos Carpinteiros de Construção Naval	António dos Santos e José Joaquim dos Prazeres	2
Associação Fraternal dos Chapeleiros e Serigueiros	José António Frazão e Joaquim José Vitorino Rocha	2
Associação Artística Industrial	Augusto José de Castro e Felizardo Firmino da Costa Osório	2
Associação Fraternal dos Barbeiros, Amoladores e Cabeleiros	António Guilherme Parreira e João António Correia	2
Corporação dos Alfaiates	Manuel Ferreira Mendes e Bento Guilherme Bacelar e Silva	2
Associação Industrial dos Canteiros	Cândido José Dias e José de Lemos Belo	2
Associação Fraternal dos Marceneiros e Entalhadores	Vicente Ferreira de Freitas e Estevão Augusto da Silveira	2
Associação dos Marceneiros Lisbonenses	António Tomás de Sousa e Jerónimo Pinto Ferreira	2
Centro Operário	António Fortunato de Sousa	1
Associação Serpense de Socorros Mútuos	Francisco Gonçalves Lopes e José Joaquim de Lemos Sousa e Castro	2
Sociedade de Auxílios Mútuos	José Maria Galvão Xavier de Magalhães e Francisco Manuel Álvares Botelho	2
Sociedade Auxiliadora das Classes Laboriosas da Terceira	José de Meneses Toste e João Aurélio de Bettencourt	2
Associação Artística de Coimbra	João Manuel Gonçalves	1
Associação dos Artistas de Coimbra	Paulino Augusto e Campos Temudo	2
Sociedade Tipográfica de Coimbra	Francisco Viera da Silva e Maurício José Dias	2
Associação Artística Eborense	Marcos de Sousa Amado	1
Associação Protectora dos Artistas de Faro	João dos Reis Lopes Stromp e Frederico Jacques Nogueira	2
Associação Fraternal dos Amigos do Trabalho de Peso da Régua	João Jerónimo Grilo e José Francisco de Paula	2
Associação dos Sapateiros Lisbonenses	Francisco dos Santos e José Gomes de Andrade	2
Associação Fraternal dos Calafates	António de Sousa Ferreira e António Henriques Nepomuceno	2
Associação dos Carpinteiros, Pedreiros e Artes Correlativas	Francisco Henriques da Silva Garcês e José Maria Preira Lopes	2
Associação Fraternal dos Oleiros e Artes Cerâmicas	Manuel Peres de Castro e Joaquim José da Fonseca	2
Associação Fraternal das Classes Laboriosas	Manuel da Costa Rodrigues e Manuel Ciriaco da Silva	2
Associação dos Artistas do Peso da Régua	Álvaro Antunes de Castro Neves e José António Rodrigues	2
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses	António Rodrigues Sampaio e José Maurício Velloso	2
Associação dos Artistas Vianenses	João Augusto Zusarte e Dr. Diogo José Vieira de Noronha	2
Associação dos Architectos Civis Portugueses	António Augusto Teixeira de Vasconcelos e António Tomás da Fonseca	2
Associação Teatral da Rua dos Condes	João Alfredo Dias e Francisco Gonçalves Chaves	2
Associação Humanitária de São Sebastião	Manuel Joaquim Pacheco Antunes e José de Sousa Almeida Brandão	2
Associação Escolar de D. Pedro V	António Augusto Machado Monteiro de Campos e José Dias de Campos	2
Associação 9 de Janeiro	Luís Filipe Lemos e Henriques Joaquim Pereira	2
Associação Protectora da Infância Pobre	João José Valarim e Joaquim Pedro das Neves	2
Associação Protectora do Asilo de São João	Ricardo de Oliveira Guimarães e Inocência Francisco da Silva	2
Associação Civilização Popular	António Augusto da Silva Lobo e António Augusto de Freitas Jácome	2
Grémio Popular	José Marques da Silva e Bento Pereira Olaia	2
Montepio Fidelidade	Nicolau José Ferreira da Conceição e José Marcos Baptista	2
Montepio Socorro da Humanidade	João Jose da Silva e João Alfredo Dias	2
Montepio de Nossa Senhora das Dores do Arsenal da Marinha	Frederico Augusto da Silva Gomes Vaz e José Pedro Ferrer da Silva	2
Montepio de Santa Catarina	Álvaro Antunes de Castro Neves	1
Montepio Aliança	José Augusto da Silva e Joaquim José Monteiro Júnior	2
Montepio de Leiria	Dr. José Barbosa Leão e António Xavier Rodrigues Cordeiros	2
Montepio Artístico Elvense	Francisco Maria da Cunha	1
Montepio Eborense	José Gomes e José Matias Carreira	1
Montepio Artístico de Nossa Senhora da Conceição de Santarém	José Maria de Melo e Francisco Marques Ferreira da Cunha	2
Montepio Artístico Tavirense	José Gomes Xavier de Matos e João da Silva Carvalho	2
Associação Montepio Jesus Maria José	Francisco Joaquim Gomes e Manuel Maria Ferraz de Carvalho	2
Montepio Filarmónico	Joaquim Vital da Cunha Sargedas e Manuel Joaquim Botelho	2
Montepio Geral	Guilherme António da Silva Couvreur e Clemente José dos Santos	2
Montepio de Nossa Senhora da Rocha	Filipe Manuel Pereira de Figueiredo e Sá	1
Montepio Progresso	José Monteiro e Francisco António de Sá	1
Montepio Povense	Dr. José de Sande Magalhães Mexia Salema e Dr. José Vicente Barbosa du Bocage	2
Associação Comercial de Lisboa	António Joaquim Pereira Serzedelo Júnio e Daniel Cordeiro Feio	2
Associação dos Professores	José Pessoa e Augusto José Henriques Gonzaga	2
Real Associação Central da Agricultura Portuguesa	Aires de Sá Nogueira e António do Nascimento Rosendo	2
Associação dos Ourives de Prata Lisbonenses	José Cirilo Pinto e João Joaquim Antunes Rebelo	2
Associação de Trabalho para os Fabricantes de Seda	José António Pereira e Henriques José Ribeiro	2
Associação Comercial do Porto	Carlos Ferreira dos Santos e Silva e Manuel José Dias Monteiro Júnior	2
Real Casa Marítima de Tavira	José de Seabra Pessoa	1
Corporação Marítima de Sesimbra	João Manuel Gonçalves e Augusto José Henriques Gonzaga	2
Associação dos Empregados no Comércio e Indústria	António da Silva Belo	1
Associação Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Anexas	Manuel Martins	1
Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal	João José de Sousa Teles e João Maria Alves Branco Júnior	2
		131

¹⁵⁶³ Dados retirados do *Jornal de Lisboa*, 11 de outubro de 1865, 2º Ano, N.º 384, p. 3.

Anexo C – Inquérito apresentado aos delegados do Congresso Social¹⁵⁶⁴.

1º Qual tem sido o benefício que em geral tem provindo ao país dos estabelecimentos da associação?

Com Relação às classes trabalhadoras;

Com relação ao desenvolvimento da instrução pública;

Com relação à economia e previdência de todas as classes em geral.

2º Será conveniente permitir a associação de socorro mútuo nas condições que existe atualmente?

Na forma de socorro;

Na sua base numérica;

Na sua extrema ou limitada divisão.

3º Será Conveniente tentar-se a associação de trabalho?

A cooperativa;

A de bancos ou depósitos e caixas económicas;

A de socorro para velhos ou crianças;

As de instrução secundária ou profissional;

As de recreio.

4º Quais serão as providencias governativas que o congresso deve pedir ao poder legislativo, ou ao executivo, para se realizar alguma ou algumas das questões propostas?


Propostas:

1º Que o congresso requeira ao governo que regularize para mais de uma lei as condições sobre que se devam fundar as associações de socorros mútuos;

2º Que se requeira ao governo a constituição de uma comissão central encarregada de vigiar e propor as medidas conducentes aos melhoramentos sociais.

Secretária do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, 27 de outubro de 1865. O primeiro secretário, M. J. Correia e

¹⁵⁶⁴ Informação retirada do jornal *A Federação: folha industrial* dedicada às classes operárias, 28 de outubro de 1865, Vol. X, N.º 38, p. 152.



DIÁRIO ILUSTRADO

LISBOA
SEXTA-FEIRA 15 NOVEMBRO 1872

ASSIGNATURA EM LISBOA
1 mes 300 réis
3 meses 900 ..
6 meses 1800 ..
1 anno 3600 ..

Publicação no curso de
geral, por lista, etc.

LISBOA
SEXTA-FEIRA 15 NOVEMBRO 1872

ASSIGNATURA NA PROVINCIA
1 mes 360 réis
3 meses 1080 ..
6 meses 2160 ..
1 anno 4320 ..

A correspondência a LORREIA QUEIROZ, calçada de Coimbra, 50, 1.ª, junto ao Correio Geral.

TIRAGEM 42.000 EXEMPLARES
BOLETIM DO DIA

As severas do mestre para com o discípulo não desenvolvem o espirito, não ensinam a atenção, não corrigem os defeitos, não estimulam a preguiça, e são uma recordação humilhante de tempos barbaros, tanto mais repugnante quanto é praticada em estes indolentes, fracos e moços.

E' indelicado o dever do dignissimo cerniceiro dos estudos, vigiar pois o modo como ainda hoje se procede em alguns collegios de Lisboa, e exigir a completa abolição de palmatoria, castigo barbaro, estúpido, perigoso, debilitante e de que em muitos estabelecimentos de ensino se abusa ainda!

Ainda ha poucos dias, num collegio que existe no Bazo, decaiu a uma frágil criança com tal brutalidade que por mais de quatro dias não pôde fazer a rotina de inclada que lhe ficou, e ainda hoje que são passados dez dias se cohecem os vestigios arriscados d'aquelle acto de barbara selvajeria!

Que mãe carinhosa pode sem estremecer contar um filho querido, e sempre tratado com caricias, ás mãos brutas de um professor, que pôde deixar-lhe açoitado, que lhe causa dores infernaes, que o martyria, por alguns d'estes pequenos delictos, tão perdoaveis na infancia, originados quasi sempre d'essa leveza vivacidade que é o caracteristico da alegre e descuidosa infancia, que a torna sympathica, que acaba de jubilar os corações dos paes? E háo de os mestres costringer estupidamente essas espançadas da natureza? e háo de amesquidar os espiritos que deslancham, e háo de acudir o medo onde se deve existir o amor?

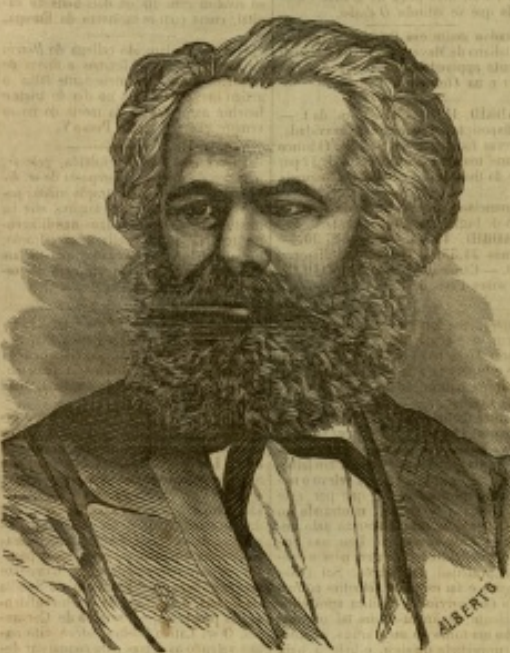
Confiamos nos sentimentos humanitarios e na elevada intelligencia d'aquelle a quem compete conhecer do modo como é ministrado o ensino nos collegios particulares, para tomar as devidas medidas directores, para exigir a abolição da palmatoria, como foi abolida nos liceus, para evitar por todos os modos ao seu alcance que lhes socas se repitam.

Vae n'isso a tranquillidade de todas as mães; vae n'isso o socego de todas as pais que carregam severamente o estorbo que lhes maltrata um filho; vae n'isso uma conquista para a humanidade!

A escola é o primeiro sorriso do saber; a escola não pôde ter lagrimas.

KARL MARX

Este homem, que sem um talento incontestavelmente vigoroso, fô por muito tempo a alma da Internacional. É prussiano, mas reside habitualmente na Inglaterra. Versado em economia politica, tem perdido sempre para as theorias mais absurdas. Pauletista exercicio, fo elle que resigiu o folheto *The civil war in France*, onde não se recua diante das camuflagens mais absurdas, mas que está escripto com um valentia aggressiva das mais astutas. No ultimo congresso da Internacional na Haia, accender-se uma



KARL MARX

decedia formidavel, e Karl Marx perdeu a sua autoridade quasi absoluta. A Internacional annullou assim o seu mais talentos agento.

Está doente o sr. contra-almirante Gouvez, e fica á India ha perto de 40 annos.

Correu ultimamente no Rio de Janeiro o boato de que o actor Eustado Coelho tinha vendida o theatro de S. Luiz por

A expedição da primeira mala será feita de Londres no dia 22 do corrente.

Assignaram-se hostem os decretos para a abolição dos ditimos, e outras providencias para Angola.

O sal que se exportou pela nossa barra no mez de outubro findo, foi ao valor de 9.295.560 réis.

Bebeu o *Jornal do Porto* que o vapor inglês *Olga*, procedente de Londres conduzia para aquella cidade o seguinte numero:

Para os srs. T. G. Sandeman & Sons — 4.000 libras esterlinas. — 1.500

Para os srs. Cook & Co. — 1.500

Para o Banco Commercial — 13.500

Parece que van ser de serviço permanente a estação telegraphica, de correio geral, que até agora era de serviço limitado.

Despacharam-se em outubro findo pela nossa alfândega 221.798 kilogrammas de café para consumo. Importaram os direitos arrecadados em 11.448.575 rs.

Um pobre rapaz chamado José Bizarra, solteiro, do lugar de S. Facundo, freguesia de Antuadia, do concelho de Coimbra, indo com uma espingarda para a caça, tombou-lhe um tombo, e cahiu, disparando-se-lhe a espingarda sobre uma perna. E grave a sua estado.

O caso que se vai ler deu-se no Porto, e é precisamente descrito pelo nosso collega do *Diário da Tarde*:

«São hoje luas de toite e la neveira.

Pela rua de Santa Catharina vem descendo a mala-posta de Braga.

Ao chegar proximo á capella das Almas, o cocheiro vê um vulto indistincto que vae atravessando a rua e grita-lhe que se arrede. Nada!

O vulto, ou melhor os vultos, pois é a patrulha a cavallo da municipal, seguem na primitiva e proverbial poehora.

A mala-posta na destilada roça na anca de um dos nobres quadrapedes municipaes.

Os soldados que, na concentração de espirito inherente ás suas funções de vigiar em nome da socega publica, tinham adormecido, sentindo aquelle choque insólito, estremecidos, cheios de justa colera contra o perturbador de sua beatifico recolhimento, pucham das espadas virgens, e virgam-se acullitando a direita e esquerda... o carro, porque o cocheiro e os passageiros, fagido com o corpo aos golpes, lhes podiam evitar as bellissimas xanhas.

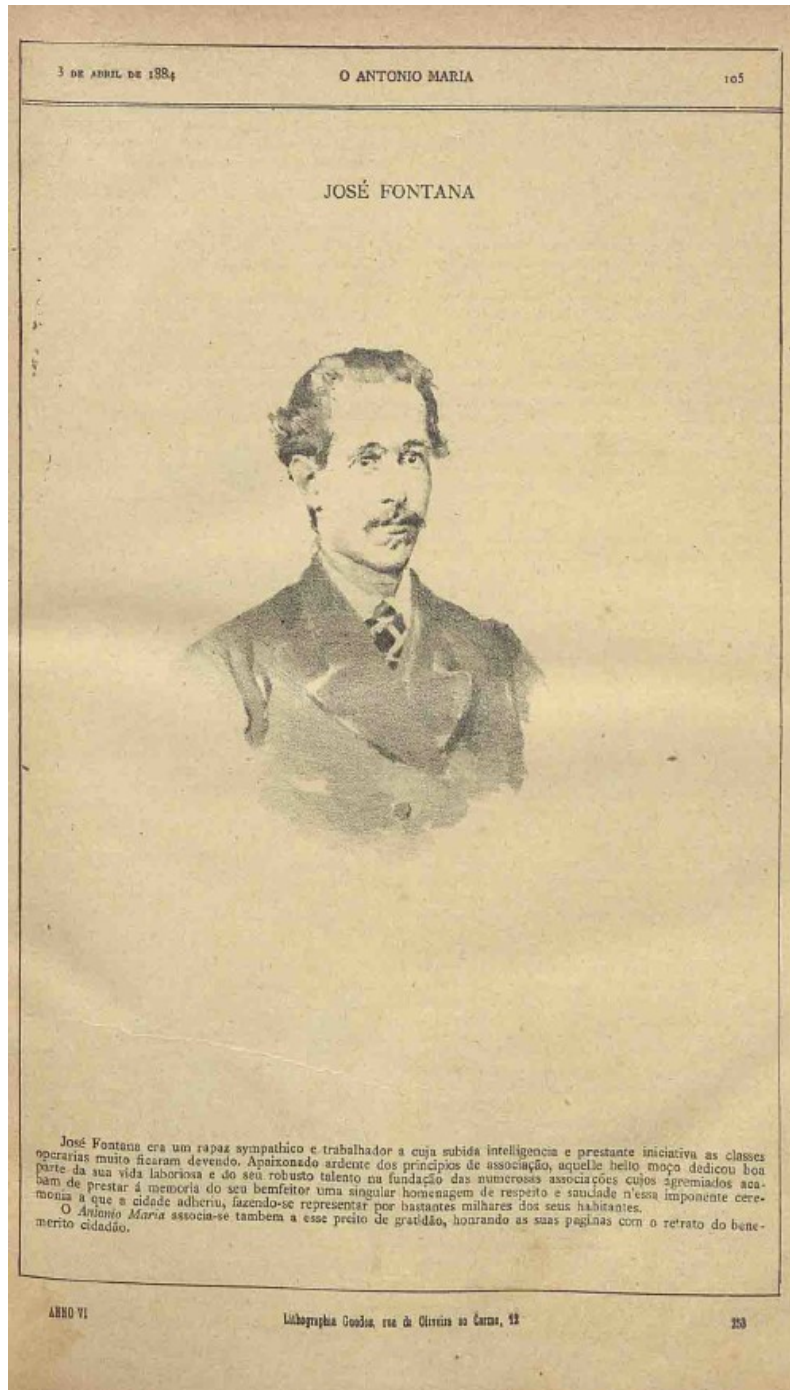
Sociada a vingança, deixam de perseguir o carro, e caíam na batalha o gladio salvador da honra de... quando, o fuzando um cigarro, cujo fumo se misturava ao nevoeiro e ás fumaças do glorioso frito, descambam outra vez na somnolencia primitiva.

Apernas os cavallos, fôis observadores das suas doctores de vigilancia, fitam-cas-hibitizos e de assaie alguns transeuntes mais suspitos.»

1565 *Diário Ilustrado*, 15 de novembro de 1872, Primeiro Ano, N.º 138, p. 1

368

Anexo E – Retrato de José Fontana na revista O António Maria¹⁵⁶⁶.



¹⁵⁶⁶ *O António Maria*, 3 de abril de 1884, Ano VI, N.º 253, p. 105.

Anexo F – Cartas de José Fontana¹⁵⁶⁷.

1 Golden Square
16th February 1865

Dear Mr. Marx,
18-1

Having to night a very important meeting for the Saffron Hill affair, it will be impossible for me to have the pleasure of being at your house, which I much regret, and hope you will excuse me, as you know how I am involved in that matter.

With best respects to Mr. Marx and the young ladies believe me

Yours fraternally
G. P. Fontana

Carta de G. P. Fontana para Marx 1865

LIII 326

Comp. e Att. Engels,
London.

A give que houve em Lisboa, trouxe a necessidade de formar-se uma fabrica para trabalhar com o que não venhamos, os homens pouco mais ou menos. Para essa fabrica encomendamos da fabrica um termo e uma machina de furar, como vai descripta no papel junto.

Pico que faça o possivel para conseguir que um homem habil, um engenheiro ou bom operario, em Lisboa com o papel junto e a ordem se apresente naquella fabrica e veja as duas machinas não venham deprezadas. É um serviço que presta á classe trabalhadora de Portugal.

O meu amigo e companheiro Nôbo Fomes é que me indicou me dirigisse a Mr. Engels -

Pico igualmente que dê muitas recommendações a Mr. e Mrs. Lafargue e Son. mt. seu

Lisboa, 24 de Janeiro
1873.

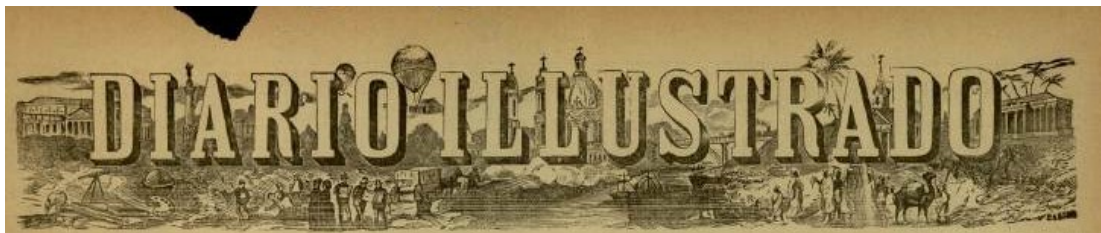
Rua do Xisudo n.º 73
Livrarias.

Comp. e Att. V.º
José Fontana

14430

Carta de José Fontana para Engels 1873

¹⁵⁶⁷ Instituto de História Social (Holanda), Karl Marx / Friedrich Engels Papers.



Decimo anno... ANSIGNATURA EM LISBOA... LISBOA... Domingo 28 de agosto de 1881... ASSIGNATURA NA PROVINCIA... Numero 2-979

Alfred Fillon
Quando, não ha muito tempo,
pediam a esse estrangeiro...

A's senhoras
Vendo-se um mala par 1.º tercio...

Publicaremos a estampa
o retrato de Kalkouss...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Alfred Fillon nasceu em Bonn
(França) a 1 de março de 1825.

Esta abertura exemplar
por espaço de 90 dias...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...



ALFREDO FILLON

Alfred Fillon nasceu em Bonn
(França) a 1 de março de 1825.
Regressou de 1848 e procurou
de 1851, foi enviado para a
Algeria depois do golpe de estado
de 2 de dezembro.

Esta abertura exemplar
por espaço de 90 dias...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Alfred Fillon nasceu em Bonn
(França) a 1 de março de 1825.
Regressou de 1848 e procurou
de 1851, foi enviado para a
Algeria depois do golpe de estado
de 2 de dezembro.

Esta abertura exemplar
por espaço de 90 dias...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

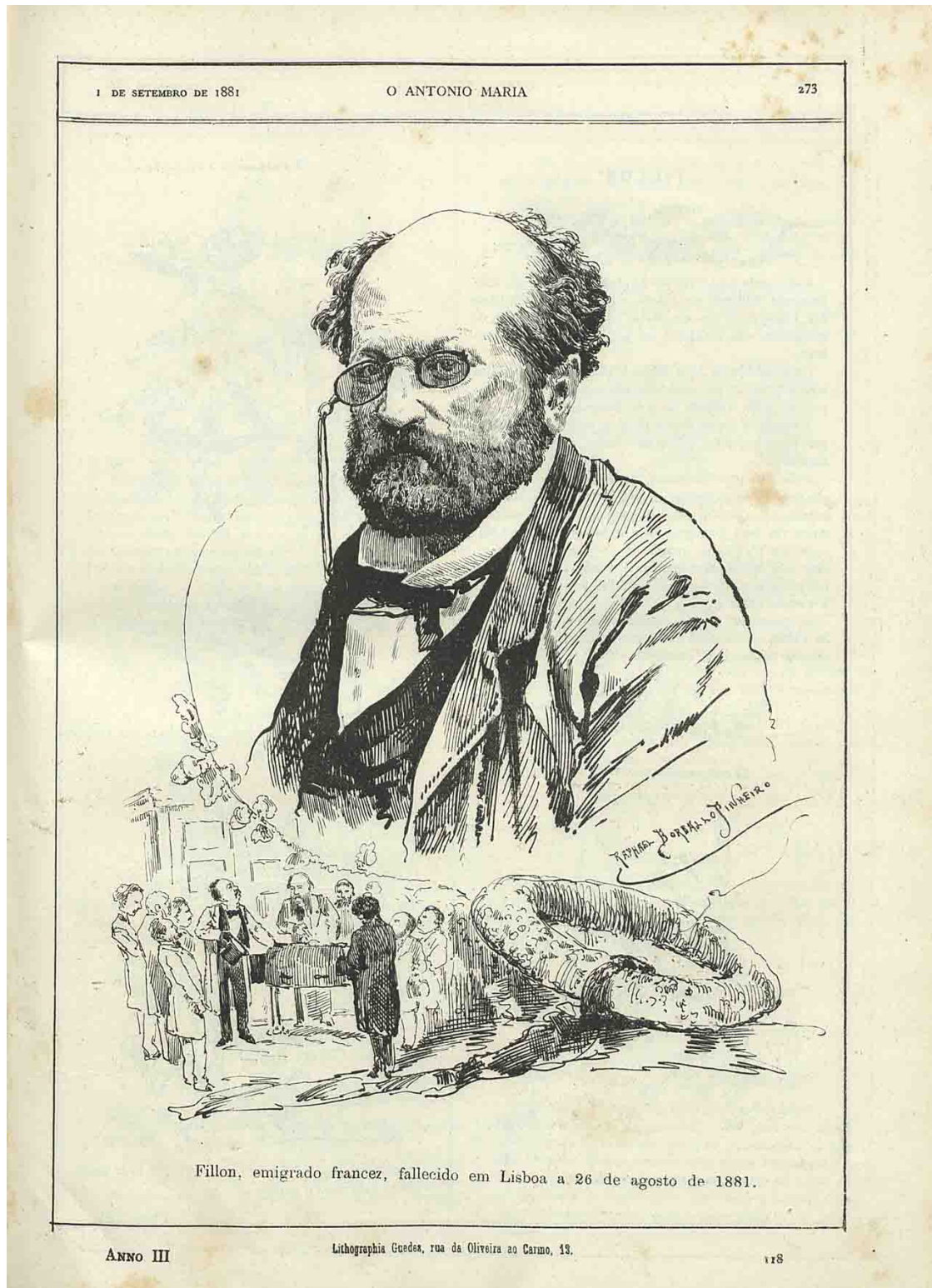
Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

Revolutionum exemplar
de 2.º officio do Induzente...

OMELHOR QUE HA!... Em machinas de costura, SISTEMA INTERESSANTE NOVO... Não causarem cansaço... Ha pedaes magicos... Economia de dinheiro e tempo

Anexo H – Retrato de Alfred Fillon na capa do *O António Maria*¹⁵⁶⁹.



¹⁵⁶⁹ *O António Maria*, 1 de setembro de 1881, Ano II, 118, p. 273.

Anexo I – Associações e delegados que participaram no Congresso de 1877¹⁵⁷⁰.

Congresso dos operários socialistas de Portugal 1877 1 a 4 de fevereiro, Lisboa		
Associações	Delegados	Delegados
Mesa Provisória		Azedo Gneco (presidente) Constantino Pereira A. J. de Oliveira (secretários)
Comissão Verificadora de Mandatos		Ferreira de Macedo José Martins Francisco da Costa
Associação dos Trabalhadores na região portuguesa	28	
Federação de Alcântara	3	Augusto Crispim Contardo Utini José Francisco dos Santos
Federação de Lisboa	23	
Secção de caldeiros	1	António José Teixeira
Secção de canteiros	3	Duarte José Joaquim Moreira Neves Silvestre Leitão Freire
Secção de carpinteiros civis	3	Constantino Augusto Pereira José Joaquim Manuel Isidora Dias Leal
Secção de carpinteiros navais	3	Francisco José Galvão Joaquim Silverio Ferreira José Francisco da Costa
Secção de chapelleiros	1	Manuel Correia de Mello
Secção de fabricantes de calçado	2	Bento António Marques José Fernandes Gamboa Saramgo
Secção de ferreiros	2	Joaquim Gomes Pedro Nunes de Oliveira
Secção de fundidores	3	David António Joaquim Pinto José das Neves
Secção de serralheiros	2	José António Duarte José Francisco da Silva
Secção de preguiros	1	José Joaquim Alves Mourão
Secção de ofícios vários	2	Eudoxio César de Azedo Gneco (gravador) José Maria da Conceição Fernandes (torneiro de metais)
Federação do Porto	2	
Grupo de secções da rua de Santa Catarina	1	Eduardo de Carvalho e Cunha (tecelão)
Grupo de secções do Fojo de Cima	1	José Ferreira (tecelão)
Partido Socialista	10	
Círculo 13 e 14	1	Manuel José Martins (serralheiro)
Círculo 65	3	Joaquim Marques Garcez (torneiro) José Maria Garcez (serralheiro) Saul Pacoldino Fernandes (charuteiro)
Círculo 67	3	António Lúcio Fazenda (tipográfico) Agostinho José da Silva (esteireiro) Manuel do Nascimento Aspra (tipográfico)
Círculo 68	2	António Joaquim de Oliveira (carpinteiro naval) José Correia Nobre França (tipográfico)
Grupo de propaganda de Setúbal	1	Luis António de Carvalho Gracio (correiro)
Sociedades cooperativas de produção	10	
Chapeleiros	2	José António Teixeira José da Silva Pereira
Indústria Social	2	Carlos Victor Ferreira Alves (serralheiro) Francisco Carlos Rocha (carpinteiro de moldes)
Progresso e Trabalho	3	Eusébio Luís de Paula Joaquim Ferreira de Macedo Pedro José de Carvalho
União Operária	3	António Ribeiro Pessoa José Maria de Oliveira Mota Ciriaco Pedro de Santana
Total de delegados	48	

¹⁵⁷⁰ Sem autor (1877), *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas em Portugal*, Lisboa, fotocopiado no fundo Alberto Pedroso, Pasta 09763.005, p. 8. *Fundação Mário Soares*.

